

BOLETIM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
**CIÊNCIAS
HUMANAS**

v. 13 n. 3 setembro/dezembro de 2018



Territórios e espaços simbólicos

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



v. 13, n. 3
setembro-dezembro 2018

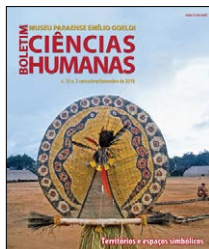


IMAGEM DA CAPA

Atujuwá walamá enoja, anaconda macho vestida com a máscara gigante do espírito do redemoinho de vento. Aldeia Piyulaga, março de 2005. Foto: Aristóteles Barcelos Neto.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS (ISSN 2178-2547)

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

EDITORA CIENTÍFICA

Jimena Felipe Beltrão

EDITORES ASSOCIADOS

Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia
Flávia de Castro Alves - Universidade de Brasília - Linguística
Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística
Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia
Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia
Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica
Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia
Mily Crevels - Universiteit Leiden - Linguística
Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia
Richard Pace - Middle Tennessee State University - Antropologia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal
Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA
Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina
Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA
Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha
Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil
Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil
Michael J. Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA
Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha
Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA
Nora C. England - University of Texas at Austin - Austin - USA
Rui Sérgio S. Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil
Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil
William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

NÚCLEO EDITORIAL

Normatização - Arlene Lopes, Rafaela Lima e Taise da Cruz Silva
Revisão ortográfica - Rafaela Lima
Editoração, versão eletrônica e capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 13	n. 3	p. 501-724	setembro-dezembro 2018
-------------------------------	-------------	-------	-------	------	------------	------------------------

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Av. Perimetral, 1901

Terra Firme – CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:

<http://editora.museu-goeldi.br/humanas>

<http://www.scielo.br/bgoeldi>

http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:

Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br

Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online

Anthropological Literature

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

DOAJ - Directory of Open Access Journals

IBSS - International Bibliography of the Social Sciences

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,

España y Portugal

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018. – Belém: MPEG, 2018. v. 13, n. 3, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

Titulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Antropologia. 2. Arqueologia. 3. Linguística. 4. História. 5. Artes. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 300

© Direitos de Cópia/Copyright 2018 por/by MCTIC/Museu Goeldi



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



CARTA DA EDITORA

Territórios e espaços simbólicos Territories and symbolic spaces

Ciência, cultura e arte são territórios férteis de conhecimento. O *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* neste número oferece uma diversidade de temas que serve para a informação de muitos e para formação de tantos outros. Que o *BMPEG. Ciências Humanas* é um território de conhecimento é sabido, pois que é da natureza da revista científica. O que é necessário, no entanto, é preservar a sustentabilidade do periódico e a qualidade dos conteúdos que oferece ao público leitor, aos professores, aos pesquisadores e àqueles que estão em formação. Das artes, da antropologia, da arqueologia, da linguística, da história e de muitas outras disciplinas você vai encontrar, nesta edição, informação relevante. É do fazer científico oferecer visões de mundo para alimentar o diálogo no campo da pesquisa.

Com o ano que se encerra e mais três edições circulando, cabe agora pensar adiante e no que será possível oferecer em termos de conteúdo para aqueles que no *BMPEG. Ciências Humanas* publicam, que do *BMPEG. Ciências Humanas* usufruem e que o *BMPEG. Ciências Humanas* divulga. Há três dossiês temáticos planejados para 2019 para os quais o processamento editorial segue avançado: são dois de Linguística e um de Arqueologia. Portanto, 2019, além de ser de muito trabalho, será de muita informação de qualidade para cativar ainda mais leitores para o universo de conhecimento que a revista científica do Museu Paraense Emílio Goeldi tem oferecido em sua trajetória de 125 anos a serem comemorados no próximo ano.

Para essa edição do *BMPEG. Ciências Humanas*, destacam-se estudos que cobrem de um extremo ao outro da América do Sul. O artigo “Tobacco visions: shamanic drawings of the Wauja Indians”, de Barcelos Neto (2018), apresenta a análise de desenhos xamânicos feitos pelos Wauja, durante seus transe e sonhos induzidos pelo consumo do tabaco. Narrativas de mitos e sonhos expressam o seu entendimento sobre as formas corporais que os *apapaatai* – seres espíritos – assumem. Outro artigo sobre cultura indígena analisa bebidas fermentadas da América do Sul: em “Cauim: entre comida e ebriedade”, Barghini (2018) mostra que essas bebidas eram alimentos líquidos ricos em elementos minerais, pré-bióticos e pró-bióticos. Além de suas características narcóticas e intoxicantes, a bebida tem propriedades contra doenças intestinais.

O *BMPEG. Ciências Humanas* também traz estudos relativos à cultura indígena, mais especificamente ligados ao “Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na terra indígena Wajãpi, Amapá”. O artigo de Moreno et al. (2018) apresenta análises espaciais de desmatamento, curvas de variações climáticas e cronologia de impactos dos empreendimentos de usinas hidrelétricas e por projetos de mineração industrial no Amapá. Tais variáveis indicam surtos de malária e de leishmaniose tegumentar americana (LTA) na terra indígena Wajãpi e em outros assentamentos na região central do estado.

Uma língua indígena pertencente à família Aruák, falada no sudeste do Amazonas, é tema de “Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák)”. No artigo, Freitas e Facundes (2018) procuram classificações para os nomes

em Apurinã em termos de alienabilidade de posse. Os autores identificaram que nomes inalienáveis ocorrem mais frequentemente como possuídos, não sendo marcados em construções de posse e, como tal, se apresentam mais econômicos. Já nomes alienáveis ocorrem mais frequentemente como não possuídos, sendo notoriamente marcados em construções de posse por um conjunto de sufixos, o que os faz menos econômicos.

Em “Territorios y fronteras: procesos de apropiación del espacio simbólico y geográfico en las comunidades indígenas de Pampa del Indio, Chaco”, de Castilla (2018), foram analisadas as fronteiras geofísicas e simbólicas em área do atual território da República Argentina. Ao identificar as relações construídas em torno dessas fronteiras por parte das comunidades indígenas do país e dos representantes coloniais, dos diferentes funcionários do Estado (de 1880 até o presente) e das políticas públicas implantadas pelo governo, a autora indica territorialidades marcadas por uma assimetria nas relações de poder.

Estudos em sambaqui no Sudeste e em sítios na região Sul compõem o conjunto de artigos sobre arqueologia nesta edição. “Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas”, de Villagran et al. (2018), trata de descobertas feitas a partir do final do século XIX, que se constituem em “[...] uma extensão marginal dos desenvolvimentos culturais que aconteciam no Rio de Janeiro” (Villagran et al., 2018, p. 573).

Com área de estudo na região serrana de Santa Catarina, no Alto Vale do Itajaí do Sul, entre o litoral e o planalto, em “Entre ‘estruturas e pontas’: o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional”, Reis et al. (2018, p. 597) apresentam discussão sobre a ocupação da região a partir da comparação de distintos cenários arqueológicos e da diversidade de artefatos e da cronologia, entre outros aspectos.

Já “Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerários e biológicos”, de Carbonera et al. (2018), faz análise tipológica de um recipiente cerâmico utilizado como urna funerária e de remanescentes ósseos humanos em unidade arqueológica Guarani, na margem do rio Uruguai, no município de Águas de Chapecó.

De Santa Catarina, há ainda nesta edição, artigo sobre a história do território do Contestado sobre os limites territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Em “Um vasto celeiro: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950)”, Radin e Silva (2018) discutem as representações de natureza e ambiente no território, que, ao final da Guerra do Contestado (1912-1916), passou a pertencer ao domínio catarinense, onde empresas colonizadoras comercializaram terras, em lotes destinados à agricultura de âmbito familiar, em especial àqueles vindos da Europa e que viviam nas colônias do Sul do Brasil.

Finalmente, da região Norte, notadamente do estado do Pará, artigos trazem temas das artes plásticas e das incursões do botânico e naturalista no rio Capim, João Barbosa Rodrigues. Estudos geográficos, hidrográficos, botânicos e zoológicos, resultados de viagem patrocinada pelo então Governo Imperial e que o botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues (1842-1909) empreendeu pelo rio Capim entre os anos de 1874-1875, são tema do artigo “O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875)”, de Ximenes e Coelho (2018).

Uma historiografia é o que Vieira Costa (2018) apresenta em “Estela Campos e os momentos iniciais do abstracionismo no Pará (1957-1959): hipóteses sobre invisibilidades na história da arte”, onde destaca a consolidação do papel da artista Estela Campos, representante do abstracionismo, ao analisar exposições realizadas em Belém e no Rio de Janeiro.

A edição traz ainda resenha de autoria de Sartori (2018) sobre “Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences”, de Isabelle Stengers.

A todos, uma boa leitura, com votos de um 2019 de contínuas produção e disseminação de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS NETO, Aristoteles. Tobacco visions: shamanic drawings of the Wauja Indians. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 501-517, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300002>.
- BARGHINI, Alessandro. Caumim: entre comida e ebriedade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 561-571, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300005>.
- CARBONERA, Mirian; SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da; LOURDEAU, Antoine; HERBERTS, Ana Lucia; KUCZKOVSKI, Francieli; HATTÉ, Christine; FONTUGNE, Michel; ONGHERO, André Luiz; BRIZOLA, Jéssica Pedroso; SANTOS, Marcos César Pereira. Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 625-644, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300008>.
- CASTILLA, Malena Inés. Territorios y fronteras: procesos de apropiación del espacio simbólico y geográfico en las comunidades indígenas de Pampa del Indio, Chaco. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 541-560, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300004>.
- FREITAS, Marília Fernanda Pereira de; FACUNDES, Sidney da Silva. Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 645-662, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300009>.
- MORENO, Eduardo Stramandinoli; OLIVEIRA, Joana Cabral; SHIMABUKURO, Paloma Helena Fernandes; CARVALHO, Luciana. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 519-540, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300003>.
- RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. 'Um vasto celeiro': representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 681-697, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300011>.
- REIS, Lucas Bond; ALMEIDA, Fernando Silva de; BUENO, Lucas Reis. Entre 'estruturas e pontas': o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 597-623, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300007>.
- SARTORI, Leczy. Outra ciência? Conhecimento, experimentos coletivos e avaliações. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 721-724, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300013>.
- VIEIRA COSTA, Gil. Estela Campos e os momentos iniciais do abstracionismo no Pará (1957-1959): hipóteses sobre invisibilidades na história da arte. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 699-717, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300012>.
- VILLAGRAN, Ximena Suarez; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; VALADARES COSTA, Henrique; ATORRE, Tiago; ERLER, Igor da Silva; STRAUSS, André; BARIONI, Alberto; KLÖKLER, Daniela; TOGNOLI, Anderson; DUARTE, Carlos; BONFIM, Paulo Vinicius; MACARIO, Kita. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 573-596, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300006>.
- XIMENES, Cláudio L. M.; COELHO, Alan Watrin. O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 3, p. 663-680, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300010>.

Jimena Felipe Beltrão

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

Editora Científica

CARTA DA EDITORA

EDITOR'S NOTE

Territórios e espaços simbólicos

Territories and symbolic spaces

Jimena Felipe Beltrão.....493

ARTIGOS

ARTICLES

Tobacco visions: shamanic drawings of the Wauja Indians

Visões do tabaco: desenhos xamânicos dos índios Wauja

Aristoteles Barcelos Neto..... 501

Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá

Environmental licensing of large-scale enterprises: what are the limits for
evaluating direct and indirect impacts on health? A case study in the
Wajãpi Indigenous Land, Amapá

Eduardo Stramandinoli Moreno, Joana Cabral Oliveira, Paloma Helena Fernandes Shimabukuro, Luciana Carvalho 519

Territorios y fronteras: procesos de apropiación del espacio simbólico y geográfico en las comunidades indígenas de Pampa del Indio, Chaco

Territories and borders: processes of appropriating symbolic and geographical space in the
indigenous communities of Pampa del Indio, Chaco

Malena Inés Castilla..... 541

Cauim: entre comida e ebriedade

Cauim: food or intoxicant?

Alessandro Barghini 561

Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas

The first settlers on the northern coast of Espírito Santo: a new approach to shell mound
(*sambaqui*) archaeology

Ximena Suarez Villagran, Luiz Carlos Ruiz Pessenda, Henrique Antônio Valadares Costa, Tiago Atorre, Igor da Silva Erler,
André Strauss, Alberto Barioni, Daniela Klöckler, Anderson Tognoli, Carlos Duarte, Paulo Vinicius Bonfim, Kita Macario 573

Entre ‘estruturas e pontas’: o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional	
<i>Between ‘pits and points’: the archaeological context of the Upper Vale do Itajaí do Sul and the settlement of southern Brazil</i>	
Lucas Bond Reis, Fernando Silva de Almeida, Lucas Reis Bueno	597

Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico	
<i>A Guarani burial deposit on the upper Uruguay River, Santa Catarina: excavation and collection of data on the biological and funerary profiles</i>	
Mirian Carbonera, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva, Antoine Lourdeau, Ana Lucia Herberts, Francieli Kuczkovski, Christine Hatté, Michel Fontugne, André Luiz Onghero, Jéssica Pedroso Brizola, Marcos César Pereira Santos	625

Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák)	
<i>Nominal possession in Apurinã (Arawak): some considerations</i>	
Marília Fernanda Pereira de Freitas, Sidney da Silva Facundes.....	645

O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875)	
<i>The botanist João Barbosa Rodrigues in the Amazon basin: exploring the Capim River (1874-1875)</i>	
Cláudio L. M. Ximenes, Alan Watrin Coelho	663

‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950)	
<i>‘Like a vast barn’: perceptions of nature during the colonization of Western Santa Catarina (1916-1950)</i>	
José Carlos Radin, Claiton Marcio da Silva	681

Estela Campos e os momentos iniciais do abstracionismo no Pará (1957-1959): hipóteses sobre invisibilidades na história da arte	
<i>Estela Campos and early abstractionism in Pará (1957-1959): hypotheses on invisibilities in art history</i>	
Gil Vieira Costa	699

RESENHA

BOOK REVIEW

Outra ciência? Conhecimento, experimentos coletivos e avaliações	
<i>Other science? Knowledge, collective experiments and assessments</i>	
Lecy Sartori.....	721

ARTIGOS



Tobacco visions: shamanic drawings of the Wauja Indians Visões do tabaco: desenhos xamânicos dos índios Wauja

Aristoteles Barcelos Neto

University of East Anglia. Norwich, Reino Unido

Abstract: This article analyzes shamanic drawings based on research of two ethnographic collections gathered between 1978 and 2004 among the Wauja Indians of the Upper Xingu. The drawings present a visual interpretation of animal-spirits (the *apapaatai*) and their transformations, as seen by Wauja shamans in tobacco-induced trances and dreams. This article argues that drawing on paper allowed the shamans to broadly express their understanding of the many potential bodily forms the *apapaatai* can take, either voluntarily or involuntarily. The lack of a visual canon for visual representation of the *apapaatai* on paper gave the shamans the freedom to produce drawings which reflect an extraordinary diversity of singular perspectives. These singularities, when associated with the narratives of myths and dreams, potentiate the drawings as a kind of visual exegesis of Wauja cosmology. Further analysis considering material culture objects shows that the appropriation of pencil and paper by Wauja shamans channelled their creative energy towards an unexpected expansion in the conceptual boundaries of shamanic translation.

Keywords: Upper Xingu. Shamanism. Drawing. Myth. Material culture.

Resumo: Este artigo apresenta uma análise de desenhos xamânicos baseada na pesquisa de duas coleções etnográficas coletadas entre 1978 e 2004 entre os índios Wauja do alto Xingu. Os desenhos apresentam uma interpretação visual dos espíritos-animais (os *apapaatai*) e de suas transformações, tal como são vistos pelos xamãs Wauja em seus transe e sonhos induzidos pelo consumo de tabaco. O artigo argumenta que a experiência de desenhar em papel permitiu aos xamãs expressarem de modo amplo seus entendimentos sobre as muitas e possíveis formas corporais que os *apapaatai* podem, voluntária ou involuntariamente, assumir. A inexistência de cânones visuais para a representação dos *apapaatai* em papel deixou os xamãs livres para produzirem uma extraordinária diversidade de perspectivas singulares. Tais singularidades, quando associadas às narrativas de mitos de sonhos, potencializam os desenhos como um tipo de exegese visual da cosmologia Wauja. O aprofundamento dessa análise à luz de objetos da cultura material demonstra que a apropriação do lápis e do papel pelos xamãs Wauja canalizou sua energia criativa para uma inusitada expansão das fronteiras conceituais da própria tradução xamânica.

Palavras-chave: Alto Xingu. Xamanismo. Desenho. Mito. Cultura material.

BARCELOS NETO, Aristoteles. Tobacco visions: shamanic drawings of the Wauja Indians. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 501-517, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300002>.

Autor para correspondência: Aristoteles Barcelos Neto. University of East Anglia. Sainsbury Center for Visual Arts. Norwich, NR4 7TJ. Norwich, Reino Unido (a.barcelos-neto@uea.ac.uk). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6236-2937>.

Recebido em 30/01/2018

Aprovado em 27/06/2018



INTRODUCTION

The tobacco plant (*Nicotiana tabacum* and *Nicotiana rustica*) is the most widely cultivated psychoactive plant in the Americas. Historically, its cultivation extends from the Chesapeake Bay, in the United States, to the Bacia del Plata, in Argentina, covering parts of Mesoamerica, the Caribbean, the Amazonian vastness, as well as the tropical Atlantic coast of South America. Originally from South America, this plant is traditionally consumed in the forms of juice, paste, powder and cigarettes (Echeverri, 2015). As a psychoactive plant, tobacco is seen by many of these peoples, among them the Wauja of the Upper Xingu, as a powerful agent for transforming people (Russel; Rahman, 2015). The notion of transformation, the central theme of this article, is approached from the perspective of visual expression and mythical exegesis. The possibilities of seeing and acting in the world of the spiritual beings, discovering hidden intentions and secret actions of people and performing divinations are among the most powerful reasons that motivate a person to become initiated in tobacco shamanism in the Upper Xingu. But what exactly does the consumption of tobacco smoke show to Xinguano shamans? How do they translate the things and beings they see and hear in their dreams and trances to the uninitiated?

The tobacco is the only psychoactive plant used by indigenous people in shamanic contexts in the Upper Xingu region. It is also the only substance present in all three stages of the complex ritual sequence that involves seeing, bringing and making the *apapaatai*, these dreaded and powerful animal-spirits that convey both illness and healing (Barcelos Neto, 2008). However, it is especially in the first stage, which is basically divinatory and visionary, that tobacco is consumed abundantly and intensely. This article deals only with the first and third stages of the *apapaatai* ritual sequence, and presents an analysis of some aspects of the imagery and artefactual universe related to the consumption of tobacco smoke among the Wauja.

The Wauja inhabit the basin of the headwaters of the Xingu river, in the State of Mato Grosso, Brazil. They live in three villages in the Xingu Indigenous Park. The largest of them, Piyulaga, is located 400 metres away from a lake of the same name, connected by a channel to the right bank of the meandering Batovi river. The second largest village, Ulupuwene, is located near the headwaters of the Batovi river, a few kilometres away from the southwest border of the Xingu Indigenous Park, with the extensive soy and livestock farms of the municipalities of Paranatinga and Gaúcha do Norte, in the State of Mato Grosso. The third and smallest village, Piyulewene, is also the most isolated. It is located on the left bank of the mid-von den Steinen river, one of the headwaters of the Ronuro river. The Special Secretariat for Indigenous Health reported an estimated Wauja population of 542 individuals (SESAI, 2013). Speaking a language of the Arawak family (Maipuran sub-family), they constitute the group of the central Arawak along with the Mehinako, the Yawalapíti, the Pareci and the Enawene Nawe. According to Urban (1992) hypothesis, the original dispersion centre of the Arawak would be the region of the headwaters of the Amazon basin rivers that spring in the Central Andean piedmont, at a chronological depth of at least three thousand years before the present (Urban, 1992). Recent archaeological research on the formation of Xinguano culture indicates that Arawak groups were the first to settle in the Upper Xingu region around the year 1000 (Heckenberger, 2005).

Since at least the mid-eighteenth century, the Wauja, along with eight other ethnic groups – namely, the Kamayurá, the Aweti, the Yawalapíti, the Mehinako, the Kuikuro, the Kalapalo, the Matipu and the Nahukwa – constitute a multiethnic and multilingual regional system in the region of the basin of the headwaters of the Xingu River (Heckenberger, 2001a, 2001b). Xinguano groups are distinguished from each other mainly on the basis of language¹, or through specific practices in the context

¹ One Tupi, one Tupi-Guarani, three Arawak and two Carib languages are spoken in the Upper Xingu (Seki, 1999), technological specialisation (knowledge and actual use of manufacturing techniques in ceramics, musical instruments, basketry, bows and body adornments).

of rituals and chiefdom. Such a profound and varied linguistic differentiation among Xinguano peoples does not, however, prevent effective mechanisms of cohesion and communication between them, which take place above all at supra-linguistic levels, especially in the domains of ritual, intermarriage, exchange of artefacts, body painting and ornamentation, sorcery and shamanism².

Widely consumed by adult men in everyday life and shamanic contexts, as well as in community rituals, tobacco cigarettes serve both as food for the *apapaatai* and as a substance that allows the shamans to 'open their eyes' so that they can know the worlds of these beings in a very detailed manner. Such an extraordinary possibility of knowing these worlds presents itself through dreams and trances, which are said to be, respectively, the effects of the frequent and intensive consumption of tobacco smoke. In the Upper Xingu, unlike other Amazonian regions, tobacco is never consumed in the form of juice, powder or paste.

The experience of trance, much less frequent than that of the dream, occurs only when an individual suffers from a serious health crisis (also called a bodily crisis), which requires quickly identifying the agents and pathogenic processes to enable the restoring of the body. In order for the trance to happen, one needs to 'die a little', that is, to ingest large amounts of tobacco smoke, to suffer the severe physical pain of intoxication until entering a trance state (*metsepui*), which when complete, can result in an uncomfortable convalescence³. In extreme cases, this intoxication can lead to a cardiac arrest. Very few young or inexperienced shamans take the risk of abruptly and radically entering the worlds of the *apapaatai*. Before resorting to the trance, the shaman follows three less complex and risky procedures: he asks the patient to narrate his dreams; blows tobacco smoke

into the body parts where the patient feels pain in order to soften the substances that cause pain, and then tries to extract them through suctioning in order to identify the pathogens. Depending on how serious the disease is, the cure will only be guaranteed if one or more rituals are performed to feed the *apapaatai* that cause it (Barcelos Neto, 2009).

The Wauja shamans offered me descriptions and interpretations of dreams and trances in the form of several long series of drawings in 1998, 2000 and 2004, which belong to a collection totalling 803 singular artworks. The analysis developed in this article also incorporates some of the works of an extensive set of 604 Wauja drawings collected by Vera Penteado Coelho in 1978, 1980, 1982 and 1983, now housed in the Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo, Brazil. Given the large number of drawings and the systematic way they were collected, both collections are among the most important ethnographic collections of Amazonian drawings assembled in the last fifty years.

Due to their material characteristics, as well as to the collecting methodology, the Wauja drawings collected by myself and Vera Penteado Coelho constitute a material of special relevance to the study of the ontology of images, indigenous artistic creativity and teaching strategies to the whites, from the perspective of the Wauja themselves, about their mythology and cosmology. In addition to being the outcome of a cultural encounter between anthropologists and Wauja Indians, these drawings present an effort to produce a stabilised image of dreams and trances as an exercise in visual exegesis of Wauja cosmology. As this article aims to demonstrate, the appropriation of pencil and paper by Wauja shamans revealed to be an extraordinary opportunity to expand the conceptual challenges of shamanic translation (Mack, 2012).

² For descriptions and analyses of different aspects of Xinguano shamanism, see Barcelos Neto (2008, 2009), Carneiro (1977), Dole (1964), Gregor (1977) and Menezes Bastos (1984-1985).

³ The use of tobacco in shamanic divinatory processes is widely observed in the lowlands of South America (Janiger; Dobkin de Rios, 1973; Russel; Rahman, 2015).

The relevance of these two ethnographic collections also corresponds to the expectations of both Indians and whites to disseminate the indigenous visual cultures of lowland South America for academic and non-academic audiences. This article is devoted to analysing a selection of artworks from both collections, which are also approached here as an artistic legacy of the use of psychoactive plants in Amazonian cultures. Therefore this article also seeks to contribute to the advancement of curatorial studies of lowland South American indigenous arts⁴. This legacy has been immensely enriched since the creation of *Ukso-Ayar*, the School of Amazonian Painting (Escuela de Pintura Amazónica) in Pucallpa, Peru, in 1988, by the mestizo artist and *ayahwasquero* shaman Pablo Amaringo, who died in 2009, and whose artworks are scattered throughout various collections around the world, most of them privately owned (Luna; Amaringo, 1991; Charing et al., 2011).

WHAT DO WAUJA SHAMANS SEE?

Through the intense consumption of tobacco smoke, Wauja shamans see the *apapaatai* that cause illnesses in humans. The tobacco visions allow the shamans to identify the precise way the *apapaatai* are embodying their ever-transformative and sometimes strange anthropomorphic appearance, their habitat, their eating habits, their typical type of expressive forms (music, dance, body ornamentation) and their pathogenic capacity, which in most cases is directly associated with the musical instruments the *apapaatai* play as they welcome the shaman and/or the sick in their villages in the aquatic, celestial, subterranean or terrestrial worlds. As a result of this detailed recognition, the shaman can determine the bodily form that the *apapaatai* should acquire when they are made during the healing rituals.

One of the fundamental questions in this process is the openness and unpredictability of the divination system:

The possibility of a hitherto insignificant being revealing itself (to the dreamer, to the sick, to the shaman) as a prosopomorphic agent capable of affecting human affairs is always open; as far as the personhood of beings is concerned, "personal" experience is more decisive than any taxonomic list or cosmological dogma. (Viveiros de Castro, 2015, p. 46, my translation).

Although this possibility is always open, the visual and material representation of what is revealed, so that other people can also see it, follows a very defined and unmistakable artistic style. The *apapaatai* that are named and revealed by shamans can be many and varied, but the body forms they can acquire in the waking world of humans are limited by both the means of visual expression and the material means of their making. Determining the bodily form that these beings acquire in the ritual depends fundamentally on how they were seen in dreams and trances.

The *apapaatai* generally show up with an anthropomorphic or zoo-anthropomorphic aspect (Figures 1 and 2) in the dreams and trances of the shamans. In this case, they are called *yerupoho*, 'ancient people', coming from the time when humans and animals could talk to each other. The *yerupoho* are also called 'bichos' (beasts) in Portuguese. The fact that many of the *yerupoho* were in fact proto-animals was revealed to the Wauja by a series of cosmic events occurring in the mythical past; such events turned some of them into the animals that today inhabit the Upper Xingu. Many of these nonhuman beings are now seen in the dreams and trances of the shamans, carrying their musical instruments (Figure 3) and/or other objects of their own, such as feather and skin adornments, scarifiers, spatulas for flipping over

⁴ The lack of extensive and detailed catalogues with drawings and paintings from Amazonian Indians is one of the main obstacles to the advancement of the historical, anthropological, museological and curatorial studies of their arts. For visualising a larger amount of Wauja artworks, see Barcelos Neto (2001, 2002a, 2008, 2011a, 2011b) and Coelho (1988, 1991, 1991-1992); for artworks from the Mehinako, an Upper Xinguano Arawak group whose visual culture is similar to that of the Wauja, see Fénelon Costa (1988). Theoretical studies in which Wauja drawings are comparatively analysed appear in the contributions of Lagrou (2013), Severi (2011), Taylor (2010), and Taylor and Viveiros de Castro (2006).

powers that can be transferred to those who become initiated in tobacco shamanism. Among the 1,407 Wauja drawings that constitute the two ethnographic collections mentioned above, this drawing, made by Ajoukumã in 2000, on his own initiative, is the only one that represents this being. Ajoukumã had an overt preference for drawing beings that were rarely, or never, mentioned by the other Wauja shamans. Many of the *apapaatai* he drew were known only to him; his figurative style was also very personal, marked by a light trace and a moderate colour contrast. Ajoukumã was the youngest shaman to be initiated in the Upper Xingu in the 1990s, when he was only 22. He passed away in 2006 at the age of 33. The set of his artistic work is composed of 113 drawings, of which 62 were made in 1998, and 51 in 2000.

The beings in Figure 2 are *Temepĩyãu*, anaconda-men, easily identifiable by any Wauja adult because of the *temepianá* motif (anaconda skin) covering their bodies. Its author, Takara, drew them in two groups, separated by an inner frame. The group in the lower part presents prominent knees and elbows, as well as penises and testicles of abnormal size, which are characteristic of the *yepupoho*. Underneath their feet, the body of an anaconda can be seen only partially. The colours that cover their bodies are replicated on the bodies of the anaconda-men. The group of men at the top of the drawing appears without the lower limbs, their trunks close to the body of the anaconda; the latter, like the other anaconda, is also only partially seen.

The drawing presents two distinct moments in the transformation of these two groups of men into anaconda. The bottom group shows the men before the transformation; the symmetrical correspondence with the *temepianá* graphic motif indicates its becoming-anaconda. The upper group, on the other hand, has already reached a full state of transformation. In the upper right corner there is a dissonant figure, whose body is covered with the *kupato onabe* (fishbone) motif. It is also a transforming *yehupoho*, belonging to the domain of the aquatic snakes. It is important to mention that these transformations are

reversible. The image, therefore, can be interpreted as the transformation of the *yehupoho* into anaconda or, conversely, its reverse.

The third drawing was also made by Ajoukumã in 2000, and shows *Uwixumã*, the snake who owns the globular flutes called *mutukutã*, which exhibits a zoo-anthropomorphic aspect and an expression of contentment. In her right hand she holds the piranha-flute; in her left hand, the matrinxã-flute. Both fish became flutes and were captured by *Uwixumã*, who took them to a festival in the aquatic village of snakes. The graphic motifs, characteristic of these fish, present a globular body and reveals the animal identity of the flutes.

The three drawings share a common central feature, defined by a Wauja investigation into a kind of figuration capable of translating the dream and trance experience. The invention of this figuration through drawing seeks to account for two problems: the modes of action and the bodily form of the *apapaatai*. These images express a capacity that humans possess: that of making bodies (Viveiros de Castro, 1979). Wauja visionary shamans (*yakapá*) affirm that the *apapaatai* have a random invisible presence in the village and nearby areas. Such presence can be particularly intensified when someone is seriously ill, when ritual specialists are given food in the village's plaza and when the sacred musical instruments are played, specially the *kawoká* flutes. Although numerous *apapaatai* are known through mythic narratives, just a small number of them can be actually seen by non-shamans. The shamanic drawing experience expands the possibilities of visualizing the *apapaatai* and consequently impacts on how narratives about them are expressed. I turn now to the symbolic relations between myth, dream and image.

MYTH AND IMAGE

Wauja myths provide a type of navigation chart through which dreams and trances can best be understood by shamans. All the Wauja shamans who offered information for my research had, without exception, an extensive

knowledge of myths. Figurative drawings, materialisations of dreams and trances, function as a kind of visual exegesis of myth. In this sense, figurative drawings are not illustrations, but explanations that make it possible to expand knowledge about myths. Myths are also one of the most well-defined expressions of the notion of bodily transformation, an essential part of the translation work carried out by shamans (Carneiro da Cunha, 1998) and of the broader understanding of human experience.

A Wauja myth tells us that in the dawn of time there was total darkness in the world. The *yerupoho*, most of them with zoo-anthropomorphic characteristics, lived on the surface of the land. Humans (*i.e.*, the ancestors of the Wauja) lived inside termite mounds, facing an extreme shortage of cultural goods: without any agriculture, fire, pots, baskets and musical instruments. Frightened by the threats of predators that wandered around the surface of the land, the Wauja spent most of their time in the lugubrious interior of the termite mounds, where the little food they got was insufficiently 'baked' under their armpits. Those were times of great hunger and darkness.

The *yerupoho* had an exceptionally better existence and lived a social life similar to that of today humans, with rules of kinship and residence, as well as knowledge of various items of material culture, especially ceramics and wooden flutes (Piedade, 2004). They fed on some fruits and manioc, which were unavailable to the Wauja. In their fields there were species of manioc which only grew to a very low height.

Most *yerupoho* have secondary animal anatomical characteristics (tails, wings, fins, spurs, eyes, nose, ears, hands, feet and mouth), a small stature, and some of them do not have all the limbs (absence of arms and/or legs) or sensory organs (mainly the absence of ears and nose; although some have giant ears and noses). Nowadays, their bodies can present themselves in different shades of yellow, grey, brown, purple, orange, red, green and blue.

At that time humans and 'animals' (or proto-animals) talked among themselves, but this did not necessarily assure that the relationships between them would be peaceful. Cannibalism and specific traps for hunting humans – in short, predation – were widespread. Bothered by the situation in which humans lived, Kamo (Sun) and Kejo (Moon), the cultural heroes of the Xinguano people, announced that they would make the sun star appear permanently in the sky with the aim of making it possible for humans to live on the surface, and to reduce some of the privileges of the *yerupoho*. Frightened by imminent cosmic change, most of the *yerupoho* frantically started to create costumes, masks and protective paintings against the harmful actions and irreversible transformations that the solar star could bring upon them. The *yerupoho* created a series of diversified attire which in fact were not merely protective clothing; when wearing these garments, the *yerupoho* assumed a new identity, that of the clothes, and became *apapaatai*. Others turned into artefacts (aerophones, roakers, manioc diggers, baskets or ceramic pots) or into monstrous beings wearing supernatural clothes.

The category of 'garment' (*naĩ*) is fundamental to the understanding of the notion of transformation. It also exists in other Xinguano groups. This is described among the Mehinako by Thomas Gregor:

The *apapāiye*⁵ may appear in as frightening and monstrous form as the *apapāiyei aintyá*, but this is an external appearance. Their skins are garments (*naĩ*) that can open, as one informant explained it, 'like a duffle bag'. Behind the frightening masks and beneath the ghastly costumes are the real spirits, very much like the Mehinaku in appearance but ageless and physically perfect. These spirits are nonetheless dangerous, for they can 'take' (*etuka*) a man's soul. (Gregor, 1977, p. 312).

Wauja shamans would only disagree with the Mehinako about the physical perfection of these spirits who wear garments.

⁵ The Mehinako term for *apapaatai*.

When the *yerupoho*, already dressed in their clothes, saw the first rays of light appearing on the horizon, most of them threw themselves into the water, led by a trio of *apapaatai*-flutes called *Kawoká*. Before making their way to the aquatic, intra-terrestrial and celestial worlds, the *yerupoho* broke all the pots that they had, leaving only potsherds scattered throughout defensive ditches and at the black earth sites where, according to the Wauja, the old villages of the *yerupoho* were located before the appearance of the sun. Thus, with the aid of Kamo and Kejo, as soon as the Wauja started to inhabit the surface, they could begin a series of robberies of cultural goods belonging to the *yerupoho*.

With the appearance of the sun, two fundamental types of transformation, corresponding precisely to the two categories of *apapaatai*, were brought upon the *yerupoho*. The *yerupoho* who managed to make their garments and get dressed before the appearance of the sun became either animals themselves or their monstrous supernatural doubles. The *yerupoho* who failed to make and get dressed with protective clothing were hit

“[...] in a definitive and drastic manner with the appearance of the sun: they [became *iyajo apapaatai*, that is, hyper-*apapaatai*], extremely dangerous beings that devour or simply kill weaker beings, including humans” (Barcelos Neto, 2002b, p. 4).

The *iyajo apapaatai* have a permanent body shape, which is fixed through the transforming action of the sun. Gigantism, associated with predation, is one of its main characteristics. *Kamalu Hai*, the snake who owns the ceramic pots (Figure 4) is one of the *iyajo apapaatai* coming from the mythical times that left important marks in the Xinguano world. Although *Kamalu Hai* is currently living very far away from the Wauja, the consequences of his deeds continue to appear in the dreams of several shamans. All five visionary shamans I worked with made *Kamalu Hai* drawings. In Vera Coelho's collection, there is a drawing of *Kamalu Hai* made in 1980 by chief Malakuyawa, one of the most powerful Upper Xinguano shamans of his time. Reproduced below is the central part of the myth that tells the deeds of the snake who owns pottery and clay.

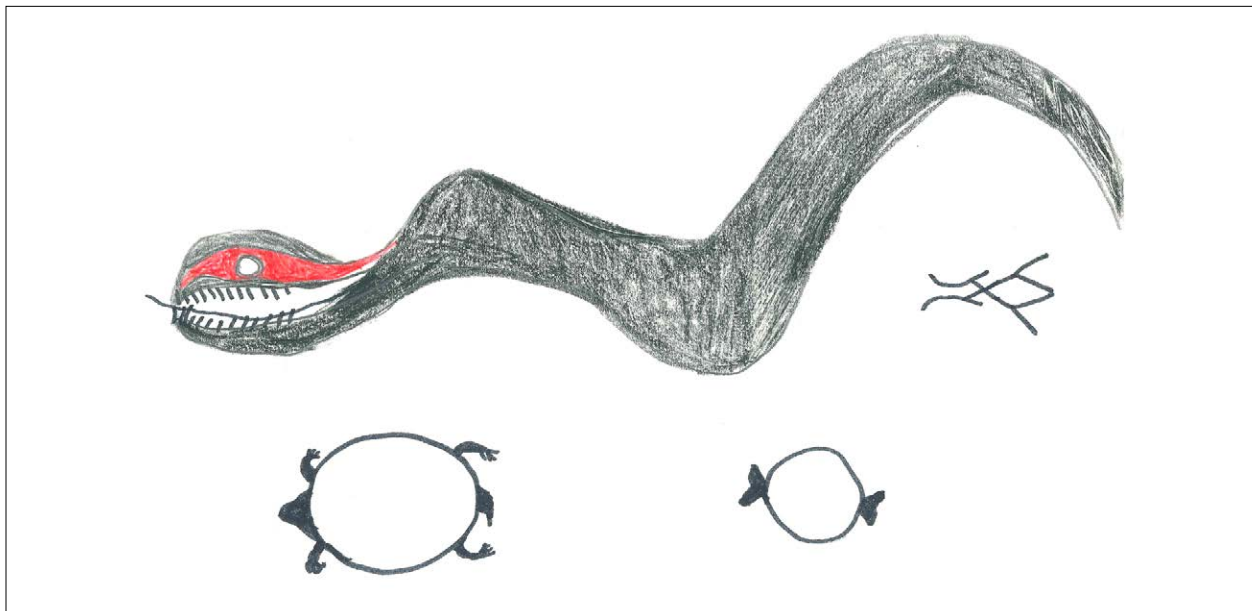


Figure 4. *Kamalu Hai*, the giant snake and her ceramic pots. Drawing by Itsutaku Wauja (1998). Pencil crayon on paper, 31,5 x 21,5 cm. Aristoteles Barcelos Neto Ethnographic Collection (ITS.1998.002.383). Photo by A. Barcelos Neto (2002).

The myth of *Kamalu Hai*⁶:

I'll tell the story of *Kamalu Hai*, it's the big snake, another type of snake-canoe that we, the Wauja, call *Itsakumalu* (monstrous canoe). Sometimes *Itsakumalu* shows up here in the lake. *Kamalu Hai* is a type of monster. This is her dung⁷, which we use to make all kinds of pots, from small to large. The *yerupoho* have broken the really old pots, and the potsherds are left on this land. They broke everything. Now we only imitate the old ones.

There is now clay where *Kamalu Hai* left her dung. That's why we're going to pick it up and make it. It was *Kamalu Hai* who showed us the pots, because she came towards the Wauja village.

The pots came up the (Batovi) river singing:

— *Kamalu Hai* (in a very high pitched tone), sang the small pot on the tip of the tail.

— *Kamalu Hai* (in a very low pitched tone), answered the large pot on the head.

The other pots were seated, only four pots that sang, this one sings and that one responds, one of them sings and the other responds. This is a bat-pot, this is a turtle-pot, this is a monkey-pot, this is a *munutai*-pot, a *makula*-pot, a *witsopo*-pot, a *maiaipo*-pot, a *majatapo*-pot, this is a *kamalupo weke*-pot, this one, too, it is a *nukai* pot⁸. The snake-canoe was very heavy.

Then people were listening when they (the pots) are coming. There they found the Wauja man who saw *Kamalu Hai* coming with all the pots. The well-filled snake-canoe took the path that leads here. Then she wanted to sink, but she did not fit into that small river. She left her dung there, she made clay out of dung. That's why we make pots. The Kamayurá don't do them. The Kuikuro, the Kalapalo, the Aweti, the Trumai and the Mehinako also don't know how to do them. Only the Wauja know. They order pots from us.

Kamalu Hai left a child there, his name is *Kamalupi* (another type of snake-canoe). He is still there, people say. But is rarely seen as he live in deep water. A long time ago a Wauja woman saw *Kamalupi* in the *Wakunuma*. He has very big eyes

both in the head and the tail. That's why that woman died, because of the giant snake she saw.

Kamalu Hai left her dung there and then went away down the river to Morená, where she did the same thing. Then she went down the river to the sea, sank and stayed in the sea, which was where it fit. That's why the Americans found pots in the ocean⁹.

Figure 4 shows a drawing of *Kamalu Hai* as she was seen by Itsautaku in his dreams. In the image she is passing through the Morená, soon after going down the Batovi river. *Kamalu Hai* was drawn in her most frightening form, with her open mouth showing two long rows of sharp teeth, and a red spot on the head. Itsautaku explains that when *Kamalu Hai* made her way towards the sea, sailing downstream along the Xingu river, several pots fell or were left by her along the way. Among them, there were zoomorphic and anthropomorphic pots; the former were transformed into *apapaatai* with the full appearance of an animal, and the latter became something that only Itsautaku had been able to see up until then.

In the lower left side of Figure 4, there is a turtle-pot; on the lower right side, there is a canoe-pot (*itsakana*); and just below the tail of the snake is an apparently indistinct figure, with the limbs and the trunk moving in the opposite direction to *Kamalu Hai*. According to Itsautaku, the latter is a pot that is becoming a person. As the gigantic *Kamalu Hai* carried all kinds of pots on her back, she also carried an unusual kind of pot, known to the Wauja as *yerupohokana*, which has anthropomorphic characteristics imitating the body of the *yerupoho*. I did not clearly understand what Itsautaku intended to show when he made this drawing. I asked him to do one more drawing so that I could better understand his dream with *Kamalu Hai*. After a few days, Itsautaku made the

⁶ Narrated by Aruta, a Wauja shaman-singer, and translated by Yanahim, a Wauja nursing technician.

⁷ Aruta shows a spherical piece of wet black clay.

⁸ *Munutai*, *makula*, *witsopo*, *maiaipo*, *majatapo*, *kamalupo weke* and *nukai* are some of the various types of ceramic artefacts produced by the Wauja; for a detailed study on the classification of these artefacts see Barcelos Neto (2006).

⁹ He is referring to news he had heard about marine archaeological surveys.

drawing entitled *Nukāi Kumā* (monster cooking pot, Figure 5), which shows two menacing anthropomorphic figures with the mouth open, showing the teeth, and their blackened body with arms arched out and a round trunk. These beings are *yerupohokana* pots that travelled on the back of *Kamalu Hai* and, after being abandoned by her, became cannibal monsters. They now wander through the forest in search of people to eat. Itsautaku drew them as used and dirty pots, covered with soot, hence their dark grey bodies.

Itsautaku's dream directly connects with the myth of *Kamalu Hai* and expands it, adding to it the events that have followed, and that have not been incorporated into the more frequent narratives of this myth yet. Another interesting aspect of the drawing is that it makes it possible to understand the body shape of one of the pots as both artefactual and anthropomorphic and that, in the latter case, it ceases to be a domestic or ritual utensil and becomes a predator. This regime of transformations is what is fundamentally seen by the most experienced shamans, those who have spent a long life consuming tobacco

smoke. Being ceramists for at least a thousand years (Heckenberger, 2005), the Arawak of the Upper Xingu show a special interest to incorporate ceramics, with its technological and material meanings, into their shamanic cosmology. With that in mind, in the next section I will turn to the materiality of the *apapaatai*, whether in the form of ceramic artefacts or masks.

FROM DREAM TO MATERIALITY: THE MAKING OF THE *APAPAATAI*

According to Wauja shamans, dreams are the repository of all things that have existed, that exist, that will still begin to exist or that will return to existence. Having an active life dream-wise makes it possible to understand situations that are often distressing, controversial and seemingly difficult to solve. For the Wauja shamans, smoking on a daily basis is the fundamental condition for dreaming frequently and with clarity, that is, for 'opening their eyes and seeing on the other side'. The 'other side' is where the *apapaatai*, the masters of transformations, live. The use of tobacco makes it possible for the Upper Xinguano shamans to see the transformations of



Figure 5. *Kamalupo kumā*, anthropomorphic cannibal pots. Drawing by Itsautaku Wauja (1998). Pencil crayon on paper, 44 x 32 cm. Aristoteles Barcelos Neto Ethnographic Collection (ITS.1998.058.439). Photo by A. Barcelos Neto (2002).

people into animals and vice versa. For Amazonian shamans in general, the act of knowing is intrinsically associated with the act of transforming (Lagrou, 2007). Those who are indifferent to transformations are unaware of the worlds, be it the world of the awake human persons, or those where the souls of humans travel in dreams, trances or as a result of their abduction by the *apapaatai*.

In the early 1950s, the Wauja faced a terrible measles epidemic that killed approximately 50% of the population, who then lived in the village of Tsariwapoho in the mid-Batovi River. The effects of this epidemic were devastating. The survivors left the village, leaving behind corpses to be buried (Ireland, 1988). All the important ritual objects were destroyed or abandoned, since the Wauja knew that they would not be able to sustain the rituals of which they were part. Between 1952 and 1991, the ritual system comprising the *apapaatai* festival was preserved in a minimal form of existence.

In 1991, a Wauja shaman managed to bring back the trio of jaguar-flutes (*Kawoká Yanumaka-nãu*). But it was only in 1997 that the great ritual called *Apapaatai Iyãu*, in which a trio of flutists leads a legion of masked beings, was performed again. The Wauja repeated this ritual in 2000 (Barcelos Neto, 2004) and in 2005 (Beuvier, 2006). The great anaconda-drum (*Pulupulu*) that existed in Tsariwapoho (Lima, 1950) was never recovered in Piuyлага. The Kamayurá managed to awaken it in the Ipavu village in 1998 (Barcelos Neto, 2011b).

Wauja shamans tell that these *apapaatai*, embodied in the form of ritual objects, were 'sleeping' between 1952 and 1991. However, they kept appearing in their dreams and sometimes managed to steal the souls of the Wauja. Several references to these ritual objects appear in the 646 drawings collected by Vera Penteadó Coelho between 1978 and 1983. Figure 6 shows a drawing of a

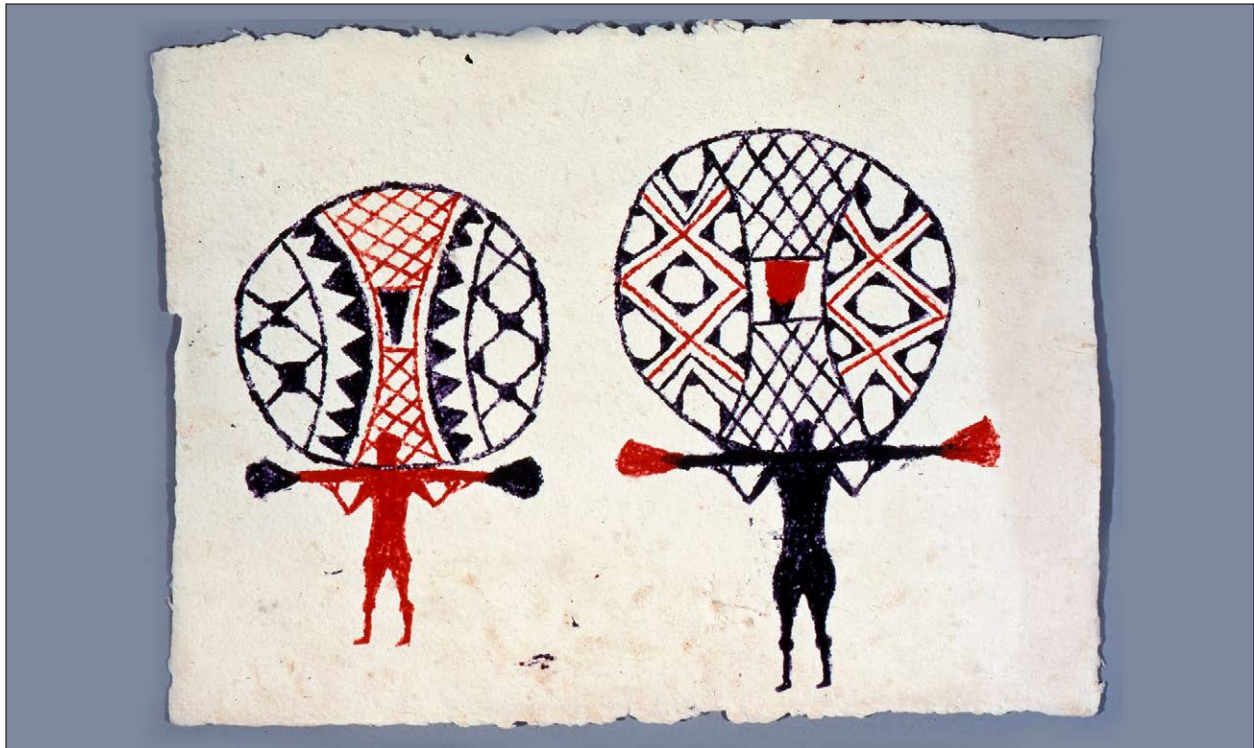


Figure 6. "Atirruá" (*Atujuwá*), giant mask of the whirlwind spirit. Drawing by Apyká (Kamo) Wauja (1980). Acrylic on paper, 70 x 50 cm. Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo, Vera Penteadó Coelho Ethnographic Collection (WD80-53). Photo by Ader Gotardo (2014).

male and female *Atujuwá apapaatai* made in 1980 by Apyká (Kamo) Wauja; this masquerade spirit only reappeared as an artefactual body among the Wauja in 1991 and it was made as a jaguar on that occasion. Since it was impossible to give shape to all these *apapaatai*, drawing was the only resource for making them at that time, even if it did not provide a sense of completeness, as in the case of artefacts. As the amount of *apapaatai* is much higher than the types of ritual objects, specific animal-spiritual identities can only be conferred to the latter through the variation and combination of iconographic motifs painted on the surface of objects (Barcelos Neto, 2011a).

For anthropologists and educators involved in the development of didactic materials for indigenous schooling, the appropriation of pencil and paper by the Xinguanos has frequently have a strong sense of memorialisation. This practice, started by shamans, gradually became a fully incorporated technology of memory in the Upper Xingu. The Wauja, for example, took a special interest in illustrating the rituals that had disappeared before the 1950s: the ball game that was performed in a tomb-shaped field appears among the sets of drawings from the 1978-1983 and 1998-2004 collections.

The exercise of drawing on paper has also become an extension of the system of divination in tobacco shamanism, which is intrinsically related to the complex ritual system of seeing, bringing and making *apapaatai* that confers physical and material existence to the spirits of animals. Determining what is (or what might be) an object or an animal, or rather, about what artefactual body should acquire a certain animal spirit, depends on a long process of visualisation related to tobacco consumption. This process seeks to locate the shaman in a specific perspective position through the help of a shamanistic tutelary spirit. These interspecific relationships, however, have certain limits. Viveiros de Castro (2015) emphasises that:

Perspectivism is rarely applicable to all animals (as well as encompassing other beings); it appears

more frequently to be salient for species such as the great predators or carnivores, like the jaguar, the anaconda, vulture or the harpy eagle, as well as for typical human prey, such as the peccary, monkeys, fish, deer and the tapir. (Viveiros de Castro, 2015, p. 45, my translation).

The jaguar, the anaconda and fish, especially the predatory ones, such as dogfish, piranha and pirarara, are among the animals whose spirits are most often present in the dreams and trances of the shamans and the sick. The extraordinary pathogenic abilities of these animal spirits make it possible for human subjects to see the world and to be in it in the same way as the *apapaatai* are. Only shamans can give way to the process that reverses the transformation of humans into nonhumans. When humans are sick, they see the *apapaatai* as anthropomorphic beings, 'just like people'. When these *apapaatai* are produced as ritual characters, several of them can receive garments (Figure 7) corresponding to contingent bodies, or powerful bodies.

The image in Figure 7 shows a male anaconda wearing a spirit-garment (or mask, in technical terminology) known as *Atujuwá*, which is a giant outfit that makes it possible for those who wear it to fly. The anaconda dressed as *Atujuwá* appears as a celestial being, whose powers are often magnified in relation to the terrestrial and aquatic snakes. In Figure 6, *Atujuwá* is dressed as a fish; on the left, we see the female; on the right, the male. *Atujuwá* and the other spirit-garments that fly make it possible for the celestial world to also be populated by aquatic and terrestrial beings. The *temepianá* motif (anaconda skin) that surrounds the outer edge of the mask of (Figure 7) is an unquestionable marker of its ophidian identity. The figurative drawing of two anacondas arranged in front of each other, close to the geometric graphic motif, is first and foremost a hyperbole, a visual device that magnifies the presence of the celestial anacondas among the Wauja and the other *apapaatai* who participated in this ritual in February 2005 (Apapaatai, 2007). The anaconda, by the way, was the owner of that festival, leading the other *apapaatai* who were there. It is interesting to bring together the Wauja case and two other cases from Western Amazonia:





Figure 7. *Atujuwá walamá enoja*, male anaconda wearing the giant mask of the whirlwind spirit. Piyulaga Village, March 2005. Photo by A. Barcelos Neto (2005).

For the Yaminawa, who pay little attention to the ritual construction of the body, what matters is what is processed by the sense of sight: it is *ayahuasca* or a powerful eye drop that allows one to see anacondas as people, or to see people as anacondas. For the Kaxinawá it is rather a body art which acts through painting, dieting, or modelling. The difference often pointed out between peoples who make an intense use of hallucinogens and those who do not use them, and who objectify their visions in the way their village is arranged or in body paintings, can be understood in the context of this perspectival back-and-forth movement, and indeed, one of the strengths of perspectivism is the possibility of establishing a correlation between the universe of visions and that of ritual or visual performance. (Calavia Sáez, 2012, p. 14, my translation).

As they express their interest in a version of perspectivism that emphasises a wide range of non-human bodies, the Wauja considerably and imaginatively expand

possibilities of bodily transformations in the correlation pointed out by Calavia Sáez (2012). Figure 8 shows the outer bottom of a *kamalupo* pot, or 'giant pot,' as the Wauja translate it. It is an anaconda-pot, whose geometrical graphic motif covers the central part of the surface of its external circular background with two parallel rows of the *temepianá* motif. The making of this giant pot as a virtual anaconda can be understood from the perspective of the intricate transformative relations that involve the characters in Figures 2, 3, 4, 5 and 7. Their anthropomorphic manifestation are the *yerupoho temepiyão*, anaconda men (Figure 2). The serpent with arms who owns the fish-flutes (Figure 3) is another possibility of body. The faeces of *Kamalu Hai* (Figure 4) are the raw material that constitute the body of the anaconda-pot. The same principle that explains the transformation of the old *yerupohokana* carried

by *Kamalu Hai* into cannibal monsters (Figure 5) may explain an eventual transformation of *kamalupo* (Figure 8) into an anaconda snake, for example, during a solar or lunar eclipse. Both the giant mask (Figure 7) and the giant pot are anacondas that, because of the different bodies that they have, exist in a domesticated (pot-like) or potentially predatory (mask-like) way. The body of the giant pot has two important details that reveal yet another interpretative dimension of the correlation between image and body.

The outer side of the pot is entirely covered by the *mitsewene* (piranha tooth) geometric motifs, which are formed by a series of triangles with an inverted base and *weri-weri* (fish skin). The latter motif consists of a series of black points arranged in three dotted lines. In the upper part of the pot, close to the central motif, two compositions are opposite and symmetrical to each other, with the *kulupiene* motif, which alludes to fish as a generic population.

The graphic composition that marks the two animal identities of this pot – anaconda and fish – follows a visual principle known as abstract chimera (Lagrou, 2013). In his analysis of a set of Amazonian images similar to the giant Wauja pot, Severi (2011) notes that these iconographic systems are interested in making composite bodies out of parts of bodies of various other animals.

CONCLUSION

In this article, I have tried to show that Wauja art, stimulated by the consumption of tobacco smoke and the exegetical work on myths, exhibits a thematic emphasis on relations of predation, a preference for the line as an expressive form for the creation of animal-spirit identities, a reflection on the cosmological problems of the instability of bodies and the exchange of perspectives with animal-spirits, and above all an aesthetic interest in the representation



Figure 8. External surface of an upside down kamalupo, large sized ceramic pot. Piyulaga Village, June 2000. Photo by A. Barcelos Neto (2000).

of transformations, especially those of animals and their spiritual powers. This visual art is an unquestionable legacy produced both by the profound relationship that artistic imagination and creation have with psychoactive plants in native Amazonia and by the dialogue between Wauja shamans and anthropologists.

Collecting large number of drawings on paper in a systematic way has been an ethnographic method rarely employed by anthropologists working in Amazonia. The reasons for this are various. One of them is certainly the little interest many Amazonian people have on expressing the complexities of their cosmological ideas through this alien visual medium. However, this was not the case for the Wauja, who have enthusiastically engaged with the novelty of paper and colour pencil and have explored this technic extensively. Despite their genuine interest for this medium, the Wauja have not incorporated it as an art practice. No Wauja, shaman or not, have dared to invest time and resources to become a visual artist in the emerging Amazonian contemporary art scene (Matos; Belaunde, 2014; Belaunde, 2016). Unlike the Huni Kuin, Baniwa, Huitoto, Ashaninka and Shipibo-Konibo, for example, the Wauja shamans have never shown any interest in participating in the aforementioned scene; however, they are aware that these drawings exist, to a certain extent, in an intersection zone between their own visual art system and the western expectation of figurative representations of their cosmological ideas.

The historical significance of the ethnographic collections of 1,407 drawings produced by the Wauja between 1978 and 2004 is yet to be understood. They will possibly have, together with other similar collections, a defining impact on the conceptualization of a history of Amazonian Indigenous art. By the way, a history that awaits to be written. However, independently of their strictly art historical value, ethnographic collections have been gradually encompassed by Indigenous political movements focused on the direct or indirect safeguarding of tangible and intangible cultural heritage (Andrelo, 2013;

Martini, 2012). In recent years, some Upper Xingu groups, specially the Kuikuro and Kamayurá, have cultivated a special interest in the safeguarding of their cultural and artistic heritage through the creation of documentation centres and the investigation of ethnographic archives (Kamayurá, 2018). Unfortunately the knowledge of the Wauja drawings collections practically exists now only in the memory of the elders. Devolving these collections to younger generations of Wauja will not just guarantee their right to participate in the safeguarding of their cultural heritage, but it will also allow the unfolding of new meanings of tobacco visions.

ACKNOWLEDGEMENTS

The research for this article was supported by the Newton Fund/São Paulo Research Foundation International Visiting Fellowship Scheme, grant n. 2015/50398-6. I would like to express my gratitude to the Department of Anthropology of the University of Campinas and to the Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo, my host institutions in Brazil. I am immensely grateful to the Wauja for their hospitality and generous support, to Antonio Guerreiro, Clarice Cohn, Els Lagrou, Fabíola Silva, Lux Vidal, Rafael Menezes Bastos and Renato Sztutman for inspiring and motivating my research and to Jamille Pinheiro for the English translation of the original manuscript.

REFERENCES

- ANDRELO, Geraldo. Origin narratives, transformation routes: heritage, knowledge and (a)symmetries on the Uaupés river. **Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 495-528, jan.-jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412013000100020>.
- APAPAATAI. Direção, roteiro e pesquisa de Aristoteles Barcelos Neto. São Paulo: Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da Universidade de São Paulo, 2007. Digital video, 17 min., color, subtitles in English and Portuguese. Available in: <<https://vimeo.com/43945855>>. Access in: 10 June 2018.
- BARCELOS NETO, Aristoteles. Le réveil des grands masques du Haut-Xingu: iconographie et transformation. In: GOULARD, Jean-Pierre; KARADIMAS, Dimitri (Org.). **Masques des hommes, visages des dieux**. Paris: CNRS, 2011a. p. 27-52.

BARCELOS NETO, Aristoteles. A serpente de corpo repleto de canções: um tema amazônico sobre a arte do trançado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 981-1012, quad. 2011b. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.39653>.

BARCELOS NETO, Aristoteles. The (de)animalization of objects: food offerings and the subjectivization of masks and flutes among the Wauja of Southern Amazonia. In: SANTOS-GRANERO, Fernando (Ed.). **The occult life of things**: native Amazonian theories of materiality and personhood. Tucson: University of Arizona Press, 2009. p. 128-153.

BARCELOS NETO, Aristoteles. **Apapaatai**: rituais de máscaras no Alto Xingu. São Paulo: EDUSP, 2008.

BARCELOS NETO, Aristoteles. A cerâmica wauja: etnoclassificação, matérias-primas e processos técnicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 15-16, p. 357-370, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2006.89727>.

BARCELOS NETO, Aristoteles. **Visiting the Wauja Indians**: masks and other living objects from an Amazonian collection. Translation by David Rodgers. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2004.

BARCELOS NETO, Aristoteles. **A arte dos sonhos**: uma iconografia ameríndia. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Assírio & Alvim, 2002a.

BARCELOS NETO, Aristoteles. Wauja. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo, 2002b. Available in: <<https://pib.socioambiental.org/en/povo/wauja/print>>. Access in: 29 Jan. 2018.

BARCELOS NETO, Aristoteles. O universo visual dos xamãs wauja (Alto Xingu). **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, v. 87, p. 137-161, semest. 2001. DOI: <https://doi.org/10.4000/jsa.1958>.

BELAUNDE, Luisa Elvira. Donos e pintores: plantas e figuração na Amazônia peruana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 611-640, set.-dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442016v22n3p611>.

BEUVIER, Franck. La danse des grands masques amazoniens: chronique d'un événement. **Gradhiva**, Paris, n. 4, p. 115-122, semest. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/gradhiva.609>.

CALAVIA SÁEZ, Oscar. Do perspectivismo ameríndio ao índio real. **Campos**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 7-23, abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v13i2.36728>.

CARNEIRO, Robert L. Recent observations on shamanism and witchcraft among the Kuikuro indians of central Brazil. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v. 293, n. 1, p. 215-228, July 1977. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1977.tb41815.x>.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-23, abr. 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100001>.

CHARING, Howard G.; CLOUDSLEY, Peter; AMARINGO, Pablo. **The Ayahuasca visions of Pablo Amaringo**. Rochester: Inner Traditions, 2011.

COELHO, Vera Penteadó. Figuras antropomorfas nos desenhos dos índios Waurá. **Bulletin de la Société Suisse des Américanistes**, Genebra, n. 55-56, p. 57-77, 1991-1992.

COELHO, Vera Penteadó. **Waurá**: a selection of drawings by the Waurá Indians of the Alto-Xingu, Mato Grosso, Brazil. Sonoma: University Art Gallery, 1991.

COELHO, Vera Penteadó. Zeichnungen der Waurá-Indianer. In: MÜNZEL, Mark (Org.). **Die mythen sehen**: bilder und zeichen vom Amazonas. Frankfurt: Museum für Völkerkunde, 1988. p. 465-532.

DOLE, Gertrude. Shamanism and political control among the Kuikuro. In: BECKER, Hans (Ed.). **Beiträge zur völkerkund südamerikas**. Hannover: Münstermann-Druck, 1964. p. 53-62. (Völkerkundliche Abhandlungen, v. 1).

ECHEVERRI, Juan Alvaro. Cool tobacco breath: the uses and meaning of tobacco among the people of the centre. In: RUSSEL, Andrew; RAHMAN, Elizabeth (Ed.). **The master plant**: tobacco in lowland South America. London: Bloomsbury, 2015. p. 107-129.

FÉNELON COSTA, Maria Heloísa. **O mundo dos Mehináku e suas representações visuais**. Brasília: UNB, 1988.

GREGOR, Thomas. **Mehinaku**: the drama of daily life in a Brazilian Indian village. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

HECKENBERGER, Michael J. **The ecology of power**: culture, place, and personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000. New York: Routledge, 2005.

HECKENBERGER, Michael J. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael J. (Org.). **Os povos do Alto Xingu**: história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001a. p. 21-62.

HECKENBERGER, Michael J. Epidemias, índios bravos e brancos: contato cultural e etnogênese do Alto Xingu. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael J. (Org.). **Os povos do Alto Xingu**: história e cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001b. p. 77-110.

IRELAND, Emilienne Marie. Cerebral savage: the white man as symbol of cleverness and savagery in Waurá myth. In: HILL, Jonathan D. (Ed.). **Rethinking history and myth**: indigenous South American perspectives on the past. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 157-173.

JANIGER, Oscar; DOBKIN DE RIOS, Marlene. Suggestive hallucinogenic properties of tobacco. **Medical Anthropology Newsletter**, New York, v. 4, n. 4, p. 6-11, Aug. 1973.

KAMAYURÁ, Leandro Marcello. Arquivo Kamayurá. **Rumos: Itaú Cultural**. São Paulo, 2018. Available at: <<http://www.itaucultural.org.br/conheca-os-projetos-selecionados-no-rumos-2017-2018>>. Access on: 10 June 2018.

LAGROU, Els. Podem os grafismos ameríndios ser considerados quimeras abstratas? Uma reflexão sobre uma arte perspectivista. In: SEVERI, Carlo; LAGROU, Els (Org.). **Quimeras em diálogo: grafismo e figuração na arte indígena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 67-109. (Coleção Sociologia e Antropologia).

LAGROU, Els. **A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica** (Kaxinawa, Acre). Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LIMA, Pedro Estevão de. Os índios Waurá, observações gerais: a cerâmica. **Boletim do Museu Nacional, Antropologia. Nova Série**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-44, 1950.

LUNA, Luis Eduardo; AMARINGO, Pablo. **Ayahuasca visions: the religious iconography of a Peruvian Shaman**. Berkeley, CA: North Atlantic Books, 1991.

MACK, John. Drawing degree zero: the indigenous encounter with pencil and paper. **World Art**, Norwich, v. 2, n. 1, p. 79-103, July 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/21500894.2012.662172>.

MARTINI, André. O retorno dos mortos: apontamentos sobre a repatriação de ornamentos de dança (*basá busá*) do Museu do Índio, em Manaus, para o rio Negro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 331-356, quad. 2012.

MATOS, Beatriz; BELAUNDE, Luisa Elvira. Arte y transformación: experiencias e imágenes de los artistas de la Exposición iMira!. **Mundo Amazónico**, Colombia, v. 5, p. 297-308, enero-dic. 2014.

MENEZES BASTOS, Rafael José de. O “payemeramaraka” kamayurá: uma contribuição à etnografia do xamanismo no Alto Xingu. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27-28, p. 139-177, quad. 1984-1985.

PIEADADE, Acácio Tadeu de Camargo. **O canto do Kawoká: música, cosmologia e filosofia entre os Wauja do Alto Xingu**. 2004. 254 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RUSSEL, Andrew; RAHMAN, Elizabeth. Introduction: the changing landscape of tobacco use in lowland South America. In: RUSSEL, Andrew; RAHMAN, Elizabeth (Ed.). **The master plant: tobacco in lowland South America**. London: Bloomsbury, 2015. p. 1-23.

SECRETARIA ESPECIAL DA SAÚDE INDÍGENA (SESAI). **Dados populacionais das etnias cadastradas no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

SEKI, Lucy. The Upper Xingu as an incipient linguistic area. In: DIXON, Robert; AIKHENVALD, Alexandra (Ed.). **The Amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 417-430.

SEVERI, Carlo. L'espace chimérique: perception et projection dans les actes de regard. **Gradhiva**, Paris, n. 13, p. 8-47, semest. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/gradhiva.2021>.

TAYLOR, Anne-Christine. Voir comme un autre: figurations amazoniennes de l'âme et des corps. In: DESCOLA, Philippe (Org.). **La fabrique des images: visions du monde et formes de la représentation**. Paris: Somogy/Musée du Quai Branly, 2010. p. 41-52.

TAYLOR, Anne-Christine; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Un corps fait de regards. In: BRETON, Stéphane (Org.). **Qu'est-ce qu'un corps? Afrique de l'Ouest, Europe occidentale, Nouvelle-Guinée, Amazonie**. Paris: Musée du Quai Branly/Flammarion, 2006. p. 148-199.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992. p. 87-102.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. **Boletim do Museu Nacional, Antropologia, Nova Série**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 40-49, 1979.

**Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos:
quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em
saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá**
Environmental licensing of large-scale enterprises: what are the limits for
evaluating direct and indirect impacts on health? A case study in the
Wajãpi Indigenous Land, Amapá

Eduardo Stramandinoli Moreno^I, Joana Cabral Oliveira^{II}, Paloma Helena Fernandes Shimabukuro^{III}, Luciana Carvalho^I

^IUniversidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil

^{II}Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil

^{III}Instituto René Rachou. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Resumo: A realização de estudos de impacto ambiental (EIA) prévios à implantação de grandes empreendimentos é obrigatória no Brasil. Porém, os critérios normativos para delimitação de áreas de influência são considerados imprecisos e insuficientes. O presente artigo busca demonstrar como impactos ambientais em série causados pela implantação de usinas hidrelétricas e por projetos de mineração industrial no Amapá desencadearam surtos de malária e de leishmaniose tegumentar americana (LTA) na Terra Indígena Wajãpi e em outros assentamentos da região central do estado. Análises espaciais de desmatamento, curvas de variações climáticas e cronologia de impactos de tais empreendimentos, feitas entre 2003 e 2015, foram utilizadas para verificar a correlação de efeitos na saúde em comunidades não incluídas durante as diversas fases do licenciamento para implantação destes empreendimentos. Os resultados demonstram que surtos de malária e de LTA estiveram correlacionados com aumento das taxas de desmatamento causado pela expansão de assentamentos rurais, mas principalmente pela implantação de duas usinas hidrelétricas e intensificação de atividades de mineração industrial de ouro e de ferro, assim como o consequente incremento de garimpos na região. Os resultados explicitam a fragilidade do processo de licenciamento ambiental para delimitação de áreas de influência indireta, principalmente relacionados a aspectos da saúde.

Palavras-chave: Licenciamento ambiental. Usinas hidrelétricas. Mineração. Doenças transmitidas por vetores. Saúde ambiental.

Abstract: In Brazil, it is mandatory to conduct environmental impact studies prior to deploying large-scale ventures. However, the normative criteria for demarcating areas of influence are considered imprecise and insufficient. The present article aims to demonstrate how serial environmental impacts caused by the implementation of hydroelectric power plants and industrial mining in the state of Amapá triggered outbreaks of malaria and American cutaneous leishmaniasis (ACL) in the Wajãpi Indigenous Land and other settlements in the region. Spatial analysis of deforestation, climate variation curves, and the chronology of events from 2003 to 2015 were used to verify the correlation of indirect health effects in communities which were not included during the licensing stages for deploying these projects. The results showed that outbreaks of malaria and ACL were correlated with increased rates of deforestation caused by the expansion of rural settlements, but mainly by the establishment of two hydroelectric power plants, the growth in industrial iron mining, as well as the simultaneous increase of mining camps (*garimpos*) in the region. The results highlight the fragility of the environmental licensing process for demarcating indirectly influenced areas, particularly with regard to health issues.

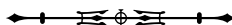
Keywords: Environmental licensing. Hydroelectric power plants. Mining. Vector-borne-diseases. Environmental health.

MORENO, Eduardo Stramandinoli; OLIVEIRA, Joana Cabral; SHIMABUKURO, Paloma Helena Fernandes; CARVALHO, Luciana. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 519-540, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.812220180003000003>.

Autor para correspondência: Eduardo Stramandinoli Moreno. Universidade Federal do Oeste do Pará. Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) – Salé. Santarém, PA, Brasil. CEP 68035-110 (eduardo_smoreno@yahoo.com.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1544-7115>.

Recebido em 18/01/2018

Aprovado em 27/06/2018



INTRODUÇÃO

Em meio a uma enorme crise política e econômica, em agosto de 2017, o governo federal publicou o Decreto n. 9.142/2017, que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), a fim de atrair investimentos privados para o setor de mineração (Brasil, 2017a). A área de aproximadamente quatro milhões de hectares, localizada na divisa entre o sul e o sudoeste do Amapá com o Pará, foi criada em 1984, sob a égide do regime militar, para preservar os recursos minerais¹. Rica em ouro, ferro, manganês e tântalo, a RENCA sobrepõe-se parcialmente às áreas de proteção ambiental e a terras indígenas (Wajãpi, Paru d'Oeste e Parque do Tumucumaque). Segundo o governo, a sua extinção permitiria a concessão para exploração e aproveitamento do potencial mineral da região, estimulando o desenvolvimento econômico nacional. Alegou-se, ainda, que a regulamentação da atividade minerária coibiria garimpos ilegais já existentes no local, os quais aumentariam frente ao alarde sobre a existência da reserva; argumento semelhante ao que fora usado na década de 1990 para legalizar garimpos em terras yanomami (Ramos, 1993).

Após repercussões negativas e grande mobilização de grupos ambientalistas, de órgãos indigenistas e da opinião pública nacional e internacional, com atuação dos Wajãpi na linha de frente desses manifestos, com voz pungente contra a extinção da RENCA², o governo federal revogou o referido decreto por meio de outro (Decreto n. 9.147/2017) (Brasil, 2017b). Em setembro, por fim, o governo publicou o Decreto n. 9.159/2017, que suspendeu os efeitos da abertura da reserva e revigorou aqueles relativos à sua criação (Brasil, 2017c).

Assim, foram cancelados os planos de permissão para extração mineral, determinando-se que qualquer nova alteração só seria levada a cabo após uma discussão adequada com a sociedade.

Apesar de a repercussão negativa ter provocado a reavaliação da resolução inicial, a ameaça de liberação da RENCA mantém-se eminente e viva. O processo autoritário de decisão de sucessivos governos sobre a exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis é bastante comum em diversas regiões da Amazônia, gerando significativos impactos socioambientais e sanitários, com variada visibilidade. Conforme afirmam Fearnside e Laurence (2012, p. 91), quando projetos desenvolvimentistas repercutem de maneira negativa na imprensa e na sociedade, causando ônus político, “[...] eles podem simplesmente ficar latentes durante décadas para reemergirem depois, em um momento mais politicamente favorável”.

A pressão pela abertura de áreas protegidas e de terras indígenas na Amazônia para a exploração mineral não é recente e ocorre em diferentes esferas de ação política (Capiberibe; Bonilla, 2015, 2012). Em um diagnóstico do setor mineral do Amapá, publicado pelo governo desse estado (Oliveira, M., 2010), são apontados entraves para um suposto desenvolvimento, entre eles: (i) a ocorrência de 20% da província metalogenética em terras indígenas, onde, no momento, a mineração está impedida; (ii) a existência da RENCA, que impede a exploração em área que apresenta potencialidade mineral; (iii) a sobreposição de cerca de 70% da RENCA a unidades de conservação (UC), o que limita ainda mais o acesso às *commodities* minerais³. Diante desses supostos obstáculos, as ações propostas pelo documento são: (a) articulação política do estado para pressionar o

¹ A RENCA foi criada pelo Decreto n. 89.404/1984 (Brasil, 1984) e alterada pelo Decreto n. 92.107/1985 (Brasil, 1985).

² Vídeos e reportagens em que os Wajãpi aparecem como um dos grupos ameaçados pelo empreendimento foram produzidos por diferentes e relevantes fontes nacionais e internacionais, entre as quais: El País, The Guardian, The New York Times, Veja, Folha de São Paulo, Estadão, TV Globo e portais da internet. A ampla divulgação de matérias sobre o caso fomentou um debate acalorado nas redes sociais e alimentou petições contrárias ao decreto.

³ Apesar de fortes pressões em sentido contrário e do propósito expresso do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) de articular novas regras com os órgãos ambientais, a legislação brasileira em vigor proíbe, de modo geral, atividades de mineração em unidades de conservação, havendo exceções a depender da data de criação da UC. Para uma discussão sobre o assunto, ver Lima (2006).

legislativo federal a regulamentar matéria que trata da mineração em terra indígena; (b) “[...] articulação política para a revogação do decreto que criou a RENCA” (Oliveira, M., 2010, p. 134); (c) inclusão da atividade mineral no plano de manejo das unidades de conservação de uso sustentável que têm sobreposição com a RENCA (Oliveira, M., 2010).

Experiências de exploração minerária em unidades de proteção – apoiadas na intrincada legislação que regula direitos ao solo e ao sub-solo, e confunde interesse nacional com interesse público (Lima, 2006) – têm respondido por inúmeros conflitos socioambientais. No estado do Pará, são emblemáticos os casos da Floresta Nacional de Carajás (Martins; Mendonça, 2014) e de Saracá-Taquera (Wanderley, 2008). Em se tratando de UC de uso sustentável que são ocupadas por povos e comunidades tradicionais que sofrem com os impactos socioambientais provenientes da mineração, o interesse público nessas áreas é notoriamente controverso. Com o aval do governo, o suposto ‘público’ sobrepuja o interesse das comunidades locais.

Não bastassem os imbróglis causados por uma legislação caracterizada por “[...] lacunas, sobreposições, imprecisões e controvérsias [que podem] levar a uma deliberada confusão nas decisões políticas e jurídicas a respeito do uso do subsolo nas UC” (Lima, 2006, p. 9), os processos de licenciamento ambiental que antecedem a instalação de tais empreendimentos tendem a apresentar falhas graves, comprometendo o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Não se trata de uma característica exclusiva dos procedimentos para a instalação de empreendimentos em unidades de conservação, mas de um traço recorrente nos processos de licenciamento ambiental no Brasil, como demonstra a coletânea de artigos organizada sob o sugestivo título “A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais” (Zhour et al., 2005).

Os impactos ambientais causados por grandes empreendimentos – como construção de usinas hidrelétricas, atividades de mineração e de agronegócio – são severos

em muitas formas, e vão além de transformações diretas e imediatas de uso do território. Se alguns tipos de impactos diretos, como desmatamentos ou alagamentos, são considerados de modo instantâneo, os indiretos envolvendo questões de saúde são ainda bastante limitados ou quase inexistentes nas avaliações.

Muitas e variadas são as possíveis interferências decorrentes do processo de instalação dos grandes empreendimentos, entre as quais pode-se destacar como as mais comuns: (i) necessidade de realocação de comunidades, ação que gera uma brusca alteração de seus modos de existência; (ii) grande migração populacional, que traz consigo violência, aumento da criminalidade, prostituição e consequente aumento das doenças sexualmente transmissíveis; (iii) desmatamento ou alagamento de grandes áreas, gerando intenso desequilíbrio ecológico, o que afeta a disponibilidade de caça e de pesca, que ocasiona a redução de áreas cultiváveis e a proliferação da população de vetores, incluindo artrópodos e moluscos, levando ao aumento na incidência de malária e de outras doenças.

Em relação a este último padrão de impacto, a usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, talvez seja até hoje o exemplo mais claro sobre o qual o aumento da densidade de vetores e da incidência da malária foi mais bem documentado (Vasconcelos et al., 2006; Couto et al., 2001). Entre os exemplos nos quais se pode identificar tal correlação, pode-se citar os casos das usinas de Santo Antônio e de Jirau, em Rondônia (Katsuragawa et al., 2009), de Balbina, no Amazonas (Quintero et al., 1996), de Itaipu, no Paraná (Bértoli; Moitinho, 2001), entre outros casos (Rezende et al., 2009; Koifman, 2001). Uma revisão de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sobre os impactos de usinas hidrelétricas em mais de 150 terras indígenas no Brasil demonstra que os efeitos afetam direta ou potencialmente mais de um terço da população indígena brasileira, evidenciando o racismo ambiental que permeia a vida destas populações (Koifman, 2001; Porto et al., 2013). A proliferação de doenças transmitidas por vetores

consta entre os principais impactos citados (Koifman, 2001). São abundantes os exemplos de como a implantação de atividades de mineração possibilita a proliferação de insetos vetores e a incidência de doenças como malária e leishmaniose (Andrade et al., 1995; Duarte; Fontes, 2002; Chagas et al., 2006; Barbieri; Sawyer, 2007).

Ramos (1993), em seu estudo pioneiro intitulado “O papel político das epidemias: o caso Yanomami”, descreve o crescente efeito das políticas expansionistas de garimpo e de mineração sobre a malária entre os Yanomami, em Roraima. Posteriormente, diversos outros trabalhos explicitam como comunidades indígenas são especialmente vulneráveis à convivência com grandes empreendimentos (Rigotto, 2009). Por outro viés, lideranças indígenas têm dado acesso a perspectivas internas sobre como lidam e percebem a imposição de atividades minerárias em seus territórios. Kopenawa e Albert (2015) e Albert (2002) mostram como os Yanomami atrelam, de modo direto, a extração do ouro às epidemias que ameaçam não só a existência de seu povo, mas apontam para a possibilidade de um colapso da terra. O xamanismo está entre as ferramentas agenciadas para lidar com as catástrofes advindas da exploração desmedida dos brancos. Contudo, a compreensão e a agência indígenas são mais um quesito normalmente ignorado pelos estudos de impacto.

De acordo com dados do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas (Cardoso et al., 2009), há forte correlação entre contextos socioambientais injustos, processos históricos de expropriação, discriminação, condições adversas de vida e desestruturação dos modos de existência de comunidades indígenas. Combinados, tais fatores levam a cenários nos quais esses povos vivem em situações de maior vulnerabilidade e desvantagem em relação a outros segmentos da população nacional, mesmo quando comparados com as frações mais pobres da sociedade brasileira (Porto et al., 2013). O relatório final do inquérito aponta, por exemplo, que transformações sociais, culturais, ambientais e econômicas contribuem

significativamente para que problemas de saúde característicos da pobreza e da vulnerabilidade social – como as doenças infecto-parasitárias (principalmente a malária), a anemia e a desnutrição – permaneçam como questões importantes para se pensar no quadro de morbimortalidade entre povos indígenas.

O presente artigo pretende contribuir para o debate sobre o modelo de desenvolvimento imputado à Amazônia, considerando especificamente a importância da participação do setor da saúde nos processos de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos. Parte-se de um estudo de caso realizado na Terra Indígena Wajãpi (TIW), que discute como a crescente ocorrência de atividades de mineração e a construção de usinas hidrelétricas no Amapá desencadearam um efeito cascata de aumento de doenças transmitidas por vetores (especificamente, malária e LTA) em áreas que não foram consideradas como zonas de impacto dos últimos empreendimentos.

Essas doenças são consideradas endêmicas no estado do Amapá, de forma que são esperados alguns casos anualmente. Porém, o número de casos de ambas as doenças na TIW aumentou abruptamente a partir de 2012, com taxas de incidência proporcionalmente maiores em comparação a municípios e a assentamentos vizinhos. Tal percepção se deu inicialmente pela própria população e por profissionais de saúde atuantes na região, o que desencadeou uma pesquisa multi-institucional, a fim de identificar possíveis determinantes socioambientais neste processo.

Esse cenário levantou questionamentos sobre o aumento de casos das doenças de transmissão vetorial na TIW e, a partir de 2012, delineou o projeto “Determinantes socioambientais da leishmaniose tegumentar americana, na Terra Indígena Wajãpi, Amapá” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, processo 404390/2012-9), cujo objetivo era avaliar os principais fatores de risco para a LTA, utilizando-se uma abordagem interdisciplinar. Na oportunidade, atividades de campo permitiram a identificação dos marcos temporais e

das modificações ambientais e sanitárias percebidas pelos Wajãpi no contexto desta pesquisa (Moreno et al., 2016).

Fatores externos também foram levantados como possíveis determinantes para o processo investigado. Por um lado, a mineração, realizada tanto em pequenos garimpos quanto por grandes empresas instaladas historicamente na região, provoca importantes impactos ambientais nos municípios fronteiriços à TIW. Por outro lado, a partir de 2011, iniciou-se o processo de instalação de duas usinas hidrelétricas (UHE) – Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão – a cerca de 150 km dos limites da TIW, impactando a bacia do rio Araguari, da qual muitos rios e igarapés da TIW fazem parte. Contudo, a simultaneidade de tantos possíveis fatores de impactos no já complexo contexto de ocupação territorial da região não permitiu uma visão clara dos motivos de ocorrência dos surtos de doenças de transmissão vetorial na TIW.

Assim, demonstra-se aqui as dificuldades de avaliar os impactos indiretos e cumulativos em contextos nos quais grandes alterações ambientais são estabelecidas em série, bem como a complexidade de mensurar como eles se projetam para além dos perímetros considerados nos estudos de impacto que atendem à legislação de licenciamento ambiental ora vigente. Utiliza-se o ‘princípio de consiliência’, também conhecido como convergência de evidência ou concordância de evidência, para o qual evidências de fontes independentes e não relacionadas podem ‘convergir’ para o estabelecimento de fortes conclusões. Ou seja, quando várias fontes de evidência estão de acordo, a conclusão pode ser muito forte, mesmo quando nenhuma das fontes é significativamente forte, ao ser considerada individualmente (Wilson, 1998).

MARCO TEÓRICO

Estudos técnicos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em diferentes escalas fazem parte dos procedimentos preliminares do licenciamento ambiental, obrigatório para instalação de empreendimentos ou de atividades com potencial de poluição ou de degradação do meio ambiente.

A Resolução CONAMA n. 001/86 é o documento de referência que estabelece, no Brasil, as diretrizes gerais para uso e implementação da AIA como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Tem como seus principais dispositivos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

No art. 1º, a supracitada Resolução define impacto ambiental como:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais. (Brasil, 1986).

O conteúdo a ser apresentado no estudo varia de acordo com a atividade pretendida e as especificidades ambientais e sociais da região na qual o projeto se insere (Oliveira, F.; Medeiros, 2007). A propósito, a Resolução CONAMA n. 001/86, art. 5º, inciso III, traz a necessidade de “Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza” (Brasil, 1986).

O artigo 6º, inciso II, determina que o estudo de impacto ambiental deva desenvolver, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais. (Brasil, 1986).

Apesar de haver indicativos da necessidade de avaliação dos impactos indiretos e cumulativos, eles

são abordados de forma superficial, sendo considerados por muitos autores como imprecisos e insuficientes (Oliveira, V., 2008). Conforme Bursztyn, Maria e Bursztyn, Marcel (2012, p. 505), “[...] o licenciamento de cada um, isoladamente, permite que possíveis impactos cumulativos ou sinérgicos sejam negligenciados na análise”.

Segundo Generoso (2012, p. 4):

A necessidade de prévio licenciamento ambiental para implantação e operação de empreendimentos potencialmente geradores de prejuízos ambientais está orientada pelos hoje propagados princípios da prevenção e da precaução.

Antunes (2008, p. 45) complementa que este princípio “[...] aplica-se a impactos ambientais já conhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis”.

Historicamente, no Brasil, os planos plurianuais – “[...] conjuntos de investimentos do governo federal brasileiro para períodos de quatro anos” (Fearnside; Laurence, 2012, p. 87) – trazem em comum uma forma de planejamento que prevê grandes obras de expansão programadas para a região amazônica, incluindo implantação de rodovias, atividades de mineração industrial e construção de usinas hidrelétricas. No entanto, o período limitado de quatro anos, previsto para execução de tais obras, traz como efeito a aceleração do processo de licenciamento ambiental, da licitação e do financiamento. Constata-se que

[...] poderosos grupos de interesse, a favor de construção de cada projeto, são mobilizados antes dos impactos ambientais e sociais serem avaliados. Essa avaliação somente acontece pouco antes do começo da construção. [...] Uma vez que o financiamento é mobilizado para um projeto, um *lobby* com interesses financeiros na aprovação do projeto se forma automaticamente, aumentando, assim, a probabilidade de aprovação governamental, independentemente dos impactos ambientais e sociais que possam ser provocados. (Fearnside; Laurence, 2012, p. 87).

Dessa forma, criam-se contextos e condições que influenciam e tendenciam o EIA e o RIMA, que acabam por se limitar à avaliação de impactos diretos, sendo comum a alienação para com danos indiretos, como aqueles causados pela atração de atividades econômicas por eles facilitadas (Fearnside; Laurence, 2012; Silveira; Araújo Neto, 2014; ISA, 2015). Ignora-se frequentemente o fato de que o incremento da acessibilidade favorece a instalação de atividades envolvendo grilagem de terras, extração de madeira e garimpos ilegais (Fearnside, 2001).

O processo de licenciamento ambiental é composto por até três etapas que, em caso de aprovação, resultam em três licenças ambientais sucessivas: (i) licença prévia (LP), (ii) licença de instalação (LI) e (iii) licença de operação (LO) (Silveira; Araújo Neto, 2014). A LP corresponde à fase de planejamento do empreendimento, quando são realizados estudos para avaliar sua viabilidade e projetar sua implantação. A LI autoriza a instalação do empreendimento de acordo com o projeto aprovado na fase LP. A LO autoriza a operação do empreendimento.

A rigor, a tomada de decisões a respeito da expedição de licenças no fluxo do processo de licenciamento ambiental deve envolver a participação social. Para tal, o instrumento previsto pela legislação é a audiência pública. Contudo, as leis não são claras quanto à natureza de tais audiências – se devem ser consultivas ou deliberativas –, como se depreende da Resolução CONAMA n. 009/87:

Art. 1º A Audiência Pública referida na Resolução CONAMA n. 1/86 tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

Art. 2º Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública. (Brasil, 1990).

As audiências públicas são coordenadas pelo órgão ambiental, idealmente destinadas à oitiva da sociedade civil,

que tem, nesse momento, a oportunidade de se manifestar sobre o licenciamento de um empreendimento, inclusive sugerindo modificações em seu projeto. Entretanto, não são poucos os casos em que elas não satisfazem as necessidades de esclarecimento dos participantes (Zhou, 2008), correspondendo, antes, à teatralização de um direito, em ocasiões em que “[...] a retórica da participação social tem proporcionado, inclusive, a manutenção de situações de opressão” (Paraíso, 2005, p. 145).

A partir dos estudos de AIA e das colocações apresentadas nas audiências públicas, é possível que o poder público, por intermédio do órgão licenciador, estipule condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor em cada fase, como forma de mitigar ou de compensar impactos decorrentes do empreendimento. Conforme descrito por Generoso (2012, p. 5):

[...] as licenças ambientais (LP, LI e LO) podem ser expedidas com ou sem condicionantes, ou seja, com ou sem determinados requisitos e obrigações que devem ser adicionalmente observados para que a atividade se desenvolva regularmente. As condicionantes funcionam como requisitos a serem estabelecidos pelo poder público em cada uma das três etapas do licenciamento.

[...] estas condicionantes passam a ser a principal base, e talvez a única, de verificação de conformidade ambiental do empreendimento na fiscalização ou na revisão das licenças ambientais [...] (Brandt; Avelar, [201-] apud Generoso, 2012, p. 5).

Entretanto, em estudo recente sobre os efeitos da UHE de Belo Monte sobre comunidades indígenas, a própria condicionante – que visa a mitigar os danos em cadeia, pautada em compensações financeiras – é entendida pelos supostos beneficiários como nefasta. Ou seja, o que os órgãos planejadores entendem como uma ação positiva – dado o valor que a economia, os bens e o dinheiro possuem na sociedade nacional – é compreendido e vivido pelos indígenas como um problema que causa

impactos sobre as relações sociais e os sistemas de conhecimento. Como nos mostra Heurich (2015, p. 77), a partir da visão Araweté: “As mercadorias do Plano Emergencial, assim, nada mais são que um adiantamento, que no futuro será cobrado com juros. As mercadorias, então, seriam o pagamento antecipado pela morte do povo do Ipixuna”.

Processos como esse exemplificam a incongruência do diálogo entre as empresas responsáveis, as comunidades potencialmente afetadas e o poder público durante as fases do licenciamento ambiental. A recorrente dificuldade de diálogo impulsionou, a partir de 2014, a elaboração de protocolos de consulta prévia, previsto pela Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho (Convenção..., 2011), de organizações indígenas⁴, com o objetivo de “[...] assegurar no ponto de partida um mínimo de equivalência entre as forças dos interlocutores” (Peruzzo, 2016, p. 2727).

A legislação de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos corre ainda o risco de ser modificada pela eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 65/2012, que busca estabelecer a dispensa das três etapas de licenciamento para o empreendedor que apresente o EIA, de forma que a obra não possa mais ser suspensa ou cancelada (Zhou et al., 2016; Sebben; Da Silva, 2016). Atualmente, a PEC aguarda aprovação junto ao Senado.

Nesse sentido, como apontado por Fearnside e Laurence (2012, p. 90):

Empresas consultoras tendem a preparar relatórios favoráveis à aprovação dos projetos, já que as consultorias são contratadas pelos proponentes da iniciativa em foco, que têm interesses financeiros na sua aprovação. Os EIA/RIMA são custeados pelo proponente, o qual, assim, tem influência na escolha da equipe contratada e na fixação de prazos finais inexequíveis, dando atenção sumária aos problemas causados pelos projetos.

⁴ Neste contexto, os Wajãpi, assim como os Mundurucu, foram pioneiros ao criarem e apresentarem seus protocolos específicos para consultas prévias.

É importante enfatizar que questões relacionadas aos aspectos da saúde tendem a ser negligenciadas durante os processos de licenciamento (Zhour et al., 2005; Porto et al., 2013; Silveira; Araújo Neto, 2014), os quais nem sempre são evidentes, de forma que, em muitos casos, os benefícios ou prejuízos das modificações introduzidas pelos empreendimentos que licenciam só podem ser visualizados e compreendidos em análises que conectem processos de larga escala às especificidades estruturais, ambientais e populacionais. Assim, há uma carência de indicadores capazes de evidenciar interações entre pressões socioeconômicas e degradação ambiental, e mostrar também como ambas combinadas são capazes de afetar os serviços ambientais que servem de suporte à vida, à saúde e ao bem-estar (Freitas, 2011). A inclusão da avaliação de impacto na saúde nos processos de licenciamento ambiental coloca o campo da saúde como um englobador de uma gama ampla de determinantes e já foi proposta na I Conferência Nacional de Meio Ambiente (2003). Assim, mesmo que o referencial normativo explicita “[...] a importância da participação do setor saúde no planejamento dos projetos de desenvolvimento [...], ainda não há legislação específica que estabeleça participação do setor saúde nos processos de licenciamento ambiental [...]” (Silveira; Araújo Neto, 2014, p. 3833).

Resultados de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, em 2008, demonstraram que, de um total de 36 estudos analisados pelo setor de saúde entre 2004 e 2007, apenas 18 (50%) tiveram algum tipo de recomendação de saúde incorporada como condicionante às licenças ambientais emitidas pelo órgão federal (Silveira; Araújo Neto, 2014). Outro fato citado na pesquisa foi de que:

[...]o envolvimento de mais um órgão no processo é visto como um ‘entrave ao desenvolvimento’, já que a pressão, normalmente exercida pelo empreendedor, para obter as licenças ambientais em tempo hábil, é recorrente durante as avaliações pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). (Silveira; Araújo Neto, 2014, p. 3834-3835).

Demonstra-se, assim, uma tendência à desvalorização das questões de saúde nos processos, de modo que dificilmente são definidas medidas nesse setor como fatores condicionantes para emissão das licenças ambientais ao empreendedor.

A exceção se dá no caso de licenciamentos para projetos de assentamento de reforma agrária e grandes empreendimentos, como a construção de usinas hidrelétricas e a realização de atividades de mineração em regiões endêmicas para malária, de forma que a avaliação do potencial malarígeno é obrigatória (Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - SVS/MS n. 47/2006; Resolução CONAMA n. 286/2001) (Brasil, 2007, 2001). Porém, muitas outras doenças de ciclos ambientais, como as leishmanioses, apesar de possuírem importante potencial epidêmico, são menos utilizadas como indicadores sanitários de impactos ambientais e sociais, pela dificuldade de se estabelecer correlações diretas entre causas e efeitos a longo prazo. Isso se dá principalmente pelo período de incubação e pela cronicidade das condições clínicas, assim como por sua complexa rede ambiental de manutenção e de transmissão. Nessas doenças, a interação parasito-hospedeiro é dinâmica e fortemente influenciada por alterações ambientais, tais como desflorestamento, fragmentação e perda de qualidade de *habitats* – fatores que influenciam a estrutura da comunidade de fauna local de potenciais vetores e hospedeiros (Conceição-Silva; Alves, C., 2014).

MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

O foco deste estudo se deu sobre a rodovia Perimetral Norte (BR-210), no Amapá, em trecho de cerca de 150 km, que conecta os municípios de Ferreira Gomes, Porto Grande, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Essa região caracteriza-se por apresentar diferentes tipos de uso da terra: zonas urbanas, oito assentamentos rurais do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), quatro unidades de conservação (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Floresta Nacional do Amapá, Reserva do Desenvolvimento Sustentável Rio Iratapuru e Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal do Triunfo), áreas de mineração industrial, garimpos ilegais, madeireiras, usinas hidrelétricas antigas e recentemente implantadas e a Terra Indígena Wajãpi (TIW).

A TIW estende-se entre as bacias dos rios Jari (a oeste), Amapari (a leste) e Oiapoque (ao norte). Sua demarcação foi homologada em 1996, com uma extensão territorial de 6.070 km² (Gallois et al., 2011). A área é de floresta tropical densa e relevo acidentado, integrando o complexo das montanhas do Tumucumaque. Os Wajãpi que ali vivem, falantes de uma língua do tronco Tupi, organizam-se em grupos locais autônomos, que se distribuem de modo disperso pelo território. A população conta com pouco mais de 1.100 pessoas, espalhadas em mais de 80 pequenas aldeias, ocupadas por um pequeno conjunto de famílias nucleares relacionadas por vínculos de parentesco.

MARCOS TEMPORAIS

Eventos com grande potencial de impacto ambiental e sanitário foram listados a partir de uma extensa revisão bibliográfica com foco sobre o histórico da região e a implantação de garimpos, de mineração industrial e de usinas hidrelétricas, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2015. Buscou-se identificar em documentos oficiais, reportagens, teses acadêmicas e artigos científicos momentos de início de atividades de cada um desses empreendimentos, os processos de obtenção de licenças e possíveis problemas relacionados a compensações ambientais e sociais, identificados no contexto. Tais variáveis foram utilizadas como possíveis marcos temporais potencialmente relacionados às curvas de casos de LTA e malária na região de estudo.

Dados do Ministério da Saúde, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema Nacional de Notificação de Malária (SIVEP-Malária) foram utilizados para a construção de séries históricas

de casos das doenças no período de estudo (Conselho Nacional de Saúde – CONEP; Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 20188213.9.0000.5091). O SIVEP-Malária foi também utilizado para a construção de uma série histórica referente ao número de garimpos registrados. Assim, casos de malária foram analisados segundo grupos especiais: área indígena, assentamentos e garimpos.

Considerando-se a dificuldade para registro sistemático e homogêneo dos dados populacionais, optou-se aqui pelo uso do número de casos totais, ao invés de taxas de incidência.

ANÁLISE DE VARIAÇÃO CLIMÁTICA

É amplamente conhecida a correlação direta entre proliferação de insetos vetores e os índices pluviométricos, de temperatura e de umidade, especialmente em casos de doenças como malária e leishmanioses (Chaves; Pascual, 2006; Olson, 2009). Mudanças no microclima regional podem ser desencadeadas tanto por impactos restritos quanto por uma conexão em rede com o clima do planeta, em que pautas como o aquecimento global e eventos sazonais como El Niño e La Niña afetam a incidência de doenças (Hunter, 2003). No intuito de compreender os efeitos da variação climática e de entender se a ocorrência de eventos climáticos abruptos ou intensos pode explicar o aumento repentino de doenças na região, foram construídas curvas históricas de precipitação total, temperatura máxima média e umidade relativa do ar, referente aos anos de 2003 a 2015. Para tal análise, foram utilizados dados mensais disponíveis na internet do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Uma curva mediana foi construída para cada variável, sendo vista como referência, de forma que foram considerados atípicos anos que apresentaram valores superiores ou inferiores ao desvio padrão da mediana.

ANÁLISE ESPACIAL

Realizou-se uma análise histórica de taxas de desmatamento na área de estudo por meio de técnicas de sensoriamento remoto. Foram utilizados vetores referentes às áreas

desmatadas no Amapá, áreas de conservação e assentamentos, fornecidos formalmente pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP), produzidos a partir de imagens dos satélites LANDSAT 5, referentes aos anos de 2002, 2004, 2007, 2009, e do sistema RAPID-EYE para o intervalo de 2012 a 2015. Coordenadas geográficas referentes à localização de lugares de interesse do estudo foram coletadas em atividades de campo, executadas entre 2012 e 2016. O *software Quantum GIS 2.8.2* foi utilizado para cálculo das áreas desmatadas, das distâncias e para o georreferenciamento de dados das localizações de empreendimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

MARCOS TEMPORAIS

Mineração

A análise encontrou dezenas de reportagens que relatam, em sua grande maioria, ações públicas contra improbidades das sucessivas empresas que se instalaram na região. Os estudos de Monteiro (2005), Gonçalves (2009), Silva, A. (2014), Vilhena (2014) e Juarez (2015) trazem boas descrições do cenário de mineração no Amapá, com foco sobre a região e o período de estudo.

A mineração de manganês, estabelecida desde a década de 1950 no município de Serra do Navio pela empresa britânica Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), representa historicamente o processo de desenvolvimento econômico e de infraestrutura no Amapá. Com a paralisação da operação da mina de manganês no ano de 1997, quebrou-se uma lógica inercial de cinco décadas de operação na região. Desde então, a expansão da mineração se deu em direção ao município vizinho de Pedra Branca do Amapari. Atualmente, nove empresas realizam atividade de mineração industrial, sendo seis em Pedra Branca do Amapari e três em Serra do Navio.

Em Pedra Branca do Amapari, as principais explorações são de ouro e de ferro (Gonçalves, 2009). O projeto Amapari foi o pioneiro neste município em relação à mineração de ouro, no princípio dos anos 1990, através da empresa Anglo Gold. Em 2003, esta foi adquirida pela EBX Gold, do grupo EBX, que controla também a MMX Amapá Mineração Ltda., dona dos direitos de exploração de ferro na área da Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA). Como marco de impacto importante, destaca-se a realização de uma Ação Civil Pública (ACP)⁵, pelo Ministério Público Federal (MPF), em outubro de 2006, na qual a MMX é acusada de ter construído sua usina em Pedra Branca do Amapari sem aprovação do EIA e sem quaisquer consultas prévias às comunidades residentes na região. Segundo Juarez (2015, p. 84):

[...] a empresa MPBA buscava uma espécie de trocas de favores, satisfazendo necessidade da comunidade que não tinham relação com sua finalidade local. [...] O que a empresa esperaria na devolução dessas doações representa a motivação e a identidade com a finalidade do projeto de mineração. A vantagem de ser 'próximo' da comunidade é que a empresa passaria a gozar de relação de cumplicidade quando precisasse de um aval moral da comunidade.

Entre 2005 e 2007, surgiram dois projetos voltados à exploração mineral nos municípios em questão. O primeiro, da empresa MPBA, de extração de ouro a céu aberto. A empresa produziu entre 2005 e 2009 cerca de nove toneladas de ouro (Oliveira, M.; Mathis, 2017). Em 2010, passou para o controle da australiana *Beadell Resources*, que ampliou as estruturas de instalação e retomou a produção, em 2013, tornando-se uma das maiores empresas de exploração de ouro em território brasileiro. A mina Tucano, localizada a menos de 50 km do limite sul da TIW, abrange uma área aproximada de 2,5 mil km². Segundo dados do *site* da empresa (Beadell, 2017), em 2015 ela movimentou 156 mil toneladas de minério na mina de Tucano.

⁵ A ACP está em trâmite na 2ª Vara Federal de Macapá, Amapá.

Dados de Juarez (2015) apontam que o número de empregos vinculados à mineração no município de Pedra Branca do Amapari cresceu 266% entre 2010 e 2014.

Em 2016, a *Beadell* foi multada pelo Instituto de Meio Ambiente e Ordenação Territorial do Amapá (IMAP) em dois milhões de reais, por descumprir treze condicionantes das licenças, e mais cinco milhões de reais, por contaminação do solo. Após alguns meses, a empresa anunciou ter encontrado mais uma área com ouro de alto teor na mina Tucano. De acordo com reportagem publicada no portal do G1,

Segundo a *Beadell*, a mina com ouro de alto valor foi constatada em pesquisas feitas em 25 furos de sondagens em uma área com profundidade de 100 metros, com espessuras médias de 20 metros no setor norte da Tucano [...] a menos de dois quilômetros da cava principal da mina a céu aberto (Santiago, 2016, não paginado).

Segundo Gonçalves (2009, p. 75):

[...] tanto o ouro [...] quanto o ferro [...] são lavrados por métodos tradicionais a céu aberto (superficial), o mesmo acontecendo com a atividade informal, a garimpagem. [...] nas atividades a céu aberto, tem-se um maior aproveitamento da substância mineral, porém é neste tipo de lavra que acontecem os maiores riscos de impactos ambientais, produzindo maior quantidade de estéril, poeira em suspensão, vibrações e riscos de poluição das águas.

Em relação à produção de minério de ferro na região de Pedra Branca do Amapari, ressalta-se a atuação, a partir de 2007, da MMX Amapá Mineração Ltda. Com o ambicioso Projeto Ferro MMX Amapá, a empresa previa a produção de 6,5 milhões de toneladas de minério por ano, com uma vida útil de 20 anos (Minério..., 2006). O projeto foi interrompido com a venda para o grupo *Anglo American* (Oliveira, M., 2010). A nova empresa, *Anglo Ferrous* Amapá, atingiu a produção máxima (6,5 Mton) em 2012 (Oliveira, M.; Mathis, 2017).

No início de 2013, a mineradora do Grupo Zamin adquiriu o controle do empreendimento, que atuava de

forma limitada desde 2007. Esse movimento impulsionou a migração populacional no município de Pedra Branca do Amapari, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu mais de 400% entre os anos de 1996 e 2014 (Juarez, 2015).

Em 2014, o Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP), por meio das promotorias dos municípios de Serra do Navio e de Pedra Branca do Amapari, instalaram a Ação Cautelar n. 400/2014 contra a empresa Zamin, exploradora do minério de ferro, sob acusações de sonegação fiscal e de corrupção dos trâmites de indenização e de compensações por danos ambientais. Ao final desse ano, a Zamin interrompeu suas atividades por dificuldades logísticas e incapacidade de estocar o minério (Cavalcanti, 2017).

Usinas hidrelétricas

A partir da segunda metade da década de 1990, com a retomada do crescimento econômico brasileiro e o consequente consumo de energia, o governo propôs a construção de novas hidrelétricas na Amazônia e a (re) potencialização de usinas antigas – como é o caso da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (UHCN), único empreendimento do Amapá até então. Pretendeu, ainda, interligar a geração de energia na Amazônia ao sistema nacional e aos sistemas isolados, atendendo, assim, à demanda crescente da indústria (Silva, C. et al., 2016; Pantoja et al., 2012). No bojo dessas propostas, delineou-se o projeto de implantação das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, como parte do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2).

A UHE Ferreira Gomes foi leiloadada em 2010. Estudos como o de Cunha et al. (2013, p. 67), realizando uma simulação anterior ao início da construção da usina, indicaram os seguintes impactos possíveis: “[...] provável alteração significativa, tanto das características geométricas do canal natural quanto do comportamento hidrodinâmico dos campos de dispersão de agentes passivos na água”. Apontaram, ainda, que o período “[...] hidrológico sazonal

menos chuvoso seria o mais crítico no controle das vazões de montante, principalmente em função da operação simultânea da UHCN” (Cunha et al., 2013, p. 67), também localizada no rio Araguari, a cerca de 15 km de Ferreira Gomes e em exercício há 40 anos.

Em junho de 2011, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA-AP) concedeu a licença de instalação da UHE Ferreira Gomes, e a implantação do canteiro de obras teve início em novembro do mesmo ano. Ainda em 2011, a Associação Comercial de Ferreira Gomes protocolou, no MPF, uma denúncia contra a empresa Ferreira Gomes Energia. A empresa estaria descumprindo algumas cláusulas condicionantes para validação da licença prévia de instalação, especialmente as de compensação social e econômica, estando em desacordo com o que fora estabelecido pela SEMA-AP à época da emissão do documento, em 2010 (Silva, C. et al., 2016).

Em março de 2012, as obras da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes entraram em nova etapa. Com o encerramento da escavação no leito do rio Araguari, iniciou-se a concretagem da área de montagem, espaço no qual foram colocadas as turbinas antes de sua instalação na casa de força.

Em agosto de 2012 e novembro de 2013, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Amapá (SVS-AP) emitiu atestados de condição sanitária (ATCS, 2012, 2013) ao empreendimento, alegando

[...] aptidão para continuidade do processo de licenciamento junto aos órgãos estaduais e afins, por estar cumprindo os requisitos necessários à prevenção e ao controle da malária e de seus vetores, conforme determina a Resolução CONAMA 286/2001.

Entre os anos de 2010 e 2013, foram emitidas, pelos órgãos competentes, autorizações para a supressão vegetal (desmatamento) e queima de uma área que totaliza 1.063 hectares de floresta⁶. Ao final de 2014,

a UHE Ferreira Gomes entrou em funcionamento a cerca de 20 km da UHE Cachoeira Caldeirão, cujas obras foram iniciadas em agosto de 2013.

Entre abril e novembro de 2014 sucederam-se quatro eventos de alta mortalidade de peixes às margens do rio Araguari, gerando grande mobilização da população de Ferreira Gomes. O laudo emitido pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenação Territorial do Amapá (IMAP) “[...] descartou a hipótese de poluição do rio, [...] o laudo relata que os peixes apresentavam [...] indícios de embolia gasosa provocada pela supersaturação da água liberada pelo vertedouro da usina de Cachoeira Caldeirão” (GEA, 2016 apud Silva, C. et al., 2016, p. 136).

Em janeiro de 2015,

[...] a abertura das comportas da UHE Cachoeira Caldeirão impactaram diretamente na elevação do rio Araguari, [...] onde a cheia atingiu 5,5 metros. Isto corresponde a 2,3 metros acima do considerado normal para a região [...] (Silva, C. et al., 2016, p.135).

A cheia do rio atingiu cerca de 1,4 mil pessoas e ocorreu após abertura das comportas. Durante esse evento, duas pessoas morreram, ruas foram alagadas e muitas famílias perderam casas e bens. Um laudo de engenharia legal revelou que “[...] não há Plano de Ação Emergencial (PAE) conjunto [...] entre as barragens em operação UHE de Coaracy Nunes e UHE Ferreira Gomes, em construção, UHE – Cachoeira Caldeirão” (GEA, 2015 apud Silva, C. et al., 2016, p. 136). Todavia, Silva, C. et al. (2016, p. 136) destacam que “[...] há de se compartilhar a responsabilidade de dano ambiental, trata-se de um processo em cadeia, pois existe um conjunto de usinas operando no rio”.

Em junho de 2015, manchetes anunciaram o fim da pororoca na foz do rio Araguari, a qual corresponde a um fenômeno natural decorrente do encontro das águas oceânicas, em nível mais elevado, com as correntes fluviais

⁶ Série de quatro documentos emitidos pelo IBAMA e pelo IMAP entre 2010 e 2013 (Ferreira Gomes Geração de Energia, [2018]).

em menor nível de alguns rios que desembocam no mar. Segundo Alves, R. (2015):

O desmatamento para formação espontânea de pastagens, a abertura de canais nas margens do rio pela intensa atividade de bubalinos e a redução da vazão do rio, provocada pelo represamento das hidroelétricas, inegavelmente se somam para o assoreamento da foz do rio Araguari [e o fim do fenômeno hídrico da pororoca].

Em uma longa sessão de justificativas, “[...] nenhuma das empresas assume a sua parcela de responsabilidade nos sucessivos [...] acontecimentos no rio Araguari [...]” (Silva, C. et al., 2016, p. 137). Essas ocorrências tornaram-se objeto da Ação Civil Pública n. 01627-41.2015, impetrada pelo Ministério Público em desfavor da Ferreira Gomes Energia S/A, pelo motivo de dano ao meio ambiente, a qual ainda está em andamento.

Além disso, por descumprimento de licenças ambientais e visando reparação de danos morais coletivos causados às comunidades de Porto Grande e de Ferreira Gomes, o MPF-AP ingressou com uma ação civil pública (ACP) contra as empresas Energias do Brasil S/A (EDP) e Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão (EECC), em razão do não cumprimento do Convênio n. 002/2014, que trata da adoção de medidas para a melhoria na infraestrutura de saúde e no monitoramento e controle de malária, estabelecidas nas condicionantes para o licenciamento ambiental.

Marcos temporais na Terra Indígena Wajãpi

Em 2012, indicativos de desequilíbrios ambientais de grande escala foram reportados por muitos Wajãpi: um considerável aumento do número de animais de caça foi identificado na porção sul da estrada, algo que não se via há tempos; a presença incomum de onças adentrando simultaneamente algumas aldeias Wajãpi em dezembro de 2012; uma onda de ataques causados por morcegos hematófagos a crianças Wajãpi, no segundo semestre de 2013;

uma sensível alteração no fluxo de alguns rios que permeiam a TIW foi observada, com aumento no volume e na velocidade das águas, que resultaram em acidentes com pequenas embarcações.

Tais acontecimentos trouxeram à tona a hipótese de que esses fatores também poderiam estar relacionados aos desequilíbrios e aos efeitos em cascata provocados pelos empreendimentos ora relatados.

ANÁLISE CLIMÁTICA

A Figura 1 apresenta as curvas climáticas e as curvas de casos de malária e de LTA na região de estudo. Não houve correlação estatisticamente significativa entre nenhuma das variáveis climáticas e casos de LTA ou de malária. No entanto, a análise descritiva permite observar que, em 2014 e 2015, período em que os casos das duas doenças aumentaram significativamente, houve grande variação da umidade relativa do ar, marcada pela redução abrupta e significativa em relação à média esperada para a região. Tal variação mostra-se semelhante à observada por Mourão (2013), que notou picos de malária nos períodos com menor umidade média anual em alguns municípios do estado do Amapá. Porém, este aspecto não pode ser considerado isoladamente.

No caso do vetor da malária, a redução do número de criadouros (Consoli; Oliveira, R., 1998) depende de uma combinação dos três fatores aqui analisados (Gosoni et al., 2009). O *Anopheles* deposita seus ovos em forma de ‘jangada’ e necessita de águas calmas (Consoli; Oliveira, R., 1998); o excesso ou a escassez de chuvas podem ocasionar a secagem ou o transbordamento de criadouros, dificultando o aumento da densidade populacional do vetor. Assim, sob pluviosidade constante, variações de umidade e de temperatura podem ser determinantes para a dinâmica dos criadouros. No caso de flebotomíneos, vetores da *Leishmania*, a formação de criadouros se dá em ambientes terrestres ricos em matéria orgânica, e a sua densidade é também frequentemente correlacionada a variações da umidade relativa do ar (URM) (Brazil, R.; Brazil, B., 2003).

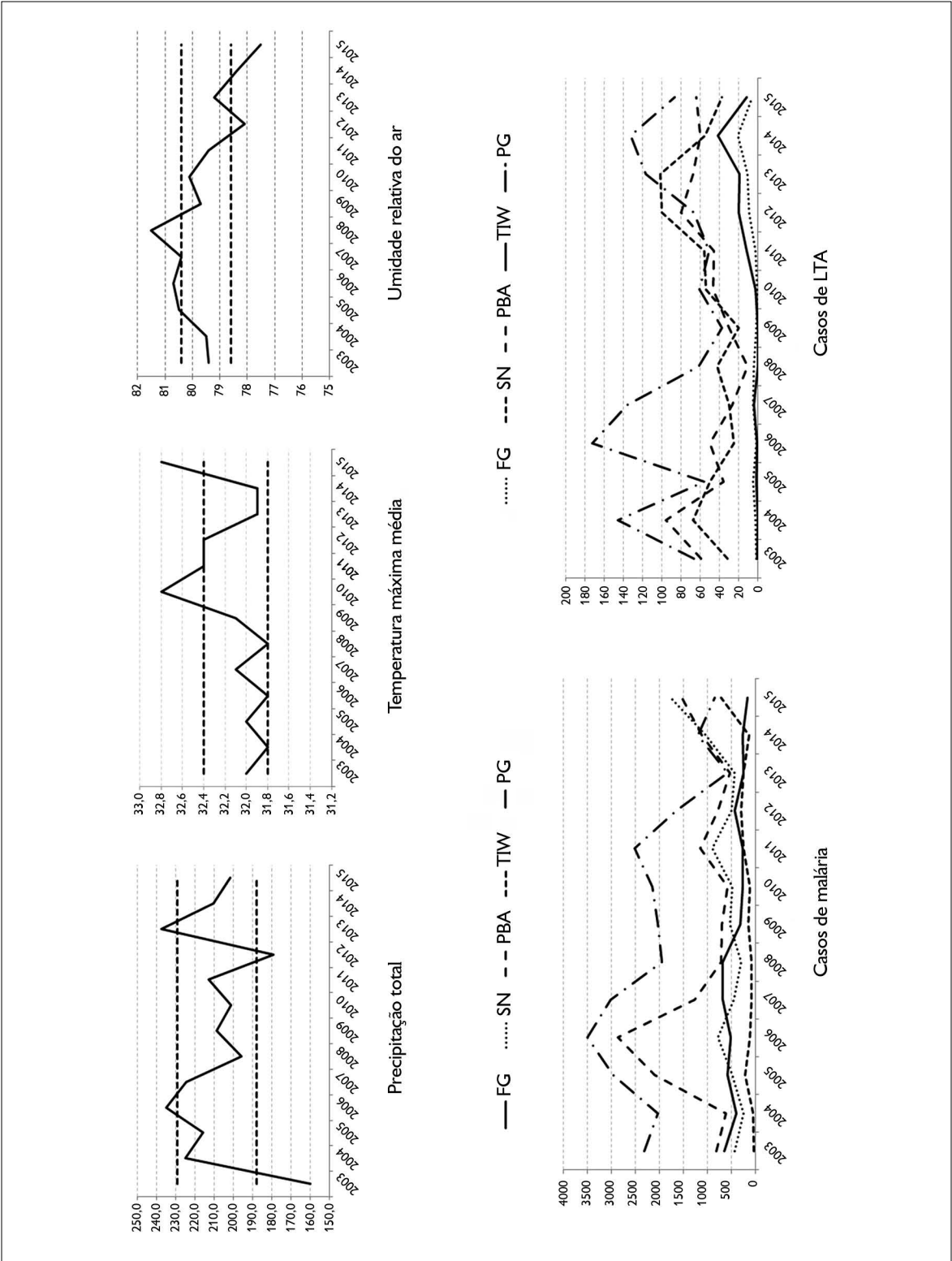


Figura 1. Comparação das curvas de precipitação total, de temperatura máxima média e de umidade relativa do ar, com curvas de ocorrência de casos de malária e de LTA nos municípios de Ferreira Gomes (FG), Serra do Navio (SN), Pedra Branca do Amapari (PBA) e na Terra Indígena Wajãpi (TIW), entre 2003 e 2015.

Na Figura 1, é possível constatar constância de pluviosidade, queda significativa da umidade relativa do ar e variação abrupta da temperatura. Observa-se também queda da pluviosidade a partir de 2012-2013 e aumento abrupto deste fator entre 2014-2015. Nesta ondulação, ocorre na TIW recorde de casos de LTA em 2014, seguido de recorde de casos de malária em 2015. Em relação à malária, o número de casos na TIW aumentou de 138, em 2014, para 715, em 2015.

Apesar da identificação da correlação entre variações climáticas abruptas e aumento da incidência de malária e de LTA, essas variações não são suficientes para explicar o fenômeno, nem como suas especificidades regionais se apresentam de fato, principalmente porque, provavelmente, alguns fatores socioambientais de cada região contribuem de modo distinto no processo, e não podem ser generalizados nas análises dos modelos climáticos. Nesse sentido, tais fatores seriam predisponentes, mas não determinantes quando isolados desses surtos.

Mourão (2013) sugere que variações climáticas e aumento de casos de malária no município de Pedra

Branca do Amapari teriam forte correlação com a extração de minérios na região, em que a formação de cavas e de depósitos de rejeitos, entre outros aspectos, favoreceria a constituição de criadouros.

ANÁLISE ESPACIAL

A Figura 2 demonstra que os casos de malária estiveram correlacionados ao número de garimpos registrados nos municípios em foco no estudo. Picos de casos de malária coincidem com o aumento do número de garimpos e de assentamentos registrados no SIVEP-Malária.

Diferentemente das grandes minerações, garimpos pequenos são móveis e dinâmicos, sendo uma tarefa difícil a sua demonstração através de imagens de satélite, uma vez que não é necessário o desmatamento de grandes áreas para sua realização. Garimpos são conhecidos como importantes fontes de manutenção da malária, pelas péssimas condições sanitárias, grande densidade de pessoas e a já comprovada presença de indivíduos com infecção assintomática pelo plasmódio (Andrade et al., 1995; Barbieri; Sawyer, 2007).

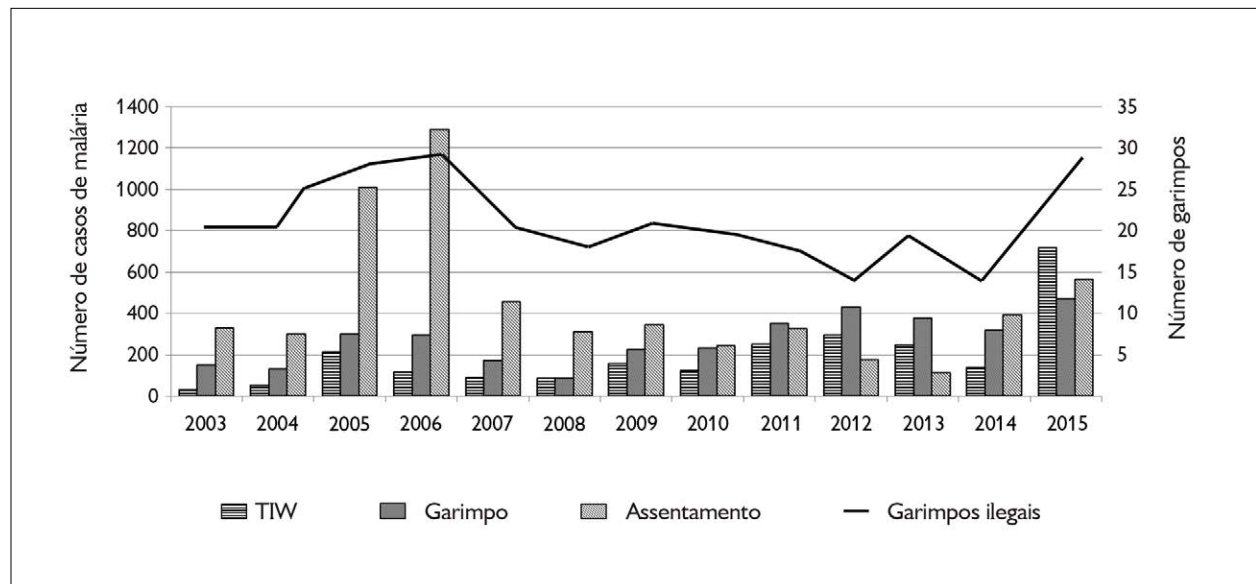


Figura 2. Comparação das curvas de casos de malária na Terra Indígena Wajãpi (TIW), em garimpos e em assentamentos nos municípios de Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, e o número de garimpos ilegais registrados na região, entre 2003 e 2015.

Contrapondo uma das justificativas para a extinção da RENCA em agosto de 2017 – de que pequenos garimpos ilegais tendem a diminuir no contexto de implantação de mineração industrial regulamentada –, observou-se, neste estudo, que foi maior o número de garimpos registrados no SIVEP-Malária na região justamente nos momentos de intensificação das atividades legais de mineração (2005 e 2006), ocorrendo novamente a partir de 2010. Esses eventos estiveram, por sua vez, relacionados a recordes do número de casos de malária e de LTA na região nos mesmos períodos.

A Figura 3 apresenta os dados de desmatamento na área de estudo.

A análise permite-nos observar que, entre os anos de 2003 e 2004, houve a maior taxa de desmatamento no período de estudo, sendo que áreas de mineração próximas aos municípios de Pedra Branca do Amapari e de Serra do Navio se destacam, assim como aquelas localizadas no município de Porto Grande. Nestes

anos, assentamentos demonstraram grande taxa de desmatamento em comparação a outros tipos de uso da terra. O assentamento com maior taxa de desmatamento foi o Perimetral Norte, próximo a TIW. Esse período é também marcado por grandes surtos de malária e de LTA em toda área de estudo, principalmente nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Porto Grande (Figura 1). Na Figura 2, enfatiza-se como, entre 2005 e 2006 – período subsequente à grande onda de desmatamento ocorrida em 2003 e 2004 –, houve um surto recorde de malária, principalmente atrelado aos assentamentos e à variação do número de garimpos. A análise mostra, ainda, que o desmatamento e os casos de malária em assentamentos, garimpos e na TIW estão relacionados com variações proporcionais.

Porém, apesar de o desmatamento ser um conhecido fator para desencadeamento de surtos de malária e de leishmanioses (Araújo-Filho, 1981), observa-se que, isoladamente, não é capaz de explicar a ocorrência

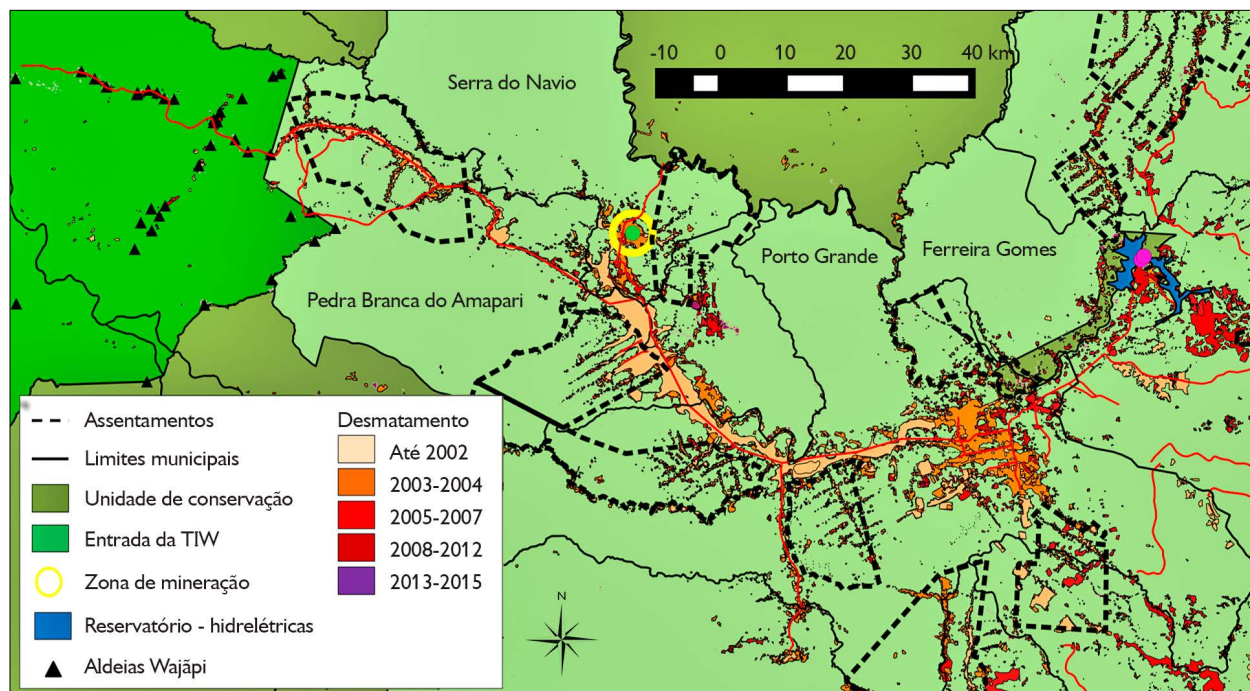


Figura 3. Área de estudo e localização dos impactos ambientais identificados: mineração, usinas hidrelétricas e desmatamento entre os anos de 2002 e 2015. Mapa: Eduardo S. Moreno (2018).

de tais surtos. Apesar de ter sido observada uma menor taxa de desmatamento entre o período de 2012 e 2015, comparado a períodos anteriores, um novo pico destas doenças volta a acontecer nos municípios em foco e na TIW (Figura 1). Porém, tal aumento de casos de malária não é observado em Ferreira Gomes e Porto Grande, municípios mais próximos às usinas hidrelétricas. Isso pode ser explicado pelo fato de esses últimos terem recebido atenção do plano de controle de malária, previsto na mitigação de impactos, no contexto da construção e da instalação das usinas hidrelétricas. A Figura 4 apresenta o número de exames de malária realizados através de busca ativa na área de estudo, entre os anos de 2010 e 2015, e evidencia a desproporcional superioridade da vigilância da malária empregada em Ferreira Gomes e Porto Grande, em comparação com os demais municípios, quando da implantação das UHE.

A Figura 4 demonstra como o número de exames realizados por busca ativa de casos variou em mais de 1.000% em um período de cinco anos em Ferreira Gomes e em Porto Grande, com incremento abrupto em 2010 e pico em 2013, além de queda também repentina em 2015. Esta variação não foi demonstrada nos demais municípios e na TIW. Tal achado é semelhante ao padrão observado na usina de Belo Monte, no Pará, em que as ações de controle implementadas pela empresa, com apoio do Ministério da Saúde, foram capazes de reduzir a incidência de malária na área de influência direta da usina (CTMC, [2014-2015]).

Além disso, como apresentado na Figura 1, um grande surto de LTA ocorreu no mesmo período, com pico em 2014, simultaneamente em toda a área de estudo. Enquanto a malária é sabidamente passível de controle – pela quebra de sua cadeia de transmissão a partir da identificação de casos e de tratamento oportuno, uma vez que o homem é um importante hospedeiro para infecção de mosquitos vetores –, na LTA, o homem é um hospedeiro final e pouco contribui para a transmissão direta do parasito a flebotomíneos, dependendo muito

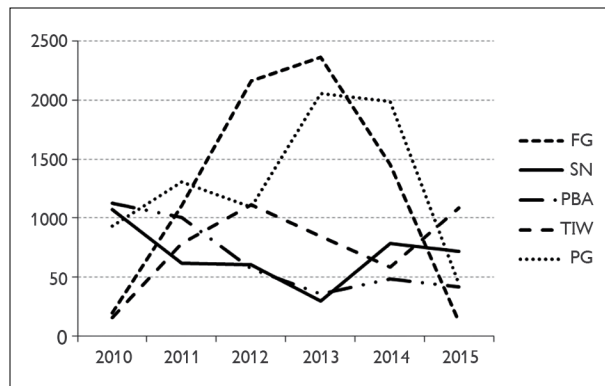


Figura 4. Número de exames para diagnóstico de malária realizados por busca ativa nos municípios de Ferreira Gomes (FG), Porto Grande (PG), Serra do Navio (SN), Pedra Branca do Amapari (PBA) e na Terra Indígena Wajãpi (TIW), entre os anos de 2010 e 2015.

mais da alteração da comunidade de fauna de hospedeiros silvestres. Nesse sentido, identificação e tratamento de casos não repercutem em interrupção da cadeia de transmissão da LTA, como demonstrado na Figura 2, em que todos os municípios evidenciaram aumento no número de casos.

Assim, a mobilidade e a migração populacional são mais importantes para a ecologia da malária do que da LTA, que depende mais da modificação ambiental, causada por impactos antropogênicos. A TIW possui uma vulnerabilidade diferenciada dos municípios estudados, uma vez que há um descompasso entre o modo de vida Wajãpi e as ações de saúde pública. As aldeias Wajãpi são bastante dispersas pelo território, algumas delas com distâncias percorridas a pé por até dez dias de caminhada. Elas não estão cobertas pela forma como o Estado planeja e executa os serviços de saúde, que são centralizados em alguns pontos da TIW e dependem tanto de infraestrutura como de profissionais não indígenas, de modo que pequenos surtos em aldeias afastadas geram riscos mais significativos de morbidade/óbito. De 2012 até 2015, apenas um agente de endemias era responsável por uma área de 600 mil hectares e 80 aldeias de acesso variável. Em 2013, dois óbitos por malária ocorreram na região, devido às dificuldades de deslocamento ao posto de saúde.

Portanto, evidencia-se que tais surtos de malária e de LTA não podem ser desvinculados espacial e temporalmente dos eventos envolvendo desmatamento, mineração e da implantação de usinas hidrelétricas na região. O grande número de impactos ambientais em série evidencia também a ineficiência dos processos de licenciamento ambiental para prever e controlar a repercussão de tais efeitos sobre a saúde das populações, demonstrando que a conectividade ecológica e social projeta tais impactos para uma área muito superior a dos poucos quilômetros considerados como área de influência destes empreendimentos. Assim, a saúde das populações afetadas direta e indiretamente por empreendimentos econômicos não pode ser considerada apenas como uma externalidade pelo empreendedor. A saúde precisa ser avaliada de forma integrada aos fatores sociais e ecológicos, para que seja resguardada ou incrementada a qualidade de vida das populações de uma determinada região (Silveira et al., 2012), se contrapondo ao que o Breilh (2006, p. 26) chama de:

[...] a epidemiologia dos mínimos de sobrevivência (*bottom-line epidemiology*), instrumento necessário da concepção de estratégia do neoliberalismo. [...] a lógica que substitui as aspirações máximas de saúde integral de um povo pela lógica dos mínimos toleráveis no âmbito da governabilidade – cálculo da redução máxima dos gastos sociais, dentro dos limites permitidos pela governabilidade e pela legitimação do sistema.

CONCLUSÃO

É fundamental que avaliações de impacto ecoepidemiológico para definição de áreas de influência de grandes empreendimentos sejam realizadas de forma não limitada ao conceito de distância, mas orientadas por eixos de conexão ecológicos e sociais, que podem variar de poucos a centenas de quilômetros, ou nem mesmo estarem conectados fisicamente.

O caso estudado ilustra, ainda, a necessidade de ampliação do escopo de doenças sob foco em estudos de licenciamento ambiental, que, atualmente, apenas preveem uma investigação de potencial malarígeno e

plano de controle para malária. Portanto, recomenda-se fortemente que sejam regulamentados estudos de potencial e de planos de controle para doenças como as leishmanioses e outras doenças transmitidas por vetores com ciclos ambientais complexos, como as arboviroses. A raiva também mostra-se com importante incremento de risco em áreas amazônicas sob impacto ambiental.

Este trabalho evidencia a grave situação desencadeada pelo desenvolvimento político neoliberal na Amazônia, através de projetos como a extinção da RENCA, e o esforço de determinados setores político-econômicos para a modificação da legislação relacionada ao licenciamento ambiental, por meio da PEC 65/2012. Esperamos ter reforçado a necessidade da inclusão de fatores relacionados à saúde e da normatização de indicadores mais específicos nas avaliações de impacto ambiental, para que tais aspectos venham a compor os subsídios necessários aos processos de tomada de decisão e às políticas públicas, de modo a torná-las mais favoráveis à promoção da qualidade de vida, respeitando os modos de existência de comunidades indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002. p. 239-276.
- ALVES, Raimundo Nonato Brabo. As pororocas do rio Araguari no Amapá foram extintas pela mão do homem. **EcoDebate**, Rio de Janeiro, 23 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/07/23/as-pororocas-do-rio-araguari-no-amapa-foram-extintas-pela-mao-do-homem-artigo-de-raimundo-nonato-brabo-alves/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- ANDRADE, Ana Lucia S. S. de; MARTELLI, Celina M. T.; OLIVEIRA, Renato M.; ARIAS, Jorge R.; ZICKER, Fabio; PANG, Lorin. High prevalence of asymptomatic malaria in gold mining areas in Brazil. **Clinical Infectious Diseases**, Oxford, v. 20, n. 2, p. 475, Feb. 1995.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.
- ARAÚJO FILHO, Nelson A. de. Leishmaniose Tegumentar Americana e o desmatamento da Amazônia. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 187-189, mar. 1981. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43921981111187>.

ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS). **ATCS n. 001/2013**. Processo n. 2013/42025. Macapá: Coordenadoria de Vigilância em Saúde, 2013. Disponível em: <<http://ferreiragomesenergia.com.br/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/2013.11.29-Atestado-de-Cond%C3%A7%C3%A3o-Sanit%C3%A1ria-N%C2%BA-012013.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ATESTADO DE CONDIÇÃO SANITÁRIA (ATCS). **ATCS n. 002/2012**. Processo n. 48240/2012. Macapá: Coordenadoria de Vigilância em Saúde, 2012. Disponível em: <<http://ferreiragomesenergia.com.br/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/2012.08.10-Atestado-de-Cond%C3%A7%C3%A3o-Sanit%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BARBIERI, Alisson Flávio; SAWYER, Diana Oya. Heterogeneity of malaria prevalence in alluvial gold mining areas in Northern Mato Grosso State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 2878-2886, dez. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200009>.

BEADELL. **Brazilian gold producer with a growing multi-million ounce resource**. [Austrália], 2017. Available in: <<https://beadellresources.com.au/about-us/>>. Access in: 15 Dec. 2017.

BÉRTOLI, Marta; MOITINHO, Maria da Luz Ribeiro. Malária no estado do Paraná, Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 34, n. 1, p. 43-47, jan.-fev. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822001000100007>.

BRANDT, Wilfred; AVELAR, Sérgio. Definições nos processos de licenciamento ambiental e consequências na efetividade de seus resultados. **Brandt Meio Ambiente**, Minas Gerais, [201-]. Disponível em: <<http://brandt.com.br/index.php/publicacoes/detalhes/6>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Decreto n. 9.142, de 22 de agosto de 2017. Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto n. 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos estados do Pará e do Amapá. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 ago. 2017a. Seção 1, p. 13.

BRASIL. Decreto n. 9.147, de 28 de agosto de 2017. Revoga o Decreto n. 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e seus associados – RENCA e extingue a Reserva Nacional do Cobre e seus associados – RENCA para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 ago. 2017b. Seção 1, p. 1. Edição Extra.

BRASIL. Decreto n. 9.159, de 25 de setembro de 2017. Revoga o Decreto n. 9.147, de 28 de agosto de 2017, que dispõe sobre a Reserva Nacional de Cobre e seus associados – RENCA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 set. 2017c. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Dispõe sobre a avaliação do potencial malarígeno e o atestado de condição sanitária para os projetos de assentamento de reforma agrária e para outros empreendimentos, nas regiões endêmicas de malária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 jan. 2007. Seção 1, p. 66.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA n. 286, de 30 de agosto de 2001. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 dez. 2001. Seção 1, p. 223.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA n. 009, de 3 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 jul. 1990. Seção 1, p. 12945.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA n. 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1, p. 2548-2549.

BRASIL. Decreto n. 92.107, de 10 de dezembro de 1985. Altera o Decreto n. 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, que constitui Reserva Nacional de cobre e seus associados a área que menciona, no estado do Pará e no território federal do Amapá. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 1985. Seção 1, p. 18160.

BRASIL. Decreto n. 89.404, de 24 de fevereiro de 1984. Constitui Reserva Nacional de cobre e seus associados a área que menciona, no estado do Pará e no território federal do Amapá, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 fev. 1984. Seção 1, p. 2929.

BRAZIL, Reginaldo Peçanha; BRAZIL, Beatriz Gomes. Biologia de flebotomíneos neotropicais. In: RANGEL, Elizabeth F.; LAINSON, Ralph (Org.). **Flebotomíneos do Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 257-274.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO DAS CONDICIONANTES DA UHE BELO MONTE-(CTMC). **Indicadores de Belo Monte - malária**. Altamira, [2014-2015]. Disponível em: <www.indicadoresdebelomonte.eco.br>. Acesso em: 12 mar. 2018.

- CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. A ocupação do congresso: contra o quê lutam os índios? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 293-311, jan.-abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100014>.
- CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. Um gosto amargo de *déja vu*: desenvolvimento e os índios. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 65, dez. 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/um-gosto-amargo-de-deja-vu-desenvolvimento-e-os-indios/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- CARDOSO, Andrey Moreira; HORTA, Bernardo Lessa; COIMBRA JR., Carlos E. A.; FOLLÉR, Maj-Lis; SOUZA, Mirian Carvalho de; SANTOS, Ricardo Ventura. **Inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2009. (Relatório final, n. 7).
- CAVALCANTI, Claudia. Plano de recuperação judicial da Zamin pode ser um golpe no AP. **Jornal A Gazeta**, Macapá, 2 abr. 2017. Disponível em: <http://www.jornalagazeta-ap.com.br/info/noticia/13756/plano_de_recuperacao_judicial_da_zamin_pode_ser_um_golpe_no_ap.php>. Acesso em: 3 abr. 2017.
- CHAGAS, Andrezza Campos; PESSOA, Felipe Arley Costa; MEDEIROS, Jansen Fernandes de; PY-DANIEL, Victor; MESQUITA, Éder C.; BALESTRASSI, Dulcevir Antônio. Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) em uma vila de exploração de minérios-Pitinga, município de Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 186-192, quad. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2006000200005>.
- CHAVES, Luis Fernando; PASQUAL, Mercedes. Climate cycles and forecasts of cutaneous leishmaniasis, a nonstationary vector-borne disease. **PLoS Medicine**, San Francisco, v. 3, n. 8, p. e295, Aug. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030295>.
- CONCEIÇÃO-SILVA, Fátima; ALVES, Carlos Roberto (Org.). **Leishmanioses do continente americano**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 1., 2003, Brasília. **Documentos...** Brasília: MMA, 2003.
- CONSOLI, Rotraut A. G. B.; OLIVEIRA, Ricardo Lourenço de. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- CONVENÇÃO n. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011. 1 v.
- COUTO, Álvaro Augusto; CALVOSA, Vanja Suely; LACERDA, Raimundo; CASTRO, Francisco; SANTA ROSA, Edivaldo; NASCIMENTO, José Maria. Controle da transmissão da malária em área de garimpo no estado do Amapá com participação da iniciativa privada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 897-907, jul.-ago. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2001000400023>.
- CUNHA, Alan Cavalcanti; CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque; PINHEIRO, Luis Aramis dos Reis. Modelagem e simulação do escoamento e dispersão sazonais de agentes passivos no rio Araguari AP: cenários para o AHE Ferreira Gomes-I-Amapá/Brasil. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 67-85, jan.-mar. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.21168/rbrh.v18n1.p67-85>.
- DUARTE, Elisabeth Carmen; FONTES, Cor Jesus Fernandes. Associação entre a produção anual de ouro em garimpos e incidência de malária em Mato Grosso-Brasil, 1985-1996. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 35, n. 6, p. 665-668, nov.-dez. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822002000600020>.
- FEARNSIDE, Philip Martin; LAURANCE, William Frederick. Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 87-98, jan.-abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100007>.
- FEARNSIDE, Philip Martin. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 23-38, Mar. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892901000030>.
- FERREIRA GOMES GERAÇÃO DE ENERGIA. **Relatórios**. São Paulo, [2018]. Disponível em: <<http://ferreiragomesenergia.com.br/relatorios/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial**. São Paulo: Iepé, 2011. (Coleção Ensaios, 1).
- GENEROSO, Francisco Chaves. As condicionantes no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários. **MPPMG Jurídico**, Belo Horizonte, p. 17-20, 2012. Edição especial.
- GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. **Diagnóstico geoambiental do município de Pedra Branca do Amapari, Amapá**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.
- GOSONI, Laura; VOUNATSO, Penelope; SOGOBA, Nafomon; MAIRE, Nicolas; SMITH, Thomas A. Mapping malaria risk in West Africa using a Bayesian nonparametric non-stationary model. **Computational Statistics & Data Analysis**, Amsterdam, v. 53, n. 9, p. 3358-3371, July 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.csda.2009.02.022>.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (GEA). **IMAP e SEMA investigam causas de morte de peixes no Rio Araguari**. Macapá: IMAP, 2016. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/3005/imap-e-sema-investigam-causas-de-morte-de-peixes-no-rio-araguari>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (GEA). **Laudo n. 49.945/2015-DC/Politec – Laudo de exame de corpo de delito de engenharia legal**. Macapá: POLITEC, 2015.

HEURICH, Guilherme Orlandini. Impactos imediatos e futuros: os Araweté e os executores do Plano Emergencial de Belo Monte. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Vozes do Xingu**: coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015. p. 76-78.

HUNTER, Paul R. Climate change and waterborne and vector-borne disease. **Journal of Applied Microbiology**, Bethesda, v. 94, p. 37-46, Apr. 2003. Supplement. DOI: <https://doi.org/10.1046/j.1365-2672.94.s1.5.x>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Vozes do Xingu**: coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

JUAREZ, Rodson William Barroso. **Mineração em Pedra Branca do Amapari (AP) e os aspectos do pós-fordismo na produção do espaço urbano**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

KATSURAGAWA, Tony Hiroshi; CUNHA, Roberto Penna de Almeida; SOUZA, Daniele Cristina Apoluceno de; GIL, Luiz Herman Soares; CRUZ, Rafael Bastos; SILVA, Alexandre de Almeida e; TADA, Mauro Shugiro; SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da. Malária e aspectos hematológicos em moradores da área de influência dos futuros reservatórios das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, Rondônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1486-1492, jul. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000700006>.

KOIFMAN, Sergio. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 413-423, mar.-abr. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2001000200016>.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIMA, André. SiNUCa de bico: mineração em Unidade de Conservação. In: RICARDO, Fany; ROLLA, Alicia (Org.). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 9-18.

MARTINS, F. D.; MENDONÇA, M. V. Floresta Nacional de Carajás: compatibilizando a mineração com a conservação. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (Org.). **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. p. 25-29.

MINÉRIO de ferro: MMX mostra seu plano de produção. **Brasil Mineral Online**, São Paulo, n. 271, 20 set. 2006.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, jan.-abr. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>.

MORENO, Eduardo Stramandinoli; CABRAL, Joana Oliveira; FREIRE, Maira Posteraro; COSTA, Aline da Silva; COSTA, Tiago da Silva; SOUTO, Raimundo Nonato Picanço; CASTRO, Isai Jorge; NASCIMENTO, Luis Otavio Cordeiro; ZANINI, Volmir; SHIMABUKURO, Paloma Helena Fernandes. Abordagens alternativas para a vigilância da leishmaniose tegumentar em áreas indígenas – estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá. **Vigilância Sanitária Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 51-59, trim. 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.22239/2317-269x.00809>.

MOURÃO, Fábio Rodrigo Paixão. **Evolução da malária na Amazônia oriental na perspectiva das mudanças climáticas globais**. 2013. 86 f. Tese (Doutorado em Biodiversidade Tropical) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

OLIVEIRA, Frederico Fonseca Galvão de; MEDEIROS, Wendson Dantas de Araújo. Bases teórico-conceituais de métodos para avaliação de impactos ambientais em EIA/RIMA. **Mercator**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 79-92, jan.-jun. 2007.

OLIVEIRA, Marcelo José de; MATHIS, Armin. O recente ciclo de mineração no estado do Amapá: uma análise preliminar com base na produção mineral, arrecadação de *Royalties* e taxa anual por hectare. **Papers do NAEA**, Belém, n. 363, p. 1-29, mar. 2017.

OLIVEIRA, Marcelo José de (Coord.). **Diagnóstico do setor mineral do estado do Amapá**. Macapá: IEPA, 2010.

OLIVEIRA, Valéria Regina Salla de. **Impactos cumulativos na avaliação de impactos ambientais**: fundamentação, metodologia, legislação, análise de experiências e formas de abordagem. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

OLSON, Sarah H.; GANGNON, Ronald; ELGUERO, Eric; DURIEUX, Laurent; GUÉGAN, Jean-Frannald; FOLEY, Jonathan A.; PATZ, Jonathan A. Links between climate, malaria, and wetlands in the Amazon Basin. **Emerging Infectious Diseases**, Bethesda, v. 15, n. 4, p. 659, Apr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.3201/eid1504.080822>.

PANTOJA, Giselly Marília Thalez; ANDRADE, Rosemary Ferreira de. Impactos socioambientais decorrentes dos projetos hidrelétricos na bacia do rio Araguari: do aumento populacional à disseminação da malária. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 4, p. 61-74, anual 2012.

PARAÍSO, Luciana Braga. Dilemas da participação na gestão de unidades de conservação: a experiência do projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção Sociedade e Meio Ambiente).

PERUZZO, Pedro Pulzatto. Direito à consulta prévia aos povos indígenas no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 2708-2740, out.-dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/24631>.



PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

QUINTERO, Lisardo Osorio; DUTARY THATCHER, Bedsy; TADEI, Wanderli Pedro. Biologia de anofelinos amazônicos. XXI. Ocorrência de espécies de *Anopheles* e outros culicídeos na área de influência da Hidrelétrica de Balbina – cinco anos após o enchimento do reservatório. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 26, n. 4, p. 281-296, dez. 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43921996264296>.

RAMOS, Alcida Rita. O papel político das epidemias: o caso Yanomami. **Série Antropologia**, Brasília, n. 153, p. 1-21, 1993.

REZENDE, Helder Ricas; SESSA, Paulo Augusto; FERREIRA, Adelson Luiz; SANTOS, Claudiney Biral dos; LEITE, Gustavo Rocha; FALQUETO, Aloísio. Efeitos da implantação da Usina Hidrelétrica de Rosal, rio Itabapoana, estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, sobre anofelinos, planorbídeos e flebotomíneos. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 42, n. 2, p. 160-164, mar.-abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822009000200013>.

RIGOTTO, Raquel Maria. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2049-2059, dez. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600012>.

SANTIAGO, Abinoan. Mineradora anuncia ter encontrado ouro de alto teor em cidade do Amapá. **G1–Amapá**, 23 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/06/mineradora-anuncia-ter-encontrado-ouro-de-alto-teor-em-cidade-do-amapa.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SEBBEN, Marina; DA SILVA, Elcio Domingues. Licenciamento ambiental e o retrocesso da PEC 65 de 2012 para a proteção do meio ambiente e da sociedade. **Revista Aporia Jurídica**, Ponta Grossa, v. 1, n. 6, p. 388-410, jul.-dez. 2016.

SILVA, Arthur Cardoso. **Mineração e unidades de conservação no Amapá: possibilidades e riscos**. 2014. 48 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Marcio Palheta da. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 2, p. 123-140, jul.-dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18468/pracs.2016v9n2.p123-140>.

SILVEIRA, Missifany; ARAÚJO NETO, Mário Diniz de. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: conexão possível entre saúde e meio ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3829-3838, set. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.20062013>.

SILVEIRA, Missifany; PADILHA, José Braz Damas; SCHNEIDER, Mariana; AMARAL, Pablo Sebastian Távares; CARMO, Thenille Faria Machado do; FRANCO-NETO, Guilherme; ROHLFS, Daniela Buosi. Perspectiva da avaliação de impacto à saúde nos projetos de desenvolvimento no Brasil: importância estratégica para a sustentabilidade. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 57-63, trim. 2012.

VASCONCELOS, Cíntia Honório; NOVO, Evlyn Márcia Leão de Moraes; DONALISIO, Maria Rita. Uso do sensoriamento remoto para estudar a influência de alterações ambientais na distribuição da malária na Amazônia brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 517-526, mar. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2006000300006>.

VILHENA, Marlene dos Santos. **A responsabilidade socioambiental das empresas mineradoras instaladas nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio no Amapá: reflexão sobre a atividade mineradora e as práticas ambientais sustentáveis**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Difusos e Coletivos) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WILSON, Edward O. **Consilience: the unity of knowledge**. New York: Alfred A. Knopf, 1998.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Paula. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção Sociedade e Meio Ambiente).

Territorios y fronteras: procesos de apropiación del espacio simbólico y geográfico en las comunidades indígenas de Pampa del Indio, Chaco

Territories and borders: processes of appropriating symbolic and geographical space in the indigenous communities of Pampa del Indio, Chaco

Malena Inés Castilla

Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina

Resumen: En el presente artículo describiremos los significados de las fronteras en tanto formaciones sociales con una historicidad determinada, en las que se concentran prácticas, discursos y acciones que dan sentido al modelo de regulación social que se vislumbra en la actualidad partir de aquella historicidad. Analizaremos las fronteras geofísicas y simbólicas que se constituyeron a partir de la instalación del Virreinato del Río de la Plata, y que se consolidaron en el actual territorio de la República Argentina. En este sentido, describiremos a lo largo de este trabajo la relación que se gestó en torno a estas fronteras entre las comunidades indígenas del país y los representantes coloniales, los diferentes funcionarios estatales (desde 1880 hasta la actualidad) y las políticas públicas implementados por los organismos nacionales. Finalizaremos nuestro trabajo describiendo las actuales políticas públicas que se implementan en la localidad de Pampa del Indio, en la provincia de Chaco. Analizaremos de qué manera dichas políticas generan territorialidades marcadas por una asimetría en las relaciones de poder. Describiremos los modos en los cuales se ha ejercido, y se sigue ejerciendo, la violencia física y simbólica sobre las poblaciones indígenas al considerar cómo se han constituido históricamente las fronteras con dicha población étnica.

Palabras-claves: Fronteras. Territorios. Tierra indígena.

Abstract: This article describes the meanings of borders as social formations with a certain historicity, in which they concentrate practices, speeches and actions that give meaning to the model of social regulation that is seen in the present time on the basis of that historicity. The geophysical and symbolic borders that were formed during the installation of the Viceroyalty of the Río de la Plata and consolidated in the current territory of the Argentine Republic are analyzed. Along these lines are described throughout this article the relationship that was conceived around these borders between the country's indigenous communities and the colonial representatives, the different state officials (from 1880 to the present), and the policies implemented by national agencies. In the final section the current public policies that are implemented in Pampa del Indio in the Chaco province are described. The article discusses how these policies generate territorialities that are marked by an asymmetry in power relations, and describes the ways in which physical and symbolic violence has been used and continues to be used against indigenous peoples by considering how borders have historically been constituted with this ethnic population.

Keywords: Borders. Territories. Indigenous land.

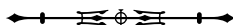
CASTILLA, Malena Inés. Territorios y fronteras: procesos de apropiación del espacio simbólico y geográfico en las comunidades indígenas de Pampa del Indio, Chaco. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 541-560, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300004>.

Autora para correspondência: Malena Inés Castilla. Universidad de Buenos Aires. Puan 480. Buenos Aires, 1406 (malenacastilla@gmail.com).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1040-5568>.

Recebido em 11/12/2017

Aprovado em 28/08/2018



INTRODUCCIÓN

A partir de los aportes teóricos de diferentes disciplinas pertenecientes a las ciencias sociales como son la antropología, la arqueología, la geografía, la filosofía y la sociología, desarrollaremos en este trabajo una breve descripción teórica sobre diferentes conceptos aquí analizados – espacio, espacialidad, lugar, territorio, frontera – que nos servirán como herramientas para explicar las maneras en las cuales se produjeron las territorialidad y se establecieron las construcciones de fronteras simbólicas y materiales en la provincia de Chaco durante los siglos XIX, XX y XXI.

Asimismo, en este trabajo, buscamos dar cuenta de los procesos que se desarrollan históricamente en la República Argentina producto del establecimiento de territorios en relación a lo geográfico y a lo simbólico cultural. Para ello trabajaremos con los antecedentes bibliográficos disponibles que abordan la región, y luego desarrollaremos el análisis del caso de estudio sobre la localidad de Pampa del Indio, en la Provincia de Chaco. Es decir, con el objetivo de analizar los límites y oportunidades que se generan en el territorio a partir de los discursos y prácticas dominantes, entendemos que es pertinente describir el proceso histórico que generó las formaciones de las fronteras.

Este artículo fue desarrollado a partir del enfoque etnográfico, en el cual utilizamos técnicas de investigación las entrevistas en profundidad y las observaciones en los trabajos de campo. Asimismo, partimos del análisis de fuentes documentales de diversas clases como registros fotográficos y artículos periodísticos. Es menester resaltar, que nuestro trabajo parte de un abordaje cualitativo dado que nuestro interés se basa en el análisis de los resultados obtenidos en nuestro trabajo de campo en la localidad aquí estudiada. Dicho trabajo de campo se realizó durante diferentes estadias (entre los viajes de campo estuvimos en diversos periodos de tiempo entre los que podemos destacar como mínimo 15 días y como máximo un mes) en el territorio donde durante más de siete años nos

hemos vinculado con los actores aquí presentados. En tales estadias las técnicas implementadas, mencionadas al principio de este párrafo, se destinaron a trabajar con aquellos actores relevantes de las comunidades étnicas (sobre todo dirigentes y referentes sociales, reconocidos por la comunidad) y aquellos funcionarios de los organismos públicos. También nos centramos en entrevistar a pequeños productores que, agrupados en organizaciones sociales, que se vean afectadas por las problemáticas aquí trabajadas. Cabe mencionar que los datos del orden de lo cuantitativo serán referidos para dar cuenta de la cantidad de población originaria que existe en la localidad en particular y en la región en general. Prescindiremos de aquellos datos que puedan reflejar otros aspectos de este análisis dada la extensión permitido para este trabajo.

Cabe destacar que – dado que el análisis se aplicará a un caso – nos centraremos en las dimensiones materiales y simbólicas de los procesos sociales que ocurren en el territorio. Es importante resaltar que, en las entrevistas realizadas y aquí transcritas, los nombres de los actores fueron modificados para mantener su anonimato. Nos interesa remarcar que los actores con los que nos vinculamos para la realización de esta investigación forman parte de la comunidad Qom de la localidad de Pampa del Indio. Puntualmente nos vinculamos con aquellos integrantes, organizados en agrupamientos etnológicos y con una trayectoria reconocida tanto a nivel local como nacional. Asimismo, trabajamos con aquellos funcionarios y empleados de diferentes organismos que trabajan en la localidad y con los integrantes de las organizaciones de pequeños productores del Chaco.

El pueblo originario con el que trabajamos en este artículo pertenece al grupo Qom, que cuenta con algo más de 100 mil habitantes que se auto reconocen como parte de esta etnia (INDEC, 2012). Es importante resaltar que, la mayoría de este pueblo 75% habita en la zona de Chaco, Formosa y Santa Fe, mientras que en la Provincia de Buenos Aires y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, se encuentra una presencia mayor de la esperada, alcanzando casi el 25%

restante de los integrantes de esta población originaria. En la región del Nordeste Argentino (NEA) – conformada por las provincias de Chaco, Corrientes, Formosa y Misiones – el 2,5% forma parte de un pueblo indígena.

Particularmente, la provincia de Chaco, ubicada al norte de la República Argentina (Figura 1A), posee la mayor proporción de población indígena: 3,9%, comparada con otras provincias de la región. Se trata de algo más de 40.000 integrantes de los pueblos originarios Qom (Toba), Mocoví, Wichí, Guaraní, Diaguita, Calchaquí, Atacama y Quechua. Tal como mencionamos anteriormente, la provincia de Chaco posee el 3,9% de población indígena, mientras que en la localidad de Pampa del Indio – aquí trabajada – la presencia indígena es muy destacada. Se trata de una localidad ubicada al norte de la provincia de Chaco, en el departamento Libertador General San Martín (Figura 1B). Según el Censo realizado por el INDEC (2001) vivían en dicha localidad 11.558 habitantes y en los datos del último censo del año 2010, la población registrada fue de 13.675 personas. Más de la mitad de este porcentaje vive en parajes de entre 700 y 800 habitantes, el resto de la población reside en parajes con menos de 350 personas, es decir, en los montes de la región (INDEC, 2001, 2012). Cabe mencionar que, en esta localidad, solo se encuentran habitantes indígenas del pueblo Qom. En este sentido, resulta significativo pensar estos números al momento de analizar las políticas públicas gubernamentales y no gubernamentales que son ejecutadas en el territorio.

A continuación, desarrollaremos algunas ideas claves del marco teórico que proponemos utilizar para este abordaje; luego describiremos los procesos fronterizos que se establecieron durante el período republicano en Chaco, para finalmente analizar las fronteras impuestas actualmente.

CONCEPTOS CLAVE ACERCA DE LOS PROCESOS FRONTERIZOS Y TERRITORIALES

En este apartado desarrollaremos las construcciones sociales que existen en relación a las fronteras.

Asimismo, buscaremos explicar de qué manera, a partir de dichas construcciones, las comunidades se apropian de los espacios geográficos y simbólicos, los transitan y trascienden. Dado que los procesos fronterizos y territoriales implican entonces una dimensión espacial, comenzaremos por definir qué entendemos por espacio y espacialidad.

NOCIONES ACERCA DEL ESPACIO Y LA ESPACIALIDAD

Partimos de la noción de espacio que propone Haesbaert (2013), quien la entiende como una construcción social, concreta y material, producto de la apropiación de la 'naturaleza' (medio) en la cual las relaciones sociales son parte constituyente. Dependiendo los modos en los cuales se configuren tales relaciones en y con ese espacio, se producirán territorialidades o territorios diversos.

El espacio deja de ser un telón de fondo de la acción humana para convertirse en 'lugar', a partir de la experiencia sensorial, el movimiento y la materialidad (Vaquer, 2011). Construida desde el conocimiento, sea directo, indirecto o conceptual, la espacialidad y sus formas (como paisajes, lugares, arquitectura) se constituyen como escena, activa y significativa en su dialéctica con las acciones y relaciones sociales (Acuto; Gifford, 2007; Vaquer, 2011). En este sentido, en el texto de Thomas (1996) se trabaja la idea de que los lugares no pueden estar separados de las actividades sociales que allí se efectúan, ni de las interpretaciones y experiencias sensoriales que el cuerpo humano desarrolla. Es en ellos donde los espacios vividos se transforman en lugares. Desde esta perspectiva, los seres humanos se encuentran en un continuo diálogo con estos lugares, a partir del cual se construyen significados de manera fluida, relacionando espacios, cuerpos y materiales.

Entonces, espacialidad, materialidad y temporalidad se entrecruzan en la dialéctica de la experiencia social, generando en la vida cotidiana paisajes con significación, lugares de prácticas y evocaciones recursivas de memoria.



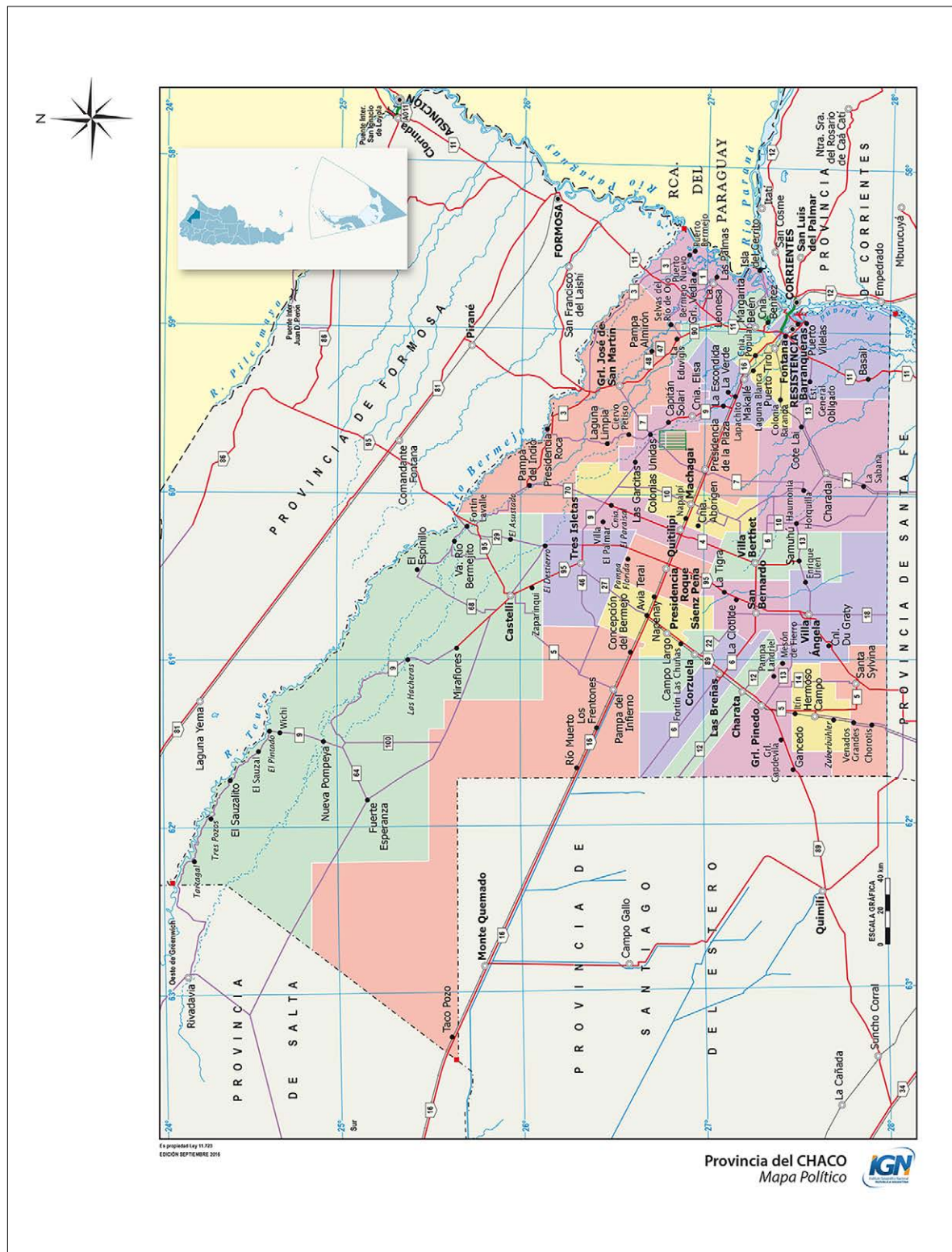


Figura 1 (B). Corresponde a la provincia de Chaco. La flecha señala la ubicación de la localidad de Pampa del Indio que se encuentra al noroeste de la Provincia. El municipio al que pertenece corresponde al Departamento 'Libertad General José de San Martín'. Fuente: IGN (2018).

DEBATES SOBRE LAS FRONTERAS, LOS TERRITORIOS Y EL PODER

Consideramos que las fronteras suponen un espacio y este espacio puede ser un territorio, un ambiente o un lugar determinado. Pero entendemos que la noción de frontera refiere también a otras dimensiones simbólicas: culturales ('indígenas', 'criollos' – se llama criollo a aquellos pobladores que son mestizos o de descendencia argentina –, 'gringos' – los gringos son aquellos pobladores de origen o descendencia europea, sobre todo de la zona de Europa del Este), económicas (clase baja, clase media, clase alta, grandes empresarios), de roles jerárquicos (pequeños productores, empresarios), de género (hombres y mujeres), socio espaciales (público, privado), lingüísticas (castellano, toba) etc.

Las fronteras pueden variar, pueden encontrarse en un lugar en un contexto determinado y cambiar a otro en un contexto distinto, pero siempre estarán vinculadas con el poder. Es el poder – coercitivo o no – el que va a generar una discontinuidad entre los espacios, ya sean físicos o simbólicos. Es decir, el que va a generar que exista una ruptura o una censura entre dos espacios, lo que frecuentemente significa también una ruptura o censura entre dos modos de organización del espacio, entre dos sistemas de redes de comunicación, entre dos o más sociedades diferentes y a veces, antagonistas (Giménez, 2000).

Partimos entonces de la noción de frontera para referirnos a limitaciones y continuidades territoriales de un espacio vivido, en el cual se manifiestan relaciones de poder (Balazote, 2002; Balazote et al., 2014; Gordillo, 2009; Radovich, 2004; Trinchero, 1995, 2000, 2007).

Raffestin (2011), parte de la noción de que el espacio se territorializa como resultado de la acción – concreta o abstracta – de un actor. Por tanto, el espacio geofísico se delimita y reconfigura "[...] por las redes, circuitos y flujos instalados en él: rutas, canales, vías de tren, circuitos comerciales y bancarios [...]" (Lefebvre, 1978, p. 259 apud Raffestin, 2011, p. 102). Por tanto, el autor entiende que el territorio constituye un espacio en el cual se generó un

trabajo, además de la fuerza e información proyectadas y que, por ello, da cuenta de relaciones de poder: "Producir una representación del espacio [o proyecto en él], es ya una apropiación, un dominio, un control [...]" revela la imagen deseada del territorio como lugar de relaciones" (Raffestin, 2011, p. 102). Estas relaciones de poder, asimétricas y jerárquicas, toman sentido a partir de los intereses y acciones de agentes, sociedades, o estados. Estas relaciones y su estructura no son fijas por estar asociadas a una geografía, sino que los territorios son construidos también en y por el movimiento, además de en el tiempo. Para Raffestin (2011, p. 106) el resultado de la representación y organización del campo en el cual operan los actores constituye un sistema territorial; es decir, los agentes han procedido a la "[...] distribución de las superficies, a la implantación de nudos y a la construcción de redes [...]", siguiendo "[...] modelos [...] aleatorios, regulares o concentrados [...]" (Raffestin, 2011, p. 106) y respondiendo al "[...] factor distancia y a su complemento: la accesibilidad [...]" (Raffestin, 2011, p. 106). Para el autor estos son los elementos estructurales de la práctica espacial, en la cual surgen o se manifiestan las relaciones de poder: "[...] [los] sistemas de tramas, nudos y redes, organizados jerárquicamente, permiten asegurar el control sobre lo que puede ser distribuido, asignado y/o poseído [...]" (Raffestin, 2011, p. 107).

Los límites de las escalas o áreas de ejercicio de los poderes pueden ser mejor pensados como límites zonales más que lineales, que no necesariamente responden a la sede de una soberanía, sino que pueden constituir así mismo sedes de una actividad económica o cultural que se agota progresivamente en el territorio; por ello se entiende que las tramas se superponen (Raffestin, 2011).

Por ello, puede hablarse de dos formas de territorio: los vinculados a las estructuras política-económicas hegemónicas o los 'macroterritorios' (asociados al poder del Estado o de la clase dominante); y los 'microterritorios', implicados en todo tipo de relación social. En ambos casos el foco lo constituyen los efectos y prácticas del poder (Haesbaert, 2013).

Las 'fronteras' entre estos espacios se entenderán en su sentido más dinámico, fundamentalmente como 'espacios de interacción', definidos por la circulación, el intercambio y el mestizaje biológico y cultural; espacios de comunicación y negociación (Nacuzzi, 2010). Asimismo, dichas fronteras nos remiten a los "[...] fenómenos históricos-sociales [...]" que las constituyeron para analizar dichos procesos de interacción entre los grupos sociales y el espacio físico en el cual se desarrollaron tales vinculaciones (Nacuzzi; Lucaioli, 2014, p. 62).

Al respecto Trinchero (2007, p. 162) afirma que el abordaje de la frontera debe hacerse, partiendo de la noción en tanto "[...] ámbito de expansión de determinadas relaciones de producción [...]" desde un abordaje que lo considera un "[...] proceso de conexión (valorización) conflictiva entre espacios caracterizados por dinámicas productivas y reproductivas heterogéneas [...]" (Trinchero, 2007, p. 162).

Para Thomas (1996) los objetos y las personas se relacionan en la conformación de las narrativas personales y las identidades colectivas, dado que traen a la mente tanto el pasado como los proyectos futuros, por lo que también poseen una estructura temporal. Es por esto que a través de dicha temporalidad también se acumulan significados, en suma, los objetos generan relaciones sociales pasadas, y presentes, así como plantean futuros contextos de interacción, pueden evocar la presencia de determinadas personas y cualidades en un nivel no discursivo.

Entonces, podemos afirmar que la materialidad forma parte de las relaciones de poder, a la vez que constituye medio y producto de la estructuración de las prácticas, propone límites y canales de acción, tanto como la objetivación de significados y narrativas en la experiencia cotidiana; en palabras de Vaquer (2011, p. 35): "Los objetos y los espacios son centros de valor".

A lo largo del siguiente relato se podrá vislumbrar cómo las relaciones de materialidad y espacialidad – atravesadas por el poder – se fueron transformando durante el proceso de conquista, sumergidas en las

estrategias de dominación del Estado, cuyo interés fue el de generar dispositivos de control que intimaran a la reproducción del orden social deseado. Planteamos que la violencia, tanto fáctica como simbólica, fue una constante del proceso desde sus inicios hasta la actualidad.

Asimismo, es en el complejo entramado de fronteras, que no debe dejarse de lado las significaciones y las instituciones que se hicieron portadoras – históricamente – de las diferentes políticas que se implementan en el territorio. Es decir, debe tenerse en cuenta estos procesos de territorialización, en tanto proyecto dominante, y de desterritorialización, como un "[...] constante proceso histórico de disputas por hegemonías y contra hegemonías [...]" (Trinchero, 2007, p. 163).

Es decir, retomando lo conceptualizado por diferentes autores (Bartolomé, 2006; Cardoso de Oliveira; Baines, 2005; Trinchero, 2000, 2007; Valverde, 2014) nos referimos a las fronteras, desde la óptica político y jurídico, pero poniendo vital atención a los aspectos socioculturales, temporales junto a otras formas de fronterización. Partimos de las fronteras geopolíticas, pero también de las fronteras sociales y culturales entre los diferentes colectivos.

LAS FRONTERAS DE LA COLONIZACIÓN DEL ESPACIO CHAQUEÑO

Desarrollaremos, en principio, una revisión historiográfica acerca de los procesos fronterizos durante el período republicano, desde la perspectiva espacial ya esgrimida en la sección anterior. Entendemos que la conformación del Estado-Nación argentino ha sido trabajada en la bibliografía, se recabarán aquí los principales puntos entendidos como antecedentes del proceso histórico que se observa hasta la actualidad en la región de estudio y que será trabajado en el siguiente apartado. La colonización y la implementación de fronteras externas e internas.

El año 1859 es reconocido por ser el año de formación del Estado-Nación en Argentina. Los antecedentes de esta conformación se produjeron previamente, durante la época en que la corona española tenía soberanía sobre el

territorio. Con anterioridad a la consolidación del Estado-Nación, el territorio de la actual República Argentina formaba parte del Virreinato del Río de la Plata, creado por la administración de los españoles en el año 1776. Dicho Virreinato incluía a los actuales países de Argentina, Brasil, Paraguay, Bolivia y Uruguay, siendo la capital del mismo Buenos Aires. La corona española creó este Virreinato con el objetivo de reforzar su presencia en la región frente a la enemiga presencia británica (Arnade, 2009).

Durante el periodo independentista en el Virreinato del Río de la Plata, el Reino de Portugal – que tenía su centro en Brasil – buscó extender sus fronteras a la zona sur oriental (Cantera, 2007). En el año 1825 una de las fronteras se estableció a partir de la intervención de Los Treinta y Tres Orientales¹, junto a un grupo de la capital del virreinato de Buenos Aires, que proclamaron la independencia de la provincia. Desde entonces hasta el año 1828, el Imperio de Brasil le declaró la guerra a la Provincia de Buenos Aires, la cual culminó cuando Gran Bretaña medió en el conflicto. En este momento, se celebró la paz y se estableció la frontera que delimitó el territorio argentino del uruguayo. Dicho límite comprendía al Río Uruguay como unidad geofísica a partir del cual se diferenciaba un territorio del otro. En el año 1856 se reconfirmó dicho río como divisor territorial en el Tratado de Paz, Amistad, Comercio y Navegación (Benedetti; Salizzi, 2014).

Otra frontera se estableció en el año 1825, con anterioridad a la declaración de la independencia de Bolivia, cuando el ejército del Mariscal Sucre ocupó Tarija, territorio que formaba parte de la actual provincia argentina de Salta. Desde el Cabildo de Buenos Aires, al recibir – por parte del gobernador salteño – la noticia y el pedido para realizar una contraofensiva, se dictaminó la separación territorial en el año 1828 entre Argentina y Bolivia (Lorandi, 2017). Tras la separación de Argentina con Uruguay y con Bolivia,

permaneció la frontera con Chile y en el año 1828 (tres años después de los conflictos con Uruguay y Bolivia) se declaró el Tratado de Amistad y Alianza que acordó mantener los límites existentes antes de la emancipación (Benedetti, 2005).

De este modo, la corona española no tenía vinculación con las poblaciones cazadoras recolectores dado que, en ataques esporádicos y expediciones puntuales, se estableció que la economía estaba basada en la extracción y acumulación y no necesariamente en una estrategia colonizadora, que resignificará más adelante durante la consolidación del Estado-Nación argentino (Bartolomé, 2003).

Una vez establecidas las fronteras internacionales y definido cuál era el territorio argentino, las fronteras al interior del mismo debían garantizarse por medio de campañas militares. Dichas fronteras eran necesarias para la constitución de un territorio nacional y, por tanto, estas se convirtieron en la delimitación del espacio sobre el cual el Estado podía ejercer su poder soberano. En este sentido, durante los años de la década de 1820 en adelante, se comenzaron a expandir las fronteras que comprendían a la región de Buenos Aires hacia el oeste y hacia el sur. Los territorios de Córdoba, San Luis y Mendoza se convirtieron en zonas rentables para la producción agro-ganadera y, por ende, empezaron a ser colonizadas (Canedo, 2015).

Durante la gobernación de Juan Manuel de Rosas, entre los años 1835-1852, las ofensivas contra las comunidades indígenas se caracterizaban por una captación a partir de acciones negociadoras o por una guerra contra aquellos que no aceptaran las condiciones que el gobierno establecía para expandir las fronteras y ganar espacios. En este momento, las actividades militares comenzaron a adquirir importancia como establecimiento efectivo de la autoridad estatal en los territorios (Ratto, 2012). La gobernación de Rosas abrió paso a diferentes estrategias

¹ Los treinta y tres orientales es el nombre asignado al grupo liderado por Juan Antonio Lavalleja y Manuel Oribe, que en el año 1825 llevaron a cabo la insurrección de la Argentina para recuperar la independencia de la provincia oriental. Dicha provincia comprendía el territorio del actual país de Uruguay y parte del territorio brasileiro, que se encontraba bajo dominio portugués (Archivo General de la Nación, 2016).

militares que se conocerían como la 'Zanja de Alsina' y la 'Conquista del Desierto' (Blengino, 2005).

Paralelamente, el crecimiento de la producción textil en Europa generó una expansión de la industria lanera que se impuso sobre la cría de vacunos en el territorio argentino. Esto generó la necesidad de conquistar más tierras con el fin de explotar dichos productos para su exportación a Europa. Tal proceso fue llevado a cabo por el Estado argentino e implicaba expandirse territorialmente sobre hectáreas ocupadas por malones indígenas, creando nuevas estrategias para que estos no se replieguen (Manzanal; Rofman, 1989). En este sentido, los ganaderos de la época consideraban que para ingresar al comercio mundial de la industria lanera había que solucionar el problema interno con el indio.

En el año 1862 se produjo al interior del ejército una unificación en los mandos, dado que hasta este momento las acciones militares se circunscribían al ámbito provincial – las provincias vinculadas a la región chaqueña eran Salta, Santiago del Estero, Santa Fe y Corrientes – y durante este momento se establecieron los lineamientos para el avance sobre la frontera chaqueña (Spota, 2009). A partir del año 1872, la actual provincia de Chaco pasó a denominarse 'Gobernación del Chaco' (Maeder, 1996; Punzi, 1997; Spota, 2009). Desde este año (1872) comienzan las expediciones militares conocidas bajo el nombre de 'la pacificación del Chaco' con el objetivo de expandir el control del Estado hasta la frontera establecida por el Río Bermejo.

En el año 1875, el presidente Avellaneda definió que los territorios al sur y al norte de la República Argentina eran 'desiertos' y que – a pesar de la presencia indígena – había que ocupar dichas zonas dado que esta población no era blanca, ni mestiza, por tanto, en este periodo debía ser colonizada (Rivas Maldonado et al., 2015). El discurso acerca de un territorio nacional no ocupado o 'mal habitado' fue la base conceptual que determinó el proceso de construcción nacional durante el siglo XIX. La misión era clara, había que poblar y ocupar la tierra de estos

'otros' que desde estas concepciones no eran considerados seres humanos. Las fronteras internas se consolidaron a partir de una característica distintiva: 'Nosotros' versus 'Otros' (Bartolomé, 2003; Balazote, 2015; Mases, 2010; Trinchero, 2007).

De esta manera, Adolfo Alsina, el ministro de Guerra durante la presidencia de Nicolás Avellaneda estableció la necesidad de separar los territorios poblados por colonos y estancieros, de los espacios ocupados por indígenas. Así, dicho ministro creó lo que se conocería más adelante como la 'Zanja de Alsina' procurando establecer un sistema de fosas y terraplenes compuesto por fuertes y fortines. La Zanja formaba parte de la nueva línea de frontera de los territorios, y su objetivo era evitar el ingreso de los malones de indios en los ámbitos de los colonos. Esta frontera comenzó a construirse en el año 1876 (previamente a la Conquista del Desierto que se realizó en el año 1879) y finalizó un año después, tras el fallecimiento del ministro de Guerra. Fue construida en los territorios indígenas en lo que hoy comprende el sur de la provincia de Córdoba y el norte de Bahía Blanca (Nagy, 2013).

Según palabras de Alsina (1977), estas zanjas eran construidas para evitar que los indios circulen con el ganado que supuestamente robaban:

El indio no invade para pelear, ni tampoco por el placer de hacer mal, invade para poder regresar con lo que robe. Bien, pues, salvado el foso, consumada la invasión ¿qué hará el indio con el robo? No ha de pretender salir por donde entró, porque debe suponer que el paso está ocupado o el obstáculo restablecido. ¿Se lanzará entonces a buscar salida con arreo, teniendo antes que derribar la muralla y borrar el foso? (Alsina, 1977, p. 18).

De este modo, tras la construcción de la Zanja, se concretó el operativo militar denominado 'Campaña del Desierto' en el año 1879 en la Pampa y la Patagonia Argentina. Paralelamente, como ya hemos mencionado, se realizaron expediciones militares también en el norte del país.

En el año 1884, las expediciones a la región chaqueña al mando del General Victorica, significaron la consumación

de la conquista, dejando como resultado pueblos y aldeas indígenas derrotadas. El proyecto estatal impulsado por Victorica implicaba la dominación territorial a partir de la implementación de fortines en las zonas en conflicto. Los indígenas de la región chaqueña que sobrevivieron a las matanzas fueron sometidos en reducciones y empleados como peones rurales convirtiéndose en mano de obra barata (Bartolomé, 2003; Trinchero, 2009). Estas reducciones, además de fijar límites territoriales en cuyo interior los indios debían permanecer, transformaron culturalmente a estas poblaciones. En este sentido, los indígenas ubicados en dicha zona pasaron, en muchos casos, de ser cazadores y recolectores a peones en las cosechas, siendo, sin dudas, este el mayor cambio cultural: la conversión de un modo de vida nómada a uno sedentario. Tal como afirma Bartolomé (2003, p. 169):

El mantenimiento de la armonía y el equilibrio entre el hombre y el medio natural que Miller (1979) destacara como uno de los valores fundamentales de la cultura toba, puede adjudicarse también a los demás grupos de antiguos cazadores del área chaqueña [...]. Pero esa armonía ha sido destruida de una vez y para siempre: la desertización de extensas regiones, el desarrollo de la economía de plantación, la explotación de madera y la expansión de la ganadería, han alterado radicalmente los ecosistemas chaqueños al cual los cazadores estaban altamente adaptados.

La lógica expansiva del territorio lograda a partir de los fortines fue clave para el control territorial en la disputa con comunidades indígenas (Figura 2). Esta lógica estuvo sostenida por la construcción de un discurso que implicaba una ideología homogeneizadora (Balazote, 2015). Es decir, no solo se establecieron los límites geográficos al exterior (con Chile, Uruguay y Bolivia) sino también al interior del país. Además, se trazaron las fronteras para determinar qué tierras debían conquistarse y ser utilizadas por los nuevos productores agro ganaderos provenientes del exterior, que pudieron establecerse en el país a partir de la promulgación de leyes migratorias. Después de despoblar había que poblar. El estado que había derrotado a la

población indígena (según los registros, en enfrentamientos militares durante el siglo XIX, murieron 10.656 nativos en la Pampa y la Patagonia y 1.679 en el Chaco) tenía en su poder, 3.000.000 de kilómetros de territorio para ser ocupados. Pero esta ocupación – tal como la población de elite argentina soñaba – debía realizarse con población blanco-europea (Bartolomé, 2003, p. 167).

En este sentido, la frontera que separa al indio, del blanco y del criollo, se consolidó por parte del Estado-Nación como una herramienta necesaria para poder invadir el territorio de la Pampa, la Patagonia y la Región Chaqueña y así hacerle frente a la supuesta barbarie indígena. La ideología europea, liberal y positivista primaba en las ideas racistas que justificaban la aniquilación indígena.

Por tanto, las fronteras y la delimitación internacional desde el año 1820, dieron como resultado la incorporación de extensas hectáreas que en el año 1884 se subdividieron en lo que hoy se conoce como las provincias argentinas. De este modo, al norte se delimitaron los territorios de Chaco, Formosa y Misiones y al sur del país las provincias de: La Pampa, Neuquén, Chubut, Río Negro, Santa Cruz y Tierra del Fuego. Aún quedaban países vecinos con los que negociar los límites geográficos. Este fue el caso de Chile, que en el año 1881 se divide de Argentina a partir de la división geofísica de la Cordillera de los Andes (Mastricchio et al., 2015). Respecto a Bolivia, en el año 1899 y tras la guerra del pacífico (en el año 1879 cuando durante la presidencia de Roca, Bolivia, Chile y Argentina disputaban la Puna de Atacama), Bolivia le cedió a Argentina el territorio en la Puna a cambio de Tarija (Milia, 2015). El tratado se concretó y en el año 1943 se dividió dicha región y se incorporaron a la Argentina las provincias de Catamarca, Jujuy y Salta (Benedetti; Salizzi, 2014).

En este sentido Benedetti y Salizzi (2014) establecieron en un artículo que hay tres tipos de fronteras que se construyeron en el proceso de consolidación de la República Argentina en tanto Nación. La primera clase de frontera se construyó buscando diferenciar la elite argentina del indio. Estas son conocidas como las

‘fronteras internas’, donde se describían a los últimos como seres completamente salvajes que ocupaban un territorio que estaba desierto de vida humana, susceptible de ser conquistado y colonizado (Trinchero, 2007; Trinchero; Valverde, 2014). El segundo tipo de frontera es la que representa los límites con otros países. Estas fronteras son las ‘fronteras interestatales’, que hablan de las cuestiones de ganancia y pérdida territorial como fue con el caso de Bolivia y los territorios cedidos en la Puna y Tarija. La tercera clase de fronteras es la que refiere a la cuestión

LA CONSOLIDACIÓN DE LA ERRITORIALIDAD EN TANTO PROCESO DE DOMINACIÓN

Podemos afirmar, siguiendo esta revisión sobre la historia de las fronteras en la región, que los límites no tienen una importancia exclusivamente material en tanto demarcadores del espacio o divisores de zonas donde las personas pueden

establecer determinadas relaciones, ya sean comerciales o de cualquier tipo. Sino que la importancia de las fronteras radica en que construyen los territorios y los espacios en función de los imaginarios sobre la población que las habita. La territorialidad es entonces constituida en un espacio geográfico que contiene a los ciudadanos de la nación con una unidad lingüística en común, con una ideología similar y sobre todo con una historia pasada y futura que se consolida en el mismo. Es decir, la territorialidad se construye en torno a una temporalidad determinada y por tanto las fronteras se establecen como fundamentales en dicha construcción a la hora de marcar los límites para la producción y la reproducción de la identidad, así como para ejercer control y dominio entre comunidades. En otras palabras, como fuimos viendo hasta ahora, el estado considera a este territorio como un espacio susceptible de ser ocupado por una población y que, sin importar su origen, debe controlar, constituyendo así un hecho eminentemente político.

Desde las primeras campañas militares hasta la actualidad, este estado ejerció un poder soberano a través de diferentes prácticas de estructuración del espacio, primero imaginando un territorio, luego definiendo las fronteras y más tarde funcionando a través de leyes dentro de esos límites exclusivos a su control. De hecho, durante el proceso de 'pacificación del Chaco' y la 'conquista del desierto', se ejerció este poder, en tanto había que conquistar y establecer límites para ocupar y evitar que se reproduzca un estado de 'salvajismo' al interior de la nación. El éxito que planteó esta conquista fue tal que el colectivo indígena – ubicado dentro de los límites de la República Argentina –, visto hasta ese momento con características negativas y como un problema para el progreso de la Nación, dejó de considerarse en el imaginario social; invisibilizando y aislado, pasó a transformarse en un grupo social capaz de ser estudiado como algo pasado, retrógrado y ajeno a nuestra civilización.

En la actualidad seguimos encontrando que las fronteras se constituyen como procesos eminentemente políticos, además de culturales/identitarios, y que poseen una temporalidad. Asimismo, las fronteras con el indígena,

en tanto colectivo, y la frontera agropecuaria se encuentran en el territorio de manera articulada. En el apartado siguiente analizaremos el caso puntual de la provincia de Chaco durante el siglo XXI, donde los organismos públicos funcionan en pos de responder a las demandas de los empresarios del agro y continúan invisibilizando y negando la presencia indígena para ocupar sus territorios de la localidad de Pampa del Indio.

En este sentido, intentamos reconstruir una frontera que se establece en tanto límite simbólico y cultural desde la conformación del Estado. Por tanto, nos focalizamos en describir de qué manera, a través de diferentes políticas militares, constructivas y gubernamentales, los indígenas que se encontraban preexistiendo en el territorio de la República Argentina se vieron insertos en una lógica que buscaba invisibilizarlos y negarlos a costa de una construcción identitaria blanca y homogénea. Queremos remarcar, que si bien, los discursos se han transformado en la actualidad, y las legislaciones acompañaron – o signaron – dichos cambios, las políticas públicas de los organismos gubernamentales, continúan generan condiciones de exclusión y negación hacia esta población. Es en este sentido, que nos centraremos en el próximo acápite en describir como a partir de la implementación de diferentes medidas dos organismos provinciales implementan y construyen fronteras, que una vez más, deja de lado a partir de mecanismos de expulsión y cercamiento a las comunidades étnicas con el objetivo de favorecer a los grandes empresarios nacionales e internacionales con la finalidad, de generar una región productiva y competitiva en materia agroganadera.

PROCESOS DE FRONTERAS EN EL SIGLO XIX EN LA LOCALIDAD DE PAMPA DEL INDIO

Analizaremos aquí el rol que ocupa actualmente el Estado en la construcción de fronteras geofísicas y simbólicas, para vincular los espacios indígenas al mercado capitalista, el cual les otorga un valor que implica la transformación de estos territorios y la población que los habita en la localidad de Pampa del Indio (Figura 3).

En la provincia de Chaco, se encuentra el Instituto de Colonización (IC), que se creó con la implementación de la Ley n. 2913 en el año 1984, a partir del Régimen de Tierras Fiscales decretada por el Poder Ejecutivo de la Provincia. Dicho organismo es el encargado de manejar el patrimonio territorial de todos los ciudadanos. Es decir, el Instituto de Colonización administra y regula las tierras que no poseen dueños privados y son propiedad del Estado, con el objetivo – no declarado – de privatizarlas en arrendamientos o ventas con fines productivos. En tal sentido, los dos primeros artículos de la ley sancionada por la Cámara de Diputados de la Provincia de Chaco establecen:

Artículo 1. Se regirán por las disposiciones de la presente ley, las tierras rurales provinciales y las privadas que por cualquier título se incorporen al dominio del estado provincial, con la excepción de las tierras afectadas a destinos y reservas específicas.

Artículo 2. Las tierras fiscales a que se refiere la presente ley serán incorporadas al proceso productivo, propendiendo a su privatización por la adjudicación en arrendamiento con opción a compra o por venta. (Chaco, 1984).



Figura 3. En la fotografía tomada en el trabajo de campo en agosto del año 2012, se ve la entrada a la localidad de Pampa del Indio a la cual se accede por la Ruta Provincial, n. 3. Foto: Malena Inés Castilla (2016).

A continuación, describiremos de qué modo los intereses locales, en relación a la búsqueda de ganancias y poder político estimulan diversas estrategias dentro de las cuales el uso de la ley 2.913 operativita los procesos de legitimación política en la provincia. Tales objetivos fueron puestos en práctica, lo cual trajo aparejadas diversas denuncias por corrupción y por la venta indiscriminada de los territorios, que, en muchos casos, poseían propietarios.

El Centro de Estudios e Investigación Nelson Mandela² elaboró diversos informes en los cuales daba cuenta de las irregularidades que existían en el Instituto. Las denuncias fueron realizadas por organizaciones de pequeños productores y de indígenas de la provincia de Chaco que fueron las afectadas por tales políticas. Entre los hechos denunciados se encontraban irregularidades como la adjudicación de tierras a personas fallecidas, adjudicación de grandes extensiones a personas que no poseían animales o cultivos. Asimismo, dichas denuncias detallaban que los funcionarios y técnicos del Instituto administraban – de modo arbitrario – hectáreas habitadas, generando desalojos de familias de estas tierras.

Un documento elaborado por el Frente Nacional Campesino (FNC) entregado en diciembre del año 2016 al presidente del Instituto de colonización denunciaba:

[...] en las adjudicaciones y en los trabajos de mensuras del Instituto de Colonización varios casos de despojos de potreros, cercos, aguadas, corrales, chiqueros y viviendas de campesinos por parte de funcionarios [...] presiones y extorsiones contra campesinos de parte de determinados funcionarios políticos y del Instituto de Colonización, para que firmen conformidad de adjudicaciones irregulares y familias que quedarían sin tierra porque no figuran en los listados de adjudicaciones del Instituto de Colonización. (Productores..., 2016, no paginado).

² El Centro de Estudios e Investigación Social Nelson Mandela se consolidó durante el año 1995 a partir de la participación de un grupo de reflexión y de discusión que se ocupaba de trabajar – como hacen actualmente – con los sectores más excluidos. En la actualidad, analizan las gestiones de gobiernos, las políticas públicas, los manejos de recursos, la evaluación de situaciones, entre otras. En este sentido, dicho centro se convirtió en una fuente de consulta para distintas organizaciones sociales, económicas, gremiales y políticas de la Provincia del Chaco, como también fuente de colaboración para medios periodísticos locales, regionales, nacionales e internacionales (Centro Nelson Mandela, 2008).

Podemos observar, a partir de esta denuncia, cómo el Instituto de Colonización – un organismo provincial reglamentado en La Constitución de Chaco – hace uso de su poder en lo que respecta a la administración de las tierras. Ahora bien, entre las denuncias encontramos que dicho organismo siempre favorece a grandes empresarios que se dedican a actividades agropecuarias. El beneficio que tales empresarios obtienen es en perjuicio de la calidad de vida de los habitantes indígenas que ocupan esos territorios. Ricardo, un pequeño productor de Pampa del Indio nos contaba lo que sucede en la zona donde vive:

El instituto de colonización lo que hace es que viene y verifica que vivís acá, la vecina reconoce que vivís. Yo instituto tengo que dar visto bueno, tengo que certificar que no hay nadie, y veo que el campo está vacío y la casa abandonada [...] y yo justo me fui a buscar agua, y no me viste vos y crees que no estoy. Si, está abandonada, así de simple. (comunicación personal)³.

En el relato de este poblador, observamos cómo, a la hora de verificar si un terreno está habitado, el IC perjudica a los campesinos e indígenas de la zona. Las palabras del productor aluden a un hecho real ocurrido a una familia toba que vivía en un lote lindante a los campos de un empresario. Debido a que dicha familia no quería vender a bajo costo su terreno al empresario, el Instituto obró a favor del mismo, desalojando a la familia bajo la acusación de que estos no residían en esa propiedad.

Es decir, el Instituto de Colonización, usualmente, operativita y legítima fronteras, a partir de una concepción racial, que permite expropiar tierras y modificar límites entre las tierras fiscales y las tierras privadas, convirtiendo – selectivamente – territorios privados en fiscales. En la mayoría de los casos tales ilegalidades se realizan a favor de los grandes empresarios del agro que se instalan en la zona en detrimento de las poblaciones locales conformadas por comunidades indígenas y de pequeños productores. En palabras de Oliveira (2014, p. 74), “[...] la frontera en América

Latina tiene una apariencia paradójica de desmantelamiento y de reconstrucción [...]”. Lo mismo ocurre con el Instituto del Aborigen Chaqueño (IDACH). Dicho organismo, creado en el año 1987, oficializado por la Ley Aborigen n. 3258, posee un presupuesto destinado a la comunidad indígena, siendo esta la que, a través de elecciones, selecciona un dirigente para la presidencia del IDACH (Chaco, 1987).

En Pampa del Indio, las políticas que el IDACH ejecuta están destinadas – entre otras cosas – a realizar alambrados perimetrales, como solución a una problemática local. Estos alambrados tienen como finalidad delimitar espacialmente los territorios, para subdividir y establecer los límites geográficos de grandes extensiones de tierra. Además, se utilizan para encerrar ganado, lo cual favorece la productividad agrícola ganadera. Otra de las políticas llevadas a cabo por el IDACH, tiene que ver con la construcción y refacción de viviendas rurales. Generalmente, dichas viviendas se emplazan en los montes chaqueños, donde habitan las comunidades indígenas. Las casas construidas y refaccionadas por el IDACH son de material (ladrillos, cemento etc.) mientras que las viviendas de los habitantes de las comunidades indígenas del pueblo Qom se destacan por ser de adobe, o ranchos muy precarios. Desde el año 2008, parajes como Comandancia Frías, Villa Río Bermejito, Paso Sosa, El Colchón, Resistencia y Pampa del Indio se vieron beneficiadas con esta política habitacional (Figura 4).

Ambas políticas implementadas por el Instituto (alambrados y viviendas) deberían aplicarse beneficiando a la población a la que está destinado dicho organismo, es decir, a las comunidades indígenas de la provincia. Asimismo, la ejecución de tales políticas se debe realizar de acuerdo con un protocolo que establece la designación de la zona donde se aplicarán, para evitar situaciones de corrupción o arbitrariedades en su implementación.

Respecto a las políticas de alambrado perimetral llevadas a cabo por el IDACH, consideramos, en función de las denuncias y relatos de nuestros entrevistados, que

³ Ricardo, productor de Pampa del Indio, en junio de 2012.

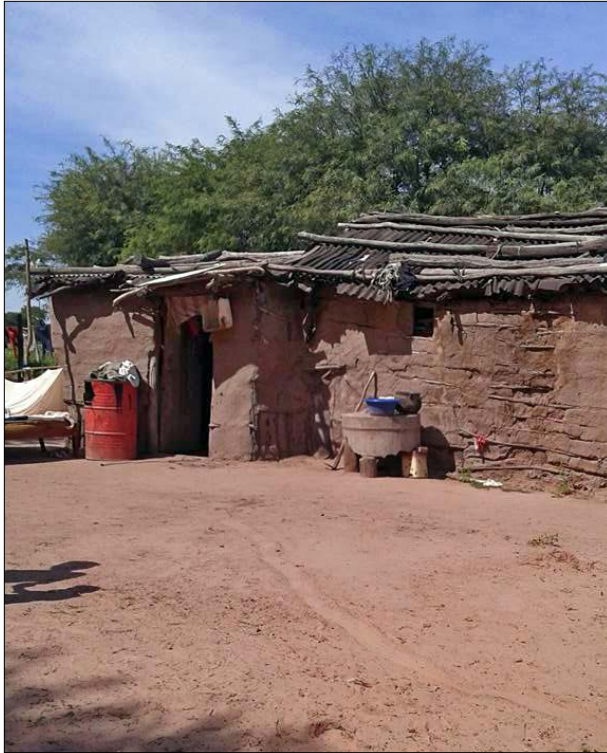


Figura 4. Fotografía tomada en el trabajo de campo de junio 2016, corresponde a una vivienda del tipo rancho, con techo de ramas y chapa y paredes de adobe en la zona del monte de la localidad de Pampa del Indio, Chaco. Foto: Malena Inés Castilla (2016).

no responden a las necesidades de las comunidades, sino que actúan en función de delimitar y geo-referenciar las fronteras de los territorios indígenas de los empresarios privados. Desde el IDACH, argumentan que el pedido de los alambrados es realizado por las comunidades, y que a partir del mismo se entregan los materiales que los propios peticionantes instalan. Como mencionamos anteriormente, la función de estos alambrados es lograr que el ganado que poseen los indígenas no invada el terreno lindante. La realidad es que son pocos los indígenas de la localidad que tienen animales en sus terrenos (por falta de agua y pasturas), por tanto, dicho pedido busca, más bien, beneficiar a los empresarios que utilizan los

alambrados para delimitar sus hectáreas y diferenciarlas de las que habitan las comunidades étnicas. En una entrevista que realizamos a un criollo que trabaja en el IDACH, nos explicaba acerca de la aplicación de esta política:

El alambrado perimetral [...] por ejemplo hay una comunidad aborígen, se hace el alambrado separando del criollo y a la costa del hombre [...] si vos tenes un alambrado, y tenes un aborígen que tiene su chacrita, el criollo no tiene alambre, tiene sus animales de este lado, los animales entran en su lado y hacen un perjuicio. [...] viven muchos aborígenes en el mismo lugar, si vos le tenes que hacer parcelita por parcelita tenes mucho costo, y a nivel de la provincia, no te van a alcanzar los postes. Porque no es como los criollos, nosotros agarramos, arreglamos con lo que tenemos, ellos no porque tenes que darles todo [...] (comunicación personal)⁴.

Simona, integrante de la comunidad Qom de la localidad, explica que un cacique de la comunidad está enterrado en un territorio indígena- ubicado en la zona de Pampa del Indio-usurpado y alambrado por un empresario privado:

El cacique nuestro Taigoyi está enterrado en cuarta legua, en campo privado, según lo que sabemos desmontaron el predio, el tipo agarro el lote ese y es de los aborígenes. Los aborígenes tienen título, pero no pueden vivir. Lo que pasa es que los criollos cuando entran alambran todo. (comunicación personal)⁵.

Es importante tener en cuenta que la gestión para colocar un alambrado se realiza en conjunto con el IC (encargado de regular las tierras), y las tierras que no figuran como propiedad de los indígenas, no son alambradas. Lo paradójico de todo esto es que muchas veces es el mismo Instituto el que no reconoce la propiedad indígena de ciertos territorios y los vende a productores criollos o gringos. Si bien el alambrado significa un reconocimiento estatal sobre la parcela del indígena, también niega las

⁴ Rodolfo, empleado criollo del Instituto del Aborígen Chaqueño, y Gabriela, en agosto de 2012.

⁵ Simona, integrante de la organización Huo'o, en abril de 2016.

extensiones de tierra que estos poseen. Al alambrar, se divide, y en esta división se reparten las tierras, diferenciando cuáles pertenecen a los pueblos originarios y cuáles a los criollos. El alambrado funciona como un cerco, que aísla y separa lo indígena de lo demás.

En este sentido, Florencia, integrante del pueblo Qom, describe el problema que acarrea la implementación de los alambrados según su vivencia:

Ahora está prohibido cazar y hace mucho que sacaron todas las armas que tenían, y no podía salir para comer pescado, pero lo que pasa, con los criollos es que ahora tienen todos los alambrados porque dicen que les roban las vacas y todo, pero ellos buscan otra cosa, porque ellos se fueron a cazar gargantilla – los indígenas –, porque también se come, pescada o lo que se puede hacer empanada. [...] Acá vive uno y, por ejemplo, acá cerquita uno de roca y el otro es un gringo, no sé cómo se llama, a ese le decimos loquin [...] (comunicación personal)⁶.

En este escenario de gran conflicto territorial entre los pueblos indígenas y los capitales nacionales, se produce la reconfiguración de un elemento clave en la cosmovisión indígena: la relación con la tierra. En este sentido, la privatización de estos espacios genera una nueva vinculación con el territorio, que se expresa en una lucha por su recuperación. Es decir, el alambre refiere a una frontera en sí misma, que se establece con los primeros colonos durante las campañas militares y es utilizada como una herramienta para cercar a los indígenas en reducciones y evitar que ocupen territorios apropiados por los blancos, tal como vimos anteriormente. En la actualidad se convirtió, además, en un elemento clave para ‘proteger’ las propiedades privadas de los comerciantes agro-ganaderos. Es en este contexto y ante nuevas condiciones de relacionamiento con el estado – a partir de la intervención de un organismo específicamente indígena – que los alambrados se convierten en símbolos que organizan una nueva geografía, política e

ideología del territorio. Los dueños del capital impusieron, a partir de la implementación de los mismos, nuevas lógicas de apropiación y utilización de la tierra que son ajenas a la lógica indígena.

Queras que te diga [...] ya es todo privado. Ahora un tiene que tener un contacto con el dueño, es tristísimo, cuando hablamos de esto, comparado con lo de antes, porque ahora no podemos, antes andábamos libres, en todos lados, íbamos de acá para allá, ahora es todo privado, hasta la salud lo es. Antes buscábamos plantas para curar, ahora no podemos. (comunicación personal)⁷.

A partir de este fragmento en el que Simona relata cómo vive actualmente en un contexto donde los campos son privados, podemos comprender que los alambrados y las nuevas lógicas de producción capitalistas, delimitan y corrompen la geografía y los modos de vida de los pueblos. Ahora bien, el alambrado como símbolo significó algo más profundo que la parcelación, ya que motivó una nueva lucha indígena. Pero también sucede, en muchos casos, que cada individuo, al no encontrar alternativas en las luchas comunitarias, busca beneficiarse y mantener su terreno en tanto propiedad privada.

Ricardo: Este nuevo recambio de ley de tierras, muchos están bregando por este sistema, yo particularmente puedo dar mi opinión, porque yo defendía la tierra para el día de mañana siga perteneciendo al pequeño productor. La de ley decía que tiene que pertenecer a lo comunitario.

Entrevistadora: Florencia ¿vos que preferís, títulos privados o comunitarios para la tierra?

Florencia: privado [...] (comunicación personal)⁸.

En resumen, tanto el IDACH como el Instituto de Colonización – ambos organismos estatales –, tienen un contacto permanente con las comunidades indígenas y con los pequeños productores de Chaco. Además, los dos entes provinciales poseen la potestad de ejercer y aplicar el

⁶ Florencia, integrante del pueblo Qom en Pampa del Indio, en enero de 2012.

⁷ Simona, integrante de la organización Huo'o, en 2012.

⁸ Ricardo, productor de Pampa del Indio, y Florencia, integrante del pueblo Qom en Pampa del Indio, en 2012.

control y la ejecución sobre el territorio de dicha provincia teniendo en cuenta la realidad local. En ambos casos, también, la situación respecto a la aplicación de sus políticas es denunciada por diferentes organizaciones de la sociedad civil, dado que no responden a los intereses del pueblo chaqueño, sino más bien de los empresarios con capitales nacionales e internacionales vinculados al agronegocio y en la mayoría de los casos, en perjuicio de este pueblo tanto la intervención del IDACH como la del Instituto de Colonización en los territorios, puede implicar la pérdida de derechos para una familia, ya sea porque fueron desalojados de su vivienda o porque fueron instados a construir un cerco perimetral con alambres de púas que les limitó el libre acceso a los montes. En este sentido, el antropólogo Carlos Burgos, nos explicaba en una entrevista de qué manera trabajó para realizar el mapa indígena de la localidad a partir de los usos de las fronteras desde la aplicación de los alambrados:

Muchas organizaciones con el fin de salvar sus territorialidades indígenas alambRARon, su proyecto fue alambRAR, pero para muchos amigos de los pueblos eso fue tremendo porque le versiono el territorio. Unos dirigentes indígenas me decían yo me acuerdo- me hablaban de los ancestros- que quería el territorio libre, sin nada, podíamos circular por donde queríamos, pero hoy en día estamos recados de alambrada, de cercas, nos cortan los circuitos de marisca y no son solo los terratenientes los que hacen eso sino también las mismas organizaciones que supuestamente nos están ayudando a defender el territorio nuestro pero que los están transformando, lo están modificando y están occidentalizando el territorio. (comunicación personal)⁹.

Las fronteras que son creadas y delimitadas por las políticas públicas que se imponen en el territorio a partir del establecimiento de cercos y de definir qué tierras son fiscales y cuáles son privadas. Dichas políticas, generan una separación entre los que poseen y los que no poseen, lo cual se encuentra vinculado a la idea de propiedad, y muchas veces está acompañada por una diferenciación cultural y de estatus económico. Es decir, estas fronteras

son, en definitiva, elementos físicos y simbólicos que establecen la ruptura entre 'unos' y 'otros', como así también, la pérdida del territorio. Pero, además – y aquí es donde radica la verdadera eficacia simbólica del alambrado – estos cercos simbolizan la usurpación, a partir del cual se expropia, se limita y concentra a la población indígena y su territorio a fin de ejercer un control sobre estos. Se trata de 'cercar' a partir de políticas públicas a una población que localmente se asumen como 'problemática' en relación a las actividades agroganadera. Por lo tanto, el alambrado simboliza la posesión en diferentes niveles: tanto la propiedad territorial, como el vínculo cultural con la tierra, con las tradiciones, los mitos y las leyendas e incluso la posibilidad de vivir o morir. La territorialidad indígena no solo está atada al uso del agua y de la tierra, sino que está vinculada a todos los seres que viven en ella, a la naturaleza que la rodea y a la espiritualidad que la habita. Los desalojos y la instauración de propiedades privadas a manos de organismos públicos, empresarios de la agro-industria, entre otros, significan la pérdida de todos estos aspectos que hacen a la territorialidad indígena.

CONCLUSIONES

En este trabajo intentamos dar cuenta de las nociones que existen acerca de la territorialidad desde de un análisis contextualizado. En este sentido, los diferentes abordajes teóricos desde los cuales partimos nos aportaron herramientas para comprender que los conflictos y problemáticas que hoy en día afectan a las comunidades indígenas, se deben a la disputa por el territorio. A lo largo de estas líneas analizamos los antecedentes históricos desde el periodo colonial, durante la consolidación del Estado-Nación y en la actualidad, a partir del análisis del caso etnográfico en la localidad de Pampa del Indio. Dicha investigación se realizó con el objetivo de comprender de qué maneras el poder estatal y su ejercicio de la fuerza con el fin de someter a las etnias, se mantuvieron durante los siglos XIX y XX.

⁹ Carlos Burgos, antropólogo, en octubre de 2016.

Es por ello, que en este artículo partimos de la construcción de las fronteras, en tanto prácticas estructurantes de las estrategias de colonización y apropiación de aquellos espacios que se disputan. En el caso ejemplificante, en Pampa del Indio, el alambrado se establece como un límite, físico y simbólico, que es aplicado por organismos estatales y responde a intereses económicos y productivos. Dicho límite demarca las relaciones de poder y dominación que se ejercen sobre las comunidades.

Como vimos en este trabajo, la eficacia de los límites impuestos desde las diferentes políticas radica en la pérdida territorial padecida por dichas poblaciones, que a su vez implica un despojamiento en relación a su cultura, su tradición y su memoria. Los desalojos, la apropiación y el establecimiento de fronteras, no solo han demarcado los territorios étnicos de las propiedades privadas a manos de empresarios nacionales e internacionales, sino que han generado nuevas dinámicas de vida y reconfiguraciones identitarias, a partir de los cuales las poblaciones indígenas llevan a cabo sus luchas y desde una reactualización reclaman por los territorios tradicionales que les fueron expropiados.

REFERENCIAS

- ACUTO, Félix A.; GIFFORD, Chad. Lugar, arquitectura y narrativas de poder: relaciones sociales y experiencia en los centros Inkas del Valle Calchaquí Norte. **Arqueología Suramericana/Arqueologia Sul-Americana**, Colombia, v. 3, n. 2, p. 135-161, jul. 2007.
- ALSINA, Adolfo. **La nueva línea de fronteras**: memoria especial del ministerio de guerra y Marina, año 1877. Buenos Aires: Eudeba, 1977.
- ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Archivos y colecciones de procedencia privada**: comisiones especiales y de homenajes e instituciones privadas. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 2016. v. 3, Tomo II. Disponible en: <<http://mininterior.gob.ar/agn/pdf/ArchivosprivadosTomoII>>. Acceso en: 10 feb. 2017.
- ARNADE, Charles. La génesis de Bolivia, Paraguay y Uruguay. **Ciencia y Cultura**, Bolivia, n. 22-23, p. 2005-2017, agosto 2009. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=425839836011>>. Acceso en: 4 jul. 2017.
- BALAZOTE, Alejandro O. Pueblos originarios: disputas en el campo discursivo. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, MS, v. 10, n. 18, p. 33-50, jan.-jun. 2015.
- BALAZOTE, Alejandro; RADOVICH, Juan Carlos; BERÓN, Mónica; VALVERDE, Sebastián; STECHER, Gabriel. Deslegitimación y discriminación en el discurso mediático. **Agencia CTyS**. Buenos Aires, n. 3028, dic. 2014. Disponible en: <<http://www.ctys.com.ar/index.php?idPage=20&idArticulo=3028>>. Acceso en: 3 oct. 2018.
- BALAZOTE, Alejandro O. Reasentamiento forzoso de población y regularización territorial en el Interfluvio Teuco-Bermejito (Provincia de Chaco). **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 16, p. 165-184, agosto-dic. 2002.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Procesos interculturales**: antropología política del pluralismo cultural en América Latina. México: Siglo XXI Editores, 2006.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Los pobladores del "desierto" genocidio, etnocidio y etnogénesis en la Argentina. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 17, p. 163-189, enero-agosto 2003.
- BENEDETTI, Alejandro Gabriel; SALIZZI, Esteban. Fronteras en la construcción del territorio argentino. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 121-138, jul.-dic. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v23n2.38366>.
- BENEDETTI, Alejandro Gabriel. **Un territorio andino para un país pampeano**: geografía histórica del territorio de Los Andes (1900-1943). 2005. 714 f. Tesis (Doctor en Geografía) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2005.
- BLENGINO, Vanni. **La Zanja de la Patagonia**: los nuevos conquistadores militares, científicos, sacerdotes y escritores. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- CANEDO, Mariana. Cruzando miradas sobre tierras comunales (siglos XVIII-XIX). **Revista de Ciencias Sociales**. Segunda época, Buenos Aires, año 7, n. 27, p. 7-18, otoño 2015.
- CANTERA, Carmen Susana. Discursos y representaciones urbanas: la construcción de la alteridad en Buenos Aires durante el período tardocolonial y en la coyuntura revolucionaria. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11., 2007, San Miguel de Tucumán. **Anales electrónicos...** San Miguel de Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007. p. 1-17.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen (Org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: CEPPAC, 2005.
- CENTRO NELSON MANDELA. Una organización de derechos humanos. **La Matera de Guido**. Buenos Aires, 2 jun. 2008. Disponible en: <<http://lamateradeguido.blogspot.com.ar/2008/06/una-organizacion-de-derechos-humanos.html>>. Acceso en: 11 dic. 2017.
- CHACO (Provincia). Ley n. 3258, de 14 mayo de 1987. De las comunidades indígenas. Provincia del Chaco, 1987. Disponible en: <http://indigenas.bioetica.org/leyes/chaco.htm#_Toc124265962>. Acceso en: 30 oct. 2018.

CHACO (Provincia). Ley n. 2913, de 10 de enero de 1984. De las tierras fiscales y de la colonización. Provincia del Chaco, 1984. Disponible en: <<http://www.estrucplan.com.ar/Legislacion/Chaco/Leyes/Ley02913.asp>>. Acceso en: 30 oct. 2018.

GIMÉNEZ, Gilberto. Territorio, cultura e identidades. In: ORTEGA, Rocío Rosales (Coord.). **Globalización y regiones en México**. México: Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad, 2000. p. 19-33.

GORDILLO, Gastón. La clientelización de la etnicidad: hegemonía partidaria y subjetividades políticas indígenas. **Revista Española de Antropología Americana**, España, v. 39, n. 2, p. 247-262, anual 2009.

HAESBAERT, Rogério. Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad. **Cultura y Representaciones Sociales**, México, v. 8, n. 15, p. 9-42, sept. 2013.

INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL (IGN). **Cartografía**. República Argentina, 2018. Disponible en: <<http://www.ign.gob.ar/>>. Acceso en: 3 oct. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INDEC). **Censo nacional de población, hogares y viviendas 2010**: censo del bicentenario. Buenos Aires: INDEC, 2012. (Serie B, n. 2, Tomo 1).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (INDEC). **Censo nacional de población, hogares y viviendas**. Argentina, 2001. Disponible en: <https://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=134>. Acceso en: 30 oct. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **De l'état**: les contradictions de l'état moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.

LORANDI, Ana María. La cuestión de Tarija: desde la perspectiva de un militar ilustrado. **Revista de Historia del Derecho**, Buenos Aires, n. 53, p. 81-103, enero-jun. 2017.

MAEDER, Ernesto J. A. El territorio nacional del Chaco durante el Gobierno de Manuel Obligado: (1884-1887). **Revista de la Junta de Historia del Chaco**, Buenos Aires, v. 1, p. 21-33, 1996.

MANZANAL, Mabel; ROFMAN, Alejandro Boris. **Las economías regionales de la Argentina**: crisis y políticas de desarrollo. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989.

MASES, Enrique Hugo. **Estado y cuestión indígena**: el destino final de los indios sometidos en el sur del territorio (1878-1930). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

MASTRICCHIO, Malena Mazzitelli; LOIS, Carla; GRIMOLDI, Nelsa. La cobertura al descubierto: progresión, criterios y problemas en los planes de relevamiento topográfico de la República Argentina durante el siglo XX. **Terra Brasilis. Nova Série**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1-19, sem. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.1337>.

MILLER, Elmer S. **Los tobos argentinos**: armonía e disonancia en una sociedad. México: Siglo XXI Editores, 1979.

MILIA, Juan Guillermo. **Geopolítica de límites y fronteras de la Argentina**. Buenos Aires: Dunken, 2015.

NACUZZI, Lidia R.; LUCAIOLI, Carina. Perspectivas antropológicas para el análisis histórico de las fronteras. In: TRINCHERO, Hugo; MUÑOZ, Luis Campos; VALVERDE, Sebastián (Coord.). **Pueblos indígenas, estados nacionales y fronteras**: tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014. p. 27-71. Tomo I.

NACUZZI, Lidia R. Introducción. In: LUCAIOLI, Carina P.; NACUZZI, Lidia R. (Comp.). **Fronteras**: espacios de interacción en las tierras bajas del sur de América. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010. p. 7-20.

NAGY, Mariano A. Los museos de la última frontera bonaerense y sus narrativas acerca de los pueblos indígenas. **Revista del Museo de Antropología**, Argentina, v. 6, n. 1, p. 79-90, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.31048/1852.4826.v6.n1.5506>.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Fronteras en América Latina: reflexiones metodológicas. In: TRINCHERO, Hugo; MUÑOZ, Luis Campos; VALVERDE, Sebastián (Coord.). **Pueblos indígenas, estados nacionales y fronteras**: tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014. p. 73-134. Tomo I.

PRODUCTORES denuncian irregularidades en la adjudicación de tierras en la Reserva Criolla. **Diario Norte**, Argentina, 16 dic. 2016. Disponible en: <<http://www.diarionorte.com/article/146265/productores-denuncian-irregularidades-en-la-adjudicacion-de-tierras-en-la-reserva-criolla>>. Acceso en: 20 mayo 2017.

PUNZI, Orlando Mario. **Historia de la conquista del Chaco**. Buenos Aires: Vinciguerra, 1997.

RADOVICH, Juan Carlos. Procesos migratorios en comunidades mapuches de la Patagonia Argentina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL, 2., 2004, Paredes de Coura, Portugal. **Anais...** Paredes de Coura, Portugal: Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por una geografía del poder**. Traducción y notas Yanga Villagómez Velázquez. México: El Colegio de Michoacán, 2011.

RATTO, Silvia. Estado, vecinos e indígenas en la conformación del espacio fronterizo: Buenos Aires, 1810-1852. **Corpus**: archivos virtuales de la alteridad Americana, Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 1-2, jul.-dic. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/corpusarchivos.879>.

RIVAS MALDONADO, Juan; TRONCOSO MORA, Juan; CABEZAS RODRÍGUEZ, Emil son; LOYOLA GÓMEZ, Christian. Patagonia, territorio de los otros: consideraciones geográfico-políticas en la construcción de la nación Argentina. **Revista Geográfica Venezolana**, Venezuela, v. 56, n. 2, p. 269-290, jul.-dic. 2015.

SPOTA, Julio César. Los fortines en la frontera chaqueña (1862-1884): un enfoque desde la antropología histórica en relación con la teoría de las organizaciones. **Memoria Americana**, Buenos Aires, v. 17, n. 1, p. 85-117, enero-jun. 2009.

THOMAS, Julián. **Time, culture and identity**: an interpretative archaeology. London: Routledge, 1996.

TRINCHERO, Héctor Hugo; VALVERDE, Sebastián. De la 'guerra con el indio' a los pueblos originarios como sujetos sociales y políticos: del centenario al Bicentenario argentino. In: TRINCHERO, Hugo; MUÑOZ, Luis Campos; VALVERDE, Sebastián (Coord.). **Pueblos indígenas, estados nacionales y fronteras**: tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014. p. 175-222. Tomo I.

TRINCHERO, Héctor Hugo. Las masacres del olvido: Napalpí y Rincón Bomba en la genealogía del genocidio y el racismo de estado en la Argentina. **Runa**, Buenos Aires, v. 30, n. 1, p. 45-60, enero-jun. 2009.

TRINCHERO, Héctor Hugo. **Aromas de lo exótico (retorno del objeto)**: para una crítica del objeto antropológico y sus modos de reproducción. Buenos Aires: Editorial SB, 2007. (Colección Complejidad Humana).

TRINCHERO, Héctor Hugo. **Los dominios del demonio**: civilización y barbarie en las fronteras de la nación el Chaco central. Buenos Aires: EUDEBA, 2000.

TRINCHERO, Héctor Hugo. Transformaciones de la economía doméstica indígena en el Chaco centro-occidental. **Revista Desarrollo Agroforestal y Comunidad Campesina**, Argentina, año 4, n. 18, p. 2-8, agosto-sept. 1995.

VALVERDE, Sebastián. Pueblos indígenas, Estados-Nacionales y fronteras: dinámicas del pueblo Mapuche en Norpatagonia Argentina. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29., 2014, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ABA/UFRN, 2014. p. 1-28.

VAQUER, José María. **Paisaje, materialidad y prácticas sociales en Cruz Vinto**: una interpretación desde los espacios domésticos externos. Saarbrücken: Académica Española, 2011.

Cauim: entre comida e ebriedade Cauim: food or intoxicant?

Alessandro Barghini

Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Tradicionalmente, as bebidas fermentadas da América do Sul são classificadas entre os narcóticos e os intoxicantes. Revisando os textos dos primeiros cronistas e recentes estudos antropológicos, é possível mostrar que as bebidas fermentadas eram fundamentalmente alimentos líquidos, ricos em elementos minerais, em pré-bióticos e pró-bióticos, contendo forte proteção contra doenças intestinais. O componente 'etílico', apesar de importante pelas suas implicações sociais, era, na maior parte dos casos, inexistente ou baixo, sendo originário de uma fermentação láctica e não sacaromycética.

Palavras-chave: Cauim. Caxiri. Chicha. Bebidas fermentadas. Alimentos fermentados.

Abstract: South American fermented beverages have traditionally been classified among narcotics and intoxicants. In a review of the first chronicles and recent ethnological studies of South American history, we show that fermented beverages were fundamentally liquid food, rich in minerals, probiotics, and prebiotics, and offered strong protection against intestinal diseases. The alcoholic component, although important for its social implications, was for the most part lacking or minimal, and originated from non-saccharomycetic lactic acid fermentation.

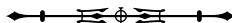
Keywords: *Cauim. Caxiri. Chicha.* Fermented drinks. Fermented foods.

BARGHINI, Alessandro. Cauim: entre comida e ebriedade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 561-571, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300005>.

Autor para correspondência: Alessandro Barghini. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. Av. Professor Almeida Prado, 1466 – Cidade Universitária. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-070 (alessandro.barghini@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9108-5374>.

Recebido em 08/03/2018

Aprovado em 06/07/2018



But to my mind, though I am native here
And to the manner born, it is a custom
More honour'd in the breach than the observance.
This heavy-headed revel east and west
Makes us traduced and tax'd of other nations:
They clepe us drunkards, and with swinish phrase
Soil our addition; and indeed it takes.
From our achievements, though perform'd at height,
The pith and marrow of our attribute¹
(Shakespeare, 1899, p. 37).

Os mitos de que os índios viviam em estado de perpétua ebriedade, comiam os inimigos e não tinham alma, sendo necessária uma bula do papa Paulo III (1537)² para confirmar que eram homens como a gente, eram comuns entre os primeiros viajantes. Às vezes, parte desses mitos continua sendo repetida entre antropólogos e arqueólogos, por conta do viés de relatos que tendem a descrever eventos excepcionais, como festas, batalhas, ritos, enterros, mas com dificuldade para descrever a vida cotidiana, a qual, por outro lado, também quando documentada, é frequentemente esquecida, em favor de uma visão mais heroica.

Especialmente nos últimos anos, a imagem de sociedades de ébrios descrita pelos missionários dos primeiros séculos parece retornar na literatura científica, por meio de frases como “[...] a grande profusão de culturas da embriaguez [...]” (Sztutman, 1998, p. 45) ou “[...] a etílica história dos Tupi-Guarani [...]” (Almeida, F., 2015, p. 87), sendo tecidas interpretações profundas sobre a ‘cauinagem’ e as ‘colossais’ bebedeiras dos índios.

Naturalmente, não se pretende negar as reuniões paroxísticas do sacrifício de um inimigo ou as mais recentes, na ocasião de uma festa ou de um luto, regadas com abundantes doses de bebidas fermentadas, com suas inevitáveis consequências. O que se afirma é que as bebidas fermentadas, encontradas sob diferentes nomes na América do Sul pelos missionários e pelos viajantes –

cauim, chicha, caxiri ou quantos outros nomes podem ser encontrados entre as diferentes etnias –, eram, sobretudo, alimentos líquidos fermentados altamente nutritivos, com efeitos de desintoxicação de metabólitos secundários das plantas e com poder de proteção da flora intestinal. Apenas em situações excepcionais, essas bebidas transformavam-se em excitantes, com alto conteúdo alcoólico.

Para entendermos o significado desta afirmação, precisamos, em primeiro lugar, nos livrar da visão etnocêntrica, que observa com repulsa os estranhos costumes das outras populações. Para isso, neste trabalho, seguirei o caminho indicado por Michel de Montaigne – que Lévi-Strauss (1991) definiu como sendo o progenitor das ciências humanas e pioneiro do relativismo cultural –, e como fez Michel de Montaigne, ler com atenção as fontes e recorrer a testemunhas simples. Apesar de dispor dos textos de Thévet (1558), Léry (1578) e de Las Casas (2010 [1552]), Michel de Montaigne preferiu as informações fornecidas por um de seus criados, que tinha vivido uma década entre os Tupinambá (Lestringant, 2006), porque:

Esse homem que eu tinha comigo era homem simples e grosseiro, o que é uma condição própria para dar testemunho verdadeiro, pois as pessoas finas observam muito mais cuidadosamente e mais coisas, mas as glosam e, para fazerem valer sua interpretação e torná-la convincente, não conseguem evitar alterar um pouco a História, nunca vão apresentar as coisas puras, curvam-nas e mascaram-nas de acordo com a feição que lhes viram; e, para dar crédito a seu raciocínio e atrair-vos para ele, facilmente forçam a matéria para esse lado e alargam-na. (Montaigne, 2000-2001, p. 306-307).

Feitas essas premissas, Montaigne (2000-2001) chega à conclusão de que o cauim é uma bebida agradável, devendo indiretamente pensar ser um alimento, como pode-se compreender pelo texto:

¹ “Oh, sim, como não. Mas, pro meu sentimento – e sou nascido aqui, criado nesses hábitos – é uma tradição que seria mais honroso romper, não respeitar. Esse deboche brutal nos transforma em alvo de insultos e achincalhes de todas as nações, do Oriente ao Ocidente, nos dá fama de bêbados, mancha nossa reputação; dinamarqueses suínos. Todos os nossos feitos, por mais belos que sejam, ficam ofuscados por esse costume inglório” (Shakespeare, 2012, ato I, cena IV, tradução de Millôr Fernandes).

² Bula *Veritas Ipsa*, conhecida também como *Sublimis Deus*.

Levantam-se com o sol e comem imediatamente depois de se levantar, para o dia todo, pois não fazem outra refeição além dessa. Não bebem então, como conta Suidas sobre alguns outros povos do Oriente que bebem fora das refeições; bebem várias vezes por dia, e muito. Sua bebida é feita de uma raiz e tem a cor de nossos vinhos claretos. Só a bebem quente; essa beberagem só se conserva por dois ou três dias; tem o gosto um pouco picante, não exala vapores, é salutar para o estômago e laxativa para os que não estão acostumados; é uma bebida muito agradável para quem está habituado a ela. (Montaigne, 2000-2001, p. 313).

Postas estas premissas, podemos começar a ler com mais atenção os textos.

Almeida, F. (2015, p. 90), para justificar o epíteto de 'etífica' na história dos Tupi-Guarani, inicia seu artigo com a descrição de "[...] um dia na vida dos Jívaro [...]", que registra um contínuo pedido de cerveja do índio à sua esposa. Almeida, F. (2015), porém, apesar de traduzir bem duas páginas do texto de Harner (1972), não cita o parágrafo inicial da página 52:

A rough estimate of the daily beer consumption of the adult male is three to four gallons; of an adult female, approximately one or two gallons; and of a nine- to ten-year-old children, about half a gallon. The beer must ferment for four or five days to reach its maximum alcoholic content, but this is usually intentionally done only for feasts planned in advance. On the other hand, a jar or two of beer may reach such a strength simply because it has not been consumed, in which case its availability provides an occasion to invite neighbors to come for a drinking and dancing party. (Harner, 1972, p. 52).

Neste trecho, Harner (1972) confirma que a fermentação de quatro ou cinco dias é realizada intencionalmente só quando uma festa é planejada com antecedência. Por outro lado, na página anterior, o autor, descrevendo o preparo da 'cerveja', escreveu:

Although the fermentation takes place rapidly, the beer is usually too much in demand to be allowed to sit very long. In being served, the beer is strained through a tree-gourd sieve to remove manioc fiber, and about one part of water is added to two parts of beer. (Harner, 1972, p. 51).

Da leitura completa do texto, é possível inferir que a 'cerveja' de cada dia descrita por Harner (1972) era de curta fermentação, provavelmente de não mais de 24 horas, e que a ela era adicionada água, diluindo em 30% a bebida. Só nas grandes festas a fermentação realmente durava de quatro a cinco dias. A 'cerveja' de cada dia, portanto, era uma bebida de baixíssimo conteúdo alcoólico, diluída com água.

Apesar de Harner (1972) não indicar, entre os Jívaros, na realidade, existiam conceitualmente duas cervejas: a primeira, a bebida de cada dia, levemente alcoólica e diluída com água, e a segunda realmente alcoólica, com uma fermentação de quatro a cinco dias. Esse fato é confirmado por Karsten (1935a, p. 132-133, p. 373-379). De fato, Karsten (1935a) distingue claramente duas bebidas fermentadas, dando a cada uma um nome diferente. A primeira, o *nihanánchi*, era uma bebida fermentada tradicional, da qual Karsten (1935a, p. 121) salienta "[...] being served both as beverage and as food [...]", adicionando:

When the Indian goes out on a journey, on a hunting, fishing, or war expedition, he never fails to take with him a quantity of the fermented manioc substance enveloped in banana leaves. By diluting some of the substance with water he can, while on a journey, prepare the beer whenever he likes, and as long as he has his *nihanánchi* he is able to do without any other food for days.

Exactly the same may be said of the Canelos Indians, who call the fermented manioc-beer *asua*. (Karsten, 1935a, p. 121).

A segunda bebida fermentada, a *sangucha shiki*, era realmente alcoólica, fermentada por muitos dias, seguindo um complexo ritual realizado por ocasião da redução da cabeça de um inimigo morto (Karsten, 1935a, p. 327-333).

Nas quinhentas e noventa e oito páginas do livro de Karsten (1935a) encontra-se menção de bebedeira apenas uma vez, na página 354, na ocasião do último dia do ritual da redução da cabeça de um inimigo morto, quando, de fato, é tomada *angucha shiki*, a bebida fermentada por quatro dias.

A distinção das duas bebidas fermentadas, apesar de frequentemente ser utilizado o mesmo nome – chicha,

caxiri, cauim e similares –, exige uma concisa explicação biológica. Em ambiente tropical, com os produtos vegetais ricos em metabólitos secundários tóxicos, a fermentação, prevalentemente lática, representa um importante mecanismo de desintoxicação e de conservação dos alimentos, que foi provavelmente utilizada ainda antes do início da agricultura. Nos Andes, a fermentação era utilizada para o tratamento do *Solanum andigenum* Juz. & Bukasov e do *Lupinus mutabilis* Sweet (Aubert, 1985; Katz, 2015); nas terras baixas, provavelmente para o tratamento de produtos como *Canavalia ensiformis* (L.) DC. e *C. plagiisperma* Piper (Piperno; Pearsall, 1998), além de também ser aplicada para a mandioca. O processo de fermentação mais demorado de alguns produtos pode levar a uma produção significativa de álcool. Em processo de curta duração, principalmente com fermentação lática, há a produção de um verdadeiro alimento de fácil digestão, rico em pré-bióticos e pró-bióticos, que oferecem proteção para o desenvolvimento de uma flora intestinal sadia, além de ser de fácil conservação em um ambiente quente, no qual os alimentos tendem a se deteriorar (Barghini, 2004).

Do ponto de vista nutricional, os elementos mais importantes são a duração da fermentação e o nível de filtragem do produto. Quando ele é filtrado após longa fermentação, deve ser considerado como uma verdadeira bebida alcoólica, com um conteúdo de álcool da ordem de 4 a 7%, sais minerais, baixo conteúdo de proteínas e vitaminas (principalmente do grupo B, originárias dos restos de *Saccharomyces cerevisiae* (Desm.) Meyen). Nessas condições, o produto oferece uma complementação calórica da ordem de 35 cal/100 ml. Quando é resultado de curta fermentação e pouco filtrado, este produto deve ser considerado basicamente como alimento, contendo baixo conteúdo alcoólico ou, na maioria dos casos, não contendo álcool. Apresenta maior conteúdo calórico,

nessas condições, na ordem de 75 cal/100 ml, sendo rico em sais minerais (Steinkraus, 1983; Campbell-Platt, 1987; FAO, 1999a, 1999b; Katz, 2015).

Na literatura, a distinção entre os dois preparos nem sempre é esclarecida, como em Karsten (1935a), mas nas terras altas é explicitamente reconhecida por padre José Acosta, quando escreve:

La bebida de maíz que en el Perú es llamada “azua” pero que generalmente es conocida como “chicha” se elabora de diferentes formas. Para obtener la cerveza más fuerte llamada “sora”, se remojan primero los granos de maíz hasta que comiencen a germinar, luego se los cocina de modo que la bebida alcance un alto contenido alcohólico. En el Perú, el consumo de “sora” está actualmente prohibido por ley debido a los grandes daños que ocasionan los ebrios [...] (Acosta, 1954 [1588], p. 110).

Para o autor, portanto, existiam duas bebidas fermentadas, sendo que a alcoólica era proibida e a outra permanecia em uso. Note-se que Karsten (1935a), ao descrever a ‘cerveja’ dos Canelos, usa o termo andino *asua*, o que não deve surpreender, porque os Canelos eram uma etnia de origem andina e de fala quíchua. Descrições não muito diferentes podem ser encontradas em Vega (1985 [1609]) e Poma (1980 [1615]). Para os primeiros cronistas andinos, assim, existia uma nítida distinção entre as duas bebidas.

No caso das terras baixas, as opiniões dos primeiros cronistas não são unânimes. O próprio Staden (1557, p. 150), que destaca os comportamentos mais violentos dos Tupinambás, escreveu, em relação ao caxiri: “*Jst dicke / speisset auch wol*”, ou em alemão moderno “*Es ist dick flässig und nahraft* [...]”³.

A maioria dos primeiros cronistas, como Thévet (1558), Léry (1578), Montoya (1876 [1640]), considerava o cauí como uma bebida intoxicante. No próprio “Handbook of South American Indians” (Cooper, 1948), a bebida

³ “É uma bebida grossa e nutritiva [...]” (Staden, 1557, p. 150, tradução nossa). Cito a edição alemã porque, na tradução portuguesa de 1974, o termo *nahraft* é traduzido como “[...] bom gosto [...]” (Staden, 1974, livro II, cap. 14).

fermentada é categorizada entre os narcóticos e os intoxicantes. Uma posição diferente é, porém, assumida pelo padre José de Anchieta, que escreve:

[...] seus vinhos em que são muito continuos e em tirar-lhos ha ordinariamente mais dificuldade que em todo o mais, por ser como seu mantimento, e assim não lhos tiram os Padres de todo, senão o excesso que neles ha, porque assim moderado quasi nunca se embebedam nem fazem outros desatinos. (Anchieta, 1933 [1580c], p. 333).

Padre Anchieta (1933 [1580c]), portanto, apesar de não distinguir as fases de fermentação, reconhece que a chicha era também um alimento.

Até padre João Daniel, fortemente crítico das bebedeiras, considerando tal hábito um dos três grandes vícios dos índios, após condenar as consequências desses excessos, descreve com linguagem original dois preparos. A descrição merece ser citada por extenso:

Quando falarmos de mandioca direi os vários usos desta admirável planta: por agora só nos pertence dizer que entre os mais usos dela é um o fazerem uns bolos espalmados, a que chamam [...] beijus secos, e outros beijus de água. Os do segundo modo, isto é, de água, são os mais ordinários, e estimados por servirem para sua cerveja, e aguardente, vinho, e mocororó, desta sorte. Põem estes bolos na quantidade que querem sobre a palma ou palha de suas palhoças, como a fermentar, melhor diremos a apodrecer, já ao sol, e chuva, e já de dia, e de noute, até criarem bolor, e cabeleira, apodrecerem, e bem se azedarem. Em chegando ao ponto de azedo, se não em grau sumo, *saltem*⁴, como rabo de gato, então se ajuntam as velhas, e a bocados os vão mastigando até os desfazerem em papas, e os vão deitando nas talhas até a sua medida, e depois desta asquerosa diligência lhes lançam água (não sei se mais algum ingrediente) e está feita a vinhaça, e pode logo beber. Porém a esta, que chamam doce, não festejam tanto como à outra, azeda e esperta, que para o ser não requer mais do que deixá-la estar azedando por alguns dias, e sem diferença de mais ingredientes, sai tão esperta, que faz fazer visagens, quando se bebe, e então é que está de vez ou capaz e digna de festejar-se; e assim a conduzem para a casa do Paricá nos grandes iguaçabas, e

convidam para a festa, e danças os mais, porque, enquanto dura, não há parente pobre. (Daniel, 2004 [1757-1776], p. 285-286, grifo do autor).

Na narração coloquial de padre João Daniel, é possível reconhecer claramente as duas bebidas: a primeira, de curta fermentação ou até sem fermentação, “[...] lhes lançam água [...] e está feita a vinhaça, e pode logo beber” (Daniel, 2004 [1757-1776], p. 285-286), a segunda, por sua vez, deve fermentar por alguns dias, pois “[...] azeda e esperta, que para o ser não requer mais do que deixá-la estar azedando por alguns dias [...]” (Daniel, 2004 [1757-1776], p. 285-286). A primeira era a bebida de cada dia; a segunda era preparada só para eventos especiais.

Entre os antropólogos, Baldus (1950), com ampla experiência de campo no Brasil, comentava que o cauí era uma sopa, comparável com um *porridge*, consumido como alimento até por crianças, mas que, após fermentação, tornava-se uma bebida inebriante.

O mesmo antropólogo, ao comentar a respeito da alimentação dos Tapirapés, com os quais teve ampla experiência de campo, escreveu:

As bebidas cuja fermentação é provocada pela mastigação, podem ser divididas em embriagantes e não embriagantes. À segunda espécie pertence o cauí tapirapé, pois é tomado [...] antes de passarem 24 horas depois da mastigação. O mesmo se dá com o *ioloruká* dos Umutiná do alto Paraguai [...] (Baldus, 1970, p. 201).

[...] tanto os Tapirapé como os Kamayurá não fabricam bebidas embriagantes, designando aqueles com a palavra *kauí* as suas sopas de amendoim, milho, mandioca, semente de algodão, abóbora e banana, e até água pura para beber (*y-kauí*) [...] (Baldus, 1970, p. 197).

A caracterização do cauim como bebida não alcoólica é confirmada por recentes estudos bromatológicos realizados (Colehour et al., 2014; Almeida, E. et al., 2007), entre os quais é possível citar um trecho de Lacerda Ramos et al. (2010, p. 225):

⁴ Latim: ao menos.

Cauim (kawi) is a non-alcoholic beverage produced by Brazilian Indians of the Tapirapé tribe from various substrates such as rice, cassava, corn, peanut, cotton seed, banana, and pumpkin. The nonalcoholic beverage is a staple food for adults and children.

A caracterização do caxiri como alimento líquido é confirmada por outras fontes, por exemplo Silva (1962, p. 224-225), que escreve:

O caxiri assemelha-se a uma cerveja ou vinho de fruta, pelo paladar, tão grosso, porém, que mais parece um mingau ou papa rala, alongada. São bebidas fermentadas, e em muitos casos dá-se, outrossim, fermentação alcoólica. O paladar é agradável, especialmente quando se lhe acrescenta caldo de cana. Torna-se, então, mais doce, porém com maior teor de álcool e mais inebriante.

Em seguida, Silva (1962) menciona o preparo de sete diferentes tipos de caxiri, sendo seis claramente bebidas alcoólicas, preparadas em ocasiões especiais. Todos eles, com diversos tipos de matéria-prima e, às vezes, com adição de cana, são fermentados por muitos dias, de três a quatro ou até por uma semana. O quarto tipo é o *Pêru kaxitié*: “É o caxiri habitual, porque se prepara de um dia para o outro, apenas com a minicuera fresca, sem cana. Consome-se num espaço de 24 horas, de meio-dia a meio-dia” (Silva, 1962, p. 226). Com essa descrição, confirma-se que a bebida habitual, apesar de fermentada, é praticamente sem álcool, em razão da curta fermentação.

Stradelli (1929, p. 127), no dicionário da língua nheengatu, escreveu, na definição de beber:

Beber -U, U-y. Em geral não se faz distinção [sic.] entre beber e comer; e U pode dizer uma coisa como outra; todavia, no Rio Negro, reservam U exclusivamente para dizer beber, e então dizem: Embaú – comer. No Solimões, ao contrário, usando U, com o significado de comer, dizem U-y beber, quando se precisa especificar e evitar confusões.

Esse curioso jogo de palavras recorda o hábito de, na antiga Babilônia, dizer ser a cerveja um pão que se bebe, e o pão, uma cerveja que se come (Maurizio, 1932). Também o grande bioquímico do século XIX,

Justus Liebig, definia, como escreveu Maurizio (1932, p. 508), a cerveja como “[...] um pão líquido [...]”.

Viveiros de Castro (1986), nas minuciosas descrições que fez sobre os ritos dos Araweté, salienta a variedade das bebidas obtidas do milho: a primeira, uma simples sopa de milho verde, “[...] mingau de milho verde [...]” (Viveiros de Castro, 1986, p. 151); logo em seguida, ele fala do cauim doce, feito sempre com milho verde, um mingau menos espesso e de baixa fermentação (por 24 horas), que o próprio autor reconhece ainda ser um alimento; a terceira bebida, feita com milho maduro (de junho a setembro-outubro), o cauim alcoólico, preparado só em eventos excepcionais, de longa fermentação e parcialmente filtrado, este sim reconhecido como uma bebida alcoólica. Curiosamente, porém, o próprio Viveiros de Castro (1992), que bem descreve os hábitos dos Araweté, na excelente análise dos textos dos primeiros cronistas sobre a “[...] inconstância da alma selvagem [...]” (Viveiros de Castro, 1992, p. 24), reportando por extenso a frase de Anchieta que citei anteriormente, por bem duas vezes, omite a frase “[...] por ser como seu mantimento, e assim non lhos tiram os padres de todo, senão o excesso que neles há, porque assim moderado quase nunca se embebedam nem fazem outros desatinos [...]” (Viveiros de Castro, 1992, p. 53). Assim, acentua, provavelmente de forma não intencional, a impressão de se tratar de uma sociedade de ébrios.

Noelli e Brochado (1998), em uma ampla revisão das fontes sobre equipamentos, técnicas e consumo das bebidas dos guarani e dos tupinambá, fazem uma clara descrição entre bebidas alcoólicas e não alcoólicas, comentando a respeito destas últimas:

Pode-se considerar estas bebidas como uma outra maneira de ingerir estes mesmos vegetais que eram consumidos fervidos, assados ou torrados, quebrando a monotonia dietária.

Este tipo de fermentação interrompida do amido produzia açúcar, mas não em quantidade suficiente para gerar um teor alcoólico embriagante. Estas bebidas quando azedam não são mais consumidas, por isso devem ser produzidas diariamente, como

se constata na etnografia sul-americana. (Noelli; Brochado, 1998, p. 118).

Recentemente, Henkel (2004), estudando os processos de produção do Parakari, uma bebida fermentada dos Wapisiana, na Guiana, e efetuando a análise microbiológica do produto, descobriu que no processo são utilizados mofos, como *Rhizopus* sp., Mucoraceae, Zygomycota, tradicionalmente utilizados no oriente para preparação de bebidas e de alimentos fermentados (como o saké, no Japão, e o tempeh, na Indonésia), os quais são definidos como mofos orientais (Josephsen; Jespersen, 2004; Steinkraus, 1983; Campbell-Platt, 1987). Até o momento, era desconhecido o uso desta técnica na América do Sul. Neste estudo, Henkel (2004, p. 26) observou dois usos diferentes da mandioca fermentada:

The Wapisiana manufacture two cassava beverages, sarawau and parakari, with differing fermentation techniques. Fully fermented parakari is consumed throughout the day by adults, and the sweet, weakly fermented form is relished and consumed by children.

É interessante notar que o estudo experimental de Henkel (2004) permite compreender alguns processos de fermentação nativos, narrados pelos cronistas, que apareciam exóticos e ainda esperavam por uma interpretação biológica. Por exemplo, o processo citado por padre Daniel (2004 [1757-1776], p. 285-286):

Põem estes bolos na quantidade que querem sobre a palma ou palha de suas palhoças, como a fermentar, melhor diremos a apodrecer, já ao sol, e chuva, e já de dia, e de noite, até criarem bolor, e cabeleira, apodrecerem, e bem se azedarem.

Isto nada mais era do que a formação de mofos amilolíticos, que permitiam a quebra de carboidratos complexos em carboidratos mais simples, com maior capacidade de assimilação. O processo é descrito também no manuscrito sobre as missões entre os Omágua, atribuído a padre Maroni (1889 [1738]), que compreende também o diário de padre Samuel Fritz:

Hácese desta manera: desolladas las yucas, se ponen a cocinar en una olla grande con poca agua (los napos y otros sin quitarles la cáscara las tuestan en un ahumadero); de allí las ponen una por una en el suelo o barbacoa sobre hojas limpias de plátano; al segundo día las aspergean con unos polvos colorados, que es aquel moho que crían los palos de las chacras o raigones de la misma yuca, medio quemados, y cubren con otras hojas de plátano; déjense así unos cuatro días, en el cual tiempo se van tomando de aquellos polvos y crían un como vello del mismo color, y esto es lo que comunica a la Chaburaza un no se que dulce y sabroso, de modo que sin esos polvos suele ser desabrida. (Maroni, 1889 [1738], p. 135-136, grifo do autor).

Não só os Omágua utilizavam a fermentação amilolítica, mas até inoculavam o mofo no substrato de mandioca – “[...] al segundo día las aspergean con unos polvos colorados, que es aquel moho que crían los palos de las chacras [...]” (Maroni, 1889 [1738], p. 135) –, com este processo, alteravam o sabor da massa de mandioca – “[...] lo que comunica a la Chaburaza un no se que dulce y sabroso [...]” (Maroni, 1889 [1738], p. 136). Ao mesmo tempo, Maroni (1889 [1738]) confirma que a bebida, no fundo, é um alimento: “A veces también se mantienen muchos días con sola bebida, lo cual no hay que admirar, por ser de ordinario sus bebidas muy espesas á modo de mazamoras” (Maroni, 1889 [1738], p. 136).

Com pesquisa mais ampla, seria possível encontrar outras citações de processos similares que, antes da descoberta dos mofos amilolíticos, eram vistas em certo sentido como incompreensíveis. Sem entrar em maiores detalhes, processos similares de conservação da massa para subsequente fermentação em base seca podem ser encontrados no relato do explorador francês Biet (1664), ao tratar de uma bebida da Guiana chamada *Oücou*; ou do botânico francês Fusée-Aublet (1775), ao descrever duas bebidas, o *vicou* e o *kouapaya-vouarou*.

Naturalmente, a descoberta de novos processos de fermentação praticados pelos indígenas não deve levar a se negar a produção e o uso de bebidas alcoólicas inebriantes. Em eventos especiais, geralmente bastante raros, as bebidas de cada dia poderiam ser fermentadas ulteriormente, até se

transformarem em produtos inebriantes, podendo resultar em reuniões paroxísticas. A frequência, contudo, deveria ser rara, não mais frequente em relação às festas em homenagem a Dionísio ou a Baco, dos mundos grego e romano, mas com consequências similares. Presumivelmente, o fato de que originariamente essas festas, em muitos casos, estavam ligadas ao sacrifício ritual de um inimigo e ao subsequente banquete canibalesco acentuou o repúdio a estas cerimônias. Todavia, precisamos lembrar, como bem escreveu Montaigne (2000-2001), falando dos indígenas:

[...] bem podemos chamá-los de bárbaros com relação às regras da razão, mas não com relação a nós, que os sobrepujamos em toda espécie de barbárie. Sua guerra é totalmente nobre e generosa, e tem tanta justificativa e beleza quanto pode receber essa doença humana: seu único fundamento entre eles é o zelo pela virtude. (p. 314).

[...]

Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo do que comê-lo morto, em dilacerar por tormentos e torturas um corpo ainda cheio de sensibilidade, assá-lo aos poucos, fazê-lo ser mordido e rasgado por cães e por porcos (como não apenas vemos mas vimos de recente memória, não entre inimigos antigos, mas entre vizinhos e concidadãos, e, o que é pior, sob pretextos de piedade e de religião), do que assá-lo e comê-lo depois que ele morreu. (p. 315).

Neste artigo, é demonstrada a existência de dois grupos de bebidas fermentadas entre as sociedades pré-colombianas: de baixa fermentação, verdadeiros alimentos, com teor alcoólico baixo ou inexistente, e de longa fermentação, com alto teor alcoólico. Na maior parte dos casos, as duas bebidas tinham o mesmo nome, este fato gerou ambivalência na interpretação dos seus usos por parte dos testemunhos ocidentais. Algumas fontes mostram claramente que o uso das duas bebidas era diferente, sendo que as de alto teor alcoólico eram utilizadas só em ocasiões especiais: em casos de guerra, de lutos, de nascimentos ou em ritos de iniciação. Destes dados, seria possível concluir que, de fato, as bebidas alcoólicas eram, nas sociedades pré-colombianas, um componente ritual, e as bebedeiras eram um fenômeno

ritual, bem diferente do uso imoderado encontrado entre alguns grupos étnicos. Não se pode ignorar que o uso imoderado relatado pelos missionários e pelos antropólogos seja originário da perda de referência em comunidades desestruturadas pelo contato com a sociedade envolvente.

A afirmação da existência de bebidas com diferente nível de graduação alcoólica pode ser demonstrada factualmente. A hipótese de que o uso de bebidas efetivamente alcoólicas, com suas propriedades inebriantes, foi essencialmente ritual, ao contrário, é que deveria ser demonstrada na base da análise mais aprofundada dos ritos nativos, algo difícil de ser realizado neste artigo, fundamentalmente orientado a demonstrar as características nutricionais das bebidas, mais do que os aspectos culturais do uso delas. Ainda assim, as razões que induzem a essa afirmação merecem uma rápida menção.

Dentro da mentalidade animista das populações nativas, as bebidas fermentadas eram essencialmente um modo de entrar em contato com as forças vitais da natureza. Como escreveu Karsten (1935b), sintetizando uma visão compartilhada em parte por escritores como Frazer (1923), Eliade (1964) e Schultes e Hofmann (1979):

That a person intoxicated by a fermented drink is thought to enter into intimate relation with the spiritual world is a natural primitive idea. Like all abnormal or unusual states of mind, the very state of exaltation is explained by the savage according to his "possession" theory. The fact that fermentation is achieved by mixing the fruit with saliva, is also significant. The saliva, which shares the natural magical power of the whole body, is supposed to influence favourably the spirit active in the drink. (Karsten, 1935b, p. 108).

Neste aspecto, é possível comparar essa visão com a originária dos ritos dionísacos da antiga Grécia. Dionísio era originalmente um deus arcaico da vegetação, ligado à linfa vital que corre nas plantas; a ebriedade da linfa fermentada levava a êxtase e a um contato íntimo com a natureza (Otto, 2005 [1933]). Como notou Frazer (1923, p. 498), "[...] the drinking of wine in the rites of a vine-god like Dionysus is not an act of revelry, it is a solemn

sacrament". A ebriedade, que prefiro como termo em lugar de bebedeira, era, portanto, um fato estritamente ritual, que não poderia ser realizada cada dia, como, por outro lado, amplamente confirmado por Métraux (1979).

Nessa opinião do uso parcimonioso das bebidas alcoólicas, encontro confirmação nos escritos de Alexander von Humboldt, que conheceu bem a Amazônia:

It is true that the Ottomacs, the Jaruros, the Achaguas, and the Caribs, are often intoxicated by the immoderate use of chiza (Chicha [s.c.]) and many other fermented liquors, which they know how to prepare with cassava, maize, and the saccharine fruit of the palm-tree; but travellers have as usual generalized what belongs only to the manners of some tribes. We were frequently unable to prevail upon the Gruahibos, or the Maco-Piroas, to taste brandy while they were labouring for us, and seemed exhausted by fatigue. It will require a longer residence of Europeans in these countries to spread there the vices that are already common among the Indians on the coast. In the huts of the natives of Maypures we found an appearance of order and neatness, rarely met with in the houses of the missionaries. (Humboldt, 1852, p. 306).

Por outro lado, uma argumentação que me parece conclusiva sobre a improbabilidade de uso imoderado de bebidas alcólicas entre os nativos em época pré-colonial parece vir do uso das outras substâncias psicotrópicas. As sociedades nativas, apesar de ricas em substâncias psicotrópicas, como tabaco, coca, Banisteriopsis, Piptadenia, Datura, entre outras (Cooper, 1948), as utilizaram unicamente dentro de um contexto ritual, sendo que nunca foram registrados fenômenos de adição. Ao contrário, chegando na sociedade ocidental, essas mesmas substâncias transformaram-se em drogas, com claras manifestações de adição. Os exemplos mais claros são o tabaco e a coca.

Com um pouco de paciência, poderiam ser encontrados outros exemplos, mas tais citações deveriam ser suficientes para sustentar a tese apresentada no começo deste artigo: as bebidas fermentadas eram, sobretudo, alimentos líquidos fermentados, altamente nutritivos, com efeitos de desintoxicação de metabólitos secundários das plantas e com poder de proteção da flora intestinal.

Apenas em situações excepcionais, transformavam-se em bebidas excitantes, com alto conteúdo alcoólico. O aspecto mais importante desta interpretação não reside tanto na negação da importância do álcool na produção de bebidas fermentadas, mas sim na recuperação do significado nutricional dos processos fermentativos.

Vivendo em um continente no qual a vegetação é especialmente rica em metabólitos secundários das plantas (Levin, 1976; Moody, 1978), alguns tóxicos, outros medicamentosos, as populações nativas das Américas descobriram muitas propriedades das plantas, criando uma verdadeira cultura que permitia elaborar preparos alucinógenos, sofisticados venenos, tonificantes poderosos, que hoje a etnobotânica e a etnomedicina tentam recuperar. As fermentações, em base líquida e em base sólida, fazem parte deste padrão, que precisamos assimilar, encontrando seu significado dentro da ciência moderna. Em vista dos atuais conhecimentos biológicos, processos como os relatados por padre João Daniel ou padre Moroni, citados neste artigo, que a uma leitura ingênua podem parecer aberrantes (e assim, provavelmente, apareciam aos cronistas), revestem-se, uma vez compreendido o aspecto biológico, de um profundo significado nutricional. Com fermentação em base sólida, a massa de mandioca, de difícil digestão e pobre em proteína, graças aos mofo amilolíticos, tinha os amidos dissociados em açúcares e era enriquecida com proteínas. Exemplos como estes mostram que uma leitura dos processos nativos feita com esta perspectiva nos ensina a entender ainda mais as sofisticadas formas de conhecimento desenvolvidas ao longo dos séculos pelas populações indígenas das Américas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, José de. **Historia natural y moral de las Indias**. Estudio preliminar y edición del P. Francisco Mateos. Madrid: Atlas, 1954 [1588].

ALMEIDA, Euziclei G.; RACHID, Caio C. T. C.; SCHWAN, Rosane F. Microbial population present in fermented beverage 'cauim' produced by Brazilian Amerindians. **International Journal of Food Microbiology**, Amsterdam, v. 120, n. 1-2, p. 146-151, Nov. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijfoodmicro.2007.06.020>.

- ALMEIDA, Fernando Ozorio de. A arqueologia dos fermentados: a etflica história dos Tupi-Guarani. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 87-118, jan.-abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100006>.
- ANCHIETA, José de, Padre. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933 [1580c].
- AUBERT, C. **Les aliments fermentés traditionnels**. Paris: Terre Vivante, 1985.
- BALDUS, Herbert. **Tapirapé**: tribo tupi no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. (Brasiliana Gigante, 17).
- BALDUS, Herbert. Bebidas e narcóticos dos índios do Brasil. **Sociologia**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 161-169, maio 1950.
- BARGHINI, Alessandro. O milho na América do Sul pré-colombiana. Uma história natural. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 61, p. 1-170, 2004.
- BIET, Antoine. **Voyage de la France eqvinoxiale en l'isle de Cayenne entrepris par les François en l'année M.DC.LII**. Divisé en trois livres. Le premier, contient l'établissement de la colonie. Le second, ce qui s'est passé pendant quinze mois que l'on a demeuré dans la país. Le troisieme, traite du temperament du país, de la fertilité de sa terre, & des murs & façons de faire des sauuages de cette contrée. Avec vn dictionnaire de la langue du mesme país. Paris: F. Clovzier, 1664.
- CAMPBELL-PLATT, Geoffrey. **Fermented foods of the World**: a dictionary and guide. London/Boston: Butterworths, 1987.
- COLEHOUR, Alese M.; MEADOW, James F.; LIEBERT, Melissa A.; CEPON-ROBINS, Tara J.; GILDNER, Theresa E.; URLACHER, Samuel S.; BOHANNAN, Brendan J. M.; SNODGRASS, J. Josh; SUGIYAMA, Lawrence S. Local domestication of lactic acid bacteria via cassava beer fermentation. **PeerJ**, San Diego, n. 2, p. e479, Feb. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.7717/peerj.479>.
- COOPER, John M. Estimulants and narcotics. In: STEWARD, Julian Haynes (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, 1948. p. 525-558. (Bulletin 143).
- DANIEL, João, Padre. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltd., 2004 [1757-1776]. v. 1.
- ELIADE, Mircea. **Shamanism**: archaic techniques of ecstasy. Translated from the french by Willard R. Trask. New York: Pantheon Books, 1964. (Bollingen Series, v. 76).
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Fermented cereals**: a global perspective. Roma: FAO, 1999a. (FAO Agricultural Service Bulletin, n. 138).
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Fermented fruits and vegetables**: a global perspective. Roma: FAO, 1999b. (FAO Agricultural Service Bulletin, n. 134).
- FRAZER, James George. **The golden bough**: a study in magic and religion. Abridged Edition. London: Macmillan and Co., 1923.
- FUSÉE-AUBLET, Jean Baptiste Christian. **Histoire des plantes de la Guiane Française rangées suivant la méthode sexuelle**. Londres/Paris: P-F. Didot Jeune, 1775.
- HARNER, M. **The Jívaro**: people of the Sacred Waterfalls. Berkeley: University of California Press, 1972.
- HENKEL, Terry W. Manufacturing procedures and microbiological aspects of Parakari, a novel fermented beverage of the Wapisiana Amerindians of Guyana. **Economic Botany**, Berlin, v. 58, n. 1, p. 25-37, Mar. 2004. DOI: [https://doi.org/10.1663/0013-0001\(2004\)058\[0025:MPAMAO\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1663/0013-0001(2004)058[0025:MPAMAO]2.0.CO;2).
- HUMBOLDT, Alexander von. **Personal narrative of travels to the equinoctial regions of America, during the year 1799-1804**. Translated and edited by Thomasina Ross. London: Henry G. Bohn, 1852.
- JOSEPHSEN, Jytte; JESPERSEN, Lene. Starter cultures and fermented products. In: HUI, Y. H.; MEUNIER-GODDIK, L.; JOSEPHSEN, J.; NIP, W.-K.; STANFIELD, P. S. (Ed.). **Handbook of food and beverage fermentation technology**. New York: Marcel Dekker, Inc., 2004. p. 23-50.
- KARSTEN, Rafael. **The head hunters of Western Amazonas**. The life and culture of the Jíbaro Indians of Eastern Ecuador and Perú. Elsingfors: Societas Scientiarum Litterarum, 1935a. v. 7.
- KARSTEN, Rafael. **The origins of religion**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner W Co. Ltd., 1935b.
- KATZ, Sandor Ellix. **The art of fermentation**: an in-depth exploration of essential concepts and processes from around the world. White River Junction, Vermont: Chelsea Green Publishing, 2015.
- LACERDA RAMOS, Cíntia; ALMEIDA, Euziclei Gonzaga de; PEREIRA, Gilberto Vinícius de Melo; CARDOSO, Patrícia Gomes; DIAS, Eustáquio Souza; SCHWAN, Rosane Freitas. Determination of dynamic characteristics of microbiota in a fermented beverage produced by Brazilian Amerindians using culture-dependent and culture-independent methods. **International Journal of Food Microbiology**, Amsterdam, v. 140, n. 2-3, p. 225-231, June 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijfoodmicro.2010.03.029>.
- LAS CASAS, Bartolomeu de, Frei. **Liberdade e justiça para os povos da América**: oito tratados impressos em Sevilha em 1552. São Paulo: Paulus, 2010 [1552].
- LÉRY, Jean de. **Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique**. La Rochelle, France: Pour Antoine Chappin, 1578.

- LESTRINGANT, Frank. O Brasil de Montaigne. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 515-556, jul.-dez. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012006000200001>.
- LEVIN, Donald A. Alkaloid-bearing plants: an ecogeographic perspective. **The American Naturalist**, Chicago, v. 110, n. 972, p. 261-284, Mar.-Apr. 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Histoire de Lynx**. Paris: Plon, 1991.
- MARONI, Pablo. Noticias auténticas del famoso río Marañón y misión apostólica de la Compañía de Jesús de la provincia de Quito en los dilatados bosques de dicho río, escribalas por los años 1738 un Misionero de la misma compañía; y las publica ahora por primera vez Marcos Jiménez De La Espada. Madrid: Establecimiento Tipográfico Fortanet, 1889 [1738]. Disponible en: <<http://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.cmd?id=647>>. Acceso en: 24 oct. 2017.
- MAURIZIO, Adam. **Histoire de l'alimentation végétale depuis la préhistoire jusqu'à nos jours**. Paris: Payot, 1932.
- MÉTRAUX, Alfred. **A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis**. Prefácio, tradução e notas do Prof. Estêvão Pinto; apresentação do Prof. Egon Schaden. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1979.
- MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios**. Tradução de Abílio Costhek. São Paulo: Martins Fontes, 2000-2001.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Vocabulario y tesoro de la lengua guarani, ó más bien tupi**. Viena: Faesy y Frick; Paris: Maisonneuve y Cia., 1876 [1640].
- MOODY, Scott. Latitude, continental drift, and the percentage of alkaloid-bearing plants in flora. **The American Naturalist**, Chicago, v. 112, n. 987, p. 965-968, Sept.-Oct. 1978.
- NOELLI, Francisco Silva; BROCHADO, José Proenza. O cauim e as beberagens dos Guarani e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 117-128, sem. 1998. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1998.109531>.
- OTTO, Walter Friedrich. **Dioniso: mito e culto**. Genova: Il Melangolo, 2005 [1933].
- PAULO III, Papa. *Sublimis Deus*. 1537. In: **Cathopedia**. Disponível em: <http://it.cathopedia.org/wiki/Sublimis_Deus>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- PIPERNO, Dolores R.; PEARSALL, Deborah M. **The origins of agriculture in the lowland neotropics**. San Diego: Academic Press, 1998.
- POMA DE AYALA, Felipe Guamán. **El primer nueva corónica y buen gobierno**. Edición de J. V. Murra e R. Adorno. Traducciones del quechua por Jorge L. Urioste. Mexico, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1980 [1615]. 3 tomos.
- SCHULTES, Richard Evans; HOFMANN, Albert. **Plants of the gods: origins of hallucinogenic use**. New York: McGraw-Hill, 1979.
- SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- SHAKESPEARE, William. **The Works of Shakespeare the Tragedy of Hamlet**. Edited by Edward Dowden. London: Methuen and co., 1899.
- SILVA, Alcioneílio Brüzzi Alves da. **A civilização indígena do Uaupés**. São Paulo: Missão Salesiana do Rio Negro, 1962.
- STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
- STADEN, Hans. **Wahrhaftige Historia**. Mandenburg: [s.n.], 1557. Available in: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Astaden-1557-warhaftige/staden_1557_warhaftige.pdf>. Access in: 15 June 2012.
- STEINKRAUS, Keith H. **Handbook of indigenous fermented foods**. 3rd ed. New York: Marcel Dekker, 1983.
- STRADELLI, Ermano. Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú-portuguez, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú poranduua. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 104, n. 158, p. 9-768, 1929.
- SZTUTMAN, Renato. Cauinagem, uma comunicação embriagada: apontamentos sobre uma festa tipicamente ameríndia. **Sexta Feira**, São Paulo, n. 2, p. 120-131, 1998.
- THÉVET, André. **Les singularitez de la France antarctique, autrement nommée Amériqque**. Paris: Chez les Héritiers de Maurice de La Porte, 1558.
- VEGA, Inca Garcilaso de la. **Comentarios reales de los Incas**. 2. ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985 [1609].
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 21-74, quad. 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté**. Os deuses canibais. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1986.

Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas

The first settlers on the northern coast of Espírito Santo: a new approach to shell mound (*sambaqui*) archaeology

Ximena Suarez Villagran^I, Luiz Carlos Ruiz Pessenda^{II}, Henrique Antônio Valadares Costa^I,
Tiago Atorre^I, Igor da Silva Erler^{III}, André Strauss^I, Alberto Barioni^I, Daniela Klöcker^{IV},
Anderson Tognoli^I, Carlos Duarte^V, Paulo Vinicius Bonfim^{VI}, Kita Macario^{VII}

^IUniversidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

^{II}Universidade de São Paulo. Piracicaba, São Paulo, Brasil | ^{III}Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo, Brasil

^{IV}Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe, Brasil | ^VUniversidad de Cantabria. Santander, Cantabria, Espanha

^{VI}Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich. Vitória, Espírito Santo, Brasil

^{VII}Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Os sambaquis do litoral do Espírito Santo foram pouco estudados pelas pesquisas arqueológicas realizadas no estado. Apesar de serem conhecidos desde finais do século XIX, foram recorrentemente considerados uma extensão marginal dos desenvolvimentos culturais que aconteciam no Rio de Janeiro. À escassez de informações sobre as características dos sítios, soma-se a ausência de datações ¹⁴C bem referenciadas, as quais impedem o entendimento da profundidade temporal e da evolução da ocupação humana pré-colonial no litoral do estado. Este artigo apresenta as metas e os resultados da retomada das pesquisas arqueológicas nos sambaquis do litoral norte do Espírito Santo, em Linhares. Até o momento, foram escavados dois sambaquis cuja idade recua em quase 2000 anos o registro de presença humana na costa do estado. As novas pesquisas seguem um método padronizado para escavação dos sítios, especialmente desenhado para a primeira caracterização dos sambaquis, o qual envolve a construção de um banco de dados digital e a incorporação de sistemas informatizados para gerenciamento das escavações. As pesquisas revelaram evidências da ocupação humana na região anterior ao máximo transgressivo holocênico (sítio Suruaca 20, datado em c. 6800 cal. AP), momento em que manguezais, restingas e florestas de tabuleiros constituíam o ambiente costeiro.

Palavras-chave: Arqueologia costeira. Caçadores-coletores-pescadores. Holoceno. Concheiros.

Abstract: The shell mounds (*sambaquis*) on the coast of Espírito Santo have received little attention in archaeological research. Despite being known to scholars since the end of the nineteenth century, shell mounds were recurrently considered marginal to the cultural developments in the neighboring state of Rio de Janeiro. Scarce information on the contents of the sites and the lack of well-referenced ¹⁴C dating prevented a complete understanding of the time-depth and evolution of pre-colonial settlement on this fragment of the Brazilian coast. This paper introduces the aims and preliminary results of renewed archaeological research on the shell mounds of the northern coast of Espírito Santo, in the municipality of Linhares. Two shell mounds have been excavated thus far, pushing the record of human presence on the coast back by almost 2000 years. The new research follows a standardized method of excavation specially designed for initial characterization of shell mound deposits; this method involves creating a digital database and incorporating computerized methods for excavation management. Signs of human presence were seen along the northern coast before the Holocene maximum transgression (Suruaca site, dated c. 6800 cal. BP), when mangroves, *restingas*, and the Atlantic rainforest comprised the coastal environment.

Keywords: Coastal archaeology. Fisher-hunter-gatherers. Holocene. Shell mounds.

VILLAGRAN, Ximena Suarez; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; VALADARES COSTA, Henrique; ATORRE, Tiago; ERLER, Igor da Silva; STRAUSS, André; BARIONI, Alberto; KLÖCKER, Daniela; TOGNOLI, Anderson; DUARTE, Carlos; BONFIM, Paulo Vinicius; MACARIO, Kita. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 573-596, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300006>. Autora para correspondência: Ximena Suarez Villagran. Universidade de São Paulo. Av. Prof. Almeida Prado, 1466. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-070 (villagran@usp.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8630-2015>.

Recebido em 17/01/2018

Aprovado em 26/06/2018



INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta, pela primeira vez, os métodos e os resultados do projeto “Arqueologia do litoral norte do Espírito Santo: sambaquis do município de Linhares”, que visa preencher a lacuna de informações sobre a cronologia e as características da ocupação humana na região, especialmente no que se refere aos sítios sambaquis, pouco documentados no litoral do Espírito Santo.

Até o momento, foram escavados dois sambaquis do município de Linhares (Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20), utilizando-se um método de campo padronizado e especialmente desenhado para a primeira caracterização dos sambaquis, que inclui a coleta de amostras com a finalidade de obter diversidade de análises (zooarqueológicas, sedimentológicas, arqueobotânicas, micromorfológicas etc.). Foram obtidas as primeiras idades ^{14}C bem referenciadas para sambaquis do Espírito Santo, que recuaram as cronologias disponíveis de ocupação da costa norte capixaba em aproximadamente 2000 anos, comprovando a presença humana na região antes do máximo transgressivo holocênico (atingido na região possivelmente há 5500 anos cal. AP) (Giannini et al., 2013; Ribeiro et al., 2011).

AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NOS SAMBAQUIS DO ESPÍRITO SANTO

Os sambaquis da região de Vitória, no estado do Espírito Santo, são conhecidos desde finais do século XIX (Leonardos, 1938), sendo incluídos na classificação realizada por Serrano (1946) no “Handbook of South American Indians”, que os associou aos sítios do Rio de Janeiro, tanto em termos históricos como culturais. Na década de 1960, informações sobre sambaquis aparecem nos trabalhos pioneiros sobre patologias dentárias realizados por Salles Cunha (1959, 1960, 1963) e nas pesquisas de Orssich (1981 [1964]). Nestes trabalhos, são recorrentes os comentários sobre a extraordinária diferença de volume entre os sambaquis capixabas e os do litoral sul do Brasil (Salles Cunha, 1959; Orssich, 1981 [1964]).

Salles Cunha (1963, 1968) também associa os sambaquis do Espírito Santo com os do Rio de Janeiro, baseando-se em seus estudos craniométricos de indivíduos sepultados em ambos os contextos.

As pesquisas arqueológicas no Espírito Santo foram retomadas no final da década de 1960 pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), cuja atuação no estado foi coordenada pelo prof. Celso Perota. Na primeira publicação sobre as pesquisas do PRONAPA no Espírito Santo, mencionou-se o achado de quatro sítios-sambaquis no litoral norte do estado, não informando, contudo, de modo preciso a localização dos sítios (coordenadas geográficas) ou a sua cronologia (*i.e.* sem datações ^{14}C) (Perota, 1971). Em trabalho posterior, Perota (1974) reportou o achado de quase uma centena de sambaquis no litoral central do estado. Segundo o autor, os focos de maior concentração de sítios seriam a baía de Vitória e os vales dos rios Jucu, Reis Magos, Piraquê-Açu, Piraquê-Mirim e Jacaraípe, todos localizados entre Vitória e a desembocadura do rio Doce, com exceção do rio Jucu, que está a sul.

O PRONAPA estabelece duas categorias para classificar os sítios litorâneos: a fase Macaé, que inclui todos os sambaquis, e a tradição Itaipu, posterior à fase Macaé, sendo dividida em fase Potiri, no Espírito Santo, e Itaipú A e B, no Rio de Janeiro (Brochado et al., 1969; Dias Jr., 1976-1977, 1975; Gaspar, 2000; Perota, 1971, 1974; Prous, 1992). A fase Potiri é definida unicamente para o Espírito Santo e caracteriza-se pela presença de indústria lítica polida e de lascas expedientes, associadas a depósitos de terra preta onde predominam os ossos de peixe (Perota, 1971, 1972).

A primeira cronologia baseada em idades absolutas nos sambaquis do Espírito Santo apareceu no trabalho de Suguio et al. (1982) sobre a evolução da planície costeira do rio Doce durante o Quaternário. Este era o único trabalho, até hoje, a fornecer idades absolutas publicadas para quatro sambaquis do Espírito Santo e serviu de base para estabelecer cronologias relativas de sítios

arqueológicos em todas as pesquisas posteriores. Fora da área de estudo, existem mais quatro datações absolutas para sambaquis do Espírito Santo (Quadro 1). Segundo o modelo evolutivo de Suguio et al. (1982), durante a transgressão marinha holocênica – que teria alcançado o seu máximo na região entre 6500 e 5500 anos AP – o rio Doce desembocava em um estuário. Durante este período, a formação de ilhas-barreira provocou o isolamento de um sistema lagunar a retaguarda.

Após 5100 anos, teria começado o rebaixamento do nível relativo do mar, com a formação dos cordões arenosos e com o progressivo assoreamento do sistema lagunar. Três sambaquis localizados acima dos cordões mais internos (a oeste da planície costeira) foram datados para oferecer uma idade máxima para os cordões. As idades obtidas para estes sambaquis (Martin et al., 1997) indicaram que a cronologia para ocupação humana da área apresenta-se em torno dos 4500 a 3000 anos AP (Quadro 1).

Quadro 1. Datações ^{14}C disponíveis para os sambaquis do litoral do Espírito Santo. Unicamente as primeiras quatro encontram-se na área de estudo deste projeto. O sambaqui classificado como s/d e datado em 4200 ± 150 AP, reportado no trabalho de Suguio et al. (1982), somente é mencionado no corpo do artigo (p. 101), mas não está localizado nos mapas nem na lista de datações que aparece ao final do artigo (p. 113). O sítio ES-VI-10 ou Campus 2 não seria um sambaqui, e sim um sítio pré-cerâmico composto de ossos e de restos líticos misturados em matriz de sedimentos pretos. As duas datações do sítio Campus 2, pertencente à Tradição Itaipu, aparecem nas publicações com o mesmo código de laboratório. Legenda: s/d = sem dados.

Sítio	Idade ^{14}C (anos AP)	Código de laboratório	Contexto	Coordenadas	Material datado	Fonte
PP-0358	4400 ± 200	SPC-027	Sobre a primeira geração de cordões holocênicos	$19^\circ 12,8' \text{ S}$ $39^\circ 48,8' \text{ W}$	Conchas	Suguio et al. (1982); Martin et al. (1997)
PMX ou PP-0347	4240 ± 150 2970 ± 180	SPC-034 SPC-035	Base (PMX) e topo (PP-0347) de sambaqui situado sobre a primeira geração de cordões holocênicos	$18^\circ 52,0' \text{ S}$ $39^\circ 48,2' \text{ W}$	Conchas	Suguio et al. (1982); Martin et al. (1997)
RD-23	3550 ± 150	Bah-951	Sobre a primeira geração de cordões holocênicos	$19^\circ 09,0' \text{ S}$ $39^\circ 50,3' \text{ W}$	Conchas	Suguio et al. (1982); Martin et al. (1997)
ES-39	2930 ± 200	Bah-1722	A norte da baía de Vitória	$20^\circ 12,3' \text{ S}$ $40^\circ 19,2' \text{ W}$	<i>Lucina</i> sp. <i>Macoma</i> sp.	Martin et al. (1997)
s/d	4200 ± 150	SPC-020	Sobre os cordões holocênicos	s/d	s/d	Suguio et al. (1982)
ES-VI-46 ou Areal 1	2850 ± 60 2840 ± 60 2970 ± 60	s/d	A norte da baía de Vitória, bacia do rio Santa Maria, a 750 m do rio Jacuí	s/d	s/d	Assis (1992); Perota et al. (1987)
ES-VI-10 ou Campus 2	1435 ± 80 $515 \pm 80 \text{ AD}$	SI-831 SI-831	A norte da baía de Vitória, dentro da área ocupada pelo campus universitário da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	$20^\circ 18' \text{ S}$ $40^\circ 17' 50'' \text{ W}$	s/d	Assis (1992); Perota (1972, 1974)
Rio Novo do Sul	3030 ± 170 2380 ± 170	Bah-1590 Bah-1591	Entre Piúma e Rio Novo do Sul, nas proximidades da divisa com Anchieta	s/d	s/d	Machado (2007); Lima (1999-2000)

Após o completo assoreamento das lagoas, o rio Doce passaria a desembocar no oceano, como acontece atualmente (Suguio et al., 1982; Martin; Suguio, 1992). As atuais lagoas de Zacarias, Doutor, Bonita etc., ao redor das quais existem numerosos sambaquis, representam remanescentes do sistema lagunar holocênico (Figura 1).

Após a atuação do PRONAPA, trabalhos arqueológicos no litoral capixaba, especificamente no município de Linhares, foram realizados exclusivamente por empresas de arqueologia de contrato, os quais permitiram cadastrar dezenas de sambaquis ao longo da faixa costeira. Devido à intensa atuação da indústria petroleira no litoral norte do Espírito Santo, esta região concentra cerca de 60% dos sítios inseridos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) no estado. No entanto, a grande maioria das atividades reduz-se à prospecção de sítios e ao diagnóstico arqueológico, com escassas ocorrências de trabalhos de resgate e de monitoramento (Machado, 2010).

Assim, apesar do longo histórico de pesquisas arqueológicas no estado e das extensivas prospecções realizadas pelas empresas de arqueologia, os dados disponíveis sobre a ocupação sambaqueira do Espírito Santo se reduzem a: poucos trabalhos realizados pelo PRONAPA; coordenadas de localização dos sítios cadastrados pelas empresas de arqueologia; e cronologia estabelecida na década de 1980 pelo trabalho de Suguio et al. (1982). No próximo tópico, apresentar-se-á uma síntese dos dados disponíveis sobre a arqueologia do litoral norte do estado, dando ênfase ao município de Linhares, a partir da revisão dos relatórios elaborados pelas empresas de arqueologia que atuaram na região.

OS SAMBAQUIS DO LITORAL NORTE

Na primeira publicação do PRONAPA sobre a arqueologia do norte do Espírito Santo, Perota (1971) mencionou a existência de três sambaquis a cerca de 2 km da atual linha da costa, nas proximidades do rio Mariricu, afluente do rio

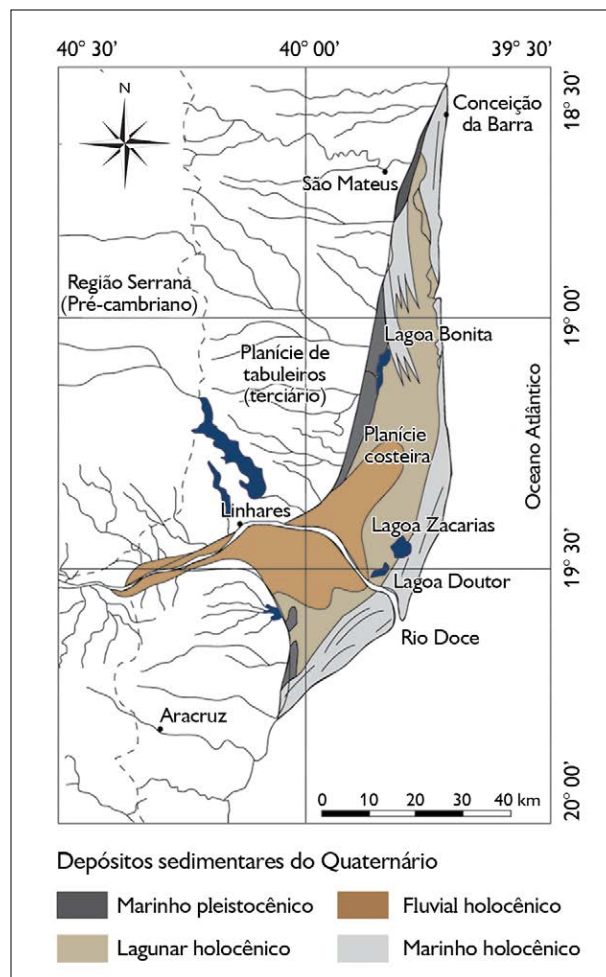


Figura 1. Sistemas deposicionais identificados por Suguio et al. (1982) na costa norte do Espírito Santo. Mapa elaborado por Ximena Villagran (2017) e adaptado de Suguio et al. (1982).

São Mateus. Os sítios seriam principalmente compostos de *Ostrea* sp., e um deles alcançaria os 3 m de altura (nenhuma informação sobre a localização exata dos sítios foi fornecida na publicação e não se achou registro deles no CNSA). No mapa sobre a localização dos sítios e as fases arqueológicas da região central do Espírito Santo, Perota (1974) identificou mais um sambaqui a norte da desembocadura do rio Doce, sem indicar a sua localização precisa.

A partir de 1999, numerosos trabalhos de arqueologia de contrato foram realizados no litoral norte do Espírito Santo, vinculados principalmente a empreendimentos da

Petrobrás na região compreendida entre os municípios de Linhares e de Conceição da Barra. Em pesquisa realizada no acervo da superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Espírito Santo (IPHAN-ES), encontraram-se 95 relatórios produzidos entre 1999 e 2012, tanto em formato digital como em papel, entre os quais treze possuem informação sobre sítios arqueológicos, destes somente sete contêm dados sobre a localização e uma breve descrição de sambaquis e/ou de sítios com conchas na sua composição. Embora tal diferenciação não seja feita nos relatórios, nesta pesquisa consideramos como sambaquis os sítios com formato monticular contendo mais de 50% de conchas na sua composição. Os sítios com conchas seriam rasos, com matriz terrígena e conchas, equivalentes aos acampamentos litorâneos, a sambaquis sujos, a sítios de pesca e de coleta não construídos ou a concheiros definidos para o litoral sul/sudeste por diversos autores (Prous, 1992, 2006). Como será discutido mais adiante, não consideramos ambos os tipos de sítio como necessariamente produtos de grupos étnicos diferentes. O Quadro 2 reúne dados sobre os 36 sítios sambaquis e/ou sítios com conchas que foram identificados no litoral norte do Espírito Santo por empresas de contrato entre 1999 e 2012 (Figura 2).

Segundo Machado (2010), os relatórios fornecidos pelas empresas contêm carências maiores, que dificultam a elaboração de sínteses sobre a arqueologia da região. Entre os problemas mencionados pela autora estão a falta

de informação de campo e de laboratório, a ausência de dados precisos sobre a localização dos sítios e a brevidade das descrições. A autora interpreta estas carências como resultantes da pouca preocupação pela proteção do patrimônio ou da omissão deliberada das informações para inibir a atuação de outro arqueólogo na região.

A maior parte dos trabalhos de contrato no litoral norte do Espírito Santo (65 relatórios no total) foi realizada pela empresa Ambiental Norte, sob coordenação de João Luiz Teixeira. Em 2003, J. L. Teixeira defendeu uma dissertação de mestrado, na qual incluíram-se os sítios prospectados pela sua empresa em trabalhos de contrato (28 sítios dos 36 que aparecem no Quadro 2), além de vários outros sítios sem precisar a localização. Teixeira (2003) identificou cinco categorias de sítios na área compreendida entre os municípios de Linhares e de Conceição da Barra: 1) sambaquis; 2) acampamentos conchíferos; 3) sítios cerâmicos; 4) sítios líticos; e 5) sítios históricos.

Os primeiros três grupos representam 99% do total de sítios identificados. O grupo mais representado é formado pelos sítios cerâmicos (88 no total), localizados sempre afastados da linha de costa, próximos à planície de tabuleiros ou sobre os terraços arenosos pleistocênicos. Além do componente cerâmico, estes sítios apresentariam camadas de 'terra preta' de 20 a 80 cm de profundidade, restos de fogueiras, lítico lascado e polido, sepultamentos humanos e acumulações de conchas (Teixeira, 2003).

Quadro 2. Nome e coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM) dos 35 sítios descritos como sambaquis ou como sítios com conchas identificados no litoral norte do Espírito Santo por empresas de arqueologia de contrato. O sítio nomeado como Lagoa Bonita 1 nesta pesquisa está cadastrado no CNSA como Lagoa Bonita 06 – Morro do Mutum (ES00317). Os sítios Lagoa Bonita 19, 20, 22 e 23, descritos como sítios separados no relatório da empresa Ambiental Norte (2005b), são considerados no CNSA como um único sítio. A localização e o conteúdo dos sítios em fonte vermelha foram corroborados nesta pesquisa. Os sítios em fonte cinza escura são aqueles cuja existência foi questionada após etapa de campo de verificação realizada por esta pesquisa. Legendas: s/ref. = sem referência; s/c = sem cadastro; * = sítios identificados no CNSA como um único sítio; MO = matéria orgânica.

(Continua)

Sítio	Coordenadas UTM		Município	Referência	CNSA	Tipo de sítio
	x	y				
Areal 1	7931686	419098	Conceição da Barra	Ambiental Norte (2001b)	ES00173	
Areal 2	7931786	419148	Conceição da Barra	Ambiental Norte (2001b)	ES00174	
Fazenda Furado	7933585	417449	Conceição da Barra	Ambiental Norte (2001b)	ES00177	



Quadro 2.

(Conclusão)

Sítio	Coordenadas UTM		Município	Referência	CNSA	Tipo de sítio
	x	y				
Fazenda Morcego	7934185	417149	São Mateus	Ambiental Norte (2001b)	ES00178	
Ilha Preta	7916490	417998	São Mateus	Ambiental Norte (2001b)	ES00095	
Ranchinho	7920489	418848	São Mateus	Ambiental Norte (2001b)	ES00144	
Fazenda Rio Doce	7873953	409944	Linhares	Ambiental Norte (2001a)	ES00149	
Zacarias 1	7849049	418713	Linhares	Ambiental Norte (2005a)	s/c	
Zacarias 2	7846730	417032	Linhares	Ambiental Norte (2005a)	s/c	
Suruaca 13	7880418	414938	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Suruaca 19	7876559	415277	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Ossos, areia e MO
Suruaca 20	7873742	410101	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	ES00314	Sambaqui
Lagoa Bonita 1 – Morro do Mutum	7882137	412095	Linhares	s/ref.	ES00317	Sambaqui
Lagoa Bonita 2	7881072	413153	Linhares	s/ref.	s/c	Sambaqui
Lagoa Bonita 6	7878098	413149	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Sambaqui
Lagoa Bonita 7	7876598	414166	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Sambaqui
Lagoa Bonita 8	7881207	405557	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 9	7876257	414413	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Sem material
Lagoa Bonita 10	7875883	414545	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 11	7873784	415717	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 12	7875074	414423	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 13	7876662	413545	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Ossos, areia e MO
Lagoa Bonita 14	7876214	415859	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Sem material
Lagoa Bonita 15	7876097	413899	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 16	7871454	413338	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Ossos, areia e MO
Lagoa Bonita 17	7876980	410659	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 18	7873524	413407	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Sem material
Lagoa Bonita 19*	7870979	412348	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	ES00316	Ossos, areia e MO
Lagoa Bonita 20*	7871097	412371	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	ES00316	Ossos, areia e MO
Lagoa Bonita 21	7866817	400955	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	
Lagoa Bonita 22*	7871350	412295	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	s/c	Ossos, areia e MO
Lagoa Bonita 23*	7871208	412426	Linhares	Ambiental Norte (2005b)	ES00316	
Lagoa Bonita 24/25	7870464	411389	Linhares	Ambiental Norte (2005c)	ES00315	Sambaqui
Lagoa Bonita 26	7871023	408677	Linhares	Ambiental Norte (2005c)	s/c	
Barro Novo 1	7866525	409020	Linhares	Ambiental Norte (2005c)	s/c	Sambaqui
Ponte da Suruaca	7883166	42367	Linhares	Fundação Seridó (2006)	ES00206	Sambaqui





Figura 2. Imagem satélite feita por meio do site *Google Earth*, ilustrando o litoral norte do Espírito Santo, com localização dos sítios arqueológicos mencionados no trabalho e listados no Quadro 2. A imagem 1 apresenta um detalhe da área de estudo com as áreas, pontos e transectos onde foram realizadas prospecções por parte de empresas de arqueologia. As imagens 2 e 3 são detalhes com a localização de sítios em áreas onde há maior concentração. Mapas elaborados por Ximena Villagran (2017).

Um total de 18 sambaquis foi prospectado por Teixeira (2003), sendo todos compostos por conchas de molusco em sedimento escuro, com lítico lascado e polido, sepultamentos e ocasionais fragmentos de cerâmica no topo. Segundo o autor, as alturas variam de 2 até 12 m. A categoria de acampamentos conchíferos (15 sítios identificados) é definida em oposição aos sambaquis pela ausência de destaque na paisagem (alturas de 20 a 75 cm) e por se concentrar principalmente nos terraços holocênicos. Estes sítios apresentam alta densidade de moluscos e de artefatos em osso, lítico lascado e polido e, na camada superior, fragmentos cerâmicos e material europeu (Teixeira, 2003). Apesar dos mapas que aparecem na dissertação de Teixeira (2003), não foram disponibilizadas informações sobre as coordenadas dos sítios. Além disso, não há datações absolutas para nenhum dos sítios mencionados no trabalho.

Dos quatro tipos de depósitos sedimentares que caracterizam a planície costeira na área de estudo (Figura 1), os depósitos lagunares e os cordões arenosos contêm a maior quantidade de sambaquis e/ou de sítios com conchas (Figura 2). Atualmente, esta área é alagável, pantanosa e, inclusive, contém concheiros naturais compostos de *Ostrea* sp., *Anomalocardia* sp. e *Lucina* sp. a 50 cm de profundidade (Suguio et al., 1982; Martin; Suguio, 1992).

No município de Linhares, a nossa pesquisa detectou discrepâncias nas informações contidas nos relatórios das empresas de arqueologia, especialmente no que se refere às coordenadas de localização dos sítios – que poucas vezes coincidem com a realidade observada em campo – e à identificação, à descrição e ao cadastro de sítios que não existem. O IPHAN-ES já tinha detectado essas inconsistências, trabalhando hoje na atualização do cadastro de sítios da região no CNSA.

Além das dificuldades relativas à ausência e/ou à ambiguidade de informação nos relatórios de empresas de contrato, a arqueologia do litoral capixaba enfrenta também a necessidade de atualizar os marcos teóricos

das pesquisas. É comum encontrar explicações sobre mudanças estratigráficas como resultados de diferentes estratégias adaptativas motivadas pelas oscilações do nível relativo do mar durante o Holoceno. O mesmo tipo de explicações foi adotado nas décadas de 1970 e 1980, em pesquisas sobre sambaquis e mudanças do nível relativo do mar em estados do sul do Brasil (Fairbridge, 1976), por exemplo. Assim, seguindo o modelo explicativo vigente na época, camadas de diferente composição em um mesmo sítio eram tomadas como evidência da ocupação de grupos étnicos distintos no mesmo local (e.g. sítio Dunas de Itaúnas) (Perota et al., 1992).

Perota et al. (1992) colocam as flutuações do nível relativo do mar como disparadoras de mudanças culturais, principalmente no que se refere às duas oscilações do Holoceno Tardio, defendidas no modelo de Suguio et al. (1982, 1985, 1992), Martin et al. (1986) e Martin e Suguio (1992), que teriam acontecido entre 3900-3600 anos AP e 2700-2500 anos AP. Assim, durante os momentos de regressão marinha, a escassez de recursos teria forçado os grupos a abandonarem a pesca e a intensificarem as atividades de caça. Durante a transgressão marinha, também era retomada a coleta, a qual, por sua vez, era favorecida pela proliferação dos manguezais. Exemplo disso seriam as mudanças estratigráficas descritas para o sítio Areal I (Perota et al., 1987). No entanto, estudos recentes mostram consistentemente que as oscilações do nível relativo do mar durante o Holoceno Tardio nunca teriam acontecido (Angulo et al., 1999, 2006; Angulo; Lessa, 1997).

No litoral do Espírito Santo, ainda é frequente a tradicional separação entre sambaquis e acampamentos litorâneos como sítios produzidos por diferentes grupos étnicos, estando os últimos vinculados à denominada tradição Itaipu. Esta diferenciação baseia-se nas variações em relação à altura e ao contexto geológico-geomorfológico de localização dos sítios, apesar de os conteúdos faunístico e artefactual serem frequentemente idênticos. Os mesmos critérios de forma e de localização foram usados nas costas sul e sudeste para fundamentar a diferenciação

entre sambaquis e acampamentos litorâneos (Beck, 1971, 1972; Schmitz et al., 1992; Lima, 1999-2000). Isso pode ser visto no trabalho de Teixeira (2003), que descreve a mesma composição para acampamentos litorâneos e sambaquis, mas coloca como únicas diferenças a altura dos acampamentos (entre 20 e 72 cm de altura) e a sua localização (a maioria encontrar-se-ia nos terraços holocênicos). O autor até menciona a existência de dois acampamentos no sistema lagunar, terreno onde ocorre a maioria dos sambaquis (Figura 1) (Teixeira, 2003). Ele conclui, porém, que os sítios seriam sambaquis erodidos pelas duas transgressões marinhas do Holoceno Tardio, cuja existência está hoje desacreditada.

UMA NOVA ABORDAGEM NA ARQUEOLOGIA DE SAMBAQUIS CAPIXABAS

A partir do exposto no tópico anterior, é possível definir quatro temas fundamentais a serem superados na arqueologia do litoral norte do Espírito Santo, para dialogar com a arqueologia de sambaquis realizada em outros estados do Sudeste: escassez de datações ^{14}C ; associação entre camadas de diferente composição em um mesmo sítio como evidência de grupos étnicos distintos; modelos explicativos sobre a influência das mudanças do nível relativo do mar nos grupos costeiros criados antes da constatação de que as duas oscilações do Holoceno Tardio não teriam existido; caracterização dos sítios entre sambaquis e acampamentos litorâneos como vestígios de culturas diferentes, sem embasamento apropriado para tanto. É nesse contexto que surge a necessidade de consolidar uma pesquisa arqueológica que, do campo até o laboratório, permita avançar sobre estes problemas.

A nova abordagem proposta pela nossa pesquisa envolve a escavação sistemática dos sítios, seguindo um método padronizado, e a construção de uma cronologia para a ocupação humana da área. Esta pesquisa segue três objetivos teóricos e metodológicos maiores: 1) elaboração de um modelo evolutivo para a ocupação sambaqueira no município de Linhares

(onde foi prospectada a maior quantidade de sambaquis do litoral norte do Espírito Santo), baseado em dados cronométricos, que complemente os modelos de evolução geológica e ecológica da área iniciados no trabalho de Suguio et al. (1982) e aprofundados pelas pesquisas do projeto “Estudos paleoambientais interdisciplinares na costa do Espírito Santo” (PROJES) (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP 2011/00995-7); 2) caracterização da ocupação sambaqueira nesta porção do litoral brasileiro a partir da escavação sistemática e padronizada de diversos sítios, que contemple a realização de análises estratigráficas, zooarqueológicas, sedimentológicas, arqueobotânicas, micromorfológicas e artefatuais; 3) atualização dos marcos teóricos utilizados na arqueologia pré-colonial da região para explicar a ocupação sambaqueira do Espírito Santo no contexto dos avanços teóricos e metodológicos da arqueologia de sambaquis que se realiza em outros estados (especialmente das regiões Sul e Sudeste).

MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, até o momento dois sambaquis foram escavados utilizando-se um método que maximiza a quantidade de informação recuperada em campo e que permite construir um acervo bem documentado de amostras para cada sítio estudado. Este método aponta também para a coleta de amostras bem referenciadas no que concerne à datação dos sítios, não somente para identificar o início e o fim da ocupação, mas também para auxiliar no entendimento do processo de formação dos sambaquis, por meio de uma perspectiva espacial e temporal. Para datação, foi feita a extração do CO_2 no Laboratório ^{14}C do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo (CENA/USP), em Piracicaba. A grafitação foi realizada no Laboratório de Espectrometria de Massa com Aceleradores, da Universidade Federal Fluminense (AMS/LACUFF), em Niterói, e a medição no AMS da Universidade da Geórgia (UGA), em Athens.

Foram visitados 16 sítios descritos nos relatórios da empresa Ambiental Norte para o município de Linhares, cujas coordenadas foram cadastradas originalmente usando-se o referencial South American Datum 1969 (SAD 69). Quando os sítios foram detectados, realizou-se o seu registro por meio do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) 2000. No Quadro 2, estão agrupados os 36 sítios descritos no litoral norte, com identificação daqueles cujas coordenadas e composição foram verificadas nesta pesquisa.

As escavações arqueológicas realizadas pelo projeto tiveram como meta a caracterização primária dos sítios com a mínima intervenção. O método de escavação é padronizado para favorecer a comparação inter-sítio (Gaspar; Mendonça de Souza, 2013) e tem como foco a coleta de amostras para datação ^{14}C e para análises estratigráficas, zooarqueológicas, sedimentares, arqueobotânicas, micromorfológicas e artefatuais. Todas as escavações seguiram o mesmo protocolo, que consiste em:

- Abrir escavações de 1 x 0,5 m em pelo menos duas áreas distintas do sítio: uma na parte mais alta (geralmente na parte central) e outra na periferia, próxima ao declive lateral que assinala o contato do sambaqui com os depósitos naturais. Esta estratégia visa coletar dados cronológicos e estratigráficos para aportar também informação quanto à direção de crescimento dos sambaquis;
- A escavação utiliza um sistema de registro totalmente informatizado, para garantir a precisão e a velocidade de documentação dos dados arqueológicos;
- Realização de plotagem com estação total de todos os baldes de sedimento extraído (cada balde plotado deve conter 8 L de sedimento), para ter controle do volume de material escavado;

- Escavação de acordo com as fácies sedimentares que aparecerem. Uma fácies sedimentar é definida como um corpo que compartilha características semelhantes de textura (granulometria), cor, forma e composição. As fácies são identificadas durante a escavação do sítio, e não necessariamente nos perfis estratigráficos. Pode-se mencionar como termos análogos na literatura 'unidade estratigráfica' ou 'unidade sedimentar';
- Peneira-se a seco em campo, em malha de 3 mm, o conteúdo de cada balde extraído da escavação, e todo o material retido na peneira é guardado;
- Não se realiza triagem de materiais durante a escavação (e.g. osso, concha etc.). Só no laboratório (que também pode ser criado em campo) é realizado o peneiramento com água, onde se faz a triagem e a curadoria do material;
- A planta da escavação é fotografada a cada 10 cm, usando-se pontos para fotogrametria e sempre que aparecer uma nova fácies (os pontos devem ser plotados com estação total);
- Todo achado superior a 3 cm de tamanho (com exceção de conchas) e que seja de destaque em comparação com o restante de materiais que sai da escavação é plotado;
- Todos os carvões que aparecerem durante a escavação são plotados com estação total, e todos os carvões que aparecem na peneira são guardados separadamente;
- A coleta de amostras para datação prioriza exemplares da base e o topo de cada uma das escavações, com pelo menos uma amostra em partes intermediárias do perfil. É dada ênfase para a coleta de amostras de carvão e de osso humano, seguido de coleta de conchas, em caso de ausência dos dois primeiros;

- Amostragem para flotação é feita sempre em um canto da escavação de 25 x 25 x 10 cm de profundidade (Scheel-Ybert, 2013; Scheel-Ybert et al., 2005-2006). A base da amostra na escavação sempre é plotada;
- A descrição dos perfis estratigráficos é realizada segundo a análise de arqueofácies (Villagran, 2013, 2010; Villagran et al., 2009), sendo esta entendida como a descrição e a classificação de uma sucessão vertical ou de um perfil estratigráfico, seguida da interpretação dos processos antrópicos ou da sucessão de atividades de deposição. Esta análise permite a descrição padronizada das sucessões verticais e auxilia no estabelecimento de relações entre as diferentes arqueofácies identificadas;
- Amostras de sedimento são coletadas de cada uma das fácies identificadas durante a escavação e das arqueofácies indicadas nos perfis estratigráficos para: análise sedimentológica (geoquímica e mineralogia) (~50g); análise de fitólitos (~10g); análise zooarqueológica (Klökler, 2013; Scheel-Ybert et al., 2005-2006);
- São coletadas amostras de blocos inalterados para micromorfologia de cada uma das arqueofácies identificadas, tentando abranger sempre que possível o contato entre camadas;
- Trincheiras são abertas fora dos sítios, nos depósitos naturais circundantes, para: coleta de amostras de referência e/ou controle para análises sedimentológicas e botânicas; entender os sistemas deposicionais da área de localização dos sambaquis a partir da descrição detalhada das sucessões estratigráficas observadas.

OS SAMBAQUIS LAGOA BONITA 17 E SURUACA 20

A escolha dos sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20 foi feita segundo critérios geológico-geomorfológicos de

localização e também quanto ao estado de preservação. Acompanhando o modelo evolutivo elaborado por Suguio et al. (1982), o foco foi dado, em princípio, a sítios localizados próximo ou acima dos terraços pleistocênicos, seguidos de sítios no sistema lagunar e nos cordões marinhos do Holoceno. Esta estratégia visa estudar sítios que envolvam toda a cronologia de evolução natural da área de estudo.

A estratégia de abrir duas escavações, embora pequenas, em dois locais diferentes do mesmo sítio foi extremamente positiva para a identificação e a documentação de diferentes áreas de atividade em um mesmo sambaqui. Igualmente, ela permitiu identificar diferentes processos tafonômicos afetando os depósitos, o que, em última instância, também pode estar vinculado a variações composicionais nos diferentes locais escavados.

Em ambos os sítios estudados, ficou evidente a diferença estratigráfica e composicional das duas áreas de escavação abertas (Figuras 4 e 6). No sítio Lagoa Bonita 17, isto é especialmente visível no que se refere à alteração pós-deposicional do sambaqui. A escavação 1, aberta na parte mais alta do montículo (Figura 3), apresentou uma concreção carbonática decimétrica a cerca de 50 cm de profundidade, e que se estende até o contato do sambaqui com o depósito natural subjacente (~90 cm). A concreção, de altíssima dureza, teve de ser escavada com um equipamento especial (do tipo *vibro corer*) capaz de quebrar o material cimentado. Foram observados diversos fragmentos de osso, carvões e algumas conchas inteiras (inclusive, um desses carvões foi retirado para datação) imersos no cimento carbonático (fácies 6, Figura 4). A presença da concreção levantou a dúvida quanto aos processos tafonômicos que afetam alguns sambaquis da região.

Debaixo da concreção carbonática, e após uma camada transicional de areia acinzentada com carbonatos (fácies 7, Figura 4), encontra-se o substrato natural do sítio, composto por sedimentos arenosos de cor amarelo-castanho. Pela localização do depósito e pelas suas

coloração e textura (areia fina e média), é possível tratar-se de um terraço arenoso de idade pleistocênica que teria resistido à erosão provocada pelo máximo transgressivo holocênico (Martin et al., 1997). Este depósito natural foi também descrito na base do sítio na escavação 2 (fácies 5, Figura 4) e nas treze sondagens abertas para delimitação dele. O feixe de cordões pleistocênicos ao qual pode pertencer o substrato do sambaqui teria uma idade aproximada de 98 ka AP (Mafrá, 2014).

Na escavação 2 do sítio Lagoa Bonita 17, a somente 14,5 m a sudeste da escavação 1, a concreção carbonática não se manifesta com a mesma intensidade, aparecendo na forma de uma camada de cerca de 10 cm de espessura com concreções dispersas (fácies 4, Figura 4).

As duas escavações abertas no sítio Suruaca 20 revelaram diferenças composicionais bem definidas (Figura 5). A escavação 1, aberta na parte mais alta do sambaqui, revelou alguns bolsões com concentração de ostras nos primeiros 50 cm, onde o sedimento é mais friável, com nódulos de óxido de ferro e fragmentos de concha, ossos, carvões e pinças de crustáceo. Após uma camada concrecionada de cerca de 10 cm de espessura (fácies 6, Figura 5), aparece uma camada de ostras inteiras, imbricadas e bem preservadas, mas sem cimentação carbonática. A partir dos 80 cm de profundidade, a frequência de ostras diminui, aumentando a quantidade de pinças de crustáceo (cerca de 20% de ostras e 80% de sedimento, pinças e ossos de peixe). A camada de ostras inteiras e de pinças de crustáceo se estende até o contato abrupto do sítio com o substrato natural (a cerca de 95 cm), o que sugere a existência de um possível 'leito de ostras' na base do sambaqui. Os sedimentos naturais debaixo do sítio são areias médias amarelo-alaranjadas, semelhantes às descritas para o sítio Lagoa Bonita 17.

Já a escavação 2, a 27 m a oeste da escavação 1, revelou maiores incidências de cimentação por óxido de ferro e frequência de pinças de crustáceo (possivelmente o dobro do achado na escavação 1). O contato desta porção do sítio com o sedimento natural é gradual e

irregular (diferentemente do contato abrupto e reto descrito para a escavação 1), tendo início entre 70-80 cm de profundidade. Esse contato indica a presença de diferentes frentes de alteração do depósito arqueológico ingressando no depósito arenoso natural subjacente. Pela natureza do contato, os restos arqueológicos (principalmente ossos) continuam aparecendo, embora de maneira esparsa, até 1,2 m de profundidade. O substrato do sambaqui seria diferente do observado na escavação 1, sendo composto por areia argilosa-média, castanho-acinzentado.

Assim, a estratégia de escavação adotada revelou situações bem diferentes para porções distintas de cada sambaqui analisado. Estas diferenças são especialmente mais marcantes no sítio Suruaca 20, onde, inclusive, o substrato de cada área de escavação não seria o mesmo, o que indica distintos processos de formação em áreas próximas do mesmo sítio. Estas diferenças se fazem evidentes também nas idades ^{14}C obtidas para as diversas áreas de escavação, como descrito no tópico a seguir.

CRONOMETRIA PARA SAMBAQUIS DO ESPÍRITO SANTO E RELAÇÃO COM AS FLUTUAÇÕES DO NÍVEL RELATIVO DO MAR DURANTE O HOLOCENO

De acordo com a estratégia de coleta de amostras para datação descrita no tópico de métodos, foram enviadas cinco amostras de cada sítio para datação ^{14}C por AMS. O Quadro 3 reúne as idades obtidas para cada amostra. O sítio Suruaca 20 é, até o momento, o mais antigo do litoral norte do Espírito Santo, com cerca de 6800 anos cal AP. Esta idade foi obtida para uma amostra de carvão proveniente da escavação 2, aberta na periferia do sítio. A base da escavação 1, aberta na parte mais alta do depósito, corresponderia ao 'leito de ostras' descrito no tópico anterior, e resultou ser aproximadamente 3000 anos mais jovem do que a primeira ocupação do local (idade obtida em ostra coletada no contato do depósito natural com o sambaqui).

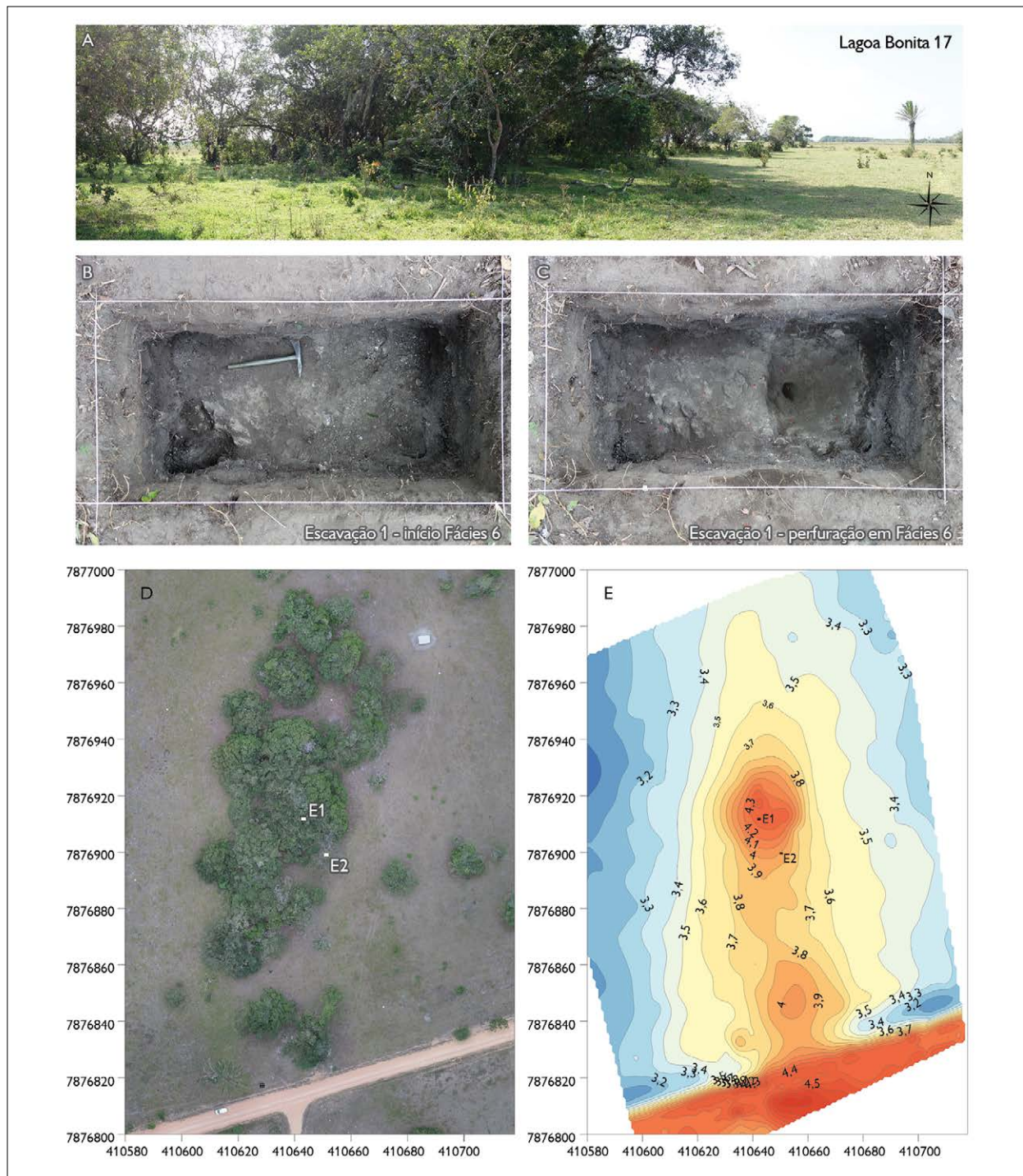
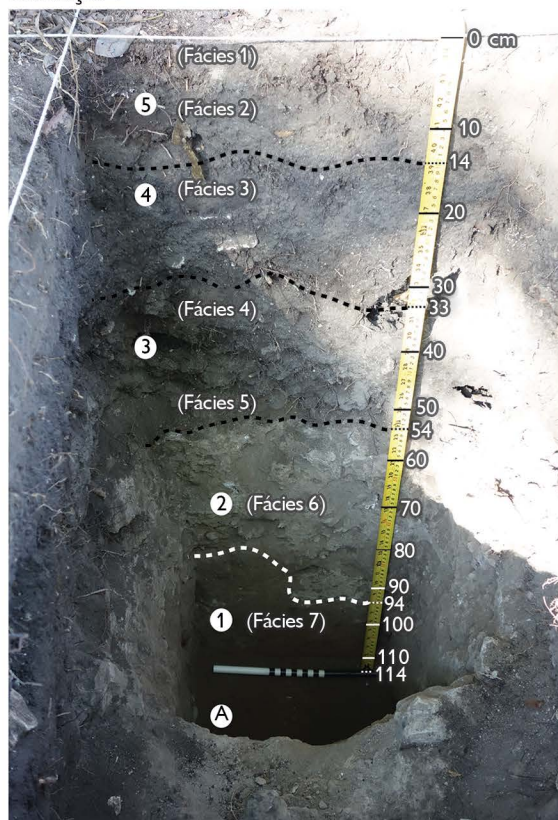


Figura 3. Sambaqui Lagoa Bonita 17: A) vista do sítio em direção norte; B) planta da escavação 1 no início da fácies 6 concrecionada; C) planta da escavação 1 após perfuração com *vibro corer* através da fácies 6 para alcançar o substrato natural do sítio; D) ortofoto do sambaqui com localização das duas escavações (escavação 1 = E1; escavação 2 = E2); E) modelo digital de superfície com curvas de nível a intervalos de 10 cm. Fotos: Ximena Villagran (2015). Ortofoto e modelo digital de superfície: Tiago Atorre (2016).

Lagoa Bonita 17

Escavação 1



Ossos cimentados na concreção carbonática da fácies 6 na escavação 1



Carvão em concreção carbonática da fácies 6

Descrição de arqueofácies na escavação 1:

A: Areia amarela. Substrato natural do sambaqui.

1: Areia quartzosa fina com conchas. Castanho-acinzentado-amarelo. Transição entre o sambaqui e o substrato natural.

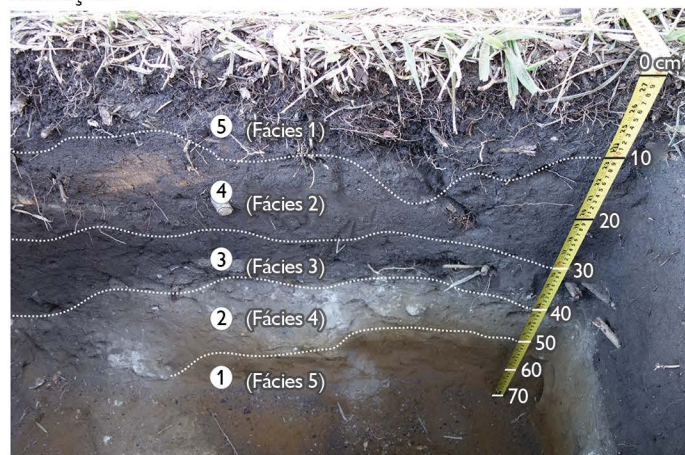
2: Concreção carbonática com bioclastos (osso, concha, carvão) e areia fina. Dois tipos de cimento, um castanho e friável e outro cinza e compacto. Rígida.

3: Areia siltosa com matéria orgânica, bioclastos (conchas, ossos) e grânulos de concreções carbonáticas. Castanho-acinzentado com moteado castanho-escuro na parte superior. Semi-friável.

4: Areia fina com matéria orgânica e moteado milimétrico, argiloso, preto. Castanho-escuro. Estrutura granular.

5: Areia quartzosa fina com matéria orgânica. Castanho. Estrutura granular. Horizonte A de alteração do sambaqui.

Escavação 2



Descrição de arqueofácies na escavação 2:

1: Areia quartzosa fina, castanho-amarelo (Pleistoceno).

2: Areia quartzosa fina com cimento carbonático, castanho-cinza com concreções carbonáticas, conchas, ossos e carvões.

3: Areia quartzosa fina castanha com matéria orgânica.

4: Areia quartzosa fina cinza com matéria orgânica preta na forma de moteado milimétrico argiloso.

Figura 4. Sucessão estratigráfica das escavações 1 e 2 do sambaqui Lagoa Bonita 17, com identificação das fácies apresentadas durante a escavação e a descrição das arqueofácies identificadas no estudo dos perfis. Fotos: Ximena Villagran (2015).

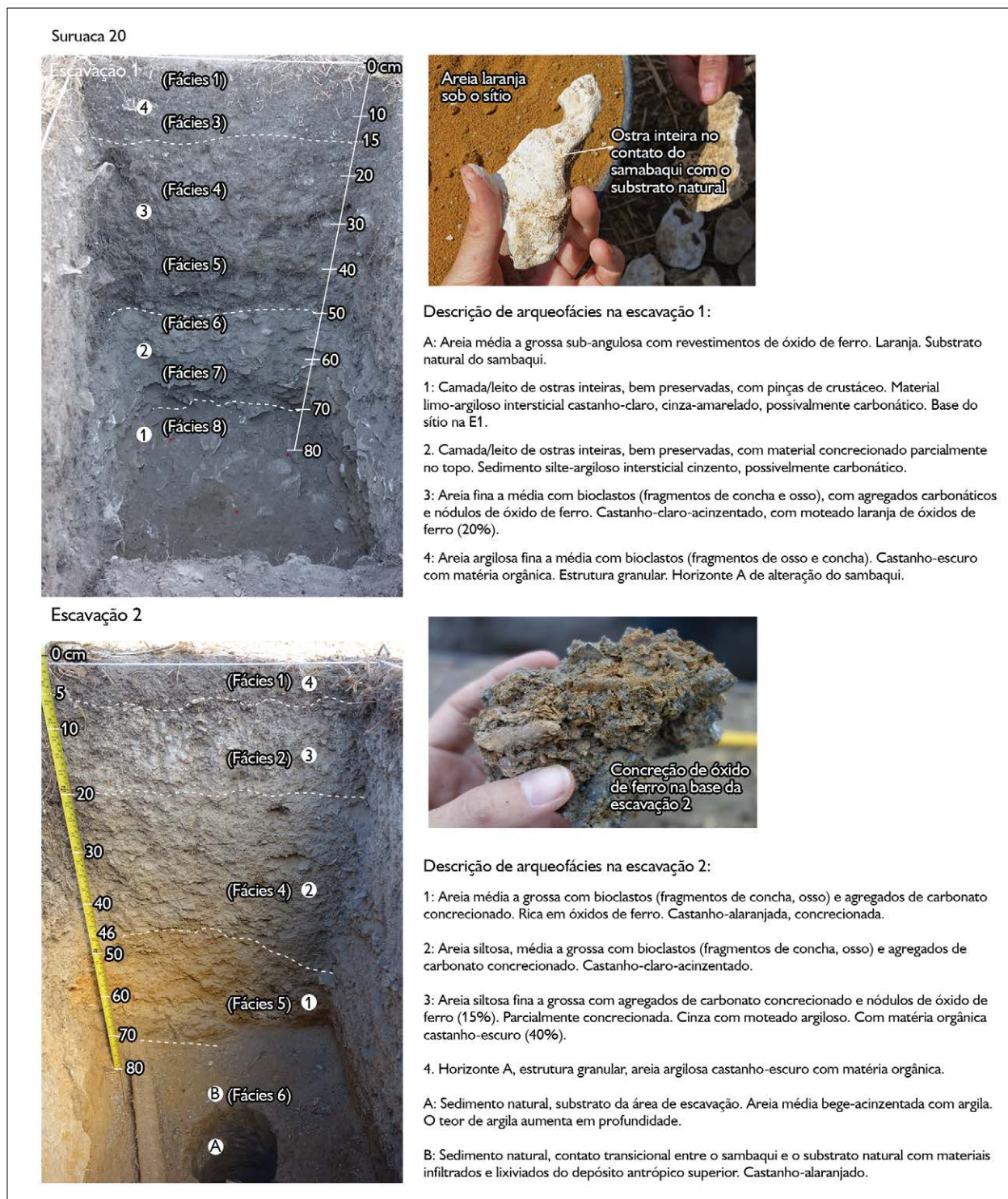


Figura 6. Sucessão estratigráfica das escavações 1 e 2 do sambaqui Suruaca 20, com identificação das fácies apresentadas durante a escavação e a descrição das arqueofácies identificadas no estudo dos perfis. Fotos: Ximena Villagran (2016).

Quadro 3. Idades ^{14}C convencionais e calibradas de dez amostras provenientes dos sambaquis Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20. A calibração das datações foi feita com *software* Oxcal 4.3, os carvões foram calibrados com SHCal13 e as conchas com Marine 13 $\delta\text{R } 32 \pm 44$ (Ramsey, 2009; Hogg et al., 2013; Reimer et al., 2013; Alves et al., 2015). A amostra 107 corresponde a um carvão coletado dentro de um fragmento de concreção da fácies 6. A amostra 182 foi coletada do início da fácies 5 (arqueofácies 1), no contato do sedimento arenoso natural com a base do sambaqui. As idades em negrito são as mais antigas para escavação em cada sítio. As alturas ortométricas das amostras de Lagoa Bonita 17 foram corrigidas usando-se os valores da ortofoto para um ponto conhecido. Este procedimento foi necessário, já que os valores de z coletados durante a escavação não eram ortométricos. Legendas: AF = arqueofácies; m.s.n.m. = metros sobre o nível do mar.

Código da amostra	Idade C^{14} (anos AP)	Idade calibrada (anos cal AP, 95,4%)	Material	Código do laboratório	Proveniência e altura ortométrica das amostras
Lagoa Bonita 17 – Escavação 1					
88	707 ± 53	684-547	Carvão	LACUFF-160050	Fácies 5 (AF3) 3,76 m.s.n.m. (13,31)
107	5437 ± 60	6295-6002	Carvão	LACUFF-160054	Fácies 6 (AF2) 3,73 m.s.n.m. (13,28)
144	5514 ± 60	6408-6027	Carvão	LACUFF-160036	Fácies 6 (AF2) 3,60 m.s.n.m. (13,15)
Lagoa Bonita 17 – Escavação 2					
134	174 ± 50	281-moderna	Carvão	LACUFF-160040	Fácies 2 (AF4) 3,68 m.s.n.m. (13,22)
182	5521 ± 59	6410-6029	Carvão	LACUFF-160044	E2 – fácies 5 (AF1) 3,23 m.s.n.m. (12,77)
Suruaca 20 – Escavação 1					
261	118 ± 21	253-moderna	Carvão	LACUFF-160266	E1 – fácies 2 (AF4) 4,68 m.s.n.m.
285	814 ± 23	729-669	Carvão	LACUFF-160267	E1 – fácies 4 (AF3) 4,56 m.s.n.m.
412	3892 ± 25	3969-3671	<i>Ostrea</i> sp.	LACUFF-160270	E1 – fácies 8 (AF1/A) 3,79 m.s.n.m.
Suruaca 20 – Escavação 2					
355	6092 ± 26	6987-6795	Carvão	LACUFF-160268	E2 – fácies 5 (AF1) 3,76 m.s.n.m.
382	4234 ± 26	4842-4615	Carvão	LACUFF-160269	E2 – fácies 6 (AF1/B) 3,40 m.s.n.m.

A idade obtida para o sambaqui Suruaca 20 é pouco posterior à evidência mais antiga de ocupação humana no interior do estado. O sítio Santa Maria, localizado no município de Santa Leopoldina, foi datado em 8042-7320 anos cal AP (6880 ± 200 anos AP)¹ e ocupado por caçadores-coletores com indústria lítica de pontas foliáceas e pedunculares

(Perota, 1995). Segundo Perota (1995), estes grupos teriam migrado, seguindo a bacia do rio Doce, e habitaram a região serrana no centro e no sul do estado. Não há registro de sítios líticos com idade tão recuada no litoral. Um sítio lítico foi descrito no trabalho de Teixeira (2003), sendo, todavia, associado pelo autor à uma ocupação ceramista próxima,

¹ Celso Perota, comunicação pessoal, Vitória, jan. 2018.

embora sem datação ^{14}C que confirme tal associação. Assim, o sítio Suruaca é, até o momento, a evidência mais antiga de ocupação humana na costa do estado.

O sambaqui Lagoa Bonita 17 teria sido ocupado, pela primeira vez, aproximadamente 500 anos depois do sítio Suruaca 20. Nele, as idades obtidas das amostras coletadas da base de ambas as escavações são quase contemporâneas. Isso significa que ambas porções do sítio teriam sido ocupadas possivelmente ao mesmo tempo e que é plausível considerar a base do sítio todo como sendo contemporânea (diferente do constatado para o Suruaca 20). A idade da base do sítio, obtida de amostras de carvão recuperadas da concreção carbonática, sugere que a concreção se formou pela influência das águas marinhas que cobriam o entorno dele, e que atingiram a sua máxima extensão pouco mais de mil anos após o início da ocupação humana no local.

As idades ^{14}C indicam que a ocupação de ambos os sítios teria acontecido em momento anterior ao máximo nível relativo do mar do Holoceno, atingido no Espírito Santo há cerca de 5500 anos cal AP, com elevação de 4 ± 1 m, segundo dados obtidos para a região de Guarapari (Giannini et al., 2013). Após 5500 AP, teria acontecido o declínio progressivo do nível relativo do mar, até atingir a situação atual. Nos trabalhos de Lorente (2015) e Lorente et al. (2015), em testemunho coletado do fundo da Lagoa Bonita, foi constatada a presença de Mata de Tabuleiros, manguezais e vegetação de restinga na região no intervalo entre ~7860 e 4727 anos cal AP, ou seja, durante a primeira ocupação dos sítios. Após o início da regressão marinha (há cerca de 5000 AP), os estudos indicam que houve migração dos manguezais em direção ao mar, e a vegetação herbácea de pântanos passou a colonizar as antigas áreas ocupadas por manguezais (Lorente, 2015; Lorente et al., 2015). A presença de manguezais na região desde o começo do Holoceno Médio (~7500 AP) é igualmente confirmada para outros locais da região da desembocadura do rio Doce mais distantes ainda da atual linha de costa (Buso Jr. et al., 2013; Cohen et al., 2014; França et al., 2015). Por exemplo,

na lagoa do Macuco, localizada a cerca de 23 km da atual linha de costa, evidências da influência marinha durante a transgressão holocênica foram reveladas pela presença de pólen de espécies de manguezais em sedimento lacustre coletado do meio da lagoa (Buso Jr. et al., 2013).

As idades obtidas para amostras coletadas próximas ao topo das duas escavações na área mais alta de ambos os sítios indicam possíveis reocupações há cerca de 700 anos cal AP (Quadro 3). Consideramos que estas idades seriam reocupações e não o momento final de uma ocupação contínua de 6000 anos, já que, no sítio Lagoa Bonita 17, a amostra de 700 anos está somente a 3 cm acima de uma amostra datada em cerca de 6200 anos cal AP. Carvões ainda mais modernos foram também recuperados do topo da escavação 2 do Lagoa Bonita 17 e de uma concentração de carvões a aproximadamente 10 cm de profundidade da escavação 1 do Suruaca 20.

Uma inversão nas idades ^{14}C foi detectada na escavação 2 do Suruaca 20, onde a amostra de cerca de 6800 anos cal AP (amostra 355) encontra-se 36 cm acima da amostra de 4650 anos cal AP (amostra 382) (Quadro 3). Esta inversão pode ser explicada pelo fato de a amostra 382 se tratar de um carvão pequeno, recuperado da fácies de transição entre o sambaqui e o depósito natural. Este depósito contém mistura de sedimentos arqueológicos e naturais com bioturbações e frentes de alteração, ou seja, a amostra de carvão seria claramente intrusiva. A amostra 355, pelo contrário, encontra-se na camada basal do sambaqui que está bem preservada.

CONCLUSÕES

As pesquisas desenvolvidas pelo projeto “Arqueologia do litoral norte do Espírito Santo: sambaquis do município de Linhares” trouxeram novas informações referentes à antiguidade da ocupação humana na área e às características dos sambaquis da região. Os dados atuais evidenciam que o litoral norte do Espírito Santo teria sido ocupado pela primeira vez em momento em que a planície costeira atual estava sob influência das águas marinhas, durante o

máximo transgressivo holocênico. Ao redor dos sítios existia uma vegetação de manguezais e de restinga, com florestas tropicais a escassos 10 km de distância (sobre a atual planície de tabuleiros). A influência da transgressão marinha na região fica evidente no sítio Lagoa Bonita 17, que apresenta uma espessa camada concrecionada na base, cuja formação deve ter sido provavelmente favorecida pelo alagamento dos terrenos próximos ao sambaqui e pela elevação do nível freático.

São poucos os sítios documentados para o litoral sul e sudeste que oferecem cronologias contemporâneas ao máximo transgressivo holocênico, momento crucial da história geológica e ecológico-ambiental da costa brasileira. O sambaqui mais antigo do litoral sudeste, localizado no estado do Rio de Janeiro (sambaqui do Algodão) (Lima et al., 2002), evidencia a presença humana na costa brasileira há cerca de 8700 anos cal B.P., cerca de 2000 anos antes do reportado no litoral capixaba. Outro sítio anterior e/ou contemporâneo à transgressão marinha holocênica é o Caipora, em Santa Catarina, datado em cerca de 7400 anos cal AP (Giannini et al., 2010). Estes sítios, junto com outros contextos costeiros do final do Pleistoceno na América do Sul (Dillehay, 1999; Dillehay et al., 2012; Sandweiss, 2003), podem ser tomados como testemunhas de uma antiga rota de migração litorânea de povoamento do continente². Porém, o modelo de povoamento da costa atlântica sentido norte-sul (Hubbe et al., 2011; Rothhammer; Dillehay, 2009) é de difícil comprovação, devido às flutuações do nível relativo do mar durante o Holoceno que apagaram grande parte do registro arqueológico anterior ao máximo transgressivo do Holoceno Médio.

Enquanto grande parte da faixa costeira era inundada pela transgressão marinha, que teria erodido o registro de ocupações humanas anteriores, os terraços pleistocênicos da desembocadura do rio Doce se mantiveram sempre emersos, continuamente disponíveis para ocupação. Isso torna os sambaquis capixabas testemunhos únicos da pré-história da costa brasileira, capazes de oferecer,

pelo seu alto potencial de preservação, informação sobre os momentos iniciais da cultura sambaquieira. Assim, existe a probabilidade de contar com sítios ainda mais antigos nesta região, possivelmente assentados sobre os depósitos pleistocênicos próximos à planície de tabuleiros. A localização e a datação destes contextos serão algumas das próximas metas a serem atingidas pela pesquisa.

Diferentemente dos sambaquis de Santa Catarina ou do Rio de Janeiro, os capixabas possuem dimensões consideravelmente menores, com alturas que não ultrapassam os 4 m. A única exceção no município de Linhares é o sambaqui Lagoa Bonita 1, com cerca de 12 m de altura e grande destaque na paisagem. Baseado unicamente na sua dimensão, já que nunca foi escavado nem datado, o sítio Lagoa Bonita 1, na margem da lagoa do mesmo nome, poderia representar um lugar persistente e núcleo de agregação social no litoral norte do Espírito Santo. As lagoas costeiras têm sido propostas como epicentros da ocupação sambaquieira para sítios no litoral centro-sul de Santa Catarina e do Rio de Janeiro (Gaspar, 1991; Kneip, 2004; Guimarães, 2007; Deblasis et al., 2007). Todos os sambaquis próximos à Lagoa Bonita e localizados até a desembocadura do rio Doce, inclusive o Lagoa Bonita 17 e o Suruaca 20 a 5,5 e 8,5 km de distância, respectivamente, são menores do que o Lagoa Bonita 1 em altura e em diâmetro. Nenhum sambaqui foi descrito na planície de cordões a norte do Lagoa Bonita 1, o que se deve possivelmente à falta de prospecções sistemáticas.

As escavações nos sítios Lagoa Bonita 17 e Suruaca 20 revelaram a existência de áreas de atividade diferencial no mesmo sítio, assim como o crescimento diacrônico das estruturas, independentemente do tamanho menor destes sambaquis, em comparação com outros sítios do Sudeste. A heterogeneidade da formação dos sambaquis corrobora modelos sobre a formação de concheiros que se opõem à visão tradicional de simples montículos de acumulação de resíduos, cujo crescimento vertical seria paralelo ao

² Modelo de Fladmark (1979).

tempo de uso. O consumo de espécies de Mata Atlântica e o alto consumo de crustáceos que vem sendo revelado nas análises zooarqueológicas, inclusive com uma área de descarte específica para crustáceos identificada no Suruaca 20 (escavação 2), também atestam um modo de vida distinto do descrito para outros sambaquis do Sudeste.

Trabalhos futuros envolverão a escavação de mais sítios seguindo o método aqui descrito, priorizando a coleta de amostras para datar e caracterizar os sítios do ponto de vista faunístico, sedimentar, botânico e artefactual. Estudos micromorfológicos estão em andamento e permitirão refinar e aprofundar a interpretação sobre os processos de formação e de alteração dos sítios, como demonstrado no estudo de sambaquis do litoral sul e sudeste (Villagran, 2014, 2010; Villagran et al., 2015). Estudos zooarqueológicos nos dois sambaquis escavados também estão em andamento e serão essenciais para conhecer a subsistência dos grupos, a extensão da área de captação de recursos e como esta foi se acomodando às mudanças geográficas e ecológicas que afetaram a região. Recentemente, estudos de DNA antigo têm sido incorporados na pesquisa, com análise de remanescentes humanos disponíveis no acervo do IPHAN-ES, provenientes do sambaqui do Limão, localizado no município da Serra. Estes trabalhos permitirão identificar a afinidade genética das populações costeiras com outros grupos do litoral e do interior do país.

As pesquisas desenvolvidas pelo projeto vêm a preencher a lacuna de informação existente sobre a ocupação humana pré-colonial do litoral norte do Espírito Santo. A nova abordagem introduzida pelo projeto dará o passo inicial até a inserção e o diálogo dos estudos acadêmicos na área com a pesquisa arqueológica realizada em outros estados do Sul e do Sudeste.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa surgiu como um desdobramento do projeto temático apresentado à FAPESP, intitulado “Estudos paleoambientais interdisciplinares na costa do Espírito Santo (PROJES)” (processo 2011/00995-7), coordenado pelo prof.

Dr. Luiz C. R. Pessenda. Atualmente, a pesquisa conta com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (processo 402947/2016-9), sob coordenação da profa. Dra. Ximena S. Villagran.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eduardo; MACARIO, Kita; SOUZA, Rosa; PIMENTA, Alexandre; DOUKA, Katerina; OLIVEIRA, Fabiana; CHANCA, Ingrid; ANGULO, Rodolfo. Radiocarbon reservoir corrections on the Brazilian coast from pre-bomb marine shells. **Quaternary Geochronology**, Amsterdam, v. 29, p. 30-35, Aug. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quageo.2015.05.006>.

AMBIENTAL NORTE. **Levantamento arqueológico na área do programa sísmico 3D “BT-ES-14” – Linhares (ES)**. Relatório final. Licença de operação GAI/N.013/2002/Classe IV. Linhares: Petrobrás, 2005a.

AMBIENTAL NORTE. **Levantamento arqueológico na área do programa sísmico 3D “BT-ES-22” – Linhares (ES)**. Relatório final. Licença de operação GAI/N.013/2002/Classe IV. Linhares: Petrobrás, 2005b.

AMBIENTAL NORTE. **Levantamento arqueológico na área do programa sísmico 3D “BT-ES-27” – Linhares (ES)**. Relatório final. Licença de operação GAI/N.013/2002/Classe IV. Linhares: Petrobrás, 2005c.

AMBIENTAL NORTE. **Levantamento arqueológico na área do programa sísmico 3D São Jorge Sul – ES**. Relatório final. Processo 89/96, licença de operação 185/98. Linhares: Petrobrás, 2001a.

AMBIENTAL NORTE. **Levantamento arqueológico na área do programa sísmico 3D Norte – ES**. Relatório final. Processo 89/96, licença de operação 185/98. Linhares: Petrobrás, 2001b.

ANGULO, Rodolfo José; LESSA, Guilherme Camargo; SOUZA, Maria Cristina de. A critical review of mid- to late-Holocene sea-level fluctuations on the eastern Brazilian coastline. **Quaternary Science Reviews**, Amsterdam, v. 25, n. 5-6, p. 486-506, Mar. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2005.03.008>.

ANGULO, Rodolfo José; GIANNINI, Paulo C. F.; SUGUIO, Kenitiro; PESSENDA, Luiz C. R. Relative sea-level changes in the last 5500 years in the southern Brazil (Laguna-Imbituba region, Santa Catarina State), based on varved ¹⁴C ages. **Marine Geology**, Amsterdam, v. 159, n. 1-4, p. 323-339, July 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0025-3227\(98\)00204-7](https://doi.org/10.1016/S0025-3227(98)00204-7).

ANGULO, Rodolfo José; LESSA, Guilherme Camargo. The Brazilian sea-level curves: a critical review with emphasis on the curves from the Paranaguá and Cananéia regions. **Marine Geology**, Amsterdam, v. 140, n. 1-2, p. 141-166, July 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0025-3227\(97\)00015-7](https://doi.org/10.1016/S0025-3227(97)00015-7).

ASSIS, V. S. **A tradição Itaipu nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo**: uma abordagem paleoclimática. Relatório final de Projeto de Aperfeiçoamento/Especialização do CNPq. Processo 820337/90-0. Vitória, 1992.

BECK, Anamaria. **A variação do conteúdo cultural dos sambaquis**: litoral de Santa Catarina. 1972. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

BECK, Anamaria. Os sambaquis da região do litoral de Laguna-Santa Catarina. In: DUARTE, P. (Ed.). **O Homem pré-histórico na América**. São Paulo: Instituto de Pré-História, 1971. p. 69-76.

BROCHADO, José Proença; PEROTA, Celso; CALDERÓN, Valentin; DIAS JR., Ondemar F.; MARANCA, Sílvia; MEGGERS, Betty J.; CHMYZ, Igor; NASSER, Nássaro A. de Souza; PIAZZA, Walter F.; RAUTH, José Wilson; SIMÕES, Mário F.; EVANS, Clifford; MILLER, Eurico T. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 12, p. 1-39, mar. 1969.

BUSO JR., Antonio Alvaro; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; OLIVEIRA, Paulo Eduardo de; GIANNINI, Paulo César Fonseca; COHEN, Marcelo Cancela Lisboa; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; BARROS DE OLIVEIRA, Sonia Maria; FAVARO, Deborah Ines Teixeira; ROSSETTI, Dilce de Fátima; LORENTE, Flávio Lima; BOROTTI FILHO, Marcos Antonio; SCHIAVO, Jolimar Antonio; BENDASSOLLI, José Albertino; FRANÇA, Marlon Carlos; GUIMARÃES, José Tasso Felix; SIQUEIRA, Geovane Souza. From an estuary to a freshwater lake: a paleo-estuary evolution in the context of Holocene sea-level fluctuations, SE Brazil. **Radiocarbon**, Cambridge, v. 55, n. 2-3, p. 1735-1746, Bi-monthly 2013. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033822200048657>.

COHEN, Marcelo Cancela Lisboa; FRANÇA, Marlon Carlos; ROSSETTI, Dilce de Fátima; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; GIANNINI, Paulo César Fonseca; LORENTE, Flávio Lima; BUSO JR., Antônio Álvaro; CASTRO, Darcilea; MACARIO, Kita. Landscape evolution during the late Quaternary at the Doce River mouth, Espírito Santo State, Southeastern Brazil. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, Amsterdam, v. 415, p. 48-58, Dec. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.palaeo.2013.12.001>.

DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo César Fonseca; GASPAR, Maria Dulce. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. **Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul-Americana**, Catamarca, v. 3, n. 1, p. 29-61, enero 2007.

DIAS JR., Ondemar F. A evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. **Anuário de Divulgação Científica**, Goiás, v. 3-4, p. 110-130, 1976-1977.

DIAS JR., Ondemar F. Pesquisas arqueológicas no Sudeste brasileiro. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-31, 1975. Série Especial.

DILLEHAY, Tom D.; BONAVIA, Duccio; GOODBRED JR., Steve L.; PINO, Mario; VÁSQUEZ, Victor; THAM, Teresa Rosales. A late Pleistocene human presence at Huaca Prieta, Peru, and early Pacific Coastal adaptations. **Quaternary Research**, Amsterdam, v. 77, n. 3, p. 418-423, May 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.yqres.2012.02.003>.

DILLEHAY, Tom D. **Monte Verde**: a late Pleistocene settlement in Chile. The Archaeological Context and Interpretation: Errata. Washington: Smithsonian Institution Scholarly Press, 1999. v. 2.

FAIRBRIDGE, Rhodes W. Shellfish-eating preceramic indians in coastal Brazil. **Science**, Washington, v. 191, n. 4225, p. 353-359, Jan. 1976. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.191.4225.353>.

FLADMARK, Knut R. Routes: alternate migration corridors for early man in North America. **American Antiquity**, Washington, v. 44, n. 1, p. 55-69, Jan. 1979. DOI: <https://doi.org/10.2307/279189>.

FRANÇA, Marlon Carlos; ALVES, Igor Charles Castor; CASTRO, Darcilea F.; COHEN, Marcelo Cancela Lisboa; ROSSETTI, Dilce de Fátima; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; LORENTE, Flávio Lima; FONTES, Neuza Araújo; BUSO JR., Antônio Álvaro; GIANNINI, Paulo César Fonseca; FRANCISQUINI, Maria Izar. A multi-proxy evidence for the transition from estuarine mangroves to deltaic freshwater marshes, Southeastern Brazil, due to climatic and sea-level changes during the late Holocene. **CATENA**, Amsterdam, v. 128, p. 155-166, May 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.catena.2015.02.005>.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Relatório final da prospecção arqueológica na área de implantação do gasoduto Cacimbas-Catu**. Recife, 2006.

GASPAR, Maria Dulce; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila. Pesquisa de campo em sambaquis: introdução. In: GASPAR, Maria Dulce; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila (Ed.). **Abordagens estratégicas em sambaquis**. Erechim: Habilis, 2013. p. 15-31.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. (Descobrimos o Brasil).

GASPAR, Maria Dulce. **Aspectos da organização social de pescadores, coletores e caçadores**: região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. 1991. 362 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GIANNINI, Paulo César Fonseca; RIBEIRO, Priscila; NASCIMENTO JR., Daniel Rodrigues do; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz. Os vermetídeos fósseis de Guarapari, ES: novos dados para a discussão do nível relativo do mar e da circulação costeira no Holoceno. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 14., Natal. **Anais**... Natal: ABEQUA, 2013. Não paginado.



GIANNINI, Paulo César Fonseca; VILLAGRAN, Ximena Suarez; FORNARI, Milene; NASCIMENTO JR., Daniel Rodrigues do; MENEZES, Priscila Melo Leal; TANAKA, Ana Paula Burgoa; ASSUNÇÃO, Danilo Chagas; DEBLASIS, Paulo; AMARAL, Paula Garcia Carvalho do. Interações entre evolução sedimentar e ocupação humana pré-histórica no litoral centro-sul de Santa Catarina, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 1, p. 105-128, jan.-abr. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222010000100008>.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. **A ocupação pré-colonial da região dos lagos, RJ**: sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá da tradição Una. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOGG, Alan G.; HUA, Quan; BLACKWELL, Paul G.; NIU, Mu; BUCK, Caitlin E.; GUILDERSON, Thomas P.; HEATON, Timothy J.; PALMER, Jonathan G.; REIMER, Paula J.; REIMER, Ron W.; TURNEY, Christian S. M.; ZIMMERMAN, Susan R. H. SHCal13 southern hemisphere calibration, 0-50,000 years cal BP. **Radiocarbon**, Cambridge, v. 55, n. 4, p. 1889-1903, Bi-monthly 2013. DOI: https://doi.org/10.2458/azu_js_rc.55.16783.

HUBBE, Mark; HARVATI, Katerina; NEVES, Walter. Paleoamerican morphology in the context of European and East Asian late Pleistocene variation: implications for human dispersion into the New World. **American Journal of Physical Anthropology**, Hoboken, v. 144, n. 3, p. 442-453, May 2011. DOI: <https://doi.org/10.1002/ajpa.21425>.

KLÖKLER, Daniela. Em um mar de conchas, por onde começar? Amostragem zooarqueológica em sambaquis. In: GASPAR, Maria Dulce; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila (Ed.). **Abordagens estratégicas em sambaquis**. Erechim: Habilis, 2013. p. 177-192.

KNEIP, Andreas. **O povo da lagoa**: uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho. 2004. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEONARDOS, Othon Henry. **Concheiros naturais e sambaquis**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1938. (Publicações do Serviço de Fomentação da Produção Mineral. Avulsos, 37).

LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 270-327, dez.-fev. 1999-2000.

LIMA, T. A.; MACARIO, K. D.; ANJOS, R. M.; GOMES, P. R. S.; COIMBRA, M. M.; ELMORE, D. The antiquity of the prehistoric settlement of the central-south Brazilian coast. **Radiocarbon**, Cambridge, v. 44, n. 3, p. 733-738, Bi-monthly 2002. DOI: <https://doi.org/10.1017/S003822200032185>.

LORENTE, Flávio Lima. **Caracterização paleoambiental de depósitos quaternários da costa norte do estado do Espírito Santo (ES-Brasil)**: uma abordagem interdisciplinar. 2015. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LORENTE, Flávio Lima; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; CALEGARI, Márcia Regina; COHEN, Marcelo Cancela Lisboa; ROSETTI, Dilce; GIANNINI, Paulo César Fonseca; BUSO JR., Antonio Alvaro; CASTRO, Darcilêa Ferreira de; FRANÇA, Marlon Carlos; BENDASSOLLI, José Albertino; MACARIO, Kita. Fitólitos como indicadores de mudanças ambientais durante o Holoceno na costa norte do estado do Espírito Santo (Brasil). **Quaternary and Environmental Geosciences**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 26-40, sem. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/abequa.v6i1.36239>.

MACHADO, Christiane Lopes. Arqueologia e patrimônio em empreendimentos lineares: dutovias da indústria petrolífera no Espírito Santo. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (Org.). **Movimentos e sentidos**: arqueologia preventiva nos condutos do conhecimento. Juiz de Fora: EdUFJF, 2010. p. 17-32.

MACHADO, Christiane Lopes. **Caracterização arqueológica em áreas da Aracruz Celulose S/A no estado do Espírito Santo**. Relatório técnico. Processo 2007-016. Vitória, 2007.

MAFRA, Carolina Nogueira. **Evolução e cronologia da planície de cordões adjacentes ao delta do rio Doce, nordeste do Espírito Santo**. Relatório de pesquisa de iniciação científica. São Paulo, 2014.

MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José M. L.; FLEXOR, J. M. **Geologia do Quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro. Variation of coastal dynamics during the last 7000 years recorded in beach-ridge plains associated with river mouths: example from the central Brazilian coast. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, New York, v. 99, n. 1-2, p. 119-140, Nov. 1992. DOI: [https://doi.org/10.1016/0031-0182\(92\)90010-3](https://doi.org/10.1016/0031-0182(92)90010-3).

MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; FLEXOR, Jean-Marie. Shell middens as a source for additional information in Holocene shoreline and sea-level reconstruction: examples from the coast of Brazil. In: PLASSECHE, Orson van de (Ed.). **Sea-level research: a manual for the collection and evaluation of data**. Amsterdam: University of Amsterdam, 1986. p. 503-521.

ORSSICH, Adam. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, v. 6, n. 20, p. 73-120, jun.-ago. 1981 [1964].

PEROTA, Celso. **Pré-história do Espírito Santo**: os índios de Aracruz. Vitória: [s.n.], 1995.

PEROTA, Celso; BOTELHO, Walne Cassiano; ASSIS, Valeria Soares de; MOREIRA, Iara Gardenia Silva. O sítio "dunas de Itaúnas": considerações sobre a evolução holocênica no litoral do estado do Espírito Santo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 3., 1992, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: ABEQUA, 1992. p. 317-329.

PEROTA, Celso; BOTELHO, Walne Cassiano; DE MARCHI, Jozene Carla. Evolução da paisagem e transição cultural: estudos de arqueologia no litoral do estado do Espírito Santo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 1., 1987, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: ABEQUA, 1987. p. 479-485.

PEROTA, Celso. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do estado do Espírito Santo. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do 5º ano, 1969-1970. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 26, p. 127-139, fev. 1974.

PEROTA, Celso. O sítio arqueológico Campus 2. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, v. 3, n. 1-2, p. 39-45, set. 1972.

PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia norte Espírito-Santense. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do 4º ano, 1968-1969. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 15, p. 149-162, fev. 1971.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: EdUnB, 1992.

RAMSEY, Christopher Bronk. Bayesian analysis of radiocarbon dates. **Radiocarbon**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 337-360, Bi-monthly 2009. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033822200033865>.

REIMER, Paula J.; BARD, Edouard; BAYLISS, Alex; BECK, J. Warren; BLACKWELL, Paul G.; RAMSEY, Christopher Bronk; BUCK, Caitlin E.; CHENG, Hai; EDWARDS, R. Lawrence; FRIEDRICH, Michael; GROOTES, Pieter M.; GUILDERSON, Thomas P.; HAFLIDASON, Hafliði; HAJDAS, Irka; HATTÉ, Christine; HEATON, Timothy J.; HOFFMANN, Dirk L.; HOGG, Alan G.; HUGHEN, Konrad A.; KAISER, K. Felix; KROMER, Bernd; MANNING, Sturt W.; NIU, Mu; REIMER, Ron W.; RICHARDS, David A.; SCOTT, E. Marian; SOUTHERN, John R.; STAFF, Richard A.; TURNEY, Christian S. M.; VAN DER PLICHT, Johannes. IntCal13 and Marine13 radiocarbon age calibration curves 0-50,000 years cal BP. **Radiocarbon**, Cambridge, v. 55, n. 4, p. 1869-1887, Bi-monthly 2013. DOI: https://doi.org/10.2458/azu_js_rc.55.16947.

RIBEIRO, Priscila Cury; GIANNINI, Paulo César Fonseca; NASCIMENTO JR., Daniel Rodrigues do; SAYEG, Isaac Jamil. Vermetídeos fósseis em costões rochosos de Guarapari, ES: distribuição espacial, morfologia, mineralogia e $\delta^{18}\text{O}$. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 13., 2011, Búzios. **Anais...** Belo Horizonte: ABEQUA, 2011. Não paginado.

ROTHHAMMER, Francisco; DILLEHAY, Tom D. The late Pleistocene colonization of South America: an interdisciplinary perspective. **Annals Human Genetics**, Hoboken, v. 73, n. 5, p. 540-549, Sept. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1469-1809.2009.00537.x>.

SALLES CUNHA, Ernesto. Sambaquis de Vitória. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 20., 1968, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: SBPC, 1968. p. 455-456.

SALLES CUNHA, Ernesto. Patologia alvéolo-dentária do homem dos sambaquis de Vitória. Separata da: **Revista de Farmácia e Odontologia**, Rio de Janeiro, n. 264, p. 249-261, 1963.

SALLES CUNHA, Ernesto. Abrasões dentárias no homem dos sambaquis. **Revista do Sindicato de Odontologistas do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-9, 1960.

SALLES CUNHA, Ernesto. Patologia odonto-maxilar das populações dos sambaquis. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 348-418, 1959.

SANDWEISS, Daniel H. Terminal Pleistocene through Mid-Holocene archaeological sites as paleoclimatic archives for the Peruvian coast. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, Amsterdam, v. 194, n. 1-3, p. 23-40, May 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0031-0182\(03\)00270-0](https://doi.org/10.1016/S0031-0182(03)00270-0).

SCHEEL-YBERT, Rita. Antracologia: preservados pelo fogo. In: GASPAR, Maria Dulce; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila (Ed.). **Abordagens estratégicas em sambaquis**. Erechim: Habilis, 2013. p. 193-218.

SCHEEL-YBERT, Rita; KLÖKLER, Daniela; GASPAR, Maria Dulce; FIGUTI, Levy. Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 15-16, p. 139-163, sem. 2005-2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2006.89713>.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; DE MASI, Marco Aurélio Nadal; VERARDI, Ivone; LAVINA, Rodrigo; JACOBUS, André Luis. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: o sítio arqueológico da Armação do Sul. **Pesquisas-Série Antropologia**, São Leopoldo, n. 48, 1992.

SERRANO, Antonio. The Charrua. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1946. v. 1, p. 191-196. (Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin, 143).

SUGUIO, Kenitiro; MARTIN, Louis; FLEXOR, Jean-Marie. Paleoshorelines and the sambaquis of Brazil. In: JOHNSON, Lucille Lewis; STRIGHT, Melanie (Ed.). **Paleoshorelines and Prehistory**: an investigation of method. Boca Raton: CRC Press, 1992. p. 83-99.

SUGUIO, Kenitiro; MARTIN, Louis; BITTENCOURT, Abílio C. S. P.; DOMINGUEZ, José M. L.; FLEXOR, Jean-Marie; AZEVEDO, Antonio E. G. Flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário Superior ao longo do litoral brasileiro e suas implicações na sedimentação costeira. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 273-286, ago. 1985.



SUGUIO, Kenitiro; MARTIN, Louis; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Evolução da planície costeira do Rio Doce (ES) durante o Quaternário: influência das flutuações do nível do mar. In: SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL, 4., 1981, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEQUA, 1982. p. 93-116.

TEIXEIRA, João Luiz da Cunha. **A malha paralela no levantamento arqueológico regional**: um estudo de caso da planície litorânea do norte capixaba-Brasil. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VILLAGRAN, Ximena Suárez; GASPAS, Maria Dulce; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz. Primeiros estudos micromorfológicos em sambaquis da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro): sítio Sernambetiba sob o microscópio. In: RUBIN, Julio Cezar Rubin de; FAVIER DUBOIS, Cristian M.; SILVA, Rosiclé Theodoro da (Ed.). **Geoarqueologia na América do Sul**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015. p. 427-462.

VILLAGRAN, Ximena Suárez. A redefinition of waste: deconstructing shell and fish mound formation among coastal groups of southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, v. 36, p. 211-227, Dec. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2014.10.002>.

VILLAGRAN, Ximena Suárez. Estratigrafia e micro-estratigrafia de sambaquis. In: GASPAS, Maria Dulce; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila (Ed.). **Abordagens estratégicas em sambaquis**. Erechim: Habilis, 2013. p. 89-108.

VILLAGRAN, Ximena Suárez. **Geoarqueologia de um sambaqui monumental**: estratigrafias que falam. São Paulo: Annablume, 2010.

VILLAGRAN, Ximena Suárez; GIANNINI, Paulo C. F.; DEBLASIS, Paulo Antonio Dantas. Archaeofacies analysis: using depositional attributes to identify anthropic processes of deposition in a monumental shell mound of Santa Catarina State, southern Brazil. **Geoarchaeology-an International Journal**, Hoboken, v. 24, n. 3, p. 311-335, Apr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/gea.20269>.

Entre 'estruturas e pontas': o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional

Between 'pits and points': the archaeological context of the Upper Vale do Itajaí do Sul and the settlement of southern Brazil

Lucas Bond Reis^{1,II}, Fernando Silva de Almeida^I, Lucas Reis Bueno^I

^IUniversidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

^{II}The University of Arizona. Tucson, Arizona, Estados Unidos

Resumo: O artigo apresenta uma síntese do contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul, área serrana localizada entre o litoral e o planalto de Santa Catarina, a partir de uma revisão na literatura arqueológica e de dados obtidos em atividades de campo. Há mais de uma centena de sítios arqueológicos nesta área, indicando grande diversidade em termos de implantação, de conjunto artefactual, de cronologia e de associação cultural. A partir de uma comparação entre o contexto arqueológico desta área com áreas adjacentes, procuramos inserir a região do Alto Vale do Itajaí nas discussões mais amplas sobre processo de ocupação do Brasil meridional.

Palavras-chave: Itajaí do Sul. Jê meridionais. Tradição Umbu.

Abstract: This paper presents a summary of the archaeological context in the Upper Itajaí do Sul Valley, an area located between the coast and the Santa Catarina plateau, based on a review of archaeological literature and data obtained from field activities. There are more than a hundred archeological sites in this area, suggesting great diversity in terms of settlement, artifact assemblages, chronology, and cultural association. By comparing the archaeological context of this area with adjacent areas, an attempt is made to insert the Upper Itajaí do Sul Valley into broader discussions about the occupation process of southern Brazil.

Keywords: Itajaí do Sul. Southern Jê. Umbu tradition.

REIS, Lucas Bond; ALMEIDA, Fernando Silva de; BUENO, Lucas Reis. Entre 'estruturas e pontas': o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 597-623, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300007>.

Autor para correspondência: Lucas Bond Reis. Universidade Federal de Santa Catarina. Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia. Campus Universitário Trindade, s/n. Florianópolis, SC, Brasil. CEP 88040-900 (lucasbondreis@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5897-1721>.

Recebido em 05/04/2018

Aprovado em 04/07/2018



INTRODUÇÃO

Desde meados do século XIX, com as primeiras pesquisas sistemáticas em sítios arqueológicos, a região Sul chamou atenção de estudiosos e de pesquisadores, desempenhando papel central no desenvolvimento da disciplina no Brasil (Mendonça de Souza, 1991). Este interesse esteve voltado durante muito tempo para a ocupação litorânea, com estudos sobre sambaquis (Barreto, 1999-2000). Ao longo do século XX, com o incremento das pesquisas arqueológicas no país, outros temas surgiram, entre os quais destaca-se o interesse pelas pontas de projétil, pela ocupação de grupos caçadores-coletores em áreas de florestas e campo aberto e pelos sítios cerâmicos, que, no caso do Sul do Brasil, estariam associados a uma ocupação vinculada a povos Tupi, mais especificamente grupos Guarani (Noelli, 1999-2000). Com estes temas, ganhavam destaque os vales de rios de grande porte e a faixa litorânea.

A partir da segunda metade do século XX, com a descoberta de vários sítios arqueológicos marcados pela presença de estruturas subterrâneas, o planalto meridional começou também a assumir papel de destaque nas pesquisas realizadas na região Sul do país (Reis, 2015). Com este desenvolvimento, a arqueologia do Sul do Brasil, de certa forma, consolidou categorias de análise e de classificação, associando-as a compartimentos da paisagem regional, construindo, com raras exceções, visões um tanto monolíticas com relação à dinâmica trajetória histórica de ocupação, de interação e de transformação cultural, desenvolvida nesta região das terras baixas sul-americanas ao longo do Holoceno. Estas categorizações geraram, entre outros fatores, ausência de pesquisas para toda área do Sul do Brasil, a qual corresponde à encosta, que abarca toda a borda ocidental das serras Geral e do Mar. Nesta área, apesar da exiguidade de trabalhos, encontramos grande diversidade de sítios, entre os quais podemos mencionar, por exemplo, sambaquis, estruturas subterrâneas, sítios com montículos, estruturas anelares, abrigos sob rochas e sítios líticos com distintas composições (Rohr, 1984; Piazza, 1966; Schmitz, 1991).

Apresentamos, neste artigo, uma síntese de informações acerca do contexto arqueológico no Alto Vale do Itajaí do Sul, área serrana localizada entre o litoral e o planalto de Santa Catarina, a partir de uma revisão na literatura arqueológica e de dados obtidos em atividades de campo, com vistas a contribuir para este debate, chamando a atenção para a área de encosta de Santa Catarina e para a necessidade de discussões relativas a processos de interação cultural.

O ALTO VALE DO RIO ITAJAÍ DO SUL

O vale do rio Itajaí consiste na maior bacia hidrográfica de Santa Catarina, a principal da vertente atlântica. O mais volumoso curso d'água desta bacia é o Itajaí-açu, o qual tem os rios Itajaí do Norte, Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul como principais afluentes.

O rio Itajaí do Sul, mais especificamente, possui uma extensão de 84 km, sendo que suas águas percorrem os municípios de Alfredo Wagner, Ituporanga e Aurora até chegar à cidade de Rio do Sul, onde se encontra com o rio Itajaí do Oeste, formando, assim, o Itajaí-açu.

A área que denominamos como Alto Vale do Rio Itajaí do Sul consiste, em síntese, no território municipal de Alfredo Wagner. O rio Itajaí do Sul tem sua origem no encontro dos rios Adaga e Caeté, ocorrendo nas proximidades da área central do município.

Benedet et al. (2008) mostram que a geomorfologia local pode ser sintetizada em duas unidades. A primeira, classificada como patamares do alto rio Itajaí, predomina na área municipal, sendo que consiste em “[...] escarpas, interrompidas por patamares, alternando-se, encostas e patamares até a paisagem estabilizar-se em relevo plano/ondulado nos vales abertos dos rios [...]” (Benedet et al., 2008, p. 84), composta, essencialmente, por litologia sedimentar. Entrementes, por ocasião do relevo encaixado, percebe-se a exposição do embasamento cristalino no fundo dos vales. Esta unidade apresenta grande amplitude altimétrica entre o topo dos morros e os fundos dos vales (Benedet et al., 2008). A segunda, denominada de planalto

de Lages, concentra-se no limite sudoeste de Alfredo Wagner, onde a altitude predominante fica entre 850 e 900 m. Essa unidade tem suas vertentes direcionadas para o interior, com deságue no rio Canoas.

Quanto à vegetação, duas formações são predominantes: Mata Atlântica (floresta ombrófila densa) e Mata de Araucárias (floresta ombrófila mista). Enquanto que a primeira se faz presente, sobretudo, nas altitudes mais baixas, a segunda é percebida nas áreas de maiores cotas altimétricas.

HISTÓRICO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

Poucas foram as atividades sistemáticas de pesquisa arqueológica realizadas nessa porção da serra catarinense, há, no entanto, mais de cem sítios arqueológicos identificados nessa área. Essa amostra é resultado de estudos pontuais, realizados principalmente ao longo da segunda metade do século XX, mas se deve, sobretudo, a informações coletadas pelo Sr. Altair Wagner, morador da região, interessado pela preservação e pela promoção do patrimônio arqueológico local (Wagner, 2002).

O primeiro levantamento de informações acerca da existência de sítios arqueológicos em Alfredo Wagner foi realizado por Walter Piazza, no início da década de 1960. Conforme anotações existentes em diário de campo do pesquisador, em junho de 1966, três sítios foram catalogados no município. As informações sobre cada contexto também foram sistematizadas e apresentadas em texto elaborado pelo pesquisador, intitulado “Memória arqueológica sobre o Vale do Itajaí (Santa Catarina - Brasil)”¹. Os sítios registrados por Piazza (1966) foram SC-VI-13, SC-VI-14 - Gruta do Barro Branco e SC-VI-15 - Gruta da Lomba Alta.

No ano seguinte, Rohr (1967) apresentou os resultados das primeiras intervenções sistemáticas feitas em dois sítios arqueológicos neste município: SC-VI-13 e em um sítio composto por nove montículos, na localidade de Demora, não registrado anteriormente.

Posteriormente, Rohr (1971, 1984) noticiou, de forma inédita, informações acerca da presença de estruturas subterrâneas em Alfredo Wagner, por meio do registro de dois sítios: SC-Alfredo Wagner-4 – composto por duas depressões no solo, com 3 e 5 m de diâmetro por 2,5 m de profundidade, em que Rohr (1971) coletou líticos lascados e polidos em uma trincheira – e SC-Alfredo Wagner-6 – também composto por duas concavidades no solo, mas com 6 a 7 m de diâmetro por 4 m de profundidade, sendo que não foram feitas intervenções neste sítio.

Em 1972, Alroíno Eble, professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e arqueólogo no Museu Universitário (atual MARquE/UFSC), iniciou um projeto de prospecção arqueológica no Alto Vale do Itajaí. Conforme o pesquisador, “[...] num total de sessenta dias de trabalhos de campo foram prospectados mais de uma centena de sítios arqueológicos [...]” (Eble, 1973b, p. 70). Contudo, infelizmente nenhum mapa ou catálogo dos sítios identificados foi gerado ou ao menos encontra-se disponível no acervo do MARquE. Cruzando dados a partir da documentação disponível (Eble, 1973a, 1973b)², foi possível, no entanto, identificar coleções de dois sítios trabalhados por Eble (1973a, 1973b), localizados no Alto Vale do Itajaí do Sul: SC-VI-25 - Alto Jararaca, cuja coleção é composta, exclusivamente, por vestígios líticos – e SC-VI-33 - Alto Jararaca II – abrigo sob-rochas, cuja coleção é composta somente por remanescentes ósseos humanos.

¹ Ambos, diário e texto, integram hoje o acervo documental do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC).

² No acervo do MARquE/UFSC, há listas com a nomenclatura dos sítios arqueológicos que tomam por base as coleções compiladas por pesquisadores diversos, as quais seguem a padronização utilizada por Piazza (1966), e constam também tabelas com informações sobre os materiais que compõem as coleções. Desse modo, considerando que a sigla VI significa Vale do Itajaí, e que há semelhança entre nomes de sítios e de cursos de água ou localidades de Alfredo Wagner, por meio de uma atividade dedutiva, acreditamos que as coleções de dois sítios estejam relacionadas a contextos situados no município: SC-VI-25 - Alto Jararaca e SC-VI-33 - Alto Jararaca II.

Desde o início da década de 1990, o engenheiro Wagner (2002) efetuou um amplo levantamento arqueológico em Alfredo Wagner, visando identificar e listar vestígios descobertos por moradores, bem como realizou uma atividade de conscientização acerca da preservação do patrimônio arqueológico junto à comunidade. Como resultado, o pesquisador publicou uma lista contendo informações sobre 160 possíveis sítios arqueológicos³, entre os quais constam galerias subterrâneas (seis), abrigos sob rochas⁴ (54), 'manchas pretas' (60) e 'casas subterrâneas' (42).

As atividades desenvolvidas por Wagner (2002) resultaram também na fundação do Museu de Arqueologia de Lomba Alta. Centenas de pontas de projétil e de artefatos lascados, polidos e picoteados compõem a maior parte do acervo deste museu. Em meio aos artefatos expostos, um chama a atenção, por ocasião da sua excepcionalidade: um zoólito esculpido no formato de baleia, que foi localizado em Campinho, no interior do município. Há, ainda, uma coleção de remanescentes ósseos humanos, coletados em abrigos sob rochas situados em Alfredo Wagner, e fragmento cerâmico com decoração corrugada – característica de grupos Guarani

–, também coletado no município. Recentemente, a instituição recebeu doação de centenas de fragmentos cerâmicos Guarani, coletados no litoral catarinense por Guilherme Tiburtius.

A partir das informações compiladas por meio de bibliografia e da observação do acervo do museu – que demonstra a diversidade de artefatos já encontrados na região –, optamos por complementar a busca por informações por meio da realização de atividades em campo. Assim, em 2013, a equipe do LEIA/UFSC (2018) iniciou as primeiras atividades de pesquisa em Alfredo Wagner.

Em um primeiro momento, as atividades consistiram no reconhecimento de sítios arqueológicos em campo, sem a realização de intervenções. A partir de 2014, além do reconhecimento, começamos a trabalhar de forma mais intensiva em sítios selecionados e passamos a desenvolver prospecções interventivas na área (Reis, 2015; Almeida, 2015, 2017; Reis et al., 2018).

Como resultado dessas atividades, 38 sítios foram prospectados com ou sem a realização de intervenções, sendo que quatro deles foram escavados: Chapadão Paulo Saturno; Alfredo Henrique Wagner; SC-VI-13/sítio de Alfredo Wagner; e Tobias Wagner (Quadro 1 e Figura 1).

Quadro 1. Sítios prospectados pela equipe LEIA/UFSC em Alfredo Wagner. (Continua)

Número	Sítio ⁵	Coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM), zona 22J		Tipo	Atividade realizada	Referências
		X	Y			
1	Adilson Lopes	656751	6944439	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Almeida (2017)
2	Adolfo Steinhauser	664105	6937157	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis et al. (2018)
3	Águas Negras	669179	6942203	Abrigo sob rochas	Reconhecimento	Wagner (2002); Almeida (2017)
4	Alexandre	654078	6944218	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Almeida (2017)

³ Alguns foram reconhecidos em campo pela equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia/Universidade Federal de Santa Catarina (LEIA/UFSC), conforme o Quadro 1.

⁴ Wagner (2002, p. 58-59) registrou cavidades rochosas em geral, sem que existissem, necessariamente, vestígios arqueológicos: "Nos abrigos quase sempre encontram-se vestígios de ocupação pelo índio [...]. Nosso objetivo, no momento é cadastrá-las junto ao IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], e com isso assegurar a pesquisa e protegê-la da destruição".

⁵ A nomenclatura adotada tem como critério a menção mais antiga em bibliografia.

Quadro 1.

(Continua)

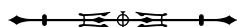
Número	Sítio	Coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM), zona 22J		Tipo	Atividade realizada	Referências
		X	Y			
5	Alfredo Henrique Wagner	659268	6931332	Lítico a céu aberto	Escavação	Wagner (2002); Reis (2015); Almeida (2017)
6	Argentino	662136	6931732	Abrigo sob rochas	Reconhecimento	Almeida (2017)
7	Aristides Gukert	655384	6931451	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis et al. (2018)
8	Arni Mariotti	656956	6938935	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Almeida (2017)
9	Balcino Wagner	663677	6935447	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Wagner (2002); Almeida (2017)
10	Caeté	667317	6931296	Abrigo sob rochas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis (2015)
11	Catuíra	657571	6939984	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Wagner (2002); Almeida (2017)
12	Chapadão Paulo Saturno	655720	6946290	Lítico a céu aberto	Escavação	Wagner (2002); Almeida (2017)
13	Demora	663734	6936478	Montículos	Reconhecimento	Rohr (1967); Reis et al. (2018)
14	Dionleno Mariotti	658345	6941624	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Almeida (2017)
15	Edgar Wagner	663399	6934945	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis (2015); Almeida (2017)
16	George Wagner	658313	6935050	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis et al. (2018)
17	Indiozinho	660324	6928181	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Wagner (2002); Almeida (2017)
18	Jacó Schüller	658287	6929511	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis et al. (2018)
19	Jairo Wagner	658682	6929882	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis et al. (2018)
20	José Wagner I	659084	6929592	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis (2015)
21	José Wagner II	658721	6928289	Lítico a céu aberto	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis (2015); Almeida (2017)
22	Lauro Mariotti	663416	6928431	Abrigo sob rochas	Reconhecimento	Wagner (2002); Almeida (2017)



Quadro 1.

(Conclusão)

Número	Sítio	Coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM), zona 22J		Tipo	Atividade realizada	Referências
		X	Y			
23	Lomba Alta II	658466	6930949	Abrigo sob rochas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis (2015)
24	Poço Certo	658709	6933027	Lítico a céu aberto	Registro	Reis (2015)
25	Poço Certo II	658667	6933283	Estruturas subterrâneas	Registro	Reis (2015)
26	Rio Caixão I	655831	6931701	Estruturas subterrâneas	Registro	Reis (2015)
27	Rio Caixão II	656589	6931185	Estruturas subterrâneas	Registro	Reis et al. (2018)
28	Rio São João I	659047	6928849	Abrigo sob rochas	Registro	Reis (2015)
29	Riozinho	655944	6935716	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Wagner (2002); Reis (2015); Almeida (2017)
30	Santília Schmidt Wagner	657722	6934998	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis et al. (2018)
31	São Leonardo	677530	6937201	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Almeida (2017)
32	SC-Alfredo Wagner-6	658509	6933310	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Rohr (1984); Wagner (2002); Reis (2015)
33	SC-Alfredo Wagner-4	663430	6935037	Estruturas subterrâneas	Reconhecimento	Rohr (1984); Wagner (2002); Reis (2015)
34	SC-VI-13 - Sítio de Alfredo Wagner	663440	6934936	Lítico a céu aberto	Escavação	Piazza (1966); Rohr (1984); Wagner (2002); Reis (2015); Almeida (2017)
35	SC-VI-15 - Lomba Alta	658356	6933537	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Piazza (1966); Rohr (1971, 1984); Wagner (2002); Reis (2015); Almeida (2017)
36	SC-VI-33 - Alto Jararaca II	659329	6943251	Abrigo sob rochas	Prospecção interventiva	Eble (1973a, 1973b); De Masi (2001); Almeida (2017)
37	Serra do Tio Zezé	658648	6928135	Abrigo sob rochas	Reconhecimento	Wagner (2002); Reis (2015)
38	Tobias Wagner	658458	6932788	Estruturas subterrâneas	Escavação	Wagner (2002); Reis (2015)



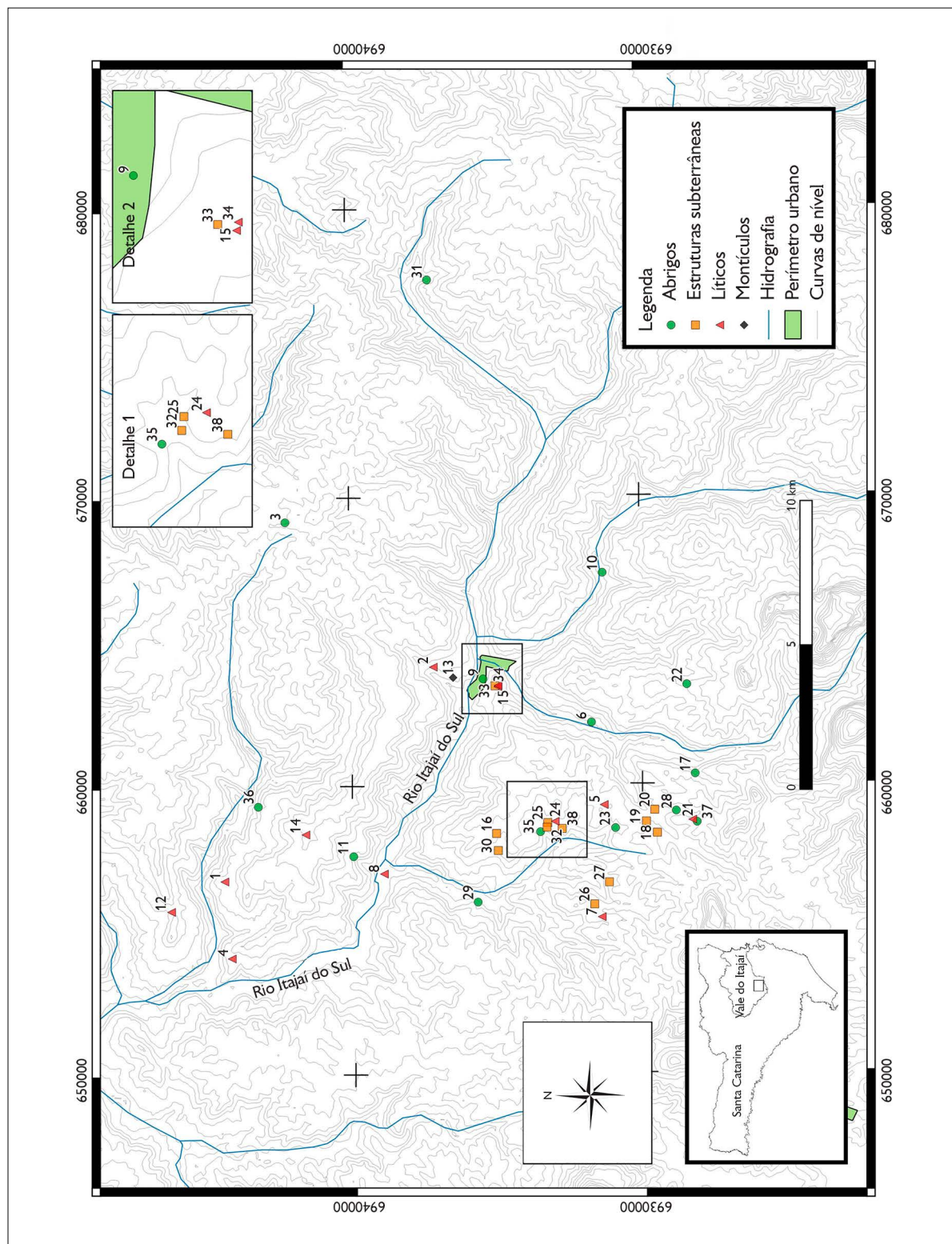


Figura 1. Mapa com os sítios arqueológicos registrados, prospectados e escavados na região de Alfredo Wagner, no Alto Vale do Itajaí do Sul. Mapa elaborado por: Fernando Almeida, por meio de QGIS (2018).

O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ DO SUL

Aliando o conjunto de informações apresentadas no item anterior, vemos que há quatro categorias de sítios identificadas na região: sítios líticos a céu aberto – também denominados de 'mancha preta' por Wagner (2002) –; abrigos sob rochas – com tamanho e morfologias variados –; sítios compostos por estruturas

subterrâneas; e um sítio composto por montículos. Na Figura 2, constam imagens que exemplificam essas categorias de sítios, excetuando-se o caso do sítio de montículos, que não apresenta mais os aterros por ocasião de atividades antrópicas recentes.

A seguir, serão apresentadas essas categorias, a fim de que, no tópico seguinte, seja discutido o processo de ocupação da área.

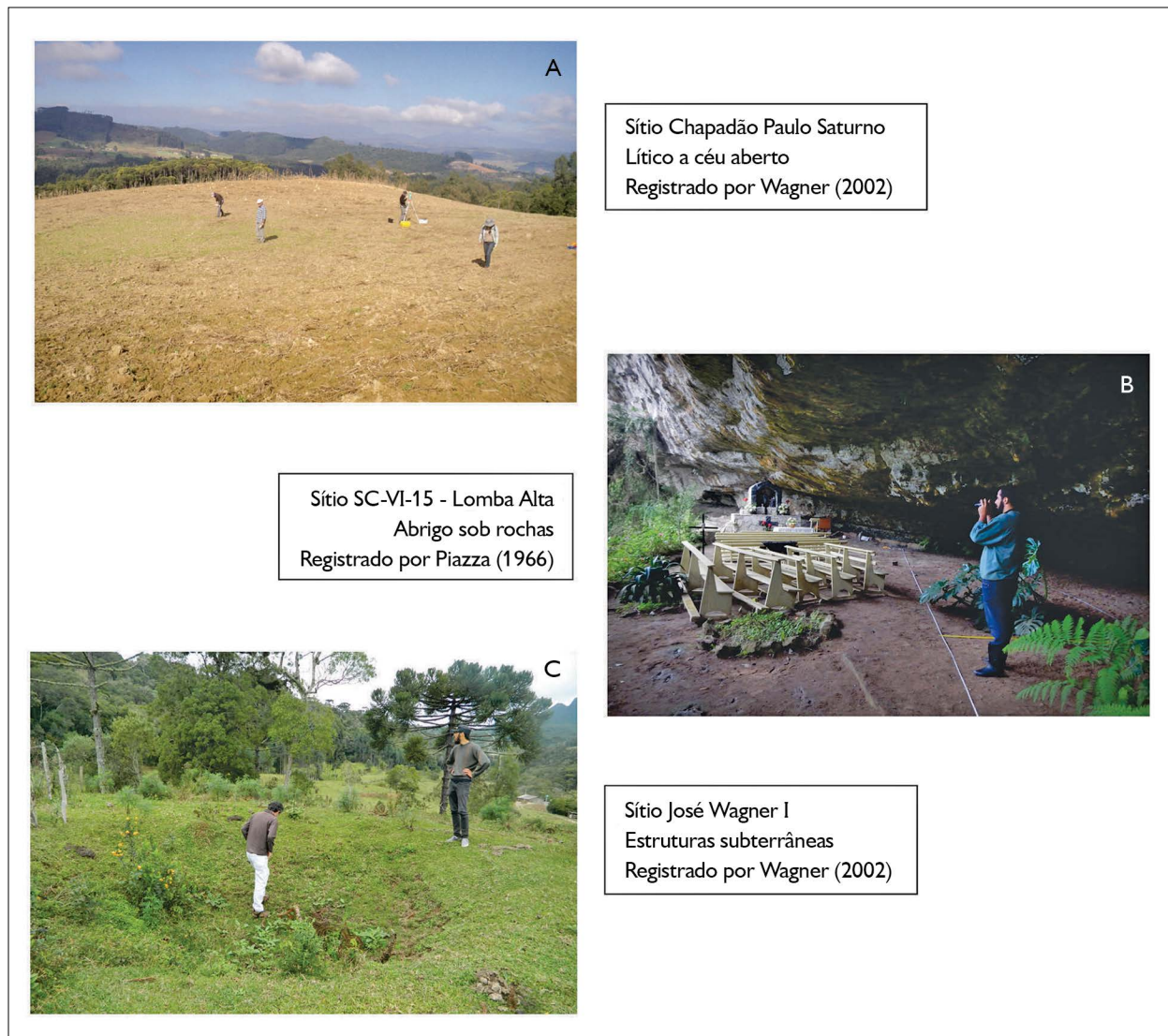


Figura 2. Tipos de sítios arqueológicos registrados no Alto Vale do Itajaí do Sul: A) Sítio Chapadão Paulo Saturno – lítico a céu aberto; B) Sítio SC-VI-15 - Lomba Alta – abrigo sob rochas; C) Sítio José Wagner I – estruturas subterrâneas. Fonte: acervo do LEIA/UFSC. Fotos efetuadas em 2017, 2015 e 2014, respectivamente. Prancha elaborada por Lucas Bond Reis (2018).

OS SÍTIOS LÍTICOS A CÉU ABERTO

Os sítios líticos aparecem preferencialmente próximos às cabeceiras dos principais afluentes do rio Itajaí do Sul ou em locais próximos a esses afluentes, em áreas de vertente/patamares de vertente. Raramente, há ocorrência de sítios também em fundo de vale.

Apesar da grande quantidade de pontas de projétil presente no acervo do Museu de Arqueologia de Lomba Alta e da referência constante por parte dos moradores da região a este tipo de artefato, nem todos os sítios classificados como 'líticos a céu aberto' apresentam em suas coleções este tipo de vestígio (Piazza, 1966; Eble, 1973a, 1973b; Wagner, 2002; Reis, 2015; Almeida, 2017). Dos 60 sítios líticos identificados por Wagner (2002), sabe-se que ao menos 13 apresentam pontas de projétil em suas coleções, sendo que, para os demais, a informação disponível refere-se à presença de vestígios, de fragmentos, de artefatos, sem mais especificações

No sítio SC-VI-13, por exemplo, apesar de Piazza (1966) indicar a presença de pontas de projétil no momento de registro do sítio, tais artefatos não aparecem na coleção resultante das escavações de Rohr (1967). O arqueólogo percebeu duas camadas de ocupação pré-colonial em diferentes profundidades: 80 e 60 cm. Na primeira, encontrou líticos e vestígios de madeira em decomposição. Na segunda, identificou grande volume de seixos rolados, artefatos líticos, artefatos em madeira, trançados de fibra de Imbé, cascas de árvores e carvão (Rohr, 1967).

As duas camadas de ocupação identificadas por Rohr (1967) nesse sítio apresentam artefatos líticos semelhantes no que concerne à função e às técnicas de transformação do suporte (lascamento, polimento e/ou picoteamento), variando apenas no que diz respeito à frequência (há maior número de artefatos na camada superior). Conforme descrição de Rohr (1967, p. 9):

Entre os artefatos líticos, destacavam-se machados líticos, batedores, amoladores, quebra-coquinhos, pequenas lascas de sílex, núcleos etc. Havia machados de corte alisado, preparados a partir

de seixos rolados pelas águas, a maioria deles com evidências de encabamento. Outros machados de corte alisado possuíam cabo solidário; fabricados a partir de prismas alongados e achatados de diabásio.

Segundo Rohr (1967), todos os artefatos líticos foram produzidos a partir de seixos. Em geral, os machados apresentam evidências de lascamento e de polimento, entalhe para encabamento e foram produzidos em diabásio. Acerca dos amoladores, o pesquisador menciona artefatos em basalto e em arenito, sendo identificados por essa função por apresentarem “[...] partes da superfície mais ou menos polidas ou côncavas, em decorrência do desgaste, provocado pelo uso [...]” (Rohr, 1967, p. 17). Os demais tipos de artefatos não são descritos quanto ao tipo de matéria-prima, apenas quanto à função e à forma. A maior parte dos quebra-coquinhos encontrados apresenta a depressão característica em apenas uma das faces, excetuando-se uma peça coletada na camada mais profunda, que contém concavidades em duas faces. Os batedores são percebidos por essa função devido à presença de evidências de desgaste nas extremidades. Há, ainda, uma categoria denominada de miscelânea, a qual compreende artefatos que “[...] apresentam sinais de desbastamento e lascamento em uma ou mais arestas, sendo, no entanto, difícil determinar-lhes a função [...]” (Rohr, 1967, p. 18).

No que tange aos artefatos em fibra e madeira, o pesquisador relata que:

[...] havia belíssimos e finos trançados de fibra de Imbé, que faziam parte de cestinha e duas espirais de fibra de Imbé, que revestiam pontas de arco [...]. Foram encontrados dois artefatos de madeira, superficialmente decompostos, feitos de nós de pinho. Possuíam forma de pregos, de cabeça esférica, de quatro centímetros de espessura. Possuíam quinze a dezesseis centímetros de comprimento. (Rohr, 1967, p. 10).

Para o sítio SC-VI-25, identificado por Eble (1973a, 1973b) e analisado por Farias (2005), os dados apresentados pela pesquisadora indicam a seguinte composição da

coleção: 14 artefatos, nove lascas, três núcleos, um detrito, 30 blocos naturais e 27 artefatos polidos.

Ao longo dos últimos dois anos, a equipe do LEIA fez intervenções em três sítios líticos no município de Alfredo Wagner: SC-VI-13, Alfredo Henrique Wagner e Chapadão Paulo Saturno, bem como reconheceu ou registrou outros oito sítios (Adilson Lopes, Adolfo Steinhäuser, Alexandre, Aristides Gukert, Arni Mariotti, Dionleno Mariotti, Edgar Wagner e José Wagner II).

Entre os sítios escavados, o Alfredo Henrique Wagner localiza-se em uma área de topo. Nesse local, foram encontradas dezenas de pontas bifaciais em uma área de, aproximadamente, 100 m², coletadas pelo proprietário do terreno, o Sr. Lauro Cunha. Nesse sítio, realizamos duas intervenções, abrindo três unidades de 1 m² e uma unidade de 2 m², escavadas em níveis artificiais. As escavações atingiram a profundidade de 40 cm. O material arqueológico concentrava-se nas primeiras camadas. Não identificamos nenhuma feição indicadora de estruturação espacial na distribuição dos vestígios. Após os trabalhos de campo, realizamos uma análise preliminar dos materiais coletados durante a intervenção e analisamos a coleção particular de pontas de projétil provenientes do mesmo sítio, coletadas pelo Sr. Lauro.

A maioria dos instrumentos identificados no sítio Alfredo Henrique Wagner trata-se de pontas de projétil, mas identificamos também lascas retocadas e um instrumento unifacial. Os instrumentos foram produzidos principalmente a partir da exploração de sílex (46%), quartzo leitoso (15%) e arenito silicificado (10%), obtidos a partir de blocos e, em alguns casos, em seixos, enquanto o restante dos materiais foi produzido em arenito, quartzo hialino, calcedônia e rochas vulcânicas (29%).

Através de uma classificação ainda exploratória das pontas bifaciais, tanto da coleção particular quanto das coletadas durante a escavação, elas foram agrupadas em quatro categorias, tendo como elemento principal de diferenciação a morfologia do pedúnculo: pontas de pedúnculo bifurcado, convexo, reto e apedunculadas.

Em todas as categorias, é possível encontrar bordas serrilhadas. A partir da existência de uma grande variabilidade de matérias-primas, de formas e de tamanhos de pontas de projétil, verificamos que essas quatro categorias estavam presentes em praticamente todas as pontas analisadas, sendo este o critério utilizado para a sua classificação.

Diferentes autores que trabalham com as variações tecnológicas associadas à formação dos pedúnculos argumentam que as alterações entre esses pedúnculos podem ser interpretadas como estilísticas e seriam relacionadas a variações culturais, porém, essas diferenças também podem ser interpretadas como funcionais, sendo criadas pela necessidade de encabamento ou de reavivagem de pontas de projétil (Dias, 2003; Okumura; Araujo, 2014; Suárez, 2016).

No sítio Alfredo Henrique Wagner, as pontas de sílex, de arenito silicificado e de quartzo foram produzidas a partir de esquemas operatórios que não variam conforme o tipo de pedúnculo, já que este geralmente aparece nas etapas finais. Não percebemos uma preferência pela manufatura de determinada categoria conforme a matéria-prima, apesar de termos encontrado um bom número de peças em arenito silicificado com o pedúnculo convexo.

Reforçando ainda a classificação dos tipos de pedúnculo, foram observadas 429 pontas de projétil que fazem parte da coleção do Museu de Arqueologia de Lomba Alta pertencentes a sítios localizados no município de Alfredo Wagner (Figura 3). Os resultados da análise indicam a utilização das mesmas matérias-primas, sendo o sílex a mais utilizada, seguido do quartzo e do arenito silicificado. Grande parte das pontas enquadra-se nas categorias criadas para o sítio Alfredo Henrique Wagner, demonstrando a semelhança presente nos instrumentos líticos da região.

As pontas de projétil em sílex do sítio Alfredo Henrique Wagner foram produzidas principalmente a partir da exploração inicial dos suportes por percussão bipolar, seguida do lascamento unipolar, enquanto os instrumentos em arenito silicificado e em quartzo



Figura 3. Pontas de projétil encontradas na região de Alfredo Wagner. Fonte: Museu de Arqueologia de Lomba Alta. Fotos e montagem: Fernando de Almeida (2018).

leitoso foram produzidos unicamente por percussão unipolar. Estes podem ser caracterizados pela retirada de lascas com morfologias pré-determinadas, e por duas sequências operatórias, identificadas pelo lascamento inicial da face dorsal da lasca, seguido do lascamento bifacial. Em muitos casos, foi possível observar que o pedúnculo das pontas corresponde à parte proximal da lasca unipolar, independentemente do tipo dele. Já nas pontas da coleção do Museu de Arqueologia de Lomba Alta foi possível observar a utilização de lascas unipolares como suporte para a produção em algumas peças.

O sítio Chapadão Paulo Saturno, localizado em uma área de topo na bacia hidrográfica do rio Jararaca, afluente do rio Itajaí do Sul, diferencia-se dos demais pela magnitude da coleção, apresentando alta densidade de materiais arqueológicos, tanto em superfície quanto em subsuperfície. Outra configuração peculiar é a existência de material lítico em profundidade, embora em baixa densidade nos níveis mais profundos. Com relação às pontas, o que chama a atenção é o fato de haver vestígios

possivelmente relacionados a diferentes etapas da cadeia operatória, indicando ser este um local de produção e de descarte de pontas de projétil.

Segundo Wagner (2002), nesse local haveria dois sítios arqueológicos (Lúcio da Silva e Arnaldo Leopoldo Silva), contudo, ao realizarmos caminhamentos sistemáticos no terreno, encontramos materiais líticos em uma área de aproximadamente 700 m², verificando que se trata de um único sítio. A abertura de uma área de escavação com 2 m² e 90 cm de profundidade proporcionou a identificação de material arqueológico até os 70 cm de profundidade, em concordância com o resultado das tradagens que evidenciaram material lítico à profundidade de até 1 m. Essa atividade, somada à coleta de superfície realizada no sítio, gerou uma coleção de aproximadamente 2.000 vestígios arqueológicos.

Embora não tenhamos realizado intervenções, o sítio Alexandre foi visitado, e observou-se que lá foram coletadas pelos moradores dezenas de pontas de projétil durante as atividades agrícolas. O sítio localiza-se em um patamar de vertente, próximo à confluência dos rios Jararaca e Itajaí do Sul. No terreno, foi possível observar grande quantidade de lascas, principalmente produzidas a partir da exploração de quartzo leitoso e sílex. Os proprietários do terreno fizeram uma doação de dezenove pontas de projétil, as quais foram produzidas em quartzo leitoso e sílex e possuem características similares ao contexto evidenciado no sítio Alfredo Henrique Wagner.

Além da preferência por área de topo, não foi possível, ainda, perceber nenhuma correlação entre tamanho, implantação do sítio e composição artefactual.

Um ponto que merece menção diz respeito à caracterização de alguns destes sítios como ‘mancha preta’. Ainda não foi possível identificar um padrão claro para essa caracterização, uma vez que há bastante variação com relação ao tamanho das áreas nas quais essas manchas aparecem, assim como diferenças com relação à intensidade da coloração, da composição artefactual e da área de implantação. Outro ponto diz respeito à intensidade da

atuação agrícola, responsável por interferir de forma significativa nos sítios identificados nas décadas de 60 a 80, os quais foram definidos pela presença destas marcas.

Outra variação entre os sítios, conforme mencionamos, diz respeito à composição dos vestígios líticos, que engloba, além das pontas de projétil, artefatos diversos, como os instrumentos bifaciais de grande porte, unifaciais e polidos, lascas retocadas, bem como inúmeros resíduos de lascamento associados à produção desses instrumentos, como lascas, núcleos e detritos. Há sítios onde está presente praticamente toda essa diversidade de vestígios, assim como há aqueles nos quais encontramos apenas parte deste repertório.

Estariam estes sítios associados sincronicamente ou seriam eles resultados da diacronia no processo de ocupação da área?

OS ABRIGOS SOB ROCHAS

Os abrigos sob rochas que existem em Alfredo Wagner fazem parte da formação que constitui a sequência da bacia do Paraná, preenchida por rochas sedimentares e vulcânicas (Schröder, 2005). Eles foram formados a partir de processos erosivos, causados por diferentes fatores, e entre eles destacam-se a erosão mecânica pela ação da água corrente, a erosão diferencial, que atinge camadas litológicas de diferentes naturezas, as diaclases, causadas por movimentos tectônicos, e o desmoronamento (Schröder, 2005).

Os abrigos sob rochas identificados no município aparecem em bom número nos paredões rochosos localizados nas áreas de encosta, próximos aos vales do rio Itajaí do Sul, bem como de seus principais afluentes. Além disso, aparecem também em áreas mais elevadas, embora em menor quantidade.

Os trabalhos desenvolvidos pela equipe do LEIA em abrigos sob rochas em Alfredo Wagner envolveram a realização de prospecção interventiva através de tradagens. Ao todo, foram visitados e/ou prospectados nove abrigos sob rochas. A maioria não possuía sedimentação, o

que impediu a execução de tradagens (Águas Negras, Argentino, Lauro Mariotti). Nos casos onde essa atividade foi possível, o trado alcançava no máximo 40 cm de profundidade (Riozinho, Indiozinho, São Leonardo). Somente nos abrigos Catuíra, SC-VI-33 - Alto Jararaca II e SC-VI-15 - Lomba Alta foi possível obter mais dados sobre a estratificação, apesar de não terem sido encontrados vestígios arqueológicos.

O abrigo Catuíra, de formação arenítica, localiza-se no distrito de Catuíra, no município de Alfredo Wagner. Ao longo da atividade, encontramos inúmeros blocos de arenito de pequeno, médio e grande porte em subsuperfície (todos sem sinais de modificação), presentes em toda a estratificação e em todas as tradagens. A presença dessas rochas foi frequente em algumas áreas do abrigo, sendo a escavação encerrada logo nos primeiros níveis estratigráficos. Alcançamos uma grande profundidade somente em uma das tradagens – cerca de 80 cm –, verificando a existência de grande número de blocos rochosos de arenito e de um sedimento arenoso acinzentado em toda a estratificação.

O abrigo SC-VI-33 - Alto Jararaca II é de formação arenítica e se localiza na comunidade de Alto Jararaca, em Alfredo Wagner. Ele é composto por vegetação rasteira, com bastante sedimentação e piso levemente inclinado, sendo que algumas dessas características possibilitariam a identificação de vestígios arqueológicos enterrados. Em grande parte das tradagens realizadas, identificamos um sedimento húmico areno-argiloso nas camadas iniciais, contendo raízes; e no restante da estratificação, que alcançava até 80 cm em alguns pontos, era comum o aparecimento de blocos de arenito de pequeno e médio porte, provenientes do paredão rochoso ao fundo do abrigo.

O abrigo sob rochas SC-VI-15 - Lomba Alta localiza-se na comunidade de Poço Certo, em Lomba Alta, no município de Alfredo Wagner. O terreno no local foi parcialmente aterrado e planificado para a implementação de um oratório. Moradores locais afirmam que já foram encontrados vestígios arqueológicos nesse abrigo, porém,

devido à facilidade do acesso e da frequente visitação, bem como de seu uso para a celebração de missas, acredita-se que muitos vestígios já foram retirados do local. Nesse abrigo, foram planejadas 17 tradagens, entre as quais a grande maioria não ultrapassou os 10 cm de profundidade, devido à grande quantidade de rochas na estratificação. Contudo, em uma das tradagens, na porção mais preservada do abrigo, onde não houve aterramento, foi encontrado um fragmento cerâmico, que, apesar de diminuto, apresenta características da Tradição Taquara/Itararé.

Com relação aos remanescentes ósseos humanos do sítio em abrigo SC-VI-33 - Alto Jararaca II, De Masi (2001) coletou amostras para análise de isótopos de carbono ($^{13}/^{12}\text{C}$) e de nitrogênio ($^{15}/^{14}\text{N}$), bem como para datação. Como resultado do estudo isotópico, o pesquisador percebeu que a dieta do indivíduo analisado condiz com o esperado para caçadores-coletores do interior, ou seja, é predominantemente baseada em recursos terrestres e não apresenta indícios de adoção de alimentos cultivados.

Os vestígios ósseos humanos do sítio SC-VI-33 - Alto Jararaca II também foram analisados por Scherer (2015)⁶, sendo que, através da análise do número mínimo de indivíduos, ela identificou a presença de cinco indivíduos, sendo três adultos (um do sexo masculino e dois do sexo feminino, possivelmente) e duas crianças.

AS ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS

Em geral, os sítios compostos por estruturas subterrâneas localizados no Alto Vale do Itajaí do Sul estão localizados entre as cotas de 400 e 1.200 m de altitude, porém há maior recorrência entre 800 e 1.000 m. Reis (2015) percebeu dois padrões de implantação dos sítios de estruturas subterrâneas, conforme o relevo local.

O primeiro diz respeito aos sítios localizados em cadeias de morros, próximos às nascentes e aos cursos de água menores, ou seja, nos divisores de águas das microbacias hidrográficas. O segundo remete às estruturas subterrâneas situadas em patamares nas imediações da escarpa do vale dos grandes rios. Os dois padrões estão relacionados à ocupação da porção alta do município, tanto nos morros quanto em patamares.

A partir dos dados reunidos na literatura arqueológica (Rohr, 1971, 1984; Wagner, 2002) e das informações coletadas em campo (Reis, 2015; Reis et al., 2018), percebemos a existência de, pelo menos, 45 registros de sítios compostos por estruturas subterrâneas em Alfredo Wagner, sendo que no total somam 252 depressões arqueológicas. Os referidos contextos arqueológicos têm a seguinte variação de concavidades por sítio: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 15, 18 e 45. Assim, considerando o que se sabe até então, percebemos que há predomínio de sítios contendo uma a três unidades (45%) e quatro a oito (36%).

Em quatro sítios registrados por Wagner (2002) também constam informações sobre a existência de um aterro associado às estruturas subterrâneas, sendo que esses sítios possuem 1, 4, 7 e 45 concavidades arqueológicas, sendo todos localizados em cadeias de morros.

Entre 2014 e 2015, a equipe do LEIA realizou escavações em um sítio dessa categoria: sítio Tobias Wagner, localizado em um patamar de vertente, a cerca de 100 m da escarpa do vale do Arroio Lomba Alta, e em uma altitude média de 767 m em relação ao nível do mar. Ele é composto por 18 estruturas subterrâneas – aparentemente dispostas em um padrão circular ou elíptico no entorno do patamar da vertente em que se localizam –, além de apresentar feições e ocorrências esparsas em superfície. Os vestígios estão dispersos em uma área de,

⁶ Conforme identificação feita por Scherer (2015, p. 306), a coleção é composta por: “[...] 02 fêmures direitos quebrados; 03 tíbias direitas quebradas; 04 tíbias esquerdas quebradas (uma delas infantil); 01 talus direito; 4 metatarsal direito; 02 ossos do quadril direito quebrados (ílio e ísquio); 01 ílio direito quebrado; 03 ílaços esquerdos quebrados; 03 úmeros direitos quebrados; 03 úmeros esquerdos quebrados; 01 rádio esquerdo quebrado; 02 escápulas direitas quebradas; 02 escápulas esquerdas quebradas; 08 fragmentos de costelas; 01 vértebra torácica; 02 fragmentos de crânio; 01 mandíbula quebrada (recém-nascido); 19 fragmentos de ossos longos; 07 fragmentos ósseos diversos”.

aproximadamente, 2.000 m². Parte do sítio é encoberta por Mata Atlântica, sob o restante há plantação de *Pinus elliottii* Engelm.

Três estruturas subterrâneas e uma feição em superfície (denominada de área 1) sofreram intervenções, totalizando 10,25 m² de área escavada do plano superficial. Através das escavações, identificamos oito camadas estratigráficas de solo que formam o sítio.

Foram coletados vestígios arqueológicos em sete delas. Em geral, os materiais encontrados consistem em vestígios arqueobotânicos (carvão, semente e nó de pinho), líticos (lascados, polidos e picoteados) e fragmentos cerâmicos da Tradição Taquara/Itararé (Figura 4).

Duas amostras de carvão oriundas da área 1 foram identificadas pela espécie *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (pinheiro-do-paraná); outras duas, de mesma

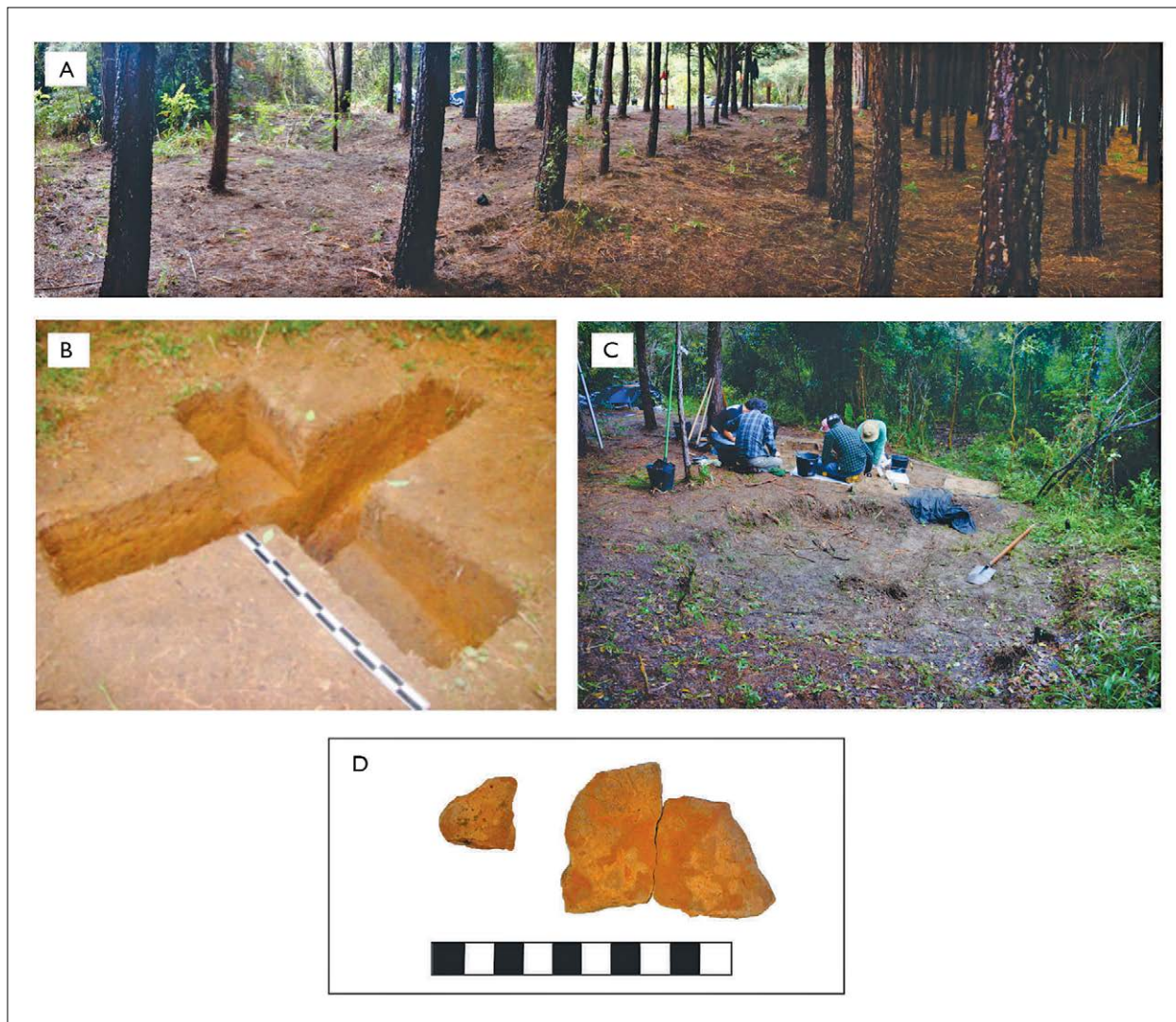


Figura 4. Prancha de fotos do sítio arqueológico Tobias Wagner: A) visão geral do sítio Tobias Wagner; B) estrutura subterrânea (E01) após escavação; C) escavação sendo realizada na área 1 - E01 em primeiro plano; D) exemplos de vestígios cerâmicos coletados na estrutura subterrânea (fragmento de borda à esquerda e fragmentos de parede remontados à direita). Fotos: acervo do LEIA/UFSC. Fotos registradas em 2013 e 2014. Prancha elaborada por Lucas Bond Reis (2018).

proveniência, foram identificadas pelo gênero *Magnolia*, sendo que, possivelmente, se trata da espécie *Magnolia ovata* (A. St.-Hil.) Spreng. (pinha-do-brejo ou baguaçu). Informações etnohistóricas e etnográficas atestam a utilização destas espécies por grupos Jê meridionais (Reis, 2015).

OS SÍTIOS COM MONTÍCULOS

Há apenas um registro de sítio composto exclusivamente por montículos no Alto Vale do Itajaí do Sul. São, portanto, escassos os detalhes acerca desse tipo de contexto na área, não sendo conhecidos elementos suficientes para se perceber padrões acerca de composição, implantação etc.

Segundo Rohr (1967), o sítio é composto por nove montículos, divididos em dois grupos: o primeiro com sete e o segundo com dois. O primeiro conjunto está localizado em um pasto, “[...] encostados em uma lombra suave [...]” (Rohr, 1967, p. 23), sendo que cinco montículos estão alinhados no sentido da vertente, apresentando 6 m de diferença máxima de altitude, e dois montículos estão mais deslocados. Os montículos do segundo conjunto estão localizados em uma roça. Rohr (1967) realizou intervenções em um deles, com formato circular (3 m de diâmetro e 0,5 m de altura), onde coletou um pequeno recipiente de barro não cozido que “[...] possuía trinta centímetros de diâmetro e continha terra poeirenta solta [...]” (Rohr, 1967, p. 23), além de fragmentos de carvão.

Em reconhecimento em campo, a equipe do LEIA (Reis et al., 2018) percebeu que a área onde se encontra o sítio Demora foi intensamente lavrada ao longo dos últimos 50 anos⁷. Os atuais proprietários têm conhecimento acerca da pesquisa realizada anteriormente, bem como sobre a existência dos referidos montículos. Contudo, nenhum dos amontoados de terra sobreviveu ao arado e ao plantio, da mesma forma como nenhum dos atuais proprietários

relatou ter encontrado artefatos. O sítio estaria localizado em média vertente, em área pouco inclinada.

Conforme salientado anteriormente, Wagner (2002) menciona a existência de quatro sítios de estruturas subterrâneas em que há também um aterro. Porém, não apresenta detalhes acerca da morfologia dos aterros, da composição e da implantação. Sabe-se apenas que se localizam junto a sítios de estruturas subterrâneas, localizados em áreas de morros.

CRONOLOGIA

A partir de amostras provenientes dos contextos mencionados, são conhecidos pelo menos três referenciais cronológicos acerca da ocupação pré-colonial da área do município.

A primeira amostra, indicada no Quadro 2, é oriunda da camada mais recente do sítio SC-VI-13. Em uma síntese acerca do contexto arqueológico em Santa Catarina, Prous e Piazza (1977) publicaram a informação acerca de uma datação, a partir de amostra coletada por Walter Piazza para a camada superior do sítio em 3.000 AP, sem mais detalhes sobre a proveniência da amostra e/ou se é calibrada. Rohr (1984) acrescentou que a datação foi efetuada pelo Museu Nacional de Washington.

A segunda foi obtida por De Masi (2001, p. 81), a partir de uma amostra denominada “ALFREDO WAGNER (Alto Jararaca)”, possivelmente oriunda da coleção SC-VI-33 - Alto Jararaca II, sob guarda do MArque/UFSC.

A terceira consiste em uma amostra coletada pela equipe do LEIA/UFSC no sítio Tobias Wagner, proveniente de uma estrutura de combustão, localizada na área externa às estruturas subterrâneas (Reis, 2015).

Ampliando a busca por informações cronológicas para compreender melhor o processo de ocupação do Alto Vale do Itajaí do Sul, compilamos, no Quadro 3, outras dez datas obtidas por meio de amostras coletadas no Alto Vale do Itajaí como um todo.

⁷ Desde a pesquisa efetuada por Rohr (1967).

Quadro 2. Datações de sítios arqueológicos em Alfredo Wagner. Legenda: * = calibrada.

Sítio	Tipo	Data	Amostra/Laboratório	Referências
SC-VI-13	Céu aberto	3.000 AP (amostra desconhecida)	Museu Nacional de Washington	Prous e Piazza (1977); Rohr (1984)
Alto Jararaca II	Abrigo sob rochas	1.610 AP* (colágeno)	53916/Lawrence Livermore National Laboratory Center	De Masi (2001)
Tobias Wagner	Estruturas subterrâneas	300 ± 30 AP (carvão)	Beta-410430	Reis (2015)

Quadro 3. Datações de sítios arqueológicos localizados no Alto Vale do Itajaí.

Sítio	Tipo	Município	Data (AP)	Laboratório	Referência
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Taió	8.090 ± 50 (carvão; AMS)	Beta 233601	Schmitz et al. (2009)
SC-TA-19	Lítico a céu aberto	Taió	7.880 ± 60 (carvão)	Beta 256217	Schmitz et al. (2009)
SC-TA-03	Lítico a céu aberto	Taió	4.140 ± 60 (carvão)	Beta 228164	Schmitz et al. (2009)
SC-TA-03	Lítico a céu aberto	Taió	4.110 ± 40 (carvão)	Beta 229857	Schmitz et al. (2009)
Operário	Lítico a céu aberto	Ibirama	4.080 ± 40 (carvão; AMS)	Beta 326083	Consciência Consultoria Científica (2014)
SC-TA-04	Estruturas subterrâneas	Taió	1.390 ± 50 (carvão)	Beta 247953	Schmitz et al. (2009)
SC-VI-16 (Ribeirão da Herta)	Abrigo sob rochas	Presidente Getúlio	1.290 (colágeno; calibrada)	CAMS 53114	De Masi (2001)
SC-TA-04	Estruturas subterrâneas	Taió	1.220 ± 50 (carvão)	Beta 228165	Schmitz et al. (2009)
SC-TA-04	Estruturas subterrâneas	Taió	1.180 ± 40 (carvão)	Beta 229856	Schmitz et al. (2009)
SC-TA-04	Estruturas subterrâneas	Taió	650 ± 50 (carvão)	Beta 214107	Schmitz et al. (2009)
SC-VI-10 (Rio Krauel)	Lítico a céu aberto	Ibirama	660 ± 80 (carvão)	SI 537	Machado (2016)
SC-VI-10 (Rio Krauel)	Lítico a céu aberto	Ibirama	290 ± 80 (carvão)	SI 536	Machado (2016)

DISCUSSÃO

SÍTIOS LÍTICOS, PONTAS DE PROJÉTIL E A TRADIÇÃO UMBU

Existem, atualmente, poucos dados sobre a Tradição Umbu no Alto Vale do Itajaí. As pesquisas arqueológicas no interior de Santa Catarina intensificaram-se entre a década de 60

e o início da década de 80 (Noelli, 1999-2000), sendo que, nesse período, foram identificadas diversas fases pré-cerâmicas vinculadas à Tradição Umbu – posteriormente descartadas devido a diferentes fatores, como a ausência de descrições e de definições formais em publicações ou, ainda, a presença de sítios sem associação com pontas de projétil (Dias, 1994). Esse é o caso da fase Urubici, datada

em 910 ± 200 (SI 227), que englobava quatro abrigos com petróglifos⁸, sem, no entanto, associação com pontas de projétil, assim como a fase Itajaí, cuja definição não foi formalizada por Walter Piazza (Dias, 1994).

As fases arqueológicas restantes (Suruvi e Itaió) também apresentam problemas contextuais e não oferecem parâmetros suficientes para que possamos incluí-las no debate sobre os sítios da Tradição Umbu. A fase Itaió, por exemplo, foi definida a partir da identificação de abrigos sob rocha e de sítios a céu aberto em uma área muito ampla, de mais de 15.000 km², no planalto de Canoinhas, no norte de Santa Catarina (Piazza, 1974). O contexto cronológico definido para essa fase baseia-se em duas datações obtidas em outra área, a partir de amostras do sítio SC-VI-10: Krauel, localizado em Presidente Getúlio, no Alto Vale do Itajaí, e que aparentemente não possui relação alguma com a fase Itaió.

Já a fase Suruvi caracteriza-se por ser pré-cerâmica e, conforme Piazza (1971), teria precedido à Tradição Tupiguarani, sendo definida a partir da identificação de dois sítios próximos ao rio Uruguai, na divisa com o estado do Rio Grande do Sul, onde foram encontradas pontas de projétil com pedúnculo e aletas, bem como pontas apedunculadas e pontas foliáceas retocadas, produzidas em arenito, quartzo leitoso, ametista e calcedônia (Piazza, 1971). Contudo, assim como outros sítios líticos identificados ao longo do rio Uruguai durante o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), os dados apresentados por Piazza (1971) indicam a possibilidade da existência de uma relação contextual entre esses sítios e os sítios cerâmicos encontrados na mesma área (Dias; Jacobus, 2003).

Sendo assim, de maneira geral, as informações mais confiáveis sobre a Tradição Umbu derivam de projetos de pesquisa posteriores ao PRONAPA, que procuram compreender esses sítios líticos a partir de enfoques regionais e/ou de trabalhos orientados ao

estudo tecnológico das indústrias líticas, cujo foco não é a compreensão dos aspectos morfológicos dos materiais (Dias, 1994, 2003; Hoeltz, 2005; Hoeltz et al., 2015).

Para o Holoceno Inicial e Médio, em Santa Catarina, estes sítios estão localizados no oeste do estado e no Alto Vale do Itajaí (Lourdeau et al., 2014; Schmitz et al., 2009). No Alto Vale do Itajaí do Oeste, nos municípios de Taió e Mirim Doce, foram estudados 26 sítios a céu aberto com pontas de projétil (Schmitz et al., 2009). No ponto Pia 02, do sítio SC-TA-03, em Taió, a equipe do Instituto Anchieta obteve duas datações – 4.110 ± 60 C14 AP e 4.140 ± 40 C14 AP (Schmitz et al., 2009, p. 205-206) –, enquanto no sítio SC-TA-19 foram obtidas datações de 8.090 ± 50 C14 AP e 7.880 ± 60 C14 AP (Schmitz et al., 2009, p. 223-226). Em ambos os sítios, foram encontradas pontas de projétil nos níveis datados.

Conforme publicação sobre a pesquisa realizada nessa região (Schmitz et al., 2009), os materiais líticos analisados demonstram a utilização de matérias-primas de origem local, sendo o sílex a preferencial, utilizada principalmente para a produção das pontas de projétil. As escavações realizadas indicam que os instrumentos foram produzidos e utilizados nos próprios sítios, não se tratando de locais de atividades específicas. Em alguns casos, foram encontradas, em associação com os instrumentos líticos, as estruturas de fogueiras, isoladas ou agrupadas. Além disso, os sítios identificados na região são numerosos em áreas mais altas, aparecendo em menor quantidade à medida que se aproximam do vale.

No oeste de Santa Catarina, em pesquisas realizadas no canteiro de obras da usina hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó, foram identificados três sítios arqueológicos (Linha Policial 1, Linha Policial 2 e Alto Alegre 3), com datas entre 8.370 ± 60 C14 AP e 8.270 ± 70 C14 AP (Dias; Hoeltz, 2010, p. 56; Lourdeau et al., 2014, p. 191-192; Hoeltz et al., 2015, p. 3-6). Posteriormente, a

⁸ Riris e Corteletti (2015) e Corteletti (2012) acreditam que, possivelmente, as representações rupestres são de autoria de grupos Jê meridionais.

partir dos resultados dessas pesquisas, novas escavações foram realizadas no sítio arqueológico Linha Policial 7, cujo conjunto arqueológico inferior possui datações entre 9.925 ± 45 C14 AP e 9.865 ± 50 C14 AP (Lourdeau et al., 2016, p. 227). No conjunto arqueológico principal, foram realizadas cinco datações, três delas indicando datas entre 8.585 ± 40 C14 AP e 8.905 ± 40 C14 AP, e uma quarta data de 9.450 ± 45 (Lourdeau et al., 2016, p. 229). Em outro setor do mesmo sítio, pequenos grãos de carvão foram encontrados e dois deles foram datados, produzindo datas de 395 ± 30 C14 AP e 7.160 ± 40 C14 AP.

Nesses sítios, foram identificados distintos esquemas operatórios de produção de instrumentos líticos. Porém, destaca-se a debitage laminar, raramente descrita na pré-história americana e, até então, desconhecida em contextos brasileiros (Lourdeau et al., 2014). Tal produção é feita por percussão interna e marginal, utilizando-se um método único, que é a inicialização centrípeta da superfície de lascamento e a produção unidirecional de lâminas (Lourdeau et al., 2014, 2016; Hoeltz et al., 2015). Essas lâminas serviram de suportes de instrumentos variados. O predomínio está na presença de “[...] gumes laterais e agudos [...], retocados ou não”, enquanto “[...] as partes transformativas distais são relativamente raras” (Hoeltz et al., 2015, p. 16), mas existem.

Uma situação particular ocorre nesses sítios, em que não é possível atribuir uma associação cultural para a ocupação dos níveis mais profundos, pois esse sistema tecnológico era até então desconhecido no país (Lourdeau et al., 2014). A presença de lâminas nunca foi considerada um critério para a inserção dos sítios na Tradição Umbu, e nenhum sítio atribuído a essa tradição possui evidências sobre essa produção em publicações científicas (Lourdeau et al., 2014). Tal conclusão permite problematizar os trabalhos cujo foco recai exclusivamente sobre a produção de pontas de projétil, bem como insere novos elementos, a partir da tecnologia lítica, fundamentais para o melhor entendimento sobre a variabilidade tecnológica das indústrias líticas da Tradição Umbu.

Para além desses contextos associados ao Holoceno Inicial e Médio, há sítios arqueológicos localizados na encosta da serra catarinense e também caracterizados pela presença de pontas de projétil, para os quais foram obtidas três datações recentes: $290 \text{ AP} \pm 80$ C14 AP e 660 ± 80 C14 AP, para o sítio SC-VI-10 - Rio Krauel, localizado em Presidente Getúlio, no Alto Vale do Itajaí (Machado, 2016), e 230 ± 60 C14 AP, para o sítio SC-MG-01, localizado em Major Gercino, na encosta de Santa Catarina (Farias, 2005).

Até o momento, não foi possível obter datações absolutas para os sítios arqueológicos com presença de pontas de projétil localizados na área de pesquisa. Sendo assim, as informações disponíveis até então referem-se principalmente às características tecnológicas das indústrias líticas de sítios do Alto Vale do Itajaí, as quais necessitam ser comparadas com contextos datados na mesma região.

A análise preliminar do material arqueológico encontrado em Alfredo Wagner aponta para o uso predominante de sílex, seguido pelo quartzo e pelo arenito silicificado. Para a produção das pontas, identificamos sequências que envolvem a articulação de lascamento bi e unipolar, assim como sequências exclusivamente unipolares. Há uma variação morfológica, tanto no que se refere à forma geral quanto especificamente ao pedúnculo, mas ainda não foi possível perceber uma associação entre este aspecto, a técnica de produção e a matéria-prima. Conforme já mencionamos, nem todos os sítios da área apresentam pontas de projétil, sendo frequente a presença de outros vestígios líticos, tais como bifaces, instrumentos unifaciais, lascas retocadas, machados polidos, entre outros.

Há semelhanças entre as pontas bifaciais do Museu Arqueológico de Lomba Alta com o conjunto de pontas do sítio Alfredo Henrique Wagner, no que diz respeito ao suporte utilizado e à morfologia do pedúnculo. Durante a análise, tivemos a oportunidade de observar as mesmas categorias de pontas pedunculadas identificadas no Sítio Alfredo Henrique Wagner, que inclui os três tipos de pontas com pedúnculos bifurcado, reto e convexo, e as pontas apedunculadas. Por outro lado, o corpo –

parte localizada entre a parte superior do pedúnculo e o ápice das pontas bifaciais – pode divergir, apresentando diferentes morfologias e tamanhos, destacando-se algumas pontas que alcançam até 12 cm de comprimento, algo que não vimos no sítio Alfredo Henrique Wagner.

Se, por um lado, notamos que há certa variabilidade entre os sítios no que se refere à implantação (compartimento da paisagem), ao tamanho, à densidade e à composição, por outro não dispomos de dados mais circunstanciados que nos permitam compreender a articulação (ou não conexão) entre eles. Com relação à composição, a diferença se dá principalmente no que concerne à presença/ausência de pontas de projétil, pois, a princípio, parece haver certa homogeneidade entre os sítios, no que diz respeito à variação morfológica, à diversidade de matérias-primas e às sequências operacionais envolvidas na produção das pontas de projétil.

Para complexificar este ponto, incorporando os referenciais cronológicos disponíveis para todo o Alto Vale do Itajaí, encontramos sítios com composição semelhante datados no Holoceno Inicial e no Holoceno Recente. Em relação aos sítios mais recentes, como o SC-VI-10 - Rio Krauel, foram encontradas quantidades significativas de pontas de projétil, enquanto nos sítios mais antigos, como os sítios SC-TA-19 e SC-TA-03, existem vestígios que apontam para a produção de pontas em unidades residenciais, compostas por estruturas de combustão e por artefatos líticos.

A OCUPAÇÃO JÊ MERIDIONAL

Pesquisas que problematizam a ocupação Jê meridional no planalto sul brasileiro através de diferentes perspectivas têm sido desenvolvidas desde a década de 1990, contudo alcançaram volume mais expressivo e maior abrangência a partir dos anos 2000 (Noelli, 1996, 1999, 2004; De Masi, 2006; Schmitz et al., 2002, 2009; Copé, 2006).

Os dados reunidos recentemente têm mostrado que há ocupação Jê meridional milenar no planalto sul-

brasileiro. Povos desta matriz cultural têm ocupado esta área desde, pelo menos⁹, 1.700 a 1.800 AP (Parellada, 2005; Schmitz; Brochado, 1972), conjuntamente à dispersão das Matas de Araucárias. Descobriu-se que, ao longo da história, estes povos atravessaram diversas transformações culturais, especialmente por volta do ano 1.000 AP, quando parece ter ocorrido uma mudança acentuada na forma de ocupar a paisagem e na prática de sepultar os mortos, provavelmente ocasionada por contatos interétnicos (Corteletti, 2012; Souza et al., 2016).

Em Santa Catarina,

Os sítios estão localizados no planalto, na serra ou no litoral, sendo que têm sido identificados como relacionados aos grupos Jê meridionais através da presença de cerâmica Taquara/Itararé ou da composição por estruturas subterrâneas e/ou montículos funerários. (Reis, 2015, p. 266).

Um melhor entendimento sobre o processo de povoamento Jê meridional deve considerar também as transformações paleoambientais, além das características do tipo de cerâmica e dos sítios arqueológicos. Estudos realizados por ecólogos na porção meridional do planalto brasileiro, visando compreender a dinâmica do fogo, da vegetação e do clima, a partir de amostras de carvão e de pólen (Behling et al., 2004), vêm mostrando que a expansão da floresta de araucárias a partir de núcleos pioneiros coincide com as áreas ocupadas por povos Jê em períodos mais remotos (Iriarte; Behling, 2007; Copé, 2012; Reis et al., 2014). Em publicação recente, Robinson et al. (2018) apresentam uma discussão detalhada acerca do tema, com novos dados cronológicos, polínicos, isotópicos etc.

Noelli e Souza (2017), a partir de dados arqueológicos, linguísticos e históricos, argumentam que grupos Jê meridionais que ocupavam o vale do Ribeira, no sudeste de São Paulo, teriam adentrado o território que atualmente compõe a região do Sul do Brasil, por meio do nordeste do

⁹ De Masi (2006) apresenta datas de 2860 a.C. e 790 a.C. para sítios cerâmicos no baixo rio Canoas, as quais pressupõem um recuo temporal muito grande para o que se sabe atualmente acerca do processo de ocupação Jê meridional.

Paraná, ocupando os vales dos rios Itararé e Paranapanema. Adiante, considerando contatos interétnicos, sintetizam a expansão Jê subsequente da seguinte forma:

[...] os Guarani comprimiram os territórios Jê no alto Paranapanema e médio Iguaçu a aproximadamente 1.800 AP: 1) os expulsaram da beira-mar do Paraná ao Rio Grande do Sul a partir de 1.200 a 1 mil AP; 2) os comprimiram no alto rio Uruguai a aproximadamente 1.500 AP; 3) os empurraram para os campos de Caxias do Sul a cerca de 1.900 AP; 4) separaram os territórios dos vales do Ribeira e Tibagi e alto Iguaçu a cerca de 1.500 AP, criando dois núcleos Jê que persistiam no século XVII. (Noelli; Souza, 2017, p. 70).

Desse modo, baseando-se na proposta e no mapa de expansão apresentados por Noelli e Souza (2017), a ocupação Jê no que são atualmente solos catarinenses teria se iniciado de forma pioneira por meio da ocupação do litoral, bem como das terras altas e de suas adjacências no planalto norte. Assim, há uma expectativa de que, no Alto Vale do Itajaí como um todo, existam contextos com datas anteriores ao primeiro milênio da era cristã, além de sítios de ocupação mais recente, que resultam do processo subsequente de assentamento na área.

Contudo, foram desenvolvidas apenas três pesquisas arqueológicas sistemáticas que contemplam o estudo dessas ocupações em tal região: 1) em Taió (Schmitz et al., 2009); 2) na Terra Indígena Ibirama-Lã Klãno (Machado, 2016); e 3) em Alfredo Wagner (Reis, 2015). Considerando essas pesquisas e as informações cronológicas disponíveis (Quadro 3), percebe-se que as datas de 1.390 ± 50 , de 1.220 ± 50 e de 1.180 ± 40 (todas C14 AP), registradas em estruturas subterrâneas pesquisadas em Taió, atestam o pioneirismo da ocupação do Alto Vale do Itajaí, sendo que o processo de ocupação dessa região teria sido iniciado por meio do povoamento do rio Itajaí do Oeste.

Devido aos baixos números de pesquisas na região e de amostras datadas, há uma carência de dados cronológicos que possibilite compreensão refinada do

processo de ocupação Jê no Alto Vale do Itajaí. Apenas mais duas datações, ambas oriundas de contextos de estruturas subterrâneas, são conhecidas: 650 ± 50 , em Taió, e 330 ± 30 , em Alfredo Wagner (ambas C14 AP). Essas informações sugerem que há ocupação contínua ou ao menos intermitente no rio Itajaí do Oeste, além da presença Jê no rio Itajaí do Sul em período anterior aos primeiros contatos com europeus que se tem registrado. Ademais, existe uma série de informações históricas e etnohistóricas produzidas a partir do século XVIII que atesta a presença de grupos Jê no Alto Vale do Itajaí como um todo até o presente (Santos, 1973; Reis, 2015).

Considerando o horizonte cronológico onde está situada a data obtida para o sítio Tobias Wagner, percebe-se que há ocupação contemporânea de contextos localizados em outros municípios catarinenses – Anita Garibaldi, Abdon Batista, São José do Cerrito, Urubici e Celso Ramos¹⁰. Assim, entre 400 e 260 AP, vê-se que

[...] os grupos Jê meridionais ocuparam uma área circunscrita do planalto catarinense, bem como as proximidades da Serra Geral Catarinense – um dos divisores de águas regionais –, já nas imediações da borda leste do planalto. (Reis, 2015, p. 268).

Diferentemente do contexto do planalto – onde há recorrência de datas oriundas de estruturas subterrâneas e/ou de montículos funerários –, apenas duas datas são conhecidas na borda leste do planalto/serra, sendo uma de um sítio cerâmico a céu aberto e a outra de um sítio composto por estruturas subterrâneas.

Considerando o diferente volume de pesquisas realizadas até então no planalto e na serra, Reis (2015, p. 269) propõe que “[...] os grupos Jê que se estabeleceram no Alto Vale do Itajaí podem ter desenvolvido uma dinâmica de ocupação territorial que implicava uma maior circulação nesse espaço [...]”, as quais seriam “[...] motivadas por aspectos culturais e pelas especificidades do ambiente de transição entre litoral e planalto e entre a mata

¹⁰ Ver Tabela 15, Gráfico 45 e Figura 127 em Reis (2015, p. 294, 295, 296).

atlântica e a floresta de araucárias". Contudo, ressalta que tal diferenciação não deve ser relacionada a uma divisão entre grupos sedentários e/ou nômades, pois, em ambas as áreas, eles parecem ter estabelecido domínio territorial, sendo que os vestígios arqueológicos¹¹ e as informações etnohistóricas atestam a longa duração destas ocupações. Assim, os grupos Jê teriam desenvolvido territorialidades específicas, no sentido proposto por Zedeño (2008) – uma soma de ações e emoções –, que resultaram em formas diferenciadas de ocupar o espaço nessas regiões distintas.

A partir do conhecimento que se tem atualmente acerca de tecnologia, de território e de cronologia em relação à ocupação Jê meridional no planalto em Santa Catarina, Reis (2015) sugeriu que essa área foi palco dos diferentes processos de história de formação territorial propostos por Zedeño (1997). Em síntese, inicialmente, parece ter ocorrido, entre 1.400 e 900 AP, um período de estabelecimento dos grupos Jê meridionais no planalto, associados à emergência dos núcleos pioneiros da Mata de Araucárias. A colonização da área ocorre também nesse período, com profusão de sítios com estruturas subterrâneas, seguida pelo assentamento, quando há recorrência de estruturas subterrâneas contemporâneas e/ou reocupadas em que aparecem vestígios cerâmicos. Por volta do ano 1.000 AP, ocorre um processo de expansão de grupos no sentido baixo/médio rio Canoas, concomitantemente à consolidação do assentamento no planalto. Neste contexto, sítios de arquitetura monumental¹² passaram a ser construídos nas áreas altas do planalto. Ademais, considerando-se que a partir do

ano 1.000 AP ocorre uma rápida expansão das Matas de Araucárias sobre as áreas de campos no planalto, bem como as informações etnohistóricas sobre o faccionalismo de grupos Kaingang, vislumbramos a ocorrência de um processo de fragmentação política do núcleo de ocupação pioneira. Como resultado desta fragmentação, outros sítios de arquitetura monumental passaram a ser construídos enquanto marcadores territoriais, e áreas mais distantes passaram a ser colonizadas, caso, por exemplo, do Vale do Itajaí e do oeste catarinense.

Deve-se considerar que o processo de expansão proposto por Reis (2015) considera tanto transformações ocasionadas por mudanças internas quanto resultantes de contatos com outros grupos culturais.

Conforme tem sido discutido por pesquisadores do tema (Noelli, 1999-2000, 2004; Souza et al., 2016; Noelli; Souza, 2017), o processo de migração Jê meridional é pautado, em muitas situações, pela relação que esses grupos estabeleceram com os Guaraní. Desse modo, com base nos dados apresentados por Bonomo et al. (2015) acerca do processo de expansão Guaraní na bacia do Prata e no litoral sul brasileiro, percebe-se que a área do planalto catarinense ocupada por grupos Jê encontra-se circunscrita pela presença Guaraní pelo menos a partir do ano 1.000 AP.

Ademais, também deve-se vislumbrar possíveis contatos com grupos caçadores-coletores que provavelmente ocupavam essas mesmas áreas há milênios (Dias, 2003) e, especialmente, para o Vale do Itajaí, também com grupos caçadores-pescadores-coletores que ocupavam o litoral¹³.

¹¹ Corteletti (2012) identificou a presença de milho (*Zea mays* L.), mandioca (*Manihot* sp.), feijão (*Phaseolus* sp.), abóbora (*Cucurbita* sp.) e inhame (*Dioscorea* sp.) em amostras de grãos de amido e em fitólitos extraídos de fragmentos cerâmicos encontrados no sítio Bonin, em Urubici, Santa Catarina. De Masi (2006), a partir de análises de isótopos estáveis de carbono presentes em amostras coletadas em fragmentos cerâmicos, identificou a presença de vestígios de milho e de legumes em contexto de estruturas subterrâneas. Estas informações advogam no sentido de que, além da caça, da coleta e da pesca, os grupos Jê meridionais também praticavam a horticultura. Ademais, ainda que exista maior concentração de sementes maduras de pinhão no outono e no inverno, há disponibilidade destas ao longo de 11 meses, considerando-se a produção das diversas variedades de araucárias já identificadas (Corteletti, 2012). Além disso, Souza et al. (2016) noticiaram a identificação de doze camadas de ocupação de uma grande estrutura subterrânea (com 16 m de diâmetro) no sítio Baggio I, em Campo Belo do Sul, Santa Catarina, sendo que a concavidade foi ocupada de forma ininterrupta por mais de dois séculos.

¹² Monticulares e/ou grandes estruturas escavadas, conforme Souza et al. (2016).

¹³ Conforme informações cronológicas apresentadas por Oppitz (2011).

Especificamente no que diz respeito ao sítio Tobias Wagner, localizado no Alto Vale do Itajaí do Sul e único composto por estruturas subterrâneas já escavado na área, a partir dos dados reunidos, das análises tecnológicas efetuadas dos vestígios líticos e cerâmicos, bem como considerando a estratigrafia evidenciada, Reis (2015) sugere que uma das estruturas subterrâneas (E01 – objeto de um volume maior de escavações) consista em espaço de uso doméstico, possivelmente ocupado mais de uma vez; enquanto que a área 1, onde foi identificada uma estrutura de combustão, consista em espaço de acúmulo e de queima de resíduos.

Ademais, devido ao aparente padrão circular de disposição das estruturas subterrâneas no entorno de um patamar de vertente, identificado no sítio Tobias Wagner, Reis (2015) sugere a existência de um planejamento, ainda que diacrônico, no que diz respeito à construção das concavidades e do uso do espaço. Tal questão poderia estar relacionada a aspectos funcionais e/ou simbólicos preconizados pelo grupo que ali habitou preteritamente. Além disso, devido ao tangenciamento de algumas estruturas subterrâneas, Reis (2015) vislumbra a existência de ambientes domésticos compartimentados que foram ocupados sincronicamente, tal como observado por Corteletti (2012).

Considerando os vestígios líticos e cerâmicos encontrados no sítio Tobias Wagner, Reis (2015) aventa a possibilidade da existência de outros locais ocupados pelos grupos que utilizaram estas estruturas subterrâneas a fim de desenvolver atividades específicas, tais como busca de matéria-prima, produção de artefatos, áreas de plantio e de caça. Estes locais estariam matizados na paisagem sob a forma de sítios a céu aberto.

A partir de informações bibliográficas que indicam a utilização de abrigos sob rochas para a prática de sepultamentos humanos por grupos Jê meridionais (Beber, 2004; Corteletti, 2012), e considerando a existência de um abrigo, denominado de SC-VI-15 - Lomba Alta, nas proximidades do sítio Tobias Wagner, onde outrora foram encontrados remanescentes ósseos humanos (Wagner,

2002; Reis, 2015) e onde coletamos um fragmento de cerâmica Itararé, sugerimos que os grupos Jê meridionais que ocuparam o Alto Vale do Itajaí do Sul sepultavam seus mortos em abrigos sob rochas e possivelmente ocuparam abrigos localizados na área de pesquisa.

PERSPECTIVAS

De acordo com os dados apresentados e dialogando com um contexto mais amplo que abarca todo o Alto Vale do Itajaí do Sul, podemos vislumbrar ao menos três períodos de ocupação para a área de pesquisa:

- 1) Holoceno Inicial: o principal referencial cronológico para este período é o sítio SC-TA-19, localizado em Taió. As datas obtidas para este sítio colocam a região do Alto Vale do Itajaí para dialogar com outras áreas do Sul do Brasil, como oeste catarinense e noroeste do Rio Grande do Sul. No caso do Alto Vale do Itajaí do Sul, a ocupação associada a este período estaria representada por sítios líticos localizados nos topos de morros, nos quais pontas de projétil líticas aparecem com frequência e apresentam variabilidade em termos tecnológicos (incluindo matéria-prima, sequência de produção e morfologia);
- 2) Holoceno Médio: para este período, há referências cronológicas mais uma vez oriundas da região de Taió, com o sítio SC-TA-03, mas também de Alfredo Wagner, com o sítio SC-VI-13. No caso de Taió, encontram-se pontas de projétil entre o material arqueológico associado às amostras datadas. Já no caso de Alfredo Wagner, há material lítico, mas nada que esteja vinculado à produção deste objeto. Há, ainda nesta coleção, material vegetal com excelente grau de conservação. Estamos diante de contextos distintos? Infelizmente, a amostra disponível e a ausência de outros sítios que possam estar claramente associados a este período limitam nossas possibilidades interpretativas;
- 3) Holoceno Recente: neste período, podem ser englobados tanto sítios da região de Taió quanto

de Alfredo Wagner, mas, como discutido no item anterior, possivelmente temos processos distintos ocorrendo nas duas áreas, em função das dinâmicas de interação estabelecidas entre grupos Jê meridionais e Guaraní nessas regiões. No entanto, é fundamental reforçar que, também neste período, estão presentes sítios compostos exclusivamente por material lítico, cujos conjuntos contemplam a presença de pontas de projétil.

A partir da construção dessa 'macroestrutura' de ocupação da área, vemos que, apesar de ser possível vislumbrar distintos momentos com dinâmicas de ocupação, há uma categoria de sítio e de conjunto artefactual que perpassa todos os períodos – sítios líticos, com ou sem pontas de projétil.

Esse talvez seja, no momento, um dos principais desafios para avançarmos na compreensão das dinâmicas envolvidas no processo de ocupação do alto vale – a definição de critérios que nos possibilitem, ao mesmo tempo, articular estes sítios em caráter sistêmico e dissociá-los diacronicamente. Para tanto, conforme apontado por Dias (2003), para o Rio Grande do Sul, o caminho passa necessariamente pela implementação de pesquisas que contemplem uma abordagem regional.

Aliados a isso, estudos detalhados sobre tecnologia – abordando tanto a identificação e a caracterização dos esquemas operatórios envolvidos na produção de pontas de projétil quanto a produção e a integração dos demais vestígios líticos – são capazes de trazer informações essenciais para que possamos distinguir essas indústrias no tempo através da identificação das escolhas tecnológicas (Dias, 2007).

No que se refere à ocupação Jê, uma compreensão refinada do povoamento da área demanda a realização de mais atividades de campo, tanto prospecções quanto escavações, e de laboratório, a fim de investigar se há uma ocupação diferenciada dos sítios localizados nos dois padrões de implantação identificados até então (cadeia de morros/proximidades da escarpa). Até o momento, apenas três estruturas subterrâneas foram escavadas em um sítio

localizado na área, sendo que há informações sobre a existência de 45 sítios. Há também que se obter maior número de informações cronológicas.

Ademais, há que se incorporar outras categorias de sítios (abrigos sob rochas e montículos, além dos líticos a céu aberto), para que se entenda essa ocupação em termos de sistema de assentamento, bem como buscar identificar possíveis fontes de matérias-primas (rochas e argilas).

Assim, os resultados obtidos por ações realizadas em sítios de estruturas subterrâneas devem ser interpretados sob perspectiva diacrônica e multiescalar (intrassítio, microrregional e regional), considerando e enfatizando as especificidades ambientais que o contexto serrano apresenta, especialmente no que remete ao ecótono existente na fronteira Mata Atlântica/Mata de Araucárias. Isso é fundamental, visto que análises arqueobotânicas – incorporadas recentemente em pesquisas desenvolvidas em contextos Jê meridional do planalto e de outros contextos serranos (Corteletti, 2012) – têm produzido uma série de contribuições no sentido de compreender o paleoambiente, bem como aspectos relacionados à economia e à dieta, por exemplo.

Outro caminho para se compreender a espacialidade das atividades desenvolvidas por grupos Jê meridionais no Alto Vale do Itajaí do Sul consiste no investimento em melhor caracterização do processo de produção de vasilhames cerâmicos. A partir de vestígios cerâmicos coletados no sítio Tobias Wagner, foi possível realizar uma primeira ação quanto à composição química das argilas utilizadas por meio da espectrometria (Costa et al., 2017). Através da análise de maior número de coleções cerâmicas, provenientes de diferentes sítios, associadas à identificação de fontes de matérias-primas e do estudo das técnicas na produção, tornar-se-á possível perceber mais sobre a relação que os grupos Jê meridionais estabeleciam com o território. Além disso, por meio de comparações em escala maior, será possível pensar diferenças e semelhanças com outros grupos que ocuparam o planalto e o litoral, por exemplo.

No que se refere ao estudo sobre as dinâmicas de interação cultural, cremos que, para além dos encontros

e desencontros entre grupos Jê meridionais e Guarani enfocados pelos pesquisadores nos últimos anos, é fundamental pensar na inserção de grupos caçadores-coletores nesta dinâmica. Isso não significa, de maneira alguma, tomar os sítios líticos de forma monolítica, como entidades estáticas e isoladas, que indicariam a presença de grupos caçadores-coletores através da sua associação a uma categoria arqueológica classificatória abstrata, como a Tradição Umbu.

A questão é que muitos destes sítios líticos aparecem nas mesmas áreas, há poucos metros de sítios nos quais há estruturas subterrâneas, com datas relacionadas a um contexto extremamente recente nessa longa história de ocupação do vale. Como compreender e interpretar, ao mesmo tempo, essa proximidade espacial/temporal de um lado e indicadores de uma possível continuidade tecnológica com ocupações vinculadas ao Holoceno Inicial? Essa pergunta envolve ao menos duas questões, uma de ordem teórica e outra, metodológica: a primeira seria pensarmos o que está envolvido nessa continuidade, o que ela significa, o que a sustenta e como o conhecimento vinculado a ela é produzido e transmitido; a segunda envolve pensarmos se as nossas estratégias metodológicas estão orientadas e preparadas para perceber variações ou enfatizar continuidades.

Ou seja, para avançarmos na discussão sobre interação cultural e dinâmica de povoamento do Sul do Brasil e, neste caso, especificamente, do Vale do Itajaí, é fundamental trabalharmos não só com a dinâmica estabelecida entre grupos Guarani e grupos Jê meridionais, mas também inserirmos nessa relação os grupos caçadores-coletores que ocupavam boa parte dessa região já desde o Holoceno Inicial.

Para tanto, em nossa perspectiva, há dois conceitos fundamentais que podem articular o conjunto de elementos ora mencionados, e oferecer um caminho teórico e metodológico que viabilize a flexibilização das categorias analíticas utilizadas atualmente. Esses conceitos são tecnologia e território, entendidos como

um conjunto de escolhas culturais implementadas por grupos humanos que percebem, interagem e ativamente constroem os espaços em que vivem. Ou seja, artefatos, estruturas e sítios devem ser pensados de forma integrada, enquanto atores e vetores que nos possibilitem construir e compreender as relações nas quais estão imbrincados e que constituem formas particulares de territorialidade. Apesar das possíveis dificuldades para implementação, cremos ser este o caminho para incorporar a complexidade envolvida nos processos de interação cultural, que são parte indissociável da formação do registro arqueológico.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do edital Universal 2014 (processo 458912/2014-0), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (processos 88881.128654/2016-01 e 99999.000467/2016-02, referentes às bolsas de estudos de Lucas Bond Reis e de Fernando Silva de Almeida no exterior, respectivamente, além de bolsas CAPES/DS para ambos), bem como com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Agradecemos, especialmente, ao Sr. Altair Wagner, que gentilmente tem colaborado com a equipe do LEIA/UFSC, fornecendo informações sobre a localização de sítios, colocando à disposição o Museu de Arqueologia de Lomba Alta, pelo qual é responsável. Agradecemos à comunidade de Alfredo Wagner, que tem sido muito solícita em diversas demandas necessárias da pesquisa, bem como aos alunos e aos pesquisadores de diferentes instituições (UFSC, Instituto Anchieta/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal do Piauí, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Paraná, Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Fundação Catarinense de Cultura), que contribuíram em atividades de campo e/ou com análises laboratoriais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando Silva de. **Arqueologia e história indígena na encosta de Santa Catarina**: o estudo tecnológico de indústrias líticas da Tradição Umbu no Alto Vale do Itajaí. Relatório de qualificação. Florianópolis: UFSC, 2017.
- ALMEIDA, Fernando Silva de. **Arqueologia e história indígena na encosta de Santa Catarina**: o estudo tecnológico de indústrias líticas da Tradição Umbu no Alto Vale do Itajaí. Projeto de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2015.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez.-fev. 1999-2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>.
- BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro**: o caso da tradição Taquara/Itararé. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- BEHLING, Hermann; PILLAR, Valerio DePatta; ORLÓCI, László; BAUERMANN, Soraia Girard. Late Quaternary *Araucaria* forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambará do Sul core in southern Brazil. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, Amsterdam, v. 203, n. 3-4, p. 277-297, Feb. 2004. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0031-0182\(03\)00687-4](https://doi.org/10.1016/S0031-0182(03)00687-4).
- BENEDET, Cristina; GUCHÉRT, Aline; DIAS, J.; CABRAL, Cristine; ARNOLD, J.; ROSA, R.; SANTOS, S.; SCHULLER, Fernanda. **Atlas ambiental escolar do município de Alfredo Wagner, SC**. Florianópolis: NEA/UFSC, 2008.
- BONOMO, Mariano; ANGRIZANI, Rodrigo Costa; APOLINAIRE, Eduardo; NOELLI, Francisco Silva. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, Amsterdam, v. 356, p. 54-73, Jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>.
- CONSCIÊNCIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Projeto de salvamento arqueológico na área de implantação da LT 69kv, PCH Ibirama**. Sítios Operário, Rio Selin I e Rio Selin II. Ibirama, Alto Vale do Itajaí, SC. Relatório final. Florianópolis, 2014.
- COPÉ, Sílvia Moehlecke. As paisagens culturais do planalto sul-brasileiro. A aplicação da abordagem da arqueologia da paisagem ao estudo dos sítios arqueológicos do planalto sul-brasileiro: estudos de caso no Rio Grande do Sul. In: MACEDO, J.; ANDRADE, R.; TERRA, C. (Org.). **Arqueologia na paisagem**: novos valores, dilemas e instrumentais. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p. 92-121.
- COPÉ, Sílvia Moehlecke. Narrativas espaciais das ações humanas: história e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semisubterrâneas do planalto sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia**, Juiz de Fora, v. 19, p. 111-123, 2006.
- CORTELETTI, Rafael. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA**: um estudo da presença Jê no planalto catarinense. 2012. 342 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- COSTA, Thiago G.; CORREIA, Marcelino D. M.; REIS, Lucas Bond; SANTOS, Sailer S. dos; MACHADO, Juliana Salles; BUENO, Lucas; MULLER, Isabela da Silva. Spectroscopic characterization of recently excavated archaeological potsherds of Taquara/Itararé tradition from Tobias Wagner site (Santa Catarina - Brazil). **Journal of Archaeological Science: Reports**, Amsterdam, v. 12, p. 561-568, Apr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2017.03.014>.
- DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Arqueologia das terras altas do sul do Brasil: o baixo vale do rio Canoas, SC. In: DE MASI, Marco Aurélio Nadal (Org.). **Xokleng 2860 a.C.**: as terras altas do sul do Brasil. Tubarão (SC): Ed. Unisul, 2006. p. 47-75.
- DE MASI, Marco Aurélio Nadal. Pescadores Coletores da Costa Sul do Brasil. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 57, p. 1-136, 2001.
- DIAS, Adriana Schmidt; HOELTZ, Sirlei Elaine. Indústrias Líticas em contexto: o problema Humaitá na arqueologia Sul brasileira. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 40-67, sem. 2010. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v23i2.299>.
- DIAS, Adriana Schmidt. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan.-abr. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222007000100005>.
- DIAS, Adriana Schmidt; JACOBUS, André Luiz. Quão antigo é o povoamento do sul do Brasil? **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 38, p. 39-67, sem. 2003.
- DIAS, Adriana Schmidt. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico**: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. 401 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- DIAS, Adriana Schmidt. **Repensando a tradição Umbu a partir de um estudo de caso**. 1994. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- EBLE, Alroíno B. Problemas arqueológicos da região do Alto Vale do Itajaí. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, Florianópolis, v. 6, n. 6, p. 41-49, 1973a.
- EBLE, Alroíno B. Identificação arqueológica de padrões de povoamento e de subsistência na região do Alto Vale do Itajaí – Santa Catarina - Brasil. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, Florianópolis, v. 6, n. 6, p. 36-74, 1973b.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição e padrão de assentamento**: propostas para os sítios da tradição Umbu na encosta de Santa Catarina. 2005. 364 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HOELTZ, Sirlei Elaine; LOURDEAU, Antoine; VIANA, Sibelí A. Um novo conceito de lascamento no Sul do Brasil: debitage laminar na foz do rio Chapecó (SC/RS). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 25, p. 3-19, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2015.114852>.

HOELTZ, Sirlei Elaine. **Tecnologia lítica**: uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos. 2005. 464 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

IRIARTE, José; BEHLING, Hermann. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Environmental Archaeology**, Oxfordshire, v. 12, n. 2, p. 115-127, July 2007. DOI: <https://doi.org/10.1179/174963107x226390>.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM ARQUEOLOGIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (LEIA/UFSC). Florianópolis, 2018. Disponível em: <<http://leia.ufsc.br/>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Mirian; SANTOS, Marcos César Pereira; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sergio Francisco Serafim Monteiro da; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Lívia de Oliveira E.; COSTA, Amélie da; FOUCHER, Cécile; RAMALHO, Juliana Betarello; KUCZKOVSKI, Francieli; CAMPOS, Juliano Bitencourt; VIANA, Sibelí Aparecida; HERBERTS, Ana Lucia. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Revista Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2016.45.09>.

LOURDEAU, Antoine; HOELTZ, Sirlei Elaine; VIANA, Sibelí A. Early Holocene blade technology in southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, v. 35, p. 190-201, Sep. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2014.06.003>.

MACHADO, Juliana Salles. **Û TÕ DÉN TXI KABEL, aqueles que contam histórias**: memória e território Laklãnõ (Xokleng). Relatório final. São Paulo: FAPESP, 2016.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. História da Arqueologia no Brasil. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 46, p. 1-157, 1991.

NOELLI, Francisco Silva; SOUZA, José Gregório de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100004>.

NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EDUEL, 2004. p. 18-56.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez.-fev. 1999-2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269>.

NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 285-302, irreg. 1999. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113474>.

NOELLI, Francisco Silva. Os Jê do Brasil meridional e a antigüidade da agricultura: elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 13-25, jun. 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.1996.1.28773>.

OKUMURA, Mercedes; ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Long-term cultural stability in hunter-gatherers: a case study using traditional and geometric morphometric analysis of lithic stemmed bifacial points from Southern Brazil. **Journal of Archaeological Science**, Amsterdam, v. 45, p. 59-71, May 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jas.2014.02.009>.

OPPITZ, Gabriela. **Vivendo a paisagem**: contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina. 2011. 137 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PARELLADA, Claudia Inês. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira**: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PIAZZA, Walter. Dados à arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**, Belém, v. 5, p. 53-63, 1974.

PIAZZA, Walter. Dados complementares à arqueologia do vale do Uruguai. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**, Belém, v. 4, p. 71-86, 1971.

PIAZZA, Walter. **Memória arqueológica sobre o Vale do Itajaí (Santa Catarina-Brasil)**. Florianópolis: MARQUE/UFSC, 1966. Mimeografado.

PROUS, André; PIAZZA, Walter F. **Documents pour la prehistoire du Bresil Meridional**: L'État de Santa Catarina. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Science Sociales, 1977.

REIS, Lucas Bond; BEE, Bruno Jorge; CRUZ, Aline Pereira. **Relatório de atividades de campo entre 21 e 24 de março de 2018 no Alto Vale do Itajaí do Sul**. Projeto Territorialidades Ameríndias no Alto Vale do Itajaí. Um olhar a partir da Arqueologia, da Ecologia e da Paleontologia. Florianópolis: LEIA/UFSC, 2018.

REIS, Lucas Bond. **Para uma história jê meridional na longa duração**: o contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional. 2015. 377 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

REIS, Maurício Sedrez dos; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 19, n. 2, p. 1-14, June 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06163-190243>.

RIRIS, Philip; CORTELETTI, Rafael. A new record of Pre-Columbian engravings in Urubici (SC), Brazil using polynomial texture mapping. **Internet Archaeology**, United Kingdom, n. 38, p. 1-25, Feb. 2015. DOI: <https://doi.org/10.11141/ia.38.7>.

ROBINSON, Mark; SOUZA, Jonas Gregório de; MAEZUMI, S. Yoshi; CÁRDENAS, Macarena; PESSENDA, Luiz; PRUFER, Keith; CORTELETTI, Rafael; SCUNDERLICK, Deisi; MAYLE, Franci Edward; DE BLASIS, Paulo; IRIARTE, José. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**, London, v. 8, n. 7800, p. 1-10, May 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-018-24429-5>.

ROHR, João Alfredo. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, Florianópolis, v. 16, n. 17, p. 77-168, dez. 1984.

ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 24, p. 1-56, 1971.

ROHR, João Alfredo. O sítio arqueológico de Alfredo Wagner: SC-VI-13. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 17, p. 1-24, 1967.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SCHERER, Luciane Zanenga. Análise dos remanescentes ósseos humanos do sítio arqueológico Alto Jararaca II, Alfredo Wagner. In: REIS, Lucas Bond. **Para uma história jê meridional na longa duração**: o contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional. 2015. 377 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. p. 347-356.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ARNT, Fúlvio Vinícius; BEBER, Marcus Vinícius; ROSA, André Osório; ROGGE, Jairo Henrique. Taió, no vale do Rio Itajaí, SC: o encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 67, p. 185-320, 2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo H.; ROSA, André O.; BEBER, Marcus Vinícius; MAUHS, Julian; ARNT, Fúlvio Vinícius. O Projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 58, p. 11-105, 2002.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 1, p. 3-20, jun. 1991. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1991.107913>.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BROCHADO, José J. J. P. Dados para uma sequência cultural del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil. **Gabinete de Arqueologia Publicações**, v. 2, p. 1-20, 1972.

SCHRÖDER, Paulo Henrique. **Inventário e caracterização espeleológica preliminar das cavidades na bacia do Caeté, município de Alfredo Wagner/SC**. 2005. 168 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOUZA, Jonas Gregório de; CORTELETTI, Rafael; ROBINSON, Mark; IRIARTE, José. The genesis of monuments: resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, v. 41, p. 196-212, Mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2016.01.003>.

SUÁREZ, Rafael. The human colonization of the Southeast Plains of South America: climatic conditions, technological innovations and the peopling of Uruguay and south of Brazil. **Quaternary International**, Amsterdam, v. 431, p. 181-193, Feb. 2016. Part B. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2016.02.018>.

WAGNER, Altair. **Alfredo Wagner**: terra, água e índios. Florianópolis: Fundação Alfredo Wagner, 2002.

ZEDENHO, María Nieves. The archaeology of territory and territoriality. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian (Ed.). **Handbook of landscape archaeology**. Walnut Creek (CA): Left Coast Press, 2008. p. 210-217.

ZEDENHO, María Nieves. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from the Puebloan southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, Berlim, v. 4. n. 1, p. 67-103, Mar. 1997.

Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico

A Guarani burial deposit on the upper Uruguay River, Santa Catarina: excavation and collection of data on the biological and funerary profiles

Mirian Carbonera^I, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva^{II}, Antoine Lourdeau^{III, IV},
Ana Lucia Herberts^V, Francieli Kuczkovski^I, Christine Hatté^{VI}, Michel Fontugne^{VI}, André Luiz Onghero^I,
Jéssica Pedroso Brizola^I, Marcos César Pereira Santos^{VII}

^IUniversidade Comunitária da Região de Chapecó. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó, Santa Catarina, Brasil

^{II}Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil

^{III}Muséum National d'Histoire Naturelle. Paris, França

^{IV}Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe, Brasil

^VScientia Consultoria Científica. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

^{VI}Laboratoire des Sciences du Climat et de l'Environnement. Gif-sur-Yvette, França

^{VII}Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz. Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados da escavação de uma deposição funerária relacionada à unidade arqueológica Guarani, encontrada no setor 2 do sítio multicomponential ACH-LP-07, na margem direita do rio Uruguai, município de Águas de Chapecó, Santa Catarina. São apresentados os procedimentos empregados em campo e em laboratório para escavação e análise tipológica de um recipiente cerâmico utilizado como urna funerária, bem como é feita análise das características dessa deposição e dos remanescentes ósseos humanos e a sua inclusão no contexto regional do alto rio Uruguai. Uma data de ¹⁴C de fragmento de carvão recuperado no entorno da deposição funerária revelou idade de 395 ± 40 AP, já adentrando o período colonial, mas sem evidências materiais de contato com os europeus. A análise da estrutura do enterramento contribui com novas informações relacionadas ao comportamento funerário da unidade Guarani, visto que, apesar de ser muito descrita pela literatura, carece de contextos documentados na perspectiva arqueológica.

Palavras-chave: Alto rio Uruguai. Deposição funerária. Unidade arqueológica Guarani.

Abstract: This work presents the results from excavating a funerary arrangement related to the Guarani archaeological unit found in sector 2 of the ACH-LP-07 multicomponent site on the right bank of the Uruguay River in Águas de Chapecó, Santa Catarina. The procedures used in the field and laboratory to excavate and conduct typological analysis of a ceramic vessel used as a funeral urn and to describe this arrangement, the human skeletal remains, and their inclusion within the regional context of the upper Uruguay River are presented for future archaeological interpretation. Carbon 14 dating of a charcoal fragment recovered from the area surrounding the funerary site revealed an age of 395 ± 40 BP, at the beginning of the colonial period, but no material evidence of contact with Europeans was found. Analysis of the burial structure contributes new information on the funerary behavior of the Guarani unit, because even though it has been thoroughly described in the literature, contexts documented from an archaeological perspective are lacking.

Keywords: Upper Uruguay River. Funerary deposit. Guarani archaeological unit.

CARBONERA, Mirian; SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da; LOURDEAU, Antoine; HERBERTS, Ana Lucia; KUCZKOVSKI, Francieli; HATTÉ, Christine; FONTUGNE, Michel; ONGHERO, André Luiz; BRIZOLA, Jéssica Pedroso; SANTOS, Marcos César Pereira. Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 625-644, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300008>. Autora para correspondência: Mirian Carbonera. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Rua Líbano, 111D. Chapecó, SC, Brasil. CEP 89805-510 (mirianc@unochapeco.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3651-1438>.

Recebido em 22/12/2017

Aprovado em 26/06/2018



INTRODUÇÃO

Os grupos relacionados à unidade arqueológica Guarani ocuparam amplas áreas da bacia do rio da Prata, assim como o litoral Atlântico do Sul do Brasil. No alto rio Uruguai, diferentes autores têm registrado sítios desta unidade, a exemplo de Schmitz (1957), Rohr (1966), Piazza (1969, 1971), Miller (1969, 1971), Chmyz e Piazza (1967), Goulart (1985a, 1985b, 1985c, 1997), Silva, O., et al. (1998), Lavina (2004), Caldarelli (2010) e De Masi (2012).

Com o objetivo de colaborar para o entendimento do comportamento mortuário dessa unidade arqueológica, apresentam-se os dados da escavação de uma deposição funerária com corpo dentro de recipiente cerâmico usado como urna funerária. O estudo desta deposição foi realizado no âmbito do Projeto “Povoamentos pré-históricos do alto rio Uruguai” (POPARU), missão franco-brasileira, iniciado em 2013, cujo propósito principal é produzir conhecimento sobre os povoamentos pré-históricos do Sul do Brasil. A estrutura funerária foi encontrada no setor 2 do sítio ACH-LP-07, que se localiza no município de Águas de Chapecó, Santa Catarina, na margem direita do rio Uruguai, em uma curva do rio conhecida como Volta Grande, próxima à foz do rio Chapecó (Figura 1).

Nessa mesma região, durante as pesquisas realizadas por Caldarelli (2010) para implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó, foram descritos ao menos seis sepultamentos em recipientes cerâmicos usados como urnas funerárias, relacionados à unidade Guarani. Estes sepultamentos, similares ao analisado aqui, foram interpretados e discutidos por Müller e Souza (2011).

A deposição funerária escavada no sítio ACH-LP-07 é formada por dois vasilhames cerâmicos inseridos em uma cova, sendo um recipiente utilizado como urna para acomodar o cadáver e outro empregado como tampa, ambos apresentando decoração plástica corrugada. As análises permitiram inferir que o sepultamento era primário, ou seja, uma deposição simples, caracterizada por enterramento ou inumação primária (Sprague, 2005), contendo um indivíduo adulto.

Apresentaremos a seguir o histórico da pesquisa, os dados de campo e de laboratório, bem como os resultados obtidos, fazendo uma análise a partir do contexto arqueológico local e regional. Destacaremos a importância desse achado para o conhecimento das sociedades da unidade Guarani, do Holoceno recente do alto rio Uruguai e, de forma mais ampla, da bacia do rio da Prata.

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ACH-LP-07 E A ESCAVAÇÃO DA DEPOSIÇÃO FUNERÁRIA

Na segunda etapa de campo da missão franco-brasileira ocorrida no ano de 2014, deu-se início à escavação do sítio ACH-LP-07, o qual é a céu aberto, multicomponencial, com ocupações pré-ceramistas, ceramistas e históricas. Ele está localizado em uma plataforma elevada (várzea), à margem direita do rio Uruguai, a uma altitude que varia entre 225 e 237 m, a aproximadamente 1 km à jusante do barramento da UHE Foz do Chapecó. Encontra-se inserido em uma área de 400 m de comprimento por 50 m de largura, no máximo. Essa porção da margem do rio foi poupada dos trabalhos de terraplanagem – empreendidos durante a construção da usina – e do posterior aterramento com vistas à implantação de açudes para reprodução de peixes, sendo parcialmente preservado o depósito sedimentar original, bem como os vestígios arqueológicos lá encontrados. Duas áreas estão sendo escavadas, o setor 2 e o setor 1, sendo o último exclusivamente pré-cerâmico, com uma antiguidade de mais de 11 mil AP. O setor 2, localizado a S 27° 07.797' W 053° 02.388', foi demarcado a partir da localização espacial da deposição funerária aqui analisada, que aflorava na superfície (Figuras 1 a 3) (Lourdeau et al., 2016). A preservação dos vestígios do nível de ocupação referente à unidade arqueológica Guarani, no sítio ACH-LP-07, foi bastante prejudicada. Além dos fatores ligados à construção da barragem já mencionados, ressaltam-se os trabalhos agrícolas empreendidos antes da implantação da usina hidrelétrica, somados a questões naturais, como alterações por fitoturbância, acidez do solo e umidade.

Em outras partes do sítio, além da deposição funerária situada no setor 2, é possível encontrar pequenas manchas de terra preta e principalmente fragmentos de cerâmica e de materiais líticos.

A escavação da deposição funerária foi efetuada em uma área quadriculada de 25 m², localizada no entorno da estrutura, com quadras de 1 x 1 m; a deposição situava-se nas quadras 3C, 3D e 4C. O procedimento da escavação

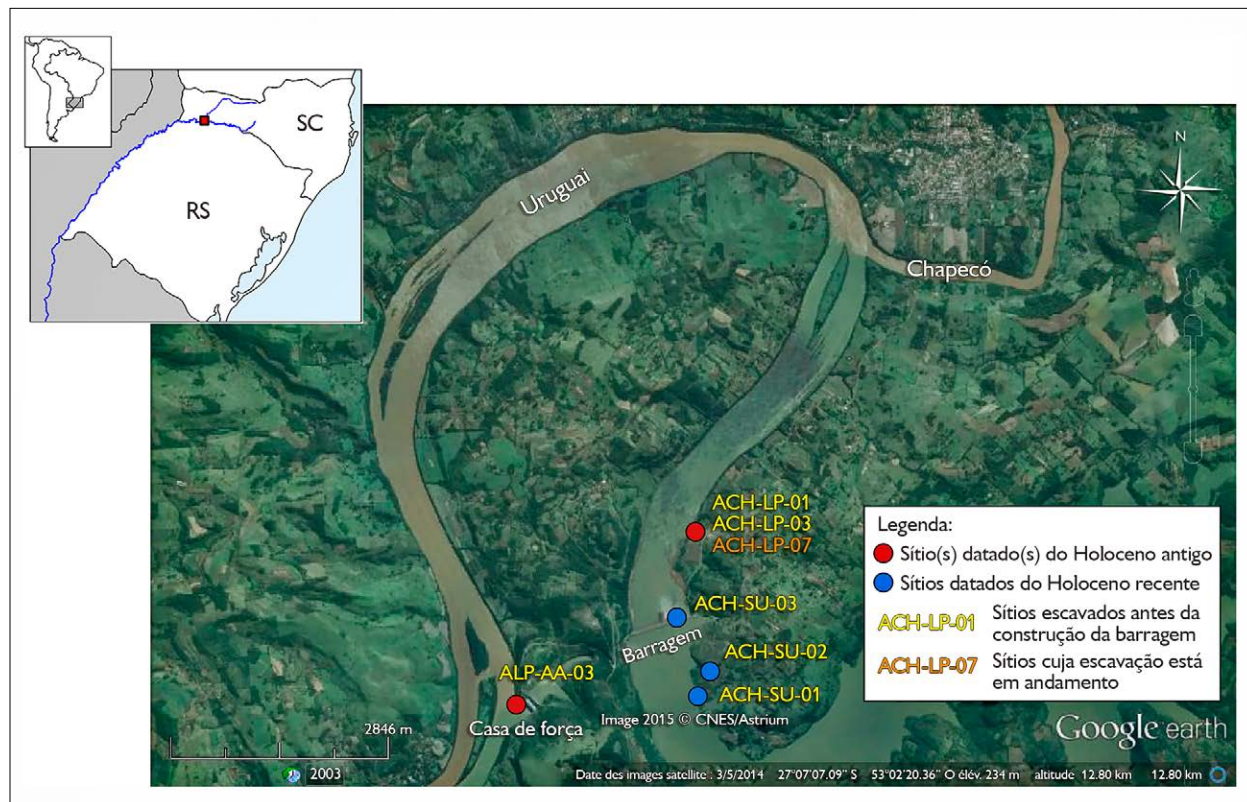


Figura 1. Mapa com a localização do sítio ACH-LP-07. Fonte: Lourdeau et al. (2016).



Figura 2. Sítio ACH-LP-07, setor 2, vista geral do contexto da deposição funerária durante a missão de 2014. Foto: Mirian Carbonera (2014).



Figura 3. Fotografia vertical da deposição funerária. Foto: Mirian Carbonera (2014).

visou evidenciar os contextos estratigráfico e sedimentar associados à estrutura. Observou-se, em campo, a ausência de diferenças entre o sedimento ao redor da urna e o sedimento do resto do setor, por critérios de textura e de cor. Na impossibilidade de identificar e de delimitar a cova preparada para a inumação, registrou-se tudo por meio de fotografias verticais e oblíquas, conforme recomendado em Barker (2002). Decidiu-se, então, recuperar a estrutura funerária do sítio em forma de bloco, para, posteriormente, proceder a escavação do interior do recipiente, objetivando a retirada dos elementos ósseos e de materiais associados, sendo esta atividade realizada no laboratório do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (CEOM/Unochapecó). Antes da remoção da estrutura, foram definidos e posicionados *in loco* três pontos de referência dentro do sistema de coordenadas cartesianas da escavação (x, y, z), com o intuito de reposicionar, no laboratório, o bloco extraído, exatamente na orientação e inclinação originais. Para realizar o transporte da estrutura funerária do sítio até o laboratório, optou-se por manter o conteúdo interno e cerca de 5 cm de solo da matriz no entorno da estrutura, sendo fixados com filme plástico. Posteriormente, o bloco foi retirado e colocado em uma caixa de madeira, preenchida de materiais macios para estabilizar, firmar e amortecer o contato do bloco com a estrutura e o caixote. Apesar das dificuldades com a remoção e o transporte do bloco devido ao seu peso, a grande vantagem dessa estratégia foi a possibilidade de realizar a escavação interna da estrutura em laboratório, com maior controle e melhor proteção dos vestígios, já que os ossos poderiam estar muito deteriorados.

Além do controle do posicionamento tridimensional dos vestígios, cada procedimento realizado durante as decapagens foi registrado com fotografias e desenhos. Cada vestígio retirado recebeu um número na ficha de campo e, posteriormente, um número geral de inventário. Para proceder à escavação do sedimento, tanto da parte interna como da externa, o qual estava muito seco e compacto,

foi necessário empregar borrifadores com água destilada. Utilizaram-se também ferramentas odontológicas para o sedimento, estecas apontadas de madeira e pincéis com cerdas naturais para ossos, cerâmicas e demais vestígios.

Primeiramente, foi realizada a remoção da parte interna, ou seja, a retirada dos fragmentos da tampa, do sedimento, de carvões, de ossos e de outros fragmentos de cerâmica que haviam se segmentado e caído no interior do bloco. Em relação aos ossos, optou-se pelo umedecimento gradativo, para que a retirada fosse menos prejudicial possível, tentando evitar ao máximo sua fragmentação. Em alguns casos, realizou-se a consolidação de poucos fragmentos fora da urna com uma solução de 20% de paraloide (B72) em acetona PA. Procurou-se, quando possível, não remover os fragmentos estáveis da parte externa do recipiente cerâmico. Ao ser finalizada a remoção dos vestígios da parte interna, efetuou-se a escavação do restante dos fragmentos cerâmicos, especialmente da urna, ainda inserida na porção externa da matriz circundante que compunha o bloco. Vale ressaltar que a estrutura funerária apresentou perturbação por raízes e outros elementos, que também contribuíram para o processo de decomposição dos ossos.

A escavação da matriz de solo – ou da unidade de escavação – no interior da estrutura foi realizada por meio de decapagens por “[...] níveis artificiais [...]” (Fernández Martínez, 2000, p. 79, tradução nossa) de aproximadamente 5 cm, técnica justificada pela invisibilidade macroscópica de níveis de sedimentos distintos dentro da matriz, de estrutura sedimentar natural, excetuando-se os ossos humanos. Acaso os ossos fossem considerados como ‘unidades de escavação’, a decapagem poderia ocorrer por ‘níveis naturais’, isto é, considerando-se exclusivamente a morfologia dos ossos. Inicialmente, retirou-se somente o sedimento e os fragmentos cerâmicos que haviam se depositado superficialmente, dentro dos intervalos de 5 cm, na parte interna, em decorrência de processos tafonômicos antigos, possivelmente associados à ação da água e a outros agentes naturais e culturais não identificados *in situ*.

Somente depois de completamente evidenciados, após as decapagens por níveis artificiais – considerando-se que alguns ossos apresentavam seus eixos longitudinais dispostos verticalmente ou obliquamente à base da vasilha e que as retiradas sequenciais do sedimento envolvente não possibilitavam a sua remoção –, foram retirados os ossos que se preservaram (Ubelaker, 1984; White; Folkens, 2005). Por fim, devido às intensas fragmentação e compactação do material, o bloco de sedimento contendo o crânio, localizado na base da urna, foi retirado inteiro e conservado desta forma, sendo, posteriormente, submetido à tomografia computadorizada (TC). Este bloco ainda não foi escavado. Também foram coletadas amostras de sedimento com restos de carvão, que estavam incrustados na parede do recipiente utilizado como urna. Nas Figuras 4 e 5, é possível observar a decapagem da parte interna da estrutura funerária, desde a superfície até a finalização.

Durante a escavação em laboratório, observou-se que, no decorrer da decapagem 5, tornaram-se visíveis

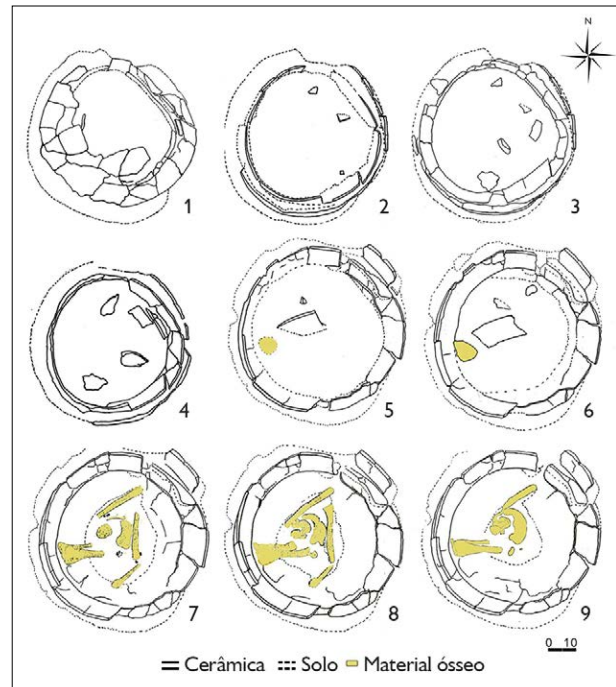


Figura 4. Representação das sucessivas decapagens desde a superfície até a retirada do bloco final. Desenhos: Regiane Eberts (2016).

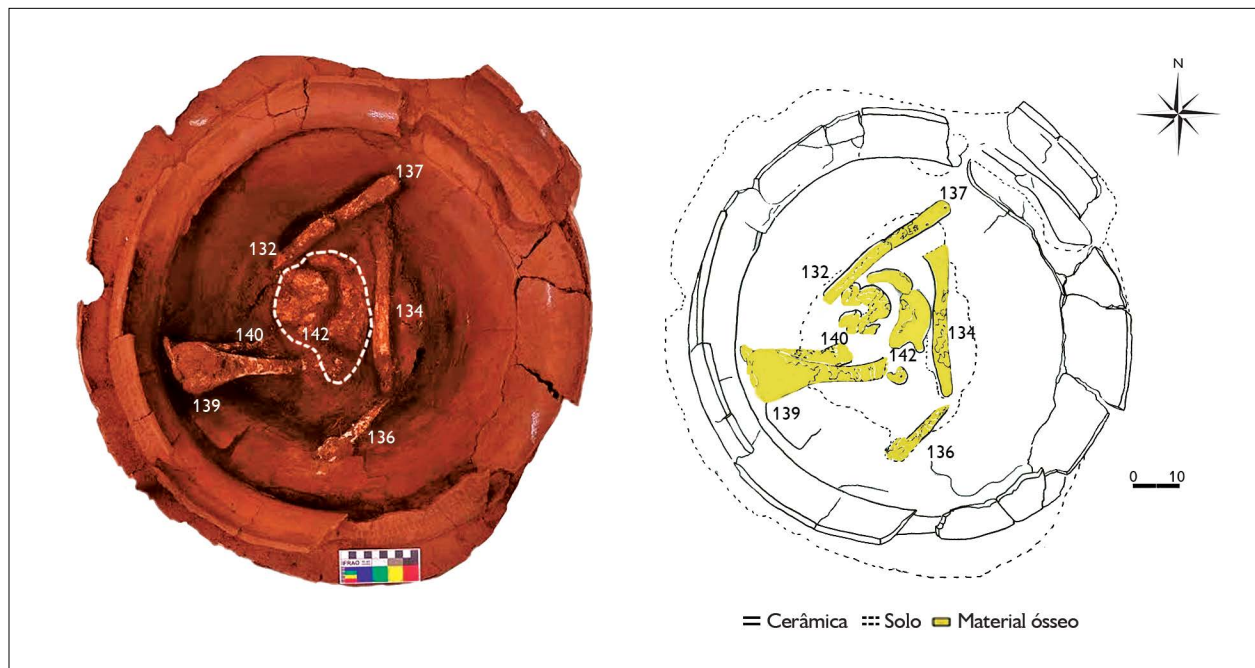


Figura 5. Visão geral dos remanescentes ósseos *in loco* na decapagem 7. Legendas: 137 = terço proximal da tíbia direita; 132 = terço distal da tíbia direita; 140 = tíbia esquerda (ao lado da fíbula esquerda); 139 = fêmur esquerdo; 134 = fêmur direito; 136 = úmero esquerdo; 142 = bloco com o crânio e a mandíbula articulados. Fonte: elaborada com base em Lourdeau et al. (2016). Desenho: Regiane Eberts (2016).

porções de ossos longos dos membros inferiores, indicadores da posição do corpo (sentado e fletido) (Figura 4, desenho 5). Tratam-se dos ossos do esqueleto que se preservaram em 'conexão anatômica'¹.

Os remanescentes ósseos são uma parcela ínfima do registro arqueológico. Convém observar que, mesmo quando encontrados pelos arqueólogos, eles apresentam limitações, já que sofreram diferentes processos e mudanças *post-mortem* (Müller; Souza, 2011; Silva, S., 2014; White; Folkens, 2005). Estes processos envolvem remodelações associadas às modificações tafonômicas, que podem ser causadas por agentes físicos, incluindo remodelações químicas provocadas pelas variações de temperatura e de umidade, por processos pedológicos e hidrológicos, bem como por perturbação por animais e por plantas, por exemplo (White; Folkens, 2005). No caso da deposição do setor 2 do sítio ACH-LP-07, a fragmentação da tampa e/ou o seu movimento permitiu a entrada de sedimento, assim como a ação de raízes que provocaram a degradação do esqueleto e a parcial desconexão anatômica entre os ossos. Umidade, plantas e microrganismos presentes no solo contribuíram para a decomposição dos ossos, tornando-os friáveis no momento da escavação (Figuras 6 e 7).

A designação de sepultamento primário (Ubelaker, 1984; White; Folkens, 2005; Duday, 2009) ou de deposição simples (Sprague, 2005) está fundamentada principalmente pela presença de 'conexão anatômica' (*articulation*) entre os principais ossos do esqueleto, como fêmures, tíbias, fíbulas, úmeros e crânio/mandíbula. Após a decapagem do esqueleto, observou-se que o crânio estava depositado sobre os ossos dos quadris,



Figura 6. Remanescentes ósseos degradados, assim como pequenas raízes e sedimento, fragmentação da urna e parede interna enegrecida. Fêmur e tíbia esquerdos (à direita) e úmero esquerdo (à esquerda). Foto: Mirian Carbonera (2016).



Figura 7. Remanescentes ósseos do crânio degradados e dentes (primeiro plano), assim como raízes e sedimento, além da fragmentação da urna e parede interna enegrecida. Foto: Mirian Carbonera (2016).

disposto com a superfície lateral direita sobre eles. Os ossos parietais e frontais encontravam-se esmagados, sob fragmento de cerâmica do recipiente utilizado como tampa².

¹ O termo aqui adotado foi empregado por Ubelaker (1984), White e Folkens (2005), Sprague (2005) e Mays (2010) como '*articulation*' ou mesmo em suas variações, incluindo os termos "*semi-articulated*", "*partial articulation*", "*rearticulated*", "*disarticulated*" e "*disturbed*" (Sprague, 2005, p. 29).

² A presença do crânio, com mandíbula em conexão anatômica, na região dos ossos dos quadris e neste nível indica que houve espaço suficiente dentro do recipiente cerâmico para a decomposição e a desarticulação das vértebras cervicais e para a consequente queda do esqueleto da cabeça sobre o canal pélvico antes do preenchimento total da 'urna' com sedimento da matriz circundante e dos níveis superiores da abertura da 'tampa'. Na sequência dos processos de formação do depósito arqueológico, a presença do fragmento de 'tampa' imediatamente depositado sobre os ossos do crânio indica que houve espaço suficiente no vasilhame cerâmico para a sua queda e reposicionamento neste nível.

A maxila esquerda encontrava-se junto ao terço proximal do fêmur esquerdo. Existem vários vestígios de ossos compactados encontrados e mantidos em um bloco único, os quais, porém, estão comprometidos, devido ao avançado estado de decomposição óssea. Para se ter melhor ideia do bloco retirado com o crânio, foram realizadas imagens tomográficas 3D (TC3D), nas quais foi possível visualizar partes do esqueleto em blocos, sem intervenção invasiva (Figura 8).

Nestas imagens de tomografia do bloco retirado do fundo do recipiente cerâmico (Figura 8), é visível a matriz sedimentar em cinza médio e claro; em branco, observa-se o esmalte dentário; em cinza escuro e preto, são vistas as substâncias compacta e trabecular. Os ossos do esqueleto encontravam-se em conexão anatômica parcial³, apresentando as seguintes características: a) manutenção da conexão anatômica entre o crânio e a mandíbula, indicada pela oclusão entre os dentes superiores e inferiores (Figuras 8B e 8C), com presença de esmagamento dos ossos do neurocrânio e do viscerocrânio (Figura 8), da conexão anatômica entre fêmur (Figura 5, número 139) e tíbia (Figura 5, número 140) esquerdos, no nível da epífise distal do fêmur e proximal da tíbia. Nessa relação, inclui-se a fíbula esquerda, muito decomposta, também verticalizada e paralela à tíbia, em conexão anatômica parcial, com leve

deslocamento do terço proximal. Os terços proximais e distais da tíbia e da fíbula esquerdas coincidem com posições compatíveis com a manutenção da conexão anatômica entre elas; b) a relação de posição e de localização do úmero esquerdo, verticalizado e com a epífise proximal para cima, e distal para baixo, em direção ao fundo do recipiente, indica presença de manutenção temporária da conexão anatômica deste osso com os ossos cingulo dos membros superiores, totalmente decompostos, não mais observáveis durante a escavação. Em decorrência do mau estado de conservação do esqueleto, com acelerada decomposição da substância compacta e especificamente da substância trabecular dos ossos, existe um problema de identificação precisa do úmero, da tíbia, do fêmur e da fíbula direitos.

Entre os dados do perfil biológico (DiGangi; Moore, 2013), foi inferida a idade do indivíduo escavado após análise das imagens de tomografia do crânio. Conforme Brothwell (1981), Ubelaker (1984) e White e Folkens (2005), a presença de terceiros molares erupcionados é indicativa de idade aproximada de 21 anos ou mais. Sobre esse dado especificamente, o fechamento das linhas epifisiais, os aspectos da superfície auricular, a sínfise púbica, as suturas cranianas e a extremidade esternal de costela não puderam ser observados ou avaliados de forma conjunta.

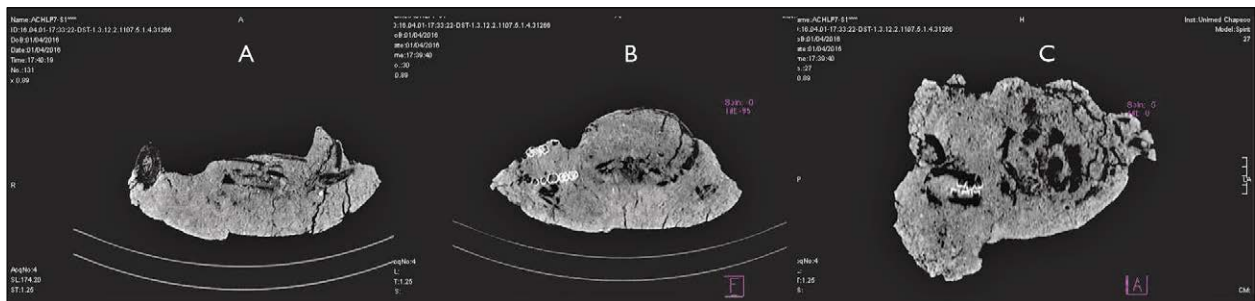


Figura 8. Bloco contendo o crânio retirado do fundo do recipiente cerâmico: A) crânio; B) crânio visto pela base; C) crânio visto pela norma lateral esquerda. Fonte: Hospital Unimed Chapéco (2016).

³ Este termo refere-se às denominações sugeridas por Sprague (2005, p. 29) como “[...] *partial articulation* [...]” e “[...] *semi-articulated* (*semi-articulation*, *semi-disarticulated*) [...]”, substituídas aqui por ‘conexão anatômica parcial’.

Quanto ao sexo, não estavam preservados os caracteres dimórficos, como aqueles descritos para o crânio e a mandíbula, para os ossos dos quadris ou para as cabeças de úmero, de rádio e de fêmur (Buikstra; Ubelaker, 1994; White; Folkens, 2005; Bass, 2005). Não foram realizadas aproximações de comprimentos máximos dos ossos longos a partir de seus fragmentos (Steele; Bramblett, 1988) para a estimativa da estatura ou para o registro de remodelações ósseas decorrentes de doenças, de traumas e de anomalias. A estimativa da estatura, dos dados paleopatológicos, da análise morfométrica comparada das diáfises preservadas, dos estudos histológicos e biomoleculares (DiGangi; Moore, 2013) ainda deve ser objeto de um artigo, após a reconstituição dos fragmentos e a recuperação sistemática do crânio, de dentes, de ossos da pelve e de amostras para datação (dente e parte petrosa do temporal), ainda mantidos em bloco para a sua preservação.

HIPÓTESES PARA A INTERPRETAÇÃO SOBRE O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DOS OSSOS DO ESQUELETO NO RECIPIENTE CERÂMICO

Sobre o aspecto final da disposição dos ossos, sugere-se a seguinte hipótese: a tibia direita (Figura 5, terço distal, número 132, e terço proximal, número 137, separados por quebra e reposicionados durante a penetração de sedimento na urna) e o fêmur direito (Figura 5, número 134) apresentavam manutenção da conexão anatômica entre eles quando o maior osso, ainda articulado ao osso do quadril direito (decomposto), sofreu um giro sobre os ossos já sem conexão anatômica do tronco, resultando na acomodação do seu terço distal junto do terço distal do úmero esquerdo (Figura 5, número 136), e a diáfise com sua face anterior voltada para a base do crânio. A identificação precisa demanda análise comparada morfooscópica e morfométrica dos acidentes anatômicos ainda preservados nos fragmentos de diáfises e de epífises (Figura 5, números 132, 134 e 137).

A queda do crânio, com o decorrer do processo de decomposição do corpo, teria resultado no deslocamento

moderado da tibia direita e na perda da conexão anatômica da epífise distal e consequente rotação do eixo longitudinal do fêmur direito. Este osso longo teria sofrido a maior mobilidade ainda antes do preenchimento da urna com o sedimento local, possivelmente pela perda de conexão anatômica com a tibia e pela consequente rotação da cabeça no acetábulo. Posteriormente, durante o preenchimento e a acomodação sedimentar no interior da urna e o início da decomposição óssea, a tibia teria se fragmentado e os demais ossos, sofrido esmagamentos e perda acentuada das suas substâncias compactas e esponjosas. A invisibilidade da grande maioria dos ossos do esqueleto axial e dos pés e das mãos no contexto da escavação deve-se à sua decomposição muito severa.

A perda da conexão anatômica do crânio (com a mandíbula) em relação às vértebras cervicais (C1, atlas, e C2, axis) é relativamente comum em esqueletos de sepultamentos primários em urnas, cestos ou covas, principalmente quando o cadáver é depositado sentado (Castro et al., 2015; Solari et al., 2016). Após decorrido algum tempo da deposição do corpo, um novo espaço interno no recipiente (ou cova) se forma, resultante da decomposição e da perda dos tecidos moles do corpo, ocorrendo acomodação dos ossos do esqueleto, com consequente perda (parcial ou total) das conexões anatômicas entre eles. A queda do crânio sobre os ossos dos quadris, durante a decomposição final do corpo – em um espaço vazio dentro da urna, ainda não totalmente preenchida pelos sedimentos da matriz de solo circundante –, ocasionou a perda da conexão anatômica entre outros ossos próximos, como se observou com o fêmur direito. A perda da conexão ou da articulação entre os ossos poderia ser minimizada nos casos de rápido preenchimento do interior da urna com sedimentos externos, em decorrência de fatores tafonômicos mais imediatos ao momento da deposição funerária.

Foi observada a manutenção da conexão anatômica entre fêmur (139), tibia (140) e fíbula esquerdos (muito decomposta). Observou-se a perda da conexão anatômica

entre os remanescentes de ossos longos do membro inferior direito (denominados de tibia, números 132 e 137, e de fêmur, número 134). Não foi observada, na reconstrução oferecida pelas imagens tomográficas, a manutenção da conexão anatômica, especificamente entre as cabeças dos fêmures e os acetábulos dos ossos dos quadris, embora os eixos destes ossos longos e de seus terços proximais indicassem essa conexão. É possível que a cabeça do fêmur direito estivesse ligeiramente deslocada do acetábulo esquerdo.

O úmero esquerdo encontrava-se verticalizado, apresentando seu terço proximal em nível mais inferior ao da epífise distal do fêmur esquerdo. O eixo longitudinal dele encontrava-se em relação de paralelismo com o eixo longitudinal do fêmur esquerdo, com leve inclinação lateral. O úmero direito e os demais ossos dos braços, severamente decompostos e não identificados claramente durante a escavação do recipiente, encontravam-se esmagados e depositados sob o fêmur direito e o crânio, com perda da manutenção de conexão anatômica do terço proximal do úmero.

Os ossos dos membros superiores, incluindo os raios e as ulnas de ambos os lados, bem como o úmero direito, estavam sob o crânio e o fêmur direito deslocado e foram retirados em bloco. Entretanto, foram observadas secções transversais de diáfises, possivelmente pertencentes aos ossos metatarsais dos pés (Figuras 8B e 8C).

Ao final da escavação, o esqueleto estava representado por segmentos decompostos das diáfises dos fêmures, das tíbias, da fíbula esquerda, do úmero esquerdo, de porções do neurocrânio extremamente fragmentadas e reacomodadas por esmagamento resultante do peso do substrato e da fragilidade dos tecidos ósseos decompostos, de massas de ossos alveolares e de dentes remanescentes (observáveis durante a escavação e inseridos no bloco tomografado na Figura 8).

Por fim, os ossos de pés e de mãos, bem como da coluna vertebral, costelas, sacro, ossos dos quadris,

esterno, clavículas, escápulas, úmero direito, ulnas, raios e hioide não estavam visíveis, exceto as diáfises dos ossos dos metatarsos e dos metacarpos, observáveis nas imagens tomográficas (Figura 8). Assim, os indicadores do contexto arqueológico dos remanescentes denotaram que o esqueleto se encontrava articulado, em posição sentada, o que foi observado pela presença de conexões anatômicas persistentes (Duday, 2009) entre os ossos longos, especialmente dos membros inferiores. A mudança de posição de alguns ossos resulta da decomposição do corpo, associada à perda da conexão anatômica entre eles e à presença de espaços vazios no interior do recipiente. Nesse caso, para White e Folkens (2005, p. 15), esses ossos estão em um “[...] anatomically natural arrangement [...]” ou propriamente em uma conexão anatômica (Duday, 2009), característica de um sepultamento primário. Ainda, a limitação espacial dentro do recipiente cerâmico usado como urna corroborou a estabilização da posição de alguns ossos longos, que permaneceram em conexão anatômica em relação aos demais ossos do esqueleto e ficaram apoiados nas paredes internas do bojo do recipiente. A posição do corpo, mesmo por causa das limitações do espaço interno do recipiente, deve ter sido a hiperfletida, vertical (sentado), com eixos longitudinais entre fêmures e tíbias/fíbulas, com ângulos menores do que 35°, e braços dispostos entre as pernas, com a face junto dos joelhos. Essa posição foi também observada por Pallestrini (1969), na escavação, feita em laboratório, de uma urna com aproximação cultural Guarani, coletada no sítio Fonseca, em São Paulo, porção centro-meridional do Brasil, datada entre 400 e 500 AP.

OS CONTEXTOS CRONOLÓGICO E ARQUEOLÓGICO E AS CARACTERÍSTICAS TECNOMORFOLÓGICAS DOS VASILHAMES CERÂMICOS

Após a retirada dos ossos e a escavação completa dos vasilhames cerâmicos, foi realizada a curadoria dos

fragmentos; na sequência, foi feita a reconstituição⁴, a fim de obter-se a forma original dos vasilhames (Figura 9). Ao final, foi possível observar as características tecnológicas e morfológicas dos recipientes. O vaso utilizado como urna possui diâmetro de boca de 58 cm, altura de 53 cm, espessura média de 10 mm e circunferência do ombro inferior de 192 cm. Apresenta queima do tipo oxidada incompleta, com acabamento corrugado na face externa, borda extrovertida, lábio plano e arredondado, duplo ombro escalonado e formato cônico. Uma análise macroscópica da pasta indica grãos de areia, chamote e óxidos de ferro. A tipologia da vasilha é forma fechada de contorno complexo e proporção funda.

Já o recipiente utilizado como tampa possui diâmetro de boca de 65 cm, espessura média de 10 mm e

circunferência da inflexão de 203 cm. A altura sem a base é de 26 cm, já a altura estimada foi de 36 cm, uma vez que a base e a parte do bojo inferior não foram encontradas, talvez por provavelmente terem sido levadas pela água da enchente que expôs o conjunto. A queima é do tipo oxidada incompleta e o corrugado foi empregado como acabamento de superfície externa. A borda é direta, com inclinação de 100°, e apresenta formato de meia esfera. Na análise macroscópica da pasta, observam-se grãos de areia, chamote e óxidos de ferro. A tipologia desta vasilha é fechada de contorno simples e proporção funda.

A reconstituição permitiu que fosse obtida a forma completa do vasilhame utilizado como urna⁵, possibilitando, assim, melhor interpretação desse utensílio em seu contexto social. Antes de fazer parte do contexto funerário, o vaso

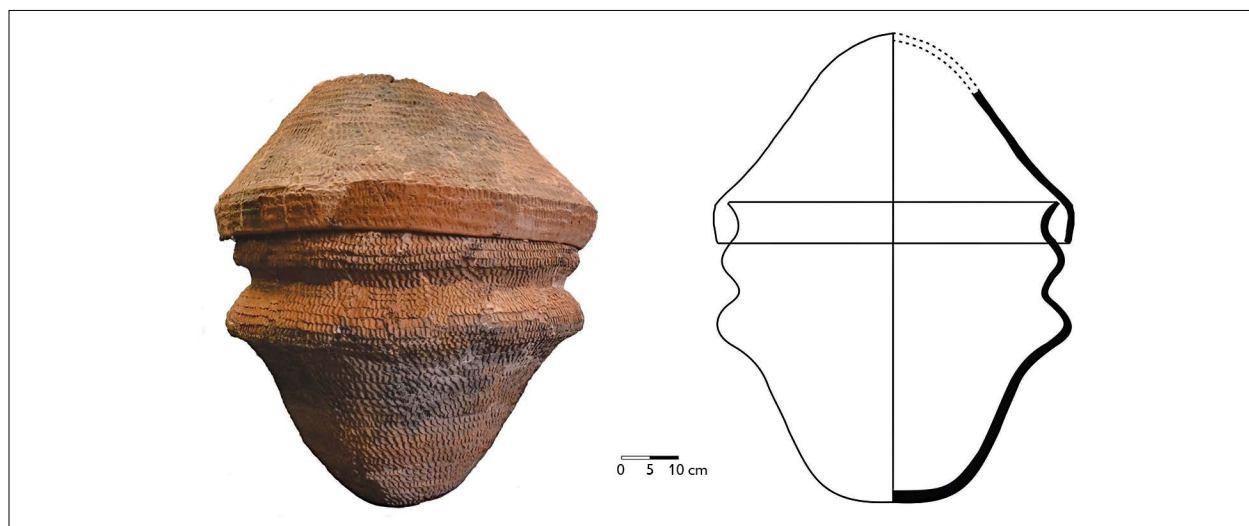


Figura 9. Reconstituição tecnomorfológica dos recipientes utilizados como urna e tampa. Fonte: Lourdeau et al. (2016).

⁴ Os fragmentos pertencentes aos recipientes foram inicialmente higienizados e inventariados. Em seguida, foram reunidos para reconstituição dos recipientes, a fim de que, assim, fossem obtidas as formas da tampa e da urna. Os fragmentos a serem colados foram limpos nas superfícies de quebra com acetona PA. Posteriormente, foi aplicada superficialmente uma camada de Primal como selante; depois, o adesivo paraloid (B72). Depois que os fragmentos foram colados, utilizaram-se fita e tecidos para secagem do adesivo, com o objetivo de manter a estrutura firme, a fim de não ocorrer a movimentação dos fragmentos. As tiras de fita adesiva neutra e o tecido que foram usados para fixar temporariamente os fragmentos em processo de colagem foram removidos após a secagem completa do adesivo. Nas partes faltantes de grandes proporções, o preenchimento inicial foi feito com tela plástica, porque ela contribui para manter a camada de gesso, colocada em sequência. A parte final compreendeu o preenchimento de todas as partes faltantes com gesso pigmentado. O acabamento consistiu em retirar o excesso de gesso das partes interna e externa, e fazer a limpeza dos recipientes com uma esponja úmida.

⁵ Para Müller e Souza (2011, p. 174), o termo "[...] urna funerária [...]" só pode ser utilizado quando comprovada a relação da cerâmica com o sepultamento ou com vasilhames de diferentes formas e tamanhos utilizados durante o ciclo funerário.

cerâmico foi empregado como recipiente utilitário, destinado para o cozimento no fogo. Essa inferência é feita com base na mancha enegrecida, observada na face interna do recipiente, que se estende da base até aproximadamente 22 cm de altura do bojo; nota-se também a presença de pontos de acresções com fuligem, indicando seu uso anterior para cozimento (Figuras 6, 7 e 10). Entretanto, durante a escavação e na etapa de reconstituição do vaso, não foi possível identificar qualquer tipo de quebra, rachadura ou marca que remetesse a um possível motivo de descarte de uso doméstico para reutilização como urna funerária. A face externa também apresenta manchas escuras na porção mesial do bojo (Figuras 9 e 10), as quais estão em posição distinta das observadas na face interna. Muito provavelmente elas são marcas das rochas que serviram de apoio quando o vaso era utilizado no fogo. Quanto ao recipiente utilizado como tampa, infelizmente, não foi possível encontrar sua base. A parte restante não apresentou manchas escuras, entretanto, pequenos pontos de fuligem são visíveis na face externa.

Um estudo etnoarqueológico com os Kalinga foi desenvolvido por Skibo (1992). O autor observou que os diferentes tipos de alimentos e suas respectivas formas de cozimento deixam marcas distintas na cerâmica.

Por exemplo, no cozimento de alimentos pastosos, como o arroz, é comum que ocorra a carbonização no fundo da panela, em razão do ressecamento da água. No tocante à determinação da função dos vasos, as acresções na superfície cerâmica podem se apresentar de duas formas gerais: como depósitos de carvão que resultam do cozimento sobre fogo aberto e como resíduos deixados por um conteúdo (Skibo, 1992). Normalmente, segundo o autor, a presença de fuligem é usada de forma frequente para discriminar os vasos de cozimento. Além disso, de acordo com Skibo (1992), o uso pretendido de um recipiente cerâmico não é sempre igual ao uso atual. Mencione-se como exemplo disso o fato de que, entre os Kalinga, se um pote de cozimento de arroz de tamanho apropriado não estiver disponível, um pote que era utilizado para preparar vegetais ou carne pode ser empregado para tal função. O trabalho de Skibo (1992) contribui para a reflexão sobre as possíveis adaptações realizadas pelos grupos humanos da unidade arqueológica Guarani, na busca de alternativas para a resolução de problemas diários, e também sobre como os vasilhames confeccionados com funções primárias de armazenar, de cozinhar ou de servir poderiam ser posteriormente empregados para funções secundárias, como urnas, dentro dos ciclos funerários.

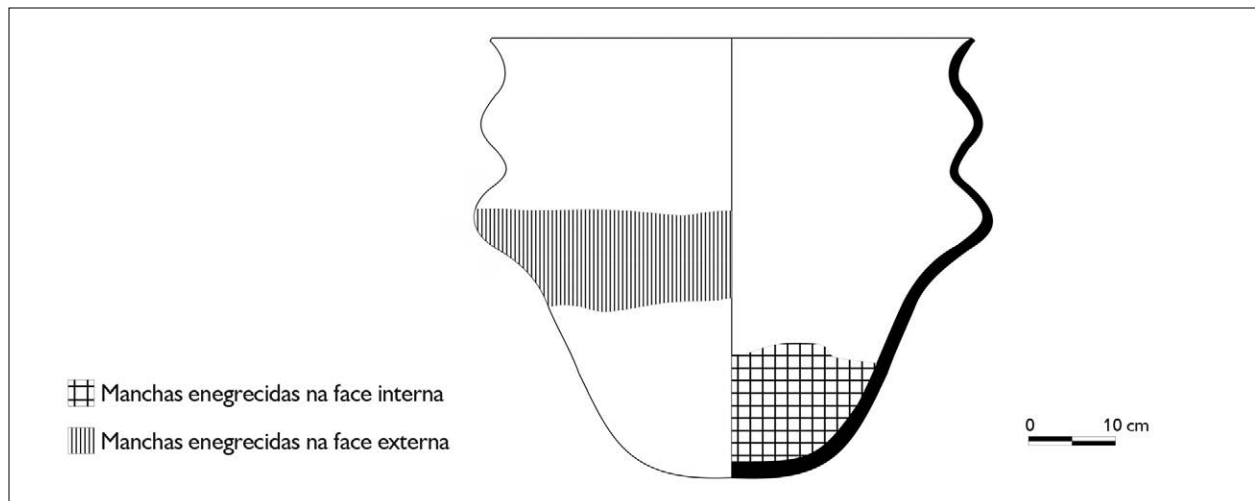


Figura 10. Vaso utilizado como urna, indicando a localização das manchas enegrecidas nas faces interna e externa. Desenho: Lucas Camargo (2017).

Além disso, La Salvia e Brochado (1989) apontam que as vasilhas da subtradição Guarani com base conoidal ou arredondada, bojo saliente, borda côncava, reta ou extrovertida e boca restringida teriam como principal função o cozimento de alimentos ao fogo.

Por sua vez, Müller e Souza (2011) colaboram para a hipótese de que os Guarani não confeccionavam cerâmica especialmente para ser usada como urnas funerárias, apontando para o uso de recipientes que já não podiam ser empregados nas tarefas diárias, por apresentarem rachaduras ou alguma parte faltante. Segundo as autoras, as “[...] ‘urnas funerárias’ Guarani, enquanto recipientes específicos não existem. Sua existência tem sido confirmada, no entanto, enquanto função” (Müller; Souza, 2011, p. 174).

As práticas mortuárias fazem parte dos sistemas sociais dos grupos humanos, sendo o sepultamento elemento de um funeral, o qual, por sua vez, parte de um conjunto de rituais pelos quais os vivos relacionam-se com a morte. Os rituais expressam símbolos, normas e costumes (Castro et al., 2015).

É crescente o número de trabalhos interdisciplinares levando em consideração dados etnohistóricos e etnográficos como importantes ferramentas conceituais e metodológicas para investigar profundamente os processos históricos de longa duração dos Guarani antes da conquista europeia (Noelli, 1993; Bonomo et al., 2015). No entanto, segundo Rizzardo (2017), estes dados precisam ser analisados com cautela, tendo em vista o contexto em que foram escritos, já que os cronistas europeus utilizavam filtros ocidentais para descrever os grupos indígenas. Os documentos etnohistóricos são raros para a região estudada, exceto por uma breve menção do início do período colonial, que atesta a presença Guarani, mas não detalha informações sobre deposições funerárias. Esse relato foi realizado pelo militar alemão Ulrich Schmidel, entre 1552 e 1553, que atravessou o rio Peperi-Guaçu e

chegou à margem direita do rio Uruguai, aproximadamente na região do atual município de Palmitos, Santa Catarina. Segundo a interpretação de Maack (1968), Ulrich Schmidel encontrou uma povoação de indígenas da nação ‘Biessaie’ nesse local (Mbiazais – Mbyãs = Guarani).

Em razão da organização das tribos tupi-guaranis em grupos extensos e grandes famílias, César (1977) aponta como essas sociedades, estreitamente unidas pelas grandes famílias, importavam-se com os sepultamentos de seus falecidos. Isso explica, segundo esse autor, o cuidado de preparar os mortos, de preservar o cadáver do contato com a terra, mas, principalmente, de “[...] protegê-lo contra maus espíritos, do mundo dos vivos e de facilitar a viagem além-túmulo” (César, 1977, p. 27). Para César (1977), os Guarani deveriam utilizar outras formas de enterro para além do primário (o corpo colocado sem demora na urna) e do secundário (os ossos desenterrados e colocados na urna).

A estrutura funerária aqui analisada é composta por um grande vaso cerâmico, utilizado como recipiente para acomodar o cadáver (urna), e por outro menor, como tampa, evidenciando, assim, o cuidado e a proteção do corpo para evitar o contato com a terra. Embora a estrutura tenha sido muito modificada por processos pós-deposicionais, as análises indicam deposição simples, sepultamento primário, de um único indivíduo adulto, com esqueleto articulado, corpo depositado sentado dentro do recipiente cerâmico, associado à cultura Guarani, sem remanescentes de acompanhamentos funerários não perecíveis.

A estrutura não foi ainda datada diretamente. Quatro datações por radiocarbono foram efetuadas no setor 2 (Lourdeau et al., 2016) (Tabela 1). No momento da escavação, próximo à deposição funerária, quase na superfície, duas manchas de cinzas foram localizadas. Um fragmento de carvão de cada mancha foi datado, sendo que os dois resultados apontaram uma data mediana de 1880 AD (105 ± 30 yr BP⁶, Gif13118/SacA40195;

⁶ yr BP: *years before present*, anos antes do presente, 1950 por convenção.

115 ± 30 yr BP, Gif13119/SacA40196). Devido ao contexto histórico da região, tais datas não podem ser associadas à deposição funerária aqui estudada. As manchas decorrem provavelmente das atividades agrícolas dos habitantes atuais da região, podendo ser marcas de estacas queimadas.

No setor 2 do sítio ACH-LP-07, ao redor da urna, um nível arqueológico (nível 1) foi encontrado, exclusivamente composto por material lítico, sem evidências de ligação com a unidade arqueológica Guarani e aparentemente mais antigo (Lourdeau et al., 2016). Até o ano de 2017, nenhuma estrutura de combustão foi encontrada nele, mas alguns pequenos carvões espalhados foram coletados. Dois deles foram datados, dando resultados muito diferentes – 395 ± 30 yr BP (Gif13160/SacA44482) e 7160 ± 40 yr BP (Gif13161/SacA44483) –, ou seja, datas calibradas respectivas de 1455-1625 Cal AD (data mediana: 1547 AD) e 8015-7850 Cal AP. Pelo contexto regional, especificamente os resultados apresentados pelas pesquisas realizadas por

Caldarelli (2010), a data mais recente é coerente com uma ocupação Guarani, podendo esta corresponder à data da estrutura funerária. O carvão datado seria, então, intrusivo no nível 1, talvez devido a uma perturbação consecutiva à escavação da fossa para o enterramento da urna. Já a data de aproximadamente 8.000 anos antes do presente poderia corresponder à idade do nível 1. No estado atual da pesquisa, privilegiamos então essa data de 395 ± 30 yr BP para a deposição funerária aqui estudada, salientando que se trata, por enquanto, de uma hipótese de trabalho, e não de uma idade definitiva.

Embora se localize já em período histórico, não se observou nenhum sinal de contato com o europeu. A localização dentro do contexto do sítio ACH-LP-07 permite o entendimento de que a área onde se encontrou a deposição funerária tenha sido destinada pela unidade Guarani para sepultamento, já que no entorno imediato não se evidenciou cerâmica, terra preta ou demais vestígios que indicariam, por exemplo, um local de moradia (Lourdeau et al., 2016).

Tabela 1. Datas radiocarbônicas por espectrometria de massa com aceleradores (AMS) obtidas a partir de carvões encontrados no setor 2 do sítio ACH-LP-07. As idades foram calibradas utilizando-se a curva de calibração ShCal13. Os intervalos das datas calibradas são dados com 2 sigma, ou seja, com um nível de confiança de 95,4%.

Número do laboratório	Idade 14C (yr BP)	Intervalos de datas calibradas (2σ)	Data calibrada mediana	Observação
Gif13160/SacA44482	395 ± 40	[1455 AD; 1525 AD] (42,8%) [1535 AD; 1625 AD] (52,6%)	1547 AD	Carvão nível 1
Gif13161/SacA44483	7160 ± 40	[8015 cal yr AP; 7910 cal yr AP] (71,0%) [7910 cal yr AP; 7850 cal yr AP] (24,4%)	7947 cal yr AP	Carvão nível 1
Gif13118/SacA40195	105 ± 30	[1695 AD; 1725 AD] (12,7%) [1810 AD; 1840 AD] (22,8%) [1840 AD; 1870 AD] (12,3%) [1875 AD; ...] (47,6%)	1866 AD	Mancha de cinza recente
Gif13119/SacA40196	115 ± 30	[1695 AD; 1725 AD] (13,9%) [1805 AD; 1875 AD] (35,6%) [1875 AD; ...] (45,9%)	1862 AD	Mancha de cinza recente
Gif13118/SacA40195 e Gif13119/SacA40196 combinados		[1700 AD; 1725 AD] (10,6%) [1810 AD; 1840 AD] (24,7%) [1845 AD; 1870 AD] (9,6%) [1880 AD; ...] (50,5%)	1880 AD	Mancha de cinza recente

ANÁLISE DA DEPOSIÇÃO FUNERÁRIA NO CONTEXTO REGIONAL

Sepultamentos da unidade Guarani são tema comum na literatura arqueológica da bacia do rio da Prata, sejam as inumações diretas ou feitas em urnas. Um registro antigo foi realizado ainda no século XIX por Ambrossetti (1895). Somaram-se, desde então, muitos outros trabalhos que têm descrito e analisado esses achados: Lothrop (1931), Vignati (1941), Rohr (1966), Chmyz (1974), Lavina (1999), Kashimoto e Martins (2009), Klampt (2005), Pestana (2007), Müller e Souza (2011), Loponte et al. (2011), Mazza et al. (2016), entre outros. Compilações e análises dos dados arqueológicos relativos aos sepultamentos Tupi do período pré-contato e fontes etnográficas quinhentistas foram recentemente reunidas e discutidas por Rizzardo (2014, 2017) e Rizzardo e Schmitz (2015).

Na região do alto rio Uruguai, esses achados carecem de informações provenientes de escavações sistemáticas, já que, na maioria das vezes, os sepultamentos foram encontrados pelos moradores durante suas atividades de derrubada da floresta, de agricultura, de terraplanagens, de abertura de estradas, entre outras. Müller (2006) apontou como é comum os museus locais catarinenses salvaguardarem vestígios ósseos procedentes de enterramentos Guarani.

Desde fins do século XIX, são relatados achados de sepultamentos relacionados à unidade Guarani na região do alto Uruguai, como os descritos por Maximiliano Beschören⁷. Segundo o autor, nas proximidades da foz do rio Chapecó foram encontrados “[...] sob oito palmos de terra, grandes pratos de argila de 1 a 2 metros de diâmetro, com restos de ossos humanos, na maioria, reduzidos a pó” (Beschören, 1989 [1889], p. 51-52).

Na primeira metade do século XX, colonizadores europeus ou seus descendentes relatam ter encontrado vestígios arqueológicos ao iniciarem as atividades de cultivo,

entre os materiais estão os sepultamentos em urnas. Koelln (2004) refere-se a um achado na margem direita do rio Uruguai, próximo à sede de Porto Feliz, hoje município de Mondaí, Santa Catarina:

[...] descobriu-se o primeiro cemitério indígena com inúmeras urnas funerárias, em parte com esqueletos ainda bem conservados. Os mortos eram colocados de cócoras e, junto deles, pequenos vasos e tigelas, provavelmente contendo alimentos. Além disso, foram encontrados muitos instrumentos de pedra, armas, enfeites, pedras semi-preciosas [sic], algumas não existentes nesta região, inclusive pérolas de vidro, dado indícios de contato com brancos. Seguiram-se achados nas margens do Uruguai. Foram encontrados amplos cemitérios, onde os túmulos eram assinalados por pontas de pedra, altas urnas com colchetes para fixação das tampas e tigelas pintadas com desenhos quase clássicos. (Koelln, 2004, p. 20-21).

A frequência dos achados na região do alto rio Uruguai motivou as pesquisas de Schmitz (1957) e de Rohr (1966) no município de Itapiranga, Santa Catarina, na fronteira com a Argentina. Schmitz (1957) descreve um sítio da subtradição Guarani localizado na comunidade de Sede Capela, nas terras do pré-seminário jesuíta. Além de manchas de terra preta associadas a material arqueológico, ele relata que os moradores haviam desenterrado urnas neste local. Um pouco mais tarde, Rohr (1966) prospectou nessa região 53 sítios. Destes, em ao menos 33 foram feitas menções a achados de sepultamentos Guarani, através da constatação de igaçabas, que somavam mais de 160 peças:

Acima de 40 igaçabas continham restos de esqueletos humanos. Houve, entre eles, esqueletos completos, em bom estado de conservação. Passando o arado pela primeira vez 'o solo estourava de painéis de bugre e os bois afundavam com as pernas dentro delas', era esta uma versão comum, ouvida por nós da boca dos colonos mais antigos [...]. Escavamos ao todo cinco urnas funerárias e recebemos outra por doação. Três eram de grande tamanho; duas de tamanho

⁷ Maximiliano Beschören atuou na área como topógrafo. Na região, realizou expedições de levantamento a pedido do governo do Rio Grande do Sul, entre 1875 a 1887.

médio e uma de tamanho pequeno. Todas [sic] possuíam tampa. Uma estava inteira; duas tinham apenas as bordas quebradas, mas os fragmentos todos presentes. (Rohr, 1966, p. 25-26).

O material resultante dessa prospecção, incluindo os sepultamentos encontrados ou recebidos de doação, foram enviados para o Museu do Homem do Sambaqui, de Florianópolis, Santa Catarina. Segundo Rohr (1966), das seis urnas descritas apenas uma foi deixada em Itapiranga, Santa Catarina, e, além dos vestígios ósseos, duas apresentavam também tembetás.

Miller (1969, 1971) e Piazza (1969, 1971) desenvolveram, por meio do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), levantamentos às margens do rio Uruguai. Miller (1969) descreveu, para a margem esquerda do rio Uruguai, nos municípios de Tenente Portela e de Porto Lucena, ambos no Rio Grande do Sul, 36 sítios da fase Comandaí, relacionada à tradição Guarani, os quais apresentariam cemitérios com urnas, em alguns casos agrupadas em até quatro. No interior das urnas, segundo o autor, além de vestígios ósseos, constatou-se a presença de tembetás, de adornos confeccionados em pedra e osso e de outros potes pequenos (Miller, 1969). Ao efetuar levantamento na margem esquerda do rio Uruguai, descreveu, para os Guarani, as fases Itá e Ipira. Nos sítios de ambas as fases, são citados sepultamentos em urnas (Miller, 1971).

Por sua vez, Piazza (1969), ao prospectar a margem direita do rio Uruguai, entre os rios Peperi-Guaçu e Irani, menciona ter encontrado 40 sítios Guarani, relacionados à fase Mondáí. A descrição bastante superficial faz menção a urnas funerárias que se apresentavam em vasos predominantemente pintados e algumas vezes corrugados. A montante, em área mais próxima à formação do rio Uruguai, descreveu cemitérios somente para os sítios

Guarani da fase Itá (Piazza, 1971). Chmyz e Piazza (1967) relatam também sepultamentos em urnas nos municípios de Ipira e de Piratuba, em Santa Catarina.

Em pesquisa relacionada ao licenciamento ambiental da UHE Machadinho, arqueólogos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) registraram o sítio U-467, na propriedade de Antônio Calderolli, município de Maximiliano de Almeida, Rio Grande do Sul, margem esquerda do rio Pelotas, caracterizado por mancha preta, que indica ocupação humana por razoável período de tempo e enterramento secundário Guarani em urna. Foram coletados no sítio fragmentos de cerâmica, lítico, ossos humanos, adornos, artefatos ósseos, vestígios de fauna e conchas. Junto à estrutura funerária, foram encontrados materiais de diferentes vasilhas. No entanto, como a estrutura havia sido perturbada por uma enorme raiz, além de outros processos tafonômicos, o material estava bastante fragmentado. Segundo os relatórios, além de ossos longos, de calota craniana, de dentes, parte de um tembetá de quartzo foi encontrada dentro da urna. Fragmentos de potes variados, dispostos já fragmentados para cobrir a abertura da urna, sugerem que eles teriam sido utilizados como tampa. No total, os fragmentos correspondem a cinco vasilhas distintas, e a morfologia do vaso utilizado como urna seria um *cambuchí*. Os ossos foram identificados como fragmentos de diáfise de fêmur, diáfise de úmero, fêmur, crânio, além dos dentes, indicando ser de indivíduo adulto⁸. A datação revelou uma idade de 210 ± 80 anos ^{14}C . Ao que consta, essa pesquisa não foi publicada. Suas informações advêm de relatórios inéditos que se encontram no acervo do Setor de Arqueologia do Museu de Ciência e Tecnologia, da PUC-RS⁹.

Nas proximidades do sítio ACH-LP-07, foram encontradas outras estruturas funerárias (Figura 11). Mais informações sobre elas serão apresentados, devido à sua semelhança com o que é descrito neste trabalho.

⁸ Consta no relatório que a identificação dos ossos foi realizada pela professora Eugênia Cunha.

⁹ "Urna funerária no sítio U 467 Maximiliano de Almeida/RS". Relatório inédito. Acervo do Setor de Arqueologia, do Museu de Ciência e Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Consultado em abr. 2016.



Figura 11. Sítios com estruturas funerárias no entorno próximo a ACH-LP-07. Sítios ALP-AA-3, com vasilhame cerâmico sem presença de ossos, e ACH-SU3-C2, com estruturas funerárias apresentadas por Müller e Souza (2011). RS-URG-01, setor 2 (enterramento direto) e setor 4 (deposição em urna) (Projeto POPARU, 2015 e 2017). Imagem feita por meio do *software Google Earth*. Mapa elaborado por Mirian Carbonera (2017).

Müller e Souza (2011) realizaram a escavação e a análise de sepultamentos encontrados em sítios registrados durante os estudos prévios à implantação do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, especialmente no sítio ACH-SU3, sendo que duas datas o situam “[...] entre os anos de 1410 e 1460 AD [...]” (Müller; Souza, 2011, p. 213). Na concentração dois do sítio ACH-SU3, foram descritas seis estruturas funerárias, o qual estava localizado a aproximadamente 800 m de distância de ACH-LP-07.

No sítio ALP-AA-3, localizado no município de Alpestre, Rio Grande do Sul, foi encontrada uma vasilha cerâmica. Devido à sua maior proporção e à sua posição em contexto, Müller e Souza (2011, p. 175) sugerem que poderia ter sido “[...] utilizada para sepultamento [...]”, no entanto não foram encontrados ossos ou dentes. Ainda segundo as autoras, no sítio ACH-SU3-C2, localizado na margem catarinense do rio Uruguai, no

município de Águas de Chapecó, Santa Catarina, foram encontradas seis estruturas, sendo que três delas estavam mais preservadas, possibilitando descrevê-las em maior detalhe. O sepultamento número três, segundo as autoras, apresentou no fundo do vasilhame cerâmico ossos e dentes de indivíduo adulto. A estrutura funerária de número quatro apresentou uma urna corrugada bem preservada, na parte interna, contas de gipsita e um vasilhame cerâmico corrugado pequeno como acompanhamentos funerários. Nesta, foram encontrados dentes de um indivíduo jovem, entretanto, os ossos estavam reduzidos a pó. Por fim, Müller e Souza (2011) informam, a respeito da estrutura funerária número cinco, que é composta por urna e tampa com acabamento corrugado, descrevendo dois vasilhames cerâmicos com acabamento liso como acompanhamento funerário. Estavam preservados ossos longos, crânio e dentes. As autoras concluem que seria

um sepultamento primário, principalmente em razão das conexões anatômicas, mas não descartam a possibilidade de ser secundário. Quanto ao vasilhame cerâmico utilizado como urna, constata-se que ele apresentava vestígios carbonizados na parte interna.

Conforme Caldarelli (2010), ainda em ACH-SU3-C2, foram encontradas outras três estruturas funerárias, sendo que a de número um foi quase completamente destruída pelas máquinas durante a construção da usina hidrelétrica e os poucos e pequenos vestígios ósseos encontrados estavam no fundo de uma vasilha. Os ossos aparentavam ser de adolescente ou de adulto; também na parte interna, como acompanhamento funerário, estava uma vasilha cerâmica de acabamento liso. O recipiente utilizado como urna apresentava acabamento externo corrugado e vestígios orgânicos carbonizados na face interna. Devido ao estado de destruição, não foi possível reconstituir a forma. Foram encontrados vestígios cerâmicos corrugados, que, por seu formato, poderiam ser do recipiente utilizado como tampa. Outros vestígios cerâmicos e líticos foram encontrados e poderiam estar associados ao contexto funerário. Segundo Caldarelli (2010), a estrutura dois havia sido desmontada pela ação das máquinas, restando muitos vestígios cerâmicos pertencentes a três recipientes distintos e alguns poucos ossos de indivíduo de adolescente ou de adulto, além de dentes. Por fim, a estrutura seis também havia sido quase totalmente revolvida pelas máquinas, sendo recuperados fragmentos cerâmicos e ossos. Entre os fragmentos de recipientes encontrados, estava associado um fragmento cerâmico que os autores interpretaram como não Guarani.

Cabe ressaltar, ainda, que as amostras ósseas, mesmo muito mal preservadas, podem ser submetidas a distintas análises, que trazem outros aspectos dessas culturas, como a dieta. Valores isotópicos de fragmentos ósseos dos sepultamentos escavados por Caldarelli (2010) apontaram um importante consumo de plantas C_4 (como milho) (Loponte et al., 2016).

Ainda no entorno próximo, em frente ao sítio ACH-LP-07, está o sítio RS-URG-01, no município de Alpestre,

Rio Grande do Sul, escavado desde 2015 dentro do projeto POPARU. Nele, também foram recuperadas duas deposições funerárias (Figura 11). Uma foi encontrada no setor 2: trata-se de uma deposição direta no sedimento, onde se escavou um crânio totalmente fragmentado e dentes. Distante uns 400 metros, no setor 4, recuperou-se uma deposição em urna, exposta pela ação da água de enchente, ocorrida em junho de 2017. Ambos estão ainda em análise e serão objeto de trabalho posterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escavação da deposição funerária relacionada à unidade arqueológica Guarani, recuperada no setor 2 do sítio ACH-LP-07, foi realizada de forma controlada e sistemática. A escavação em laboratório proporcionou o registro da posição espacial dos vestígios, mas também melhor interpretação do contexto funerário. A retirada em bloco do crânio, assim como o uso de tomografia 3D para este conjunto possibilitaram a preservação do material para pesquisas futuras.

Com base nos vestígios recuperados e analisados no setor 2 do sítio ACH-LP-07, relacionados às práticas funerárias encontradas, é possível sintetizar que: considerando a área de sepultamento no contexto do sítio, a interpretação inicial nesta pesquisa é a de que um grupo humano associado à unidade arqueológica Guarani teria ocupado a área como cemitério. A escavação no entorno, ainda em andamento – com a campanha de 2017 –, chegou a uma área de mais de 25 m², sem encontrar evidências de um nível ceramista. Existe, sim, um nível arqueológico ao redor da urna (nível 1), mas exclusivamente lítico e tecnologicamente bem diferenciado do que se conhece na literatura sobre indústrias líticas associadas à unidade Guarani (Lourdeau et al., 2016). Trata-se, provavelmente, de nível resultante de ocupação pré-ceramista, que foi recortado no momento da escavação da fossa para enterrar a urna.

A data que associamos por enquanto à estrutura funerária, ao redor de 400 anos antes do presente, localiza o achado em contexto cronológico histórico.

No entanto, o que se observa são práticas culturais da unidade Guarani do período anterior à conquista europeia. Quanto à deposição, tem-se a presença de urna e de tampa, mas ausência de acompanhamentos funerários. O sepultamento foi classificado como primário, conforme a manutenção de conexão anatômica entre os ossos longos dos membros inferiores, pelve, mandíbula e crânio (embora com queda sobre a região pélvica), a posição do eixo longitudinal e o direcionamento dos terços proximal e distal do úmero esquerdo e terço distal do úmero direito, assim como ossos metatarsais dos pés, mesmo considerando a completa decomposição da maioria do esqueleto, a exemplo da estrutura cinco descrita por Müller e Souza (2011). Pela presença dos terceiros molares erupcionados, trata-se de um indivíduo com idade superior a 21 anos (Brothwell, 1981; Ubelaker, 1984; White; Folkens, 2005). O sexo biológico não pôde ser estimado. O membro inferior esquerdo – fêmures, tíbias e fíbulas – encontrava-se com manutenção da conexão anatômica e parcialmente verticalizado. O crânio encontrava-se depositado sobre a região da pelve, com a porção direita voltada para baixo e a mandíbula articulada. A degradação intensa dificultou a identificação dos ossos do lado direito do esqueleto.

Os dados bibliográficos regionais revelam a densidade de sítios arqueológicos com estruturas funerárias resultantes das ocupações relativas à unidade Guarani, que se estabeleceram nessa região do alto rio Uruguai principalmente a partir do último milênio. Na literatura, observam-se semelhanças nas descrições referentes às deposições funerárias, especialmente no tocante ao uso de recipientes cerâmicos para acomodar os mortos, evitando o contato com o solo. Em relação aos vasos utilizados, no geral, apresentam marcas de uso, com presença de manchas enegrecidas e na face interna; soma-se, ainda, fuligem de restos orgânicos queimados. Um elemento que distingue a deposição do sítio ACH-LP-07 da grande maioria é a ausência de acompanhamentos funerários. Os dados aqui apresentados trazem mais luz ao entendimento do comportamento mortuário desses grupos e as pesquisas

em andamento no sítio RS-URG-01 irão possibilitar mais elementos, a fim de gerar novas comparações ao menos em escala regional.

AGRADECIMENTOS

Ao Hospital Unimed Chapecó, pela realização das imagens tomográficas, e a Lucas Camargo, pelo tratamento das imagens; ao Ministério das Relações Exteriores da França e ao edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, edição 2017, pelos recursos financeiros que possibilitaram essa pesquisa; ao Setor de Arqueologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense; ao Instituto Goio-Ên e à Foz do Chapecó Energia S.A., pela parceria; a todos os profissionais e estudantes que contribuíram nas atividades de campo e no laboratório.

REFERÊNCIAS

- AMBROSSETTI, Juan Bautista. Los cementerios prehistóricos del alto Paraná (Misiones). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, Buenos Aires, n. 16, p. 227-263, 1895.
- BARKER, Philip. *Techniques of archaeological excavation*. 3rd ed. London: Routledge, 2002.
- BASS, William M. *Human osteology*. A laboratory and field manual. 5th ed. Springfield: Missouri Archaeological Society, 2005. (Special Publication, n. 2).
- BESCHÖREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul (1875-1887)*. Tradução de Ernestine Marie Bergmann e Wiro Rauber. Porto Alegre: Martins Livraria, 1989 [1889].
- BONOMO, Mariano; ANGRIZANI, Rodrigo Costa; APOLINAIRE, Eduardo; NOELLI, Francisco Silva. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, Amsterdam, v. 356, p. 54-73, Jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>.
- BROTHWELL, Don R. *Digging up bones*. 3rd ed. London: Cornell University Press, 1981.
- BUIKSTRA, Jane E.; UBELAKER, Douglas H. (Ed.). *Standards for data collection from human skeletal remains*. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey, 1994. (Arkansas Archeological Survey research series, n. 44).
- CALDARELLI, Solange (Org.). *Arqueologia preventiva na UHE Foz do Chapecó, SC/RS*. Relatório final. Florianópolis: Scientia Consultoria Científica, 2010.

- CASTRO, Viviane Maria C. de; OLIVEIRA, Claudia Alves de; SILVA, Sérgio Francisco S. M. da; PEDROZA, Igor. Práticas funerárias dos grupos ceramistas pré-históricos do sítio Serra do Evaristo I, município de Baturité, Ceará. **Mneme**, Caicó, v. 16, n. 36, p. 201-227, jan.-jul. 2015.
- CÉSAR, José V. Enterros, em urnas, dos tupi-guaranis. In: SCHADEN, Egon (Org.). **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. p. 26-51.
- CHMYZ, Igor. Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e do alto rio Paraná. In: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**: resultados preliminares do quinto ano, 1969-70. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974. p. 67-90. (Publicações Avulsas, 26).
- CHMYZ, Igor; PIAZZA, Walter. A bacia do Uruguai e o seu povoamento pré-histórico. **Dédalo**, São Paulo, n. 6, p. 33-48, 1967.
- DE MASI, Marco Aurélio Nadal. **Relatório do Projeto de Salvamento Arqueológico UHE Foz do Chapecó (Reservatório)**. Florianópolis, 2012.
- DIGANGI, Elizabeth A.; MOORE, Megan K. **Research methods in human skeletal biology**. London: Elsevier/Academic Press, 2013.
- DUDAY, Henri. **The archaeology of the death**: lectures in Archaeothanatology. Oxford: Oxbow Books, 2009.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Víctor M. **Teoría y método de la Arqueología**. 2. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 2000.
- GOULART, Marilandi (Coord.). **Levantamento de sítios arqueológicos na barragem de Itapiranga/SC**. Florianópolis: UFSC/ELETROSUL, 1985a.
- GOULART, Marilandi (Coord.). **Usina Hidrelétrica Itapiranga**: estudo de viabilidade. Culturas indígenas do alto vale do rio Uruguai. Florianópolis: UFSC/ELETROSUL, 1985b.
- GOULART, Marilandi (Coord.). **Levantamento de sítios arqueológicos na barragem de Itapiranga/RS**. Florianópolis: UFSC/ELETROSUL, 1985c.
- GOULART, Marilandi. Introdução. In: GOULART, Marilandi (Coord.). **Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai**. Itajaí: UNIVALI, 1997. v. 1.
- KASHIMOTO, Emília M.; MARTINS, Gilson R. **Arqueologia e paleoambiente do rio Paraná em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Life Editora, 2009.
- KLAMPT, Sérgio. **Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor da Tradição Cerâmica Tupiguarani**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- KOELLN, Arno. **Porto Feliz**: a história de uma colonização às margens do rio Uruguai. 2. ed. Mondáí: Improeste, 2004.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica Guaraní**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato e Cultura, 1989.
- LAVINA, Rodrigo. **Relatório final de levantamento arqueológico do canteiro de obras da UHE Foz do Chapecó, municípios de Águas de Chapecó/SC e Alpestre/RS**. Criciúma: UNESC/IPAT, 2004.
- LAVINA, Rodrigo (Org.). **Projeto de salvamento arqueológico da ZPE-Imbituba, SC**. Relatório final. Criciúma: UNESC, 1999.
- LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian; CORRIALE, María José; ACOSTA, Alexandro. Horticulturists and oxygen ecozones in the tropical and subtropical forests of Southeast South America. **Environmental Archaeology**, Aberdeen, v. 22, n. 3, p. 247-267, July 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/14614103.2016.1211382>.
- LOPONTE, Daniel Marcelo; ACOSTA, Alejandro; CAPPARELLI, Isabel; PÉREZ, Maricel. La arqueología guaraní en el extremo meridional de la cuenca del Plata. In: LOPONTE, Daniel Marcelo; ACOSTA, Alejandro (Ed.). **Arqueología Tupiguaraní**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, 2011. p. 111-154.
- LOTHROP, Samuel Kirkland. Indians of the Paraná Delta, Argentina. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v. 33, n. 1, p. 77-232, Dec. 1931. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1931.tb55200.x>.
- LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Mirian; SANTOS, Marcos César Pereira; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Livia de Oliveira e; DA COSTA, Amelie; FOUCHER, Cécile; RAMALHO, Juliana Betarello; KUCZKOVSKI, Francieli; CAMPOS, Juliano Bitencourt; VIANA, Sibeli Aparecida; HERBERT, Ana Lucia. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2016.45.09>.
- MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1968.
- MAYS, Simon. **The archaeology of human bones**. 2nd ed. London: Routledge, 2010.
- MAZZA, Bárbara; ACOSTA, Alexandro; LOPONTE, Daniel. Nuevos datos para las inhumaciones en urnas de sitios arqueológicos Guaraníes del extremo meridional de la Cuenca del Plata. **Revista Chilena de Antropología**, Nüñoa-Santiago, n. 34, p. 81-96, sem. 2016.
- MILLER, Eurico T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (rios Uruguai, Pelotas e das Antas). In: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**: resultados preliminares do quarto ano, 1968-69. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971. p. 37-70. (Publicações Avulsas, 15).

- MILLER, Eurico T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai). In: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do segundo ano, 1966-67**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969. p. 33-54. (Publicações Avulsas, 10).
- MÜLLER, Letícia M.; SOUZA, Sheila M. de. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro I. (Org.). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Editora Argos, 2011. p. 167-218.
- MÜLLER, Letícia M. Dentro do pote de barro: reflexões sobre os enterramentos Guarani através da sua cultura material. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 24, p. 84-107, jul. 2006.
- NOELLI, Francisco S. **Sem Tekohá não há Tekó**: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS. 1993. 488 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- PALLESTRINI, Luciana. **Sítio arqueológico Fonseca**. São Paulo: Museu Paulista/Universidade de São Paulo, 1969.
- PESTANA, Marlon. **A Tradição Tupiguarani na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- PIAZZA, Walter. Dados complementares à arqueologia do vale do rio Uruguai. In: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quarto ano, 1968-69**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971. p. 71-86. (Publicações Avulsas, 15).
- PIAZZA, Walter. Notícia arqueológica do vale do Uruguai. In: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do segundo ano, 1966-67**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969. p. 55-70. (Publicações Avulsas, 10).
- RIZZARDO, Fabiane. **Sepultamentos dos mortos entre antigas populações do tronco Tupi**: confrontando arqueólogos e cronistas quinhentistas. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- RIZZARDO, Fabiane. **Formas de sepultamento Tupiguarani**. 2014. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- RIZZARDO, Fabiane; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Formas de sepultamento na tradição cerâmica Tupiguarani. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, v. 21, n. 1, p. 140-161, anual 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/ta.v21i0.1934>.
- ROHR, João Alfredo. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina, os sítios arqueológicos do município de Itapiranga. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 15, p. 21-60, 1966.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Um paradeiro Guarani no Alto Uruguai. **Pesquisas-Antropologia**, São Leopoldo, n. 1, p. 122-142, 1957.
- SILVA, Osvaldo P.; MONTICELLI, Gislene; DOMIKS, Junior. **Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico na área diretamente afetada pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó**. Relatório de atividades. Florianópolis: Itaconult Consultoria e Projetos em Arqueologia Ltda., 1998.
- SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. **Arqueologia funerária: corpo, cultura e sociedade**. Ensaio sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo de práticas mortuárias. Recife: Editora UFPE, 2014.
- SKIBO, James. **Pottery function: a use-alteration perspective**. Nova York: Plenum Press, 1992.
- SOLARI, Ana; PEREIRA, Anderson Alves; ESPINOLA, Carolina Sá; MARTIN, Gabriela; COSTA, Ilca Pacheco da; SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. Escavações arqueológicas no abrigo funerário Pedra do Cachorro, Buíque. **Clío Arqueológica**, Recife, v. 31, n. 1, p. 105-135, sem. 2016.
- SPRAGUE, Roderick. **Burial terminology: a guide for researchers**. New York: AltaMira Press, 2005.
- STEELE, Gentry D.; BRAMBLETT, Claud A. **The anatomy and biology of the human skeleton**. Texas: Texas A&M University Press, 1988.
- UBELAKER, Douglas H. **Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation**. Washington: Taraxacum Press, 1984.
- VIGNATI, Milcíades Alejo. Censo óseo de paquetes funerarios de origen Guaraní. **Revista del Museo de La Plata. Nueva Serie**, La Plata, v. 2, n. 9, p. 1-11, sem. 1941.
- WHITE, Tim D.; FOLKENS, Pieter A. **The human bone manual**. London: Academic Press, 2005.

Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák) Nominal possession in Apurinã (Arawak): some considerations

Marília Fernanda Pereira de Freitas¹, Sidney da Silva Facundes¹

¹Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Os nomes em Apurinã, língua indígena pertencente à família Aruák, falada no sudeste do estado do Amazonas, já foram objeto de investigação de alguns autores, em que diferentes classificações foram propostas (Facundes, 1995, 2000; Brandão, 2006; Facundes; Freitas, 2013). Neste artigo, revisitaremos as diferentes classificações para os nomes em Apurinã, apresentando, posteriormente, a proposta atual de classificação de nomes em Apurinã, com base em Freitas (2017), que classifica os nomes em: (i) alienáveis, (ii) inalienáveis e (iii) nomes não possuíveis. A atual proposta também considera que a (in)alienabilidade na língua é definida em termos não só dos padrões de marcação morfológica dos nomes, mas também leva em conta os parâmetros 'frequência de ocorrência', em construções de posse, e 'motivação econômica', tal como definidos por Haspelmath (2008), dentro de uma abordagem tipológica. Assim, nomes inalienáveis ocorrem mais frequentemente como possuídos, sendo não marcados em construções de posse, por isso, são mais econômicos; já nomes alienáveis ocorrem mais frequentemente como não possuídos, sendo notoriamente marcados em construções de posse por um conjunto de sufixos, portanto, são menos econômicos.

Palavras-chave: (In)alienabilidade. Frequência de ocorrência. Motivação econômica. Apurinã. Aruák.

Abstract: Nouns in the Apurinã language (Arawak), which is spoken in southeastern Amazonas, Brazil, have been studied by multiple authors, and different classifications have been proposed (Facundes, 1995, 2000; Brandão, 2006; Facundes; Freitas, 2013). In this paper, we will revisit the different classifications for nouns in Apurinã, and present a new proposal by Freitas (2017), which classifies the nouns in the language as: (i) alienable, (ii) inalienable, and (iii) non-possessible nouns. Inalienability is defined not only in terms of morphological marking patterns, but also considering the 'frequency of occurrence' in possessive constructions and 'economic motivation,' as defined by Haspelmath (2008), following a typological approach. Inalienable nouns thus more frequently appear as possessed, being unmarked in possessive constructions, and therefore more economical, while alienable nouns more frequently occur as unpossessed, marked in possessive constructions by a set of suffixes, and therefore less economical.

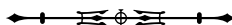
Keywords: (In)alienability. Frequency of occurrence. Economic motivation. Apurinã. Arawak.

FREITAS, Marília Fernanda Pereira de; FACUNDES, Sidney da Silva. Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 645-662, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300009>.

Autora para correspondência: Marília Fernanda Pereira de Freitas. Travessa do Chaco, 1829. Belém, PA, Brasil. CEP 6609-3541 (mfpf31@yahoo.com.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7607-6077>.

Recebido em 16/03/2018

Aprovado em 17/07/2018



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho, discutiremos como a posse se configura em Apurinã no nível do sintagma nominal, com base em dados relativos a extensivas pesquisas de campo realizadas por Sidney Facundes, ao longo de cerca de três décadas, além de dados coletados em campo por Marília Freitas, entre 2014 e 2017, que permitiram a feitura de uma tese de doutorado (Freitas, 2017) sobre a posse em Apurinã. Pertencente à família Aruák, a língua Apurinã é falada em mais de 100 comunidades, espalhadas, principalmente, ao longo de vários afluentes da bacia do rio Purus. De uma população que varia entre 4.000 e 8.000 pessoas, aproximadamente, dependendo da fonte consultada, estimamos que menos de 10% dessa população sejam constituídos de falantes fluentes da língua, sendo que a maioria destes se apresenta com idade avançada. Dada a dispersão geográfica das comunidades Apurinã, em termos de tempo e de distância que as separam, há marcas evidentes, principalmente na fonologia e no léxico, que permitem identificar diferentes variedades dialetais na língua.

Inicialmente, reportaremos as propostas de classificação de nomes anteriormente feitas, partindo da classificação de Facundes (1995, 2000). Mostraremos também as análises subsequentes (Brandão, 2006; Facundes; Freitas, 2013). Essa discussão é importante e necessária para que as ideias e os dados descritos por outros autores sejam apresentados de forma clara, antes de serem rediscutidos e, em alguns casos, revisados, à luz de novas ideias e de novos dados.

Posteriormente, como foco deste artigo, apresentaremos a atual proposta de classificação de nomes em Apurinã, com base em Freitas (2017), que os divide em três grandes categorias: (i) inalienáveis, (ii) alienáveis e (iii) não possuíveis. Os dados mais recentes revelaram características das construções de posse atributivas em Apurinã nunca antes verificadas, que vêm acrescentar informações relevantes às análises anteriormente feitas para que se observem algumas tendências, em se tratando da escolha de um ou de outro padrão de marcação morfológica de nomes na língua.

REVISITANDO ALGUMAS PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO PARA OS NOMES EM APURINÃ

De acordo com Facundes (1995, 2000), apenas a classe dos nomes (e dos pronomes livres) pode formar construções possessivas por justaposição de elementos (por exemplo, *kariwa tywy* (não.índio panela) 'panela do não índio'), assim como apenas os nomes podem admitir marcas morfológicas de posse ou de não posse. Dessa forma, os nomes da língua Apurinã são classificados em 'simples' (raiz isolada inerentemente nominal, isto é, não derivada de outras categorias), 'compostos' (mais de uma raiz nominal) e 'derivados de outras categorias' (nomes deverbais). Para os nomes simples, o autor propõe a seguinte classificação, com base em padrões de marcação morfológica: i) inalienáveis¹ (obrigatoriamente possuídos, não marcados na forma possuída, sendo alguns marcados quando não possuídos pelo sufixo *-txi*, englobam nomes classificatórios² e não classificatórios); ii) alienáveis (não obrigatoriamente possuídos, marcados pelos sufixos *-te*, *-ne* ou *-re*³, quando na forma possuída); iii) mistos (nomes marcados tanto na forma possuída quanto não possuída).

¹ Nomes inalienáveis, como *-tsuta*, são lexicalmente marcados como obrigatoriamente possuídos, significando 'tronco de' (por isso sua glosa é 'tronco.de', e não apenas 'tronco', já que 'ser possuído' faz parte de sua entrada lexical).

² Os 'nomes simples inalienáveis classificatórios' são fonologicamente formas presas, isto é, só ocorrem como parte de uma palavra-base ou com uma forma pronominal ligada a eles (como em *y-tsuta* (3sg.M-nc.tronco.de) 'tronco dele'), ocorrendo recorrentemente como parte de nomes compostos. Ou seja, até onde a semântica permitir, um nome classificatório pode ocorrer repetidamente como parte de vários nomes compostos. Entre os classificatórios, há um subconjunto de nomes que podem ser incorporados ao verbo para se referir a propriedades semânticas de uma forma nominal previamente referida no discurso. Alguns nomes classificatórios podem ser produtivamente usados para se referir a seu significado-fonte (literal) e/ou significado-alvo (que consistem em extensões metafóricas do significado-fonte) (Facundes, 2000).

³ Mais adiante, explicaremos o significado no número subscrito em *-re*₁, em comparação a *-re*₂.

Observem-se os exemplos a seguir (Facundes, 2000, p. 152-153)⁴:

(1)

- a. [kema kywy] Mipa atama-ta b. [kywĩ-txi] sy-pe
 anta cabeça.de N.PROP ver-VBLZ cabeça.de-N.POSSD ir-PFTV
 'Mipa viu a cabeça da anta'. 'A cabeça saiu'⁵.

No exemplo (1a), nenhuma marca morfológica é adicionada ao nome possuído **kywy**, no qual há apenas dois nomes justapostos, **kema kywy**. Em se tratando de nomes inalienáveis, como **kywy**, em contextos muito excepcionais, ocorrem como não possuídos, a exemplo de (1b), e requerem a presença do sufixo **-txi**, o qual funciona como um elemento que, quando ocorre, 'suspende' o *status* de 'obrigatoriamente possuído' de certos nomes inalienáveis. O sufixo de não posse **-txi**, entretanto, aplica-se apenas a certos subgrupos semânticos de nomes dessa categoria, quais sejam: partes do corpo ou significados associados ao corpo, pertences individuais, conceitos abstratos, outros conceitos (por analogia) (Facundes, 2000). Termos de parentesco não ocorrem com o sufixo **-txi**.

Os termos de parentesco, segundo Facundes (2000), não são usados em contextos não possuídos (exceto nos casos de vocativo), conforme exemplo (2) (Facundes, 2000, p. 160)⁶:

(2)

- ũ-akyrū apu-pe
 3SG.F-avó.de chegar-PFTV
 'A avó dela já chegou'.

Há, portanto, uma subdivisão dos nomes simples inalienáveis não classificatórios, condicionada pelos diferentes padrões de marcação morfológica desses nomes, em que termos de parentesco não recebem a marca **-txi**; enquanto que as demais subclasses semânticas de inalienáveis (em casos em que a semântica/pragmática permitir) podem receber esse sufixo, quando na forma não possuída.

Os 'nomes alienáveis', segundo Facundes (2000), são aqueles que precisam dos sufixos **-te**, **-ne** e **-re**, quando possuídos; são notoriamente marcados em construções possessivas e não marcados em construções não possessivas. A escolha entre **-te**, **-ne** e **-re**, é lexicalmente determinada. Os exemplos (3a), (3b) e (3c) ilustram a ocorrência desses sufixos:

⁴ Os dados de Apurinã extraídos de outras fontes foram traduzidos para o português, quando em língua estrangeira, e ajustados à ortografia da língua atualmente em vigor.

⁵ Nesse caso, 'cabeça' refere-se a um personagem mitológico, uma cabeça sem corpo.

⁶ Em Apurinã, há uma série de marcas pronominais proclíticas que codificam, em nomes, o possuidor, enquanto que, em verbos, codificam o sujeito. Assim, temos as seguintes marcas pronominais de sujeito/possuidor na língua e suas realizações alomórficas:

	Singular	Plural
1	ny-; n-; nhi-; nỹ-; nhĩ-	a-, ã-
2	pi-; p-; pi-; pĩ-	hỹ-; h--
3M	y-; ø-; i-; ỹ-	y-...-na; ø-...-na; i-...-na; ỹ-...-na
3F	u-; ũ-	u-...-na; ũ-...-na

(3)

- | | | | | |
|----|---------------|------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| a. | aiku | 'Casa'. | n-aiku-te | 'Minha casa'. |
| b. | iuwata | 'Faca'. | nhi-iuwata-ne | 'Minha faca'. |
| c. | ãata | 'Canoa (tradicional)'. | ny-ãate-re₁ | 'Minha canoa (tradicional)'. |

Não é possível identificar um grupo semântico óbvio para distinguir os vários subconjuntos de nomes alienáveis marcados por **-te**, **-ne** e **-re₁**.

Por fim, os 'nomes mistos', conforme Facundes (2000), são marcados tanto na forma possuída quanto na forma não possuída. Quando possuídos, admitem a marca de posse **-re₂** e, quando não possuídos, recebem a marca **-ry**, conforme os exemplos (4a) e (4b):

(4)

- | | | | | |
|----|------------------|----------------|--------------------------------|----------------------|
| a. | xũka-ry | 'Flatulência'. | nhi-xũka-re₂ | 'Minha flatulência'. |
| b. | amiana-ry | 'Doença'. | n-amiana-re₂ | 'Minha doença'. |

A propósito da existência de dois sufixos, **-re₁** e **-re₂**, fonologicamente idênticos em termos sincrônicos, estes parecem ter origens históricas diferentes (Payne, 1991); outra questão que permite distinguir esses dois sufixos é o fato de ocorrerem com um subconjunto diferente de nomes, uma vez que todos os nomes marcados por **-re₂**, quando na forma possuída, são igualmente marcados também em sua forma não possuída pelo sufixo de não posse **-ry**, o que não ocorre no caso de **-re₁**.

Brandão (2006) apresentou uma outra proposta de classificação para os nomes simples em Apurinã, incluindo nomes (i) 'opcionalmente possuídos', referindo-se a partes do corpo ou a ele relacionados, a objetos pessoais e a conceitos abstratos; não apresentam marcação morfológica quando na forma possuída, mas podem ocorrer na forma não possuída, pelo acréscimo do sufixo **-txi**; (ii) 'obrigatoriamente possuídos', que se referem aos termos de parentesco (com exceção dos vocativos), apresentam a marca de posse **-ø** e nunca ocorrem com o sufixo de não posse **-txi**; (iii) 'obrigatoriamente despossuídos', em geral, referem-se a nomes da fauna e da flora e a fenômenos da natureza. Esse último rótulo, no entanto, é problemático, uma vez que a autora inscreve tais nomes como uma subclasse dos 'inalienáveis', que, por definição, correspondem aos nomes cuja posse é inerente.

De modo geral, a diferença mais evidente entre as classificações de Facundes (2000) e de Brandão (2006) diz respeito ao fato de que, para Facundes (2000), todos os inalienáveis são obrigatoriamente possuídos, enquanto que para Brandão (2006) não. Ao propor a categoria 'obrigatoriamente despossuídos', Brandão (2006) exclui qualquer possibilidade de nomes dessa categoria ocorrerem como possuídos. Entretanto, são possíveis, embora em contextos pragmáticos muito específicos, sentenças como no exemplo (5) (Freitas, 2017, p. 173):

(5)

- | | | |
|--|---------------------|---------------------------|
| Nuta | sarawa-nã-ta | ny-kataty-ne-kata |
| 1SG | brincar-PROGR-VBLZ | 1SG-borboleta-POSSD-ASSOC |
| 'Eu tô brincando com minha borboleta'. | | |

No exemplo (5), o nome *kataty* 'borboleta', considerado por Brandão (2006) como obrigatoriamente despossuído, ocorre com a marca de posse *-ne*, o que contradiz a proposta da autora.

Adicionalmente, mais uma tentativa de classificação foi apresentada por Facundes e Freitas (2013), que identificam cinco subclasses de nomes, de acordo com seus padrões de marcação morfológica, em construções possessivas:

- (i) 'possuíveis com posse não marcada na forma possuída', incluindo os nomes inalienáveis que prescindem de marcação morfológica em construções possessivas e que podem ser acrescidos do sufixo *-txi*;
- (ii) 'obrigatoriamente possuídos com forma possuída não marcada', que se referem a termos de parentesco, sendo que estes não ocorrem sem a expressão de um possuidor, exceto no caso de vocativo;
- (iii) 'obrigatoriamente não possuídos com forma não possuída não marcada', denotam, em geral, elementos da natureza, os quais não apresentam qualquer marca morfológica;
- (iv) 'possuíveis com forma não possuída não marcada', que requerem os sufixos *-te*, *-ne* e *-re*, na forma possuída;
- (v) 'possuíveis com forma possuída marcada e não marcada', referindo-se àqueles nomes duplamente marcados (ou mistos).

Diferindo das duas classificações anteriores, Facundes e Freitas (2013) propõem uma categorização mais 'linear' dos nomes simples em Apurinã, com cinco classes independentes de nomes. Os autores, em se tratando do fenômeno da (in)alienabilidade, consideram, principalmente, a marcação que incide (ou não) sobre cada classe de nomes.

Algumas questões, mencionadas anteriormente (por exemplo, a proposta de existência de um morfema zero para marcar a posse nos inalienáveis; a utilização do rótulo 'obrigatoriamente despossuído' como subcategoria dos inalienáveis; a exclusão de qualquer possibilidade de nomes desta última categoria ocorrerem como possuídos), e os novos dados atestados motivaram uma reformulação na classificação dos nomes em Apurinã. Tal proposta, fundamentada na utilização dos parâmetros 'frequência de ocorrência' e 'motivação econômica', os quais transcendem uma análise respaldada exclusivamente nos padrões de marcação morfológica (como adotado nas propostas anteriores), será objeto das próximas duas seções.

NOMES EM APURINÃ: NOVA CLASSIFICAÇÃO

A nova classificação para os nomes em Apurinã propõe a existência de três grandes classes de nomes: (i) nomes inalienáveis ('classificatórios' e 'não classificatórios', esses últimos subdivididos em 'não marcados' e 'marcados na forma não possuída'); (ii) nomes alienáveis ('marcados na forma possuída' e 'marcados na forma possuída e não possuída'); (iii) nomes não possuíveis. Tal classificação admite como parâmetro não apenas os padrões de marcação morfológica de nomes, mas também a 'frequência de ocorrência' e a 'motivação econômica' (Haspelmath, 2008).

Em Apurinã, nomes inalienáveis são menos marcados do que os alienáveis em construções de posse na língua, isto é, construções de posse inalienável não recebem sufixo, quando na forma possuída, enquanto que as de posse alienável recebem sufixo, quando na forma possuída.

A seguir, apresentamos os exemplos (6a) a (6g), com cada um dos padrões de marcação de nomes em construções de posse da língua Apurinã:

(6)

a.	n-atukyry	a'.	*atukyry-txi	b.	ny-waku	b'.	wakũ-txi
	1sg-avô.de		avô.de-N.POSSD		1sg-mão.de		mão.de-N.POSSD
	'Meu avô'.		'Avô'.		'Minha mão'.		'Mão'.



c.	ny-kikiu-te 1sg-roçado-POSSD 'Meu roçado'.	c'.	kikiu roçado 'Roçado'.	d.	ny-kupiti-ne 1sg-panela.de.barro-POSSD 'Minha panela de barro'.	d'.	kupiti panela.de.barro 'Panela de barro'.
e.	ny-sytu-re₁ 1sg-mulher-POSSD 'Minha mulher'.	e'.	sytu mulher 'Mulher'.	f.	ny-taka-re₂ 1sg-plantação-POSSD 'Minha plantação'.	f'.	taka-ry plantação-N.POSSD 'Plantação'.
g.	Kirama Nome próprio	g'.	*ny-Kirama 'Meu Kirama'.	g".	*ny-Kirama (-te, -ne, -re) 'Meu Kirama'.		

Em (6a), o termo de parentesco 'avô' não recebe qualquer marca, sendo este obrigatoriamente possuído (a posse é parte integrante de sua entrada lexical), não havendo uma forma não possuída correspondente. Em (6b) temos o termo 'mão' que, quando na forma possuída, não recebe qualquer tipo de marcação morfológica (sendo a posse parte integrante de sua entrada lexical); quando na forma não possuída, recebe o sufixo **-txi**. Sendo a posse concebida, nesta análise, como parte integrante da entrada lexical dos nomes inalienáveis, evidencia-se, aqui, ser desnecessário propor um morfema zero para a marcação de posse de tais nomes (contrário às análises anteriores): a posse é marcada lexicalmente, não morfológicamente, em nomes inalienáveis.

Em (6c) a (6e), temos nomes que ocorrem com um sufixo de posse (**-te**, **-ne**, **-re₁**). Em (6f), o termo **taka**, quando possuído, admite o sufixo **-re₂**; quando não possuído, um outro sufixo é necessário: **-ry**.

Em suma, definiremos a (in)alienabilidade na língua da seguinte forma:

(i) 'Nomes inalienáveis' prescindem de marcação morfológica, isto é, são notoriamente 'não marcados' em construções de posse (não recebem sufixo);

(ii) 'Nomes alienáveis' requerem um sufixo de posse, ou seja, são notoriamente 'marcados' em construções de posse (recebem sufixo). O conjunto de nomes duplamente marcados se encaixa nesta categoria;

(iii) 'Nomes não possuíveis' não ocorrem em construções de posse, isto é, a noção de (in)alienabilidade não se aplica a esses nomes. Semanticamente, referem-se a nomes próprios e a termos genéricos que designam a denominação de grupos étnicos, além de palavras como **kākiti** 'gente'.

Essa nova proposta de classificação para os nomes em Apurinã, com base em Freitas (2017), está sumarizada na Figura 1.

Na Figura 1, e concordando com Facundes (2000), verificamos que os inalienáveis podem ser 'classificatórios' ou 'não classificatórios'. Aqui, analisaremos apenas os inalienáveis 'não classificatórios'⁷.

A seguir, alguns exemplos de nomes inalienáveis não marcados – (7c) e (7d) – e marcados na forma possuída – (7a) e (7b).

⁷ A descrição e classificação dos nomes inalienáveis classificatórios foram discutidas em Facundes (2000). Formam uma classe à parte por se tratarem de raízes fonologicamente presas, com funções classificatórias, sendo que parte desses nomes pode denotar sentidos metafóricos, a partir de certos significados-fonte, que dão origem a novos significados-alvo. Por exemplo: **y-tāta** (3sg.m-casca.de) 'casca dele', **uku-tāta** (árvore.de.uku-casca.de) 'casca da árvore uku', em oposição a **uky-tāta** (olho.de-casca.de) 'óculos'.

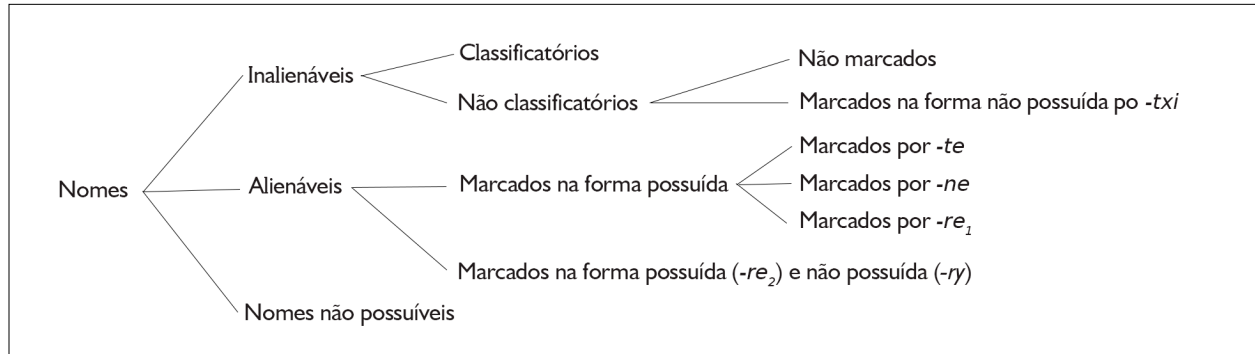


Figura 1. Esquema da nova proposta de classificação para nomes em Apurinã. Fonte: Freitas (2017, p. 187).

(7)

Forma não possuída

- a. **piuki-txi**
dedo.da mão.de-N.POSSD
'Dedo da mão'.

- b. **ukĩ-txi**
olho.de-N.POSSD
'Olho'.

- c. ***ynyru-txi**
mãe.de-N.POSSD
'Mãe'.

- d. ***ithary-txi**
irmão.de-N.POSSD
'Irmão'.

Forma possuída

- a'. **nhi-piuky**
1SG- dedo.da mão.de
'Meu dedo da mão'.

- b'. **n-uky**
1SG-olho.de
'Meu olho'.

- c'. **n-ynyru**
1SG-mãe.de
'Minha mãe'.

- d'. **nh-ithary**
1SG-irmão.de
'Meu irmão'.

Entre os alienáveis, temos aqueles marcados apenas na forma possuída, já que recebem um conjunto de sufixos, **-te**, **-ne**, **-re**. Entre os nomes cuja posse é marcada por **-te**, estão incluídos, entre outros, nomes cuja posse é considerada pouco familiar, estranha, pelo falante, sendo, muitas vezes, uma segunda opção para os casos de posse indireta (estratégia preferencial, nos casos de posse de animais e de plantas, por exemplo, em que os falantes antepõem um possuidor a um termo genérico, depois do qual vem o item possuído). O exemplo a seguir ilustra o uso do sufixo **-te**, dado como segunda opção para a posse indireta:

(8)

- | | | | | |
|----|--|----------------|-----|----------------------|
| a. | ny-pyra | pathery | a'. | ny-pathery-te |
| | 1SG-criação | galinha | | 1SG-galinha-POSSD |
| | 'Minha galinha' (literalmente: 'galinha minha criação'). | | | 'Minha galinha'. |

Nomes que podem receber o sufixo **-ne** expressam uma gama variada de noções semânticas, embora numericamente menor do que aquelas com que ocorre o sufixo **-te**. Na tese de Freitas (2017, p. 197), temos essa quantificação: enquanto **-te** ocorre com nove categorias semânticas propostas pela autora, **-ne** ocorre com apenas sete delas. Também inclui nomes considerados pelo falante como estranhos de serem possuídos, mas em um grau maior do que o de **-te**, já que sempre que o falante desconhece o nome que designa um dado referente (por exemplo, nos casos de variação dialetal, em que há diferentes nomes para um mesmo referente, dependendo da comunidade em que se fala), ele o marcará, em uma construção de posse, com **-ne**. Abaixo, exemplos em que os falantes disseram que, embora não fossem familiarizados com as palavras, seria possível acrescentar a elas o sufixo **-ne**, e apenas ele, deixando claro não reconhecerem as palavras, por conta de variação dialetal:

(9)

- a. **nhi-ixiw-awĩthe-ne** (*ny-kawaru-te*, na variedade do colaborador)
1SG-tamanduá-chefe-POSSD
'Meu cavalo'.
- b. **ny-sapupeta-ne** (*ny-pĩtxita-re*, na variedade do colaborador)
1SG-pente-POSSD
'Meu pente'.

Uma outra questão relevante, que envolve tanto o uso de **-ne** como de **-te**, é a seguinte: foram atestados vários casos em que ambos os sufixos podem ocorrer com um mesmo nome, sem diferença de sentido:

(10)

- | | | | | | | | |
|----|---------------------|-----|---------------------|----|-----------------------|-----|-----------------------|
| a. | ny-puriti-te | a'. | ny-puriti-ne | b. | n-ixiwāwite-te | b'. | n-ixiwāwite-ne |
| | 1SG-pimenta-POSSD | | 1SG-pimenta-POSSD | | 1SG-cavalo-POSSD | | 1SG-cavalo-POSSD |
| | 'Minha pimenta'. | | 'Minha pimenta'. | | 'Meu cavalo'. | | 'Meu cavalo'. |

Os nomes que recebem o sufixo **-re**, constituem um pequeno grupo, referindo-se a conceitos variados, não formando um grupo semântico único. Entre os sufixos de posse alienável, este grupo é o menos frequente, ocorrendo com cerca de uma dezena de nomes. Algo relevante a ser mencionado é que 50% dos nomes que constituem essa classe são derivados de verbos, conforme exemplos:

(11)

- | | | | | | | | |
|----|-----------------------------------|-----|-----------------------------|----|-------------------------------|-----|--------------------------|
| a. | nuta sãpaka-re₁ | a'. | ny-sãpaka-pe-ka | b. | ny-kama-re₁ | b'. | Katarukyry a-kama |
| | 1SG cansaço-POSSD | | 1SG-estar.cansado-PFTV-PRED | | 1SG-fazer-POSSD | | farinha 1PL-fazer |
| | 'Meu cansaço'. | | 'Eu já estou cansado'. | | 'Meu trabalho'. | | 'Nós fazemos farinha'. |

Entre os alienáveis, também temos aqueles nomes marcados tanto na forma possuída como na não possuída. O sufixo **-re₂**, sincronicamente, é idêntico a **-re₁**, em termos de sua forma fonológica, mas parece ter origem histórica

diferente do segundo (Payne, 1991), conforme mencionado anteriormente. Além disso, **-re₂** ocorre com um conjunto diferente de termos que, quando não possuídos, recebem um sufixo de não posse **-ry**. O que nos motivou a manter este subconjunto de nomes como uma subclasse dos alienáveis é o fato de tais nomes serem notoriamente marcados na forma possuída (como os demais alienáveis). Os nomes que constituem a classe dos marcados tanto na forma possuída quanto na forma não possuída também são um grupo fechado, reduzido, sendo que atestamos apenas 17 ocorrências desse padrão de marcação, de um total de 219 ocorrências. Assim como ocorre com a maioria dos nomes marcados por **-re**, muitos dos nomes duplamente marcados também ocorrem em construções verbais, mas, diferentemente do primeiro caso, os termos que constituem a classe dos marcados tanto na forma possuída quanto na forma não possuída não são derivados de verbos. Na realidade, são bases lexicais dependentes, que não são nomes nem verbos, mas precisam de morfologia derivacional para se comportarem como um ou outro.

(12)

a.	txipuku-ry	a'.	nhi-txipuku-re	b.	kuta-ry	b'.	ny-kuta-re
	fruta-N.POSSD		1SG-fruta-POSSD		paneiro-N.POSSD		1SG-fruta-POSSD
	'Fruta'.		'Minha fruta'.		'Cesta'.		'Minha cesta'.

Finalmente, temos aqueles nomes a que a noção de (in)alienabilidade não se aplica, pois são não possuíveis. Mesmo em contextos pragmáticos hipotéticos, nomes dessa classe não recebem nenhuma das marcas de (in)alienabilidade. Os grupos semânticos de tal classe de nomes referem-se a nomes próprios (de pessoas, de lugares etc.), a designação de grupos étnicos e a termos genéricos, como **kãkiti** 'gente'. A seguir, alguns exemplos:

(13)

a.	Pupĩkary 'Apurinã'	a'.	*ny-Pupĩkary	a"	*ny-Pupĩkary (-te, -ne, -re)	'Meu Apurinã'.
b.	Kariwa 'não índio'	b'.	*ny-kariwa	b".	*ny-kariwa (-te, -ne, -re)	'Meu branco'.

Nos exemplos em (13), as tentativas de enquadrar os nomes em questão nos padrões de marcação para nomes (in)alienáveis resultaram em exemplos agramaticais.

Nesta seção, as propostas de classificação anteriores para nomes da língua Apurinã foram questionadas nos seguintes pontos:

(i) Facundes (2000), Brandão (2006) e Facundes e Freitas (2013) consideram um morfema zero marcando a posse de nomes inalienáveis, o que demonstramos não se justificar, uma vez que o traço 'obrigatoriamente possuído' é parte integrante da entrada lexical dos inalienáveis;

(ii) enquanto Facundes (2000) separa o que chama de nomes mistos dos alienáveis, entendemos que há motivos consistentes para que os primeiros façam parte dos nomes alienáveis, uma vez que, tal como os demais alienáveis, os nomes mistos, na nomenclatura adotada por Facundes (2000), são notoriamente marcados na forma possuída, além de ocorrerem mais frequentemente como não possuídos do que como possuídos;

(iii) de fato, os padrões de marcação de nomes em Apurinã são lexicalmente determinados, mas, com base em novos dados e análises, podemos fazer algumas subgeneralizações de ordem semântica, morfológica e pragmática no interior de algumas classes de nomes;

(iv) os novos dados revelam ser possível a posse de elementos da natureza em Apurinã, contrariando a classe definida semanticamente como ‘obrigatoriamente despossuído’, na proposta de classificação de Brandão (2006), enquanto subconjunto dos nomes inalienáveis;

(v) a classificação de Facundes e Freitas (2013) também parece não refletir os fatos da língua Apurinã, por igualmente propor uma classe de ‘obrigatoriamente não possuídos’.

O Quadro 1 sumariza as três propostas de classificação anteriores e a atual.

Quadro 1. Comparação entre as diferentes classificações para nomes em Apurinã. Fonte: Freitas (2017, p. 216).

Facundes (2000)	Nomes simples - Inalienáveis - Classificatórios - Não classificatórios - Alienáveis -te -ne -re - Mistos (-ry na forma não possuída e -re na possuída)
Brandão (2006)	Nomes simples - Inalienáveis - Classificatórios - Não classificatórios - Opcionalmente possuídos - Obrigatoriamente possuídos - Obrigatoriamente despossuídos - Alienáveis - Mistos
Facundes e Freitas (2013)	Nomes simples não classificatórios - Possível com posse não marcada na forma possuída - Obrigatoriamente possuído com forma possuída não marcada - Obrigatoriamente não possuído com forma não possuída não marcada - Possível com forma não possuída não marcada - Possível com formas possuída e não possuída marcadas
Nova classificação	Nomes - Inalienáveis - Classificatórios - Não classificatórios - Não marcados - Marcados na forma não possuída - Alienáveis - Marcados na forma possuída - Marcados por -te - Marcados por -ne - Marcados por -re, - Marcados na forma possuída (-re₂) e não possuída (-ry) - Nomes não possuíveis

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Em um estudo tipológico-funcional, Haspelmath (2008) apresenta uma relação entre as noções de ‘frequência de ocorrência’ e de ‘motivação econômica’: a primeira resulta de maior familiaridade dos falantes de uma dada língua com relação a um determinado uso linguístico frequente; sendo familiares aos usuários, as relações implicadas nesse frequente uso linguístico tenderão a ser menos explícitas linguisticamente, isto é, menos marcadas, mais ‘econômicas’. Por outro lado, quanto menos familiar for um determinado uso linguístico, as relações implicadas neste tenderão a ser

mais explícitas linguisticamente, mais marcadas, menos 'econômicas'. Assim, quanto mais frequente uma dada expressão linguística, mais econômica será, já que as relações subjacentes a ela são mais familiares aos usuários da língua; quanto menos frequente, menos econômica será.

Por um lado, podemos adotar a hipótese de Haspelmath (2008), de que a noção de inalienabilidade pode ser motivada pela frequência de uso de nomes na forma possuída e por economia. Por outro lado, os dados de Apurinã permitem também propor a hipótese de que nomes 'inerentemente relacionais', tais como termos de parentesco e partes do corpo (entre algumas outras noções), como 'avô' e 'mão', tendem a constituir a maioria dos nomes inalienáveis, já que ocorrem mais frequentemente em construções de posse do que em termos como 'roçado', 'panela', 'mulher' e 'plantação'. A noção de posse estaria implicada em nomes relacionais. Em outros termos, as relações de 'posse' expressas em nomes como 'avô' e 'mão', em geral, são mais familiares, mais frequentemente empregadas, em comparação a 'roçado', 'panela', 'mulher' e 'plantação'.

A fim de sustentar essa hipótese, recorremos a um *corpus* de 31 textos⁸ (15 coletados por Freitas (2017), 12 retirados do material de conversação Apurinã⁹ – interlinearizados por Freitas (2017) – e quatro pertencentes a um banco de dados textual digital da língua Apurinã), em que se verificou a porcentagem de ocorrência de cada nome constante em tais textos, em sua forma possuída. Esta análise está presente no trabalho de Freitas (2017), a qual reportamos aqui, por meio da apresentação de tabelas de frequência.

A Tabela 1 mostra, na primeira coluna, nomes inalienáveis em Apurinã (sem a expressão de um possuidor, consistindo apenas de bases nominais); na segunda coluna, observa-se a tradução de tais nomes para o português; na terceira, encontram-se as quantidades totais de ocorrência de cada nome nos 31 textos analisados (em termos absolutos); na quarta, são mostradas as quantidades absolutas de ocorrência desses nomes em sua forma possuída; por fim, na quinta coluna, encontram-se os percentuais de ocorrência de tais nomes na sua forma possuída (por exemplo, para o nome *erëka* 'sangue', temos três ocorrências nos 31 textos, sendo que tal nome ocorre possuído em duas delas, o que permite dizer que este ocorre possuído em 66,6% das vezes em que é utilizado no *corpus* analisado).

Tabela 1. Frequência de ocorrência de nomes inalienavelmente possuídos em textos. Fonte: Freitas (2017, p. 182-183). (Continua)

Nomes inalienáveis em Apurinã	Tradução para o português	Total de ocorrências	Possuído	%
<i>erëka</i>	'Sangue'	3	2	66,6%
<i>iăkyny</i>	'Rastro'	3	3	100%
<i>apy</i>	'Osso'	1	1	100%
<i>mata</i>	'Pele'	1	1	100%
<i>xinhi</i>	'Carne'	2	1	50%
<i>ĩthu</i>	'Corpo'	1	1	100%

⁸ Os 27 primeiros textos encontram-se no trabalho de Freitas (2017); os outros quatro estão no banco de dados digital da língua Apurinã, no programa FLEx. No caso dos 15 textos coletados por Freitas (2017), foram apresentados aos colaboradores texto em português, para que estes construíssem a versão em Apurinã. Os 12 textos do material de conversação foram construídos por um colaborador Apurinã e revisados por outros colaboradores. Os quatro textos do programa FLEx foram produzidos espontaneamente pelos colaboradores (dois textos narrativos e dois textos procedurais).

⁹ O referido material ainda não foi publicado oficialmente, e se chama "*Amu Asăkirewata Pupikary Săkire*", elaborado por colaboradores Apurinã, junto com Sidney Facundes e sua equipe de trabalho.

Tabela 1.

(Conclusão)

Nomes inalienáveis em Apurinã	Tradução para o português	Total de ocorrências	Possuído	%
<i>kiti-mata</i>	'Sandália, sapato'	1	1	100%
<i>kywy-xike</i>	'Cabelo da cabeça'	1	1	100%
<i>tsyy-kywy</i>	'Dor de cabeça'	4	4	100%
<i>tsyy-ĩthu</i>	'Dor no corpo'	1	1	100%
<i>imiakury</i>	'Filhos'	7	7	100%
<i>anawakury</i>	'Filhos'	1	1	100%
<i>tanyry(ru)</i>	'Esposo(a)'	13	13	100%
<i>nyrymany</i>	'Parente'	6	6	100%
<i>yry</i>	'Pai'	8	8	100%
<i>ynyru</i>	'Mãe'	8	8	100%
<i>imatykyry</i>	'Sogro'	1	1	100%
<i>ithary(ru)</i>	'Irmão(ã)'	2	2	100%
<i>muianary</i>	'Amigo, companheiro'	6	6	100%
<i>awapuku</i>	'Casa, comunidade'	10	5	50%
<i>awinhi</i>	'Casa'	15	14	93,3%
<i>tywy</i>	'Coisa'	9	0	0%
<i>māka</i>	'Roupa'	8	7	87,5%
<i>keku</i>	'Rede'	9	6	66,6%
<i>thure</i>	'Porta'	1	1	100%
<i>tsupa</i>	'Folha'	1	1	100%
<i>xiripi</i>	'Flecha'	2	1	50%
<i>thapu</i>	'Arco'	1	1	100%
<i>parĩka</i>	'Trabalho'	6	3	50%
<i>wāka</i>	'Nome'	4	4	100%
<i>sākire</i>	'Idioma'	1	1	100%
<i>pinhi</i>	'Remédio'	1	1	100%
Média				87,94%

Com base nos nomes inalienáveis encontrados nos 31 textos analisados, verifica-se frequência média de 87,94% de suas ocorrências na forma possuída, sendo que todos os nomes listados na Tabela 1 ocorrem como mais frequentemente possuídos do que como não possuídos, com exceção do nome *tywy* 'coisa', o qual, em todos os contextos encontrados no *corpus*, ocorreu na forma não possuída; tal nome, embora morfologicamente marcado como inalienável na língua Apurinã, não parece se inscrever semanticamente em uma categoria prototipicamente esperada para inalienáveis, o que, talvez, justifique sua diferença com relação aos demais inalienáveis do *corpus*.

Com relação aos nomes alienáveis, a Tabela 2 mostra a frequência de ocorrência de tais nomes em construções de posse, nos textos analisados.

Tabela 2. Frequência de ocorrência de nomes alienavelmente possuídos em textos. Fonte: Freitas (2017, p. 183-185). (Continua)

Nomes alienáveis em Apurinã	Tradução para o português	Total de ocorrências	Possuído	%
<i>yny</i>	'Lontra'	1	0	0%
<i>katarukyry</i>	'Farinha'	7	0	0%
<i>xãmyna</i>	'Lenha'	4	0	0%
<i>ĩparãa</i>	'Água'	1	0	0%
<i>kytypyryky</i>	'Passarinho'	1	0	0%
<i>kuta(ry/re)</i>	'Cesto'	1	0	0%
<i>iiana</i>	'Gamela'	1	0	0%
<i>anãpa</i>	'Cachorro'	1	0	0%
<i>tsapukỹã</i>	'Anzol'	2	0	0%
<i>tsapukỹãtsa</i>	'Linha de pesca'	1	0	0%
<i>malhadera</i>	'Malhadeira'	3	0	0%
<i>sutuãry</i>	'Igarapé'	5	0	0%
<i>pitikyru</i>	'Grilo'	1	0	0%
<i>irary</i>	'Queixada'	10	0	0%
<i>matxuky</i>	'Bicho do coco'	1	0	0%
<i>tsumi</i>	'Minhoca'	1	0	0%
<i>mamury</i>	'Matrinxã'	1	0	0%
<i>tũpary</i>	'Pacu'	2	0	0%
<i>ykyparu</i>	'Piau'	1	0	0%
<i>uma</i>	'Piranha'	1	0	0%
<i>kukuixima</i>	'Jatuarana'	1	0	0%
<i>kariti</i>	'Piaba'	1	0	0%
<i>kapynaxima</i>	'Tucunaré'	1	0	0%
<i>iukuwaty</i>	'Caruaçu'	1	0	0%
<i>tsukirima</i>	'Surubim'	1	0	0%
<i>iuwata</i>	'Faca'	2	0	0%
<i>paraky</i>	'Cartucho'	1	0	0%
<i>amiana(ry/re)</i>	'Doença'	4	1	25%
<i>apuuma(ry/re)</i>	'Febre'	3	0	0%
<i>kyynyry</i>	'Xingané (festa)'	7	0	0%
<i>txipary</i>	'Banana'	6	0	0%
<i>anãna</i>	'Abacaxi'	4	0	0%
<i>ĩthupa</i>	'Mata, floresta'	9	0	0%
<i>ãkiti</i>	'Onça'	4	0	0%
<i>ixuwa</i>	'Tamanduá'	1	0	0%
<i>kyky</i>	'Homem'	5	0	0%
<i>syty</i>	'Mulher'	9	1	11,1%

Tabela 2.

(Continua)

Nomes alienáveis em Apurinã	Tradução para o português	Total de ocorrências	Possuído	%
<i>paxupata</i>	'Paxiúba'	2	0	0%
<i>tsupata</i>	'Barata'	2	0	0%
<i>kipatxi</i>	'Barro'	3	0	0%
<i>atākary</i>	'Espelho'	2	0	0%
<i>āputa</i>	'Abano'	4	0	0%
<i>nhipuku(ry/re)</i>	'Comida'	12	0	0%
<i>ximaky</i>	'Peixe'	22	0	0%
<i>iumyary</i>	'Macaxeira'	3	0	0%
<i>amātyyry</i>	'Fruta'	3	0	0%
<i>aiku</i>	'Casa'	5	0	0%
<i>kupiti</i>	'Panela de barro'	1	0	0%
<i>maky</i>	'Castanha'	13	2	15,3%
<i>selula</i>	'Celular'	1	0	0%
<i>kūputadu</i>	'Computador'	1	0	0%
<i>pixu</i>	'Bicho'	1	1	100%
<i>tirikapi</i>	'Lamparina'	4	0	0%
<i>sapatu</i>	'Sapato'	1	1	100%
<i>kikiu</i>	'Roçado'	6	3	50%
<i>kumyry</i>	'Mandioca'	16	1	6,25%
<i>kawāry</i>	'Igarapé'	3	0	0%
<i>itixi</i>	'Terra, chão'	1	0	0%
<i>tsapyryky</i>	'Açaí'	6	0	0%
<i>kitxiti</i>	'Patauí'	3	0	0%
<i>muture</i>	'Motor'	1	0	0%
<i>mapurupuwa</i>	'Barco'	1	0	0%
<i>amary</i>	'Criança'	17	5	29,4%
<i>xamynaky</i>	'Espingarda'	8	2	25%
<i>taka(ry/re)</i>	'Plantação'	11	5	45,4%
<i>īsuāna</i>	'Rio'	2	0	0%
<i>awiri</i>	'Rapé'	7	0	0%
<i>xika(ry/re)</i>	'Canto, canção'	1	0	0%
<i>ỹārỹã</i>	'Vinho'	4	0	0%
<i>kytsyna</i>	'Calango'	1	0	0%
<i>mutu</i>	'Cará'	2	0	0%
<i>kypary</i>	'Batata'	4	0	0%
<i>kimi</i>	'Milho'	3	0	0%
<i>iūkyra</i>	'Sal'	1	0	0%

Tabela 2.

(Conclusão)

Nomes alienáveis em Apurinã	Tradução para o português	Total de ocorrências	Possuído	%
<i>parithu</i>	'Fósforo'	1	0	0%
<i>muskiteru</i>	'Mosquiteiro'	1	0	0%
<i>saasara</i>	'Terçado'	1	0	0%
<i>xūpuky</i>	'Chumbo'	1	0	0%
<i>xūpupanhi</i>	'Pólvora'	1	0	0%
<i>purytaky</i>	'Espoleta'	1	0	0%
<i>parapa</i>	'Cartucho'	1	0	0%
<i>kaxaxãa</i>	'Cachaça'	2	0	0%
<i>paikuma</i>	'Tingui'	4	0	0%
<i>kirikunape</i>	'Buritizal'	1	0	0%
<i>kimapury</i>	'Caminho'	2	0	0%
<i>iatymyna</i>	'Pé de sorva'	1	0	0%
<i>ãake</i>	'Vara'	1	0	0%
<i>manu</i>	'Tipiti'	1	0	0%
<i>pathery</i>	'Galinha'	2	0	0%
Média				5%

Diferindo sobremaneira dos nomes inalienáveis, os nomes alienáveis presentes na Tabela 2 apresentam frequência média de apenas 5% em construções de posse, o que, comparado à frequência de 87,94% dos inalienáveis, evidencia o contraste entre essas duas classes de nomes em se tratando de sua frequência de ocorrência em construções de posse. Vale ressaltar que, na Tabela 2, foram incluídos os nomes marcados tanto na forma possuída como na não possuída, uma vez que estes últimos constituem uma subclasse de alienáveis na proposta atual de classificação para nomes em Apurinã, conforme explicado na seção anterior (tanto nomes inalienáveis 'marcados apenas na forma possuída' quanto aqueles 'marcados em ambas as formas', possuída e não possuída, ocorrem mais frequentemente como não possuídos do que como possuídos).

Para evidenciar o *status* dos nomes duplamente marcados enquanto subclasse dos alienáveis, apresentamos a Tabela 3, em que se encontram apenas nomes marcados tanto na forma possuída como na não possuída.

Tabela 3. Frequência de ocorrência de nomes alienáveis duplamente marcados em textos. Fonte: Freitas (2017, p. 185).

Nomes alienáveis duplamente marcados em textos	Tradução para o português	Total de ocorrências	Possuído	%
<i>kuta(ry/re)</i>	'Cesto'	1	0	0%
<i>amiana(ry/re)</i>	'Doença'	4	1	25%
<i>apuuma(ry/re)</i>	'Febre'	3	0	0%
<i>nhipuku(ry/re)</i>	'Comida'	12	0	0%
<i>taka(ry/re)</i>	'Plantação'	11	5	45,4%
<i>xika(ry/re)</i>	'Canto, canção'	1	0	0%
Média				18,7%

Conforme mostra a Tabela 3, nomes marcados tanto na forma possuída quanto na forma não possuída, com uma frequência média de apenas 18,7% em construções de posse, aproximam-se mais dos alienáveis do que dos inalienáveis, em termos de frequência de ocorrência em construções de posse, já que ocorrem muito mais frequentemente em construções de não posse do que de posse.

Assim, demonstradas as frequências de ocorrência de nomes inalienáveis e alienáveis em sua forma possuída, com base na análise de 31 textos, temos evidências suficientes para utilizar o parâmetro 'frequência de ocorrência' em construções de posse para reforçar o contraste entre nomes alienáveis e inalienáveis em Apurinã, o que, agregado à observação dos padrões de marcação morfológica de tais nomes, permite uma aproximação mais acurada em se tratando da compreensão de cada uma dessas duas categorias de nomes na língua.

Nesse sentido, adotamos as seguintes definições para nomes inalienáveis e alienáveis em Apurinã: (i) 'inalienáveis' são aqueles nomes não marcados na forma possuída, sendo, portanto, mais econômicos, os quais ocorrem mais frequentemente como possuídos do que como não possuídos (frequência média de ocorrência em construções de posse de 87,94% nos textos analisados); (ii) 'alienáveis' são os nomes notoriamente marcados em construções de posse (recebem um sufixo de posse), portanto, menos econômicos, os quais ocorrem mais frequentemente como não possuídos do que como possuídos (frequência média de apenas 5% em construções de posse nos textos analisados).

Essa proposta de definição para nomes (in)alienáveis em Apurinã, portanto, está baseada em seus padrões de marcação morfológica, sendo motivadas pela 'frequência de ocorrência' e pela 'motivação econômica' (Haspelmath, 2008), acrescentando questões pragmáticas (familiaridade, frequência de uso) à análise dos nomes na língua, além de questões ligadas ao padrão de marcação morfológica. Os dados corroboram a hipótese de que há uma classe semântica que subjaz à noção de inalienabilidade em Apurinã: conceitos inerentemente relacionais. A relevância dessa última informação está na possibilidade que ela oferece de predizer, com base na semântica dos nomes, quais tendem a ser marcados como inalienáveis na língua, além de ocorrer com maior frequência na forma possuída.

Em se tratando dos nomes alienáveis – apesar de, no geral, a marca morfológica que cada nome alienável recebe ser lexicalmente determinada –, é possível observar alguns padrões restritos à parte desses nomes. Uma distinção inicial que pode ser feita entre *-te*, *-ne*, *-re*, e *-re₂* diz respeito à quantidade de palavras em que foram atestados: os sufixos *-te* (em primeiro lugar) e *-ne* (em segundo) são os mais frequentes (abrangendo uma quantidade maior de categorias semânticas); foram atestadas apenas pouco mais de uma dúzia de palavras ocorrendo com o sufixo *-re₂*; também foram poucas as palavras em que verificamos a ocorrência de *-re*, uma dezena. Facundes (2000) atribui a escolha de um desses sufixos a um condicionamento lexical. Entretanto, dados mais recentes nos conduziram a identificar algumas tendências relativamente robustas, em se tratando de subgeneralizações que podem ser feitas sobre a ocorrência de cada um desses sufixos:

(i) nomes de animais e de substâncias/fenômenos/paisagens da natureza ocorrerem apenas com os sufixos *-te* e *-ne*, característica semântica que diferencia esses dois sufixos dos demais (que não ocorrem com esses dois grupos semânticos de nomes); isso se deve ao fato de apenas os sufixos *-te* e *-ne* ocorrerem com nomes cuja posse é considerada pelos falantes como pouco familiar/comum (a posse de nomes como *ãkiti* 'onça', *kema* 'anta', *kasyry* 'lua' e *atukatxi* 'sol', de fato, parece ser, no mínimo, bastante incomum, ocorrendo em contextos hipotéticos muito particulares). De todo modo, há algumas diferenças entre *-te* e *-ne*: o sufixo *-te* se aplica a um número maior de grupos semânticos e é mais frequente do que *-ne*; em todos os casos atestados em que os falantes desconheciam um dado nome, seja nos casos de variação dialetal ou nos de referentes desconhecidos, foi usado o sufixo *-ne*;

(ii) o sufixo **-re**, ocorre com poucos itens lexicais, cujos membros designam conceitos variados. A metade dos nomes, até então atestados (dez ocorrências), marcados por **-re**, é derivada de verbos, o que nos faz pensar que haja certa tendência de que nomes deverbais ocorram com este sufixo;

(iii) nomes marcados por **-re**₂ são aqueles que recebem a marca **-ry** quando não possuídos, ocorrem com bases que não são nem inerentemente verbais nem inerentemente nominais, necessitando de morfologia derivacional para se comportarem como nomes ou verbos.

De fato, não há qualquer classe semântica em isolado que dê conta de justificar um agrupamento dos nomes que ocorrem com cada um dos sufixos de posse alienável. Há, ao invés disso, tendências, ora apontadas, de ordem semântica, morfológica e pragmática/discursiva que podem estar ligadas à escolha entre **-te**, **-ne**, **-re**, e **-re**₂, embora esta seja, no geral, lexicalmente condicionada.

Optamos por propor a existência de uma terceira classe separada de 'nomes não possuíveis', que corresponderia ao que Brandão (2006) chamou de 'obrigatoriamente despossuídos' e ao que Facundes e Freitas (2013) chamaram de 'obrigatoriamente não possuídos'. Para justificar a existência dessa terceira classe, levamos em conta que a (in)alienabilidade, do ponto de vista semântico, pressupõe posse, em que há uma relação entre um possuidor e um item possuído, seja ela (prototipicamente) 'inerente, indissolúvel' ou não; uma vez que não há relação de posse (não há um possuidor), já que, constituída por nomes 'não possuíveis', a noção de (in)alienabilidade não se aplica. Adicionalmente, do ponto de vista morfológico, a partir do modo como definimos aqui a (in)alienabilidade¹⁰, não haveria possibilidade de incluir os nomes não possuíveis em uma dessas duas classes, já que estes não recebem qualquer marca morfológica que os caracterize.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual classificação proposta para os nomes inalienáveis em Apurinã apresenta diferenças com relação às análises anteriores que, se não substanciais, são importantes: demonstramos que tais nomes não são marcados por um morfema zero em construções de posse, mas sim carregam a informação sobre inalienabilidade como parte do seu significado lexical; a marcação morfológica desses nomes está intimamente ligada à 'frequência de ocorrência' em construções de posse e a uma 'motivação econômica' (Haspelmath, 2008); finalmente, a noção de nomes inerentemente relacionais adiciona certa previsibilidade sobre quais nomes serão marcados como inalienáveis na língua e, portanto, podem ocorrer com maior frequência na forma possuída. Sobre os nomes alienáveis, observamos que, quando um exame criterioso de seus usos é feito, é possível atestar subgeneralizações, que tornam relativamente previsível a seleção de cada sufixo marcador de nome alienavelmente possuído.

Dada essa reformulação na classificação dos nomes em Apurinã, esperamos ter contribuído para os estudos tipológicos em línguas Aruák, no que se refere aos padrões de marcação morfológica de nomes em construções de posse, assim como para a tipologia geral sobre sistemas de marcação de posse nas línguas do mundo. Finalmente, é possível imaginar que essa classe semântica de conceitos inerentemente relacionais, assim como os nomes não possuídos, possa estar relacionada a aspectos particulares da cultura de um povo. Esta, porém, é uma questão para uma outra pesquisa.

¹⁰ Inalienáveis são não marcados na forma possuída e mais frequentes em construções de posse do que de não posse; alienáveis são notoriamente marcados na forma possuída e mais frequentes em construções de não posse do que de posse.

ABREVIATURAS

1 = primeira pessoa

3 = terceira pessoa

ASSOC = associativo

F = feminino

M = masculino

nc = nome classificatório

N.POSSD = não possuído

N.PROP = nome próprio

PFTV = perfectivo

PL = plural

POSSD = possuído

PRED = predicado

PROGR = progressivo

SG = singular

VLZ = verbalizador

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Paula. **Dicionário da fauna e flora Apurinã**. 2006. 79 f. Monografia (Graduação em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

FACUNDES, Sidney da Silva; FREITAS, Marília Fernanda Pereira de. Posse nominal em Apurinã (Aruák). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS NA AMAZÔNIA, 4., 2013, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: PPGL-UFPA, 2013. p. 705-715. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/108/1/Livro_AnaisCongressoInternacional_V1.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

FACUNDES, Sidney da Silva. **The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)**. 2000. 705 f. Thesis (Doctorate in Philosophy) – University of New York, Buffalo, 2000.

FACUNDES, Sidney da Silva. Possession and unpossession in Apurinã Maipuran. In: **Conference Proceedings of LSA Parassession: languages south of Rio Bravo**. Nova Orleans, 1995.

FREITAS, Marília Fernanda Pereira de. **A posse em Apurinã**: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák. 2017. 429 f. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

HASPELMATH, Martin. Alienable vs. inalienable possessive constructions. In: **Syntactic universals and usage frequency**. Leipzig: Leipzig School on Linguistic Diversity, 2008. p. 1-14. Available in: <http://www.eva.mpg.de/lingua/conference/08_springschool/pdf/course_materials/Haspelmath_Possessives.pdf>. Access in: 7 June 2015.

PAYNE, David L. A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (Ed.). **Handbook of Amazonian Languages**. Berlin: De Gruyter Mouton, 1991. p. 355-499, v. 3.

O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875)

The botanist João Barbosa Rodrigues in the Amazon basin: exploring the Capim River (1874-1875)

Cláudio L. M. Ximenes^I, Alan Watrin Coelho^{II}

^IUniversidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

^{II}Universidade Estácio de Sá. Castanhal, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo é uma proposta de análise dos estudos geográficos, hidrográficos, botânicos e zoológicos elaborados pelo botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues (1842-1909), em viagem pelo rio Capim entre os anos de 1874-1875. Esta viagem fez parte da Comissão Exploradora do vale do Amazonas, a qual foi liderada por Barbosa Rodrigues e contou com o patrocínio do Governo Imperial. Estes estudos se encontram no relatório "Exploração e estudo do Valle do Amazonas: rio Capim" publicado e apresentado em 1875 ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Palavras-chave: João Barbosa Rodrigues. Rio Capim. Pororoca. Amazônia.

Abstract: This article proposes analysis of the geographic, hydrographic, botanical and zoological studies conducted by the Brazilian botanist João Barbosa Rodrigues (1842-1909) on a journey along the Capim River between 1874 and 1875. This trip was part of the Amazon Basin Exploratory Commission, which was led by Barbosa Rodrigues and sponsored by the Imperial government. These studies are found in the Report "Exploration and study of the Amazon Basin: Capim river," which was published and presented to the Ministry of Agriculture, Commerce, and Public Works in 1875.

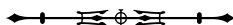
Keywords: João Barbosa Rodrigues. Capim River. *Pororoca*. Amazon region.

XIMENES, Cláudio L. M.; COELHO, Alan Watrin. O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 663-680, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300010>.

Autor para correspondência: Cláudio L. M. Ximenes. Universidade Federal do Pará. Avenida Augusto Corrêa, 1 – Guamá. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (ximeneshistoriador@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7661-547X>.

Recebido em 06/05/2018

Aprovado em 28/08/2018



INTRODUÇÃO

A viagem de exploração do rio Capim realizada por Barbosa Rodrigues¹ (Figura 1) entre dezembro de 1874 e fevereiro de 1875 foi uma das etapas da Comissão Exploradora do vale do Amazonas. Esta comissão foi um projeto do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cujo propósito era o de fazer o levantamento das riquezas naturais do vale do Amazonas (Sá, 2012). A fim de cumprir tal missão, Barbosa Rodrigues viajou com sua família para o vale do Amazonas em 1871, lá permanecendo até março de 1875 (Ximenes; Coelho, 2017).

Após explorar, em sequência, os rios Tapajós, Yamundá, Urubu e Jatapu e Trombetas, em 1874, Barbosa Rodrigues encontrava-se na cidade de Óbidos, na província do Grão-Pará, uma de suas bases e, consequentemente, um dos lugares de realização de seus estudos preliminares de gabinete (Ximenes; Costa, 2015). Sendo assim, após realizar pesquisas de quais rios da província do Pará não tinham sido explorados por naturalistas, percebeu que as informações encontradas indicavam que o rio Capim não havia sido explorado até a sua nascente (Rodrigues, 1875a). As mesmas informações também lhe diziam que o único naturalista que havia passado pelo rio tinha sido Alfred Russel Wallace (1823-1913), em 1849, o qual viajou da foz até o engenho Santo Antônio, localizado na fazenda São José, uma das muitas propriedades que José Calixto Furtado (1806-1882), fazendeiro e líder do Partido Conservador na freguesia



**Um dos últimos retratos de Barbosa Rodrigues
(a bico de pena)**

Figura 1. Desenho feito a bico de pena de Barbosa Rodrigues. Fonte: Salgado (1945, não paginado).

¹ João Barbosa Rodrigues era filho de um comerciante português de mesmo nome e da brasileira de ascendência indígena Maria Carlota da Silva Santos (Sá, 2001; Salgado, 1945). Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 22 de junho de 1842, mas passou a infância na cidade mineira de São Gonçalo de Sapucaí, conhecida também como Campanha (Sá, 2001; Salgado, 1945). Ao regressar a então capital do império, ingressou no curso de Comércio do Instituto Comercial, no qual se formou em Economia Política, em 1858. Em 1864, concluiu o bacharelado em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II. Nessa instituição, exerceu as funções de secretário e de professor de Desenho, com o apoio de Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908), o Barão de Capanema (Salgado, 1945). De acordo com Salgado (1945), Guilherme Schüch era um amante da botânica e, ao perceber o talento de Barbosa Rodrigues, tornou-se o seu 'mestre'. Para Sá (2001), Guilherme Schüch foi o 'mecenas' de Barbosa Rodrigues por toda a sua vida. Em 1869, formou-se como engenheiro pela Escola Central de Engenharia do Brasil (hoje, Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro) (Mori; Ferreira, 1987). Em 1876, como fruto dos seus trabalhos no vale do Amazonas, foi aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1883, a pedido da princesa Izabel, fundou o Museu Botânico do Amazonas, sendo diretor dessa instituição até a proclamação da República. Em 1890, já em ares republicanos, Guilherme Schüch, após receber o convite para assumir o cargo de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, recomendou Barbosa Rodrigues a este cargo, no qual Barbosa Rodrigues permaneceu até a sua morte, em 6 de março de 1909. Após seu falecimento, seu filho, João Barbosa Rodrigues Júnior (1872-1931), que nascera em meio à realização da Comissão Exploradora do vale do Amazonas (1872-1875), assumiu interinamente o cargo de diretor da instituição (1909-1910) (Salgado, 1945).

de Santana do Capim (hoje, vila de Santana do Capim, município de Aurora do Pará), possuía ao longo do rio Capim (Ximenes; Costa, 2015). Barbosa Rodrigues, na introdução de seu relatório, enfatizou que o naturalista não havia proposto nenhuma discussão mais profunda acerca do rio Capim, como também não dissertou a respeito dos animais e dos vegetais que compunham a região. Ainda segundo ele, Alfred Wallace apenas havia descrito alguns lepidópteros (ordem onde estão inseridas as mariposas e as borboletas) e a pororoca (Rodrigues, 1875a).

Com isso, Barbosa Rodrigues decidiu, então, seguir para a capital da província, Belém, a fim de conseguir meios para a viagem ao rio Capim. Após algum tempo de espera e de preparação para a viagem, ele conseguiu, através de Pedro Vicente de Azevedo (1843-1912), presidente da província do Pará (1874-1875), os meios para a realização da empreitada (Ximenes; Costa, 2015).

A DESCRIÇÃO HIDROGRÁFICA DO RIO CAPIM

Em 7 de dezembro de 1874, Barbosa Rodrigues partiu do porto da cidade de Belém em direção ao rio Capim, indo até o engenho de Calixto Furtado, a bordo de uma lancha a vapor do 3º Distrito Naval, cedida pelo governador da província do Pará (Ximenes; Costa, 2015).

Logo no início de seu relatório, Barbosa Rodrigues preocupou-se em explicar o significado do termo 'capim', que, de acordo com ele, seria a compressão das palavras indígenas *caa* (planta), *pe* (talo) e *hy* (fino), ou seja, planta de talo fino² (Rodrigues, 1875a).

Ao longo do trabalho de investigação do rio Capim, ele se deparou com questões de definição sobre as extensões e as nomenclaturas dos rios Capim, Guajará e Guamá. À época, duas eram as teorias acerca disso: a primeira era a de que o rio Guamá banhava a cidade de Belém, na foz do rio Guajará, sendo o rio Capim, seu principal afluente; a outra era de que a confluência dos rios Capim e Guamá formava o rio Guajará (Rodrigues, 1875a).

Desse modo, Barbosa Rodrigues propôs-se a realizar um estudo sobre a referida questão. Explicou que os indígenas denominavam de Guajará a parte das águas que se formavam "[...] desde a confluência das águas dos rios [Moju] e Acará engrossadas com as do Capim, que passam pelo litoral da cidade, interceptadas por numerosas ilhas, que formam ali um grande delta [...]" (Rodrigues, 1875a, p. 11). Ainda segundo Rodrigues (1875a), um dos que se confundiram com essa questão foi o militar, geógrafo e historiador português Antônio Ladislau de Monteiro Baena (1798-1850), que em:

[...] seu "Ensaio corographico", a pag. 231, diz [...]: "pela coadunação dos rios Guamá e Acará (aqui da-lhe esse nome), o primeiro já adunado ao Capim desde a freguezia de S. Domingos e o segundo já unido ao [Moju]. A esta coadunação de rios deram os naturaes e proprios indigenas da terra o nome de Guajará que ainda persevera". Na mesma obra a pag. 244, tratando dos bens que tinham os frades diz: "da fazenda de Pernambuco, no rio Guajará" [...]" (Rodrigues, 1875a, p. 11).

Barbosa Rodrigues, na elaboração de seu estudo, levou em consideração a direção e a corrente das águas, como também a extensão do curso do rio Capim (Rodrigues, 1875a). Em relação à questão da extensão, ele explicou que, da confluência (nascentes) até a freguesia de S. Domingos, o rio Capim possuía "[...] quase 560 milhas [921,23 km] ou 166 leguas [697,20 km] enquanto que o Guamá é muito menor, e desagua naquella em rumo opposto" (Rodrigues, 1875a, p. 51).

Outro dado relevante para Barbosa Rodrigues era que, antes da confluência com o rio Guamá, o Capim tinha mais de 1,5 km de largura, enquanto o Guamá tinha apenas de 200 m. Na confluência propriamente dita, o Capim passava a ter quase 2,5 km de largura (Rodrigues, 1875a). Estudos recentes indicam que Barbosa Rodrigues estava correto em sua observação sobre a largura entre os dois rios, sendo o Capim realmente mais largo do que o Guamá (Braga et al., 2002).

² Para mais informações sobre a exploração do rio Capim, ver Ximenes e Coelho (2017).

Desse modo, para Barbosa Rodrigues, todos os dados levantados o levavam a concluir que, tanto geográfica como hidrograficamente, o Guamá era o principal afluente do rio Capim, e não o contrário, sendo o rio Capim a artéria principal, que desaguava na foz do rio Guajará, na cidade de Belém (Rodrigues, 1875a). Ele considerava que o Capim chegava até Belém, concluindo que o mesmo, de sua nascente até a foz, possuía pouco mais de 921 km de extensão, valor que excede os atuais 764,82 km (Rodrigues, 1875a; Lima, 2005). Entretanto, para Lima (2005), o rio Capim é o principal afluente do rio Guamá, mesmo que o primeiro apresente volume de descarga superior ao segundo.

Outras observações levaram o naturalista a acreditar que o curso do rio Capim seguia do sentido oeste do rio Puritirá (Rodrigues, 1875a), o qual se originava na confluência dos rios Surubiju e Ararandeuá, e que o rio Capim possuía 115 afluentes, dessa confluência até a foz no Guajará (Rodrigues, 1875a). Segundo Lima (2005), ele possui apenas 26.

Estudos recentes indicam que o rio Capim nasce nos contrafortes da serra dos Coroados, no sudeste do estado do Pará, tendo, à direção oeste, o rio Puritirá, seguindo um percurso sinuoso, que o caracteriza como um rio de planície, podendo ser navegável desde a foz localizada no município de São Domingos do Capim até a foz do rio Puritirá (Lima, 2005). Com bacia hidrográfica localizada na região nordeste do Pará, ele faz parte da Região Hidrográfica Costa Atlântica-Norte e da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia, totalizando uma área de 37.485,75 km², da qual 95,22% estão no Pará e 4,78%, no Maranhão (Paca et al., 2011).

De acordo com Paca et al. (2011), para melhor compreensão de suas potencialidades, a bacia do rio Capim foi dividida em

deposição. Para caracterizar estas zonas na bacia do rio Capim foram configurados dois setores distintos: o alto rio Capim e o baixo-médio rio Capim; individualizados por formas de relevo e declividades diferenciadas [...] (Paca et al., 2011, p. 3, grifos do autor).

A bacia hidrográfica do rio Capim faz parte também da bacia hidrográfica Guamá-Capim, que possui área estimada em aproximadamente 49.971 km², cuja origem é a foz do rio Guamá, em Belém (km 0). Ela cruza a foz do seu principal afluente, o rio Capim, no município de São Domingos do Capim (km 110), passando pela vila de Santana do Capim (km 165), no município de Aurora do Pará, por Ipixuna (km 230), pela vila de Badajós (km 262), no município de Ipixuna, até chegar no entroncamento do rio com a PA-256, em Paragominas (km 372) (Brasil, 2015).

A POROROCA

Barbosa Rodrigues não se ocupou apenas em descrever o curso do rio Capim e de seus prováveis afluentes, ou seja, seus aspectos geográficos e hidrográficos. Do rio Capim, elaborou vários estudos acerca das observações e dos registros que realizou ao longo de sua viagem, levando sempre em consideração as características físicas, históricas e antropológicas encontradas por ele neste afluente.

Uma dessas características foi a pororoca, sobre a qual o naturalista elaborou estudo detalhado de suas causas no rio Capim. Tal como fez em relação a este rio, o botânico procurou explicar a origem e o significado da palavra pororoca.

Suas conclusões foram reproduzidas por José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó (1832-1906), em "As regiões amazônicas: estudos chorograficos dos Estados do Gram Pará e Amazônas":

[...] 25 sub-bacias considerando o sistema de ordem de canais definido por Strahler (1952) e o modelo funcional de Schumm (1973). A bacia do rio Capim obteve segundo a rede traçada a 6ª Ordem. Schumm (1973) atribui uma funcionalidade a este ordenamento estabelecendo três zonas fundamentais: de produção, de transferência e de

[...] Este nome ou vocábulo Pororoca diz o sr. Barbosa Rodrigues que é inteiramente da lingua tupy ou indigena formado ou derivado das duas poroc, rebentar, e oca, que significa casa, isto é, que chega a rebentar em casa, substituindo por euphonia, como é uso, o c por um r, ou como a lingua é toda unomatopeica de poroc poroc, isto

é rebentar seguidamente, que bem exprime o sucessivo rebentar das vagas, a que por abreviação e corruptella suprimiram o *c* final da primeira palavra, e substituíram o *p* da primeira syllaba da segunda ficando *pororoc*, d'onde *pororoca*. Sem entrar na discussão de qual é mais provavel das duas derivações, com o pouco que conheço da lingua indigena, me parece mais natural a segunda, pois muitas palavras da lingua indigena são formadas por imitação ou onomatopaicas [...]

(Abreu, 1992, p. 361, grifos do autor).

De acordo com Barbosa Rodrigues, à época, era comum acreditar que a pororoca era um fenômeno que ocorria pelo embate das águas do rio Amazonas e do oceano Atlântico. Entre os que defendiam essa ideia, estavam o geógrafo e historiador peruano Mariano Felipe Paz Soldán (1821-1886), coautor de “Geografia del Peru” (1862)³, e Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro (1816-1878), autor de “Historia geral do Brazil” (1854) (Rodrigues, 1875a).

Entretanto, nem todos pensavam dessa maneira, como prova o artigo publicado no Diário do Gram-Pará pelo médico Francisco da Silva Castro (1815-1899), em 8 de março de 1860 (Rodrigues, 1875a), que, mesmo contendo ‘informações questionáveis’, serviu para que o botânico conseguisse postular uma explicação para a ocorrência da pororoca no rio Capim (Rodrigues, 1875a). De acordo com Barbosa Rodrigues, o trabalho de Silva Castro trazia elementos que refutavam a ideia de Soldán e de Varnhagen, que acreditavam que a pororoca só acontecia nos rios próximos ao oceano, uma vez que o ‘*phenomeno*’ era também observado nos rios Guamá, Moju, Araguari, Capim, entre outros, distantes cerca de 280 km do mar (Rodrigues, 1875a). Ele concordava nesse ponto com Silva Castro, como também na questão da regularidade das ‘marés vivas’⁴, que ocasionariam a pororoca nos rios próximos ao oceano, neste caso, os

rios Araguari e Amapá, na então Guiana brasileira (Amapá) (Rodrigues, 1875a).

As diferenças entre as ideias de Barbosa Rodrigues e de Silva Castro começaram quando o médico paraense explicou o motivo pelo qual não ocorria pororoca no rio Amazonas: em primeiro lugar, nele teriam que existir marés vivas e, conseqüentemente, uma enchente; em segundo lugar, o rio deveria apresentar uma pequena declividade, não poderia ser profundo, nem ter bloqueios e muito menos cachoeiras no seu curso (Rodrigues, 1875a).

Barbosa Rodrigues, no entanto, discordava principalmente do segundo ponto, uma vez que o Amazonas apresentava todas estas características, tal como foi descrito nas obras de Soldán e na “Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas” (La Condamine, 2000), do naturalista francês Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), que acreditavam que o grande rio possuía “[...] pouco declive, não [tinha] embarços, nem cachoeiras até a sua foz [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 14). Sendo assim, segundo Barbosa Rodrigues, deveriam ocorrer pororocas ao longo do rio Amazonas, mas isso não acontecia de fato. O fenômeno era observado apenas na sua foz, mais precisamente na região dos baixios, perto de Macapá (Rodrigues, 1875a).

Silva Castro explicou que a pororoca ocorria da seguinte maneira: ao conter as águas do rio, a maré tornava-se forte com o passar do tempo, a ponto de superá-las em um grande salto, gerando um forte estrondo, que pode ser ouvido a mais de 20 km de distância, tamanha a força desta maré. A maré também formava altas ondas, agitadas, que, além de destruir tudo que encontravam pela frente, faziam com que o rio se enchesse novamente (Rodrigues, 1875a). Dessa explicação, Barbosa Rodrigues indagou: “O que chama aqui maré o Sr. Dr. Castro, as verdadeiras do

³ “Geografia del Peru” é uma obra póstuma do geógrafo Mateo Paz Soldán (1812-1857), realizada por Mariano Felipe Paz Soldán, irmão de Mateo. Mariano foi o responsável pelas correções e pelos aumentos na referida obra, que contou com o apoio e o financiamento do governo peruano (Soldán, 1862).

⁴ Hoje, denominadas de marés de sizígia. Elas são causadas pelas forças de atração da lua e do sol, que se somam duas vezes em cada intervalo lunar, em específico nas fases da lua nova (idade da lua - 0), da lua cheia (idade da lua - 14), e novamente na lua nova (idade da lua - 28 ou 29). Nesses períodos, ocorrem preamares muito altas e baixa-marés muito baixas (Miguens, 1993).

oceano ou o entufamento das águas doces que represadas pelas do oceano refluem?” (Rodrigues, 1875a, p. 14).

Silva Castro concluiu seu artigo, afirmando que não haveria necessidade de água do oceano para a formação da pororoca. Barbosa Rodrigues rebateu tal afirmação, pois,

Se não fosse a concurrencia d'agua salgada, ou do poderoso mar, não haveriam pororocas, porque não haveria marés. Onde as águas doces, apenas refluem puras, é longe, represadas pelas marés salgadas, e é tão fraco o seu refluimento, que mesmo em lugares proprios de apparecer a pororoca, ellas não se alteram, como tive occasião de observar. Não ha luta, o mar segue sempre seu movimento; os rios nunca são vencedores, e as causas são outras. Poderei estar em erro, outros mais habilitados, depois de estudar o facto no terreno que me julguem, porém quanto a mim simples é a explicação, sendo outras as causas. (Rodrigues, 1875a, p. 14-15).

Barbosa Rodrigues concluiu, assim, que

[...] a pororoca não é um phenomeno, como se tem dito; tem causas constantes que a motivam, dias e horas marcados para se apresentar. Se ignorassemos as cousas, e se apresentasse alguma novidade, poder-se-hia então dar esse qualitativo. (Rodrigues, 1875a, p. 12).

A pororoca ocorria em todos os meses do ano, antes ou depois da lua nova ou da lua cheia, período em que sucedia a maré alta. No Capim, especificamente no equinócio de março, “[...] isto é, no tempo da enchente [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 15), era o momento em que se observava sua passagem mais vigorosa, a qual acontecia quando as águas do rio – momentaneamente calmas – eram repentinamente elevadas pela “[...] grande massa d' águas da maré [...]”, que subiam pelo seu leito e encontravam um espaço apertado, impedindo seu alargamento, levando-a a alcançar ‘grande velocidade’ (Rodrigues, 1875a, p. 15).

As águas do rio, rebatidas na foz, acabavam misturando-se com as águas salgadas, sendo conduzidas até acima da ilha Pernambuco dos Frades, local da primeira formação da pororoca. Com a chegada da maré, o rio alterava sua direção, com suas águas seguindo para a

margem direita, onde se chocava com o leito elevado e cheio de rochas. Ao chocar-se com esses obstáculos, essa massa de água formava uma grande onda, que, ao arrebentar, causava um forte estrondo (Rodrigues, 1875a).

Ao alcançar a freguesia de São Domingos, a massa de água chocava-se contra as ribanceiras, dividindo-se para o Guamá e continuando no Capim, ficando após sua passagem os “[...] banzeiros dos naturaes [...]”, ela “[...] vae sobre as margens formando ondas como as do mar. Á impetuosidade das águas sobre os baixos não ha embarcação por maior que seja que resista; é logo despedaçada e mettida a pique [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 16, grifo do autor).

Para Barbosa Rodrigues, a pororoca não era simplesmente uma maravilha da natureza ou algo que acontecia de maneira espontânea. Uma provável explicação para a ocorrência da pororoca no rio Capim, segundo o botânico, seria a relação entre o sol e a lua, pois “[...] as attracções do sol e da lua causam diariamente um movimento no oceano, arrastando duas grandes ondas que se denominam marés que sempre são maiores nos novilunios e plenilunios [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 17). Ainda de acordo com ele, essas marés no alto mar seriam

[...] tão grandes como nas costas, que ante esse obstáculo ellas tomam um tal impulso que sobem a grande alturas e encontrando emborcaduras de rios, por ellas se precipitam fazendo-se sentir seus effectos ás vezes até 200 leguas [840 km] de distancia do oceano [...] (Rodrigues, 1875a, p. 17).

No decorrer do percurso, ao chocar-se com os obstáculos (rochas, bancos de areia, entre outros), essas marés produziam “[...] novas correntes no fundo tão rápidas [...] [que] póde n'uma profundidade de 130 metros suspender acima do nivel do mar uma columna d'agua de 50 metros de altura, com 2 a 3.000 m cubidos d'agua, pesando 2 a 3 milhões de kilogrammas” (Rodrigues, 1875a, p. 17).

Justamente essas eram as marés que chegavam até o rio Capim, que, por apresentar pequeno volume de água, bem como pequena velocidade de correnteza (em relação ao rio Amazonas), não conseguia impor

bloqueios à passagem das águas que retornavam do Guajará impulsionalas pela maré do oceano. Essa grande quantidade de água empurrada para o Capim, ao encontrar um caminho estreito, duplicava sua força ao longo do percurso; após chocar-se com curvas ou obstáculos nos baixios, tinha velocidade e força aumentadas novamente, mas perdia rapidez e energia em trechos mais profundos.

Antes de concluir seu estudo sobre a pororoca, Barbosa Rodrigues observou que

[...] A corrente das águas do Capim é de 1 a 1 ½ por hora na baixa-mar, no curso inferior, e 2 a 3 na superior, como observei; e a da enchente, isto é a da maré 7 a 8 na reponta. Na vasante da maré regula quasi a mesma velocidade, para mais, conservando o rio natural o curso de suas águas pouco tempo; chegando às vezes a encontrar a enchente da maré ainda com a vasante da mesma. (Rodrigues, 1875a, p. 19).

Desse modo, concluiu que a pororoca ocorria no rio Capim devido ao pequeno volume e à pequena corrente deste, e por ele ser estreito a partir da ilha Pernambuco, perímetro no qual passava a apresentar muitos baixios com afloramentos rochosos. Para justificar sua hipótese, ele afirmou:

Uma prova tenho para confirmar a minha opinião, é o desaparecimento gradual, que annualmente vai tendo a pororoca, diminuindo a sua intensidade, pelo abaixamento dos baixos que vão sendo consumidos pela mesma; por serem quase todos de argilla ou de seixos ligados por esta, sendo todo esse terreno de aluvião. (Rodrigues, 1875a, p. 20).

Novos estudos a respeito da pororoca no Capim corroboram os estudos de Barbosa Rodrigues, os quais consideram aspectos hidrológicos e geomorfológicos do rio e utilizam métodos que incluíram o levantamento de dados históricos de vazões fluviais e de níveis d'água, além de realizarem medições próprias de maré em diferentes

locais e períodos ao longo do sistema, principalmente no tocante à influência da lua e do sol sobre as marés. A largura estreita do rio, o leito cheio de baixos, a corrente do rio em relação à do oceano, entre outros fatores, podem ser corroborados através dos recentes estudos realizados. Isso porque

[...] a vazão fluvial é o principal fator para a distorção da maré e consequente formação de pororoca [...] assim como o baixo relevo [é] responsável por incremento na incursão da maré para o continente. Os resultados revelam uma penetração da maré de mais de 200 km, ocorrendo também uma forte deformação da maré, se intensificando gradualmente a montante, resultando em uma vazante até 5 horas mais longa que a enchente 161 km a montante, apresentando também velocidades de enchente levemente superiores, incluindo o decaimento contínuo da altura da maré, intensificado a partir desse ponto [...]. Durante períodos de alta descarga, combinados com marés equinociais (e.g. março-abril), o fenômeno da pororoca ocorre no sistema, em associação ao baixo relevo da área. Desta forma as principais conclusões são de que a forte deformação da maré relacionada a altas descargas fluviais e o baixo relevo da área são os fatores preponderantes na propagação da maré no sistema e formação de pororoca [...] (Freitas et al., 2012, p. 429).

AS DESCRIÇÕES BOTÂNICA E ZOOLOGICA DO RIO CAPIM⁵

Do rio Capim, Barbosa Rodrigues elaborou uma pequena resenha “[...] botânico-zoológica [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 39), com intenção de “[...] melhor dar a conhecer a natureza [...]” deste rio aos seus contemporâneos (Rodrigues, 1875a, p. 39). O botânico iniciou sua resenha com as descrições das plantas que habitavam as margens e as florestas do rio nas regiões em que percorreu, espaços estes compostos por uma vegetação exuberante, “[...] variada [e] longa de enumerar com representantes em quasi todas as famílias [...] [e cuja] roupagem [seria] imponente” (Rodrigues, 1875a, p. 35-37).

⁵ Optou-se por atualizar as nomenclaturas das espécies vegetais e animais aqui citadas.

No entanto, Rodrigues (1875a) ressaltou que, mesmo o rio Capim oferecendo ao viajante 'paisagens variadas' e uma 'natureza diferente', era perceptível a ação humana neste cenário, pois

[...] A vegetação que cresce em suas margens, denota que outr'ora o fogo e a lavoura por ellas se estenderam, mas que abandonadas, novas florestas envadiram o terreno. A virgindade das matas muito para o centro se encontra [...] (Rodrigues, 1875a, p. 34-35).

Para começar, nesses espaços havia exemplares tanto do grupo das monocotiledôneas⁶ como das dicotiledôneas⁷ (Rodrigues, 1875a). Entre as diversas espécies vegetais observadas pelo naturalista, a existência de grande quantidade de plantas epífitas (que vivem sobre outras plantas, mas sem delas retirar nutrientes) chamou sua atenção, entre as quais destaque-se certas espécies de orquídeas, como *Brassia caudata* (L.) Lindl., *Oncidium baueri* Lindl. e *Paphinia cristata* (Lindl.) Lindl., e os gêneros de orquídeas *Aspasia*, *Schomburgkia*, *Pleurothallis*, *Octomeria*, *Lephantes*, *Bulbophyllum* e *Vanilla*, um gênero de *Araceae*, *Philodendrum*, como também um gênero de bromélia, *Tillandsia* (Rodrigues, 1875a).

De acordo com o próprio Barbosa Rodrigues, ele conseguiu encontrar no rio Capim novas espécies de orquídeas, entre elas: *Brassia chloroleuca* Barb. Rodr., que floresce em fevereiro (Figura 2); *Stanhopea candida* Barb. Rodr., cuja floração ocorre em março; *Palmorchis pubescentis* Barb. Rodr., que floresce em janeiro; *Stelis paraensis* Barb. Rodr., cuja floração ocorre em dezembro (Figura 3). Estas descobertas foram publicadas tanto no primeiro como no segundo volume do "Genera et Species Orcheidearum Novarum" (Rodrigues, 1877, 1882).

Sobre as palmeiras (*Arecaceae*), cuja observação, estudo e catalogação seria a oficial missão do botânico

em terras amazônicas, Barbosa Rodrigues frisou que "[...] caracterizam bem [a] região [...]" (Rodrigues, 1875a, p. 35). Nesse sentido, ele encontrou algumas espécies já conhecidas e classificadas como palmeiras. Entre elas, *Astrocaryum jauari* Mart. (joari), que, segundo sua observação, substituíam outras espécies de palmeiras encontradas em outros locais do rio, como *Euterpe edulis* Mart. (juçara) e *Raphia taedigera* (Mart.) Mart. (jupati) (Rodrigues, 1875a). O botânico ainda salientou que as espécies de *Astrocaryum jauari* "[...] em certos lugares fecham as margens, elevando-se a uma altura, que só encontra rivaes na ilha de Marapatá, no rio Negro [...]" (Rodrigues, 1875a, p. 35).

Outra espécie encontrada foi *Bactris acanthocarpa* Mart. (marajá), "[...] com seus lindos caixos vermelhos, então maduros [...]" (Rodrigues, 1875a, p. 35), e *Astrocaryum munbaca* Mart. sin. de *Astrocaryum gynacanthum* Mart. (munbaca), que

[...] à sombra da floresta crescem viçosos, formando longos *palmetuns* [...], ainda nesses lugares também observou [...] um ou outro pé da *Iriarte orbygneana* [*Iriarte orbigniana* Mart. sin. *Socratea orbigniana* (Mart.) H. Karst e de *Iriarte exorrhiza* var. *Orbigniana* (Mart.) Drude (paxiubeira, paxiúba, entre outros)] se eleva, confundido sua corôa, com adensa folhagem das *Sapotaceas* [*Sapotaceae*] que ahi abundam [...] (Rodrigues, 1875a, p. 35).

Outras espécies de palmeiras encontradas por Barbosa Rodrigues foram *Bactris gasipaes* Kunth. sin. *Guilielma speciosa* Mart. (pupunha) e *Oenocarpus distichus* Mart. (bacaba-de-leque, bacaba-assu, entre outros), que

[...] por entre a folhagem divisa-se o spadice vermelho da *Oenocarpus distichus*, ou as plumosas folhas da *Guilielma speciosa*, é porque a vitalidade da terra encobre com seu manto de verdura o trabalho passado do homem, e a sua antiga morada. (Rodrigues, 1875a, p. 37).

⁶ São plantas angiospérmicas que possuem um único cotilédone na semente. Exemplos: capim, cana-de-açúcar, milho, arroz, trigo, bambu, lírio, alho, cebola, banana, bromélias e orquídeas, entre outras. Ver Vidal, W. e Vidal, M. (1986).

⁷ São plantas angiospérmicas que possuem dois ou mais cotilédones na semente. Exemplos: feijão, soja, pau-brasil, ipê, peroba, mogno, cerejeira, abacateiro, aceroleira, algodoeiro, cafeeiro, jenipapo, entre outras. Ver Vidal, W. e Vidal, M. (1986).



Figura 3. Imagem de *Stelis paraensis* Barb. Rodr. (em detalhe no quadrado vermelho), publicada na “Flora Brasiliensis” por Alfred Cogniaux. Fonte: Martius et al. (1840-1906, v. 3, parte 4, tabela 82 apud Missouri Botanical Garden, [20--]).

Dando continuidade à lista de palmeiras observadas por Barbosa Rodrigues, estão também *Mauritia flexuosa* Linn. (buriti ou miriti), que “[...] se assoberba, erguendo-se magestosa com seus longos spadices cheios de oleosos fructos, que tanto são aproveitados [...] pelos natuaes [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 20); *Hyospathe elegans* Mart., “[...] que nas baixas humidas em que se alagam, das florestas, por si só tomam conta do terreno e combre-o, a formar grandes umbizaes na expressão vulgar [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 21-22, grifo do autor); *Raphia taedigera* (Mart.) Mart., o famoso “[...] yupaty dos indigenas, a possa-se tambem de certos lugares, não vegetando serradamente, mas tão unidos os pés que suas folhas se cruzam e formam um docel de palmas [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 22); *Bactris maraja* Mart., esta “[...] apparece não commummente [...] com suas lindas soqueiras á margem do rio [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 22); *Maximiliana regia* Mart. (sin. de *Attalea maripa* (Aubl.) Mart.), mais conhecida como inajá, que crescia

[...] nos lugares roçados [...] ao lado de alguns *solannus* [*Solanum*, espécie de planta trepadeira], á cuja sombra rasteja uma composta com diversas denominações: *Meladinha* [*Stemodia foliosa* Benth] dizem alguns, outros *cabello de mulata* a apelidam, assim como *tabaco do sertão* ou *tabaco rana*, querem tambem que se chame. As suas folhas aromaticas são consideradas como excellentes para siphilis, applicadas em banhos [...] (Rodrigues, 1875a, p. 36, grifo do autor).

No entanto, foi a presença da ‘esbelta *Euterpe edulis*’, popularmente chamada de ‘assahy’⁸, que despertou a atenção de Barbosa Rodrigues, pois, ao longo do rio, “[...] as grandes soqueiras [de açaf] [...] distrahe a vista [...]” dos viajantes (Rodrigues, 1875a, p. 20). Outro detalhe era o fato de os “[...] fructos [serem] tão apreciados [...]” pelas

populações que habitavam as margens do rio Capim (Rodrigues, 1875a, p. 20).

Nos dias atuais, o açai continua a ser consumido pelas pessoas que habitam nas localidades à beira do rio, no estado do Pará, e procede de outra espécie, denominada de *Euterpe oleracea* Mart. (Jardim et al., 1995).

A escolha por explorar o rio Capim trouxe a Barbosa Rodrigues um resultado ímpar, pois o botânico conseguiu classificar três novas espécies de palmeiras, descritas no “Enumeratio Palmarum novarum quas valle fluminis Amazonum inventas et ad Sertum Palmarum collectas, descripsit at iconibus illustravit”⁹ (Rodrigues, 1875b), posteriormente adicionadas ao “Sertum Palmarum Brasiliensium”¹⁰, obra magna de Rodrigues (1903a, 1903b) (Sá, 2001).

A primeira nova espécie de palmeira descrita e classificada foi uma *Bactris*, que, de acordo com o botânico, substituiu a *Hyospathe elegans* ao longo da paisagem do rio. Esta

[...] especie de *Bactris*, que com o habito do *Bactris concina* [*Bactris concinna* Mart.], cresce á sombra da floresta rarefeita, occupando as margens em todo o espaço. Em qualquer ponto que se salte é encontrada. Estudando-a vi ser uma especie não conhecida ainda e que classifiquei-a como o nome de *B. nemorosa* [*Bactris nemorosa* Barb. Rodr.] [Figura 4]. Alguns pés encontrei com fructos, nas soqueiras que formam [...] (Rodrigues, 1875a, p. 35).

A segunda nova espécie descrita e classificada por Barbosa Rodrigues apresentava características semelhantes à outra espécie classificada pelo próprio botânico, *Cocos equatorialis* Barb. Rodr., abundante na região da Guiana. Dessa nova espécie, ele diz

⁸ *Uá* = fruta, *sahy* = pássaro. Ver Rodrigues (1875a).

⁹ Ver Rodrigues (1875a).

¹⁰ Pelo Decreto n. 4428, de 12 junho de 1902, o presidente Manoel Ferraz de Campos Salles (1841-1913) autorizou a impressão do “Sertum Palmarum Brasiliensium” na Europa (Bruxelas-Bélgica). A impressão contou com o apoio de importantes senadores brasileiros da época, entre eles os paraenses Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) e Manoel de Melo Cardoso Barata (1841-1916). Por fim, o livro foi publicado em 1903 (Rodrigues, 1903a, 1903b).



Figura 4. Imagem da *Bactris nemorosa* Barb. Rodr.: "TAB. 18 - *Bactris nemorosa* Barb. Rodr. I. Un morceau du rachis avec des folioles vues de face. II. Un spadice avec des fruits mûrs. III. La spathe intérieure. 1. Un fruit entier. 2. L'induvie vue extérieurement. 3. Un fruit avec le mésocarpe enlevé. 4. L'endocarpe. 5. Le même, coupé verticalement, montrant l'albumen et l'embryon, tous gr. nat.". Fonte: Rodrigues (1903b, p. 106).

[...]denominei-a de *Cocos speciosa* [*Cocos speciosa* Barb. Rodr. sin *Syagrus inajai* (Spruce) Becc.] [...] vulgarmente conhecida por pupunha-rana por causa da forma de seus fructos, que são amarelos, mas que infelizmente não vi. É do centro das matas, e nenhuma applicação tem; se bem que os índios Tembés della se aproveitem em falta de outra palmeira, para fazer a parede de suas casas [...] (Rodrigues, 1875a, p. 35, grifo do autor).

A terceira e a última foi outra espécie do gênero *Bactris*, que

[...] as vezes apparece em soqueiras debruçando se sobre o rio. Esta só as flôres me offereceu, para seu estudo e para poder dar-se a conhecer como nova, entre as suas congeneres, já descriptas. A esta dei o nome de *B. exaltata* [*Bactris exaltata* Barb. Rodr. sin. *Bactris major* var. *infesta* (Mart.) Drude] [...] (Rodrigues, 1875a, p. 35-36).

É importante ressaltar que todo esse trabalho de observação e de classificação das palmeiras realizado por Barbosa Rodrigues teve como base as pesquisas de Humboldt¹¹, pois, segundo Rodrigues (1875a, p. 21): “[...] Se mal ahi as palmeiras representam a flora com sua variedade de generos e especies, comtudo algumas especies apoderam-se de certas localidades e tornam-se verdadeiras plantas sociaes¹² na phrase de Humboldt¹³ [...]”.

Barbosa Rodrigues observou a existência de algumas plantas pertencentes à família das Myrtaceae, a exemplo de

Myrtus (*Myrtus* L., 1753) e de *Psidium* (*Psidium* L., 1753), além de algumas plantas aquáticas, do gênero *Utricularia* (*Utricularia* L., 1753), *Nymphaea amazonum* (*Nymphaea amazonum* Mart & Zucc., 1832), e da família Cabombaceae (*Cabomba* Aubl., 1775) (Rodrigues, 1875a).

O botânico observou, ainda, a existência de algumas plantas venenosas: duas espécies de *Tephrosia* (*Tephrosia* Pers., 1807) – *Tephrosia toxicaria* (Sw) Pers., 1807 (timbó-de-caiena) e *Deguelia rariflora* (Mart. ex Benth.) G.P. Lewis e Acev.-Rodr., 2012 (timbó-cururu) –, que, devido à ‘propriedade tóxica’, eram usadas pelos índios para apanhar peixes; além da *Plumieria* (*Plumieria* L., 1753), conhecida como angélica-do-igapó.

Ele também encontrou plantas com capacidades medicinais, como *Asclepias curassavica* L., 1753 (‘margaridinha’ ou oficial-de-sala), além de uma planta da família das ‘Compostas’ (*Compositae* Giseke, 1872), conhecida popularmente como mulatinha, cabelo-de-mulata, tabaco-do-sertão ou tabaco-rana. Barbosa Rodrigues informou que ela era utilizada em banhos para o tratamento de sífilis (Rodrigues, 1875a).

Na lista de plantas descritas pelo naturalista, estavam algumas utilizadas como ornamentais: *Bignonia*, *Acanthaceae* (vulgarmente chamada de sapatinho-de-nossa-senhora ou botinha), *Ottonia*, *Artanthe*, *Clusia*, *Dorstenia*, *Urania amazonica* Mart. (*Phenakospermum guyanense* (Rich.) Endl.), *Liliaceae*, *Zingiberaceae* e *Maranta*.

¹¹ Naturalista alemão, Friedrich Wilhelm Karl Heinrich Alexander von Humboldt, o Barão de Humboldt (1769-1859), tornou-se referência para todas as expedições científicas realizadas no Brasil e no mundo no século XIX, principalmente pelo fato de estabelecer uma “[...] nova concepção de paisagem, uma visão totalizante e orgânica da natureza, que tinha em mente a observação do conjunto [...]” (Naxara, 2004, p. 55). Desse modo, a natureza-paisagem, para Humboldt, é um todo que, mediado “[...] pela estética, [...] a ser compreendida como uma [totalidade] viva e organizada, formada a partir das conexões, [...] [permite a constituição do todo, onde] a observação [...] e a contemplação teórica [convertem] o espetáculo estético em conhecimento científico [...]” (Vitte; Silveira, 2010, p. 608).

¹² De acordo com Kury (2001), Humboldt acreditava que existiam plantas de uma mesma espécie que viviam em grupo, como os pinheiros, os carvalhos, entre outros. Importante salientar que tal característica é mais frequente nas florestas das regiões do Hemisfério Norte, entretanto, é possível encontrar tais plantas em certas paisagens nas florestas tropicais. Kury (2001) salienta que o naturalista Martius percebeu que algumas espécies de palmeiras ou de bananeiras viviam como plantas sociais em algumas localidades que visitou no Brasil.

¹³ De acordo com Naxara (2004), os trabalhos dos diversos naturalistas do século XIX que procuraram explorar as terras brasileiras tiveram como influência as ideias de Humboldt. Esses trabalhos continham informações não apenas da natureza, como também da etnografia das diversas províncias brasileiras, possibilitando uma ‘compreensão crítica da ciência e da sociedade’ do século XIX (Fetz; Deffacci, 2009).

O botânico ainda ressaltou a presença de árvores para a construção civil, como: *Cedrela brasiliensis* A. Juss. (cedro), *Dipteryx odorata* (Aubl.) Willd., *Eriodendron sumauma* Mart. (sumaúma), *Hura brasiliensis* Willd. (assacu), *Protium duckei* Huber (breu), *Lucuma*, *Cordia* (louro da várzea), *Pachira aquatica* Aubl. (sin. *Carolinea princeps* L. f.) (mamorana ou estopa), *Wulfschlaegelia* (acapurana), *Vouacapoua americana* Aubl. (sin. *Andira aubletii* Benth.) (acapu) e *Viola surinamensis* (Rol. ex Rottb.) Warb. (sin. *Myristica surinamensis* Rol. ex Rottb.). Entretanto, algumas árvores dessa lista forneciam óleos ou resinas, entre elas: *Viola surinamensis* sin. *Myristica surinamensis* (ucuúba), *Protium duckei* (breu), *Copaifera multijuga* Hayne (copaíba) e *Dicypellium caryophyllatum* Nees (óleo essencial) (Rodrigues, 1875a).

Ao constatar a grande variedade da rica flora que abundava ao longo do rio Capim, Barbosa Rodrigues salientou a importância deste afluente para a província do Grão-Pará, principalmente pelas suas

[...] excelentes terras, na abundância do óleo, do cravo, do breu, da andiroba, e das mais excelentes madeiras de construção; infelizmente hoje longe para serem conduzidas para o mercado. Suas águas são piscosas. Inteiramente desobstruído de cachoeiras durante o inverno, podendo ser navegado por pequenos vapores até a confluência [...] (Rodrigues, 1875a, p. 52).

Os recentes estudos realizados na região do rio Capim corroboram a observação de Barbosa Rodrigues em relação à importância dos produtos naturais lá existentes, especialmente látex (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Müll. Arg.), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e cumaru (*Dipteryx odorata* (Aubl.) Willd.), além de madeiras nobres, como maçaranduba (*Manilkara huberi* (Ducke) A. Chev.), angelim-pedra (*Hymenolobium excelsum* Ducke), castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), ipê (*Tabebuia* sp.),

acapu (*Vouacapoua americana* Aubl.), breu (*Protium* spp.), entre outras (Pereira, 2012). Além disso, a região destaca-se também com a extração de caulim e bauxita na pecuária e na mineração (Lima, 2005).

OS ANIMAIS OBSERVADOS POR BARBOSA RODRIGUES NO RIO CAPIM

Ao longo de sua viagem, Barbosa Rodrigues também realizou observações e estudos da fauna da região do rio Capim. O botânico se surpreendeu pela abundância de diversas espécies da fauna que encontrou pelas margens e florestas do rio. No entanto, ressaltou: “Enfim a fauna se não é rica pela abundância de indivíduos o é de espécies, não só entre as aves como entre os mamíferos [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38).

Ele descreveu diversas aves (*Aves* Linnaeus, 1758) no seu relatório, entre elas o coyó-coyó, hoje conhecido por coró-coró (*Mesembrinibis cayennensis* Gmelin, 1789), que

Animam o centro destas florestas [...] uma tanagra verde-sujo, que se oculta a vista do zoólogo por entre as folhas com que se confundem, só deixando ouvir seu canto que repete aquellas palavras parecendo estar ora longe ora perto. É a tanagra de todos os centros do valle do Amazonas [...] (Rodrigues, 1875a, p. 37, grifo do autor).

Descreveu também algumas espécies e gêneros da família *Psittacidae*, entre elas o *conure*¹⁴ (periquito ou papagaio-pequeno), o *Psittacus* (papagaios), o gênero *Ara* (araras e maracanãs), composto por aves que “[...] são os que o navegante facilmente vê pela margem [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 37).

No entanto, havia uma espécie que não era encontrada facilmente na região: tratava-se do *Conurus guyanensis* ou arajuba¹⁵, hoje denominada de ararajuba¹⁶,

¹⁴ No relatório, o botânico utilizou a nomenclatura da época, *Conurus* (Rodrigues, 1875a).

¹⁵ *Ara*, arara, e *yubá*, 'amarello' (Rodrigues, 1875a).

¹⁶ Esta espécie é endêmica do Brasil, habita uma pequena área entre o oeste maranhense, o sudeste amazonense e o nordeste paraense (entre o rio Tocantins e o baixo Xingu) (Snyder et al., 2000).

cujos nomes científicos são *Guaruba guarouba* Gmelin, 1788¹⁷, que, entre muitos nomes populares, recebe o de papagaio-imperial. De acordo com Barbosa Rodrigues, esta espécie “[...] raras vezes deixa vêr as suas cores verdadeiramente nacionaes. O amarello dourado do corpo e cauda, faz bem realçar o verde gaio das azas, que contrastam com a negridão dos olhos” (Rodrigues, 1875a, p. 37-38).

As outras espécies, não menos importantes, foram algumas andorinhas e martins, como os alcedos (*Alcedo* Linnaeus, 1758) e os hirundos (*Hirundos* Linnaeus, 1758), que poderiam ser observados “[...] rastejando sobre o espelho das aguas [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38); oanaçã (*Derophtus accipitrinus* Linnaeus, 1758); o coaraciuirá¹⁸, conhecido hoje como anambé-militar (*Haematoderus militaris* Shaw, 1792); o jacamim-de-costa-cinzenta (*Psophia crepitans* Linnaeus, 1758), que “[...] ao alvorecer o dia também faz ouvir o seu canto geminundo [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38); e o sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris* Vieillot, 1818), que também “[...] ao alvorecer o dia [...] alegre solta seus gorgeios [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38), conhecido na região como uirá-chuê, de uirá, pássaro, e chuê, chorão, que, segundo Barbosa Rodrigues, por corruptela “[...] dizem os naturais carachuê ou crachuê” (Rodrigues, 1875a, p. 38).

Entre a classe dos mamíferos (*Mammalia* Linnaeus, 1758), Barbosa Rodrigues observou a presença de algumas espécies de primatas (Simiiformes), entre eles os juparás¹⁹, que são os macacos-da-noite (*Potos flavus* Schreber, 1774) – “[...] em pequenos bandos apparece com o seu gritar especial, que desperta o viandante, que sob a floresta, á noite dorme [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38) –, e os macacos-guariba²⁰ (*Mycetes flavimanus* Bates, 1863) – “[...]

tambem se encontra em Marajós, ahi apparece servindo de alimento aos naturaes, que della são gulosos [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38).

Outras espécies mamíferas referidas por Barbosa Rodrigues foram os caititus (*Pecari tajacu* Linnaeus, 1758), as antas (*Tapirus terrestres* Linnaeus, 1758), as onças (*Panthera onca* Linnaeus, 1758) e as suçuaranas (*Puma concolor* Linnaeus, 1771), as quais o botânico afirmou que “[...] nas suas florestas vivem [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38).

Além de mamíferos, outros animais observados por Barbosa Rodrigues foram os da classe dos répteis (*Reptilia*), mais especificamente pertencendo à ordem dos *Testudines*, conhecidos como quelônios (jabutis, cágados e tartarugas). No rio Capim, ele encontrou jabutis e cágados, sobre os quais afirmou: “[...] muito abunda [...] pelas matas como pelos lodaças dos lagos [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 38). As espécies foram o

[...] jabuty-carumbé [jabuti-piranga ou *Chelonoidis carbonaria* Spix, 1824], que é do gênero *Testudo* [*Chelonoidis*] e vive pelas florestas, ha mais tres especies dos lagos e muito curiosos. A uaperema do genero *Platemys* de Wagbre o jabuty-machado do genero *Chelodina* de Fitzinger, que são dos lagos, geralmente apparecem com a aproximação do inverno [...] (Rodrigues, 1875a, p. 38).

No entanto, a citação com a identificação dos espécimes realizada por Barbosa Rodrigues apresenta alguns equívocos nas nomenclaturas. Não há como afirmar o que levou a tais erros. Vejamos: o uaperema (aperema, perema ou *Rhinoclemmys punctularia* Daudin, 1801), que ele afirmou ser do gênero *Platemys* de Wagler, é, na verdade, do gênero *Rhinoclemmys*; o jabuti-machado

¹⁷ Para Laranjeiras (2008), a taxonomia dessa espécie é polêmica e incerta. Gmelin, em 1788, a descreveu como *Aratinga guarouba*. No entanto, esta espécie já esteve inserida nos gêneros *Aratinga*, *Conurus* e *Psittacus*. Por fim, Slick, em 1993, propôs que a espécie fosse reclassificada como *Guaruba garouba*, devido a apresentar algumas características não observadas em outras espécies do gênero *Aratinga*. Ver Laranjeiras (2008).

¹⁸ *Coaracy* = sol; *uirá* = pássaro; refere-se à cor vermelha e brilhante da plumagem. Ver Rodrigues (1875a).

¹⁹ Barbosa Rodrigues utiliza a grafia *juparús* e o nome científico *Cercoleptes caudivolvulus* (Rodrigues, 1875a).

²⁰ Ele explicou o significado de *Guaryuba*. *Guary* = ‘corruptella de *Uaryua*’ (= macaco gritador) e *yuba* = ‘amarello’. Não se deve confundir com a guarijuba, antes muirajuba, ‘hoje guarajuba’ (‘páó amarello’), que é a *Terminalia acuminata* (*Terminalia acuminata* (Allemao) Eichler) – desde 1998, esta espécie é considerada ‘extinta na natureza’ –, ou, ainda, com gurijuba, antes guiryjuba (*Arius luniscutis*), que é um peixe do gênero Bagres (*Siluriformes*) (Rodrigues, 1875a).

(*Platemys platycephala* Schneider, 1792) é do gênero *Chelodina* de Wagler, e não de Fitzinger.

Ainda sobre os jabutis que habitavam nos lagos, o naturalista destacou duas espécies do gênero *Chelonina*, a primeira foi “[...] a *Chelodina flavilabris* [sin. *Hydromedusa maximiliani* Mikan, 1825] de Dumerile Bibron [Duméril e Bibron]” (Rodrigues, 1875a, p. 38), a outra espécie ainda havia sido classificada, de acordo com ele. Desta espécie ele salientou que

[...] sendo semelhante nas formas afasta-se nas cores. Esta tem a cabeça pela parte superior amarela e as maxillas pretas e a couraça ou plastron tambem preta, assim como a concha amarela gemma d’ovo sujo, malhada tambem de preto. Proponho para esta o nome de *Chelodina aterpectoralis*. O seu tamanho não excede 0,^m14 [14 cm]. (Rodrigues, 1875a, p. 38-39).

Ao continuar o relato de suas observações, Barbosa Rodrigues relatou a existência de um indivíduo da ordem dos sáurios (lagartos), que era “[...] do gênero *Ecpleopus*, de uma linda côr azul, muito raro na região amazonica e diferente de uma que Castelnau descreve [...]” (Rodrigues, 1875a, p. 39).

Por fim, ele relatou que “[...] Esvoaçando pela floresta [encontravam-se] alguns lepidopteros [borboletas e mariposas] dos gêneros *Morphos*, *Papilio*, *Heliconia* e *Callidyas*” (Rodrigues, 1875a, p. 39). Todavia, a mariposa beija-flor²¹ (*Aellopos titan* Cramer, 1777) despertou a sua atenção, pois, além de ter uma leve semelhança física com o beija-flor, ainda se alimentava do néctar das flores da mesma forma como a ave procedia (Rodrigues, 1875a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar não apenas os estudos botânicos e zoológicos, mas também geográficos e

hidrográficos elaborados por Barbosa Rodrigues e que foram publicados no relatório de “Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Capim” (Rodrigues, 1875a). Vale ressaltar que o objetivo principal da viagem foi catalogar as espécies de palmeiras amazônicas para a conclusão da “Flora brasiliensis”, de Martius et al. (1840-1906).

Anos mais tarde, Barbosa Rodrigues enfatizou, em “Sertum Palmarum Brasiliensium” (Rodrigues, 1903a, 1903b) – grande obra deste autor com diversas descrições das palmeiras amazônicas –, que durante sua permanência no vale do Amazonas procurou não apenas completar a obra “Flora brasiliensis”, de Martius et al. (1840-1906)²², como também desenvolver outros estudos que abarcassem os elementos zoológicos, históricos, geográficos e etnográficos dos rios por ele explorados ao longo de quase três anos e meio no vale do Amazonas.

Desse modo, percebemos que este naturalista salientou a geografia e a hidrografia do rio Capim, a pororoca, seus aspectos botânicos e zoológicos, buscando divulgar as riquezas naturais que pudessem servir para o desenvolvimento econômico da região e consequentemente do império do Brasil.

Segundo Leong (2010, p. 12),

O contato com os rios e florestas inspirou-o a escrever algumas de suas obras-primas, tanto no campo da botânica quanto no da etnografia e da arqueologia. Tudo na floresta chamava a atenção de Barbosa Rodrigues. O seu lápis traçava sobre as páginas do caderno de campo os contornos das orquídeas selvagens, das palmeiras e dos artefatos indígenas. Deslizando pelo papel, o grafite também reproduzia as suas longas conversas com pajés, índios e caboclos das aldeias, que narravam mitos, fábulas, lendas e costumes de suas gentes, em língua geral [...]

Apesar da importância de sua obra, Barbosa Rodrigues não recebeu o devido reconhecimento em sua época,

²¹ Barbosa Rodrigues a chamou de borboleta beija-flor (*Macroglossa titan*) (Rodrigues, 1875a).

²² No entanto, mesmo que Barbosa Rodrigues tenha sido enviado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao vale do Amazonas para realizar o trabalho de catalogação das palmeiras brasileiras para a “Flora Brasiliensis”, não foram os seus estudos botânicos que acabaram por compor a parte das palmeiras na referida obra, e sim de outro estudioso – neste caso, os estudos do médico escocês William Trail. Em 1879, o escocês foi acusado por Barbosa Rodrigues de ter feito plágio de seus estudos. Para mais informações, ver Ximenes e Costa (2015).

convivendo durante muito tempo com a acusação de amadorismo. Mesmo assim, segundo Leong (2010, p. 12),

Colher plantas e flores, aprender com os primeiros brasileiros a taxonomia indígena, [fizeram] esse cientista impertinente construiu [sic] uma obra monumental sobre a flora e os costumes dos habitantes das florestas brasileiras, longe do centro científico da capital do império de onde saíram acusações de seu suposto amadorismo, fato que o tornou um dos personagens mais polêmicos da Ciência brasileira.

O processo de reconhecimento da obra de Barbosa Rodrigues, hoje totalmente consolidada, começou em 1942, quando das comemorações do centenário de seu nascimento. Na ocasião, o botânico Alberto José Sampaio (1881-1946), considerado hoje “[...] um dos maiores conhecedores da flora brasileira e um dos pioneiros do conservacionismo no país [...]” (Franco; Drummond, 2005, p. 129), publicou um artigo na Revista Brasileira de Geografia, em que recomendava aos interessados no estudo das palmeiras “[...] a consulta do ‘Sertum Palmarum Brasiliensium’, de Barbosa Rodrigues [...]” (Sampaio, 1942, p. 325).

Nesse sentido, pensamos como Leong (2010, p. 15), segundo o qual Barbosa Rodrigues foi “[...] um dos intelectuais e cientistas mais provocativos de seu tempo [...]”, vivendo “[...] uma relação de fascínio e envolvimento científico com a Amazônia [...]” que, para ele, seria “[...] sua biblioteca e sua cátedra [...]”.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Coelho da Gama e. **As regiões amazônicas**: estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. 2. ed. Belém: Cejup, 1992.

BRAGA, A. P.; ROCHA, E. J. P.; ROLIM, P. A. M.; NEVES, D. G.; BARROS, R. C. Estudo da variabilidade interanual associada ao el niño e la niña sobre o regime hidrológico da bacia do rio Guamá-Capim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 12., 2002, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SBMET, 2002. p. 1-6.

BRASIL. **Bacia Amazônica Oriental**. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 2015. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/conteudo/1440-bacia-amazonica-oriental.html>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FETZ, Marcelo; DEFFACCI, Fabrício A. Expedições científicas e poder no Brasil: naturalistas viajantes e a representação da diversidade social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: ANPOCS, 2009. p. 1-27.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 129-159, jan. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752005000100007>.

FREITAS, Paulo T. A.; SILVEIRA, Odete F. M.; ASP, Nils Edwin. Tide distortion and attenuation in a Amazonian tidal river. **Brazilian Journal of Oceanography**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 429-446, out.-dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-87592012000400003>.

JARDIM, M. A. G.; OASHI, S. T.; LAMEIRA, O. N. **Cartilha informativa sobre a palmeira açai (Euterpe oleracea Mart.)**. Belém: MPEG, 1995. 11 p.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 863-880, 2001. Suplemento. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000500004>.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2000. 204 p. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros).

LANEIRAS, Thiago Orsi O. **Distribuição geográfica, história natural e conservação da ararajuba (Guarouba guarouba - Psittacidae)**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

LEONG, Leyla. **João Barbosa Rodrigues e o Museu de Botânica do Amazonas**. Manaus: Valer, 2010.

LIMA, Aline Maria Meiguins de. Sistema de informação de recursos hídricos como subsídio à elaboração do plano diretor da bacia do rio Capim-PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: INPE, 2005. p. 3789-3796.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; ENDLICHER, István László; FENZL, Eduard; MARY, Benj; OLDENBURG, R.; URBAN, Ignaz. **Flora Brasiliensis, enumeratio plantarum in Brasilia hactenus detectarum**: quas suis aliorumque botanicorum studiis descriptas et methodo naturali digestas partim iconibus illustratas. Munich/Leipzig: R. Oldenbourg, 1840-1906. DOI: <https://doi.org/10.5962/bhl.title.454>.

MIGUENS, Altineu Piris. Marés e correntes de maré: correntes oceânicas. In: MIGUENS, Altineu Piris. **Navegação: a ciência e a arte**. Navegação costeira, estimada e em águas restritas. Niterói: Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, 1993. p. 227-274, v. 1.



- MISSOURI BOTANICAL GARDEN. **Biodiversity Heritage Library**. New York, [20--]. Available in: <<https://www.biodiversitylibrary.org/page/138027>>. Access in: 25 July 2018.
- MORI, Scott A.; FERREIRA, Flora Cataño. A distinguished brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842-1909). **Brittonia**, New York, v. 39, n. 1, p. 73-85, Jan. 1987. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2806978>.
- NAXARA, M. R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UNB, 2004.
- PACA, Victor Hugo da Motta; LIMA, Aline Maria Meiguins de; FORTES, Julio Domingos Nunes. O comportamento hidrológico da Bacia do Rio Capim-Pará e sua influência como condicionante da paisagem. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA, 12., 2011, Boa Vista. **Resumos...** Boa Vista: Sociedade Brasileira de Geologia Núcleo Norte, 2011. p. 1-4.
- PEREIRA, Saulo Tarso. **Estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da ferrovia norte-sul, trecho Açailândia-Belém**. Relatório final. Curitiba: VEGA, 2012. v. 1.
- RODRIGUES, João Barbosa. **Sertum Palmarum Brasiliensium**. Bruxelles: Imprimerie Typographie Veuve Monnon, 1903a. Tome 1.
- RODRIGUES, João Barbosa. **Sertum Palmarum Brasiliensium**. Bruxelles: Imprimerie Typographie Veuve Monnon, 1903b. Tome 2.
- RODRIGUES, João Barbosa. **Genera et species orchidearum novarum**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. v. 2.
- RODRIGUES, João Barbosa. **Genera et species orchidearum novarum**. Sebastianopolis: Imprimiere de C. Et. H. Fleiuss, 1877. v. 1.
- RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: rio Capim. Relatório apresentado ao Illustríssimo e Excellentissimo Senhor Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a.
- RODRIGUES, João Barbosa. **Enumeratio Palmarum novarum quas valle fluminis Amazonum inventas et ad Sertum Palmarum collectas, descripsit at iconibus illustravit**. Sebastianopolis: Brown & Evaristo, 1875b.
- SÁ, Magali Romero. Do veneno ao antídoto: Barbosa Rodrigues e os estudos e controvérsias científicas sobre o curare. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 12-21, 2012. Suplemento.
- SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 899-924, 2001. Suplemento. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000500006>.
- SALGADO, Dike de Barbosa Rodrigues. **Barbosa Rodrigues: uma glória do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945.
- SAMPAIO, A. J. A flora amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 313-332, 1942.
- SCHUMM, S. A. Geomorphic thresholds and complex response drainage systems. In: MORISAWA, Marie (Ed.). **Fluvial geomorphology**. New York: Publications in Geomorphology, 1973. p. 299-310.
- SNYDER, Noel; MCGOWAN, Philip; GILARDI, James; GRAJAL, Alejandro. **Parrots: status survey and conservation action plan 2000-2004**. Cambridge, UK: IUCN, 2000.
- SOLDAN, Mariano Paz. **Geografia del Peru**. Paris: Libreria de Firmin Didot Hermanos, Hijos y C.^a, 1862. Tomo I.
- STRAHLER, Arthur N. Dynamic basis of Geomorphology. **Bulletin of the Geological Society of American**, New York, v. 63, p. 923-938, 1952.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Historia geral do Brazil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854. Tomo I.
- VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDAL, Maria Rosária Rodrigues. **Botânica - organografia**: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 3. ed. Viçosa: UFV, 1986.
- VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-626, trim. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702010000300003>.
- XIMENES, Cláudio L. M.; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 2, p. 535-554, maio-ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000200015>.
- XIMENES, Cláudio L. M.; COSTA, Álvaro Augusto Queiroz. **“Por insignificante que fosse o achado, sempre dava lugar a um estudo, a uma comparação e a uma analyse”**: as explorações científicas de João Barbosa Rodrigues no rio Capim (1874-1875). 2015. 116 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdade Estácio, Castanhal, 2015.

**‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de
colonização do oeste catarinense (1916-1950)**
**‘Like a vast barn’: perceptions of nature during the colonization of
Western Santa Catarina (1916-1950)**

José Carlos Radin¹, Claiton Marcio da Silva¹

¹Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, Santa Catarina, Brasil

Resumo: Após o final da Guerra do Contestado (1912-1916), definiram-se os limites territoriais entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. No território que passou a pertencer ao domínio catarinense, empresas colonizadoras começaram a comercializar as terras, em lotes destinados à agricultura de âmbito familiar, em especial a descendentes de europeus que viviam nas colônias sul-rio-grandenses. Com isso, modificou-se radicalmente o ambiente, seja pelo extrativismo da madeira, seja pela expansão da agricultura. Tais práticas eram almejadas e estimuladas pelas autoridades estaduais, que entendiam ser esta a melhor forma para incorporar efetivamente as terras ao estado de Santa Catarina. O artigo evidencia como a natureza e o ambiente foram representados nesse contexto. Resulta de revisão bibliográfica, da análise de documentos produzidos pelo governo catarinense, de matérias de jornais, de propagandas de empresas colonizadoras e, em particular, da obra de Othon D’Eça, intitulada “Aos espanhóis confinantes”.

Palavras-chave: Oeste catarinense. Colonização. Ambiente.

Abstract: The borders between the Brazilian states of Paraná and Santa Catarina were defined after the end of the War of the Contestado (1912-1916). Colonizing companies began to sell the land that was ceded to Santa Catarina in lots directed toward family agriculture, especially to descendants of European immigrants who lived in colonies in Rio Grande do Sul. This radically altered the environment through logging as well as expansion of farming. These practices were pursued and encouraged by the state authorities, who considered them the best way to effectively incorporate these lands into the state of Santa Catarina. The article shows how nature and the environment were represented in this context; this is the result of a literature review, analysis of documents produced by the government of Santa Catarina, newspaper articles, advertisements by colonizing companies, and especially the work of Othon D’Eça entitled “To the confining Spaniards”.

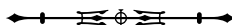
Keywords: Western Santa Catarina. Colonization. Environment.

RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio da. ‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 681-697, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300011>.

Autor para correspondência: Claiton Marcio da Silva. Universidade Federal da Fronteira Sul. Rua Fernando Machado. Chapecó, SC, Brasil. CEP 89812-000 (claiton@uffs.edu.br). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4582-4586>.

Recebido em 09/04/2018

Aprovado em 05/07/2018



INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo principal compreender as representações que foram produzidas acerca do ambiente no processo de colonização do oeste catarinense, bem como evidenciar que tal processo desencadeou profunda modificação no ambiente, seja provocada por meio da derrubada da floresta pelos agricultores, com o propósito de desenvolver a agricultura, ou pelo extrativismo empresarial da madeira. A abrangência dada ao meio-oeste e ao oeste catarinense, neste artigo, compreende a área do antigo território da região do Contestado, que passou a pertencer à Santa Catarina por força do acordo interestadual de limites, assinado em 1916. Esse território compreende a margem direita do rio do Peixe, grosso modo, também a margem direita da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e vai até o limite com a Argentina. Este trabalho reporta-se mais à região oeste catarinense, na qual, especialmente até meados do século XX, ocorreu intenso processo de colonização, paralelo ao qual se deu profunda modificação no ambiente, provocada seja pelo extrativismo empresarial da madeira, seja pela derrubada da floresta feita pelos agricultores, com vistas à atividade agrícola ou a fim de atender às suas necessidades de obter infraestrutura na propriedade agrícola.

A colonização foi efetivada, em grande parte, pela atuação das companhias colonizadoras, empresas que comercializaram a terra em lotes, destinados à agricultura de âmbito familiar. A maior clientela para aquisição das terras compunha-se de colonos de áreas do Rio Grande do Sul, e alimentou o processo migratório, especialmente no período da definição interestadual dos limites com o Paraná, em 1916, até meados do século. Nesse contexto, autoridades e opinião pública difundiram um conjunto de representações pelas quais salientavam a necessidade e a importância de transformar a região 'em um vasto celeiro'. Para tal, tornava-se imperativo enfrentar a imponente natureza, reduzindo a floresta e aumentando as áreas de cultivo, tarefa que se efetivaria pelo afluxo de migrantes colonos, vistos como impulsionadores de civilização.

Tais representações pressupunham um 'território vazio' ou 'não produtivo', desconsiderando a presença de populações indígenas e caboclas, bem como de seus modos de vida. Quando aqui se fala em representações, é preciso ter em mente que elas são historicamente construídas, e o são, sempre, com o propósito de defender interesses. Isso pode ser observado no processo de conquista do território do oeste catarinense ocorrido em razão da colonização, em particular em relação ao ambiente.

Reportando-se às representações do mundo social, Chartier (1990) salienta que, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, elas são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, há o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990).

Para evidenciar tais representações, neste trabalho, utilizaram-se matérias de jornais do período em estudo, diversas mensagens do governo catarinense dirigidas ao Congresso Representativo, especialmente da segunda e da terceira décadas do século passado, bem como a obra de Othon D'Eça, intitulada "Aos espanhóis confinantes" (1992), entre outros materiais. Esta obra de D'Eça (1992) figura entre os relatos realizados por componentes da comitiva do governador Konder, em sua viagem ao oeste catarinense, em 1929. Tais relatos também objetivavam produzir memória a partir de representações positivas do próprio governo, caracterizado como 'bandeirante', que estaria atento ao espírito de seu tempo e que se colocava a caminho para efetivar a conquista do território desconhecido. A obra de D'Eça (1992), em particular, é rica de registros acerca do ambiente e da natureza que ele encontrou e atentamente descreveu, sendo tomada como referência para este trabalho.

“QUISERA QUE TODAS ESTAS PLANÍCIES, ESTES VALES, ESTES MONTES, FOSSEM COMO QUE UM VASTO CELEIRO”: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

Quem viaja pela Estrada de Ferro que corre na margem esquerda do rio, fica estranhado: encontram-se quilômetros e mais quilômetros de mata virgem beirando a linha férrea. Qualquer estrangeiro que viajar nesta zona tem que pensar: 'Si a margem da via férrea há viveiros para tigres, o que pode-se encontrar à distância de 20 a 30 quilômetros de linha?'. O colono ou deixa no seu lote mata virgem ou permite que cresçam capoeiras. O primeiro modo de proceder é uma vergonha da civilização, porque exhibe-nos como gente sem cultura; o outro é ainda pior; serve de agasalho para plantas nocivas; basta que estas se multipliquem e o Vale do Rio do Peixe nada mais vale. (Cuts, 1934a, p. 5).

Ao se refletir sobre as representações da natureza construídas no processo de colonização do oeste catarinense, parte-se do entendimento de que elas são historicamente construídas, elaboradas e reelaboradas pela sociedade, sendo, em geral, condicionadas pelos problemas de determinado tempo ou pela forma de organização do sistema produtivo. Isso é evidenciado na obra de Williams (1990 apud Chartier, 1990, p. 17), que “[...] supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Também na obra do historiador Schama (1996, p. 70), segundo o qual “[...] paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”.

Recentemente, as preocupações ambientais vêm ganhando cada vez mais notoriedade e no oeste catarinense não poderia ser diferente, muito em função da forma como tal sistema produtivo passou a se apropriar dos recursos naturais: a ideia de colapso ambiental não é algo distante do imaginário oestino, frente ao avanço agroindustrial e às consequências ambientais por ele geradas ao longo de todo

o século XX e do início do século XXI. Ainda na década de 1920, o governador Hercílio Pedro da Luz, referindo-se às derrubadas sem critério, alertava: “[...] a natureza há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade de nossa terra [...]” (Mensagem..., 1923, p. 66).

Considerando os efeitos perniciosos da cada vez mais intensa exploração dos recursos naturais, é imprescindível que a História dê a devida atenção a essa dimensão. Nesse sentido, o referencial construído em torno da denominada História Ambiental vem trazendo contribuições teórico-metodológicas que permitem pensar e repensar não apenas a historiografia regional, como também levantar outras questões para os historiadores. Como lembra a historiadora Nodari (2012a), quando se estuda a história de uma região sem atentar para a natureza, o estudo ficará incompleto. Referindo-se à migração ao oeste catarinense, a historiadora destaca que esse processo provocou mudanças, tanto “[...] nos grupos humanos já estabelecidos, como também acarretou alterações na flora e na fauna da região [...]” (Nodari, 2012a, p. 224).

A epígrafe deste tópico foi extraída de um conjunto de artigos publicados no jornal *Cruzeiro*, na década de 1930, assinados por Valentim P. Cuts, ajudante técnico do Ministério da Agricultura, que atuou na região do vale do rio do Peixe. O trecho revela a percepção das autoridades e ao menos de parte da opinião pública em relação ao território recém-incorporado à Santa Catarina. Cuts (1934b, p. 8) escrevia em suas colunas insistindo fundamentalmente que “[...] o Brasil precisa de braços agrícolas [...]” e, para que a civilização efetivamente chegasse à região, havia a necessidade de substituir a floresta por plantações. “Quisera que todas estas planícies, estes vales, estes montes, fossem como que um vasto celeiro” (Cuts, 1934b, p. 8), insistia o técnico do Ministério da Agricultura, salientando que somente dessa forma seria superada a noção de que “[...] apenas nas cidades se teria mostras de civilização” (Cuts, 1934b, p. 8). Sobre as imensas áreas cobertas com mata e capoeira, dizia: “[...] se tudo isso fosse habitado por raças fortes e laboriosas, que desenvolvimento, que progresso

teria este país. Mas infelizmente nos faltam braços agrícolas” (Cuts, 1934b, p. 8).

Há, na percepção de Valentim Cuts, o entendimento de que os braços agrícolas deveriam ser buscados entre os moradores das primeiras colônias sulinas. Reportando-se aos colonos já instalados na região, ele sugeria que, em caso de não possuir força de trabalho em sua própria família, “[...] aumentem o número de braços que trabalham [...]”, para “[...] em caso algum deixar mata virgem ou capoeira [...]” (Cuts, 1934a, p. 5). Para isso, deveriam “[...] ajustar camaradas [...]” ou confiar os lotes desabitados aos “[...] agregados diligentes [...]” (Cuts, 1934a, p. 5). Tais expressões eram usadas para designar os peões, em geral recrutados entre as populações caboclas ou não proprietárias, as quais também arrendavam terras. Assim, ao mesmo tempo em que se representava o colono como o elemento trabalhador, civilizado, sugeria-se que ele ‘contratasse peões’ entre aquelas populações voltadas para o cultivo da terra. Essa cisão entre o que seria civilizado ou incivilizado foi bastante recorrente no processo de colonização, evidenciando contradições e tensões entre os diferentes grupos. Destaque-se que os colonos não apenas faziam uso do trabalho dos grupos já residentes, como também utilizavam suas técnicas de cultivo.

Tal percepção da natureza, assim como do trabalho e da produção, tornou-se corrente por todo o oeste catarinense com o avanço do processo de colonização. Ela também é verificada nas mensagens do governo de Santa Catarina ao Congresso Representativo/Assembleia, principalmente no período que envolveu a definição interestadual de limites e imediatamente posterior. Isso também fica claro nos relatos decorrentes da viagem do governador Adolfo Konder, em 1929, especialmente no de D’Eça (1992), na obra “Aos espanhóis confinantes”, como será discutido adiante.

Após a independência, especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ao longo do século XIX, diversas áreas foram colonizadas por imigrantes da Europa central, seguindo um modelo bastante semelhante de ocupação

agrária. Por ele, difundiu-se o que se conhece atualmente por agricultura familiar em pequenas propriedades – de aproximadamente 24 hectares –, as chamadas colônias. Esse modelo se consolidou pela atuação de várias companhias colonizadoras, que o replicaram em novas fronteiras agrícolas, como as do norte gaúcho, oeste catarinense e sudoeste paranaense (Werlang, 2006; De Boni; Costa, 2011).

A atuação de companhias particulares de colonização foi bastante intensa entre 1920-1950, sendo favorecida pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande e pela definição de limites entre os estados de Paraná e de Santa Catarina. Interessava ao governo catarinense a rápida colonização dessa região, das margens da ferrovia ao extremo oeste, considerada ‘vazia’ ou um ‘sertão’ a ser conquistado. Nesse contexto, várias colonizadoras negociaram grandes áreas de terra com o estado catarinense, com vantagens significativas, inclusive exigindo pouca imobilização de capital. Essas áreas passaram a ser subdivididas em lotes agrícolas e comercializadas especialmente para os colonos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes. Tais práticas atrelavam interesses do governo aos privados, expandindo a colonização pelo oeste catarinense, projeto movido pelo propósito da necessidade de potencializar a natureza em riqueza (Radin, 2009).

Em geral, tanto os discursos públicos quanto as representações construídas sobre o ambiente evidenciavam a preocupação com a necessidade de superar a realidade na qual se encontrava a região. Era preciso enfrentar a ‘tragédia da floresta’, o ‘deserto verde’, as ‘matérias vastas e desertas’, a ‘terra semisselvagem’, o ‘sertão inculto’, os ‘vazios demográficos’... Em razão da atração de ‘braços agrícolas’ das antigas colônias sulinas, a colonização dessas terras promoveria a ‘epopeia de trabalho’ e reduziria a floresta ‘às justas proporções’. Tais percepções favoreciam o processo de colonização, fazendo com que um número expressivo de gaúchos, estimado nos estudos de Roche (1969) e SUDESUL (1975) em 250.000, migrasse para Santa Catarina até os anos de 1970.

O ingresso de imigrantes foi especialmente marcante para o Rio Grande do Sul e para o Sul do Brasil na segunda metade do século XIX. O governo federal e os estaduais posteriormente destinaram diversas áreas, geralmente constituídas por vales e matas, para fins de colonização por imigrantes da Europa central. A exuberância de suas florestas poderia provocar o encantamento aos imigrantes por um lado, mas por outro também promoveria o estranhamento, principalmente por não a conhecerem, como se observa em diversos relatos acerca dos primeiros tempos da colonização, ricos em tais descrições, aspectos evidenciados principalmente por Bertaso e Lima (1950), Grosselli (1987), Marzano (1985) e Costa e Battistel (1983).

No século transcorrido desde o início do processo de colonização do oeste catarinense, a floresta também foi vista de diferentes formas. O que é hoje colocado como problema decorrente da intensa devastação desse espaço, não era assim percebido naquela época, quando o problema era exatamente a sua vastidão, percepção bastante semelhante para as demais áreas de colonização do Sul do Brasil.

“A TRAGÉDIA DA FLORESTA”: DOMINAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NOS CENÁRIOS DE IMIGRANTES

Diz-se que, vencidas as dificuldades da travessia oceânica, os portugueses se depararam com igual dificuldade para enfrentar o ambiente encontrado no continente a que chegaram. Nessa perspectiva, foram evidenciadas dificuldades em outros diferentes momentos, em particular pelos imigrantes da Europa central, nas primeiras experiências de imigração ao Sul e ao Sudeste do Brasil, como foi evidenciado por Alvim (1998), bem como no processo migratório para o oeste catarinense. A historiadora Bublitz (2008), ao analisar este processo, introduziu o debate sobre o ‘desmatamento civilizador’, indicando a necessidade de domesticação da natureza para os imigrantes alemães e para os seus descendentes nas colônias do Rio Grande do Sul. Décadas depois,

foram descendentes destes colonos que, somados aos descendentes de italianos e de poloneses, empreenderam a maior parte da colonização do oeste catarinense.

O desafio, no processo de conquista do território, era o de como fazê-lo produzir, uma vez que os conquistadores se apropriavam da terra. Grosso modo, isso vale para os mais diferentes espaços e períodos da conquista. Ao se reportar às práticas agrícolas dos colonizadores, Holanda (1976) destaca que eles adotavam técnicas primitivas. Referindo-se à colonização portuguesa, na qual predominou o trabalho escravo, a monocultura e a grande propriedade, afirma que, com ela, o costume era o de “[...] exigir muito da terra e de dar-lhe pouco em retribuição [...]” (Holanda, 1976, p. 21). Ele salienta, ainda, que, ao longo do processo, “[...] todos queriam extrair do solo excessivos benefícios, sem grandes sacrifícios [...]”, pois “[...] queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (Holanda, 1976, p. 21).

Por sua vez, Alvim (1998), ao tratar da imigração do século XIX, evidencia que as ditas ‘práticas arcaicas’ ainda eram correntes. Ao se reportar à difícil convivência dos imigrantes com os negros e os caboclos, este autor destaca que foi com eles que:

[...] os recém-chegados aprenderam a técnica da queimada, cujo efeito, sem dúvida, era por um lado devastador, mas por outro constituía na única forma de preparar rapidamente a terra para o plantio. [...] Não dominar os padrões nativos significava, muitas vezes, quase morrer de fome. (Alvim, 1998, p. 272-273).

A afirmação de Alvim (1998) permite relativizar o que se entendia por técnicas primitivas. Especialmente os imigrantes, nas diversas situações, aproveitaram-se de técnicas para realizar a prática da agricultura que as populações locais utilizavam, como era o caso da coivara. Mesmo em migrações posteriores, como a do oeste catarinense, essa prática foi largamente utilizada e, de um modo geral, persistiu até o final do século.

Nas diversas experiências de colonização do Sul, a promessa de facilidade de acesso a um lote agrícola era bastante atrativa para os imigrantes. No entanto, por se tratarem de áreas cobertas por densas florestas, esses indivíduos eram, em geral, tomados de surpresa, especialmente nos primeiros anos, pela falta de conhecimento em relação a essas áreas e, principalmente, sobre como deveriam domar a natureza e desenvolver a agricultura. Acerca disso, vale destacar o entendimento de Grosselli (1987), quando se reporta às dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no contexto da chegada às áreas coloniais, em particular no momento em que os colonos eram enviados a seus lotes. Salienta o autor que:

Quando a tragédia dos barracões terminava, iniciava a tragédia da floresta. [...] A exemplo de uma criança que dá os primeiros passos de sua vida, o camponês europeu devia reiniciar sua marcha para a submissão da natureza. [...] A floresta era um ambiente físico totalmente novo para os colonos. Vegetação emaranhadíssima e luxuriante, fauna muito diversificada e numerosíssima. [...] Agora, os camponeses trentinos se encontravam sós, sós com seus medos e seu Deus num imenso mar de verde. (Grosselli, 1987, p. 357-358).

Grosselli (1987) continua destacando as características da fauna e do ambiente em si com as quais os imigrantes se depararam. Ele afirma que nessa fauna havia centenas de espécies animais ótimas para a alimentação, como anta, servo, vários tipos de tatu e de javali, paca, entre outros, assim como inúmeros pássaros de grande porte que são comestíveis. Acrescenta que, mesmo desconhecendo o ambiente ou a própria forma de caça, os camponeses que possuíam espingarda e munições garantiam abundância de carne. Conclui afirmando que “[...] de qualquer modo venceram: domaram a natureza e derrotaram as adversidades, com sua fé e seu trabalho” (Grosselli, 1987, p. 368).

A forma de como os imigrantes ‘venceram’ e dominaram a natureza implicou o uso de várias espécies de animais como componente de alimentação

e, principalmente, na etapa de derrubada da floresta, condição imposta naquela época para a prática da agricultura. Nesse contexto, diversas práticas dos grupos nativos foram incorporadas ao cotidiano dos imigrantes. Por sua vez, nas migrações posteriores, como foi o caso do oeste catarinense, os colonos reproduziam as práticas das primeiras colônias.

Considerando o tipo de atividade econômica que os imigrantes desenvolveram, Grosselli (1987) e Alvim (1998) corroboram o entendimento de que eles necessitavam ‘devastar’/‘domar a natureza’. O sistema produtivo das diferentes áreas coloniais, centrado na pequena propriedade destinada à agricultura em escala familiar, também levou a essa necessidade. Tal entendimento é percebido em diversos relatos que se reportam às áreas de colonização do Sul do país. Mesmo que a floresta seja descrita de diferentes maneiras, em geral ela é representada como algo desafiador.

Entre os relatos está o do padre italiano Luigi Marzano, escrito em 1904, traduzido e publicado no Brasil em 1985, referindo-se à região de colonização italiana no sul de Santa Catarina. Esta é uma obra emblemática em relação aos encantos e às dificuldades provocados pelas florestas. O tradutor da obra afirma no prefácio que o leitor “[...] vai se empolgar com a mata, sua flora e sua fauna, e irá lamentar sua destruição” (Dall’Alba, 1985, p. 13). Marzano (1985) faz detalhadas descrições sobre a exuberância da floresta em Urussanga, Santa Catarina. Supõe-se que o autor narraria de forma semelhante o ambiente se estivesse nas outras áreas de colonização do Sul, bem como nas do oeste catarinense.

Para quem nunca pôs os pés em tais florestas, torna-se impossível fazer-se uma ideia do grandioso conjunto e severo espetáculo que elas oferecem à vista do visitante. [...] A floresta é tão espessa que torna impossível a visão além dos vinte passos. [...] A vegetação parasitária reveste de tal modo as grandes árvores que fazem quase uma coisa só com elas. Oferecem à vista do homem colunas altíssimas de verdura, interceptadas de quando em quando crespas orquídeas, cujas

flores multicoloridas reúnem-se caprichosamente e formam ramalhetes maravilhosos. Quase a cada cem metros encontra-se um regato de águas cristalinas correndo sobre as lajes. A cada passo éramos acariciados por estupendas borboletas de asas coloridas, e alegrados pela visão de magníficos pássaros. (Marzano, 1985, p. 118).

Marzano (1985, p. 118) acrescenta, no entanto, que passados os primeiros anos, os colonos iam criando intimidade com a floresta, entrando e saindo dela com habilidade: “[...] caçam um dia inteiro e saem sem dificuldade [...]”.

O colono, mesmo porque é prático, é o inimigo da floresta, que destrói sem compaixão alguma. Ele abate as árvores, depois lança-lhe fogo, destrói uma quantia imensa de ricos materiais, e em pouco tempo, daquela luxuriante vegetação não resta mais que cinza. Em breve, porém, aquela imensa planura será cultivada com cuidado e dará lucro aos colonos. (Marzano, 1985, p. 119-120).

O lamento de Luigi Marzano – de que a luxuriante vegetação se transformava em cinzas – logo é amenizado com a ideia do lucro que este espaço poderia dar aos colonos. Isso evidencia a incorporação, pelos colonos, da herança da técnica da coivara, prática significativa para as condições agrícolas daquela época. Destaque-se, ainda, que, na relação com a natureza, a importante herança das populações estabelecidas também incluía a adoção de plantas para a alimentação ou para fins medicinais, o que resignificava os usos da floresta.

Referindo-se aos efeitos do processo de colonização da região, Nodari (2012b) salienta que, gradativamente, a região foi sendo alterada por meio da ação humana, com o uso de diferentes tecnologias, passando pela utilização do machado, do fogo e da motosserra. Nesse sentido, para reforçar que tal prática “[...] reduziu o mundo natural à ‘paisagem’, entornos domésticos, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional [...]”, ela cita Dean (1996 apud Nodari, 2012b, p. 35).

Nas diversas descrições, o ambiente nas regiões de colonização é representado às vezes como imponente e majestoso, em outras é relatado como perigoso e assustador, em razão da imensa quantidade de animais peçonhentos ou ferozes existente nele. A derrubada da floresta e a transformação do espaço em lavoura, como se evidenciou, eram colocadas como necessidades, mas, em geral, também como motivos de orgulho pelos colonos. Ludovico Maestri, que se tornou professor no contexto do surgimento da colônia Conde d’Eu, hoje Garibaldi, Rio Grande do Sul, descreve tal situação, afirmando que, alguns anos após a chegada, “[...] graças a seu forte braço, o colono soube derrubar a mata cerrada e afugentar os animais ferozes. E, não satisfeito com isso, foi com seu trabalho, construindo estradas, levantando casas, abrindo escolas e erguendo igrejas” (Maestri, 1939 apud Costa; Battistel, 1983, p. 17). Por sua vez, Costa e Battistel (1983, p. 18) destacam que as famílias dos primeiros imigrantes fixados nos lotes agrícolas tinham como ideal poder “[...] colocar os filhos [...]”, o que significava dar-lhes terra para trabalhar. Entendiam que o agricultor que tivesse terra e soubesse trabalhá-la seria o “[...] homem mais rico e feliz do mundo” (Costa; Battistel, 1983, p. 48). Isso consolidou uma cultura basicamente agrícola, que contribuiu para acelerar a ocupação de novas áreas coloniais.

A relação dos colonos com a fauna e a flora foi estabelecida no sentido de eles extraírem delas tudo aquilo que lhes pudesse proporcionar algum recurso, sem maiores preocupações com problemas que decorressem do seu eventual esgotamento. Tal perspectiva pode ser observada no relatório produzido pelo cônsul italiano Pascoale Corte, em 1884, após viajar pelas colônias italianas do Rio Grande do Sul. No documento, ele reserva um espaço para descrever a flora e a fauna. Após recolher diversas espécies vegetais, as descreve, indicando seus usos. Foram descritas ao menos 85 espécimes de árvores. Também relata a grande abundância de peixes e de répteis, assim como traz a relação de 65 tipos diferentes de pássaros “[...] caçados pelo cônsul [...]” (Costa; Battistel, 1983, p. 33).

Descreve, ainda, os ambientes onde viviam e as colônias em que eram frequentes. Quanto aos pássaros, também pretendia apresentá-los na Exposição de Turim.

O relato do cônsul evidencia o costume da caça e da pesca entre os imigrantes nas diferentes colônias. Além dessas práticas, outras atividades incorporadas pelos colonos, em especial relacionadas à área agrícola, fizeram com que imensas áreas de floresta passassem a dar lugar à lavoura, aos espaços para a criação de animais e para a infraestrutura das casas dos colonos. Tais ações modificaram rapidamente o ambiente dessas regiões.

Isso, no entanto, não significava dizer que os efeitos danosos da intervenção humana no ambiente não fossem percebidos, de tal forma que não existisse a preocupação em recuperá-lo. Tal situação é observada por Costa e Battistel (1983), quando se reportam ao frei Aleixo Polesso, que atuou em Veranópolis em 1914-1915 e em outros períodos, até 1962, quando morreu. O sacerdote teria sido um dos responsáveis pela introdução de eucaliptos na região e pelo incentivo para que os colonos o cultivassem. Também era conhecido pelos apelidos de 'padre mandioca' e '*il boschitello*', em razão de suas pregações também serem ligadas à conservação do ambiente. Tinha tais apelidos

[...] porque, em suas andanças pela colônia, levava dois "pessuelos" [bruacas], um para as alfaías e vasos sagrados e outro para as mudas de aipim e mandioca para distribuir aos colonos. [...] Dizia: a mandioca é boa e faz bem às pessoas e também engorda os animais. [...] "*Il boschitello*", porque insistia com os colonos para não cortarem todos os matos e guardarem as madeiras de lei, além de mandar plantar árvores, especialmente pinheiros, nos trechos empedrados da colônia e ao redor das cercas. (Costa; Battistel, 1983, p. 95-96).

Como se evidenciou, a perspectiva dos colonos era a de subordinar a natureza e de colocá-la a seu serviço. A percepção que foram construindo acerca dela e do ambiente em que passaram a viver nos primeiros tempos da colonização, assim como a dificuldade em perceber a necessidade de sua preservação dificilmente serão entendidas fora daquele contexto e das representações que se construíram naquele

tempo. Nesse sentido, cabe destacar o entendimento da historiadora Nodari (2012a, p. 229), que afirma:

As alterações feitas na natureza por todos os grupos causaram impactos e devem ser avaliadas no seu contexto. Deve haver a preocupação em discutir as circunstâncias das mudanças sofridas pelas florestas, pela fauna, pelo solo, assim como a introdução de diferentes culturas agrícolas e seus efeitos nas bacias hidrográficas e outros elementos da paisagem.

Em relação ao ambiente, a realidade vivida pelos imigrantes nas antigas colônias sulinas é semelhante não apenas entre as várias colônias de diferentes etnias, mas também nas colônias da nova fronteira agrícola da região do Contestado catarinense, que se abria a partir das primeiras décadas do século XX. Este aspecto será debatido a seguir.

“NOSSO BRAÇO FORTE E DILIGENTE IRÁ REDUZIR AS IMENSAS FLORESTAS DE CAPINZAL ÀS JUSTAS PROPORÇÕES”: OS USOS DO AMBIENTE NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO OESTE

O entendimento de que a natureza deveria estar a serviço do colonizador era bastante presente no processo de colonização do oeste catarinense. O 'trabalho civilizado' encarregar-se-ia disso, transformando a floresta em espaços de produção. Saliente-se que o período em análise coincidiu também com a expansão das ideias liberais, em especial em relação à propriedade da terra. Os interesses que moveram a Guerra do Contestado (1912-1916) evidenciaram isso. As populações locais não foram contempladas na ocupação legal das terras por serem consideradas incivilizadas e inadequadas para fazer expandir o capitalismo na região, propósito tão almejado pelos governos. Assim, o processo de apropriação privada da terra, especialmente impulsionado a partir desta guerra, está intimamente imbricado à forma como se compreendia o ambiente e, até mesmo, à sua devastação.

A Guerra do Contestado, assim como a região em que ela ocorreu, mereceram inúmeras matérias na imprensa de todo o país, em especial da região Sul. O

jornal Staffetta Riograndense, dirigido às colônias italianas sulinas, em novembro de 1921, reportando-se aos 'fanáticos' de Santa Catarina, afirma que eles não seriam mais do que 'uma memória', declarando que o governo "[...] os varreu como as mulheres costumam varrer o pátio [...]" (Da capinzal..., 1921, p. 2). A afirmação era colocada no sentido de minimizar os efeitos da guerra e de tranquilizar os colonos que pretendiam migrar para a região. A conclusão era de que, com a migração, o "[...] nosso braço forte e diligente irá reduzir as imensas florestas de Capinzal às justas proporções" (Da capinzal..., 1921, p. 2).

A ideia de reduzir as imensas florestas às justas proporções foi expressa de diferentes formas e era frequente entre os migrantes, sendo também facilmente observada pela memória oral. A imponente das florestas era descrita pela imprensa ou em vários documentos públicos.

Valentini (2015) demonstra o avanço da exploração madeireira e da erva-mate no contexto da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, destacando que a partir de então ocorreu grande crescimento da indústria extrativa. Cita que, em 1941, "[...] existiam 1.270 serrarias registradas que beneficiavam pinho em Santa Catarina, e a Lumber era a maior de todas" (Valentini, 2015, p. 59). Esse segmento industrial estava em plena produção, derrubando árvores seculares e transformando-as em madeira para a exportação.

A evolução do processo para a extração comercial da erva-mate e a transformação da atividade em empreendimento industrial de interesse econômico alcançaram o auge econômico no momento que principiou a extração comercial da madeira e a própria indústria madeireira ligada aos empreendimentos do Sindicato Farquhar, que também atuou no processo da retirada da erva-mate das florestas com fins lucrativos. (Valentini, 2015, p. 55).

De parte do governo catarinense, havia interesse na expansão da indústria extrativa (Carvalho, 2010; Valentini, 2015), bem como da colonização, intentando efetivar o domínio do território recém-incorporado ao Estado. Tal entendimento também é facilmente observado nas

mensagens que o governo enviava anualmente ao Congresso Representativo, em especial as do contexto que envolveu a construção da ferrovia, até o final da década de 1920, bem como nos relatos da viagem do governador, em 1929.

Além da exploração pela indústria madeireira, o avanço da colonização também implicava a derrubada da floresta para a prática da agricultura. Na mensagem de 1911, por exemplo, afirmava-se que o estado buscava criar serviços que atendessem os colonos já instalados, entre os quais "[...] a segurança do colono ou trabalhador civilizado, que vai transformando a floresta virgem em centros de produção e de vida" (Mensagem..., 1911, p. 38). O documento salienta que a ação do governo se dava, com o intuito de evitar o retrocesso, pois não se poderia "[...] consentir que o índio, à sombra da proteção que lhe oferecemos, vá fazendo guerra ao trabalhador civilizado, repelindo-o do solo que queremos e devemos povoar para a grandeza do país" (Mensagem..., 1911, p. 38).

Tal entendimento é notado, em geral, nas diferentes mensagens do governo catarinense. Nelas, observa-se a tendência de justificar as concessões de terras às empresas colonizadoras e o estímulo de sua venda aos colonos, pela compreensão de que esse procedimento daria retorno ao Estado, por meio da geração de impostos, bem como no sentido de 'impulsionar o progresso', tão difundido pelas autoridades daquele período. Por progresso também se entendia exercer domínio sobre a natureza, transformando o espaço em uma área produtiva, por meio da expansão agrícola.

Nessa perspectiva, as autoridades procuravam facilitar o processo de colonização da região, situação observada na pouca vigilância ou fiscalização por parte do Estado, especialmente na forma de como a indústria extrativa e os próprios colonos se relacionavam com a floresta. No entanto, havia ciência de que tais práticas poderiam gerar problemas futuros. Reportando-se ao Serviço Florestal, na mensagem de 1918, o governador Hercílio Pedro da Luz apresenta a preocupação quanto ao fato de que, no Brasil, se estaria operando, "[...] com uma criminosa imprevidência, a total devastação das

florestas, já hoje quase destruídas ao longo de todo o litoral" (Mensagem..., 1918, p. 49-50). Situação semelhante estaria acontecendo em Santa Catarina, onde além da indústria madeireira, "[...] os próprios lavradores têm o mesmo procedimento" (Mensagem..., 1918, p. 49-50). O governador propunha que houvesse por parte das indústrias madeireiras o "[...] replantio das florestas [...]", visto que sua prática estaria "[...] empobrecendo a terra e modificando o clima [...]" (Mensagem..., 1918, p. 49-50).

Tal preocupação também foi expressa na mensagem de 1923, quando se reporta à indústria extrativa da madeira, salientando que ela estaria indo "[...] além do que se imaginava [...]" (Mensagem..., 1923, p. 65-66). Acerca disso, alertava o governador Hercílio Pedro da Luz que:

A derrubada de matas, com a preocupação exclusiva de reduzir madeira a dinheiro, deixando atrás de si zonas devastadas e que, por falta de vegetação e de serem trabalhadas para culturas, se mudarão em desertos, e sem mesmo o comecinho cuidado de preservar da destruição árvores que ainda não podem ser aproveitadas industrialmente, há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade de nossa terra. Cumpria enfrentar de uma vez esse problema, cuja relevância ninguém contesta, estudando-se os meios de, ao menos, como princípio de uma ação mais vasta, obrigar ao reflorestamento de empresas que praticam em larga escala a indústria extrativa de madeiras, sem terem em vista o aproveitamento posterior do solo. [...] E de defender de uma devastação inútil os cimos das altas montanhas, cujas matas agem beneficentemente sobre a abundância dos mananciais, o regime das chuvas e até sobre o próprio encanto da paisagem. (Mensagem..., 1923, p. 65-66).

A proposta de reflorestamento também aparece na mensagem de 1924, na qual se afirmava que, diante da desenfreada exploração da madeira, era necessário defender a riqueza florestal, exigindo das empresas providências reparatórias, sugerindo reflorestamento proporcional às derrubadas (Mensagem..., 1924). Para dar efetividade a esse entendimento, o governador Adolpho Konder, em 1927, registrou que:

Na medida de minhas atribuições, já tomei, com o decreto n. 25, de 23 de fevereiro deste ano, providências preliminares de defesa das matas, encarada essa defesa quanto à conservação dos cursos d'água, sobretudo nas nascentes, assim como quanto às concessões de terras feitas pelo Estado e no tocante as terras devolutas ainda existentes nas cabeceiras de rios e ribeirões e nas cristas de serras e morros, que serão consideradas como de utilidade pública e, como tais, inalienáveis. (Mensagem..., 1927, p. 39).

Nos dias atuais, soa de forma profética a denúncia do governador Hercílio Luz, de que a natureza poderia se vingar em face ao comportamento que se adotava em relação a ela. Todavia, tanto essa preocupação quanto a publicação de legislação específica não comoveram a opinião pública ou mesmo foram capazes de fazer com que o governo empreendesse grandes esforços nesse sentido, pois as práticas de exploração predatória dos recursos ambientais foram uma constante naquele contexto e nas décadas seguintes. Seja em relação às florestas ou a outras situações, as mensagens do governo catarinense davam conta de que o poder público não tinha recursos ou capacidade de fiscalização:

Talvez não seja nesse momento oportuno, pela escassez de recursos e por falta de um plano, cuja elaboração exige demorado estudo, fazer a defesa completa de nossa riqueza florestal, por meio de regulamentos, mas não se adie por mais tempo a adaptação de providências preparatórias, como sejam compelir as grandes empresas exploradoras de madeira a realizarem um reflorestamento proporcional às derrubadas, sendo razoável que por elas se comece, por terem os maiores lucros do negócio e possuírem um aparelhamento que lhes torna mais fácil o serviço. (Mensagem..., 1924, p. 42).

A dificuldade das autoridades de se imporem aos interesses privados é ratificada por Radin e Salini (2015), ao analisarem as razões da criação, da reorganização e das ações do Instituto Nacional do Pinho (INP), no oeste catarinense, focando em sua atuação em meados do século passado. Destacam que o extrativismo da madeira constituiu significativa atividade econômica, em torno da qual parte da sociedade regional se organizou.

Por fim, a imponente floresta da região foi representada de formas diferentes, mas a perspectiva da necessidade de se apropriar dela predominou, com o intuito de promover o crescimento econômico pela prática da agricultura. Mesmo com a denúncia do governador Hercílio Luz sobre os problemas do desmatamento na região, implícita ou explicitamente atribuía-se ao colonizador a tarefa de impor o seu domínio e de 'reduzi-la às justas proporções'.

NATUREZA BELA, SERTÃO RUDE E DOMÍNIO DA NATUREZA: OTHON D'EÇA E AS REPRESENTAÇÕES DO AMBIENTE NA COLONIZAÇÃO

Com a abertura da fronteira agrícola no antigo território da região do Contestado, inúmeras companhias colonizadoras apropriaram-se de terras e passaram a vendê-las aos colonos. Promoveram intensa e persuasiva propaganda, especialmente nos jornais com circulação nas colônias do Rio Grande do Sul. Nelas, usaram muitos superlativos para caracterizar as terras: "[...] comodíssimas [...]"; "[...] fertilíssimos [...]" terrenos; produzem "[...] beníssimo [...]"; água abundante e "[...] boníssima [...]"; erva-mate "[...] abundantíssima [...]"; produto "[...] procuradíssimo [...]"; "[...] belíssimos [...]" campos de pastagens; custando "[...] pouquíssimo [...]" o transporte... Chama a atenção também as colocações de que se tratavam de terras "[...] de puro mato branco [...]"; que as "[...] eminentes e frutíferas terras se adequam especialmente para a viticultura [...]", as quais adequavam-se muito bem ao cultivo de todos os tipos de cereais, como o milho, o trigo, o feijão, o fumo e a alfafa. O clima seria salutar, com água abundante e boa, havendo rios com grandes cascatas, que servem para a implantação de moinhos, serrarias etc. Ainda, "[...] toda a terra é arável, não existem terrenos de encostas e pedregosos [...]". As terras são de mata virgem, com madeira de lei¹.

No processo de colonização do oeste catarinense, assim como das diversas áreas do Sul do Brasil, as representações da natureza, que se produziram e perpassaram o período, eram condicionadas e próprias da forma de pensar predominante naquele tempo. A natureza imponente assustava, impressionava e precisava ser dominada. No caso da fronteira oeste catarinense, o relato feito por D'Eça (1992), sobre a viagem de 1929, deixa evidente a impressão causada pela paisagem e, principalmente, pela mata virgem. O registro pertinaz, em forma de diário, entre os dias 24 de abril a 16 de maio, é a impressão do autor e, grosso modo, da comitiva, acerca do que foi testemunhado por eles. A comitiva do presidente Adolfo Konder, formada por 30 pessoas, percorreu diversos locais na região que, em 1916, havia sido incorporada à Santa Catarina. Os registros realizados por componentes da comitiva, entre os quais, além do de Othon D'Eça, figuram o de Ferreira da Costa (1929) e o de Boiteux (1931), também objetivavam produzir memória e criar representações positivas do seu próprio governo. Nesse sentido, não se poupam elogios à atitude do governador pela iniciativa da viagem, assim como pelos resultados que ela traria para a região e para o país.

Ao apresentar a obra de D'Eça (1992), "Aos espanhóis confinantes", Athanázio (1992) deixa evidente a percepção de como a região, objeto da viagem, era representada. Afirma que, nela, "[...] vilas brotavam em pleno mato [...]"; que ninguém da comitiva reclamava das dificuldades, pois estariam curiosos para "[...] conhecer uma parte do estado que só existia em mapas [...]"; ou quando se refere a uma fala do desembargador José Arthur Boiteux, dizendo que "[...] se despedia de Mondai e, por alguns dias, da civilização [...]" (Athanázio, 1992, p. 12). Destaca, ainda, que o presidente promoveu a viagem por estar "[...] preocupado com o abandono daquelas

¹ Os fragmentos do parágrafo foram extraídos de cinco propagandas de companhias colonizadoras, publicadas no jornal Staffetta Riograndense, de Caxias do Sul, entre os anos de 1917 a 1939 (Colônia..., 1917, p. 4; Colônia..., 1923, p. 4; Colônia..., 1927, p. 2; Colonizzazione..., 1923, p. 3; Colônia..., 1939, p. 3).

regiões remotas, e que a rigor nem se integravam com perfeição ao nosso território" (Athanázio, 1992, p. 14). A viagem para a fronteira foi apresentada e caracterizada por seu "[...] sentido aventureiro [...]", como uma espécie de "[...] bandeira [...]" de reconhecimento, que sinalizaria aos estados vizinhos, e mesmo à Argentina, a "[...] intenção de exercer a soberania sobre aquelas terras [...]" (Athanázio, 1992, p. 14). Saliente-se que tal percepção dos membros da comitiva evidenciava o não reconhecimento da existência dos grupos que habitavam a região – "[...] vilas brotavam em pleno mato [...]" –, pressupondo um vazio demográfico (Athanázio, 1992, p. 14).

Em "Aos espanhóis confinantes", D'Eça (1992), entre outros aspectos abordados – como o do avanço e da política de colonização –, enfatizou ao menos três perspectivas relacionadas ao ambiente. Em uma, destacou suas imponência e beleza; em outra, o evidenciou como 'sertão rude', que impõe medo, difícil de dominar ou de nele viver; por fim, elucidou a perspectiva da necessidade de enfrentamento ou de superação dessa condição, o que se daria pelo avanço da colonização regional. Tais perspectivas são caracterizadas a seguir.

Em sua escrita refinada, D'Eça (1992) não escondia o seu encantamento com aquilo que via. Quando a comitiva chegou à ilha Redonda, no rio Uruguai, escreveu que se tratava de um "[...] lugar onde: as tristezas se espalham, adelgaçam-se e desaparecem [...]"; lugar onde se tinha a "[...] ilusão do paraíso e das delícias [...]" (D'Eça, 1992, p. 37). Sobre o que já havia visto até aquele momento, acrescentou: "[...] verdade das verdades, Cruzeiro [Joaçaba] e Chapecó têm sido um veio rico de surpresas agradáveis" (D'Eça, 1992, p. 37).

Em diversas ocasiões, revelou a beleza do rio, da floresta e a diversidade do ambiente trilhado pela comitiva. Ao chegar à "[...] foz das Águas do Mel [...]", disse que se tratava de "[...] um lugar cheio de árvores e de sombras [...]" e, quando acampavam em uma das noites, em meio à floresta, relatou que, durante o dia, haviam percorrido seis léguas, dizendo: "[...] estamos acampados na floresta,

num lugar cheio de germinações, de ressonâncias e de sombras verdes", destacando o seu encantamento com o que vivenciava (D'Eça, 1992, p. 41 e 63).

O aspecto mais demonstrado por D'Eça (1992), no entanto, foi a ideia do desconhecido, do medo e da estranheza provocados pelo ambiente. Essa perspectiva perpassa grande parte da obra e foi expressa de diferentes formas. No início do relato, ele já afirmava que "[...] a 'bandeira' iniciou a sua 'entrada' no sertão bruto, sob o signo propício. Vamos, é certo, para o desconhecido [...]" (D'Eça, 1992, p. 23). Ao descer o leito do rio e descrever a paisagem de suas margens, ele dizia que, "[...] de longe em longe, surgem telhados escuros, ou algum fio de fumo assinala uma tênue mancha humana naquelas matarias vastas e desertas" (D'Eça, 1992, p. 24).

Othon D'Eça também contrastou o ambiente de onde partiu, registrando que há sete dias não via "[...] um retalho de mar, uma vela boiando junto à sombra azul do Cambirela" (D'Eça, 1992, p. 36). Por outro lado, expressava sua estranheza com a extensão da região pela qual a expedição avançava, dizendo: "[...] como é vasto este mundo, Santo Deus [...]"; "[...] como é vasto e desconhecido este nosso querido Brasil!" (D'Eça, 1992, p. 37 e 84). O texto contém inúmeras outras expressões que revelam a visão dele sobre a região, representada por expressões como: "[...] serras duras [...]", "[...] túneis escuros [...]", "[...] serranias ásperas [...]", "[...] campos vastos [...]", "[...] lajeados cascalhudos [...]", "[...] pinheirais rumorosos [...]", "[...] internar-se no sertão [...]", ou pelas frases "[...] rumaremos para o sertão, para o desconhecido, a trilhar 29 léguas de picada e floresta bruta [...]" e "[...] montar e mergulhar na barbaria das selvas [...]" (D'Eça, 1992, p. 48 e 60), entre outras.

Reportando-se à estrada pela qual passavam, ele descreveu as dificuldades do terreno em pormenores, destacando os barrancos e os degraus de pedras soltas que nela encontravam. Dizia ser corriqueiro passar em meio a uma folhagem áspera, de "[...] ramagem estrincada e tão densa que impede o sol e espalha em volta uma

sombra úmida e triste [...]” (D’Eça, 1992, p. 65). Essa seria a realidade que acompanhava os membros da comitiva na maior parte do tempo: “De onde em onde [surgia] uma casa de colono, com mangueira e o forno ao lado, o pomar e a lavoura, toda envolta na luminosidade serena do dia” (D’Eça, 1992, p. 65).

O medo do desconhecido é mais bem evidenciado quando descreveu a primeira noite no acampamento, em “[...] plena floresta bravia [...]” (D’Eça, 1992, p. 69):

[...] treva absoluta, misteriosa e imponderável, da qual se espera ver surgir, a todo o momento, formas horrendas e moles, dorsos peludos e recurvados, que trazem a morte nas garras! [...] e por todos os lados, diluídos na escuridão, rumores estranhos, pios sinistros, uivos longos. [...] Como é ela povoada de medos, de vultos tétricos, de ruídos, de palpitações fortes do coração! (D’Eça, 1992, p. 69).

A narrativa contrapõe a cidade, vista como espaço civilizado, com o sertão que os colonos percorriam. Quando se referia aos tropeiros ou ‘práticos’, que acompanhavam a comitiva, dizia que seriam “[...] profundos os limites emocionais que separam ilhéu do serrano [...]” (D’Eça, 1992, p. 79). Estes teriam uma vida “[...] áspera, sem sonhos [...]” (D’Eça, 1992, p. 79), e carregariam nos olhos a desolação da realidade crua em que viviam. Segundo ele, “[...] parecem homens de raças diferentes, de tradições alheias e apenas ligados por esses frágeis liames políticos que qualquer contingência desfia e arrebenta!” (D’Eça, 1992, p. 79-80). Assim, evidenciava mais uma vez a cisão entre o que considerava civilizado (ilhéu/litoral) e o que não o seria (serrano). Essa perspectiva ficava mais manifesta na medida em que a viagem avançava; a narrativa construída reforçava a ideia das diferenças sociais e culturais entre a capital ou o litoral e o sertão, ao afirmar:

Toda a civilização trepidante, viva e poderosa em que nascemos e fomos criados, pouco a pouco se foi desfiando e, por fim, desapareceu na vastidão destas alfombras selvagens. Parece que trilhamos

um mundo já morto há milênios, sem memória dos seus dias; ou percorremos uma terra em formação, ainda na sua gênese, e da qual somos, neste momento, apenas uns escuros pontos minúsculos que se movem lentamente. (D’Eça, 1992, p. 100).

A narrativa do autor não reconhece nem o passado nem o presente vivido pela região como exemplos a serem seguidos, o que fica manifesto quando D’Eça (1992) se reportou aos indígenas coroados que o governador visitara: “[...] duzentos índios morrendo de miséria em mais de cem milhões de metros quadrados de terras opulentas e ferazes” (D’Eça, 1992, p. 144-145). No entanto, entendia que a expedição liderada pelo governador Konder tinha um fim nobre a cumprir, e que estava acontecendo “[...] para vencer [...]”. O que esperar da “[...] densa cortina do futuro [...]”? Ele responde: “[...] o novo no futuro [...]” (D’Eça, 1992, p. 48).

Em que consistia ‘o novo no futuro’? Othon D’Eça deixou claro o seu entendimento em diversas ocasiões no seu relato: “Não sei por que penso nas futuras marchas imigratórias das gentes do Sul – superpovoado – demandando as terras ferazes e desertas do norte” (D’Eça, 1992, p. 102-103). Para ele, seriam justamente essas marchas de imigrantes ou migrantes as desejadas para dar conta da tarefa de:

[...] retomar o ciclo heroico das bandeiras e refluir para as regiões ainda vazias do Brasil, a domar a bruteza das selvas, a semear as cidades pelos chapadões, a levar à gente intrépida, que tem lutado sozinha contra a imensidade da gleba e as deliquescências da sua mestiçagem o concurso fraternal e amoroso dos seus braços e de sangue forte e novo. (D’Eça, 1992, p. 102-103).

Esta percepção do autor, de forma mais explícita ou sutil, perpassa por toda a obra. Em uma ocasião em que a comitiva descia o vale do rio Uruguai, referindo-se aos locais que já iniciaram a colonização, dizia que o rio era “[...] ubérrio como o Nilo [...]” (D’Eça, 1992, p. 37) e que os espaços que haviam sido colonizados

[...] já eram uma oferenda da terra núbile ao grande sol fecundador e bom, os primeiros frutos sápidos. [...]

Passarinho, como Palmitos, como São Carlos, são colmeias ativas, de uma gente provida e sadia vai construindo o seu favo de ouro. Vale a pena vê-las. Alimentam-nas uma gleba feraz; orientam-nas espíritos de elite, com a consciência lúcida e nítida dos destinos humanos. Bendita sejas tu, terra de Chapecó, que fazes germinar esses belos apiários. (D'Eça, 1992, p. 34 e 37).

Na mesma perspectiva são colocados os registros sobre a cidade de Mondaí. D'Eça (1992, p. 50) registrou que este local já teria “[...] vida latente, prodigiosa [...]”, que seria a “[...] terra da promessa [...]”, tendo as pessoas do local causado boas impressões a ele, tanto que afirmou que “[...] ela [a região] se constituía no núcleo colonial mais poderoso de quantos frutificam neste vale bíblico, que se estende do rio do Peixe ao Peperí-Guaçu”. Ao registrar sua impressão positiva em relação à colonização da região, dizia ser “[...] bem-aventurado o trabalho da charrua que estria a gleba e, como na lenda etrusca, faz surgir os homens fortes e as cidades muradas!” (D'Eça, 1992, p. 56).

Em outras ocasiões, ele também expressava a sua visão, tanto em relação ao sentido da viagem que realizavam quanto no que concerne à colonização.

Entre as suas reflexões, em uma noite no acampamento, registrou: “[...] lá embaixo apenas uma fogueira arde num lume brilhante, como a nuvem milagrosa que deslizava à frente dos hebreus, no caminho da terra da promessa [...]” (D'Eça, 1992, p. 103). Não hesitava em reforçar esse entendimento, em especial quando se referia ao futuro da região: “Dentro de pouco tempo, sob o impulso milagroso do trabalho honesto e ao ritmo isócrono da ordem, toda essa região reverdecerá como os campos depois das lentas queimadas de agosto” (D'Eça, 1992, p. 115).

Nas Figuras 1 e 2, pode-se ter uma noção da situação imaginada ou descrita sobre os colonos que já se encontravam na região, bem como da forma de intervenção deles na natureza. Elas mostram que os colonos migrantes, para poder desenvolver a agricultura, primeiro derrubavam a floresta, aguardavam determinado tempo para que ela secasse e, em seguida, procediam a queimada. Em momento posterior é que a semente era plantada, aproveitando-se da fertilidade do solo e da cinza, resultado da queimada. Nesse sentido, como se evidenciou, os migrantes colonos fizeram uso das técnicas dos grupos já residentes quando da sua chegada.

Por fim, D'Eça (1992, p. 115), referindo-se ao intento da viagem liderada por Konder, ressaltava que este evento



Figura 1. Colono na década de 1930. Seara, Santa Catarina, Brasil. Foto: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Chapecó, Santa Catarina (1930).



Figura 2. Colono na década de 1940. Vale do rio Uruguai, Santa Catarina, Brasil. Foto: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Chapecó, Santa Catarina (1940).

seria carregado de patriotismo, caracterizando-a como “[...] a maior obra de brasilidade desses quarenta anos de República [...]”.

Há, Sr. Presidente, no gesto de V. Exa., um pouco de Pedro Eremita e de Fernão Dias Paes Leme. Porque, nesta avançada, através das asperezas da selva inculta, existe um misto de Cruzada e Bandeira! Cruzada, pela fé profunda, pelo religioso civismo que nos aquece e anima; Bandeira, pelo espírito de aventura, pela esplêndida brasilidade que nos atira, sob comando intrépido de V. Exa., através de um tumulto de dificuldades, a tomar posse definitivamente a absolutamente de uma grande porção de Santa Catarina, em nome da Pátria! (D'Eça, 1992, p. 79).

A obra “Aos espanhóis confinantes” evidencia, assim, um conjunto de representações ligadas ao ambiente, próprias do seu tempo. O ‘sertão’ deveria ser conquistado e para ele se deveria direcionar a ‘civilização’, a fim de impulsionar o ‘progresso’, especialmente pela expansão da agricultura. Esse foi o contexto do avanço da colonização e do processo de apropriação privada da terra na região, condições que patrocinaram profunda intervenção no ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização do oeste catarinense, em especial entre 1920-1960, provocou uma profunda modificação no ambiente. Aos olhos de quem foi protagonista desse processo, assim como para a maioria dos que, de alguma forma, o promoviam, a vastidão da floresta necessitava da ação do homem, no sentido de dominá-la. Assim, do próprio modelo de colonização decorreu a intervenção e a devastação de grandes áreas da floresta original, que deram espaço à agricultura.

A relação que os colonos estabeleceram com o ambiente, em geral, foi no sentido de se impor a ele, por meio da derrubada da floresta, a fim de, naquele espaço, desenvolver a agricultura de âmbito familiar, com foco principal na subsistência e na produção de pequenos excedentes. Essa prática foi efetivada principalmente em

função do tamanho dos lotes agrícolas e da inviabilidade econômica de dividi-los entre os filhos, assim como por não haver técnicas adequadas de recuperação de solo, entre outras razões. Desse modo, poucas décadas após o início da colonização, em meados do século XX, já se podia observar significativa intervenção na floresta original.

As representações feitas sobre o ambiente no oeste catarinense, ao longo do processo de colonização, seja destacando a imponência da floresta ou a dificuldade que ela impunha ao colono no ‘sertão rude’, como foi evidenciado por Othon D'Eça, também abarcavam o desejo de impor o domínio sobre ele. Aos olhos das autoridades estaduais, esse domínio efetivar-se-ia por meio do avanço da colonização do oeste catarinense, que teria sido ‘incorporado à Santa Catarina, em nome do Brasil’, por intermédio da expedição liderada por Konder. Aos colonizadores, de forma explícita ou velada, atribuía-se a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico em que a região se apresentava. Tal percepção, em geral, está presente no processo de colonização do oeste catarinense, bem como das diferentes áreas coloniais do Sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Ed.). **História da vida privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 215-287.
- ATHANÁZIO, Enéas. Vencer ou voltar. In: D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC/Fundação Banco do Brasil/UFSC, 1992. p. 12-14.
- BERTASO, H. D'Ávila; LIMA, Mário Almeida. **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo-RS, 1950.
- BOITEUX, José Arthur. **Oeste catharinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entreges & Irmão, 1931.
- BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-340, jul.-dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200008>.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com a araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970). 2010. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLÔNIA Benito Mussolini de Formigheri & Cia. e José Petry, Perdizes (Videira/SC). **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 19 dez. 1939. Ano 30, p. 3.

COLÔNIA Bom Retiro, Núcleo Nova Vicenza (Água Doce/SC). **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 31 maio 1917. Ano 9, p. 4.

COLÔNIA Irany, Município di Cruzeiro, Satato di Santa Caterina. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 13 abr. 1927. Ano 18, n. 49, p. 2. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71643&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

COLÔNIA Petri, Estação Rio Bonito – Estado de S. Catharina. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 14 fev. 1923. Ano 14, n. 43, p. 4. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71260&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

COLONIZZAZIONE Cattolica (non si ricevono protestanti) Chapecó Peperly Limitada. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 25 dez. 1929. Ano 21, n. 33, p. 3. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=71787&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

COSTA, Rovílio; BATTISTEL, Arlindo I. **Assim vivem os italianos**: religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1983. v. 2.

CUTS, Valentim. Aos lavradores do Vale do Rio do Peixe. **Jornal Cruzeiro**, Joaçaba, 11 mar. 1934a. p. 5.

CUTS, Valentim. O Brasil precisa de braços agrícolas. **Jornal Cruzeiro**, Joaçaba, 25 mar. 1934b. p. 8.

DA CAPINZAL a Garibaldi. **Staffetta Riograndense**, Villa Garibaldi, 16 nov. 1921. Ano 13, n. 32, p. 2. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=65657&p=0>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DALL'ALBA, João Leonir. Prefácio. In: MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC, 1985. p. 13-14.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: EST, 2011.

D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC/ Fundação Banco do Brasil/UFSC, 1992.

FERREIRA DA COSTA, Arthur. **O oeste catarinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas & Cia, 1929.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Tradução de S. U. Luques e C. Mioranza. Florianópolis: UFSC, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

MAESTRI, Ludovico. **Lealdade**. Curitiba: [s.n.], 1939.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC, 1985.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, 1927. Disponível em: <<https://ia801402.us.archive.org/8/items/rpescatarina1927/rpescatarina1927.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1924, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catharina. Santa Catarina, 1924. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000517/rpescatarina1924/rpescatarina1924.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1923, pelo Engenheiro Civil Hercilio Pedro da Luz, Governador do Estado de Santa Catharina. Santa Catarina, 1923. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/pub/meb000000517/rpescatarina1923/rpescatarina1923.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo, em 8 de setembro de 1918, pelo Sr. General Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catharina. Santa Catarina, 1918. Disponível em: <http://www.memoria.nemesis.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb0000000517&m=4498&n=rpescatarina1918>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis: Tipografia d'O Dia, 1911. Disponível em: <<https://ia801401.us.archive.org/32/items/rpescatarina1911/rpescatarina1911.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

NODARI, Eunice Sueli. Fronteiras fluídas: florestas, rio Uruguai e a ocupação da região. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2012a. p. 224-239.

NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem do estado de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Org.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012b. p. 35-53.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no oeste catarinense. **Professare**, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, 2 sem. 2015.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **O fenômeno migratório na região Sul**. Porto Alegre: SUDESUL, 1975.

VALENTINI, Delmir J. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

WERLANG, Alceu A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história da literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Estela Campos e os momentos iniciais do abstracionismo no Pará (1957-1959): hipóteses sobre invisibilidades na história da arte

Estela Campos and early abstractionism in Pará (1957-1959): hypotheses on invisibilities in art history

Gil Vieira Costa

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, Pará, Brasil

Resumo: Este artigo busca trazer informações sobre uma lacuna existente nos estudos historiográficos sobre arte em Belém, Brasil. Discute-se o papel da artista Estela Campos na consolidação das correntes abstracionistas no campo artístico desta cidade, analisando a recepção crítica de suas três primeiras exposições individuais (1957, 1958 e 1959, ocorridas nas cidades de Belém, Rio de Janeiro e Belém, respectivamente). São apresentadas as fontes, muitas das quais ainda inéditas ou pouco conhecidas, que permitem um esboço biográfico da artista. Da mesma maneira, são levantadas algumas hipóteses sobre aspectos (sexismo, provincianismo, abordagens historiográficas localistas) que teriam contribuído para sua invisibilidade na história da arte em Belém.

Palavras-chave: Estela Campos. Belém. Abstracionismo. História da arte. Arte brasileira.

Abstract: This paper presents information on a gap in the historiographic studies of art in Belém, Brazil. It discusses the role of the artist Estela Campos in the consolidation of abstractionist currents in the artistic field of Belém, analyzing critical reception of her first three solo exhibitions (1957, 1958 and 1959, in the cities of Belém, Rio de Janeiro, and Belém, respectively). Sources that provide a biographical sketch of the artist are presented, many still unpublished or barely known. In the same way, some hypotheses are raised about aspects that may have contributed to her invisibility in the art history of Belém (sexism, provincialism, localist historiographical approaches).

Keywords: Estela Campos. Belém. Abstractionism. Art history. Brazilian art.

VIEIRA COSTA, Gil. Estela Campos e os momentos iniciais do abstracionismo no Pará (1957-1959): hipóteses sobre invisibilidades na história da arte. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 699-717, set.-dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300012>.

Autor para correspondência: Gil Vieira Costa. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Avenida dos Ipês, s/n, ILLA, Cidade Universitária. Bairro Cidade Jardim. Marabá, PA, Brasil. CEP 68500-000 (gilvieiracosta@hotmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2893-7343>.

Recebido em 10/04/2018

Aprovado em 14/09/2018



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção artística especializada chamada de 'abstracionista' (devido à sua ruptura com a representação figurativa) foi desenvolvida pelas vanguardas históricas na Europa, nas primeiras décadas do século 20. No Brasil, as visualidades geométricas há séculos faziam parte dos repertórios culturais indígenas (e de populações mestiças subalternizadas), mas, no campo das chamadas artes plásticas, houve resistência ao diálogo com aquelas correntes artísticas não figurativas europeias. Em geral, o modernismo artístico brasileiro esteve envolvido com a questão de uma 'identidade cultural' nacional (Couto, 2004), para a qual o tema (o país, suas paisagens naturais e culturais) era, portanto, imprescindível.

O debate público sobre o abstracionismo e suas vertentes – 'informalistas', 'tachistas', 'construtivistas', 'concretistas', 'neoconcretistas' – foi iniciado, no Brasil, ainda no final dos anos 1930 (Couto, 2004, p. 40-41), majoritariamente em tom de desconfiança e de recusa. Somente nos anos 1950 há a legitimação definitiva do abstracionismo no campo artístico nacional, com a produção e a defesa da arte concreta (que, inclusive, recusava para si o termo 'arte abstrata'), especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (Villas Bôas, 2014). Muitos outros centros brasileiros tiveram seus campos artísticos igualmente impactados pelas correntes abstracionistas – em um processo estimulado por circunstâncias de variados níveis de abrangência (local, nacional e internacional), que cabe estudar com maior rigor.

A questão que a princípio fomentou este artigo diz respeito aos momentos iniciais do abstracionismo no campo das artes plásticas em Belém, no estado do Pará. A respeito desse tema, a narrativa mais consagrada na historiografia local indica o papel de destaque do Clube de Artes Plásticas da Amazônia (CAPA), agremiação de artistas e de intelectuais que existiu em Belém desde o ano de 1959 aos anos iniciais da década de 1960 (Braga, 2003). Toma-se, em geral, as memórias de um dos membros do CAPA (José de Moraes Rego – Belém, Pará, 1926-1990 –,

autor da dita primeira exposição abstracionista na cidade, em 1959) como ponto de partida.

Rego (1979, 1976) forneceu-nos duas narrativas que se complementam. Em um debate nos jornais (Rego, 1979), ele informou que teria sido outro artista local, Ruy Meira (Belém, Pará, 1921-1995), quem apresentara o abstracionismo ao CAPA e fomentara o projeto estético de guinada coletiva naquela direção. Três anos antes, uma matéria jornalística sobre sua segunda exposição individual indicou outro fator que agenciou seu interesse pelo abstracionismo: o contato com uma exposição de Stela Campos (*sic*) em Belém, "[...] na qual a artista fazia incursões no abstracionismo, embora associado ao figurativo, com formas de animais e pessoas monstruosas" (Rego, 1976, p. 4).

Ambas as matérias foram posteriormente republicadas em livro (Rego, 1986, p. 63-66 e p. 75-77), ganhando importância enquanto compilação de fontes sobre o assunto. Ainda que esta seja uma compilação sobre José Rego, e não propriamente sobre o abstracionismo em Belém, ela foi tomada por muitos dos trabalhos posteriores sobre este último tema. O estudo pioneiro de Acácio Sobral sobre o abstracionismo em Belém é um desses exemplos, sendo possível perceber as narrativas de José Rego (a relação 'Ruy Meira-Moraes Rego-Estela Campos') servindo de fonte para este estudo (Sobral, 2002, p. 51-52).

As matérias republicadas no livro de Rego (1986) também alimentaram as narrativas de Mokarzel (2000, p. 9) – que não chega a mencionar Estela Campos – e Braga (2003, p. 83-84). O livro de Sobral (2002), por sua vez, consolidou-se na restrita historiografia da arte local como uma pesquisa importante e obrigatória para os estudiosos do tema. Um relatório de Ricci ([1978], p. 306) também menciona a presença de Estela Campos em Belém, de modo mais completo do que José Rego, o qual, apesar de ainda inédito, influenciou a narrativa de Farias (2003, p. 109).

Em todo caso, a respeito de Ruy Meira, há um crescente número de estudos, assim como obras e documentação disponíveis em instituições públicas em Belém e em outras cidades brasileiras. O mesmo se pode

dizer sobre José Rego, ainda que seja menos estudado (e celebrado) do que Ruy Meira. Mas, ao buscarmos informações e obras de Estela Campos, o embaraço é inevitável, dada a ausência quase completa de fontes a respeito da artista.

De fato, no primeiro momento, Estela Campos me pareceu uma personagem não rastreável. Por outro lado, também me pareceu incontestemente sua importância para as artes plásticas em Belém. Há algo de misterioso na invisibilidade dessa artista, lacuna histórica que inquieta e que urge confrontar.

FONTES CONSULTADAS

Em que pese a escassez de informações sobre a artista, é possível encontrar os rastros de sua produção em fontes primárias e secundárias, disponíveis em arquivos de instituições culturais. A lista que segue indica as fontes mapeadas até o momento e oferece um percurso bastante sólido para se aproximar da atuação artística de Estela Campos:

- Menção em catálogos de três edições da Bienal Internacional de São Paulo (Fundação Bienal de São Paulo, 1961, 1963, 1965);
- Verbete em quatro dicionários sobre artistas plásticos brasileiros (Pontual, 1969, p. 104; Cavalcanti, 1973, p. 333; Ayala, 1986, p. 166; Estela..., 2017);
- Participação nos campos artísticos em Belém e no Rio de Janeiro documentada nos jornais da época, disponíveis, respectivamente, na Biblioteca Pública Artur Viana (Fundação Cultural do Pará) e na Hemeroteca Digital Brasileira (FBN, 2017);
- Menção em pesquisa (inédita) sobre artes plásticas no Pará (Ricci, [1978], p. 306);
- Publicações literárias de sua autoria: além de textos publicados em jornais, também o livro "Kalta-itsia", editado pela então Universidade do Pará (Campos, 1964);

- Coleção documental sobre a artista no Arquivo Histórico Wanda Svevo (AHWS), da Fundação Bienal de São Paulo.

Trato do conjunto destas fontes em outro texto (Vieira Costa, 2018). Aqui, retomarei especialmente aquelas relacionadas às três primeiras exposições individuais de Estela Campos, ocorridas antes da exposição de José Rego – tida como marco do abstracionismo em Belém. A partir dessas fontes, a atuação dessa personagem ganhou corpo para retomar a questão da arte abstrata na cidade e, obviamente, colocar novos problemas.

Cabe destacar a pasta 'Estela Campos' do AHWS, contendo correspondências entre a Bienal de São Paulo e a artista. Além das fichas de inscrição submetidas, há cartas, recortes de jornais, folhetos de exposições e, até mesmo, fotografias de obras¹ que, somadas aos registros publicados nos jornais, talvez constituam as únicas maneiras que dispomos para nos aproximar de sua produção – já que, até o momento, nenhuma obra da artista foi localizada.

A ausência ou a inexistência das obras de Estela Campos, hoje, mais do que constituir uma impossibilidade metodológica para a história da arte, indica uma condição muitas vezes presente nesse campo de estudos: a necessidade de se confrontar com obras mortas, desaparecidas, fragmentadas ou inexistentes, conceitualizadas como 'cripto-história de arte' por Serrão (2001). Ainda que o conjunto de registros de obras da artista seja diminuto, não são poucos os rastros deixados por sua atuação artística, como se pode perceber pelas fontes ora listadas.

Certamente, a inexistência ou a localização desconhecida das obras e a ausência de registros fotográficos consistentes impossibilitam uma análise formal da produção de Estela Campos – recurso que atestaria sua relevância estética, ao situá-la e compará-la em determinado contexto artístico. Se uma análise desse

¹ Os recortes de jornais, os folhetos de exposição e as fotografias de obras foram, muito provavelmente, remetidos à Bienal pela própria artista, como dá a entender a carta de Estela Campos à Bienal de São Paulo, datada de 9 nov. 1963, p. 1. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

tipo não é viável, a relevância da produção da artista pode, ao menos, ser pressuposta pelo êxito que suas obras alcançaram, na época em que foram produzidas, no campo artístico de Belém, do Rio de Janeiro e de São Paulo, como se detalhará adiante.

Cabe ressaltar, ainda, que a análise formal das obras de Estela Campos não é a principal nem a única forma de compreender sua invisibilidade na historiografia sobre o abstracionismo em Belém. Decerto, como nos mostram os estudos de história social da arte, não há uma conexão determinista entre as características formais das obras e a sua fortuna crítica ou recepção social. A invisibilidade de Estela Campos nas narrativas historiográficas está condicionada por um emaranhado de fatores complexos, entre os quais figuram tanto as características estéticas das obras quanto as contingências sociais de um período e de um lugar.

Ainda que só nos restem os rastros dessa produção (de Estela Campos, como de outros artistas, decerto), é somente sua investigação que nos possibilita visitar os momentos iniciais do abstracionismo em Belém. Cabe ao historiador trabalhar com interpretações dos vestígios desse processo histórico complexo, por mais esparsos que eles sejam. Confrontar essa 'memória diluída' de obras que não sobreviveram aos tempos é útil para estabelecer novos diálogos com as obras que, por seu turno, ainda fazem parte dos acervos públicos ou particulares. De acordo com as palavras de Serrão (2001, p. 13, grifos do autor):

[...] se os historiadores de arte esquecerem ainda mais as peças já de si inexoravelmente olvidadas de estrutura matérica, sem lhes buscarem devolver um possível halo de memória, estarão a truncar a reconstrução histórica de factos valiosos para uma abordagem em globalidade e, sobretudo, estão a privar a fortuna crítica de elementos de informação que podem ser poderosamente influentes, sobretudo quando o juízo crítico do historiador de arte se encontra (de)formado por uma selecção artificial, fortuita ou comprometida, quer de "obras de arte" quer de artistas.

FORMAÇÃO INICIAL E PRIMEIRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS

Maria Estela de Pinho Campos (Figura 1) nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1929².

Cedo, migrou com a família para Portugal, onde realizou os estudos nos ensinos primário e secundário. Nesse período, teve seus primeiros contatos com práticas artísticas, participando de exposição escolar e, mais tarde, recebendo aulas particulares de desenho, com professor vinculado à Escola de Belas Artes do Porto. Retornou, então, ao Rio de Janeiro, e de lá seguiu para Belém. Nessa cidade, graduou-se Bacharel pela Faculdade de Direito



Figura 1. Estela Campos em foto publicada pelo jornal carioca Correio da Manhã. Fonte: Maurício (1960, p. 2).

² Conforme consta em suas fichas de inscrição submetidas às três edições da Bienal de São Paulo em que participou. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

da Universidade do Pará. Transferiu-se para Lisboa em 1948, onde se deu parte importante de sua formação artística, tendo estudado pintura (com Almada Negreiros – Trindade, atual São Tomé e Príncipe, 1893-Lisboa, Portugal, 1970 – e Sarah Afonso – Lisboa, Portugal, 1899-1983), cerâmica (com João Fragoso – Caldas da Rainha, Portugal, 1913-Lisboa, Portugal, 2000) e desenho (com Martins Correia – Golegã, Portugal, 1910-1999). Durante esse período, viajou pela França e pela Espanha, visitando museus. Em 1949, expôs no II Salão de Cerâmica Moderna – Serviço Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), de Portugal. Retornou a Belém no começo dos anos 1950, suspendendo parcialmente suas atividades artísticas para se dedicar à advocacia³.

Não se sabe a data exata de seu retorno à cidade. Em 1951 é certo que já se encontrava em Belém, tendo realizado viagem por Rio de Janeiro e São Paulo, ocasião em que visitou a I Bienal de São Paulo⁴. Em 1953, submeteu obras para a II Bienal de São Paulo. As fichas de inscrição nos informam se tratarem de uma escultura (trabalhada diretamente sobre gesso) e quatro desenhos sobre cartão. As fichas estão datadas em 29 de abril de 1953, e o endereço da artista, localizado no Rio de Janeiro.

Quase quatro meses depois, uma matéria em jornal nos informa que Estela Campos se inscreveu por meio do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio) e dá a entender que há alguma irregularidade em sua inscrição, solicitando providências (II Bienal..., 1953). Fico em dúvida se a artista estabeleceu residência no Rio de Janeiro naquele decurso de tempo ou se ainda residia em Belém. De qualquer modo, não constando seu nome no catálogo da mostra, conclui-se que não tenha sido selecionada – o que pode ter motivado uma pausa em suas atividades artísticas.

Os indícios dessas atividades só reaparecerão em 1957, com sua primeira exposição individual, em Belém. Antes de adentrar neste assunto, porém, cabe abrir um parêntese a respeito de outra questão.

CONFLITO DE FONTES

Em sua ficha de inscrição na II Bienal... (1953), que atualmente está disponível no AHWS, o ano de nascimento de Estela Campos consta como 1923. Tal informação contrasta com suas fichas de inscrição na década posterior, que trazem o ano de 1929, data publicada nos catálogos das edições do evento – provavelmente servindo de base aos verbetes em dicionários e demais trabalhos que mencionam a artista. Os catálogos de suas exposições individuais não informam o ano de seu nascimento.

Qual será a data correta, e por que existe essa inconsistência? A artista teria alterado sua idade intencionalmente, visando parecer mais nova ou mais velha diante dos júris de seleção (ou por algum outro motivo que nos escapa)?

Sua formação em Direito pode ser um ponto de apoio para considerar a questão. Sabemos que ela realizou o curso em Belém nos anos 1940, e que depois retornou a Portugal em 1948, para um período de formação artística. Ou seja, ela possivelmente concluiu o bacharelado em 1947. Qual a duração do curso? Provavelmente cinco anos. Mas consideremos que Estela Campos o tenha realizado em quatro anos: do início de 1944 ao fim de 1947. Se tomarmos seu nascimento em 25 de abril de 1929, ela teria começado o bacharelado às vésperas de completar quinze anos. A informação é ainda mais surpreendente quando consideramos que ela teria repetido um ano dos estudos secundários, em sua mudança de Portugal para o Brasil⁵.

³ Para as informações deste parágrafo, conferir material de divulgação de três exposições individuais de Estela Campos, no Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958; Salão de Arte da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, 1960; e Galeria Macunaíma, 1962. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

⁴ Material de divulgação da exposição individual de Estela Campos, Rio de Janeiro, Salão de Arte da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, 1960. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

⁵ Conferir material de divulgação de exposição de Estela Campos no Salão de Arte da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1960. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Comparemos sua cronologia com a de outro paraense notável, nascido em 1929 e egresso da mesma Faculdade de Direito da Universidade do Pará: Benedito Nunes (Belém, Pará, 1929-2011), que ingressou no curso apenas em 1947 e o concluiu em 1952 (Pinheiro, 2009). Assim, a trajetória da artista parece um tanto excepcional, se considerarmos seu nascimento em 1929. Entretanto, se considerarmos a data de 1923, Estela Campos teria ingressado na faculdade por volta dos 20 anos, e seguido para Lisboa, em 1948, com cerca de 25 anos – o que é bem mais plausível. A dúvida permanecerá posta até que novos documentos possam ser consultados, mas, no que diz respeito a uma hipótese pessoal, reformularei uma das frases desse artigo: Estela Campos nasceu em 25 de abril de 1923.

PRIMEIRA EXPOSIÇÃO INDIVIDUAL

Em 1957, Estela Campos realizou exposição individual em Belém, nos salões da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, um dos espaços expositivos tradicionais à época. Calculada a partir dos dados disponíveis em jornal (A Biblioteca..., 1957; Frequência..., 1957), a média de público da biblioteca no período em que foi realizada a exposição (21 de agosto a 13 de setembro) foi de mais de mil e quinhentas visitas mensais, o que pode significar que a mostra tenha sido vista por amplos setores da sociedade belenense. Paolo Ricci (Lucca, Itália, 1925-Belém, Pará, 2011), artista ativo na cidade naquele momento, afirmará, duas décadas depois: “É significativa a sua exposição, pelos escândalos que causou, inclusive nos meios intelectuais. Classificada de ‘onírica’, Stella Campos [sic] exibiu desenhos de um surrealismo invadindo as raízes do abstrato” (Ricci, [1978], p. 306).

O escândalo causado nos meios intelectuais pode ser interpretado como a resistência à estética modernista de Estela Campos, em um campo artístico dominado pelo conservadorismo de beletristas e de pintores de teor acadêmico. Não à toa, o que havia de mais experimental nas artes plásticas em Belém, na época, era a pintura de

caráter pós-impressionista. E também não à toa, muitos desses pintores migraram para o abstracionismo de modo bastante paulatino e temeroso – por isso, teria cabido a José Rego, ainda que fosse o menos experiente, inaugurar o abstracionismo na cidade com sua exposição de 1959.

Apesar de polêmica, a exposição de José Rego não provocou a reação crítica que uma Anita Malfatti (São Paulo, São Paulo, 1889-1964) despertou na São Paulo de 1917. Quatro décadas depois das vanguardas históricas europeias, a atitude vanguardista parecia já estar despida de seu teor radical, para assumir um teor de erudição, mesmo em uma cidade à margem da arte internacionalizada, como Belém.

O que se percebe, pela documentação da época, é que a intelectualidade local via mesmo com bons olhos a iniciativa de José Rego, encarando a adesão ao abstracionismo como aspecto de modernização cultural local. Talvez a exposição de José Rego tenha sido bem recebida porque o caminho para o abstracionismo já havia sido pavimentado pelas exposições de Estela Campos, comentadas neste artigo, pela arquitetura modernista introduzida na cidade naquela década, entre outros aspectos.

Resta saber o que essa documentação revela sobre a recepção da mostra de Estela Campos. Curiosamente, diferentes jornais trazem notícias sobre uma exposição de pintura e de escultura de outra pessoa: Miranda Campos⁶. Os registros fotográficos publicados (Figura 2), além do sobrenome, indicam se tratar da mesma artista. Da mesma maneira, fotografias de duas obras datadas de 1957 (que talvez tenham feito parte da mostra), disponíveis no AHWS, são assinadas por E. Miranda Campos (Figura 3). O porquê da adoção desse codinome permanece sem resposta.

A mostra foi positivamente anunciada como a primeira exposição de arte abstrata na cidade (A Biblioteca..., 1957; Inaugurada..., 1957a). Diferente do ‘escândalo’ lembrado por Ricci ([1978]), os dois comentários críticos mais extensos nos jornais

⁶ Conferir, por exemplo: Exposição... (1957) e Uma exposição... (1957).



Figura 2. Registros da abertura da exposição de Miranda Campos, Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, Belém, 1957. Fonte: A Província do Pará (1957, p. 6).

são explicitamente favoráveis à mostra, ainda que um deles demonstre recluir as controvérsias que a estética abstracionista poderia suscitar. Transcrevo a seguir um trecho significativo do referido comentário:

Dotada de excepcional talento e de sensibilidade, sente-se que a linguagem ultra-moderna em que se expressa a jovem expositora paraense não é fruto de uma improvisação mas, sim, da evolução natural de uma artista com base, que busca encontrar as soluções mais adequadas ao seu temperamento ou à sua compreensão estética. Por isso mesmo seus quadros e desenhos, bem como as suas esculturas, apesar da ausência que neles sente o espectador de todas as formas comuns, imitativas ou figurativas, impõem respeito, ainda que não os possamos entender de imediato por se desajustarem da nossa educação tradicional. Não raro inteiramente abstrata, dir-se-ia que buscando a harmonia só com movimentos geométricos e hábeis combinações de cores, vemo-la por vezes retornar ao figurativo, embora sempre dentro da mesma linha interpretativa. Naturalmente, não caberia num simples registro como este, explicar ou debater a tendência abstracionista da pintura

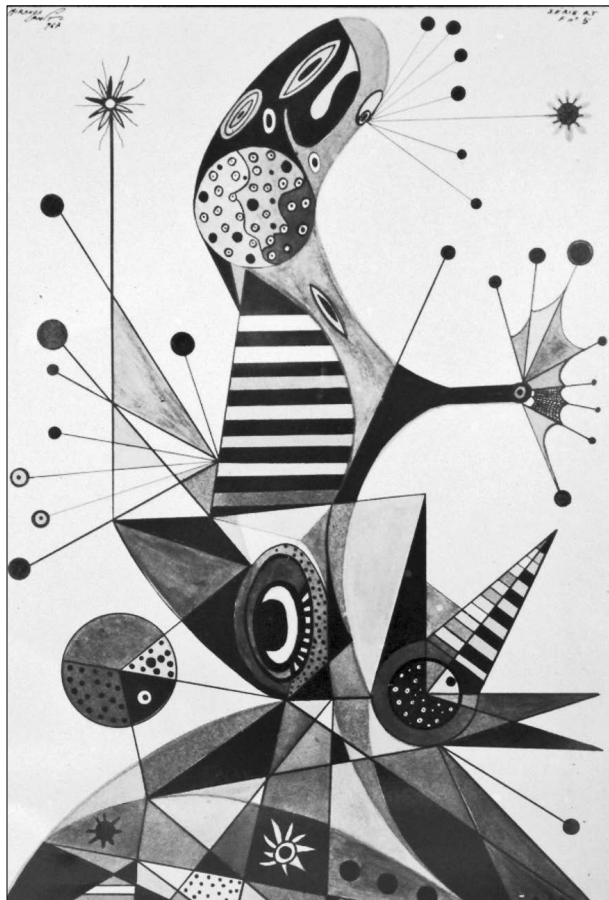


Figura 3. Registro da obra Figura n. 5, Série RT, Estela Campos (assinada como E. Miranda Campos), 1957. Fonte: pasta Estela Campos, AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

atual, à qual tão nitidamente se filia a pintora Miranda Campos. Em arte, todas as manifestações conscientes e honestas devem ser respeitadas, mesmo que não se casem com a nossa própria capacidade compreensiva ou emocional. E não há dúvida que na exposição ora franqueada ao público na Biblioteca Pública estamos diante de um conjunto com essas características. Daí vaticinarmos para a primeira mostra da talentosa pintora paraense um êxito certo que se traduzirá em muitos aplausos, mas, também e sobretudo, em muita discussão e controvérsia. (Inaugurada..., 1957a, p. 6).

Discussão e controvérsia não registradas em nenhuma documentação conhecida: o escândalo teria sido uma reação de bastidores, distante do debate público? De qualquer modo, aquilo que mais chama a atenção na

notícia é o fato de que boa parte da exposição é tomada como 'nitidamente abstracionista'. O outro comentário, assinado pelo intelectual Inocêncio Machado Coelho (Belém, Pará, 1909-2001), também não deixa dúvidas a respeito do abstracionismo praticado por Estela (Miranda) Campos, filiando-a aos europeus Georges Braque (França, 1882-1963) e Fernand Léger (França, 1881-1955). Seguem trechos do texto de Machado Coelho, que chega a assinalar um lugar de destaque para a exposição:

Dentro de seu "*j'aime surtout la peinture*", ele [Braque] se orientou para o "puro fato pictórico", ante do qual não devia e nem podia subsistir qualquer percepção a que se pudesse aliar uma lembrança. "Pensar na semelhança é pensar numa coisa falsa *a priori*", dizia em seu acento normando.

Pois bem, não fora Braque, seu amigo e companheiro, companheiro de "*métier*" e amigo de teto, creio que não teríamos Léger, a meu ver o verdadeiro criador da "arte abstrata", essa arte que se sente e não se explica, a arte da escultora e pintora Miranda Campos, com sua notável exposição na Biblioteca Pública.

[...] Escultora preocupada, apenas, com as contorções de suas figuras, inacabadas porque não começadas; pintora a quem só interessa o visual de suas composições – escultura e pintura uma dança viva de movimentos geométricos e combinações de cores – Miranda Campos realiza o milagre da criação artística sem fórmula nem definição.

Não tenho, assim, a menor dúvida em proclamar que sua exposição é a coisa mais séria que já se apresentou nesta terra, trazendo a marca do espírito de Léger e dentro do princípio de Braque: "*Il n'est en art qu'une chose valable, celle que l'on ne peut expliquer*".

Quem poderá explicar as magníficas, originais, violentas criações de Miranda Campos? Nem eu, decerto, nem ela, talvez [...] (Coelho, l., 1957, p. 8).

SEGUNDA EXPOSIÇÃO INDIVIDUAL

Aparentemente, a primeira individual de Estela Campos não desagradou em nada a esfera governamental em Belém. Na verdade, parece mesmo ter ocorrido o inverso: sua mostra ter sido lida como bastante relevante. Isso explicaria o porquê de, em 1958, a artista ter viajado

ao Rio de Janeiro, patrocinada pelo governo do Pará e pela Companhia Paraense de Transportes Aéreos (Campofiorito, 1958a), com o propósito de realizar exposição na (até então) capital do país.

Por conta das proporções do campo artístico e da imprensa no Rio de Janeiro, houve mais apreciação crítica da obra de Estela Campos nessa cidade do que em Belém. Porém, para além do patrocínio e da repercussão crítica positiva, esta segunda exposição individual de Estela Campos também enfrentou alguns empecilhos. A artista chegou ao Rio de Janeiro ainda em agosto de 1958, trazendo cerca de cento e setenta obras na bagagem (Bento, 1958). A realização de sua mostra, entretanto, esbarrou na indisponibilidade dos espaços expositivos da cidade (Moraes, 1958). Somente em 18 de setembro daquele ano, Estela Campos pôde apresentar sua exposição, ainda que de maneira um tanto prejudicada: o local que a acolheu foi uma livraria (e não um espaço expositivo especializado), houve lugar para apenas trinta obras (entre mais de uma centena das que trouxera de Belém) e a duração da mostra foi resumida a cinco dias, encerrada em 23 de setembro (Campofiorito, 1958c).

Ainda assim, pode-se dizer que Estela Campos não passou despercebida pela crítica carioca, tendo sido bem avaliada. A cobertura jornalística dada por Eneida de Moraes (Belém, Pará, 1904-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971), Mário Barata (Leysin, Suíça, 1921-Rio de Janeiro, 2007) e Quirino Campofiorito (Belém, Pará, 1902-Niterói, Rio de Janeiro, 1993) parece natural, dadas as relações destes com Belém. Transcrevo, portanto, os principais trechos da crítica de um personagem a princípio mais neutro, Antônio Bento (Araruna, Paraíba, 1902-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988):

Nas obras agora apresentadas, podem ser notadas duas fases diversas. A primeira abstrata, provindo da influência de Kandinsky. Mas, não se pense que a jovem paraense ficou presa ao mestre russo. Partiu apenas de algumas de suas composições para chegar a soluções pessoais, como as que se denominam "sistemas". As formas soltas de Kandinsky tomam aqui novo rumo, unem-se em constelações e em prismas, organizam-se segundo a lei que lhes dita a fantasia da artista.

Nestes desenhos, Estela Campos consegue um equilíbrio maior, uma unidade visual de equilíbrio mais perfeito.

Na segunda fase, a artista é mais pessoal. E é também mais profunda. Ninguém decifra à primeira vista o mundo misterioso ou feérico que vai aparecendo através de formas, de símbolos, de poemas ou de palavras soltas.

Filia-se essa fase de Estela Campos ao surrealismo, sendo, entretanto, de uma originalidade irrecusável. Que representa ou significa essa explosão de poesia irracional? A pintora é a primeira a confessar que não sabe explicá-la. São composições cabalísticas para ela própria.

[...] De fato, a sua é uma linguagem cifrada, que não deixa de ter o encanto do mistério e do absurdo. Não é o mundo atual o próprio reino do absurdo? Em suas composições abstrato-figurativas, impõe-se soberana a fantasia da artista, que se mostra mais segura dos meios técnicos de sua arte nos desenhos coloridos a tintas sobre papel branco.

Quando estiver mais amadurecida e segura de seu *metier*, a artista terá muita coisa a dizer. De qualquer modo, sua exposição já foi uma novidade a quebrar a rotina do ano. (Bento, 1958, p. 6).

Mas nem todas as avaliações foram inteiramente positivas. O então jovem crítico José Roberto Teixeira Leite (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1930) comenta sobre aquela exposição de Estela Campos em dois textos distintos (Leite, 1958a, 1958b). Em ambos, o teor é semelhante: admirou a composição visual das obras, mas não se agradou daquelas em que a artista fez uso de uma escrita simbólica. Sua crítica dá a entender que a produção de Estela Campos habitava o limiar entre uma concepção modernista de obra como pura visualidade e outra concepção distinta, da obra como informação, conceito ou intertexto:

As cores são o mais importante, nessa obra de valor desigual, em que a pintura cede muita vez lugar a um amálgama entre arte literária e arte visual. É que essa artista, em vários de seus trabalhos, utiliza frases soltas, símbolos químicos etc., que refletiriam um modo pessoal de encarar a obra de arte, já não mais, então, *visual*, e sim dirigida ora à visão, ora ao puro racional. Algumas obras de Estela Campos, porém, nos dizem que ela é uma pintora, embora ainda não de todo

despojada de um mar de fórmulas e de teorias que lhe veio através de livros, em sua maior parte. O seu futuro, como artista plástico, dependendo, por isso, de tal despojamento. Seu caminho é a pura plasticidade de uma obra como "Movimento I" - composição dinâmica, planos que se cortam e não se excluem, cores frias de grande simplicidade e beleza —, não as legendas paranoico-surrealistas de tantos de seus quadros. (Leite, 1958b, p. 24, grifo do autor).

Apesar de todos os pesares, a recepção dessa exposição de Estela Campos parece ter sido bastante positiva. Houve, inclusive, uma homenagem à artista, prestada pela Casa do Pará, no Rio de Janeiro, às vésperas de seu retorno à Belém, quando foi oferecido um coquetel estendido a artistas, jornalistas e outras pessoas da sociedade carioca que quisessem se juntar ao agradecimento (Campofiorito, 1958d).

TERCEIRA EXPOSIÇÃO INDIVIDUAL

Em 27 de maio de 1959, inaugurava-se a terceira exposição individual de Estela Campos, novamente na Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. O catálogo desta mostra, disponível no AHWS, nos informa que a mesma foi realizada 'sob os auspícios da Sociedade Artística Internacional (SAI)', instituição não governamental que parece ter capitaneado o debate cultural em Belém nos anos 1950.

Após o êxito de sua exposição no Rio de Janeiro, Estela Campos, naquele momento, era considerada uma artista "[...] já consagrada, [situada em] plano de destaque no movimento moderno [...]" da arte brasileira, o que motivou grande interesse por sua nova mostra, inaugurada com o "[...] comparecimento das mais destacadas figuras do meio intelectual e artístico [de Belém]" (Inaugurada..., 1959, p. 6).

O catálogo informa os títulos de dezoito obras, divididas entre 'composições' e 'figuras', que nos remetem às duas fases distinguidas por Bento (1958, p. 6) e Campofiorito (1958b, p. 2) no ano anterior. Um dos registros fotográficos publicados em jornal (Figura 4) apresenta, tanto quanto possível, algumas das obras expostas.

A recepção local parece ter sido novamente positiva, como nos mostra um texto assinado por Joaquim Francisco (Belém, Pará, 1938), jovem intelectual, filho de Inocêncio Machado Coelho, o mesmo que teceu grandes elogios à primeira exposição de Estela Campos em 1957 (Coelho, I., 1957). Ainda assim, é perceptível a inquietação da crítica em suas tentativas de assimilação do trabalho da artista:

Estela Campos volta a expor os seus trabalhos. Pela segunda vez deparamos com um problema de difícil solução: julgar a obra de Estela. Qual o seu sentido, sua finalidade, sua mensagem? A rigor, a incógnita que Estela apresenta é a mesma de todo artista contemporâneo – a busca de uma nova forma para expressão artística. [...] [A obra da artista] se realiza no desespero. Existe nos quadros de Estela essa alucinação e esse absurdo que envolve o artista de nossos dias [...]. Esgotadas as formas habituais de pesquisa estética, o artista de hoje se volta para o inconsciente procurando nele uma fórmula definitiva capaz de retratar a trágica situação do homem em face de um novo mundo. Estela e sua pintura vem colaborar nessa busca de caráter metafísico. Há, contudo, em sua obra (sejam concordes com F. Paulo Mendes) um lado íntimo e particular que só a psicanálise conseguiria revelar. Toda uma rica vida interior está presente na pintura de Estela, manifestando-se mais claramente nesta segunda exposição. Estela se explica dentro de suas linhas, de suas formas, de suas cores [...].

No momento que ora atravessamos, Estela nos afirma, através de sua pintura, a própria instabilidade de nosso tempo [...]. Sua mensagem, longe de vir carregada de esperança, nos traz a certeza de nossa triste condição. Todavia, o importante é que Estela, como artista verdadeira e autêntica, retrata com absoluta confiança em si e em sua técnica, um estado de coisas cujo fim nem mesmo a arte poderá prever. (Coelho, J., 1959, p. 8).

Essa é, provavelmente, a mostra mencionada por José Rego como motivadora de suas incursões no abstracionismo, situada cerca de três meses antes do surgimento oficial do CAPA e pouco mais de quatro meses antes da exposição do referido artista. Também é a mostra citada por Benedito Nunes, ao comentar, para o cenário paulista, sobre a situação das artes plásticas em Belém no ano de 1959:



Figura 4. Registro da abertura da exposição de Estela Campos, Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, Belém, 1959. Fonte: Inaugurada... (1959, p. 6).

Das exposições de pintura feitas ultimamente destacam-se as levadas a efeito por Ruy Meira, que vem tendendo para a simplificação geométrica das formas, por Paolo Ricci, inventivo, mas ainda na fase da procura técnica, por Benedicto Mello, imerso no tachismo, e por Maria Estela Campos, que une a precisão técnica a uma impressionante imaginação pictórica. (Nunes, 1959, p. 4).

Interessante notar que, escrevendo no final de outubro de 1959, Benedito Nunes já aponta as incursões em vertentes do abstracionismo por Ruy Meira e Benedicto Mello (Belém, Pará, 1926-2004), e não menciona a exposição de José Rego (inaugurada em 17 de outubro de 1959). Por quais motivos, então, essa exposição é tomada pela historiografia como marco inicial do abstracionismo em Belém, enquanto há apenas silêncio sobre as duas mostras de Estela Campos na cidade?

Estela Campos ganhou grande projeção no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, promovendo ainda mais duas exposições individuais no Rio de Janeiro (1960 e 1962), participando de três Bienais de São Paulo (1961, 1963 e 1965) e da representação brasileira enviada à II Bienal Americana de Arte (1964), na cidade de Córdoba, Argentina. Apesar disso, seu nome não consta no debate historiográfico sobre a arte do período, assim como suas obras não foram incorporadas a acervos de instituições culturais públicas ou privadas. Caberia investigar quais circunstâncias levaram ao completo esquecimento sobre a artista, em Belém e nas demais cidades brasileiras – tarefa demasiado árdua para a capacidade desta pesquisa.

NECESSÁRIA REABILITAÇÃO HISTÓRICA

Na contramão dos jornais que acompanharam a primeira exposição de Estela Campos, para os quais esta teria sido a primeira mostra abstracionista em Belém (A Biblioteca..., 1957; Inaugurada..., 1957a), a historiografia da arte local tem consagrado José de Moraes Rego como o primeiro a realizar tal façanha, com sua exposição de outubro de 1959.

Há duas condições importantes a favor do pioneirismo de Rego para o abstracionismo em Belém. A primeira é o fato de ele próprio ter compilado, em livro (Rego, 1986), variados escritos sobre sua trajetória, depois servindo de base para outros estudos. Entre esses textos compilados, está aquele do intelectual Francisco Paulo Mendes (Belém, Pará, 1910-1999), apresentando a mostra, que naquele momento afirmou que “[...] pela primeira vez, em Belém, um pintor inteiramente abstracionista [expunha] seus quadros” (Mendes, 1959 apud Rego, 1986, p. 35). Na ambiguidade interpretativa da frase, o “[...] inteiramente [...]” parece ter sido uma armadilha para os trabalhos posteriores que se utilizaram de tal fonte: de primeiro artista inteiramente abstracionista a expor na cidade, José Rego logo passou a ser considerado o primeiro artista a expor obras abstracionistas em Belém, a despeito das mostras de Estela Campos que lhe precederam.

A segunda condição a favor do pioneirismo de José Rego, que muito provavelmente motivou a afirmação supracitada de Paulo Mendes, é o fato de que, ao menos nas suas duas exposições individuais em Belém, Estela Campos recorreu muitas vezes a uma poética que foi classificada de “[...] abstrato-figurativa [...]” (Exposição..., 1957, p. 7) e “[...] onírica [...]” (Ricci, [1978], p. 306). Nessas obras, é perceptível o aparecimento de determinados seres inventados, ao modo dos surrealistas, como se pode ver nas Figuras 2 e 3.

Ora, o fato de Estela Campos promover em algumas de suas obras diálogo entre abstracionismo e figuração não destitui o caráter modernista pioneiro de suas duas mostras

em Belém. E sequer deve eclipsar o fato de que, em quase todas as matérias jornalísticas sobre as exposições da artista, são mencionadas obras suas inteiramente abstracionistas, como se pode ver na Figura 5, de sua primeira exposição, em 1957. Mais do que isso, Estela Campos parecia completamente ciente das vertentes do abstracionismo de cunho geométrico ou construtivo, mas apresentava a busca de soluções inteiramente pessoais, talvez como resultado de sua formação artística com os modernistas portugueses. O diálogo com a poética de certas fases de Almada Negreiros, por exemplo, parece evidente na produção inicial da artista.

Decerto, Estela Campos não poderia ser considerada ‘inteiramente abstracionista’, como José Rego, já que ela parecia refratária a estagnar seu projeto estético em uma única vertente. “A artista paraense não se filia a nenhuma escola – Não sei o nome que se pode dar a minha pintura, disse. Também tenho certeza que passarei a outros estilos, pois isto é a evolução, acrescentou” (Pintora..., 1958, p. 13). Portanto, Estela Campos já ali estava mais comprometida com uma busca pessoal, surpreendendo positivamente a crítica exercida no Rio de Janeiro em suas três individuais na cidade.

Certamente, sua produção foi tão ou mais importante para a consolidação do abstracionismo em Belém do que a produção dos artistas do CAPA. Primeiro, porque

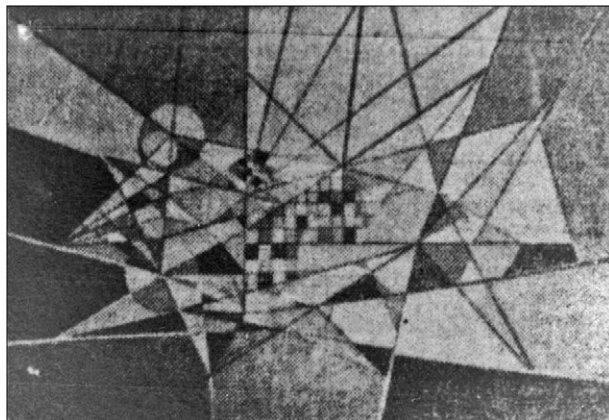


Figura 5. Registro de obra de Miranda Campos, 1957. Fonte: Exposição... (1957, p. 7).

Estela Campos se antecipou aos membros do clube em ao menos dois anos. Lembremos que no final de 1957, após a exposição dela, Ruy Meira inaugurou mostra individual com pinturas ainda de tendência pós-impressionista (Inaugurada..., 1957b). Depois, a autenticidade e o refinamento do projeto estético de Estela Campos indicam uma obra bem mais aprimorada do que a de outros artistas locais.

A pintura abstracionista de Ruy Meira, por exemplo, parece atingir um patamar semelhante somente nos anos 1970, com a fase chamada de “[...] abstracionismo orgânico [...]” por Bitar (1991, p. 50-51). O abstracionismo de José Rego, por outro lado, nem chega a um refinamento igual ao de Estela Campos, já que aquele artista enveredou pela figuração dos anos 1960 em diante. Sabe-se que José Rego, em sua primeira mostra, era pintor iniciante (Rego, 1986, p. 25), o que reforça o fato de seu papel na consolidação do abstracionismo em Belém ter sido superestimado pela historiografia local. Mesmo o texto de Francisco Paulo Mendes sobre a mostra de Rego indica a fragilidade de sua produção naquele momento,

[...] angustiosa procura de equilíbrio criador, que não pode nem podia ainda encontrar, e uma hesitação muito natural que resulta de uma fase inicial, de uma partida, em que o pintor aceita, por vezes, indiferençadamente, diversas tendências. (Mendes, 1959 apud Rego, 1986, p. 35).

É necessário reabilitar o papel desempenhado por Estela Campos para a consolidação do abstracionismo em Belém, até agora encoberto pelo peso concedido a Rego e Ruy Meira na historiografia. As duas mostras da artista foram basilares para a incorporação dessa tendência na cidade. Não sendo informalista nem concretista, mas promovendo uma síntese inteiramente pessoal entre várias correntes,

ela abriu caminho para o desenvolvimento das poéticas de vários artistas nas décadas seguintes.

GÊNERO E HISTÓRIA DA ARTE

Qual ou quais os motivos que levaram ao gradual apagamento de Estela Campos na historiografia da arte local? A primeira hipótese é considerar sua invisibilidade a partir dos estudos sobre gênero. Até que ponto a condição de mulher influenciou seu reconhecimento enquanto artista? Essa é certamente uma questão pouco rastreável, mas a hipótese é inteiramente plausível.

O campo artístico em Belém, naquela altura, era majoritariamente habitado por homens. A historiografia acentuou ainda mais essa predominância masculina, promovendo a gradual invisibilização da trajetória das artistas mulheres. Entre aquelas que atuaram antes e durante os anos 1950, talvez apenas os nomes de Julieta de França (Belém, Pará, 1870-data de falecimento desconhecida)⁷, Antonieta Santos Feio (Belém, Pará, 1897-Santos, São Paulo, 1980)⁸ e Carmem Souza (Lisboa, Portugal, 1908-Belém, Pará, 1950) tenham algum reconhecimento local. Depois, nos anos 1960 e 1970, é possível que apenas Dina Oliveira (Belém, Pará, 1951) seja lembrada. Mas há toda uma gama de artistas que o correr dos anos tornou desconhecidas como Estela Campos (o que, é claro, também ocorreu com artistas homens, restando investigar se nas mesmas proporções): Christina Capper Alves de Souza⁹, Dahlia Déa¹⁰, Betty Veiga Santos (Belém, Pará, 1921-2015)¹¹, Concy Cutrim (Benevides, Pará, 1929), Maria Madalena (Belém, Pará, 1949), Lília Chaves (Belém, Pará, 1951), entre outras. Somente a partir dos anos 1980 é que se percebe maior equilíbrio entre o reconhecimento de artistas homens e mulheres.

As artistas mulheres estão presentes em grande número na arte brasileira, ao menos no século 20, e sua

⁷ A seu respeito, bem como sobre as dificuldades enfrentadas em sua trajetória, conferir Simioni (2008, p. 246-260).

⁸ O trabalho mais substancial sobre a artista pode ser conferido em Fernandes (2009).

⁹ Data de nascimento desconhecida. Atuante na transição entre os séculos 19 e 20.

¹⁰ Data de nascimento desconhecida. Atuante nas décadas de 1930 e 1940.

¹¹ Sobre a artista, conferir Farias e Netto (2015).

contribuição é, em muitos casos, tão ou mais relevante em comparação com a de artistas homens coetâneos (Amaral, 1993). É possível que essa sólida presença feminina se deva ao fato de que, no Brasil (dentro da tradição ibérica), as artes tenham sido socialmente entendidas como atividades próprias das mulheres – um tipo de complementação da educação feminina de membros das classes abastadas (Amaral, 1993, p. 17-18).

Entretanto, apesar de o aprendizado da pintura, da música ou de outras atividades constituir uma aproximação das mulheres brasileiras ao campo artístico, tal proximidade não eliminou as ideias de inferiorização feminina difundidas à época. Sobre as mulheres, pesou o rótulo de “[...] amadoras [...]” (Simioni, 2008)¹², de “[...] moças prendadas [...]” (Zaccara, 2017), dificilmente reconhecidas como profissionais, tal qual os artistas homens.

O fato de outra artista mulher, Antonieta Santos Feio, ter apresentado largo reconhecimento em Belém, nas décadas de 1930 a 1950, talvez relativize o peso da questão de gênero no esquecimento público da artista Estela Campos. Antonieta Feio participou de várias das mostras competitivas promovidas em Belém, teve obras encomendadas ou adquiridas por instituições públicas, tem sido frequentemente mencionada na historiografia da arte desta cidade, entre outros fatores.

O êxito de Antonieta Feio em Belém pode indicar que o campo artístico na cidade esteve receptivo, naquele período, para artistas mulheres – havendo a possibilidade remota da existência de um retraimento a partir de meados dos anos 1950. Ao se comparar a produção das duas artistas, porém, as diferenças são extremas: a obra de Antonieta Feio está vinculada à pintura figurativa de cunho acadêmico. Tal fato nos remete à ideia de que o principal fator para o esquecimento que pesou sobre Estela Campos tenha sido o provincianismo do campo artístico diante do caráter progressista e cosmopolita de sua obra – hipótese que comentarei adiante.

Entretanto, assimilando as lições que os estudos sobre gênero têm dado à história da arte, cabe não minimizar a influência que uma sociedade imersa em hierarquia de gênero, de estrutura nitidamente sexista (o Brasil dos anos 1950 e 1960), pode ter exercido sobre a trajetória de Estela Campos.

COSMOPOLITISMO E PROVINCIANISMO

A segunda hipótese com a qual podemos trabalhar é a da inadequação da obra de Estela Campos em relação ao campo artístico em Belém. Como se viu em suas exposições individuais, a sua produção era cosmopolita e progressista, posto que dialogava com o que havia de mais ‘vanguardista’ nos circuitos artísticos internacionais: os abstracionismos e as alternativas ao esgotamento do mesmo.

Na segunda metade dos anos 1950, a *pop art*, o novo realismo e as demais rupturas conceitualistas internacionais estavam ainda em germinação. A obra de Estela Campos não parece ter tido a mesma ‘contemporaneidade’ desses movimentos. Mas não podemos esquecer que, entre 1957 e 1959, Hélio Oiticica (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1937-1980), Lygia Clark (Belo Horizonte, Minas Gerais, 1920-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988) e outros artistas brasileiros dos anos 1960, hoje consagrados, eram, em sua maioria, pintores vinculados ao concretismo. Talvez tenha faltado um solo propício para o desenvolvimento artístico de Estela Campos.

Este solo não poderia ser Belém. Diferentemente das cidades do Rio de Janeiro ou de São Paulo, Belém era pouco cosmopolita, chegando mesmo a ser provinciana no que dizia respeito ao campo artístico. Uma matéria em jornal carioca, veiculada no período da primeira exposição de Estela Campos no Rio de Janeiro, nos deixa entrever duas coisas: o provincianismo de Belém no que dizia respeito às artes plásticas; e, por outro lado, o início de uma efervescência cultural ‘modernista’, que a própria artista integrou e mesmo fomentou:

¹² Especialmente o capítulo 1.

Estela Campos, falando do progresso artístico do Pará, tem uma queixa: - Em Belém, não há, praticamente, movimento artístico. Todos trabalham isoladamente, disse. Gostaria de contribuir para uma união entre os artistas, para que esse progresso fosse mais rápido.

A aceitação da arquitetura moderna pelo povo de Belém, e o fato de o Governo lhe haver concedido uma bolsa [para expor no Rio de Janeiro], são os exemplos citados pela pintora para mostrar o interesse que o povo tem pela arte moderna. (Pintora..., 1958, p. 13).

Não obstante, no início dos anos 1960 ela parece abandonar o tom otimista. Nesse sentido, é sintomática a visão da cidade que Estela Campos formulou em suas correspondências para a Bienal de São Paulo, em que parece evidente que sua permanência em Belém era circunstancial, motivada por problemas de ordem familiar, e que essa permanência dificultava seu desenvolvimento artístico.

Há sete meses que me encontro em Belém do Pará para onde tive que embarcar, urgentemente, em consequência da morte de minha mãe e agravamento profundo do estado de saúde do meu pai. Lamentavelmente só eu posso atender aqui às diversas injunções que surgem, pois meus irmãos residem na Europa e não podem ajudar-me. Desta forma, fiquei no Rio sem ter quem receba meus trabalhos que foram expostos na VII Bienal, quando forem remetidos de volta, aos artistas expositores. Acontece que não os desejo em Belém visto que, além de serem grandes e quebráveis, não tenho o menor interesse em tê-los nestas paragens¹³.

Os problemas comentados passavam por extravio de correspondências, dificuldade na chegada de informações, inexistência de fichas de inscrição da Bienal de São Paulo (e de outros eventos nacionais, presume-se) nas instituições culturais locais, dificuldades para remeter obras e, até mesmo, ausência de materiais especializados no mercado local¹⁴. Em tudo pesava a ideia de um “[...] impossível da distância [...]”¹⁵.

A relação entre Estela Campos e Belém, vista a partir das esparsas fontes que nos restam, parece ter sido complexa e problemática. Em suas correspondências com a Bienal de São Paulo, demonstra pouca radicação na cidade: em todas as fichas de inscrição submetidas (edições de 1953, 1961, 1963 e 1965), sua residência consta no Rio de Janeiro; nas cartas remetidas à instituição, sua residência em Belém parece ser sempre provisória e circunstancial.

Por outro lado, para o campo artístico da cidade do Rio de Janeiro, Estela Campos é mostrada quase sempre como uma “[...] artista paraense [...]” (Bento, 1958, p. 6; Campofiorito, 1958a, p. 7; Leite, 1958a, p. 10; Moraes, 1958, p. 6; Pintora..., 1958, p. 13). Haveria aí a adoção pela artista de duas estratégias distintas, adequadas a momentos e lugares diferentes? Ou a progressiva desvinculação de Estela Campos (em relação ao panorama cultural de Belém) é mesmo sintoma e consequência do provincianismo daquele campo artístico?

O provincianismo a que me refiro pode ser entendido como “[...] uma atitude de submissão a uma hierarquia de valores culturais imposta externamente. Não é [exclusivamente] produto da história colonialista nem meramente função da localização geográfica” (Smith, 1975, p. 30). O campo artístico em Belém pode ser tomado por provinciano principalmente pela adoção de ideias e de práticas artísticas estrangeiras e já defasadas – ato que Souza (2010, p. 30) chama com sagacidade de “[...] coprofagia cultural [...]” –, assim como pela busca de uma identidade local calcada na construção de regionalismos.

É evidente que, no caso de Estela Campos, não se deve descartar a ideia de que a adoção de práticas abstracionistas tenha sido, por si só, uma atitude provinciana, de submissão a uma moda estrangeira. Mas o projeto estético desenvolvido pela artista, rastreável na

¹³ Carta de Estela Campos à Bienal de São Paulo, datada de 11 jan. 1964, p. 1. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

¹⁴ Conferir as cartas de Estela Campos à Bienal de São Paulo datadas de: 27 nov. 1961; 5 nov. 1963; 2 abr. 1965; e 1 jun. 1965. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

¹⁵ Carta de Estela Campos à Bienal de São Paulo, sem data, recebida em 22 abr. 1965, p. 1. AHWS, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

documentação existente (embora nenhuma obra sua tenha sido localizada), indica que sua produção não se submetia às correntes vigentes, mas, antes, buscava estabelecer parâmetros estéticos e teóricos próprios, em um diálogo horizontal com essas correntes.

O tema do cosmopolitismo/provincianismo na relação entre campos artísticos já é discutido há algum tempo, formulado em termos de centro/periferia¹⁶. Recentemente, recoloca-se o debate em termos de zonas de contato e em relações menos antagônicas e eurocentradas, atentando-se cada vez mais para as muitas conexões até então menosprezadas, e observando-se o provincianismo como condição da própria colonialidade. Duas tentativas, a partir de Belém, podem ser vistas em Figueiredo e Rodrigues (2017) e em Vieira Costa (2015).

No caso de Estela Campos, o provincianismo de Belém é ainda uma hipótese. É sabido que outros artistas estrangeiros tiveram relativo êxito em suas estadias na cidade, entre os anos 1940 e 1960, como Raul Deveza (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1891-Manaus, Amazonas, 1952), Armando Balloni (Itália, 1901-São Paulo, São Paulo, 1969) e Tadashi Kaminagai (Hiroshima, Japão, 1899-Paris, França, 1982) (Ricci, [1978], p. 282-299). O fato de serem artistas homens reforça a hipótese de que o esquecimento de Estela Campos seja uma questão de papel de gênero na história da arte. Porém, outra semelhança é o fato de serem todos artistas figurativos – o que reforça a ideia de que Estela Campos tenha sido preterida por conta de sua obra ser progressista demais para Belém.

No entanto, como vimos, as narrativas construídas reforçam o papel de outros dois artistas homens (José de Moraes Rego e Ruy Meira) no advento do abstracionismo no campo artístico local, o que nos devolve ao debate sobre gênero. Os contornos de provincianismo e sexismo

me parecem cada vez mais complexos e interligados: em Belém, nos anos 1950, é plausível considerar que um aspecto alimentava o outro, e que o ocultamento do papel de Estela Campos no campo artístico da cidade tenha sido produzido por ambos.

A situação provinciana parece ter sido semelhante em outra grande cidade amazônica, Manaus, tal como percebida por Márcio Souza até os anos 1970. A comparação entre as trajetórias de Estela Campos e de Hahnemann Bacelar (Manaus, Amazonas, 1948-Belém, Pará, 1971) (Souza, 2010, p. 21-27), por exemplo, pode ser muito pertinente, deslocando a condição de gênero para questões de classe social e de comportamento.

As estruturas de colonialidade que condicionaram tal provincianismo em Belém não podem ser discutidas no espaço deste texto. As consequências dessa colonialidade, no entanto, produziram a sensação de isolamento geográfico e cultural, experimentada por artistas na cidade durante a primeira metade do século XX, após a crise da economia gomífera, sensação que parece ter sido revertida apenas nos anos 1970¹⁷.

Um intelectual como Benedito Nunes chega mesmo a falar do “[...] insulamento [...]” das atividades culturais surgidas na cidade, fadadas a serem como “[...] irrupções efêmeras [...], pequenas ilhas que se incrustam, como organismos estranhos, no meio de uma sociedade que não está preparada para contê-las” (Nunes, 1959, p. 4, grifo do autor).

A colonialidade e o isolamento (real ou imaginado) constituíram um campo artístico pouco sintonizado com as discussões artísticas internacionais, um campo em que prevaleciam questões peculiares e onde predominavam as correntes pós-impressionistas na pintura. Não à toa, o abstracionismo teve o pontapé inicial dado por uma personagem como Estela Campos: artista formada no trânsito

¹⁶ Conferir, além de Smith (1975), o texto de Castelnovo e Ginzburg (1991).

¹⁷ Esse tema – o isolamento geográfico e cultural – aparece em fontes diversas, entre as quais indico especialmente Ricci ([1978], p. 336 e 351), Sobral (2002, p. 32-33) e Vieira Costa (2016, p. 907).

por outras cidades diversas. E não à toa, houve um rechaço às primeiras obras e exposições abstracionistas em Belém, como se pode intuir a partir de Ricci ([1978], p. 307-309).

Essa inadequação da obra de Estela Campos, radical demais para um campo artístico até então incapaz de efetivos diálogos nacionais e internacionais, talvez justifique sua ausência nas duas edições do Salão de Artes Plásticas promovidas pela Universidade do Pará (atual Universidade Federal do Pará – UFPA), em 1963 e 1965. As datas coincidem com suas duas últimas participações na Bienal de São Paulo. Causa espanto o contraste entre tamanho esforço para participar de um evento distante, e nenhum para participar da principal mostra regional. Outra possibilidade, não menos curiosa, é a de que sua produção tenha tido êxito em São Paulo, mas que tenha sido recusada pelas comissões de seleção em Belém, o que ratificaria o provincianismo apontado nesta última.

Ao contrário do que suas fichas de inscrição na Bienal de São Paulo sugerem, Estela Campos não parecia estar definitivamente fixada no Rio de Janeiro naquele momento, como atestam suas cartas à Bienal de São Paulo e a publicação de seu livro “Kalta-ítsia” pela Universidade do Pará, em 1964. A artista parecia orientar sua obra para o eixo RJ-SP, talvez sentindo o ‘lá’ como um solo mais propício que o ‘aqui’.

O PESO DO LOCALISMO

Por fim, a respeito da invisibilidade de Estela Campos, há uma terceira hipótese que necessita ser discutida. Diferentemente das condições sexistas e provincianas, que estariam vinculadas ao contexto histórico em que a artista estava produzindo, essa terceira condição não é restrita àquela década, trazendo seus desdobramentos até o presente. Pode-se falar de um ‘localismo’ no campo artístico em Belém, e de seu possível peso agindo para o apagamento de Estela Campos nas narrativas sobre o abstracionismo na cidade.

O que constitui este localismo? Uma cosmovisão centrada em fronteiras geopolíticas, incapaz de perceber os fluxos e as ligações estabelecidas dentro, entre e/ou para

além dessas fronteiras. No caso do campo de estudos que este trabalho integra, a consequência óbvia é a construção de uma história da arte ‘em’ Belém (ou ‘no’ Pará), em vez de uma história da arte ‘a partir de’ Belém ou ‘do’ Pará. Tal localismo tenta encaixar a complexidade da produção artística dentro de fronteiras que não lhe correspondem, minimizando ou desconsiderando as relações estabelecidas entre os diversos grupos sociais (distintos no tempo e/ou no espaço que habitam) que fazem parte do mundo da arte.

A proposição das chamadas *connected histories* tem atentado para tal conjuntura: as historiografias nacionais, a história cultural ou etno-história e a micro-história muitas vezes têm contribuído para descontextualizar os seus objetos de estudo, apagando suas conexões (inter)nacionais e (inter)continentais, em prol de um discurso baseado nas fronteiras, mais do que em seus atravessamentos (Gruzinski, 2003).

Essa cosmovisão localista pode ter condicionado a percepção constituída por muitos críticos e artistas sobre o trabalho de Estela Campos, entre os que atuavam em Belém no momento em que ela produzia e expunha na cidade. Sendo uma artista de formação portuguesa e de circulação carioca/paulista, desconsiderar sua relevância para o abstracionismo em Belém pode ter sido uma ideia bastante atraente, já que ela não se enquadrava facilmente no rótulo de ‘artista paraense’. Tal hipótese explicaria o porquê de Estela Campos, por exemplo, ser adjetivada como “[...] pintora brasileira [...]” em uma das notas jornalísticas publicadas em Belém sobre seu trabalho (Exposição..., 1957, p. 7).

Porém, mais importante ainda é o fato de que esta cosmovisão localista pode ter alimentado as abordagens metodológicas dos trabalhos historiográficos sobre abstracionismo em Belém, desenvolvidos nas últimas décadas. É sintomático que, em um artigo de Farias e Ribeiro (2010), Estela Campos surja em uma nota de rodapé, a partir da leitura de Ricci ([1978]), e que seja mencionada como personagem que “[...] necessita ser investigada [...]”, mas, apesar disso, seja desde logo proscrita como “[...] não

tão vinculada ao campo cultural plástico do Pará” (Farias e Ribeiro, 2010, p. 344). Assim, de Ricci ([1978]) a Rego (1986) e Sobral (2002), além de outros trabalhos derivados destes, Estela Campos não conseguiu ultrapassar a condição de ‘nota de rodapé’ para a história local, ainda carecendo de esforços substanciais de pesquisa – daí a importância de localizar e de disponibilizar novas fontes sobre sua produção, estimulando o debate sobre sua presença no campo artístico em Belém e em outras cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mais que necessária a reabilitação da obra de Estela Campos para a historiografia da arte paraense. Seu papel foi fundamental para a consolidação do abstracionismo no campo artístico em Belém, apesar de ter sido protelado ou mesmo menosprezado em grande parte dos estudos que se dedicaram ao assunto no decorrer dessas seis décadas.

Deve-se investigar a possibilidade de que esta invisibilidade pública tenha sido estrutural ou até mesmo intencional, motivada por crenças e práticas sexistas, provincianas e/ou localistas dos agentes do campo artístico, e de que invisibilidade semelhante tenha sido impingida a outros artistas, por seu gênero, pelas características progressistas de sua obra e/ou por sua inadequação às fronteiras de uma cosmovisão aferrada à ideia de local. Outros aspectos não são menos importantes: condições econômicas, geográficas, de repertório cultural etc.

Tais hipóteses somente podem ser testadas a partir da multiplicação dos estudos de caso (especialmente sobre legitimação e projeção de artistas) e das análises comparativas entre os mesmos, sem desconsiderar os vínculos e as relações existentes entre pessoas, grupos sociais e campos artísticos distintos no tempo e/ou no espaço. A tarefa parece árdua, mas talvez nos ajude a compreender um pouco mais sobre como temos construído esses objetos (a ‘arte paraense’, a ‘arte brasileira’ e suas respectivas histórias) e que esforço seria necessário para reconstruí-los de modo mais preciso e crítico.

A obra de Estela Campos também é de fundamental interesse para os estudos sobre arte brasileira nas décadas de 1950 e 1960, pela aparente qualidade do projeto estético e artístico que desenvolveu. Tal projeto, inteiramente pessoal e autêntico, se colocou no debate entre figuração e abstração, assim como na querela entre vertentes informalistas e construtivas do abstracionismo, tão importante para a historiografia da arte brasileira que se debruça sobre esse período.

Sendo insuficiente o espaço deste artigo, os registros existentes de suas obras serão objeto de futuras investidas críticas, no sentido de uma ‘cripto-história artística’ (Serrão, 2001). Da mesma maneira, seu projeto literário também necessita de um esforço analítico semelhante, feito em conjunto com a investigação de sua atuação nas artes plásticas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (processo n. 305250/2016-7), por meio de bolsa de doutorado sanduíche no país concedida de março a agosto de 2017 para estada em São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará - IFCH/UFPa) e coorientação do Prof. Dr. Tadeu Chiarelli (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP).

REFERÊNCIAS

- A BIBLIOTECA em agosto. **A Província do Pará**, Belém, 10 set. 1957. Caderno 1, p. 3.
- AMARAL, Aracy. Brasil: a mulher nas artes. In: AMARAL, Aracy A.; HERKENHOFF, Paulo. **Ultramodern: the art of contemporary Brazil**. Washington: The National Museum of Women in the Arts, 1993. p. 17-32.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 22 ago. 1957. Caderno 2, p. 6.
- AYALA, Walmir. **Dicionário de pintores brasileiros**. [Rio de Janeiro]: Spala, 1986. v. 2.

BENTO, Antônio. Estela Campos. **Diário Carioca**, 20 set. 1958. Caderno 1, p. 6.

BITAR, Rosana. **Arte e transcendência**: a obra de Ruy Meira. Belém: Estacon, 1991.

BRAGA, Júnia de Barros. **O Clube de Artes Plásticas da Amazônia**: a experimentação abstrata e as transformações na pintura de seus artistas. 2003. 205 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOFIORITO, Quirino. Pintora do Pará vai expor no Rio. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1958a. Caderno 1, p. 7.

CAMPOFIORITO, Quirino. Estela Campos. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 20 set. 1958b. Caderno 2, p. 2.

CAMPOFIORITO, Quirino. Duas pintoras. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 23 set. 1958c. Caderno 2, p. 3.

CAMPOFIORITO, Quirino. Homenagem a Estela Campos. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 8 out. 1958d. Caderno 2, p. 3.

CAMPOS, Estela. **Kalta-ítsia**. Belém: Universidade do Pará, 1964.

CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo. História da arte italiana. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 5-117. (Memória e Sociedade).

CAVALCANTI, Carlos. **Dicionário brasileiro de artistas plásticos**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973. v. 1.

COELHO, Inocêncio Machado. Nota sobre a escultora e pintora Miranda Campos. **A Província do Pará**, Belém, 25 ago. 1957. Caderno 1, p. 8.

COELHO, Joaquim Francisco. Da pintura de Estela Campos. **A Província do Pará**, Belém, 31 maio 1959. Caderno 1, p. 8.

COUTO, Maria de Fátima Morethy. **Por uma vanguarda nacional**: a crítica brasileira em busca de uma identidade artística (1940-1960). Campinas: Unicamp, 2004.

ESTELA Campos. In: ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22996/estela-campos>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

EXPOSIÇÃO de pintura moderna na Biblioteca Pública, hoje. **Folha do Norte**, Belém, 21 ago. 1957. Caderno 1, p. 7.

FARIAS, Edison; NETTO, Joaquim. Os últimos suspiros da pintura acadêmica em Belém do Pará: a herança Betty Veiga Santos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 24., 2015, Santa Maria (RS). **Anais...** Santa Maria (RS): ANPAP/UFSM, 2015. p. 2016-2031.

FARIAS, Edison; RIBEIRO, Ilton. Bial (somente duas): a arrancada cultural de uma universidade nortista sem tradição nas artes plásticas. In: FÓRUM BIENAL DE PESQUISA EM ARTES, 5., 2010, Belém (PA). **Anais...** Belém (PA): UFPA, 2010. p. 334-346.

FARIAS, Edison. **Calor, chuva, tela e canivete**: a pintura no tempo do modernismo em Belém. 2003. 185 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Caroline. **O moderno em aberto**: o mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Santos Feio. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin; RODRIGUES, Silvio. Onde estava a periferia da arte? Circulação e recepção de cópias de pintura europeia na Amazônia no século XIX. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, p. 589-608, set.-dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x2017v230310>.

FREQUÊNCIA à Biblioteca. **A Província do Pará**, Belém, 10 out. 1957. Caderno 2, p. 1.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). **Hemeroteca digital**. Rio de Janeiro: FBN, 2017. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **VIII Bienal Internacional de São Paulo**: catálogo geral. São Paulo, 1965.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **VII Bienal Internacional de São Paulo**: catálogo geral. São Paulo, 1963.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **VI Bienal Internacional de São Paulo**: catálogo geral. São Paulo, 1961.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 321-342, set.-dez. 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300020>.

II BIENAL de São Paulo: aviso aos artistas do Rio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1953. p. 11.

INAUGURADA a exposição de Estela Campos. **A Província do Pará**, Belém, 28 maio 1959. Caderno 2, p. 6.

INAUGURADA ontem a exposição de arte abstrata da pintora Miranda Campos. **A Província do Pará**, Belém, 22 ago. 1957a. Caderno 2, p. 6.

INAUGURADA ontem a exposição de Rui Meira. **A Província do Pará**, Belém, 1 dez. 1957b. Caderno 3, p. 10.

LEITE, José Roberto Teixeira. Estela Campos na São José: último dia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 set. 1958a. Caderno 1, p. 10.

- LEITE, José Roberto Teixeira. Roteiro das exposições. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 58, n. 40, 4 out. 1958b. p. 24.
- MAURÍCIO, Jayme. Itinerário das artes plásticas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1960. Caderno 2, n. 20671, p. 2.
- MENDES, Francisco Paulo. Texto de apresentação. In: REGO, José de Moraes. **Exposição de pintura abstrata**. Catálogo de exposição. Belém, Sede Social do Clube do Remo, 17 a 30 out. 1959. 2 p.
- MOKARZEL, Marisa. **Panorama da pintura no Pará**: exposição de acervo. Catálogo de exposição realizada de 14 a 30 jun. 2000. Belém: SECULT/SIM, 2000.
- MORAES, Eneida de. Encontro Matinal. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 set. 1958. Caderno 2, p. 6.
- NUNES, Benedito. Panorama cultural: 1959. **Suplemento Literário**, São Paulo, 31 out. 1959. Caderno 1, p. 4.
- PINHEIRO, Vitor Sales. Nota biográfica. **Asas da Palavra**, Belém, v. 12, n. 25, p. 63, jun. 2009.
- PINTORA paraense anuncia que a arte moderna está tomando conta de Belém. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 set. 1958. Caderno 1, p. 13.
- PONTUAL, Roberto. **Dicionário das artes plásticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- REGO, José de Moraes. **40 anos de arte**. Belém: José de Moraes Rego, 1986.
- REGO, José de Moraes. Colonialismo cultural e provincialismo. **O Estado do Pará**, Belém, 15 dez. 1979. Caderno 2, p. 2.
- REGO, José de Moraes. A criança diante da vida na pintura ingênua de Rego. **O Liberal**, Belém, 28 mar. 1976. Caderno 2, p. 4.
- RICCI, Paolo. **As artes plásticas no Pará**. Relatório de pesquisa inédita depositado no CEDOC/Funarte. [1978]. 3 v., 412 f.
- SERRÃO, Vítor. **A cripto-história de arte**: análise de obras de arte inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista**: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- SMITH, Terry. O problema do provincianismo. **Malasartes**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 30-32, set.-nov. 1975.
- SOBRAL, Acácio. **Momentos iniciais do abstracionismo no Pará**. Belém: IAP, 2002.
- SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. 3. ed. Manaus: Valer, 2010.
- UMA EXPOSIÇÃO de arte abstrata. **A Província do Pará**, Belém, 20 ago. 1957. Caderno 2, p. 6.
- VIEIRA COSTA, Gil. Artista Estela Campos: fontes disponíveis (1957-1965). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 27., 2018, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo: ANPAP/UNESP, 2018. No prelo.
- VIEIRA COSTA, Gil. Contemporaneidade artística em Belém e a Bienal Amazônica de Artes Visuais (1972). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 25., 2016, Porto Alegre (RS). **Anais...** Porto Alegre: ANPAP/UFRGS, 2016. p. 898-913.
- VIEIRA COSTA, Gil. Belém, neocolonialismo, história e historiografia da arte contemporânea brasileira. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 29, p. 76-85, jun. 2015.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. Concretismo. In: BARCINSKI, Fabiana. **Sobre a arte brasileira**: da pré-história aos anos 1960. São Paulo: Martins Fontes/SESC, 2014. p. 264-293.
- ZACCARA, Madalena. Mulheres artistas em Pernambuco: uma introdução. In: ZACCARA, Madalena (Org.). **De sinhá prendada a artista visual**: os caminhos da mulher artista em Pernambuco. Recife: Madalena Zaccara, 2017. p. 16-48.

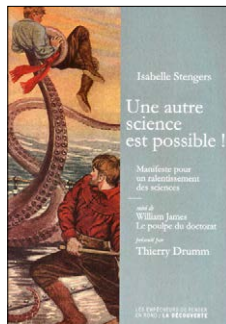
RESENHA



Outra ciência? Conhecimento, experimentos coletivos e avaliações Other science? Knowledge, collective experiments and assessments

Por Lecy Sartori

Universidade Federal de São Paulo
(lecysartori@gmail.com)



STENGERS, Isabelle.
Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences. Tradução de William James. Apresentação de Thierry Drumm. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/La Découverte, 2013. 215 p. ISBN: 978-2-35925-066-4.

“Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences” (Uma outra ciência é possível! Manifesto por uma desaceleração das ciências) é o último livro da filósofa da ciência Isabelle Stengers, professora da Universidade Livre de Bruxelas, na Bélgica. Filósofa, graduada em química e pesquisadora da história da ciência, Stengers é uma importante intelectual que reflete sobre a relação entre política, ciência e economia capitalista, e também discute sobre uma antropologia implicada em questionar os saberes, as disciplinas e as instituições.

Stengers participou do colóquio intitulado “Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da terra”, ocorrido em 2014 no Rio de Janeiro, evento que, de forma geral, discutiu os temas da catástrofe ambiental e da mudança climática global. A catástrofe ecológica global é analisada por meio do conceito de Gaia. Para Stengers (2014), Gaia não é apenas outra forma de nominar a Terra como um recurso a

ser explorado de forma sustentável, mas sim um “[...] novo campo científico [...]” ou “[...] um complexo conjunto de modelos e dados interconectados [...]” (Stengers, 2014, p. 2, tradução nossa), produzindo novos sentidos e respostas ao capitalismo globalizado. Seu último livro publicado em português tem como título “No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima” (Stengers, 2015). Suas análises fazem-nos pensar em possibilidades criativas de ações de resistência política e de lutas anticapitalistas.

No livro ora resenhado, Stengers (2013, p. 8, tradução nossa) explora uma possibilidade de “[...] reconciliação do público com sua ciência [...]”, no sentido de produzir saberes a partir das preocupações, das hesitações, das consequências e das opiniões sobre determinada ideia ou solução científica.

Aqui, “[...] produzir saberes [...]” aproxima-se, como aponta Stengers (2013, p. 9, tradução nossa), daquilo que Latour (2004, p. 235) denominou de “[...] matter of fact [...]” ou “[...] matter of concern [...]”, para criticar a objetividade científica, ou do que Guattari (1987, p. 8) chamou de “[...] matière à préoccupation [...]”. Stengers (2013) propõe não apenas produzir um campo de comunicação, mas discussões acerca das respostas dos cientistas para situações que nos dizem respeito, como os problemas sociais e econômicos (por exemplo, o desemprego, a poluição, o esgotamento dos recursos naturais, o efeito estufa, o câncer, as patentes de medicamentos). O livro apresenta a importância da elaboração de uma inteligência pública das ciências, por meio da noção de compreensão, que seria o mesmo que produzir em conjunto (com diferentes atores, cidadãos, especialistas e pesquisadores) ações que impliquem soluções sem ignorar as preocupações econômicas e sociais. A ideia principal é possibilitar o encontro entre uma multiplicidade de pessoas e os conhecimentos capazes de criar de forma inteligente propostas para grandes

problemas. A partir dessa ideia, Stengers (2013, p. 83, tradução nossa) propõe a “[...] desaceleração das ciências [...]” ou *slow science* (que apresenta a mesma lógica de iniciativas como *slow food*, *slow city*, *slow economy*). Ela fala, dessa forma, de uma ciência produzida de maneira lenta e em conjunto com outras pessoas e saberes, que ativam conhecimentos experimentais e criativos na formulação de novos modos de existência e de resistência, opondo-se à captura de regimes de subjetividade capitalista.

Este livro é composto por cinco capítulos e pela tradução de um texto do filósofo americano, médico e psicólogo William James (1948-1910). A tradução é antecedida por uma apresentação feita pelo pesquisador Thierry Drumm. A capa do livro exibe ilustração de Milo Winter, publicada no livro de Verne (2011), “20 mil léguas submarinas”. A publicação foi organizada pela editora Les Empêcheurs de Penser en Rond – La Découverte. O livro agrega artigos de Isabelle Stengers anteriormente publicados, uma conferência e um artigo inédito. Pode-se afirmar que esta obra apresenta reflexões e discussões muito mais amplas do que a ideia apontada no título, trazendo à tona temas como as avaliações de produções acadêmicas, a elaboração de uma ciência coletiva e experimental, assim como discussões sobre objetivos e funções dos *experts*.

Em seu manifesto, Stengers (2013) expõe o corporativismo referente ao financiamento acadêmico, bem como as contradições que sujeitam as pesquisas e as produções científicas. No primeiro capítulo, “Pour une intelligence publique des sciences” (Por uma inteligência pública das ciências), Stengers (2013) questiona a autoridade das ciências, por meio de discussões coletivas e da participação dos cidadãos na exposição dos problemas sociais. Essa forma coletiva de refletir sobre os problemas e de elaborar soluções foi denominada pela autora de “[...] inteligência pública das ciências [...]” (Stengers, 2013, p. 10, tradução nossa). Desse modo, a autora resiste às “[...] pretensões dos saberes científicos [...]” (Stengers, 2013, p. 15), participando da produção do que Haraway (1995, p. 18) denominou de “[...] saberes localizados”.

Nesse sentido, Stengers (2013) propõe a construção de um espaço de discussão com entusiastas que não fazem parte da academia para compor uma produção em conjunto. Isso, no entanto, não significa a popularização da ciência, a qual é entendida como a divulgação das produções científicas para um público amplo. O objetivo dessa popularização é conscientizar os cidadãos sobre direitos, deveres e responsabilidades sociais. Os cidadãos são educados a fim de que produzam reflexões e informações para os pesquisadores desenvolverem as análises científicas. Diferentemente dessa ideia, Stengers (2013) propõe a formação de grupos que sejam capazes de produzir conhecimento (ou uma ciência experimental) e desenvolver formas de ação junto aos elementos dos contextos sociais em que os próprios atores estão inseridos.

No subtítulo do livro, Stengers (2013) destaca a ideia de desaceleração da ciência ou de uma ciência lenta, feita no tempo necessário para a elaboração de suas questões, e não sujeita ao mercado do capital e aos indicadores de produção. A autora mostra como a ciência que está sujeita às necessidades do capital é elaborada de forma rápida, não refletindo sobre suas consequências futuras. Como exemplo, ela dispõe no segundo capítulo, intitulado “Avoir l'étoffe du chercheur” (Competências do pesquisador), as consequências das descobertas científicas como o uso de organismos geneticamente modificados (OGM). Segundo a autora, as descobertas científicas foram produzidas visando os interesses econômicos, ao invés de terem sido analisadas as suas consequências, buscando-se evitar a destruição do planeta. Para ela, as soluções deveriam ser produzidas de forma criativa, sem serem subestimados as dificuldades e os saberes locais. Nesse sentido, as lutas políticas não acionam a ideia de representação, mas devem produzir “[...] caixas de ressonância [...]” (Stengers, 2015, p. 148) que explicitem as experiências, fazendo com que as pessoas reflitam sobre formas de ação e as produzam.

Uma interessante contribuição do livro é a discussão sobre a lógica econômica capitalista. Em seus efeitos, esta

lógica diminui o tempo necessário para produzir questões e para analisar as consequências de determinadas ações científicas. Nesse contexto, as regras de financiamento à pesquisa direcionam a produção científica e diminuem a autonomia do pesquisador, o qual fica sujeito aos temas interessantes ao poder econômico e à indústria que investem em suas análises. Stengers (2013) explicita a regulação da produção científica por meio da “[...] fórmula de excelência [...]” (Stengers, 2013, p. 52, tradução nossa), que dirige o comportamento para o “[...] conformismo, oportunismo e flexibilidade [...]” (Stengers, 2013, p. 52, tradução nossa), exigências da nova forma de gestão do conhecimento.

No terceiro capítulo, “Sciences et valeurs: comment ralentir” (Ciências e valores: como desacelerar), Stengers (2013) apresenta uma análise da forma como o conhecimento científico é atualmente avaliado, procurando-se uniformizá-lo, sem se considerar a pluralidade e a qualidade da produção. Neste cenário, o que importa é o número de publicação, e não a qualidade do que está sendo produzido como conhecimento. Para exemplificar, ela expõe a produção científica do filósofo Gilles Deleuze, o qual, segundo o formato atual de exigência de publicação, seria um pesquisador com pouco êxito ou baixo desempenho em avaliações¹ científicas. Conforme Stengers (2013), devemos questionar esse formato de produção rápida de conhecimento e formular ferramentas para resistir aos critérios de avaliação das universidades.

Outra contribuição do livro é a tradução de um texto de William James, apresentado por Thierry Drumm. O artigo de William James, “Le poulpe du doctorat” (ou *The Ph.D. Octopus*), foi publicado, pela primeira vez, em 1903, na revista *Harvard Monthly*. No texto, o filósofo apresenta, de forma jocosa, uma crítica à política acadêmica e à regra que torna o doutorado obrigatório para os professores universitários. A universidade, por sua vez, é comparada a uma máquina de produção de títulos. A contribuição do

texto está na descrição crítica do modo de funcionamento da produção acadêmica de sua época. James mostra-se contrário ao *status* e ao prestígio daqueles que possuem um diploma, como o de doutorado. O título de doutor, segundo o autor, incentiva o esnobismo acadêmico e a publicidade individual. Acionar o título como uma ferramenta resulta no conformismo e na institucionalização de uma lógica quantitativa. Para James (1903), o objetivo da universidade é instruir as pessoas, e não valorizar um título concedido ao pesquisador que se dedica por um tempo a um determinado assunto.

Infelizmente, não existe uma versão em português do texto de William James. Recentemente, a editora da Universidade de São Paulo (Edusp) publicou um livro organizado pela historiadora Maria Helena P. T. Machado com as cartas que William James escreveu ao participar de uma expedição ao Brasil, em 1865-1866 (Machado, 2010). Ele apresenta o jovem William James questionando a ciência da época e a produção criacionista de seu professor e chefe da Expedição Thayer, Louis Agassiz. William James, mais simpático à teoria da evolução de Charles Darwin, criticou a posição política (com interesses americanos na exploração da Amazônia) e ideológica de Louis Agassiz, que defendia o racismo e as teorias da degeneração. Os escritos de William James explicitam os interesses políticos e o financiamento da coleta de dados prevista na Expedição Thayer, bem como a sua perspectiva de análise. Como William James, Isabelle Stengers analisa a produção científica, a política de financiamento à pesquisa e as formas de avaliação da sua época.

No penúltimo capítulo, “Plaidoyer pour une Science ‘Slow’” (A defesa de uma ciência “lenta”), Stengers (2013, p. 83, tradução nossa) destaca a fabricação de uma “[...] economia do conhecimento [...]” que produza vínculos de cooperação crítica e de produção coletiva. Trata-se de modificar o foco das avaliações para destacar o conteúdo das produções de conhecimentos, e não o número de

¹ Algumas referências sobre o modo como as avaliações (ou ‘cultura de auditoria’) limitam as produções de saberes e as ações criativas são Strathern (2000), Shore (2009), Power (1994) e Giri (2000).

artigos publicados ou patentes adquiridas. A *slow science*, antes de ser uma exigência de mais tempo e de autonomia para a formulação de questões importantes, procura estabelecer outras articulações, além dos vínculos firmados com o mercado e com o Estado.

O livro de Stengers (2013) é instigante ao analisar a forma como a produção científica atual é insustentável. A autora aponta o modo como os pesquisadores acreditam que as soluções dos problemas serão elaboradas de forma racional ou científica, ao mesmo tempo em que ignoram a opinião, as preocupações e os saberes daqueles que são afetados pelos problemas sociais. Ao afirmar que “[...] uma outra ciência é possível [...]”, Stengers (2013, p. 6, tradução nossa) explicita no último capítulo, “Cosmopolitique: civiliser les pratique modernes” (Cosmopolítica: civilizar as práticas modernas), que não é uma questão relacionada à qualidade da informação que está em jogo, mas sim a necessidade de os pesquisadores serem capazes de produzir ciências a partir de uma inteligência coletiva, que conecte diferentes modos de elaboração de saberes e reative outras formas de resolver os problemas e de resistir às demandas impostas pelo mercado à produção científica.

REFERÊNCIAS

GIRI, Ananta. Audited accountability and the imperative of responsibility: beyond the primacy of the political. In: STRATHERN, Marilyn (Ed.). **Audit cultures**: anthropological studies in accountability, ethics and the academy. London: Taylor & Francis, 2000. p. 173-195.

GUATTARI, Félix. Les schizoanalyses. **Chimères**, Bedou, Paris, n. 1, p. 1-21, 1987.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, quad. 1995.

JAMES, William. The Ph.D. Octopus. **Harvard Monthly**, Cambridge, v. 36, n. 1, p. 1-9, 1903.

LATOUR, Bruno. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 30, n. 2, p. 225-248, Winter 2004.

MACHADO, Maria Helena P. Toledo (Org.). **O Brasil no olhar de William James**: cartas, diários e desenhos, 1865-1866. São Paulo: Edusp, 2010.

POWER, Michael. **The audit explosion**. London: Demos, 1994.

SHORE, Cris. Cultura de auditoria e governança iliberal: universidades e a política da responsabilização. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 24-53, jan.-jun. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n1p24>.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015. (Coleção Exit).

STENGERS, Isabelle. Gaia, the urgency to think (and feel). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL OS MIL NOMBRES DE GAIA DO ANTROPOCENO À IDADE DA TERRA, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2014. Disponível em: <<https://osmilnombresdegaia.files.wordpress.com/2014/11/isabelle-stengers.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

STRATHERN, Marilyn. New accountabilities: anthropological studies in audit, ethics and the academy. In: STRATHERN, Marilyn (Ed.). **Audit cultures**: anthropological studies in accountability, ethics and the academy. London: Taylor & Francis, 2000. p. 1-6.

VERNE, Jules. **20 mil léguas submarinas**. Tradução e notas de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

AGRADECIMENTOS

ACKNOWLEDGEMENTS

Os Editores do **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** agradecem aos que colaboraram na avaliação de artigos durante o ano de 2018.

The Editors of the **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** thank those who assisted in the peer review process during 2018.

Alda Heizer

(Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

Alegria Benchimol

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Alfredo Homma

(Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

Ana Paula Brandão

(Universidade Federal do Pará)

Angel Corbera

(Universidade Estadual de Campinas)

Anne Rapp Py-Daniel

(Universidade Federal do Oeste do Pará)

Antônio Hilário Aguilera Urquiza

(Universidade Federal de Santa Maria)

Aristides Arthur Soffiati

(Universidade Federal Fluminense)

Axel Schönberger

(Universität Bremen)

Bernat Bardagil

(Rijksuniversiteit Groningen)

Cândida Barros

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Caroline Caromano

(Universidade de São Paulo)

Claide de Paula Moraes

(Universidade Federal do Oeste do Pará)

Claudia López Garcés

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Cristiana Barreto

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Daniela Klökler

(Universidade Federal de Sergipe)

Darío Hermo

(Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Museo de La Plata)

Deborah Danowski

(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Dione Bandeira

(Universidade da Região de Joinville)

Edson Farias

(Universidade Federal do Pará)

Eliane C. Odwyer

(Universidade Federal Fluminense)

Gláucia Sene

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Jaisson Teixeira Lino

(Universidade Federal da Fronteira Sul)

Jeanne Brancier

(Centre National de la Recherche Scientifique)

Jennifer Watling

(Universidade de São Paulo)

Jonas Gregório de Souza

(University of Exeter)

Jorge Eiró

(Universidade Federal do Pará)

Jorge Rosés Labrada

(University of Alberta)

José Héder Benatti

(Universidade Federal do Pará)

Joshua Birchall

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Juan Alvaro Echeverri

(Universidad Nacional de Colombia)

Julia Cossermelli de Andrade

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Juliano Campos

(Universidade do Extremo Sul Catarinense)

Julie Cavignac

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Klaus Zimmermann

(Universität Bremen)

Lucia Hussak van Velthem

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Luis Fernando Cardoso

(Universidade Federal do Pará)

Luzia Gomes

(Universidade Federal do Pará)

Magali Romero

(Fundação Oswaldo Cruz)

Marcia Bezerra

(Universidade Federal do Pará)

Márcio Augusto Meira

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Márcio D'Olne Campos

(Universidade Estadual de Campinas)

Marcos André Torres de Souza

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Mariano Klautau Filho

(Universidade da Amazônia)

Marília Xavier Cury

(Universidade de São Paulo)

Marta de Almeida

(Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTIC)

Miguel Perondi

(Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Milena Acha

(Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo)

Neder Charone

(Universidade Federal do Pará)

Nigel Smith

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Pascale de Robert

(Museum National d'Histoire Naturelle,
Nature Sciences Sociétés)

Paulo DeBlasis

(Universidade de São Paulo)

Renato Kipnis

(Scientia Consultoria Científica)

Rosa Acevedo Marin

(Universidade Federal do Pará)

Rosangela Britto

(Universidade Federal do Pará)

Ruth Monserrat

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Selda Vale da Costa

(Universidade Federal do Amazonas)

Sônia Magalhães

(Universidade Federal do Pará)

Stephen Baines

(Universidade de Brasília)

Swintha Danielsen

(Universität Leipzig)

Tammy Stark

(University of California)

Teresa M. Scheiner

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Vera Lúcia Guapindaia

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

Ximena Villagran

(Universidade de São Paulo)

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Objetivos e política editorial

O **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas. A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

Artigos Científicos – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

Artigos de Revisão – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

Notas de Pesquisa – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

Memória – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituário ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

Debate – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

Resenhas Bibliográficas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

Teses e Dissertações – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre-docência. Uma lauda. O **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta onde adequado.

Apresentação de artigos

O **Boletim** recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos online na plataforma *ScholarOne* via o site da revista <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> ou diretamente via o link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma.

Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (Login/Senha), criando uma conta pessoal na plataforma online, na seção “CREATE AN ACCOUNT” ou “NEW USER”, e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

A partir janeiro de 2018, ao submeter seu artigo, é necessário realizar cadastro na base de identificação acadêmica internacional ORCID, disponível em <http://orcid.org/>

Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o login na plataforma online e clicar em "AUTHOR CENTER". Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela "AUTHOR RESOURCES" e iniciar o processo de submissão através do link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", no qual deverá realizar os sete passos:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

- **Step 2: Attributes**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Step 3: Authors & Institutions**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.

- **Step 4: Reviewers**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar.

- **Step 5: Details & Comments**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o Boletim e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares.
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Step 6: File Upload**

- Fazer o upload do(s) arquivo(s).
- (Pelo menos um dos arquivos deve representar o Main Document - o documento principal).

- **Step 7: Review & Submit**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas e concluir a submissão, clicando em "SUBMIT".

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (peer-review). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido

a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo de 30 dias para elaborar nova versão.

A publicação implica cessão integral dos direitos autorais do trabalho à revista. A declaração para a cessão de direitos autorais é enviada pela secretaria por email ao autor de correspondência, após a aceitação do artigo para publicação. O documento deve ser assinado por todos os autores.

Preparação de originais

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão online *ScholarOne*.

Os originais devem ser enviados

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos da IPA. Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *i*, *u* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:
 - a. título (no idioma do texto e em inglês);
 - b. resumo;
 - c. abstract;
 - d. palavras-chave e keywords.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
6. Os artigos deverão seguir as recomendações da ABNT para uso e apresentação dos elementos bibliográficos: resumos, NBR 6028; citações em documentos, NBR 10520; referências, NBR 6023.
7. Tabelas devem ser digitadas em Word, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc) devem ser apresentadas em páginas separadas e numeradas, com as respectivas legendas, e submetidas na plataforma online em arquivos à parte. Devem ter resolução mínima de 300 dpi e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF. Obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do Boletim, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
11. Seções e subseções no texto não podem ser numerados.
12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referencição e compilação de lista de referências, não serão aceitos.
13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.

15. Referências a manuscritos, documentos de arquivo ou textos não publicados (relatórios, cartas etc.) devem ser feitas em notas de rodapé.
16. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
17. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.
18. Citações de obras como “apud” também devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo. Os nomes de múltiplos autores ou organizadores citados como “et al.” devem todos aparecer nas referências no final do artigo.

Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).
3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquem os temas do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.
4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: “A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular”. Citações de até três linhas devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (“”); citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais recente ao mais antigo. Todas as referências devem seguir as recomendações da **NBR 6023 da ABNT**. Deve-se evitar o uso indevido de letras maiúsculas nos títulos de artigos ou de livros. Somente nomes próprios, substantivos alemães e as palavras de conteúdo de títulos de revistas e de séries devem começar por uma letra maiúscula.

Obs: A utilização correta das normas da ABNT referentes à elaboração de referências (NBR 6023/2002) e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:

Livro: VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

Livro: WIECZOREK, Alfred; ROSENDAHL, Wilfried; SCHLOTHAUER, Andreas (Org.). **Der Kult um Kopf und Schädel**. Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2012.

Série/Coleção: GOELDI, Emílio. **Escavações arqueológicas em 1895**: executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas. Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900. (Memórias do Museu Goeldi, n. 1).

Capítulo de livro: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

Capítulo de livro e Série/Coleção: VUILLERMET, Marine. Two types of incorporation in Esse Eja (Takanan). In: DANIELSEN, Swintha; HANNSS, Katja; ZÚÑIGA, Fernando (Org.). **Word formation in South American languages**. Amsterdam: John Benjamins, 2014. p. 113-142. (Studies in Language Companion Series, n. 163).

Artigo de periódico: GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, set. 1997.

Artigo de periódico: TERSIS, Nicole; CARTER-THOMAS, Shirley. Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 71, n. 4, p. 473-500, out. 2005.

Artigo de periódico em meio eletrônico: VELTHEM, L. H. V. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 06 mar. 2015.

Artigo e/ou matéria de jornal: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico: SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: <http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm>. Acesso em: 19 set. 1998.

Trabalho apresentado em evento: BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico: SILVA, R. N.; OLIVEIRA, O. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>> . Acesso em: 21 jan. 1997.

Documento eletrônico: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> . Acesso em: 23 jan. 2012.

Documento jurídico: SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Documento jurídico: BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

Documento jurídico: BRASIL. Medida Provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Odontologia), Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): BENCHIMOL, Alegria. **Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi**: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010). 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias): MOORE, Denny. **Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia (Brazil)**. 1984. 299 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of New York, Nova York, 1984.

Avaliação inicial

Será feita uma avaliação inicial da submissão pela administração editorial, seguindo um *checklist* de critérios básicos. Caso a submissão esteja incompleta ou as imagens não estejam conforme as especificações ora informadas, o artigo será devolvido via plataforma online como “UNSUBMITTED”. Isso significa que ele volta para a fase de não submetido. O autor de correspondência receberá, nesse caso, um comunicado com informações sobre as pendências apresentadas pelo artigo. Após a resolução dos problemas apontados, o autor pode ressubmeter o trabalho, escolhendo a opção “RESUBMIT”.

Revisão de artigos

Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o autor é convidado a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O autor deve explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta “Controle de alterações” do Word para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma online, por meio do link de revisão disponível em “AUTHOR RESOURCES”, clicando em “CREATE REVISION”.

Provas

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados através do sistema de e-mail do ScholarOne, em PDF, para a revisão final dos autores, que devem devolvê-los com a maior brevidade possível. Os pedidos de alterações ou ajustes no texto devem ser feitos por comentários no PDF. Nessa etapa, não serão aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada será considerada aprovada. Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio, no Issuu, no DOAJ e na SciELO.

Endereço para correspondência:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Lembre-se:

- 1- Antes de enviar seu trabalho, verifique se foram cumpridas as normas acima. Disso depende o início do processo editorial.
- 2- Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno.
- 3- A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em anais, CDs ou outros suportes.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

INSTRUCTIONS FOR AUTHORS

Mission and Editorial Policy

The mission of the **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** is to publish original works on archaeology, history, anthropology, indigenous linguistics, and related fields. The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English and French for the following categories:

Research Articles – original scientific articles reporting on research, that effectively contribute to the advancement of knowledge. Between 15 and 30 pages.

Review Articles – analytical texts or essays that contain a bibliographical or theoretical review of a certain subject or topic. Between 15 and 30 pages.

Short Communications – short preliminary reports on field observations, challenges faced and progress made in ongoing research emphasizing hypotheses, mentioning sources, partial results, materials and methods. Maximum length: 15 pages.

Memory – this category includes texts about collections or items in collections considered relevant for scientific research; fully or partly transcribed documents with an introductory text; biographical essays, including obituaries or individual memories. Maximum length: 20 pages.

Debate – critical essays on current issues. Maximum length: 15 pages.

Book Reviews – descriptive and/or critical reviews of printed or electronic publications. Maximum length: five pages.

Theses and Dissertations – a brief description (without bibliography) of master's theses and doctoral or other postgraduate dissertations. One page (A4, 1.5 spaced 12 point Arial or Times New Roman type). The **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** (Human Sciences) publishes abstracts of theses and dissertations, but does not publish chapters of these works. We recognize that need and academic interest in disseminating results stemming from graduate-level work exist, and in these cases recommend drafting a scientific article containing unique text which differs from the original, emphasizing notable points in the research and utilizing direct citations where appropriate.

Article proposals

The Boletim only accepts original contributions in digital format. Digital manuscripts should be submitted via the online platform *ScholarOne*, which is accessible through the website of the Boletim <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> or directly via the link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, providing additional information requested during the various steps of the submission process.

Registration

Authors must register in order to create a password-protected personal account on the online platform in the section "CREATE AN ACCOUNT" or "NEW USER" and correctly fill in the profile. Registration and the creation of an account need be done only once. Thereafter, the account should be used for current and future submissions to the Boletim. Starting January 2018, all authors must register with ORCID in order to submit manuscripts.

Submission

In order to submit a new contribution, authors must log into their account on the online platform and click on "AUTHOR CENTER". After completing this step, proceed to the "AUTHOR RESOURCES" window and start the submission process via the link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", following seven steps:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Choose type of manuscript (article, review, etc.).
- Title of manuscript.
- Provide the abstract.

- **Step 2: Attributes**

- Add key words (3 to 6).

- **Step 3: Authors & Institutions**

- Declare whether the manuscript is submitted by the author, or by another person.

- **Step 4: Reviewers**

- Optionally name potential reviewers that are preferred, or non-preferred.

- **Step 5: Details & Comments**

- Specify who funded the research that resulted in the submission.
- Declare that the work was submitted exclusively to the Boletim and has not been published elsewhere.
- Declare that the work is in accordance with ethical norms.
- Confirm that the submitted files are entirely anonymous, so as to enable anonymous peer review.
- Declare whether there is any conflict of interest. If there is, please specify.

- **Step 6: File Upload**

- Upload the files.

(At least one of the files should represent the Main Document)

- **Step 7: Review & Submit**

- Verify that all information and files are complete and finalize the submission by clicking on "SUBMIT".

The journal has a Scientific Council. Manuscripts are first examined by the Editor or by one of the Associate Editors. The Editor has the right to recommend alterations to the submitted manuscripts or to return them when they fail to comply with the journal's editorial policy.

Upon acceptance, manuscripts are submitted to peer-review and are reviewed by at least two specialists who are not members of the Editorial Board. In the event of discrepancy between the reviews, the manuscript is submitted to other referee(s). In case changes or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who have thirty days to submit a new version.

Publication of a manuscript entails transfer of copyright to the journal. A declaration of Assignment of Copyrights of the published work, signed by all authors, must be submitted together with the revised manuscript via the *ScholarOne* platform.

Preparing the manuscript for submission

All manuscripts have to be submitted via the online platform *ScholarOne*. Original manuscripts must be prepared observing the following requirements:

1. Word for Windows format, Times New Roman font, size 12, line spacing 1.5, and pages must be numbered. Articles on linguistics must use a font that is compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma and others that include the IPA extended set of phonetic symbols. Times New Roman is preferred, but it includes the full IPA in Unicode only in more recent editions of Windows. One should **never** improvise IPA characters such as *ĩ*, *ũ*, etc. by applying strike-through of common characters.
2. The cover page must contain the following information:
 - a. Title (in the original language and in English);
 - b. Abstract;
 - c. *Resumo* (a Portuguese abstract in case the original is English);
 - d. Keywords and their equivalent *palavras-chave* in Portuguese.
3. The manuscript must include neither the name(s) of the author(s) nor acknowledgements.
4. To highlight terms or phrases, please use single quotation marks.
5. Only foreign language words and phrases and Latinized scientific terms should be in italic type.
6. The articles should follow the recommendations of the Brazilian Association for Technical Standards (ABNT) for the presentation and use of bibliographical information: abstracts, NBR 6028; citation in documents, NBR 10520; references, NBR 6023.
7. Tables should be in Word format, numbered in sequence, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, pictures, diagrams, etc.) should be presented on separate, numbered pages with their respective captions, and submitted separately on the online platform. Images require minimum resolution of 300 dpi and minimum size of 1,500 pixels, in JPEG or TIFF format. If possible, respect the page sizes of the Bulletin, namely 16.5 cm wide and 20 cm tall (for images occupying two columns) or 8 cm wide and 20 cm tall (for images occupying one column). When text is contained in images, the font used should be Arial, 7 to 10 pt.
9. Images created in vectoral programs should be provided in open format, with either a .cdr (X5 or inferior), .eps or .ai (CS5 or inferior) extension.
10. All tables, graphs and images must obligatorily be mentioned in the body of the text. With regard to maps, please use symbols rather than colours (because of restricted use of colour in printed versions).
11. Sections and subsections in the text must not be numbered.
12. Only page numbering and the numbering of footnotes should be automatic. Texts containing automatically numbered sections, paragraphs, figures, examples or any other automatized processes cannot be accepted.
13. Texts must fully comply with scientific naming rules, abbreviations and other conventions current in the specific fields of discipline.
14. Footnotes should be used only when strictly necessary, never for reference to published work, and should be indicated in Arabic numbers.

15. References to manuscripts, archive documents or unpublished texts (reports, letters, etc.) must not be listed at the end of the article, but should be provided in footnotes.
16. Reference to works cited throughout the text should conform to the following convention: author's last name (not in upper case), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
17. All references used throughout the text must be listed at the end of the article, and all works listed should be mentioned in the text.
18. Works cited as "apud" should also be fully and correctly listed at the end of the article. The names of multiple authors and volume editors referred in the text as "et al." must all appear in the reference list at the end of the article.

Basic text structure

1. **Title** – The title must appear both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case English is the original language). The title must be in lower case in bold type, centralized on the page.
2. **Abstract** – This section should be a single paragraph and highlight the goals, methods and results of the research, with a minimum length of 100 words and a maximum length of 200 words. The abstract should be presented both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case the original language is English). The translated abstract must either be composed or corrected by a native speaker, which is the responsibility of the authors.
3. **Keywords** – Three to six words that identify the topics addressed in the article, for the purpose of indexation in databases.
4. **Body of the text** – The text should be subdivided into sections that are NOT numbered. Articles should preferably contain the following components/sections: introduction, theoretical background, main text, conclusion, references. Lengthy paragraphs and/or sentences should be avoided. Acronyms should be preceded by the word or phrase to which it refers to when appearing for the first time. Example: "The Universidade Federal do Pará (UFPA) is preparing a new admission exam". Quotations of less than three lines should be included in the body of the text between double quotation marks (""). Quotations of more than three lines are separated from the text and indented in block, with no quotation marks, the font size being smaller than the font used in the text.

The road down into the Guaporé Valley was in quite good condition, for it had not yet begun to rain heavily, and we made good time to the ranch known as Estrela do Guaporé. There, I talked briefly with the administrator, a man named Alvaro, and then with Kim, who was recuperating from malaria. Kim was very pale and weak, and our talk was brief and constrained. I found out later that he had actually gone to Brasília and told the FUNAI that Silbene was urging the Indians to kill cattle. In fact, Silbene had told the Indians to defend their gardens, which were on demarcated land, from invading cattle (Price, 1989, p. 119).

5. **Acknowledgements** – Should be brief and can mention: support and funding; connections to graduate programs and/or research projects; acknowledgement to individuals and institutions. The names of individuals and institutions should be written in full, together with a motivation for the acknowledgement. Note that the first submitted version of the article should be without acknowledgements, because of the anonymous peer-review process.
6. **References** – Should be listed at the end of the text in alphabetical order according to the last name of the first author. In the event of two or more references to a same author, please use chronological order starting with the most recent work. References should comply with ABNT recommendation NBR 6023. Please avoid unnecessary capitals in the titles of books and articles. Only proper names, German nouns and the content words of journal titles and book series should start with a capital letter.

Note that the correct application of the ABNT norms concerning bibliographical references (NBR 6023/2002) and the correct application of the modern spelling rules of Portuguese are the responsibility of the author(s). The following list contains examples of the different categories of bibliographical references, illustrating ABNT practice:

Book: PRICE, David. **Before the bulldozer:** the Nambiquara Indians and the World Bank. Cabin John: Seven Locks Press, 1989.

Book: WIECZOREK, Alfred; ROSENDAHL, Wilfried; SCHLOTHAUER, Andreas (Ed.). **Der Kult um Kopf und Schädel.** Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2012.

Series: GOELDI, Emílio. **Escavações arqueológicas em 1895:** executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas. Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900. (Memórias do Museu Goeldi, n. 1).

Book chapter: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Ed.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 133-154.

Book chapter and series: VUILLERMET, Marine. Two types of incorporation in Esse Eja (Takanan). In: DANIELSEN, Swintha; HANNSS, Katja; ZÚÑIGA, Fernando (Ed.). **Word formation in South American languages.** Amsterdam: John Benjamins, 2014. p. 113-142. (Studies in Language Companion Series, n. 163).

Journal article: GURGEL, C. Reforma do Estado e segurança pública. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 15-21, Sept. 1997.

Journal article: TERSIS, Nicole; CARTER-THOMAS, Shirley. Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 71, n. 4, p. 473-500, Oct. 2005.

Electronic journal article: VELTHEM, L. H. V. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012. Available at: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Accessed on: 06 Mar. 2015.

Newspaper article: NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 Jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

Electronic newspaper article: SILVA, Ives Gandra da. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 Sept. 1998. Available at: <http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm>. Accessed on: 19 Sept. 1998.

Conference presentation: BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Proceedings...** São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

Electronic conference presentation: SILVA, R. N.; OLIVEIRA, O. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4., 1996, Recife. **Electronic proceedings...** Recife: UFPe, 1996. Available at: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>> . Accessed on: 21 Jan. 1997.

Electronic document: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. 2011. Available at: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> . Accessed on: 23 Jan. 2012.

Legal document: SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Legal document: BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, May/Jun. 1991.

Legal document: BRASIL. Medida Provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 Dec. 1997. Seção 1, p. 29514.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): MORGADO, M. L. C. **Reimplante dentário**. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Odontologia) – Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna:** possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. MA thesis (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): BENCHIMOL, Alegria. **Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi:** presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010). 2015. PhD thesis (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Academic theses (PhD theses, MA theses and monographs): MOORE, Denny. **Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia (Brazil)**. 1984. 299 f. PhD thesis (Doctorate in Anthropology) – University of New York, New York, 1984.

Initial evaluation

An initial evaluation will be carried out by the editorial staff, following a checklist of basic criteria. In case the submission is incomplete or the images are not in accordance with the specifications mentioned above, the article will be returned to the author through the platform, by marking it as “UNSUBMITTED”. This means that the article returns to the stage of not yet having been submitted, with an explanation of the issues to be resolved. After having resolved the pending issues, the author should resubmit the article by choosing the option “RESUBMIT”.

Revision of articles

After receiving the anonymous peer reviews, the Editor decides whether the article is accepted for publication. If accepted, the author is requested to revise the article on the basis of the reviews and the Editor's observations. The author must also explain how the revision was done and provide justification in case the advice of the reviewer(s) was not followed. It is obligatory to use the "Track Changes" function in Word, when applying changes. The revised article should be submitted via the online platform, via the revision link at "AUTHOR RESOURCES", by clicking on "CREATE REVISION".

Proofs

After having been formatted by the editorial staff, the articles will be sent in PDF format to the authors via the *ScholarOne* e-mail system for final approval, and must be returned as soon as possible. Requested changes in the text have to be marked and commented as clearly as possible in the PDF document. At this stage, changes concerning content or changes resulting in an increase or decrease in the number of pages will not be accepted. In the event that the author does not respond in time, the formatted version will be considered as approved by the author. The articles will be published in full in PDF format on the journal website, in Issuu, in DOAJ, and at SciELO.

Mailing address:

Museu Paraense Emílio Goeldi
Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas
Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme
CEP 66077-530
Belém - PA - Brazil
Phone: 55-91-3075-6186
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

Please remember:

- 1- Before submitting your manuscript to the journal, please check whether you have complied with the norms above. The start of the editorial process depends on this.
- 2- After acceptance, the articles will be published according to order of arrival. The Editor may also decide on the most convenient time for publication.
- 3- The journal does not accept expanded abstracts, reports, and works previously published in Proceedings, CDs, and/or other media.

BOLETINS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

PATRIMÔNIO DA CIÊNCIA NO BRASIL



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (ISSN 2178-2547)

Também disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/humanas>
<https://www.scielo.br/bgoeldi> | <http://www.scopus.com/search/form.url>

Submissão de trabalhos: <https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

Permuta:
mgdoc@museu-goeldi.br

Venda:
livraria@museu-goeldi.br

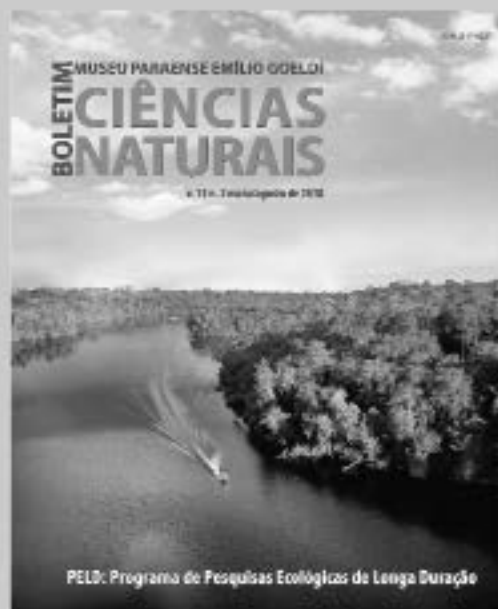


MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



BOLETINS DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

PATRIMÔNIO DA CIÊNCIA NO BRASIL



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais (ISSN 2317-6237)

Também disponível em: <http://editora.museu-goeldi.br/naturais>

Submissão de trabalhos e informações: boletim.naturais@museu-goeldi.br

Permuta:
mgdoc@museu-goeldi.br

Venda:
livraria@museu-goeldi.br



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Conteúdo

Tobacco visions: shamanic drawings of the Wauja Indians Aristoteles Barcelos Neto	501
Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: quais os limites para avaliação de impactos diretos e indiretos em saúde? Estudo de caso na Terra Indígena Wajãpi, Amapá Eduardo Stramandinoli Moreno, Joana Cabral Oliveira, Paloma Helena Fernandes Shimabukuro, Luciana Carvalho	519
Territorios y fronteras: procesos de apropiación del espacio simbólico y geográfico en las comunidades indígenas de Pampa del Indio, Chaco Malena Inés Castilla	541
Cauim: entre comida e ebriedade Alessandro Barghini	561
Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas Ximena Suarez Villagran, Luiz Carlos Ruiz Pessenda, Henrique Antônio Valadares Costa, Tiago Atorre, Igor da Silva Erler, André Strauss, Alberto Barioni, Daniela Klökler, Anderson Tognoli, Carlos Duarte, Paulo Vinicius Bonfim, Kita Macario	573
Entre 'estruturas e pontas': o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional Lucas Bond Reis, Fernando Silva de Almeida, Lucas Reis Bueno	597
Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico Mirian Carbonera, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva, Antoine Lourdeau, Ana Lucia Herberts, Francieli Kuczkowski, Christine Hatté, Michel Fontugne, André Luiz Onghero, Jéssica Pedroso Brizola, Marcos César Pereira Santos	625
Considerações sobre a posse nominal em Apurinã (Aruák) Marília Fernanda Pereira de Freitas, Sidney da Silva Facundes	645
O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875) Cláudio L. M. Ximenes, Alan Watrin Coelho	663
'Um vasto celeiro': representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950) José Carlos Radin, Claiton Marcio da Silva	681
Estela Campos e os momentos iniciais do abstracionismo no Pará (1957-1959): hipóteses sobre invisibilidades na história da arte Gil Vieira Costa	699